

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Escola de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

**INVENTÁRIO E ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM  
ANGOLA**

*Narciso Félix José Nhulivali*

Orientação Eduardo Jorge Esperança

Sociologia

Dissertação

2017

## AGRADECIMENTOS

A realização desta tese foi, acima de tudo, um grande desafio de conciliação entre a atividade profissional em Angola com a atividade académica em Portugal, numa fase em que o nosso país passa por um período de crise económica que afeta a nossa vida quotidiana. Este trabalho exigiu muitas horas de viagens e um redobrado esforço intelectual, de investigação e de organização, para o qual contribuíram os meus professores, familiares, colegas, amigos, instituições público-privadas e organizações não-governamentais. Assim, começo por agradecer à Direção do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla e da Universidade Mandume ya Ndemufafo, por terem autorizado a minha formação em Portugal, ao Ministro e ao Secretário-geral da Hotelaria e Turismo de Angola, o Senhor Pedro Mutindi e o Dr. Fernando Varo Kaputu, respetivamente, que disponibilizaram a base de dados sobre as políticas públicas de turismo em Angola. Um agradecimento especial à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, mais propriamente ao Departamento de Sociologia que assegurou o meu doutoramento e aos Senhores professores do programa de doutoramento em sociologia, pelas abordagens metodológicas e teóricas que proporcionaram ao longo dos seminários frequentados.

Às Bibliotecas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa e Nacional de Lisboa, onde passei maior parte de tempo a escrever este trabalho, agradeço imensamente.

A elaboração da tese beneficiou ainda de apoios determinantes para a utilização de instrumentos de análise, em especial agradeço, aos Professores Doutores Carlos Silva pela disponibilidade que me apoiou no desenho das entrevistas e na aplicação dos *softwares* Mic-Mac e Mactor, à Professora Saudade Baltazar do Ces-Nova UEvora, e ao Prof. Casimiro Balsa da FCSH da UN Lisboa, pelos seus conselhos, ideias e sugestões, que foram fundamentais para o desenho deste trabalho. Agradeço também ao Dr. Canoeira pela ajuda no trabalho de campo em Luanda. Ao meu amigo Eugénio Veríssimo pelas facilidades concedidas e à Direção da Escola de Oulondelo em Ondjiva. Ao Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla, ao Gabinete de estudos e Planeamento do governo provincial da Huíla, ao Departamento dos transportes,

à Direção provincial das águas da Huíla, ao Departamento de estatísticas do MAPESS Huíla, ao Departamento da Ação Cultural, ao Departamento do património Cultural da Huíla, aos atores entrevistados que sem a sua colaboração este trabalho não teria sido possível.

Ao Professor Doutor Eduardo Jorge Esperança, meu orientador e amigo, devo o incentivo, as críticas, e o apoio científico, metodológico e pedagógico que foram fundamentais para a concretização deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

Finalmente agradeço aos meus pais Ernesto e Letícia, à minha esposa Crilbina Gomes, aos meus filhos Osvaldo, Nádia e Gersilia e a toda a família, pela paciência e por tolerarem as minhas ausências prolongadas do convívio familiar, durante a minha estada em Portugal. A todos os colegas pelo encorajamento e apoio prestado, o meu profundo reconhecimento. Não deixo de agradecer, igualmente, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	I
ÍNDICE.....	III
LISTA DE TABELAS .....	VII
LISTA DE QUADROS .....	IX
LISTA DE GRÁFICOS .....	IX
LISTA DE FIGURAS .....	X
LISTA DE FOTOGRAFIAS .....	XI
LISTA DE MAPAS.....	XI
LISTA DE ACRÓNIMOS .....	XII
RESUMO.....	XIV
ABSTRACT.....	XIV
<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2 - SOCIOLOGIA E POLÍTICAS DE TURISMO .....</b>	<b>5</b>
<b>2.1. Abordagem sociológica sobre o turismo.....</b>	<b>5</b>
<b>2.2. O turismo na análise de outras ciências sociais .....</b>	<b>14</b>
<b>2.3. O turismo como fator de mudança social .....</b>	<b>16</b>
2.3.1. Mudanças socioeconómicas positivas .....	17
2.2.4. Mudanças socioeconómicas negativas.....	19
2.2.5. Mudanças socioculturais positivas.....	21
2.2.6. Mudanças socioculturais negativas .....	23
<b>2.4. O Estado e as políticas de turismo.....</b>	<b>27</b>
<b>2.5. Sociologia e políticas públicas de turismo .....</b>	<b>30</b>
<b>2.6. A dimensão socio espacial das políticas públicas de turismo.....</b>	<b>32</b>
<b>3 - UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O TURISMO .....</b>	<b>35</b>
<b>3.1. O conceito de “desenvolvimento sustentável” .....</b>	<b>35</b>
<b>3.2. A abordagem sociológica sobre o desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3. Teorias sociais sobre o desenvolvimento sustentável .....</b>	<b>42</b>
3.3.1. A Modernidade e teoria da dependência .....	43
3.3.2. Turismo, modernização e dependência .....	46
3.3.3. Teoria territorialista de desenvolvimento endógeno.....	49
<b>4 - SOCIOGRAFIA DO TURISMO EM ANGOLA .....</b>	<b>53</b>

<b>4.1. Caracterização geral de Angola</b> .....	<b>53</b>
<b>4.2. Inventário da legislação do turismo</b> .....	<b>56</b>
<b>4.3. Política Nacional de Turismo</b> .....	<b>59</b>
<b>4.4. O Plano Diretor do Turismo 2011-2010</b> .....	<b>68</b>
<b>4.5. Caraterização do turismo em Angola</b> .....	<b>78</b>
<b>4.5.1. Mobilidade Turística</b> .....	<b>92</b>
<b>4.5.2. A Contribuição do turismo para o desenvolvimento económico</b> .....	<b>92</b>
<b>4.5.1. Mobilidade Turística</b> .....	<b>92</b>
<b>4.5.3. Contribuição do turismo para a criação de postos de emprego</b> .....	<b>98</b>
<b>5 - O ESPAÇO ECONÓMICO E CULTURAL E O TURISMO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA</b> .....	<b>105</b>
<b>5.1. Caraterização geográfica</b> .....	<b>105</b>
<b>5.2. Património natural, histórico e cultural</b> .....	<b>108</b>
<b>5.3. Caracterização socio-económica</b> .....	<b>111</b>
<b>5.3.1. Plano de Políticas de Desenvolvimento da Huíla 2013-2017</b> .....	<b>118</b>
<b>5.4. Caracterização do turismo na Huíla</b> .....	<b>119</b>
<b>6 - PROBLEMÁTICA</b> .....	<b>127</b>
<b>7. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>137</b>
<b>7.1. O turismo como fator de desenvolvimento</b> .....	<b>137</b>
7.1.2. Contribuição no plano económico.....	144
7.1.3. Contribuição no domínio sociocultural .....	147
7.1.4. Contribuição no domínio ambiental .....	149
7.1.5. Contribuição no plano político .....	151
7.1.6. O sociólogo como agente do desenvolvimento local .....	153
<b>7.2. A participação dos atores locais</b> .....	<b>159</b>
<b>7.3. O papel do Estado</b> .....	<b>162</b>
7.3.1. Modelo de desenvolvimento descentralizado .....	163
7.3.2. O planeamento estratégico do turismo .....	165
<b>8 - METODOLOGIAS E FORMAS DE APLICAÇÃO</b> .....	<b>171</b>
8.1. A opção de estudo de caso na província da Huíla .....	172
<b>8.2. Recolha de informação e seleção dos atores entrevistados</b> .....	<b>174</b>
8.3. Limitações do Estudo .....	177

<b>9 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>179</b>
<b>9.1. Caracterização da amostra .....</b>	<b>179</b>
<b>9.2. Análise de Conteúdo .....</b>	<b>180</b>
<b>9.2.1. Conhecimento do Plano Diretor de Turismo de Angola 2011-2020 .....</b>	<b>180</b>
<b>9.2.2. Sociografia dos problemas de desenvolvimento em Angola .....</b>	<b>180</b>
9.2.3. Áreas que necessitam de intervenção em Angola .....	183
<b>9.2.4. A contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável em.....</b>	
<b>Angola .....</b>	<b>185</b>
<b>9.2.5. Obstáculos ao desenvolvimento do turismo em Angola .....</b>	<b>186</b>
<b>9.2.6. Sugestões para a melhoria de políticas públicas de turismo em Angola .....</b>	<b>188</b>
<b>9.2.7. Sociografia dos problemas de desenvolvimento na Huíla.....</b>	<b>190</b>
9.2.7.1. Condições de vida das populações .....	194
9.2.7.2. Áreas que necessitam de intervenção .....	196
9.2.7.3. Perceção do desenvolvimento sustentável.....	196
9.2.7.4. Projetos de desenvolvimento realizados.....	197
<b>9.2.8. A contribuição do turismo para o desenvolvimento local sustentável.....</b>	<b>198</b>
<b>9.2.9. Obstáculos ao desenvolvimento do turismo na Huíla .....</b>	<b>200</b>
<b>9.2.10. Sugestões para a melhoria de políticas públicas de turismo na Huíla ...</b>	<b>206</b>
9.2.10.1. Turismo cultural .....	211
9.2.10.2. Turismo de aventura.....	212
9.2.10.3. Turismo religioso .....	212
<b>9.3 - ANÁLISE ESTRUTURAL .....</b>	<b>217</b>
<b>9.3.1. Apresentação das variáveis .....</b>	<b>217</b>
<b>9.3.2. Análise estrutural do grau de importância das variáveis no sistema</b>	
<b>socioeconómico e político da Huíla .....</b>	<b>220</b>
<b>9.3.3. Análise estrutural das influências diretas e indiretas e das dependências</b>	
<b>das variáveis no sistema socioeconómico e político da Huíla.....</b>	<b>222</b>
<b>9.4. Estratégia de Atores .....</b>	<b>234</b>
9.4.1. Caracterização dos atores.....	234
9.4.2. Desafios e objetivos estratégicos dos atores.....	235
9.4.3. Relações de forças existentes entre os atores .....	241
9.4.4. Influências diretas e indiretas entre os atores.....	241
9.4.5. Relação de forças e posição relativa dos atores.....	244
9.4.6. Implicação dos atores no jogo para a concretização dos objetivos.....	249
9.4.7. Convergência dos atores face aos objetivos.....	251
<b>9.4. 8. Síntese dos resultados.....</b>	<b>255</b>
<b>10 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>259</b>

<b>10.1. Atores entrevistados .....</b>	<b>259</b>
<b>10.2. Problemas de desenvolvimento sustentável em Angola .....</b>	<b>260</b>
<b>10.3. A contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável em Angola 262</b>	
<b>10.4. Obstáculos ao desenvolvimento do turismo em Angola .....</b>	<b>262</b>
<b>10.5. Sugestões para a melhoria das políticas públicas em Angola .....</b>	<b>263</b>
<b>10.6. Os atores e a problemática de desenvolvimento sustentável na Huíla .....</b>	<b>264</b>
<b>10.7. A contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável na Huíla</b>	<b>266</b>
<b>10.8. Sugestões para a melhoria de políticas públicas de turismo na Huíla .....</b>	<b>267</b>
<b>11 - CONCLUSÕES .....</b>	<b>269</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>279</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>279</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: competências do Estado e do sector privado em políticas de turismo.....	30
Tabela 2: síntese sobre a legislação sobre o turismo em Angola.....	59
Tabela 3: produtos estratégicos do turismo em Angola.....	65
Tabela 4: eixos estratégicos do desenvolvimento do turismo em Angola.....	66
Tabela 5: síntese dos programas de desenvolvimento do turismo a implementar entre 2013 a 2020.....	67
Tabela 6: número de hotéis e outros meios de alojamento 2006-2013 .....	70
Tabela 7: total geral de alojamentos, quartos e camas 2006-2013 .....	70
Tabela 8: número total de restaurantes, similares e agências de viagens e turismo de 2006 a 2013.....	71
Tabela 9: repartição da rede hoteleira e similar em funcionamento por província em 2009. ....	73
Tabela 10: repartição da rede hoteleira e similar em funcionamento por província em 2012. ....	74
Tabela 11: repartição da rede hoteleira e similar em funcionamento, por província, em 2013. ....	75
Tabela 12: classificação da rede hoteleira por província entre 2009 a 2013 .....	76
Tabela 13: chegadas nas unidades de alojamento no período entre 2006 a 2013.....	79
Tabela 14: chegadas de turistas por regiões entre 1999 a 2013.....	81
Tabela 15: percentagem das chegadas de turistas por regiões do mundo de 2006 a 2013 .....	81
Tabela 16: principais países emissores do continente africano de 2006 a 2013 .....	82
Tabela 17: fluxo de turistas provenientes dos países da SADC de 2006 a 2013.....	83
Tabela 18: principais países emissores do continente asiático de 2006 a 2013.....	84
Tabela 19: principais países emissores do continente Americano de 2006 a 2013.....	85
Tabela 20: principais países emissores do continente Europeu de 2006 a 2013 .....	86
Tabela 21: principais países emissores do continente Europeu de 2006 a 2013 .....	90
Tabela 22: contribuição do turismo em milhões de kwanzas (AKZ) no período entre 1999-2003 .....	92
Tabela 23: fluxo de receitas em kwanzas por tipo de estabelecimentos hoteleiros e similares 2006-2010 .....	93
Tabela 24: proveniência das receitas por unidades de 2012 em AKZ.....	94
Tabela 25: proveniência das receitas por unidades de 2013 em AKZ.....	95

Tabela 26: fluxo das receitas nas unidades por províncias de 2006 a 2010.....	97
Tabela 27: fluxo das receitas nas unidades por províncias de 2006 a 2010.....	99
Tabela 28: Crescimento do emprego por tipo de unidades no biénio 2011- 2013.....	99
Tabela 29: repartição da força de trabalho por unidades 2006-2008 .....	101
Tabela 30: repartição da força de trabalho por unidades 2009-2010 .....	101
Tabela 31: repartição da força de trabalho por unidades 2009-2010 .....	101
Tabela 32: repartição da força de trabalho por unidades em 2013 e os respetivos salários .....	102
Tabela 33: distribuição dos empregos por província entre 2006-2011 .....	102
Tabela 34: distribuição da população da Huíla por municípios.....	107
Tabela 35: distribuição da população da Huíla por área de residência e por género	107
Tabela 36: principais canções danças e instrumentos musicais tradicionais da Huíla .....	110
Tabela 37: Grupos de teatro, dança, música tradicional, popular e contemporânea da Huíla em 2013 .....	110
Tabela 38: Transportes de passageiros licenciados e movimento de passageiros na Huíla 2007-20015 .....	113
Tabela 39: Indicadores sobre os serviços da Angola Telecom na província da Huíla	114
Tabela 40: população empregada no sector público administrativo da Huíla .....	115
Tabela 41: população empregada no sector empresarial (público, privado e outros) da Huíla .....	115
Tabela 42: indicadores de crescimento do sector das águas na Huíla .....	117
Tabela 43: indicadores de crescimento do sector de energia da Huíla .....	117
Tabela 44: projeção do emprego no sector do turismo da Huíla no período 2013-2017 .....	118
Tabela 45: indicador de crescimento das unidades turísticas na Huíla 2007-2015. ..	121
Tabela 46: unidade turísticas por municípios da Huíla em 2015 .....	122
Tabela 47: classificação da rede hoteleira da província da Huíla de 2012 a 2013. ...	123
Tabela 48: força de trabalho empregue no sector do turismo na província da Huíla 2006-2014. ....	124
Tabela 49: receitas arrecadadas no sector do turismo da Huíla entre 2012-2013.....	125

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: variáveis do sistema interno e externo .....	217
Quadro 2: Variáveis da Matriz de Influências e Dependências Diretas do Sistema..	218
Quadro 3: variáveis do plano de influências e dependências diretas do sistema .....	227
Quadro 4: posição das variáveis por influência direta e por dependência direta no sistema .....	230
Quadro 5: sistematização das variáveis-chave do sistema e as influências mais significativas .....	232
Quadro 6: síntese das variáveis mais influentes e das mais dependentes do sistema sócio-económico-político da Huíla e as suas influências no desenvolvimento e planeamento sustentável do turismo.....	233
Quadro 7: principais atores do sistema sócio-económico-político da Huíla e as suas influências no desenvolvimento e planeamento sustentável do turismo.....	235
Quadro 8: desafios e objetivos associados à “lógica de ação estratégica dos atores” .....	236
Quadro 9: Matriz objetivos x atores (posições simples) (1MAO) .....	237
Quadro 10: Matriz objetivos x atores (posições favoráveis e de oposição) (2MAO) .	238
Quadro 11: Matriz objetivos x atores (posições ponderadas) (3MAO) .....	240
Quadro 12: matriz das influências diretas (MID) .....	242
Quadro 13: matriz das influências diretas e indiretas (MIDI) .....	242
Quadro 14: vetor das relações de força MIDI (influências diretas e indiretas).....	245
Quadro 15: Balanço das distâncias líquidas entre atores do sistema .....	247
Quadro 16: Sistematização das distâncias líquidas entre atores do sistema .....	247
Quadro 17: Matriz de convergências valorizadas ponderadas dos atores sobre os objetivos (2CAA).....	252
Quadro 18: Hierarquia dos atores segundo as convergências face aos objetivos....	253
Quadro 19: Acordos e mobilização dos atores face aos objetivos gerais (3MAO)....	257

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: crescimento das unidades de alojamento, quartos e camas de 2006 a 2013 .....	71
Gráfico 2: restaurantes e similares e as agências de viagens e turismo de 2006 a 2013 .....	72
Gráfico 3: representação das agências de viagens e turismo por província entre 2009 a 2013 .....	77

Gráfico 4: percentagem das chegadas de turistas nas unidades de alojamento por tipologia de 2006 a 2013.....	80
Gráfico 5: percentagem dos principais países emissores do continente africano em 2013 .....	82
Gráfico 6: percentagens dos países da SADC em 2013 .....	84
Gráfico 7: percentagem dos principais países emissores da Ásia em 2013.....	85
Gráfico 8: percentagem dos principais países emissores da América em 2013.....	86
Gráfico 9: percentagem dos principais países emissores europeus em 2012 e em 2013. ....	87
Gráfico 10: percentagem e lista global dos principais países emissores de turismo para Angola em 2009.....	88
Gráfico 11: percentagem de emissão de turismo por regiões para Angola em 2013... 89	
Gráfico 12: percentagem dos principais motivos de viagens para Angola entre 2006-2010 e em 2013.....	91
Gráfico 13: receitas proporcionadas pelo turismo de 2006 a 2013 em biliões de kwanzas.....	92
Gráfico 14: percentagem de receitas por tipo de serviços entre 2006 a 2010 .....	94
Gráfico 15: percentagem de receitas por tipo de unidade de 2012 a 2013.....	96
Gráfico 16: proporção das receitas do quinquénio 2006-2010 .....	98
Gráfico 17: percentagem de empregos por tipo de estabelecimentos 2006-2010.....	100
Gráfico 18: valor percentual do emprego por província nos anos 2010, 2012 e 2013.....	103
Gráfico 19: percentagem da população da Huíla por município em 2014 .....	108
Gráfico 20: grupos de teatro, dança e de música tradicionais, popular e contemporânea por município em 2013.....	111
Gráfico 21: projeção do emprego no sector do turismo da Huíla no período 2013-2017 .....	119
Gráfico 22: número de estabelecimentos turísticos da Huíla em 2015.....	122
Gráfico 23: unidades turísticas por municípios da Huíla em 2015.....	123
Gráfico 24: classificação da rede hoteleira da província da Huíla de 2012 a 2013....	124

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: ligações aéreas da companhia TAAG de Luanda para o resto do mundo....	78
Figura 2: roteiro turístico da Huíla no tempo colonial .....	120
Figura 3: contribuição do turismo para o desenvolvimento local sustentável .....	144

Figura 4: o papel do Estado na contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável .....	163
Figura 5: sociografia dos problemas de desenvolvimento em Angola .....	181
Figura 6: obstáculos ao desenvolvimento do turismo em Angola .....	187
Figura 7: sugestões para a melhoria das políticas públicas de turismo em Angola ...	190
Figura 8: sociografia dos problemas de desenvolvimento na Huíla.....	194
Figura 9: projetos de desenvolvimento realizados na Huíla pelos atores entrevistados. ....	198
Figura 10: potencialidades turísticas da Huíla.....	200
Figura 11: sugestões para a melhoria de políticas públicas de desenvolvimento do turismo na Huíla.....	215
Figura 12: Síntese das sugestões para a melhoria das políticas de desenvolvimento do turismo na Huíla.....	216
Figura 13: plano das influências e dependências diretas das variáveis do sistema ..	224
Figura 14: grafo das influências diretas do sistema .....	231
Figura 15: Plano de influências e dependências entre os atores .....	243
Figura 16: Gráfico das relações de força MIDI (Ri) .....	246
Figura 17: plano das distâncias entre atores.....	248
Figura 18: grafo das distâncias entre atores .....	249
Figura 19: Plano das distâncias entre objetivos .....	250
Figura 20: grafo das distâncias entre objetivos .....	251
Figura 21 : plano de convergência entre atores (2CAA).....	253
Figura 22: grafo de convergência entre atores (2CAA) .....	254
Figura 23: Plano de correspondência atores / objetivos.....	257

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: antigo café da cidade ou (Restaurante Tirol) transformado atualmente em loja chinesa.....	202
Fotografia 2: cine teatro Arco Iris (atualmente degradado e encerrado).....	202
Fotografia 3: imagens das meninas mumuilas com o autor em um dos jardins da cidade do Lubango .....	206

## MAPAS

Mapa 1: província da Huíla .....	105
----------------------------------	-----

## LISTA DE ACRÓNIMOS

AAC - Associação Construindo Comunidades  
AAPCIL - Associação Agropecuária Comercial e Industrial do Lubango  
AAVOTA - Associação das Agências de Viagens e Turismo de Angola  
ADHA - Associação dos Diretores de Hotéis  
ADRA-HUÍLA - Ação Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente na Huíla  
AGUITA - Associação dos Guias Turísticos de Angola  
AGUITA-HUI - Associação dos Guias Turísticos de Angola na Huíla  
AHORESIA - Associação dos Hotéis Restaurantes e Similares de Angola  
ATA - África *Traveler Association*  
BITUR - Bolsa Internacional de Turismo de Angola  
CAA - Convergência Entre Atores  
CAN (2010) - Campeonato da África das Nações de Futebol  
CDAEPS - Comissão Dinamizadora do Associativismo Empresarial Privado e Similar  
CITA- Centro de Informação do Turismo de Angola  
CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CTH - Clube de Turismo da Huíla  
CUT - Conta Única do Tesouro  
DACH - Departamento da Ação Cultural da Huíla  
DCS - Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla  
DHTH - Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla  
DINATUR - Direção Nacional de Turismo e Hotelaria  
DPCH - Departamento do Património Cultural da Huíla  
E1- Entrevistado 1  
ECTWT - Colisão Ecuménica do Terceiro Mundo do Turismo  
EN - Estrada Nacional  
EUA - Estados Unidos da América  
GPH - Governo Provincial da Huíla  
GUTs - Guichés Únicos do Turismo  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
INFORTUR - Instituto de Fomento do Turismo  
ISTEL - Instituto Superior de Teologia  
KAZA-TFCA - *Kavango Zambezi Transfrontier Conservation Area*  
MACTOR - Método Ator Objetivo  
MAO - Matriz Ator-Objetivo.  
MICMAC- Multiplicação Matricial Aplicada a uma Classificação  
MIDDS - Matriz de Influências e Dependências Direta do Sistema  
MINCI - Ministério do Comércio Interno  
MINHOTUR - Ministério da Hotelaria e Turismo  
OMT - Organização Mundial do Turismo  
ONGs - Organizações Não Governamentais  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PDDH – Proposta do Plano de Desenvolvimento da Huíla  
PDT (2011-2020) - Plano Diretor de Turismo de Angola  
PEDTL - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Local  
PIB - Produto Interno Bruto

PIT - Postos de Informação Turística  
PMIDRCP - Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza  
PND (2013-2017) - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPD - Plano Provincial de Desenvolvimento  
PPDH - Proposta de Plano Provincial de Desenvolvimento  
RETOSA - Organismo Responsável pelo Desenvolvimento do Turismo na Região da SADC  
SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral  
SNSM - Santuário da Nossa Senhora do Monte  
TAAG - Transportes Aéreos de Angola  
TAP - Transportes Aéreos Portugueses  
UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura  
UNWTO - *United Nations World Tourism Organization*  
WCED (1987) - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento  
WTO - *World Tourism Organization*

# 1

## INTRODUÇÃO

Este é um estudo sociológico sobre políticas públicas de turismo e desenvolvimento sustentável em Angola. O estudo abrange todo o território, mas centra-se empiricamente no contexto local da província da Huíla. Trata-se de uma investigação de carácter qualitativo com análise de conteúdo documental, através de entrevistas semi-estruturadas e inferenciais de dados. Para se alcançar o desenvolvimento sustentável, muitos cientistas e atores públicos da sociedade contemporânea defendem a necessidade de se salvaguardar a sustentabilidade ambiental, económica, social e política a nível do contexto local. Assim, para tentarmos perceber a articulação entre essas dimensões no quadro das políticas públicas de turismo em Angola, procurámos, ao nível do contexto nacional, fazer um inventário do quadro legislativo sobre o turismo, e ao nível do contexto local, fizemos uma análise sociológica mais aprofundada sobre a forma como estas políticas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável na província da Huíla. Deste modo, constitui objeto de estudo desta dissertação **a análise do quadro de políticas públicas do turismo em Angola, assim como os modelos de aplicação, sucesso, e contribuição para o desenvolvimento social local.**

Partindo da indagação de, **até que ponto o quadro legislativo das políticas públicas do turismo em Angola se constitui como fator de desenvolvimento social local**, determinamos o perfil e tipologias resultantes da contribuição do Quadro de Políticas Públicas para o nível de promoção do desenvolvimento social local em Angola. Neste sentido, o objetivo geral da investigação consiste em inventariar e analisar sociologicamente as políticas públicas do turismo em Angola. Efetuando o enquadramento sociológico da

Política Nacional e o Plano Diretor do turismo em Angola, identificamos **os atores que intervêm na execução das políticas públicas do turismo em Angola** e o seu sentido social, bem como os **fatores centrais propiciadores de desenvolvimento social e económico** em contexto local (Huíla); finalmente, procuramos encontrar um **paradigma para as políticas de turismo mais promotoras do desenvolvimento social em Angola**, com base nas contribuições teóricas de vários autores e dos atores entrevistados construindo, desta forma, um **quadro teórico multidisciplinar sobre as políticas públicas de turismo e o desenvolvimento local sustentável em Angola**.

A escolha da Huíla, em particular implica a nossa familiarização com o território como uma das razões relevantes para a nossa escolha. De facto, o espaço sociogeográfico que serve de objeto da nossa investigação possui enormes potencialidades para exercer um papel central na diversificação da economia de Angola e, neste sentido, o turismo poderá desempenhar um papel importante para alavancar o desenvolvimento local sustentável através da inclusão dos recursos culturais da Huíla como a dança, a música, o artesanato, a coreografia do gado, a olaria, a cestaria, a gastronomia, o património histórico edificado (os monumentos e sítios, as embalas, etc.) e o património natural (fendas, grutas e cataratas), e pelo fato de a província se localizar numa zona estratégica servida pela estrada nacional 105 que faz a ligação entre Angola, Namíbia e África do Sul, que são os dois maiores países africanos que emitem o turismo para Angola (Cf. tabela 17 e gráfico 6), o que lhe confere uma mais-valia interessante para a captação de recursos e investimentos que possam contribuir para a inserção de Angola no contexto do turismo regional da SADC. Todavia, a visível limitação da capacidade financeira e empreendedora endógena local para impulsionar o processo, aliada a uma praticamente inexistente investigação científica de natureza sociológica sobre o turismo que possa contribuir para o apoio à tomada de decisões sobre a definição e estruturação das políticas públicas locais e regionais de desenvolvimento baseadas no turismo, tem sido um dos motivos que justificam a letargia do desenvolvimento local na Huíla em particular, e de forma geral no país inteiro. Assim, partindo destes pressupostos, tentámos desenvolver uma perspetiva que não se limite apenas ao domínio académico, mas que possa também, num

olhar aplicado, prestar algum contributo para que a província da Huíla venha efetivamente a conhecer socialmente um processo de desenvolvimento local sustentável baseado no turismo.

A dissertação está subdividida em 11 capítulos. No primeiro capítulo faz-se a resenha introdutória sobre a natureza do estudo, a sua delimitação, objetivos e os procedimentos metodológicos preliminares sobre a investigação. No segundo capítulo, sistematiza-se e exploram-se os quadros conceptuais da relação entre a sociologia e as políticas públicas de turismo na atualidade. No terceiro capítulo ensaia-se um olhar sociológico sobre o desenvolvimento sustentável e o turismo para a compreensão da dinâmica da teoria social sobre o conceito do desenvolvimento sustentável e o turismo, com particular realce para as teorias da modernidade e dependência, bem como para a teoria territorialista de desenvolvimento endógeno. No quarto capítulo faz-se o enquadramento socio-espacial da pesquisa, inventariando-se as políticas públicas do turismo e a caracterização do turismo em Angola, assim como a caracterização do espaço sócio-geográfico, económico e cultural, e o turismo no contexto local da província da Huíla. No quinto capítulo analisam-se as questões associadas às **problemáticas** do desenvolvimento local e do turismo em Angola, os problemas do modelo funcionalista polarizado e centralizado de cultura hegemónica que difunde o desenvolvimento do centro luandense para o resto do país, tido como periférico. São igualmente questionados outros fatores intervenientes na resistência ao desenvolvimento, característicos da fusão das culturas locais como resultado dessa cultura hegemónica. No sexto capítulo faz-se o enquadramento teórico do estudo, demonstrando-se, dentro das teorias vigentes, a contribuição do turismo para a promoção do desenvolvimento local sustentável nos domínios económico, sociocultural, ambiental e político, bem como o papel do sociólogo como elemento facilitador do processo de interação entre os atores locais e o Estado na definição das políticas e elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento local sustentável. No oitavo capítulo, apresenta-se a fundamentação metodológica, a motivação e a descrição detalhada das principais fases da investigação empírica. No nono capítulo são apresentados os resultados da investigação empírica que incidem sobre a sociografia dos problemas de desenvolvimento local e do turismo em Angola e na Huíla, e apresentam-se as sugestões para a

melhoria das políticas para a promoção do desenvolvimento local e do turismo em Angola e na Huíla em particular, bem como a análise estrutural do sistema interno e externo de acesso aos atores em presença, com recurso às técnicas Micmac e Mactor que permitiram a determinação das variáveis e dos atores mais influentes no desenvolvimento de Angola e da Huíla, e os desafios e objetivos estratégicos desses atores, as relações de força, a mobilização e a convergência dos atores face ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento em Angola e no contexto local da Huíla. No décimo capítulo faz-se a discussão dos resultados, com particular incidência sobre o posicionamento dos atores entrevistados sobre os problemas do desenvolvimento local e do turismo em Angola e na Huíla, e das sugestões apresentadas para a melhoria das políticas públicas do turismo para a promoção do desenvolvimento local sustentável em Angola e no contexto local da província da Huíla.

Finalmente, nas conclusões, apresenta-se a síntese dos principais resultados da pesquisa e as questões respondidas e por responder decorrentes da mesma, que poderão ser valiosas para perspetivas e investigações futuras. Este estudo parece ter incrementado com segurança uma abordagem teórica e empírica sobre o quadro das políticas públicas sobre o turismo em Angola, e faz emergir, simultaneamente, nuances multidisciplinares a explorar acerca da contribuição do turismo para a promoção do desenvolvimento local sustentável em Angola, e na Huíla em particular.

# 2

## SOCIOLOGIA E POLÍTICAS DE TURISMO

### 2.1. Abordagem sociológica sobre o turismo

A análise sociológica sobre o fenómeno social do turismo começou nos finais do século XIX<sup>1</sup> e princípios de século XX, mas só se pode falar da sociologia do turismo como especialidade sociológica no decurso dos anos 1970-1980 (Azevedo 2014). Para tal era necessário encontrar os pressupostos teóricos e metodológicos para a construção teórica da sociologia do turismo. Contudo, o enquadramento teórico e conceptual que permite a problematização e a compreensão do significado social do turismo já tinha sido descrito pela teoria social de Auguste Comte e do seu discípulo Durkheim, fundador da escola francesa de sociologia, que moldou o pensamento sociológico que mais tarde foi aplicado ao estudo do turismo, como explica Lanfant (2009: 103-04),

*“They built up a framework of references, highlighted perspectives, oriented directions of research, proposed models of reasoning and of dissertation, forged concepts, and invented the theoretical bases on which progressively the perception*

---

<sup>1</sup> Os primeiros expoentes do estudo sociológico sobre o turismo, cujos trabalhos incidiram sobre a análise dos viajantes estrangeiros foram: L. Bodio (1899), L. von Wiese (1930) e Simmel. Segundo Cohen (1984), foi na Itália onde começaram os primeiros estudos sociológicos sobre o fenómeno social do turismo. Nesta senda, Cohen (1984), aponta o Italiano L. Bodio como sendo o primeiro a publicar um breve artigo com um conteúdo social sobre o turismo em 1899, intitulado *“Sul movimento dei foresteri in Itália e sul denaro che vi spendono”*. Porém, conforme Homberg, (1978) as maiores contribuições iniciais sobre o estudo sociológico do turismo deram-se na Alemanha. Sobretudo com a publicação em 1930 do artigo clássico do alemão L. Von Wiese, considerado por Cohen (1984) e Amirou, (1995), como sendo o primeiro escrito especificamente sociológico sobre o turismo. Assim, conforme Amirou (1995:), *Les premiers travaux, réellement sociologiques, sur le tourisme peuvent être attribués ao Léopold von Wiese (1930), qui s’inspire des écrit de G. Simel*. Porém, Cohen (1984) considera o *“Soziologische Strukturwandlungen in Modernen Tourismus”* escrito por H.J. Knebel em 1960, como sendo o primeiro trabalho sociológico completo sobre o turismo.

*of the whole of tourism was elaborated as a social phenomenon concerned with the production of the society in which we are living today. These works are like road signs which allow us to locate the sociology of tourism within the framework of general sociology. The works of those sociologists usually considered as pioneers of sociological development (Comte, Durkheim, and Mauss) left their mark on a certain attitude toward social phenomena, which still perpetuates itself in our way of confronting the sociological object. Because of this mark, we are led to conceive tourism not in the usual way as a sector of activity separated from ordinary life, but more broadly as a system of actions which are deeply intertwined with all acts of social life, generating structural changes at every level of expression of society considered as a whole.*<sup>2</sup>

Na mesma linha de pensamento, Dann e Cohen (1991) argumentam que as investigações da sociologia do turismo têm-se inspirado no funcionalismo e nas teorias de conflito das sociologias neodurkheimianas e nas teorias weberianas, sobretudo de acordo com Grabam e Cohen (1996), com o uso frequente dos conceitos durkheimianos de anomia, o sagrado e das representações coletivas, assim como, o conceito weberiano de motivação<sup>3</sup>.

Com a aplicação de teorias sociológicas à análise do turismo, este fenómeno social foi gradualmente convertido em objeto sociológico, no âmbito de uma especialidade emergente, a sociologia do turismo, com as primeiras investigações realizadas no contexto europeu, e que se estenderam depois de Segunda Guerra Mundial para a América Latina e do Norte, assim como para a Ásia, Austrália, Médio Oriente, África e Oceânia. Entretanto, apesar de se situar

---

<sup>2</sup> (Tradução livre do autor) "Eles construíram um quadro de referências, perspectivas de destaque, orientaram a direção da investigação, propuseram modelos de raciocínio e de dissertação, forjaram conceitos e inventaram as bases teóricas sobre as quais progressivamente a percepção do turismo foi elaborada como um fenómeno social em causa com a produção da sociedade em que vivemos hoje. Estas obras são como sinais de estrada que nos permitem localizar a sociologia do turismo no âmbito da sociologia geral. As obras destes sociólogos geralmente considerados como pioneiros do desenvolvimento sociológico (Comte, Durkheim e Mauss) deixaram a sua marca em uma determinada atitude para com os fenómenos sociais, que ainda se perpetua em nossa maneira de confrontar o objeto sociológico. Devido a esta marca, somos levados a conceber o turismo não da forma usual como um setor de atividade separada da vida comum, mas mais amplamente como um sistema de ações que estão profundamente entrelaçadas com todos os atos da vida social, gerando mudanças estruturais em todos os níveis da sociedade considerada como um todo (Lanfant 2009).

<sup>3</sup> Weber foi o primeiro sociólogo que articulou claramente o argumento de que o significado e, portanto, a motivação, está no cerne de toda a compreensão sociológica. Vários estudantes de turismo têm vindo a afirmar que a motivação dos turistas deriva da sua visão do mundo, e é o cerne do fenómeno (Dann 1977).

o nascimento da sociologia do turismo entre 1970 a 1980 (Azevedo 2014), até aos dias de hoje não existe ainda uma única explicação sociológica sobre o fenómeno social do turismo. Surge assim o pensamento de vários sociólogos que tentam compreender e construir uma teoria sociológica explicativa do turismo a partir de diversas perspetivas teóricas dos clássicos da sociologia geral.

Contudo, apesar de haver diferentes enfoques para o estudo sociológico do turismo, Grabam e Cohen (1996) constataram que o crescente número de pesquisadores do turismo está consciente que o turismo é um fenómeno social que exige uma compreensão e explicação sociológica. De facto, verifica-se na literatura académica, uma síntese teórica que visa à construção de uma teoria sociológica do turismo, como uma teoria específica da sociologia geral. Assim, discutem-se neste capítulo, as dinâmicas que se deram em torno da tentativa de construção teórica da sociologia do turismo, partindo das abordagens que marcaram o arranque, passando pelos meandros até atingir à síntese atual.

Da leitura que se pode fazer da produção sociológica sobre o fenómeno social do turismo, observa-se que as relações entre turistas e as comunidades residentes nos destinos turísticos, os papéis, as motivações dos turistas, a mobilidade, os feitos económicos e as mudanças socioculturais provocados nas comunidades de destino, a globalização, e a teoria da dependência no desenvolvimento do turismo, o apelo à ação coletiva e à endogeneização do desenvolvimento do turismo e, muito recentemente, os acontecimentos sociais globais que influenciam o desenvolvimento do turismo, como por exemplo o terrorismo, as crises políticas, as revoluções e as catástrofes naturais, são temas que marcam o debate sociológico atual sobre o fenómeno social do turismo.

Segundo Cohen e Grabam (1996), o enfoque sociológico sobre turismo teve início na Itália com a publicação de um artigo intitulado “*Sul movimento dei foresteri in Itália e sul denaro che vi spendono*” por Luigi Bodio em 1899, e mais tarde estendeu-se para os países alpinos de língua alemã, fundamentalmente por intermédio de Simmel (1923), Leopold Von Wiese (1930), e Enzensberger (1958). (Spode 2009). Durante este período de arranque, estes cientistas sociais incidiram as suas análises sobre os viajantes estrangeiros. Enzensberger (1958) elaborou uma “Teoria do Turismo”, considerada como a

primeira tentativa sofisticada para explicar as motivações turísticas. O autor, analisa as motivações dos turistas e procura explicá-las com base no que ele denominou por “teoria da fuga”. Enzensberger associa o nascimento do turismo à Revolução Francesa e ao período subsequente do romantismo, concluindo que o turismo era uma “fuga da realidade”, ou seja, das restrições da sociedade capitalista burguesa. Segundo o mesmo autor, embora a revolução tivesse aberto a janela de “liberdade”, ela foi logo fechada novamente, deixando assim uma cicatriz no coração do povo, na medida em que a fuga ao cotidiano seria em vão, uma vez que o mundo do turista se tornaria tão restrito e bem organizado como o mundo comum e, conseqüentemente, as viagens de férias resultariam em uma decepção latente. Para Enzensberger, o turista era vítima de uma sociedade desumana imbuída na busca inútil da liberdade e da felicidade (Spode 2009).

Na Alemanha, onde Cohen (1984) situa a elaboração do primeiro artigo com conteúdo especificamente sociológico do turismo por L. Von Wiese em 1930, e a primeira obra sociológica completa sobre o turismo o “*Soziologische Strukturwandlungen in Modernen Tourismus*” escrita por Knebel em 1960, a pesquisa sociológica sobre o turismo incidiu inicialmente sobre as viagens e as mudanças sociais provocadas pelo turismo. Neste contexto, Knebel delineou a forma como o turismo se desenvolveu a partir de formas mais antigas de viagens e analisou, passo a passo, a dinâmica da sua transformação como um fenômeno de massa (Spode 2009). O mesmo autor concentrou-se no estudo das mudanças sociais provocadas pelo turismo, tendo para o efeito definido quatro critérios como ponto de partida para a análise sociológica do turismo:

- (1) – A existência ou a inexistência de inter-relações entre turistas e residentes;
- (2) – A necessidade de conforto e segurança física;
- (3) – A necessidade de mobilidade;
- (4) – A satisfação do consumo de necessidades de luxo no destino (Cohen 1984).

Em suas pesquisas, Knebel (1974) analisou o comportamento social do homem durante o período de trabalho e de férias observando a ocorrência da mudança de papel social em cada uma das fases. Esta situação conduziu o autor a definir a sociologia do turismo como a ciência que estuda o

comportamento social do homem e que transforma o seu papel social no decurso do período de férias. Argumentou ainda que durante o período de férias, o homem abdica dos diferentes papéis que desempenha profissional, económica e socialmente, assumindo o papel de turista.

Nos finais dos anos 1960, surgiram várias críticas sociológicas e filosóficas sobre o turismo. Filósofos e sociólogos como Theodor W. Adorno (1969a, 1969b) criticaram o capitalismo em geral e a indústria cultural em particular. Para estes autores, a liberdade e a individualidade de atividades de lazer constituía uma ilusão, ou mesmo uma fantasia perigosa. Para a Escola de Frankfurt, o capitalismo de consumo e lazer, tinha alienado as necessidades naturais das pessoas e suprimido a sua liberdade. O instituto de Berna, sob a liderança de Jost Krippendorf, tinha-se tornado um bastião de crítica ao turismo, concentrando-se nos efeitos provocados por ele nas comunidades receptoras. Nesta senda, Krippendorf (1985) considera o turismo como um devorador de paisagens, e em oposição ao turismo de massa, defende o desenvolvimento de um turismo humanizado, que seja capaz de proporcionar benefícios para os turistas e para as comunidades dos locais de destino (Spode 2009).

Nos anos 1970, o discurso sociológico, em muitos países europeus, foi cada vez mais caracterizado por uma crescente onda de anti-turismo, que denunciava os turistas como exploradores e cruzados que impunham os seus valores questionáveis ao Terceiro Mundo (Beutel *et al* 1978). Porém, enquanto se acentuava a crítica ao turismo de massa, surgiam também alguns pensadores com uma visão otimista sobre este fenómeno social sobretudo (Cohen 1972, Young 1973, MacCannell 1973, Forster 1974, L Turner e Ash 1975, MacCannell 1976, Noronha 1977, de Kadt 1979, V. L. Smith 1977), que procuraram construir uma teoria social otimista sobre o turismo (Cohen 1984).

Nos fins do século XX, o debate e teorização sociológica sobre o turismo foi dominado pela questão da relação entre o turismo e a modernidade ocidental (MacCannell 1973, 1976, Wag 2000), com a particularidade de se centrar na questão da autenticidade como uma razão cultural, embora a motivação dos indivíduos seja de diferentes graus de intensidade na experiência turística, (Cohen 1979), assim como pelos paradigmas romântico e do turismo de massa (Prentice 2004). Neste período destacam-se os trabalhos

de Cohen, MacCannell e John Urry; tendo Cohen (1972) realizado, de acordo com Azevedo (2014 p. 29), “(...) um confronto comparativo entre as abordagens sociológicas possíveis até àquela data em torno do turismo, tipificando as áreas de abordagem sociológica do turismo”. Com esta ação, Cohen (1984) definiu três áreas fundamentais para o estudo sociológico do turismo: (I) o turista; (II) a relação entre os turistas e a comunidade local; (III) a estrutura e o funcionamento do sistema turístico.

MacCannell (1973) fez a primeira síntese teórica sobre a autenticidade encenada nos cenários turísticos, considerando o turismo como símbolo da sociedade moderna, baseado na sociologia de Goffman<sup>4</sup>. A sua visão descreve o turismo como uma peregrinação moderna perseguindo a “autenticidade encenada” (Lanfant 2009).

O sociólogo britânico John Urry é outra figura a ter em conta na construção teórica da sociologia do turismo. Urry (1990) introduziu no discurso da teoria social do turismo o conceito de “olhar” de Foucault, e distinguiu duas principais variedades de olhar do turista, “romântica” e “coletiva” (Cohen 2012). John Urry analisou as transformações sociais, económicas e culturais do fenómeno social do turismo, e concebeu, de acordo com Azevedo (2014 p. 29), “(...) o olhar do turista, socialmente contextualizado, de acordo com os contextos sociais e culturais recetores, mas também decorrente das experiências extraordinárias (...)”.

Urry e MacCannell retomaram o conceito de “teoria de fuga” abordada anteriormente por Enzensberger, na argumentação teórica do paradigma romântico e do turismo de massa. No romantismo, o turismo é visto como uma forma de consumo que antecede ao turismo de massa, gozado pelas elites europeias dos séculos dezoito e dezanove. O turismo de massa é visto como uma fuga ao tédio quotidiano do trabalho para um mundo de sonho, onde se procura o autêntico. Na ótica de Prentice (2004), o legado de MacCannell (1976) e de Urry (1990, 1995) alimentou o paradigma romântico e do turismo

---

<sup>4</sup> Erving Goffman (1922-1982) foi um sociólogo canadense considerado uma das figuras mais influentes da sociologia americana do século XX, cujas “principais áreas de estudo incluíam a sociologia da vida quotidiana, a interação social, a construção social do eu, a organização social da experiência (...)” (Wikipédia enciclopédia livre, acesso 13/07/16) “na abordagem sobre a vida quotidiana, mostrou como os episódios triviais da vida quotidiana (...) constituíam uma dimensão central da pesquisa sociológica” (Nunes 1993).

de massa. A síntese de MacCannel foi fundamental para a construção das agendas de investigação do turismo na América do Norte, e o “olhar” de Foucault em Urry suscitou interesse de outros pensadores do norte da Europa e fundamentalmente do Reino Unido, onde a pesquisa sobre o turismo alcançou níveis consideráveis nos anos 1990 (Prentice 2004).

No final do século passado, o estudo sociológico do turismo afastou-se dos problemas de autenticidade. O debate centrou-se em torno do impacto provocado por dois acontecimentos históricos: (1) a viragem pós-moderna no turismo ocidental, e (2) o aumento do turismo não ocidental. Pensadores pós-modernos radicais, como Baudrillard (1994) negaram a existência dos “originais” no mundo contemporâneo, que supostamente cresce nas simulações, enquanto autores como Ritzer e Liska (1997) argumentam que o desejo de diversão e prazer substitui a exigência de autenticidade como motivação dominante pós-moderna do turista. “Os pós-turistas”, de acordo com estes autores, poderiam deleitar-se ironicamente desfrutando a paisagem falsa de um mundo supostamente desprovido de originalidade. A rápida expansão do turismo não-ocidental, especialmente na Ásia, foi desde o início realizada por outras razões e não por uma exigência de autenticidade (Cohen 2012).

Em função das novas dinâmicas do fenómeno social do turismo, pode-se dizer que os novos desenvolvimentos conceituais e teóricos além dos discursos de autenticidade e do olhar do turista, estão intimamente associados a uma reorientação meta-teórica mais ampla na sociologia contemporânea e na filosofia, que por sua vez reflete algumas das tendências sociais mais amplas e modernas. Nesta perspetiva, o estudo sociológico do turismo não se deve limitar à análise das relações que se estabelecem durante as interações sociais entre os turistas e os membros da comunidade de destino turístico, à teoria da mobilidade, à autenticidade e ao romantismo pois, conforme Dias (2003), o seu discurso seria bastante limitado. De facto, assiste-se atualmente a uma nova reorientação teórica no discurso sociológico centrada na análise da relação entre o turismo e os processos mais amplos de mudanças sociais, ambientais, culturais e políticas; na questão da promoção da justiça social, do combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável através do turismo; bem como na análise dos acontecimentos sociais globais que têm influenciado o desenvolvimento do turismo, como é o caso do fenómeno do terrorismo, das

revoluções ocorridas recentemente no mundo árabe, das crises políticas e das catástrofes naturais como tsunamis e terremotos.

Seguindo esta nova abordagem sociológica, na perspectiva de Cohen (2012), a dinâmica do turismo global contemporâneo foi afetada pelos acontecimentos históricos ocorridos no final do século, no mundo ocidental e não ocidental. Nesta ordem de ideias e de acordo com este autor, o turismo global foi afetado de forma significativa pelo colapso do campo socialista na União Soviética e na Europa Oriental, e pela subsequente transformação da China e do Vietnã em sociedades pós-comunistas; como consequência desse acontecimento, a vida e a cultura dessas grandes regiões até então estagnadas, foram posteriormente abertas ao turismo recetivo, especialmente ocidental, enquanto suas economias florescentes e liberalizadas geraram um fluxo crescente de turismo internacional em países vizinhos e no Ocidente. O desenvolvimento do turismo internacional foi influenciado pela realocação do foco de crescimento económico do Ocidente para as economias emergentes dos países não-ocidentais, principalmente na Ásia (China, Índia, Coreia do Sul, Hong Kong e Singapura), mas também na América Latina (Brasil). Como é óbvio, em função do crescimento económico que ocorre em alguns países da Ásia, da América Latina e da África, assiste-se atualmente uma reorientação dos turistas ocidentais para os destinos não-ocidentais. Contudo, na década de 1990, o ritmo de crescimento do turismo internacional experimentou uma desaceleração provocada pela crise financeira asiática de 1997 (Cohen 2012, Gouveia *et al* 2013) e pelas crises financeiras mundiais que tiveram lugar nos anos 2007-2008 e 2010-2012, que afetaram a estabilidade económica do mundo e exasperaram a segurança financeira pessoal das classes médias ocidentais até então prósperas ao reduzir o seu poder de compra (Cohen 2012).

O turismo tem sofrido ainda influência das alterações dos sistemas políticos dos países de origem, da criminalidade, das epidemias, dos desastres naturais (Ignarra 2001, Pleterski 2010); como é o caso das calamidades de 2008, sobretudo das inundações que tiveram lugar na China, em Myanmar, no Brasil, no México e no Reino Unido; das ondas de calor e incêndios que assolaram a Grécia e a Itália; dos ciclones e tornados que assolaram sobretudo as Caraíbas e países vizinhos; dos tremores de terra na China e das erupções

vulcânicas no Chile (INE 2008); do mesmo modo o tsunami no Oceano Índico em 2004, o furacão Katrina e o tsunami depois do terremoto no leste do Japão.

Estes fenômenos naturais não só afetaram alguns dos principais destinos turísticos, como provocaram um aumento do receio de viajar para as áreas propensas a desastres, mas também demonstraram a vulnerabilidade e impotência dos turistas quando as instituições das que dependiam colapsaram (Cohen 2012). Para Carrascal (2003) o turismo global tem sido ainda influenciado pelas guerras e conflitos militares que ocorrem no Iraque, Afeganistão, Paquistão, Palestina, Sri Lanka e Índia (INE 2008), bem como pela instabilidade política e pelos riscos ambientais e financeiros. Na ótica deste autor, estas ameaças criam um clima de insegurança persistente, percebida pelos turistas que muitas vezes alteram o seu destino de viagens substituindo os destinos internacionais por nacionais (Bonham *et al* 2006). Como é evidente, estes fatores afetam negativamente a importância dos destinos turísticos dos países assolados.

No seu trabalho de graduação intitulado *“El impacto del terrorismo sobre el turismo”*<sup>5</sup> Pleterski (2010) analisou os efeitos gerais do terrorismo sobre a atividade turística mundial, no período compreendido entre 2001 a 2007, tendo registado a ocorrência de 47 ataques terroristas em 18 países,<sup>6</sup> e chegou a conclusão que estes acontecimentos reduziram significativamente o consumo do turismo e afetaram as indústrias relacionadas com ele tais como hotéis, restaurantes e companhias aéreas, provocando uma série de mudanças sociais que influem no sistema de mobilidade dos turistas. Nesta lógica de pensamento pode dizer-se que estas grandes tendências sociais e dramáticos eventos históricos afetaram as origens e os destinos dos fluxos turísticos, os motivos e os estilos de viagem, a estrutura da indústria do turismo, bem como a relação entre o turismo e a vida quotidiana. Eles também afetaram os modos de pensamento sociológico sobre o turismo, as abordagens paradigmáticas e teóricas do mesmo, bem como a escolha dos temas de investigação atuais (Cohen 2012). Neste sentido, Dias (2003) enfatizou a importância do estudo

---

<sup>5</sup> “O impacto do terrorismo sobre o turismo” (tradução do autor).

<sup>6</sup> Os países afetados pertencem maioritariamente ao continente asiático (Afeganistão, Filipinas, Sri Lanka, Turquia, Paquistão, Indonésia, Índia e Laos); e ao Médio Oriente (Jordânia, Líbano, Iémen e Iraque) (Pletersk 2010).

sociológico sobre os acontecimentos globais que influenciam o turismo tal como, por exemplo, as mudanças de atitudes psicossociais no comportamento dos turistas provocadas pelo “atentado ao *World Trade Center* nos EUA, que afetou o turismo no Ocidente, ou as mudanças de governo cujas políticas interferem no fluxo turístico”. Sobre este assunto, a OMT (2002) constatou que o ataque de Nova Iorque criou uma espécie de medo que mudou a percepção do turista para com as aeronaves, especialmente sobre os voos intercontinentais, que são também suscetíveis de ataques terroristas, e demonstrou a fragilidade do sistema de segurança civil americano. Na mesma lógica de pensamento, Cohen (2012) observou que o ataque de 11 de Setembro de 2001 nos EUA demonstrou de forma dramática a ascensão do fundamentalismo islâmico militante, e causou as guerras no Afeganistão e no Iraque, seguida pelos ataques terroristas contra instalações turísticas em outras partes; isto evidenciou a *interface* entre o turismo e o terrorismo, agravando o sentimento de risco associado às viagens e levou a procedimentos de segurança cada vez mais rigorosos no turismo mundial, o que colocou crescentes restrições ao conforto, à felicidade e liberdade de viajar (Cohen 2012). Conforme Hall (2004 p 47), “*For example, national security concerns in the post-September 11 environment have not only influenced travel behavior but have also affected the direct personal security measures employed to protect the traveling public*”<sup>7</sup>. Em função dessa realidade, de acordo com Vidarreto (s/d), o fenómeno do terrorismo provocou a redução do número de turistas, do volume de investimento estrangeiro direto, assim como contribuiu para o aumento dos custos da reconstrução das infraestruturas turísticas danificadas e os custos com a segurança para impedir novos ataques.

## 2.2. O turismo na análise de outras ciências sociais

O turismo é um fenómeno social que provoca uma série de impactos económicos, sociais e culturais nas sociedades receptoras, cuja compreensão

---

<sup>7</sup>“Por exemplo, preocupações de segurança nacional no ambiente pós-11 de setembro não só influenciou o comportamento de viagens, mas também afetou diretamente as medidas de segurança do pessoal de segurança encarregado de proteger o público de viagem” (Hall 2004, tradução do autor).

requer uma pesquisa e explicação das ciências sociais. Nesta ótica, o estudo científico do turismo teve a sua origem na Europa continental por ter sido o primeiro espaço sociogeográfico a experimentar o turismo de massa durante o século XIX (Cohen 1984, Spode 2009, Lanfant 2009). Nesta ordem dos acontecimentos, os primeiros trabalhos académicos sobre o turismo foram iniciados por economistas italianos, seguidos por economistas dos países alpinos falantes da língua alemã (Alemanha, Suíça, Áustria e Baviera), como sustenta Spode (2009 p. 65): *“Tourism “theory”, or scholarly thinking about tourism, originally emerged within the discipline of economics, and then mainly in Italy and German-speaking Alpine countries”*<sup>8</sup>.

Obviamente, com esta abordagem, os economistas da época estavam preocupados com a análise dos aspetos económicos do turismo; por esse motivo começaram a escrever uma série de artigos sobre o turismo na sua relação com a economia nacional, denotando uma crescente tomada de consciência do papel do turismo para o desenvolvimento socioeconómico da época (Spode 2009).

Na primeira metade do século vinte e, em particular, nos anos da recessão económica na década anterior à Segunda Guerra Mundial na Europa, muitos economistas também estavam preocupados com a capacidade ou potencial do turismo internacional para gerar divisas (Mihalič 2014). Além disso, na Itália, a pesquisa social estava também centrada na análise da hospitalidade e dos tipos de impactos provocados pelo turismo sobre o território e a comunidade local (Savelli 2009). Permitindo desta maneira que os cientistas sociais da época dessem conta de que o turismo é um fenómeno social total, (Lanfant 1993). Cujas compreensão requer a intervenção de outras ciências sociais na medida em que, a ciência económica, por si, só, não era capaz de dar uma explicação profunda sobre o fenómeno social do turismo. Nesta lógica de pensamento, pode-se afirmar que a compreensão do turismo requer o processo da interdisciplinaridade e complementaridade de perspetivas e conforme Lanfant (1993), as ciências sociais haviam encontrado uma metodologia com base na antropologia de Marcel Mauss - o Fenómeno Social

---

<sup>8</sup>A Teoria do "Turismo" ", ou pensamento académico sobre turismo, originalmente surgiu no âmbito da disciplina de economia, principalmente na Itália e, em seguida, estendeu-se para os países alpinos falantes da língua alemã" (Spode 2009, tradução do autor).

Total - para começar o estudo do turismo numa perspetiva pluridimensional que, de acordo com Moesch (2002), deve abarcar a dimensão histórica, antropológica, geográfica e as motivações psicológicas. De facto, todas essas áreas científicas oferecem diferentes visões sobre o turismo, que enriquecem a compreensão deste fenómeno social. Todavia, este capítulo não pretende ser tão abrangente e analisar o turismo como fenómeno social total, mas sim abordá-lo simplesmente como um fenómeno sociológico.

### 2.3. O turismo como fator de mudança social

A sociedade tem testemunhado, ao longo dos anos, uma série de mudanças subsequentes, resultantes da exposição de diferentes culturas, povos e práticas sociais sob a forma de comércio de longa distância, movimento militar, migração laboral e peregrinações. Assim, a exposição a diferentes culturas e práticas sociais, ocasionadas pela interação turística, apresentam-se atualmente como um dos fatores que influencia a mudança social nas comunidades de destino turístico (Hashimoto 2014). Em função dessa realidade, a sociologia do turismo tem orientado com maior intensidade a sua pesquisa para a análise e explicação das mudanças sociais que o turismo provoca nas comunidades receptoras. Nesta lógica de pesquisa, de acordo com Calhoun (1995), ao examinar a mudança sociocultural, a sociologia procura analisar as alterações provocadas pela influência do turismo na estrutura social, na ação e nos valores culturais das comunidades receptoras. Assim, conforme Cohen (1972), durante o desenvolvimento do turismo, os valores sociais e as práticas culturais muitas vezes sofrem adaptações que correspondem ao interesse dos turistas, e a estrutura social da comunidade receptora sofre mudanças que resultam de fenómenos migratórios. Na perspetiva de Hashimoto (2014), a magnitude da mudança sociocultural é em parte, determinada pelas diferenças entre os anfitriões e visitantes; que de acordo com Inskip (1991), incluem as diferenças de valores básicos e sistemas lógicos, de crenças religiosas, de tradições e costumes, de estilos de vida e padrões de comportamento, de códigos de vestimenta e de atitudes em relação aos estranhos.

Hashimoto (2014) argumenta ainda que as mudanças sociais ocorrem sobretudo através da tentativa de ocidentalizar a cultura e o estilo da vida local, sob o pretexto da modernização e globalização cultural e económica do mundo. Contudo, as tentativas de modernização da cultura e de mudança do estilo de vida das comunidades locais, são muitas vezes denunciadas como imperialismo cultural (Lowenthal 1985); estes têm encontrado várias oposições, sobretudo das comunidades indígenas residentes nos destinos turísticos que consideram o processo de adoção de valores ocidentais, como um perigo para a sobrevivência da sua cultura. A análise desse problema fez com que muitos cientistas sociais, por exemplo Crosby (1996) e Hashimoto (2014), considerassem a ocorrência de mudanças socioeconómicas e mudanças socioculturais, positivas e negativas no seio das comunidades de acolhimento turístico.

### 2.3.1. Mudanças socioeconómicas positivas

O turismo é um fenómeno social que provoca uma série de transformações económicas nas sociedades recetoras. Por este prisma, graças aos trabalhos desenvolvidos por Hunziker e Krapf (1942), há consenso entre vários sociólogos do turismo de que este fenómeno social provoca efeitos socioeconómicos que beneficiam as comunidades de acolhimento. Assim, em suas pesquisas Hunziker e Krapf (1942) mostraram que o turismo exerce uma certa influência sobre as economias nacionais através da redistribuição do rendimento entre sectores e empresas na economia e, por conseguinte, da renda nacional. Conforme Mihalič (2014), a partir das ideias de Hunziker e Krapf (1942) muitos analistas passaram a estudar os diferentes efeitos socioeconómicos do turismo. Foi nesta base que, sociólogos como Noronha (1977), Cleverdon (1979), de Kadt (1979) desenvolveram pesquisas que forneceram explicações mais compreensivas sobre as mudanças socioeconómicas que o turismo provoca nas comunidades de destino. Na perspetiva destes autores o turismo beneficia as comunidades locais através da criação de empregos, e da arrecadação de receitas para a população local. Sobre esse assunto, Peake (1988) e Brown (1992) citados por Telfer 2014, narram exemplos de jovens Quenianos e Gambianos respetivamente, que têm

conseguido obter empregos formais e informais lucrativos na indústria do turismo e que os têm beneficiado economicamente.

Claverdon (1979) constatou que o turismo proporciona a renda ao país anfitrião e muitas vezes se torna em uma importante fonte de receita governamental, e por essa razão, muitos governos têm incentivado o seu rápido desenvolvimento. Na mesma linha de pensamento, autores como Graw (1982), Varley (1978), Wall e Ali (1977) sustentam que o turismo gera divisas; na ótica de Gerland (1984), Milman e Pizam (1988), Coccossis (1996), Mihalič (2014) o turismo é responsável também pelo desenvolvimento da infraestrutura no destino, como é o caso das estradas, transportes, saneamento, e pelo aumento da oferta de serviços e, conseqüentemente contribui para a melhoria da qualidade de vida dos residentes locais. Segundo Cohen (1982b), Wahnschafft (1982), o turismo incentiva ainda novas atividades económicas em serviços auxiliares e complementares e, assim, indiretamente cria novas oportunidades para mobilidade económica entre os moradores locais. Neste sentido e segundo Wall (1995) o turismo oferece oportunidade para a criação de pequenas empresas nas comunidades indígenas residentes nos locais turísticos. Este autor conta histórias de sucesso envolvendo empreendedores locais que obtiveram fortunas no negócio do turismo. Este é o caso de guias de turismo que falam diferentes línguas europeias, que frequentemente lucram o suficiente para viverem confortavelmente com equipamentos modernos como um carro novo por exemplo, um aparelho de som ou antena parabólica, e um estilo de vida ocidental como por exemplo a moda (McCarthy 1994).

Certamente, quando as políticas de desenvolvimento do turismo estabelecem relações com sistemas produtivos locais das comunidades menos desenvolvidas através da compra dos produtos locais para abastecer os hotéis e restaurantes, assim como da inclusão do artesanato, da música, dança e coreografia local, há uma grande possibilidade de potenciar os produtores locais, impulsionando desta forma a economia e o desenvolvimento local. Desta forma, na ótica de Noronha (1979) e de Clarke (1981), a revalorização dos recursos locais mediante a sua inclusão no desenvolvimento do turismo pode produzir mudanças fortuitas no seio de alguns indivíduos, incluindo as elites locais. Segundo de Kadt (1979) e Cohen (1983b), os novos empresários turísticos, que se estabelecem no local, não vêm das elites locais estabelecidas, mas são

provenientes das classes médias urbanas que se fixam no destino turístico. Todavia, mesmo a julgar pela existência de empresários provenientes fora da localidade, Hashimoto (2014) defende que o desenvolvimento do turismo deve ser um meio de desenvolvimento socioeconómico e, assim, o desenvolvimento do turismo bem-sucedido deve trazer lucro razoável para as partes envolvidas e, por conseguinte, trazer mudanças na melhoria da qualidade de vida da população local.

#### 2.2.4. Mudanças socioeconómicas negativas

A atividade turística é também responsável pela ocorrência de transformações socioeconómicas negativas nas comunidades de destino (Forster 1964, Greenwood 1972, Urbanowicz 1977, Noronha 1977, Cleverdon 1979, de Kadt 1979, Randburg, 1980, Cohen 1982b, Fisher 1988, Mihalič 2014), o que impõe uma série de questionamentos sobre o seu papel como fator de desenvolvimento. Assim, com base na análise sobre os efeitos negativos, Forster (1964) constatou que o turismo produz mudanças pouco benéficas para os moradores das comunidades de destino devido a pertencerem a investidores externos, resultando assim, numa dependência externa ao invés de desenvolvimento. Para Forster (1964), Cleverdon (1979), de Kadt (1979), Noronha (1977) e Cohen (1982b) observaram que o turismo traz mudanças económicas pouco benéficas para as comunidades locais quando o seu desenvolvimento envolve a penetração de estrangeiros e muito interesse financeiro externo. Para Greenwood (1972) e Randburg (1980), quando isso acontece, normalmente, perde-se o controlo local sobre a indústria turística. Em alguns casos, para satisfazer o capricho dos turistas além da importação do capital humano, alguns países optam também por importar produtos dos países emissores, prejudicando cada vez mais as economias locais, não permitindo que o crescimento do sector turístico consiga gerar vínculos com outros sectores, principalmente com a agricultura (Elkan 1975, Wilson 1979, Cleverdon 1979).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> A economia local é prejudicada com a importação do capital humano e de produtos agrícolas, porque esta ação implica a exportação de divisas, e a destruição do setor produtivo local, gerando uma dependência económica externa.

Provocando desta forma uma mudança na estrutura da economia local, como confirma Crosby (1996 p.52),

*“(...) el turismo puede provocar distorsiones en la economía local: así, por ejemplo, cuando el desarrollo turístico en áreas rurales se concentra en una sola zona, dejando otras por desarrollar, o cuando atrae a recursos humanos de otros sectores económicos (agricultura, por ejemplo) dejándolos desprovistos de los elementos necesarios para su desarrollo, (...)”<sup>10</sup>.*

Neste sentido, de acordo com Verbole (1995) e Crick (1996) os padrões de trabalho tradicionais da comunidade são seriamente afetados, resultando no abandono de profissões agrícolas. Deste modo, quando as políticas de turismo não promovem o vínculo entre a agricultura e a arte local, a população dos destinos turísticos tem a tendência de abandonar o sistema produtivo tradicional local para se empregar na indústria turística onde, por não possuir a formação profissional, encontra trabalhos pouco qualificados e mal remunerados. Sobre esse assunto, Fisher (1988) estudou o impacto da modernização nas sociedades subsaarianas e observou que as mercadorias importadas inundam os mercados africanos em substituição dos itens tradicionais. Como resultado, os artesãos “indígenas” foram desencorajados das suas atividades e a dependência do trabalho não qualificado para a produção primária foi incentivada.

Urbanowicz (1977) e Cohen (1982b) consideram que o turismo gera ou reforça também uma tendência inflacionária e, segundo Mihalič (2002c), tem sido causada pelo aumento dos recursos financeiros adicionais que os turistas internacionais trazem para o país de destino turístico. Neste sentido, de acordo com este autor, se o fornecimento de bens e serviços no país de destino não consegue satisfazer ao aumento do turismo, o nível geral de preços tem tendência a subir. Na mesma linha de pensamento, Crosby (1996 p. 52), sustenta que *“El turismo puede, asimismo, originar inflación, cuando los establecimientos y empresarios de los servicios aumentan los precios en un*

---

<sup>10</sup> O turismo pode ainda causar distorções na economia local: por exemplo, quando o seu desenvolvimento no meio rural estiver concentrado em uma única área, ou quando a indústria turística atrai os recursos humanos de outros sectores da economia (como por exemplo da agricultura), deixando-os desprovidos da força de trabalho, necessária para o seu desenvolvimento (Crosby 1996, tradução do autor).

*intento por obtener más ganancias*”.<sup>11</sup> Complementando o pensamento de Crosby (1996), Mihalič (2002c) afirma que a subida dos preços dos produtos locais pode ser causada também pelo aumento da procura turística ou pelos elevados custos de produção. Quando isso ocorre, o turismo traz benefícios para os agentes locais que estão diretamente envolvidos no seu desenvolvimento, por um lado, e por outro lado, causa dificuldades para o resto da população local (Cohen 1984), que vê o seu poder de compra reduzido e, portanto, uma queda do seu nível de vida, sobretudo aquelas comunidades do meio rural que se tornaram dependentes do turismo para sobreviver.

### 2.2.5. Mudanças socioculturais positivas

As mudanças socioculturais que normalmente ocorrem nas comunidades de destino turístico estão associadas aos benefícios económicos proporcionados pelo desenvolvimento do turismo que se consubstanciam na criação de empregos e na geração de rendimentos, sobretudo para as mulheres, jovens e membros das camadas sociais baixas. Com base na dotação de benefícios económicos, de acordo com Noronha (1977) e com de Kadt (1979) o turismo origina a divisão social do trabalho entre sexos, ao atrair as mulheres jovens, que nas sociedades tradicionais desempenhavam tarefas domésticas, e que agora passam a trabalhar em serviços turísticos como hotéis e na produção de artesanato e lembranças para o mercado (Boissevain 1979, Swain 1977). Na ótica de Noronha (1977), de Kadt (1979) e de Cohen (1983b), ao criar novas oportunidades de emprego na área de acolhimento, o turismo influencia os padrões de migração em duas direções principais: ele ajuda a comunidade a reter os seus membros que de outra forma migrariam para locais distantes, mas também atrai pessoas de fora que estão procurando por trabalho ou oportunidade económica. Ocasionalmente mudanças nos critérios de estratificação social (Sttot 1978, Greenwod 1972, Reynoso y Valle e de Regt 1979), que passam a ser definidos com base no poder económico em detrimento dos critérios mais tradicionais, tais como a origem da pessoa. Desta maneira, são

---

<sup>11</sup>O turismo também pode causar inflação, quando os estabelecimentos e empregadores em serviços decidem aumentar os preços como uma tentativa de obter mais lucros (Crosby 1996, tradução do autor).

afetadas as bases da organização social, especialmente em sociedades simples e tradicionais, (Greenwood 1977), com o surgimento de novas camadas sociais, em particular as classes médias (de Kadt 1979); dando origem à mobilidade social entre os indivíduos das classes baixas, que passam a fazer parte da nova elite local.

Para consolidar os benefícios do turismo que, na sua maioria, são provenientes da venda dos produtos locais e da imagem do destino no seio das populações residentes nos locais de acolhimento, desenvolve-se uma forma de consciência social voltada para a valorização da cultura e arte tradicionais, assim como dos recursos naturais e da produção local, contribuindo desta maneira para a proteção e valorização das tradições, costumes e heranças, que em caso contrário, desapareceriam com a modernização da comunidade. Nesta ordem de ideias, de acordo com Hashimoto (2014), a preservação e conservação da cultura local, além de incentivar o desenvolvimento económico local, é fundamental para o fortalecimento das identidades sociais e culturais dessas comunidades. No entanto, o desenvolvimento do turismo só é capaz de contribuir para a valorização da cultura local quando não se desenvolve como um agente de mercantilização. Assim, quando a cultura “indígena” e as tradições são valorizadas e protegidas como “*comodities*” importantes do turismo de negócios, o próprio turismo insta as populações locais a manter os seus valores locais, tradições e património. Desta forma, o desenvolvimento do turismo implica a facilitação da proteção do património e tradições locais.<sup>12</sup> Para Hashimoto (2014), a orientação com base na reabilitação e conservação da arquitetura local autêntica de estilo tradicional para a atração de turistas (Ratz 2002). Em função disto, pode-se então dizer que a valorização da cultura local e a sua inclusão no desenvolvimento do turismo pode contribuir para o intercâmbio cultural e para o fomento da paz e das relações entre povos e culturas. Todavia, de acordo com Stanley (1988) isto só é possível com o desenvolvimento do turismo em pequena escala e se for bem gerido. Ainda segundo o mesmo autor, os benefícios económicos do turismo têm contribuído para a mudança qualitativa geral da vida e bem-estar das pessoas que vivem em um destino turístico. Neste

---

<sup>12</sup> Sobre os diferentes modelos de valorização do património cultural, ver Esperança, E. (1997), cap. V.

sentido, as receitas obtidas pelo governo através do turismo podem ser usadas posteriormente para beneficiar a população em geral em termos de programas sociais. Contudo, muitas das alterações positivas acima descritas também podem ser enquadradas no cômputo das mudanças negativas (Hashimoto 2014).

### 2.2.6. Mudanças socioculturais negativas

A relação entre o desenvolvimento do turismo e as mudanças socioculturais é complexa conduzindo a uma variedade de noções estereotipadas sobre o impacto do turismo, muitas vezes bastante equivocadas (Crosby 1996, Hashimoto 2014). Contudo, antes de mais, é importante referir que os efeitos socioculturais negativos resultam das relações sociais que se estabelecem entre os residentes e os turistas, durante a permanência destes últimos nos destinos turísticos. Na perspetiva de Crosby (1996), em sentido negativo, essas relações provocam a desculturação do destino, e em muitos casos fazem desaparecer a cultura da comunidade recetora e provocam a adaptação de culturas “indígenas” a costumes ocidentais; por exemplo, a desculturação pode ter lugar quando se comercializa, de forma extrema, as tradições locais, despojando-as assim do seu significado real e destruindo o seu carácter de autenticidade que em princípio atrai o visitante. Para Terrero (2014 p. 4), *“Sometimes a destination is sold as a tourism product and local communities have to change their religious rituals, festivals and traditional ethnic rites to conform to tourist expectations”*.<sup>13</sup> Na mesma lógica de pensamento, Duffied e Long (1981) e Crandall (1987), afirmam que às vezes o comportamento dos anfitriões é modificado, a fim de imitar os turistas; Na maioria dos casos, os costumes e as artes têm, de facto, sofrido mudanças para agradar ao público-alvo (Graburn 1976b, McKean 1976b), que não compartilha o fundo cultural, a linguagem e os valores da comunidade tradicional. Nesta ótica,

---

<sup>13</sup>Às vezes, um destino é vendido como um produto turístico e as comunidades locais têm que mudar seus rituais religiosos, festas e ritos tradicionais étnicos para se conformar com a expectativa do turista (Terrero 2014, tradução do autor).

as danças e rituais têm sido encurtados ou embelezados, e os costumes populares ou artes alteradas, falsificadas e, ocasionalmente, inventadas para o benefício dos turistas (Boortin, 1964, Graburn 1976b). Tal facto faz com que os produtos culturais percam a sua autenticidade na medida em que se moldam às expressões culturais aos gostos dos turistas (Terrero 2014). Com esta prática, as comunidades autóctones são literalmente vendidas como parte do produto turístico, e muitas vezes se espera que estejam em conformidade com a imagem da comunidade idealizada pelo turista, particularmente nas áreas rurais, onde não se espera que a modernização colida com a tranquilidade rústica (Carrol 1995). Na perspetiva de Hashimoto (2014), por causa dos processos da modernização e da globalização que tendem a padronizar a cultura económica do mundo incentivando a adoção de um modelo universal e, implicitamente, o envio de uma mensagem de que a cultura e as tradições indígenas não trazem desenvolvimento económico de uma nação, o turismo provoca mudanças no comportamento das nações subdesenvolvidas, incentivando-os a abraçar os valores “euro-americanos” e a desvalorizar a cultura e tradições indígenas. Assim, como a maioria dos turistas são provenientes dos países ocidentais, de acordo com o mesmo autor, a difusão do seu comportamento e estilo de vida em destino turístico não ocidental pode causar mudanças no comportamento dos moradores locais, que tentam adotar o modo de vida dos turistas. Nesta ótica, em alguns casos, os jovens residentes nos destinos turísticos têm sido atraídos pelos padrões de consumo e estilo de vida ocidentais como, por exemplo, a moda em detrimento dos seus valores culturais.

Greenwood (1972) e de Kadt (1979) constataram que o turismo não é um mecanismo particularmente eficaz de mobilidade social, na medida em que enquanto alguns indivíduos podem beneficiar muito com isso, os operários na indústria têm possibilidades de progresso limitado, devido a uma estrutura de emprego peculiar, atendendo ao facto de que o turismo tem uma ampla base de trabalhadores não qualificados e semiquilificados e escalões superiores limitados. Além disso, em áreas pouco desenvolvidas, os escalões superiores tendem a ser ocupados por pessoas de fora (Noronha 1977), em detrimento das populações locais e, sobretudo, das comunidades “indígenas” que em alguns casos são despojadas das suas terras pelas operadoras turísticas, privando-as

de seus meios de subsistência e forçando-as a mudarem-se para outros lugares, muitas vezes com menos recursos, como afirma Terrero (20014 p.6),

*"The indigenous groups are particularly affected by this event, as many lack formal titles, making them more vulnerable to displacement and loss of access to land. In addition, these people are discriminated against socially, politically and economically, so they are not taken into account in decision-making related to tourism development. This displacement of indigenous people may carry the devastation of their culture".*<sup>14</sup>

De facto, a venda de terras ancestrais, de forma voluntaria ou por coerção, com a finalidade de desenvolver o turismo, provoca problemas de propriedade, realocação de terra sagrada e deslocação de populações locais (Paterson 1993, McCarthy 1994). O desenvolvimento do turismo, se não for bem projetado, pode causar choques culturais, se tivermos em conta que o turismo implica a mobilidade de turistas e de pessoas de diferentes locais para os destinos turísticos a fim de conseguirem empregos. Nesta lógica da ação, os turistas passam a interagir com os moradores e os novos residentes passam a construir com os antigos uma nova realidade demográfica da localidade, o que implica a construção de uma nova realidade sociocultural que ocasiona uma série de choques culturais e dificuldades de adaptação ao novo estilo de vida. Isto percebe-se uma vez que os trabalhadores de diferentes localidades trazem valores culturais, religiosos, estilos de vida e níveis económicos diferentes das populações locais. Neste sentido e de acordo com Terrero (2014: 6-7),

*"Attitude of locals towards tourism development can go through stages of Euphoria, where visitors are very welcome, through apathy, irritation and potentially antagonism, when anti-tourist attitudes begin growing among local people". (...). "Tourists that usually don't know all the habits of the local*

---

<sup>14</sup> "De facto, os grupos indígenas são especialmente afetados por este evento, já que muitos não têm títulos formais, tornando-os mais vulneráveis ao deslocamento e perda do acesso à terra. Além disso, essas pessoas são discriminadas socialmente, politicamente e economicamente, pelo que eles não são tidos em conta na tomada de decisões sobre o desenvolvimento do turismo" (Terrero 2014 tradução do autor).

*culture behave the way they would in their countries, which can cause irritation in local people who are not used to it.*<sup>15</sup>

O turismo encoraja ainda vários tipos de desvios sociais como a mudança no uso da língua (Brougham e Butler 1977), o roubo (Noronha 1979, Cohen 1983c), a prostituição (Jones 1978, Cohen 1982b, Wahnschafft 1982), o crescimento do alcoolismo, a criminalidade e os jogos de azar (Young 1973, Graburn 1983, O'Grady 1990). Estes desvios sociais têm a tendência de aumentar nas comunidades de destino turístico com o crescimento do turismo de massa. Neste sentido, tem-se constatado que a presença de um grande número de turistas com enormes quantidades de dinheiro para gastar, e muitas vezes carregando objetos de valor como câmaras e jóias, aumenta a atração para os criminosos, causando desta maneira uma série de mudanças negativas no comportamento social da comunidade recetora (UNEP, *in* Terrero 2014).

Por sua vez, Boissevain (1979), observou que o desenvolvimento do turismo produz mudanças na divisão diária de tempo entre trabalho e lazer para os trabalhadores na indústria, afetando desta forma a vida da família. Isto provoca mudanças no tamanho e nas características demográficas da população anfitriã (Crandall 1987); bem como uma alteração da estrutura da comunidade (Duffield e Long 1981) pelo aumento da mobilidade das mulheres e dos jovens adultos (Mason 1990, Ratz 2002). Estas transformações sociais foram descritas anteriormente neste trabalho como mudanças socioculturais positivas, todavia, elas podem também ser consideradas como negativas. Noronha (1977) e Boissevain e Sarracino- Inglot (1979) sustentam que a mudança, que ocorre no seio familiar e na estrutura da comunidade, não provoca efeitos só na divisão do trabalho dentro da família, mas também na condição das mulheres em relação as suas famílias e maridos, e no controlo dos pais sobre os filhos. Neste sentido, a alteração da estrutura da comunidade, ocasionalmente leva ao aumento de conflitos e desvio dentro da família. Ainda sobre as mudanças no seio familiar e na estratificação social da comunidade, Hashimoto (2014), observou que

---

<sup>15</sup>"A atitude dos moradores locais para com o desenvolvimento do turismo podem passar por fases de euforia, onde os visitantes são muito bem-vindos, por apatia, irritação e potencialmente antagonismo, quando as atitudes anti- turísticas começarem a crescer entre a população local. Os turistas normalmente não conhecem todos os hábitos da cultura local se comportam da forma que fariam em seus países, o que pode causar irritação em pessoas locais que não estão habituados a ela" (Terrero 2014, tradução do autor).

existem empresas de turismo que têm preferência pela população feminina para trabalhar na indústria do turismo, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. Embora este fenómeno possa ser justificado como positivo para o fortalecimento feminino por meio do desenvolvimento do turismo, ele pode ser considerado também como um agente de mudança na estrutura familiar e no equilíbrio do poder nas estruturas sociais. No entanto, quando adquirem o emprego na indústria do turismo, as mulheres começam a ganhar salário e, por vezes, os seus rendimentos são superiores ao salário dos homens. Neste sentido, as oportunidades de emprego para homens e mulheres locais pode ameaçar a autoridade dos chefes, idosos e homens mais velhos que tradicionalmente ocupam posições influentes na sociedade (Harrison 1992a). De acordo com McCarthy (1994) não é apenas a autonomia económica que resulta na mudança social. “Perder” as mulheres para o emprego em turismo significa que a responsabilidade da família para tarefas domésticas, que costumavam ser responsabilidade das mulheres, tem de ser reatribuída. A prática de uma semana de trabalho das nove às cinco, de 40 horas delineadas por turnos, é estranha para muitas sociedades não-ocidentais. Trabalhando em tal sistema impede que muitos trabalhadores locais participem de obrigações sociais, rituais religiosos e festivais, que são a base de muitas sociedades. Isto pode conduzir a uma perturbação da vida comum (McCarthy 1994).

O turismo traz mudanças socioculturais positivas e também negativas sobre o património cultural edificado, através da demolição dos edifícios arquitetónicos de estilo antigo quando não têm a capacidade suficiente para fornecer a acomodação para o número crescente de turistas, para dar espaço a novas e grandes casas de hóspedes ou casas familiares com capacidade e fornecimento de instalações turísticas apropriadas (Ratz 2002). Em suma, em função das mudanças que provoca no seio da cultura material e espiritual das comunidades recetoras, o turismo tem sido frequentemente apresentado como um dos principais destruidores dos costumes e das artes locais (Forster 1964).

## 2.4. O Estado e as políticas de turismo

Com o desenvolvimento do turismo de massa em escala global nos anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial, este fenómeno social foi

visto inicialmente com um certo otimismo, atendendo a sua capacidade de contribuir para o crescimento económico de muitos países. No entanto, na década de 1970, este otimismo teve que ser reconsiderado (Yasumura 1994), em virtude dos impactos ambientais, económicos, sociais e culturais negativos que o turismo estava a provocar nos países recetores. A fim de minimizar os impactos negativos e maximizar os efeitos positivos do turismo nas comunidades de destino turístico, os estados nacionais, através dos seus governos deram início ao fomento da atividade turística através da elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo. Foi desta forma que o turismo se tornou parte integrante do processo de governação dos estados modernos, tanto os desenvolvidos como os em desenvolvimento, que passaram a inclui-lo em seus programas de desenvolvimento (Lea 1988, Pearce 1989, Richter 1989, Harrison 1992a, Hall 1995).

Entretanto, foi somente a partir da década de 1970 que a política pública de turismo se tornou uma prioridade dos governos dos países desenvolvidos e menos desenvolvidos (Hall 1995). De acordo com Pforr (2005), o enorme crescimento do turismo, o envolvimento dos governos e os impactos negativos do turismo que foram registados nos países em desenvolvimento ajudou a trazer ao debate académico a análise sobre as políticas públicas de turismo, nos finais do século XX.<sup>16</sup> Ao longo destas pesquisas, Hall e Jenkins (1995) definiram as políticas públicas de turismo como um conjunto de ações que os governos optam por fazer ou não fazer no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, que se encontram consubstanciadas e “amparadas legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos” (Carvalho, 2000, p.99), com o propósito de atingir e dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística em um espaço sócio- geográfico (Cruz 2000).

Na perspetiva de Lickorish (1991), o Estado deve fomentar a promoção e marketing, assim como fornecer informações, elaborar e implementar uma

---

<sup>16</sup> Matthews (1975, 1978, 1983), Matthews e Richter (1991) e Richter (1980, 1983, 1984, 1989), Richter e Waung (1986), Hall (1995); assim como, com as pesquisas realizadas por Richter (1994), Hall (1994, 1995), Ken (1995), Jenkins (1995, 1999), Smekal e Socher (1996), Elliot (1997), Datzira-Masip (1998), (Smith 1998), Thomas (1998), Vieregge (1998), Edgell (1999), Kahlenborn *et al*, (1999). Os trabalhos destes cientistas sociais forneceram informações importantes que contribuíram para a compreensão das políticas de turismo (Pforr 2005).

legislação turística que visa proporcionar a saúde pública e segurança nos locais de destino turístico; além de criar as infraestruturas básicas capazes de auxiliar o desenvolvimento do turismo, como é o caso das vias de acesso, os serviços de energia elétrica e o saneamento básico. Deve motivar os turistas a permanecerem nos sítios de destino turístico, além de contribuir simultaneamente para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Cooper *et al*, (1993) acrescenta que as políticas públicas do turismo devem (1) facilitar a promoção e o desenvolvimento da interação e intercâmbio cultural e comercial; (2) garantir a preservação dos recursos culturais; (3) incentivar a distribuição dos benefícios económicos; (4) proporcionar os mecanismos para a maximização do saldo da balança turística; (5) facilitar a atração dos segmentos de mercado com elevado poder de compra; e (6) assegurarem a criação de postos de trabalho e o desenvolvimento das regiões periféricas. Para Hall (1994a), o governo deve coordenar, planejar, legislar e regular o desenvolvimento do turismo, além de incentivar o empreendedorismo, proporcionando o estímulo do turismo social e proteção dos interesses locais. Já Crosby (1996), sustenta que as políticas públicas de desenvolvimento do turismo devem contemplar as ações de reabilitação e conservação dos monumentos, edifícios e lugares históricos das comunidades e a revitalização dos seus costumes, tradições, artesanato e folclore assim como um conjunto de diretrizes que evitem a propagação dos impactos ambientais negativos nas regiões de destino turístico.

Oppermam e Cohen (1997) sugerem que os governos dos países em desenvolvimento podem influenciar o desenvolvimento do turismo através de políticas fiscais, tais como: o investimento na infraestrutura geral de um destino ou região, e também o incentivo ao investimento para as empresas, influenciando as taxas de câmbio.

Em função dos argumentos destes autores, pode-se dizer que o Estado desempenha um papel fundamental em matéria de definição das políticas públicas de desenvolvimento do turismo. Segundo Elliot (1997), a indústria do turismo não poderia sobreviver sem os governos, na medida em que são eles que têm a capacidade de fornecer a estabilidade política, a segurança e o quadro jurídico e financeiro que o turismo exige. Como as políticas estatais de turismo visam, sobretudo, a promoção do turismo sustentável, na ótica de

Henriques (2003), sem a intervenção do Estado seria impossível promover a atividade turística comprometida com o desenvolvimento sustentável.

O governo desempenha um papel chave na definição de políticas públicas de turismo, e se estas forem elaboradas, implementadas, e avaliadas de forma eficiente, podem contribuir para a satisfação dos turistas e, por conseguinte, para a promoção do desenvolvimento socioeconómico sustentável das populações que residem nos destinos turísticos e do sistema económico do país em geral. Todavia, é importante que os atores públicos não negligenciem o papel que o setor privado pode desempenhar para a implementação dessas políticas.

Tabela 1: competências do Estado e do sector privado em políticas de turismo

<b>Compete ao Estado</b>		<b>Compete ao setor privado</b>
1.	Estabelecer diretrizes e políticas para o desenvolvimento do setor;	Observar leis e regulamentos, bem como, os mecanismos de fiscalização e controlo;
2	Estabelecer normas e regulamentos de preservação ambiental, bem como para a abertura e funcionamento de equipamento e serviços turísticos;	Atuar no desenvolvimento da infraestrutura turística;
3	Criar mecanismos de fiscalização e controlo	Planejar cuidadosamente o funcionamento das suas atividades e equipamentos para atender com qualidade às necessidades e desejos dos turistas;
4	Promover o desenvolvimento da infraestrutura básica (vias de acesso, saúde, saneamento, etc);	Servir-se da mão-de-obra capacitada;
5	Promover o desenvolvimento turístico nos níveis nacional e municipal	Desenvolver ações, com vista à troca de experiências e informações bem como para melhor articulação na criação e defesa de interesses perante empresariado e/ou governo;
6	Criar condições para a captação de recursos, promover facilidades na obtenção de créditos e financiamentos e estimular o desenvolvimento da atividade na esfera privada	Manter-se atualizado quanto às tendências do turismo;
7	Realizar pesquisas e estatísticas sobre o turismo, bem como promover e incentivar o desenvolvimento destas em esferas não-governamentais;	Elaborar pesquisas com clientes, acompanhando a funcionalidade e qualidade do seu estabelecimento, etc.
8	Incentivar a capacitação profissional	Elaborar pesquisas com clientes, acompanhando a funcionalidade e qualidade do seu estabelecimento, etc.

Fonte: elaboração própria com base em Ruschmenn e Widner (2000).

## 2.5. Sociologia e políticas públicas de turismo

O desenvolvimento do turismo e o intervencionismo do Estado motivou a análise das políticas públicas do turismo no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (Pforr 2005). Neste sentido, Hall e Jenkins (1995) sugeriram a necessidade de se estruturar o processo de políticas de turismo através de um quadro analítico e teórico adequado. Em sua opinião, a adequada compreensão

conceptual do processo de formulação de políticas é fundamental para a análise de políticas públicas, em qualquer esfera política, incluindo o turismo.

Para Dye (1992) existem três explicações detalhadas sobre as motivações pelo estudo das políticas públicas em geral, e que têm implicações sobre as políticas de turismo. Em primeiro lugar, o seu estudo pretende compreender as causas e as consequências das decisões políticas, com vista ao melhoramento do conhecimento sobre a sociedade, e é neste sentido que podemos afirmar que, do ponto de vista sociológico, a análise das políticas de turismo visa a percepção e explicação dos impactos e das mudanças provocadas pela implementação das políticas de turismo numa sociedade inteira ou numa comunidade de destino turístico local. Em segundo lugar, o estudo das políticas públicas visa compreender as causas e as consequências dessas políticas. Assim, podemos aplicar o conhecimento das ciências sociais para a solução de problemas práticos, e alimentar esse conhecimento para o processo político. Em terceiro lugar, estas podem ser estudadas para fins políticos, de modo a garantir que o país adote a política para alcançar as metas preconizadas.

De acordo com Hall e Jenkins (1995), o estudo da política de turismo oferece a oportunidade de examinar muitos tópicos que devem ser de interesse não só para a indústria do turismo, das agências governamentais e estudantes de turismo, mas também para os pesquisadores. Assim, pode-se dizer que, do ponto de vista sociológico, os estudos das políticas públicas de turismo procuram analisar a natureza política do processo de formulação de políticas do turismo; a participação do público no planeamento do turismo; as fontes de poder que definem as políticas de turismo; o exercício de escolha por funcionários públicos em ambientes de políticas complexas; e as percepções quanto à eficácia dessas políticas (Hall e Jenkins 1995), compreendendo igualmente as causas e as consequências das decisões e ações políticas.

Percebidas as causas e consequências económicas, sociais e culturais, a sociologia é convidada a contribuir para a resolução de tais problemas, propondo políticas de turismo, contribuindo igualmente para o desenvolvimento do turismo sustentável (Yashumura 1995).

## 2.6. A dimensão socio espacial das políticas públicas de turismo

Atualmente, o debate sociológico sobre as políticas públicas de turismo gira à volta da sua territorialização. O turismo é um fenómeno social que se desenvolve sobre um espaço sociogeográfico, composto por vários atores que interagem dentro de um “sistema social” local, nacional e global (Yashumura 1995). A lógica da abordagem sociológica territorial sugere aos organismos estatais que, no quadro das políticas públicas de turismo, definam objetivos estratégicos de longo prazo inerentes à inclusão das populações dos destinos turísticos em ações de planeamento, que salvaguardem a preservação do património cultural e natural, a criação de postos de trabalho e o desenvolvimento das próprias comunidades recetoras. É preciso proporcionar o lazer para os turistas e também beneficiar económica, social e culturalmente as comunidades do destino, apoiando-se, para o efeito, numa lógica de cooperação entre a administração central do Estado e os níveis de administração regional e local. Sobre esta posição Andrade (2010) argumenta que o apelo sociológico ao desenvolvimento do turismo, centrado no território, exige da administração central, regional e local um maior compromisso com os empresários, operadores turísticos, prestadores de serviços e agências de turismo, na elaboração das políticas de turismo sustentável. Caberá a este conjunto de atores sociais a tarefa de auxiliar o governo na elaboração de estratégias de desenvolvimento do setor, capazes de promover um desenvolvimento territorial equilibrado, assim como na implementação de programas de ação da avaliação dos impactos sobre os destinos turísticos e na realização de auditorias de qualidade ambiental.

Na perspetiva de Beni (1998), a implementação das políticas públicas de desenvolvimento do turismo sustentável, no plano sociogeográfico requer a coordenação de ações integradas entre as agências estatais e privadas de turismo em todas as escalas socio-espaciais para que assegurem a interação multisectorial, a continuidade administrativa, a qualificação profissional e pesquisas científicas sobre o sector.

Em suma, podemos afirmar que o resultado da análise sociológica sobre as políticas de turismo, oferece aos governos um manancial teórico e metodológico, inerente à elaboração de diretrizes e definições de ações de

desenvolvimento turístico que sejam capazes de garantir a sustentabilidade ambiental, económica, social, cultural, política e espacial de um destino turístico, a fim de prevenir ou minimizar o surgimento de possíveis conflitos sociais nestas mesmas comunidades.



# 3

## UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O TURISMO

### 3.1. O conceito de “desenvolvimento sustentável”

Na perspetiva de Cowen e Shenton (1996), o desenvolvimento é um conceito ambíguo pois, este pode ser usado de forma descritiva e normativa para se referir a um processo através do qual uma sociedade se move de um estado para outro, e também para o objetivo deste mesmo processo. Para Sharpley (2014), o desenvolvimento é um conceito filosófico que faz alusão a um estado futuro desejável para uma sociedade particular, que embora desejável, nem sempre é claro, e que pode ser pensado como uma filosofia, um processo, para os objetivos desejados. De acordo com Thomas (2000), o desenvolvimento é uma visão, descrição ou medida do estado de ser de uma sociedade desejável. Para Harrison (1998) o termo desenvolvimento teve vários significados, incluindo o crescimento económico, a mudança estrutural, a industrialização autónoma, o capitalismo ou socialismo, a autorrealização individual e nacional, ou a auto-suficiência regional e cultural. O desenvolvimento era também considerado como sinónimo de progresso económico (Maboguje 1980, Diegues 1992, Baltazar e Rego 2011), o que implica uma transformação positiva ou uma boa mudança (Thomas 2000). Em função disso, conforme Goulet (1992), em alguns casos extremos, os planeadores aderiram ao desenvolvimento como “mito do progresso” ou denunciaram-no como regressão. Entretanto, de acordo com McGillivray (2008), sem uma definição deste termo não se pode determinar se um país está a atingir níveis mais altos de desenvolvimento, ou se deve ser considerado

“desenvolvido”, “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvido”, por isso é importante clarificar a ambiguidade deste conceito.

Assim, tradicionalmente, o desenvolvimento tem sido definido em termos de modernização de estilo ocidental alcançado através do crescimento económico. Segundo Redclift (1987), este deveria de forma evolutiva ser atingido pelos países subdesenvolvidos através da industrialização (Diegues 1992) e da aplicação dos avanços científicos do ocidente (Sachs 2000). Mais tarde, o conceito de desenvolvimento foi expandido e passou a incorporar as considerações de ordem social, moral, ética e ambiental (Ingham 1993). Particularmente no final dos anos 1960, ao constatar-se que o crescimento económico não estava a resolver os problemas sociais e políticos.

Embora os objetivos do desenvolvimento se tenham alargado para abranger os investimentos na educação, habitação e instalações de saúde, durante os anos 70 o conceito de desenvolvimento como crescimento económico e modernização esteve longe de resolver os problemas relacionados com a redução da pobreza e do desemprego (Todaro, 2000). Foi assim que apareceram pensadores críticos, sobretudo Seers (1969), Hettne (2009) que começaram a contestar o crescimento económico tradicional, questionando a possibilidade e a eficiência deste modelo de desenvolvimento em resolver os problemas da pobreza, do desemprego e das desigualdades sociais. Assim, na perspetiva de Seers (1969), quando estes problemas sociais se agravam, seria estranho chamar ao processo de crescimento económico “desenvolvimento”, mesmo que o rendimento *per-capita* de um determinado país tenha dobrado. Por sua vez, Hettne (2009) considera a modernização económica das sociedades tradicionais como uma imposição das instituições e valores do ocidente nas sociedades subdesenvolvidas, em que as populações eram vistas como objetos legítimos para a intervenção do desenvolvimento, muitas vezes prejudiciais. O problema foi ainda agravado pela crise do petróleo que se verificou nos anos 70 e veio revelar o custo da dependência económica e cultural (Videntes 1977) de muitos países subdesenvolvidos das antigas metrópoles, o que obrigou a reavaliação do conceito de desenvolvimento que além do simples crescimento económico passou a incluir objetivos sociais mais amplos como a justiça distributiva (Mabongunje 1980), a noção de autodeterminação e, mais tarde, a perspetiva dos direitos humanos. Em função

da nova realidade, o desenvolvimento deixou de ser percebido como um único processo de eventos ocidentais que deveriam ser imitados pelos países subdesenvolvidos, e passaram a ser defendidas formas de desenvolvimento alternativo e diversificado, baseado nas experiências regionais e locais. Conforme Elliot (1999), o desenvolvimento é um conceito usado atualmente para fazer referência tanto aos países em desenvolvimento como para os países desenvolvidos, na medida em que estes últimos também não cessam de mudar (Sharpley 2014), embora num estágio diferente.

Neste sentido, na perspectiva de Sen (1999), o desenvolvimento equivale a liberdade e possibilidade de escolhas individuais dos membros de uma sociedade. Aqui deve considerar-se as necessidades e o desenvolvimento humano (Goulet 1968, Baltazar e Rego 2011). Para o PNUD (1995), o desenvolvimento deve ser entendido como a capacidade de ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente. Para Goulet (1992), *apud* Sharpley (2014), este comporta cinco dimensões fundamentais: a dimensão económica que acontece com a criação da riqueza e o acesso equitativo dos recursos como um meio para superar a pobreza; a social, que equivale à melhoria da saúde, educação, emprego e oportunidades de habitação; a política, que pressupõe o reconhecimento dos direitos humanos, a criação da liberdade política e da capacitação das sociedades para selecionar e operar sistemas políticos adequados às suas necessidades e estruturas; a cultural que visa a proteção ou a afirmação da identidade cultural e autoestima; e, por fim, o paradigma de vida completa que se consubstancia na preservação e no fortalecimento dos sistemas de significado, símbolos e crenças de uma sociedade.

Com o crescimento do movimento ambiental, o conceito de desenvolvimento expandiu-se e passou a abranger a dimensão ecológica que reflete a **sustentabilidade ambiental** (Redclift 2000) como princípio orientador de todas as políticas de desenvolvimento (Sharpley 2014). Assim, a definição mais citada de desenvolvimento sustentável, a que foi proposta pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento (WCED 1987), e que o define como um processo que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. As ações para atingir essa sustentabilidade foram definidas na

Agenda 21 da Cúpula da Terra realizada pelas Nações Unidas no Rio de Janeiro em 1992. Dentre estas ações fundamentais, destacam-se o envolvimento das comunidades locais com base na abordagem do *bottom up* (Holden 2000), visando a elaboração de políticas de desenvolvimento local a favor dos pobres que visam a erradicação da fome e pobreza extrema, o alcance do ensino primário universal, a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, a garantia da sustentabilidade ambiental e o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento (ONU 2013c).

Em função desta dinâmica evolutiva pode-se então afirmar que, o desenvolvimento é um conceito complexo e multidimensional que abrange não só o crescimento económico e os indicadores tradicionais, como os cuidados de saúde, educação e habitação, mas que também procura confirmar a integridade política e cultural e a liberdade de todos os indivíduos na sociedade e a sustentabilidade. É, com efeito, a mudança contínua e positiva nas dimensões económicas, sociais, políticas e culturais da condição humana, guiado pelo princípio da liberdade de escolha e limitado pela capacidade do meio ambiente para sustentar tal mudança (Sharpley 2014). Em última instância, deve proporcionar o bem-estar e qualidade de vida aos cidadãos (Baltazar e Rego 2011). Atendendo à ambiguidade do conceito, Hettne (1995) sugere que não pode haver nenhuma definição final de desenvolvimento, apenas deve haver sugestões do que o desenvolvimento deve implicar em contextos particulares que envolvem a transformação estrutural, o que implica mudanças políticas, culturais, sociais e económicas. Frantz (2010) afirma que o desenvolvimento é um processo complexo que nasce das relações e estruturas sociais inerentes às diferentes dimensões da vida humana, que abarcam os aspetos económicos, históricos, geográficos, culturais, políticos, científicos e tecnológicos, bem como o processo de interação entre o homem e a natureza, visando a construção do seu espaço vital; aspetos estes que devem ser explicados pela sociologia do desenvolvimento em função das diferentes dinâmicas territoriais.

### 3.2. A abordagem sociológica sobre o desenvolvimento sustentável

Muito antes de haver a conceção do desenvolvimento sustentável, os sociólogos e outros cientistas sociais já haviam realizado estudos sobre questões de desenvolvimento relativas à modernização e ao desenvolvimento socioeconómico, além das questões da sustentabilidade como a poluição, a degradação ambiental e o esgotamento de recursos (Burns 2012). Neste sentido, é importante clarificarmos o conceito de sociologia do desenvolvimento como um campo de investigação científica relativamente recente que se afirmou no século XX. Tendo em conta que a abordagem sobre o fenómeno do desenvolvimento ganhou força após o final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo na segunda metade do século passado quando, para além dos tradicionais aspetos económicos, os cientistas sociais passaram a incluir outras dimensões do fenómeno nas suas discussões (Wallerstein 2006). Deste modo, o foco da abordagem lançou um sério desafio aos teóricos das ciências sociais e criaram-se as premissas para a estruturação da sociologia do desenvolvimento, cuja construção histórica esteve associada aos fenómenos da urbanização, da industrialização, da emergência das novas “potências industriais, assim como, da afirmação do capitalismo monopolista” (Hartfiel 1976). Esteve também ligado à construção teórica da sociologia do desenvolvimento, o processo da emancipação de novas nações que surgiram no contexto de um mundo ideologicamente bipolarizado, associado à modernização tecnológica, que moldou os contextos políticos, económicos, culturais e os sistemas produtivos dos países recém-nascidos<sup>17</sup>. Em função disso, pode-se afirmar que a sociologia do desenvolvimento surge da necessidade de explicar o processo da industrialização económica e da internacionalização do sistema capitalista (Hartfiel 1976). Em outras palavras, a Sociologia do desenvolvimento surge como um campo específico da sociologia geral que procura conhecer e debater “ideias e teorias” sobre o fenómeno do desenvolvimento nas vertentes política, cultural, económica e ambiental. Com o

---

<sup>17</sup> O despertar das nações jovens, os seus esforços para sair duma longa letargia de subdesenvolvimento, as transformações económicas, políticas, culturais e sociais operadas nesses países suscitaram, como é evidente, o interesse de numerosos sociólogos (Rocher 2012).

objetivo de tentar perceber e explicar o rumo do desenvolvimento tomado pela sociedade. Com base na aplicação sistemática de pressupostos teóricos, indagações e dos métodos de pesquisa social (Hartfiel 1976).

Para o efeito, a sociologia do desenvolvimento passou a indagar sobre as relações que existiam entre as chamadas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, procurando perceber se haviam condicionalismos ideológicos, económicos e técnicos que favoreciam os fenómenos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento presentes nestas sociedades. Além de fazer a análise sobre “as interdependências, os conflitos, as adaptações e as reações” decorrentes das relações entre as diferentes sociedades. Deste modo, a análise e a interpretação dos fatores que condicionam os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento das distintas sociedades, impulsionou a afirmação da sociologia do desenvolvimento como um instrumento de análise e interpretação da dinâmica social (Frantz 2010).

Na mesma linha de pensamento, Pedro (1963) sustenta que a abordagem sociológica sobre o processo de desenvolvimento “surgiu da problemática económica do desenvolvimento e do subdesenvolvimento”, que despertou a consciência dos economistas sobre os limites, na tradicional análise económica deste fenómeno social.<sup>18</sup> Assim, conforme Hartfiel (1976), no início a sociologia do desenvolvimento estava quase, de forma exclusiva, mais preocupada com os fenómenos sociais, políticos e culturais, colaterais resultantes do desenvolvimento económico e da sua expansão. Os sociólogos pioneiros, Marx, Durkheim e Weber abordaram o fenómeno do desenvolvimento como um processo evolutivo linear associado à ideia de progresso desencadeado pela Revolução industrial, pelo qual todas as sociedades haveriam de passar. Estes autores procuraram identificar os fatores que dão origem ao fenómeno social do desenvolvimento, e construíram as bases da teoria sociológica sobre a explicação das mudanças socioculturais e políticas que o processo de desenvolvimento pode provocar na sociedade. Na obra intitulada “Da Divisão Social do Trabalho”, publicada em 1893, Durkheim

---

<sup>18</sup> O pensamento dos economistas clássicos centrava-se em problemas de crescimento económico a longo prazo. Era já uma teoria de desenvolvimento (Talcott-Parsons 1960) que continha também considerações de ordem extra-económica, ou seja, de âmbito sociológico (Pedro 1963).

erige uma teoria social em que identifica o crescimento da população e o aumento das tecnologias de comunicação e informação, como sendo os fatores responsáveis pela mudança social, e considera a modernidade como uma forma de progresso social. Marx, na sua teoria social, económica e política, argumenta que as mudanças sociais ocorrem através da luta de classes e que resultam das contradições que se estabelecem entre as forças produtivas e as relações de produção, acabando por gerar a negação de uma sociedade por outra, dando origem a uma nova forma de sociedade. Assim, para Marx, devido às contradições internas que surgiram na comunidade primitiva com o aumento das forças produtivas e que provocaram o aparecimento do excedente, o primitivismo foi negado pelo escravagismo, este pelo feudalismo e este, por sua vez, negado pelo capitalismo. Marx previu, também, o surgimento de contradições antagónicas entre a classe burguesa e o proletariado no seio da sociedade capitalista, que iriam provocar o seu colapso e a sua substituição pelo socialismo. Segundo Weber (1904), da análise da relação entre o capitalismo e a religião observa-se que a ascensão do capitalismo moderno na sociedade ocidental resultou da relação entre a ética protestante e a atividade económica da época (Ferreira *et al* 2013).

A análise sociológica sobre as condições que favorecem a mudança social viria a ganhar ainda maior eco com a realização, em 1962, do Congresso Mundial de Sociologia em Washington, cujo tema central foi dedicado à sociologia do desenvolvimento (Pedro 1963). Na sociedade contemporânea, a sociologia procura fazer uma análise multidimensional do processo de desenvolvimento, não só com a finalidade de explicar as suas origens e dinâmicas das mudanças sociais, mas também com o objetivo de tentar perceber a forma como o fenómeno se implementa no plano socio espacial. Nesta perspetiva, Perroux (1977) Myrdal (1968) e Hirschman (1961), constataram que, no período que vai de 1950 até 1970, os países desenvolvidos do Norte, assim como os países subdesenvolvidos do Sul estavam a implementar políticas de desenvolvimento baseadas no modelo funcionalista centrado nos polos de desenvolvimento, o que tem sido também aplicado ao turismo. No âmbito deste modelo, o desenvolvimento territorial processa-se primeiro através da instalação de gigantescos empreendimentos ligados à indústria, que incentivam o crescimento económico através da

geração do emprego e da renda na localidade polarizada e, a partir daí, os efeitos do crescimento económico se alastrariam para a periferia desencadeando, desta forma, processo de desenvolvimento (Baltazar e Rego 2011). Em função desta lógica centro-periferia, podemos então dizer que este modelo implementa nas regiões e/ou nas localidades polarizadas, políticas de desenvolvimento definidas centralmente excluindo desta maneira a participação das comunidades locais.

Na ótica de Perroux, o modelo de desenvolvimento polarizado deve fundamentar-se na dinâmica inovadora das atividades industriais, o que facilita o desenvolvimento regional e local. Entretanto, Myrdal (1968) e Hirschman (1961) observaram que este modelo estava a causar desequilíbrios ao nível das regiões e no contexto das nações. Por sua vez, Baltazar e Rego (2011) reconheceram o intenso crescimento gerado por este modelo em torno dos polos, mas, por sua vez, constataram que provoca também “processos de desenvolvimento desequilibrados, com fortes assimetrias territoriais entre as regiões mais prósperas e as menos desenvolvidas”.

Nos anos 70 ocorreram crises no setor energético do ocidente que constituía a força motriz da tecnologia industrial da época, e esta situação pôs em causa a continuidade do desenvolvimento da periferia a partir do centro, e criou premissas para a procura de um novo modelo de desenvolvimento que fosse capaz de atenuar as assimetrias regionais. Foi neste contexto que se sugeriu o modelo de desenvolvimento centrado no território, denominado “modelo territorialista de desenvolvimento endógeno” que será exposto mais adiante.

### 3.3. Teorias sociais sobre o desenvolvimento sustentável

A sociologia do desenvolvimento envolve a análise do fenómeno do desenvolvimento que emergiu do processo da industrialização da sociedade capitalista e da tentativa da sua internacionalização. Neste sentido, as diferentes características políticas, culturais e institucionais dos contextos socio-espaciais em que se procura forjar o processo da industrialização, motivaram a construção de diferentes teorias sociológicas que procuram explicar o fenómeno social do desenvolvimento das sociedades. Estes

estruturaram-se em paradigmas ou modelos explicativos dos quais vamos destacar, neste estudo, a teoria da modernidade e da dependência.

### 3.3.1. A Modernidade e teoria da dependência

A teoria da modernização surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, como um esforço de cientistas sociais norte-americanos que procuraram analisar a realidade política e social de diversos países que haviam alcançado a sua independência, e do seu esforço em alcançar o desenvolvimento económico e político (Escribano 2010). Com a principal proposta de que os países do Terceiro Mundo, para se desenvolverem, deveriam seguir os mesmos processos evolutivos por que haviam passado as nações desenvolvidas (Delgado 2004). Nesta lógica de pensamento, as nações em desenvolvimento deveriam incorporar os elementos do sistema económico, cultural, político e social dos países desenvolvidos a fim de adquirir os conhecimentos modernos, as novas tecnologias, maior organização e o espírito empreendedor destas sociedades. Foi com este entusiasmo que, nas décadas de 50 e 60, os neomarxistas procuraram aplicar a teoria da modernização aos países em desenvolvimento (Harrison 1988). Esta teoria apoiou-se no evolucionismo e no funcionalismo do século XIX para explicar as mudanças sociais que haviam sido trazidas pela Revolução Industrial e Francesa. A primeira tinha sido uma alteração radical das estruturas económicas, que afetou as estruturas sociais. A revolução francesa, por sua vez, criou uma nova ordem política baseada na igualdade, na liberdade, e no sistema democrático parlamentar. Todos estes eventos, que transformaram radicalmente o mundo aos olhos dos pensadores da época, sugeriu a ideia de uma evolução gradual das sociedades orientadas para patamares cada vez mais elevados em termos económicos, políticos e sociais, ou seja, a ideia de progresso (Ferreira *et al* 2013, Escribano 2010).

A teoria da modernidade foi caracterizada pelo determinismo e evolução social, segundo o qual a sociedade humana evolui de forma mecânica, da barbárie à civilização que se caracterizava pelas sociedades industriais dos finais do século XIX. A teoria da modernização projeta uma dicotomia entre sociedades tradicionais e modernas, assim, os países industrializados do

ocidente são considerados países modernos, ao passo que os países subdesenvolvidos são considerados países tradicionais e atrasados do ponto de vista económico e político, não por causa da colonização, mas sim pela sua aversão à modernização (Escribano 2010). A modernização tem sido definida como o desenvolvimento socioeconómico que segue um caminho evolutivo de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, como a América do Norte ou a Europa Ocidental (Schmidt 1989). Arquetou-se uma crença na superioridade da economia intervencionista e a ideia de que o desenvolvimento é um processo linear que conduz às mesmas estruturas políticas, económicas e sociais do Ocidente (Dickenson *et al* 1983, Ferreira *et al* 2013).

Neste sentido, no âmbito da teoria da modernização, defendia-se a ideia de que, se os países atrasados quisessem atingir o desenvolvimento, tinham que abandonar as suas tradições e avançar para um modelo de desenvolvimento político e modernização social semelhante ao vivido pelas sociedades europeias (Escribano 2010). Rostow (1967) procurou explicar essa teoria através dos estágios de crescimento económico; este autor postulou que o desenvolvimento económico de um país passa pela sociedade tradicional como pré-condição para descolar, pela autonomia da comunidade e maturidade, e pela idade de grande consumo de massa. Neste sentido, os países desenvolvidos tinham passado a fase de autonomização em crescimento auto-sustentado, enquanto os países subdesenvolvidos ainda estavam na sociedade tradicional, ou seja, no estágio de pré-modernidade.

De modo específico, idealizava-se também a modernização das estruturas sociais, dos valores culturais e sistemas económicos ao estilo das democracias liberais do ocidente. No caso de alguns modernos de orientação marxista defendiam a soviétização dessas sociedades (Escribano 2010, Harrison 1988). O determinismo cultural também ocupou um lugar de destaque na teoria da modernização, sob a influência da ideia Weberiana dos valores e atitudes sociais. Assim, seguindo a explicação do desenvolvimento capitalista com base nas virtudes do protestantismo, certas culturas e religiões seriam mais susceptíveis ao desenvolvimento do que outras (Escribano 2010, Pedro 1963).

Harrison (1992a), identifica a modernização como um processo de ocidentalização, em que as estruturas internas das sociedades em

desenvolvimento se tornam mais parecidas com as do ocidente, supostamente adotando padrões de desenvolvimento ocidentais. Todavia, considerou-se que esse desenvolvimento era intrinsecamente bom, em termos morais, e foi associado ao progresso da humanidade e da civilização. Trata-se de uma teoria puramente eurocêntrica. Em outras palavras, tratou-se frequentemente da ocidentalização ou da americanização em vez de modernização, mesmo na própria Europa, para se fazer referência à influência dos EUA na sociedade e na cultura das sociedades europeias. Por essa razão, a teoria da modernização foi muitas vezes criticada pelo seu carácter de subalternização e abstração dos valores das sociedades não-europeias, como é o caso das dinâmicas sociais e culturais do mundo islâmico, das sociedades asiáticas e africanas. Tendo a evidência empírica demonstrado que este modelo de desenvolvimento estava a criar uma série de problemas económicos, políticos e sociais nos países subdesenvolvidos (Escribano 2010, Delgado 2004, Kay 2005). Uma questão que suscitou uma série de críticas sobre o caminho unidirecional da teoria da modernização, argumentando-se que as teorias do *top-down* de grande escala já não se aplicavam universalmente (Telfer 2014), bem como a recusa da suposição de que os valores tradicionais não eram compatíveis com a modernidade (So 1990).

É no quadro dessa crítica que surgem também os teóricos da dependência, no final dos anos 1960, como uma teoria de cariz político e que, rapidamente, se expandiu para a análise das questões económicas que tende a associar-se às condições de subdesenvolvimento na cena política internacional e na recusa do processo da globalização das políticas económicas (Escribano 2010, Schuurman 1993). Em função disso, os teóricos da dependência têm afirmado que a modernização é uma ideologia usada para justificar o envolvimento ocidental na dominação do mundo em desenvolvimento (Telfer 2014). Já para Peet (1999), o desenvolvimento da Europa, por exemplo, foi baseado na destruição externa, na conquista brutal, no controlo colonial e na remoção dos povos, recursos e excedentes das sociedades não-ocidentais. Isto faz com que os países em desenvolvimento tenham estruturas políticas, institucionais e económicas internas e externas que os mantêm em uma posição de dependência em relação aos países desenvolvidos (Todaro 1997).

Do ponto de vista socio-histórico, a teoria da dependência surgiu a partir da convergência de duas grandes tendências intelectuais. A primeira delas tem suas raízes no estruturalismo latino-americano que levou à formação da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), liderada por Prebisch (Cardoso 1979, Hettne 1995), enquanto a segunda tendência tem raízes no marxismo, incluindo o clássico marxismo-leninismo e o neomarxismo (Telfer 2014). Esta teoria baseia-se na noção de centro-periferia nas relações entre os países, ou seja, o conceito “centro” para designar os países desenvolvidos e a noção “periferia” para os países subdesenvolvidos. No âmbito do comércio internacional, a CEPAL acreditava que somente as nações centrais se beneficiavam à custa das nações periféricas. Para os neomarxistas, o Terceiro Mundo existe num estado de subdesenvolvimento como resultado da evolução histórica de um sistema capitalista internacional altamente desigual das relações entre os países ricos e pobres (Todaro 1994). As elites locais são frequentemente apresentadas como servis dos interesses ou dependentes das corporações multinacionais, agências nacionais de ajuda bilateral ou organizações de assistência multilaterais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que pode resultar na perpetuação do subdesenvolvimento (Todaro 1997).

Tal como a teoria da modernização, a teoria da dependência tem enfrentado também uma ampla gama de críticas, sobretudo por ser altamente abstrata, pessimista e retórica, e por enfatizar as condições externas sobre os fatores internos como causa dos problemas do subdesenvolvimento (So 1990, Escribano 2010) e também por não levar em consideração os obstáculos internos ao crescimento económicos presentes em países em desenvolvimento, com exceção da análise marxista da luta de classes (Escribano 2010).

### 3.3.2. Turismo, modernização e dependência

O turismo e o seu desenvolvimento têm evoluído ao longo do tempo desde a Segunda Guerra Mundial, com o turismo a ser promovido como uma das estratégias de desenvolvimento em muitos países através da transferência de tecnologias, permitindo a criação de postos de emprego, a geração de

divisas, o aumento do produto interno bruto, a atração do capital de desenvolvimento, a promoção de um modo de vida moderno com valores ocidentais, gerando transformações do espaço rural em sociedades tradicionais (Britton 1982a, Cater 1987, Harrison 1992a, Mathieson e Wall 1982), bem como a criação de empresas e promoção do desenvolvimento regional, a independência económica (Britton 1982a, UNWTO 2011) e a justiça distributiva (Pearce 1989). Neste sentido, os governos buscam equilibrar as oportunidades em todo o país, no sentido de atrair o investimento estrangeiro, criando condições para o crescimento económico (Jenkins 1980). O foco do turismo e a modernização têm sido frequentemente ligados ao desenvolvimento do turismo de massa em grande escala em muitos países em desenvolvimento.

Contudo, o turismo tem sido acusado de estar a criar uma nova dependência dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos. Neste sentido, de acordo com Turner e Ash (1975), os destinos turísticos do mundo em desenvolvimento são a periferia do prazer, onde os endinheirados se misturam e procuram relaxar. Para Mathews (1978), as necessidades do centro metropolitano estão a ser supridas pelos países em desenvolvimento, onde a riqueza gerada pelo turismo é transferida das ex-colónias para as antigas metrópoles. De acordo com Britton (1989), isto acontece porque na indústria do turismo predomina a propriedade estrangeira que impõe uma dependência estrutural nos países em desenvolvimento. Na medida em que o turismo internacional é atualmente controlado por grandes empresas multinacionais como as companhias aéreas, os cruzeiros, e as cadeias de hotéis. Conforme Nash e Smith (1991), esta situação coloca os países desenvolvidos e em desenvolvimento numa relação centro-periferia, o que impede que os destinos se beneficiem plenamente com o turismo. Para Muller (1979), as empresas multinacionais têm levado ao subdesenvolvimento do Terceiro Mundo. De acordo com Britton (1982 a), os países do Terceiro Mundo têm dificuldades em controlar a indústria turística na medida em que são bloqueados no sistema de pacotes turísticos completos, padronizados, organizados e promovidos em países desenvolvidos. Os destinos turísticos dependem das corporações multinacionais para a implantação de infraestruturas e dos turistas (Britton 1982 a). Assim, o controlo das empresas capitalistas dominantes locais e estrangeiras é perpetuada através de práticas comerciais, que incluem o

controle sobre a tecnologia do turismo (comunicações), experiências no sector, *design* de produtos e preços. É deste modo que as empresas dominantes na hierarquia são capazes de controlar as empresas menores e penetrar nos seus mercados (Britton 1982 a). Além disso, a incapacidade dos setores agrícola e de fabricação em muitos países em desenvolvimento para garantir a qualidade e o contínuo fornecimento de insumos para o sector turístico, muitas vezes resulta na dependência de insumos importados (Britton 1982a). O que faz com que a estrutura das economias em desenvolvimento seja explorada pela indústria turística (Lea 1988). Isto implica simplesmente tentar transformar as culturas do Terceiro Mundo em mercadorias e prestação de práticas hedonistas para turistas ricos do Primeiro Mundo (Van den Abbeele, 1980). Explorando, poluindo o meio ambiente, destruindo o ecossistema e a cultura, roubando das pessoas os seus valores tradicionais e modos de vida e, nalguns casos, subjulgando as mulheres e crianças como objetos de escravidão e da prostituição. Além de sintetizar a atual ordem económica mundial injusta, onde poucos controlam a riqueza e o poder e ditam as regras (Telfer 2014).

Para Wanhill (1997), as regiões periféricas enfrentam dificuldades no desenvolvimento do turismo por falta de planeamento e direção da atividade, além da pouca informação turística. E para reverter o problema da dependência, a Conferencia das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo, realizada em 1963, observou que os governos deveriam dar mais atenção aos planos de desenvolvimento económico (Peters 1969). Assim, na sequência deste pensamento, a segunda Cúpula da Terra (Rio+5) defendeu a necessidade de se planejar de forma adequada (Holden 2000) o desenvolvimento dessa atividade, e para consolidar a nova visão a Conferencia Rio +20 realizada no Rio de Janeiro em 2012 considerou o turismo como um instrumento-chave para a erradicação da pobreza, para dar resposta às alterações climáticas, a sustentabilidade ambiental, e contribuir para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento do Milénio (OMT 2011c). Neste sentido, de acordo com as teorias de desenvolvimento em voga, os governos devem desenvolver estratégias centradas no território de forma a protegê-lo e a desenvolvê-lo.

Em relação ao continente Africano, Dieke (2000) fez uma análise da economia política do turismo deste continente e concluiu que, para se

promover esta atividade como ferramenta do desenvolvimento sustentável é necessário que os atores públicos do turismo interajam com as comunidades locais, no sentido de definirem políticas específicas de desenvolvimento. Para o efeito, Curry (1990), constatou que no período pós-guerra, durante a expansão do turismo internacional, uma série de novos estados independentes prosseguiram o desenvolvimento do turismo dirigido pelo Estado, incluindo a criação de cadeias de hotéis para modernizar o país e promover a autossuficiência (ex. Tunísia). Contudo, a estratégia mostrou-se menos eficaz na medida em que muitos desses países tiveram que pedir dinheiro emprestado das agências internacionais de crédito para projetos de turismo de grande escala (Telfer 2014).

Para minimizar este problema defende-se o desenvolvimento do turismo alternativo e muitas operadoras de turismo procuram desenvolver o ecoturismo, no sentido de alterar as relações desiguais do turismo convencional. Assim, como já se abordou anteriormente, o ecoturismo incentiva o uso de guias indígenas e o consumo dos produtos locais. Promove-se também a educação ambiental, com vista a proteção da fauna e da flora locais e incentivam-se economicamente as comunidades locais para proteger o meio ambiente.

### 3.3.3. Teoria territorialista de desenvolvimento endógeno

Esta teoria surge como alternativa à modernidade funcionalista, propondo um processo de desenvolvimento baseado nos recursos e nos sistemas de conhecimento endógenos do território. Esta surge com maior força no final da década de 70 e princípios de 80. Propondo uma lógica da ação coletiva entre os diferentes atores que compõem um determinado território, envolvendo uma maior participação da população local no processo de desenvolvimento, que passa a centrar-se em um território definido, concebido como um espaço socio-geográfico onde os setores produtivos públicos e privados locais se baseiam, e aproveitam os recursos naturais e humanos aí existentes (Furió 1996, Baltazar e Rego 2011). Mobilizando as suas experiências e inovação para projetar o desenvolvimento da sua localidade, numa lógica de ação que se efetua de baixo para cima em que se privilegiam as micro empresas.

Neste sentido, a população e o território constituem-se em potencial para construir e exercer as estratégias de desenvolvimento, voltados para a melhoria do nível de vida das populações, através da criação de um ambiente institucional que fomenta a participação ativa dos habitantes dentro do processo, bem como o aproveitamento dos recursos endógenos económicos e produtivos, sociais e culturais.

As estratégias de desenvolvimento partem da descentralização política e do aproveitamento dos recursos humanos, produtivos, económicos e ambientais presentes no território, de modo que se convertem em vantagens comparativas para pequenas empresas capazes de gerar postos de trabalho e promover a inovação. Assim, enquanto a descentralização das funções políticas permite construir uma institucionalidade local capaz de aproveitar os recursos em benefício da coletividade, o processo consolida-se como endógeno quando os recursos utilizados são locais, como por exemplo o empresariado, os trabalhadores profissionais, o capital financeiro e os recursos naturais. Opera-se de modo que a população local construa e administre o seu próprio processo de desenvolvimento, para o qual deve instaurar uma institucionalidade horizontal e representativa capaz de assegurar a construção ascendente dos projetos e estabelecer as relações com as empresas e outras entidades externas de maneira que a visão e características locais prevaleçam nas ações definidas para o desenvolvimento (Furió 1996).

Na perspectiva de Delgado (2004) existem várias etapas e gerações que marcaram a evolução deste modelo de desenvolvimento, as quais se iniciam com a promoção da economia através do aproveitamento dos recursos endógenos e a promoção da concertação social passando logo para a promoção da inovação, a aplicação de tecnologias específicas para o território e a coordenação administrativa de todos estes dentro do sistema institucional local. Tenta-se, posteriormente, promover a liderança local para atrair recursos externos que se complementem com os endógenos e a criação de novos postos de trabalho.

Esta abordagem tem levado a um progresso significativo no aumento da participação das organizações da sociedade civil e individuais nos processos de desenvolvimento das comunidades, e tem dado um novo impulso aos processos de descentralização do poder político e consecução mais ampla do

conceito de desenvolvimento territorial (Bandeira *et al* 2004). Entretanto, este modelo pressupõe a existência de uma população com uma capacidade empresarial e iniciativas coletivas e um sistema de intercâmbio comercial desenvolvido, capaz de articular os mercados locais com outros centros urbanos e industriais (Furió 1996). Por conseguinte, este modelo proporciona melhores resultados para as populações mais bem preparadas e organizadas do que as outras com pouco capital social e humano.



# 4

## SOCIOGRAFIA DO TURISMO EM ANGOLA

### 4.1. Caracterização geral de Angola

A República de Angola localiza-se na região ocidental da África Austral. O seu território estende-se entre 5 e 18 graus de latitude sul, e, entre os 12 e 24 graus de longitude leste de Greenwich, ocupando uma superfície de 1.246.700 Km<sup>2</sup>. Possui uma fronteira marítima de 1.650 km a Oeste, banhada pelo Oceano Atlântico e uma de fronteira terrestre 4.837 km, repartidos em três zonas, (norte, leste e sul). Assim, ao norte faz fronteira com as Repúblicas do Congo Brazzaville e Democrática do Congo, a leste com a República Democrática do Congo e da Zâmbia e a sul com a República da Namíbia. Em termos climáticos, a República de Angola é caracterizada por duas regiões distintas: a zona litoral com uma temperatura média anual de 23°C e a zona interior com temperatura média anual de 19°C. A predominância dos dois tipos de climas distintos, se explica pelo fato de Angola situar-se na zona intertropical e subtropical do hemisfério sul, bem como, por ter proximidade com o mar e com a corrente fria de Benguela (Guia do Turista 2013/14, Wheeler e Pélissier 2011, Raeymaeker 2012).

Em termos topográficos, o território de Angola pode ser dividido em três regiões principais. Em primeiro lugar existe uma zona costeira de terras baixas, com pouco mais de 150 quilómetros no seu ponto mais largo, que abrange quase toda a faixa longitudinal do país desde o extremo norte junto à foz do rio Congo, até ao extremo sul. De seguida, aparece uma faixa estreita de sub-planalto que se eleva de 300 a mil metros da altitude. A zona mais oriental, um verdadeiro planalto eleva-se numa série de mesetas com uma altitude entre

1200 e 2100 metros, aproximadamente. Em função disso, Angola possui uma variedade de vegetação e relevo que fazem com que a sua identidade geográfica seja fragmentária, existindo deste modo uma planície na zona litoral que se estende desde Luanda até ao sul onde se localiza o deserto do Namibe, na zona sudoeste do país estendendo-se até Namíbia, a cadeia marginal de montanha, o planalto interior húmido, para além de uma savana seca no interior sul e sudeste e a floresta tropical em Cabinda (Wheeler e Pélissier 2011, Raeymaeker 2012).

De uma forma geral, pode-se dizer que em Angola observam-se duas estações: a estação das chuvas, período que vai de Outubro a Abril e a estação seca, ou de cacimbo que ocorre de Maio a Agosto. Apresentando um clima temperado com uma estação das chuvas que e vai de Novembro a Abril, seguida por uma estação seca e fria que vai de Maio a Outubro, na província de Cabinda há predominância das chuvas ao longo de quase todo ano. O Sul apresenta amplitudes térmicas muito acentuadas devido à proximidade do deserto de Kalahari e à influência de massas de ar tropical. O país possui numerosos rios, a maior parte dos quais nasce do planalto do Bié, com destaque para o Zaire, o Kwanza, o Cunene, o Keve, o Cuango, o Cuando e o Cubango. Além de possuir lagos e lagoas, assim como de uma flora e fauna ricas e diversificada em vários pontos do território, onde se destaca a presença de espécies de animais raros<sup>19</sup>. Com o objetivo de se preservar algumas espécies animais e vegetais, ameaçados de extinção, foram criados Parques Nacionais, Reservas Naturais, Integrais e Especiais e Coutadas de caça em todo o território que são potenciais aliciantes para a prática do turismo cinegético (Guia do Turista 2013/14, Wheeler e Pélissier 2011, Raeymaeker 2012).

A origem do nome Angola provém da palavra bantu N'gola, título atribuído aos soberanos que governaram sobretudo o reino do N'dongo no século XVI no norte do país, e que estabeleceram os contactos com os portugueses logo depois do reino do Congo. Posteriormente, os portugueses atribuíram o nome a todo território por eles colonizado, cujas fronteiras foram definidas na

---

<sup>19</sup> Rinocerontes, búfalos, leopardos, leões, antílopes, javalis, galinhas do mato, elefantes, girafas, palanca negra (única no mundo), crocodilos, etc. (Sarmiento 2007).

conferência de Berlim (1884-1885). Em 1975 o país alcançou a independência, depois de uma luta armada, iniciada em 1961, que durou 14 anos, contra o domínio colonial português (Guia do Turista 2013/14). Após a realização do primeiro recenseamento da população e da habitação do período pós-independência, em 2014 os dados preliminares davam conta que país possuía uma população de 24,3 milhões de habitantes, sendo 52% do sexo feminino, 40% vivem nas cidades e 60% nas zonas Rurais (Pacheco 2015) <sup>20</sup>. Do ponto de vista etnolinguístico, a população angolana é majoritariamente de origem Bantu, repartida por cerca de duas dezenas de línguas nacionais, das quais seis com maior expressão, nomeadamente o Kicongo, o Kimbundu, o Tchokwe, o Umbundu, o Mbunda e o Kwanhama (Guia do Turista 2013/14) além destas, Douglas e Pélissier (2011) acrescentam o Lunda, o Nganguela, o Nhanekahumbe e o Herero. Contudo, por uma questão de unidade nacional, o português é considerado como sendo a única língua oficial. Administrativamente, Angola está dividida em 18 províncias<sup>21</sup> e possui seis centros principais urbanos que são nomeadamente: Luanda, Huambo (ex Nova Lisboa) Benguela, Lobito, Lubango (ex Sá da Bandeira) e Cabinda (Raeymaeker 2012, Guia do Turista 2013/14). O país tem organizado anualmente uma série de festividades, com destaque para o Carnaval de rua e do Festival Nacional da Cultura que se realizam em todas as províncias, as festas da Nossa Senhora da Muxima, no município da Quissama (província de Luanda), as festas do mar na cidade do Namibe e as festas da Nossa Senhora do Monte na cidade do Lubango. Além de predominarem vários outros tipos de danças e estilos musicais, a arte e o artesanato e uma rica gastronomia. Em função das características apontadas, de forma geral, o país possui condições favoráveis para a realização do turismo de natureza, de sol e praia, cultural e de aventura.

---

<sup>20</sup> Os dados definitivos ainda não foram tornados públicos.

<sup>21</sup> Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cuando Cubango, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

## 4.2. Inventário da legislação do turismo

A prática da atividade turística em Angola foi inicialmente suportada pela legislação portuguesa dos finais dos anos 50 do século XX, que marcou o início da ação pública do Estado sobre a orientação e regulamentação do fenómeno social do turismo nas províncias ultramarinas. Assim, no âmbito dessa legislação foi, através do Decreto-Lei nº 42194 de 27 de Março de 1959, criado o Centro de Informação do Turismo de Angola CITA<sup>22</sup>. Neste sentido, durante os últimos anos da administração portuguesa, o CITA fomentou e promoveu o desenvolvimento do turismo em Angola mediante a planificação de ações que regulavam a intervenção dos atores públicos e privados no turismo local. Este coordenou todas as políticas públicas de turismo até aos primórdios da independência de Angola, em 1975<sup>23</sup>.

Com a proclamação da então República Popular de Angola em 1975, a primeira intervenção do Estado na esfera do turismo foi a criação da Secretaria de Estado do Comércio e Turismo que substituiu o CITA; numa altura em que mais de 90% das unidades hoteleiras e similares do país tinham sido “abandonadas pelos seus antigos proprietários”, e verificava-se o uso inadequado do parque imobiliário do país, que resultou na sua degradação.<sup>24</sup>

A normalização do funcionamento do sector do turismo foi feita através da elaboração de políticas públicas que promoveram a reorganização dos respetivos pelouros através da emissão dos primeiros diplomas legislativos da 1ª República sobre o turismo. O Decreto nº 128/75 permitiu que se criasse o Centro de Controlo e Gestão dos Estabelecimentos de hotelaria, restaurantes e similares da província de Luanda; o Decreto nº 42/77 criou o Ministério do Comércio Interno (MINCI) e integrou no seu quadro orgânico a Direção Nacional de Turismo e Hotelaria (DINATUR), assim como o Decreto Executivo nº 42/81 de 19 de Novembro do MINCI que conferiu a gestão privada das

---

<sup>22</sup> url: <http://www.minhotur.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx> consultado aos 24 de Junho de 2014.

<sup>23</sup> url: <http://www.minhotur.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx>, consultado aos 24 de Junho de 2014.

<sup>24</sup> url: <http://www.minhotur.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx> consultado aos 24 de Junho de 2014; Embaixada da República de Angola em Portugal, *Indústria Hoteleira*, apud, AIP (Associação Industrial Portuguesa), in <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id=turismo>, consultado aos 24 de Junho de 2014.

instalações hoteleiras e similares.<sup>25</sup> Do ponto de vista organizativo, a Direção Nacional do Turismo e Hotelaria, conseguiu criar até ao ano de 1983, 19 empresas públicas hoteleiras de nível provincial com a denominação de Emproteis, bem como a Anghotel-UEE, uma empresa pública que inicialmente passou a gerir os hotéis e, posteriormente, tomou conta da gestão das principais unidades hoteleiras do país situadas fora da capital.<sup>26</sup>

Em 1988 foi criada a primeira empresa Angolana de turismo (ANGOTUR LDA) e, no decurso da 8ª Assembleia da Organização Mundial do Turismo (OMT) ocorrida em Paris no ano de 1989 Angola foi admitida como membro desta organização. Na sequência deste acontecimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) potenciou financeiramente o sector do turismo em Angola, uma ação que permitiu a reestruturação da Direção Nacional do Turismo, a criação de um sistema de recolha, tratamento, análise e publicação de estatísticas do turismo, assim como a criação de um serviço estatístico informatizado na DINATUR, a elaboração de propostas de legislação turística, a capacitação dos recursos humanos e o incentivo para a criação de empresas e agências de viagens e turismo. Constituíram-se associações profissionais privadas do sector como a AHORESIA (constituída por representantes de hotéis, restaurantes e similares), a AAVOTA (associação de agências de viagens e turismo) e ADHA (associação dos diretores de hotéis). No contexto internacional, para além da sua filiação na OMT, Angola é ainda membro da RETOSA, organismo responsável pelo desenvolvimento do turismo na região da SADC, da ATA-África *Traveler Association* e da CPLP, e faz parte do projeto Okavango-Zambeze, juntamente com o Botswana, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Embaixada da República de Angola em Portugal, *Indústria Hoteleira, apud*, AIP (Associação Industrial Portuguesa), in <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id-turismo>, consultado aos 24 de Junho de 2014.

<sup>26</sup> url: <http://www.minhotur.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx> consultado aos 24 de Junho de 2014; Embaixada da República de Angola em Portugal, *Indústria Hoteleira, apud*, AIP (Associação Industrial Portuguesa), in <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id-turismo>, consultado aos 24 de Junho de 2014.

<sup>27</sup> url: <http://www.minhotur.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx> consultado aos 24 de Junho de 2014; Embaixada da República de Angola em Portugal, *Indústria Hoteleira, apud*, AIP (Associação Industrial Portuguesa) in <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id-turismo>, consultado aos 24 de Junho de 2014.

Verifica-se assim que a intervenção do Estado Angolano na esfera do turismo, foi mais caracterizada inicialmente pela emissão de diplomas legais voltados para aspetos parciais da atividade, bem como pela filiação do País nas organizações internacionais. Contudo, a ação do Estado não se tinha traduzido ainda num programa ou política nacional de turismo até aos finais da década de 1990.

Todavia, a reestruturação da DINATUR, conseguida graças ao apoio da OMT permitiu, através do Decreto-lei nº 5 de julho de 1996, a criação do Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola (Minhotur) que colocou o turismo na agenda do governo angolano como uma política pública. Com esta ação, pela primeira vez uma entidade ministerial virada exclusivamente para o turismo, o Minhotur, passou a licenciar, a orientar, a disponibilizar, a fiscalizar e a apoiar o desenvolvimento do fenómeno do turismo em Angola. Como fruto das suas ações, em 1997 fez aprovar, pelo Conselho de Ministros, a Política Nacional do Turismo através da resolução nº 7/97 de 20 de junho e criou o Instituto de Fomento do Turismo (INFORTUR), ainda no domínio de políticas públicas do turismo em Angola, o Conselho de Ministros aprovou, com base na Resolução nº9/97 de 27 de julho, a Estratégia da Hotelaria e Turismo. Projetou-se a elaboração do Plano Diretor do Turismo (PDT) que viria a ser aprovado em 2012, bem como a reabilitação e recuperação das infraestruturas hoteleiras e turísticas, a elaboração de uma estratégia da inspeção do turismo e de um plano estratégico de formação para os quadros do sector e a cooperação internacional.<sup>28</sup>

No âmbito das políticas públicas de turismo em Angola, no ano de 1997 foram aprovadas as normas do licenciamento e financiamento das agências de viagens e turismo pelo Decreto – Lei 54/97, bem como estabelecidas as normas atinentes ao aproveitamento dos recursos turísticos do país e ao exercício da indústria hoteleira e similar pelo Decreto nº 6/97. Em 1999, através dos Decretos-executivos 92, 93 e 94 foram aprovados os novos modelos de alvarás para o exercício da atividade da indústria hoteleira e similar e para as

---

<sup>28</sup> url: <http://www.minhotur.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx> consultado aos 24 de Junho de 2014; Embaixada da República de Angola em Portugal, *Indústria Hoteleira*, apud, AIP (Associação Industrial Portuguesa) in <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id-turismo>, consultado aos 24 de Junho de 2014.

agências de viagens e turismo, assim como, os preços dos novos alvarás, os valores das taxas e de vistorias.<sup>29</sup> No quadro que se segue apresentamos a síntese do inventário sobre a legislação do turismo em Angola.

Tabela 2: síntese sobre a legislação sobre o turismo em Angola

Ano	Decretos, Leis e Resoluções	Ações
1959	Decreto-Lei nº 42194 de 27 de março	Cria o Centro de Informação do Turismo de Angola (CITA)
1975	Decreto nº 26/75	Cria o Centro de Controlo e Gestão dos Estabelecimentos de Hotelaria, Restaurantes e Similares da província de Luanda.
1977	Decreto nº 42/77	Cria o Ministério do Comércio Interno (MINCI) e aprova o Estatuto Orgânico, onde se insere a Direção Nacional do Turismo e Hotelaria.
1981	Decreto Executivo nº 42/81 de 19 de novembro do MINCI	Decreta o aluguer dos bares, cafés, casas de chá, cervejarias, restaurantes e estalagens, aos privados.
1997	Decreto-Lei nº 5/96	Cria o Ministério da Hotelaria e Turismo (MINHOTUR).
	Resolução nº 7/97	Aprova a estratégia da Hotelaria e Turismo no quadro da qual se preconiza a elaboração do Plano Diretor do Turismo, a reabilitação e recuperação das infraestruturas hoteleiras e turísticas, bem como a estratégia da inspeção do turismo, o Plano estratégico de formação para o setor e a cooperação internacional.
	Decreto-Lei nº 4/97	Aprova o Estatuto Orgânico do MINHOTUR.
	Decreto-Lei nº 54/97	Aprova as normas do licenciamento e disciplina do financiamento das Agências de Viagens e Turismo.
	Decreto nº 6/97	Estabelece as normas respeitantes ao aproveitamento dos recursos turísticos do país e ao exercício da Indústria Hoteleira e Similar.
1999	Decreto Executivo nº 92/99	Aprova os novos modelos de Alvará para o exercício da atividade da Indústria Hoteleira e Similar.
	Decreto Executivo nº 93/99	Aprova o modelo de Alvará para as Agências de Viagens e Turismo.
	Decreto Executivo Conjunto nº 94/99	Aprova os preços dos novos Alvarás de licença da Indústria Hoteleira e Similar, Agências de Viagens e Turismo e os valores das taxas e vistorias.
2012	Decreto nº 001/2012 de 14 de agosto	Aprovava os novos modelos de Alvará de licença para o exercício da indústria hoteleira e similar

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Embaixada da República de Angola em Portugal<sup>30</sup> e Minhotur 2012.

### 4.3. Política Nacional de Turismo

A Política Nacional de Turismo de Angola de 1997 é um documento geral onde estão definidas as linhas mestras de orientação e coordenação programática da atividade do sector do turismo, que foi aprovado pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros, através da Resolução nº 7/97 de 20 de junho. Na nossa ótica, este documento marca o início das políticas públicas do turismo em Angola. Com ele, o Estado angolano fez o

<sup>29</sup> Embaixada da República de Angola em Portugal, *Indústria Hoteleira*, apud, AIP (Associação Industrial Portuguesa) in <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id=turismo>, consultado aos 24 de Junho de 2014.

<sup>30</sup> In <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id=turismo>, consultado aos 24 de Junho de 2014.

reconhecimento político do turismo “como uma atividade económica e social” específica no quadro da economia nacional e ao mesmo tempo, reconheceu aos organismos oficiais que superintendem a política turística o lugar que lhes corresponde na hierarquia administrativa e institucional.<sup>31</sup>

A Política Nacional de Turismo de Angola é composta por um conjunto de diretrizes, objetivos e ações que devem ser executadas pelo poder público, através do Minhotur e pela iniciativa privada. A ação público-privada na esfera do turismo deve fazer com que os benefícios do turismo promovam social e economicamente as populações locais mediante ao incentivo às iniciativas de investimento que favoreçam a criação de empregos. Deste modo, a Política Nacional do Turismo pretende desenvolver 12 ações fundamentais: criar novas fontes de captação de receitas para o País principalmente em divisas, contribuir para atenuação do défice cambial; subsidiar as importações; Projetar no mundo uma imagem prestigiosa de Angola; Desenvolver o turismo regional e internacional de alta qualidade; Definir áreas estratégicas e consequentemente a atribuição às mesmas do estatuto de áreas de proteção parcial; Criar mais postos de emprego; Assegurar o envolvimento das comunidades locais e garantir o desenvolvimento sustentável do sector e delas próprias; Institucionalizar fundos que visem promover e incentivar o desenvolvimento do turismo, as ações de promoção turística e o desenvolvimento dos recursos humanos e consequentemente a promoção de zonas rurais do interior; Privilegiar a ação do sector privado no desenvolvimento do turismo; Reabilitar e modernizar as infraestruturas turísticas, hoteleiras e similares e gerar verbas para esta reabilitação, bem como a participação no saneamento básico, saúde, redes viárias e outros e privatizar gradualmente as unidades hoteleiras.<sup>32</sup>

Constata-se, assim, que a Política Nacional de Turismo de Angola salvaguarda a sustentabilidade económica, social, ambiental e política. Na medida em que, no Plano económico, preconiza a captação da moeda externa, a fim de contribuir para a balança de pagamentos tornando, desta forma, o turismo como uma das alavancas da economia nacional; na vertente social e

---

<sup>31</sup> Diário da República, nº 29, 1ª Série de Sexta-feira de 20 de Junho de 1997, p. 304-306.

<sup>32</sup> Diário da República, nº 29, 1ª Série de Sexta-feira de 20 de Junho de 1997, p. 304-306.

política, assegura a promoção do desenvolvimento social sustentável, mediante o envolvimento das comunidades locais e do sector privado. Por conseguinte, com esta política, o Estado angolano pensa dar um contributo para a integração rural e urbana, bem como para a redução dos desequilíbrios e assimetrias regionais, mediante a criação de postos de emprego e da redistribuição dos rendimentos e conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida da população angolana. Do ponto de vista socio ambiental, a Política Nacional do Turismo de Angola considera os recursos naturais, socioculturais e tradicionais do País como parte integrante do património nacional, e para o efeito preconiza a sua proteção, a sua preservação e a sua valorização razão pela qual não podem “ser considerados como bens privados”. Além de defender a “preservação e o fortalecimento da identidade nacional, da paz, bem como a integração e cooperação internacional através da promoção do turismo interno, intra-regional e internacional”.<sup>33</sup>

Para a implementação da Política Nacional do Turismo, o Minhotur tem vindo a inventariar e a ordenar os espaços de desenvolvimento turístico, e a fomentar ações que visam proteger, preservar e valorizar as áreas de proteção natural e de interesse histórico-tradicional. Entretanto, afigura-se urgente que a atividade do governo deva contemplar uma ação pedagógica que mentalize os cidadãos sobre o valor do património natural, cultural e histórico-tradicional como uma marca distintiva de Angola.

Com a elaboração da Política Nacional do Turismo em 1997, pode-se afirmar que Angola passou a ter, assim, um instrumento legislativo capaz de impulsionar o desenvolvimento do turismo; porém, resta saber até que ponto as diretrizes dessa política poderão contribuir, de facto, para uma promoção e inclusão social baseada no turismo; e até que ponto serão suficientemente flexíveis para permitir a inclusão de novos objetivos e de mecanismos adequados que permitam a preservação do património cultural, artístico, histórico e paisagístico natural do país. Resta ainda saber, em que medida estas políticas públicas do turismo em Angola serão capazes de produzir a redução de desequilíbrios entre a interferência da atividade do turista com as atividades sociais e manifestações culturais preexistentes nas comunidades

---

<sup>33</sup> Diário da República, nº 29, 1ª Série de Sexta-feira de 20 de junho de 1997, p. 305.

visitadas e, por conseguinte, da promoção do desenvolvimento local sustentável. Pelo que será necessário, posteriormente, a realização de vários estudos de casos para a avaliação dos seus impactos.

Entretanto, devido à instabilidade política que se viveu em Angola durante a II República (1992-2008), decorreu um longo período sem que muitas das diretrizes das políticas públicas de turismo, aprovadas pelo Conselho de Ministros nos anos de 1997 e 1999, fossem implementadas. Porém, com a pacificação de Angola em 2002, a ação do Minhotur até 2011, circunscreveu-se na criação do Instituto de Fomento do Turismo (INFOTUR), do Fundo do Fomento do Turismo e do Imposto do Turismo, na inventariação e cadastro dos recursos turísticos, na criação da árvore do ADN do turismo, na análise do *benchmark* de boas práticas, tendo culminado com a elaboração do Plano Diretor de Turismo de Angola 2011-2020 (PDT). A realização do inventário e cadastro dos recursos turísticos de Angola contou com a participação dos governos das 18 províncias que preencheram os questionários fornecidos pelo Minhotur, permitindo, desta forma, a identificação de “cerca de 2600 recursos turísticos”, que serão atualizados permanentemente, sempre que se adicione um novo recurso turístico ou se degrade um recurso inventariado (PDT 2013).

#### 4.4. O Plano Diretor do Turismo 2011-2020

Com o objetivo de programar de forma planificada a Política Nacional de Turismo que foi aprovada em 1997, o Minhotur elaborou e submeteu à aprovação pelo Conselho de Ministros, o Plano Diretor de Turismo de Angola para o período 2011-2020. A ação foi considerada como o início de uma nova fase que irá tornar o turismo como um dos sectores estratégicos da economia angolana pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos com as seguintes palavras,

*“Com a aprovação pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros do Plano Diretor do Turismo de Angola 2011-2020, o Ministério da Hotelaria e Turismo iniciou um novo ciclo de atuação, centrada na implementação de uma estratégia que se pretende sólida, original e sustentável. A intenção é aproveitar o riquíssimo património histórico-cultural, as favoráveis condições climáticas e a grande*

*diversidade de belezas naturais do nosso país para potenciar o turismo como um sector de importância estratégica para a economia angolana, capaz de criar riqueza, atrair investimentos e gerar milhares de empregos. Para o efeito definiu-se um conjunto de ações ao nível institucional e ao nível dos eixos prioritários de desenvolvimento turístico que serão implementados num período de dez anos. A estratégia definida para o sector de hotelaria e Turismo devera ser considerada um legado para as gerações vindouras a ser executada de acordo com o Plano Diretor, que será oportunamente alvo dos ajustes tidos como necessários, independentemente das mudanças ou alterações do executivo e do departamento ministerial que tutela o sector. Os objetivos são ambiciosos, mas com o esforço e a vontade de todos os envolvidos neste processo seremos capazes de garantir as condições materiais e a formação humana adequadas para consolidar o turismo no nosso país e impor Angola uma “Marca” reconhecida em todo o mundo (José Eduardo dos Santos, in PDT 2013, p.6).*

O Plano Diretor 2011-2020 caracteriza o turismo como “petróleo verde”, em que Angola define como aposta estratégica a diversificação da economia nacional através do incentivo ao setor produtivo, além de contribuir para a captação de divisas e aumento da receita fiscal, para a promoção da igualdade de género e da inclusão social com base na criação de emprego, contribuindo desta forma para o combate à pobreza. O PDT 2011-2020 apresenta na sua estratégia, seis eixos de desenvolvimento, e uma série de programas, projetos e ações que serão executados durante o período da sua vigência, visando atingir objetivos de desenvolvimento local sustentável.

#### a) Estratégia de desenvolvimento do turismo em Angola 2011-2020

A análise das características dos mercados do turismo internacionais mais desenvolvidos e emissores de turistas, do *benchmark* de casos de sucesso ou comparáveis com a realidade angolana permitiram a elaboração da estratégia de desenvolvimento do turismo em Angola que será executada em três fases:

A primeira fase consiste no desenvolvimento do **turismo doméstico**: similar às teorias de Perroux, os planeadores do executivo angolano definiram um modelo centrado em polos de desenvolvimento a ser implementado no período entre 2011-2013, com prioridade para os segmentos de turismo doméstico convencional, de turismo doméstico social e de turismo de

estrangeiros a trabalhar em Angola; nesta lógica, do ponto de vista do ordenamento territorial turístico, foram criados quatro polos de desenvolvimento nos quais se irá desenvolver o turismo interno numa primeira fase: o Polo Turístico de Futungo de Belas, com uma área geográfica de 517 hectares, localizado no município do Samba na província de Luanda, cuja atração principal é a Baía do Mussulo e está vocacionado para o turismo de sol e mar; o Polo Turístico de Kalandula, com uma superfície de 2000 hectares, localizado no município de Kalandula na província de Malanje, cujo fascínio principal são as quedas de água de Kalandula, localizadas no rio Lucala, com uma extensão de 410 metros e uma altura de 105 metros, consideradas as segundas maiores de África depois de *Vitória falls* no Zimbabwe; além disso, a aposta para este Polo é o desenvolvimento do agroturismo e a prática de atividades hípicas; o Polo Turístico de Cabo Ledo localizado no município da Kissama na província de Luanda que possui uma área geográfica de 2000 hectares e cujo interesse principal é a zona balnear com 120 km de extensão situada a aproximadamente 1h30 minutos de Luanda; por se situar nas imediações do Parque Nacional da Kissama, este polo turístico é propício à prática de turismo de sol e mar e de turismo natureza; o Polo Turístico da Bacia do Okavango, que ocupa uma área geográfica de 12.000 hectares e se localiza no município do Dirico na província do Cuando Cubango; o encanto principal deste Polo é a área partilhada com o projeto transfronteiriço Okavango-Zambeze, “KAZA-TFCA”<sup>34</sup> (PDT 2013). Além dos quatro polos de desenvolvimento turístico, o governo definiu ainda como prioridade o desenvolvimento do turismo cultural em M’Banza Kongo, centro histórico e património cultural angolano candidato ao património cultural da humanidade desde 1996.

A segunda fase baseia-se no desenvolvimento do turismo regional de 2013 a 2015, voltado para a diversificação de investimentos e promoção, priorizando-se os países fronteiriços e de maior proximidade, sobretudo da Comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC), com destaque para a Namíbia, o Botswana e África do Sul, bem como para os países não fronteiriços que possuem fortes laços culturais com Angola nomeadamente Portugal e Brasil;

---

<sup>34</sup> KAZA-TFCA: *Kavango Zambezi Transfrontier Conservation Área*.

Por fim, a terceira fase consiste no desenvolvimento do turismo internacional, no período entre 2015 a 2020, apostando-se no aumento da competitividade global do setor, no sentido de incluir Angola na rota turística internacional, priorizando-se os países de maior interesse, numa primeira fase o Reino Unido e a França e numa segunda fase a Alemanha e os EUA (PDT 2013).

De uma forma geral, verifica-se que o PDT 2011-2020, apresenta uma estratégia de desenvolvimento de turismo, que visa transformar o país em um destino de diversão e animação em África, através da oferta do turismo.

Tabela 3: produtos estratégicos do turismo em Angola.

VISÃO	ANGOLA: PAÍS JOVEM E DIVERTIDO		
PRODUTOS ESTRATÉGICOS	CULTURA <ul style="list-style-type: none"> <li>• Festivais de música/culturais</li> <li>• Festividades regionais</li> <li>• Eventos locais religiosos</li> <li>• Competições desportivas</li> <li>• Gastronomia</li> <li>• Rota de escravos</li> </ul>	SOL E MAR <ul style="list-style-type: none"> <li>Praia</li> <li>• Atividade des náuticas</li> <li>• Surf/Windsurf</li> <li>• Observação de cetáceos</li> </ul>	NATUREZA <ul style="list-style-type: none"> <li>• Passeios na natureza</li> <li>• Safaris</li> <li>• Observação de vida animal</li> <li>• Descida de rios</li> </ul>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do PDT 2011-2020, p 25.

Para a materialização da estratégia de desenvolvimento do turismo 2011-2020, o Estado angolano irá implementar as políticas de produto (Marca Angola), de promoção e *marketing*,<sup>35</sup> de financiamento, de infra-estruturas e ambientais (PND 2013-2017). Estas políticas serão executadas através da divulgação e promoção do potencial turístico do país, bem como do estabelecimento de calendários de férias e de eventos turísticos, da implementação de serviços de informação de apoio aos visitantes e turistas; por sua vez, preconiza-se o apoio à expansão da rede hoteleira no país e, sobretudo, nos polos turísticos, estimando-se para o efeito um investimento de

<sup>35</sup> A promoção e *marketing* serão feitos no quadro de um plano estratégico de *marketing* e promoção do turismo em Angola, que preconiza a criação de condições para promover e estimular o turismo privado, na garantia de um desenvolvimento de uma política do turismo, concedendo a primazia aos interesses nacionais e em especial a defesa do ambiente, do património cultural, e dos usos e costumes do povo angolano. Por outro lado, o governo irá ainda definir uma estratégia de formação do sector com base na criação de um sistema nacional de formação profissional para o setor turístico, que se traduzirá na construção, reabilitação e apetrechamentos de escolas técnico-profissionais de turismo nas províncias, assim como na criação de um Instituto Nacional de Formação Turística (PND 2013-2017, p. 54).

um bilião de dólares americanos na criação de infraestruturas de apoio ao turismo pelo Estado angolano até 2020 (PDT 2013).

## b) Eixos Estratégicos de desenvolvimento do turismo

No âmbito do PDT 2011-2020 estão definidos 6 (seis) eixos estratégicos, interligados entre si e coerentes com as etapas de desenvolvimento estabelecidas para o setor turístico, em que será desenvolvido o fenómeno social do turismo de forma faseada em Angola como se pode constatar na tabela 4:

Tabela 4: eixos estratégicos do desenvolvimento do turismo em Angola

<p>1. Mercados emissores</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de ações de promoção e divulgação nos principais mercados emissores atuais (Portugal, Brasil e África do Sul);</li> <li>- Condições de acesso dos turistas (ex.: atribuição de vistos).</li> </ul>	<p>4. Acessibilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da frequência de ligações aéreas para os mercados prioritários;</li> <li>- Preços elevados das viagens aéreas;</li> <li>- Melhoria dos acessos rodoviários, ferroviários e portuários.</li> </ul>
<p>2. Enriquecimento da oferta</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Custos elevados da hotelaria;</li> <li>- Reduzido número de operadores turísticos locais;</li> <li>- Reduzida oferta de atividades turísticas.</li> </ul>	<p>5- Serviços e competências</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação dos trabalhadores do sector;</li> <li>- Criação de carteiras profissionais (certificações);</li> <li>- Indexar a atribuição das categorias das unidades hoteleiras ao nível de formação dos seus trabalhadores;</li> <li>- Divulgação da estatística do sector.</li> </ul>
<p>3. Promoção e distribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de feiras para a divulgação nos principais mercados emissores;</li> <li>- Organização de festivais culturais, musicais, gastronómicos e religiosos com o objetivo de capturar turistas;</li> <li>- Promoção da participação de instituições privadas.</li> </ul>	<p>6- Qualidade Urbana e ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação do meio ambiente e áreas de conservação;</li> <li>- Preservação e recuperação de ativos turísticos históricos e culturais;</li> <li>- Criação de política para o ordenamento turístico.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do PDT 2011-2020, p. 45.

Por conseguinte, a execução das políticas públicas de turismo será feita através de uma ação multissectorial que para além do Minhotur irá envolver os ministérios da cultura, da juventude e desporto, do ambiente, da energia e águas, da educação, da administração pública emprego e segurança social, do planeamento e finanças, da agricultura e desenvolvimento rural, das pescas, do urbanismo e construção, assim como dos ministérios do interior, das relações exteriores e dos transportes.<sup>36</sup>

<sup>36</sup> A ação multissectorial irá contribuir para a manutenção e conservação dos monumentos e sítios, para a cooperação cultural com outros países e instituições congéneres, para a realização de eventos desportivos, para a preservação e potenciação do património natural e asseguramento de políticas ambientais e energéticas, bem como para a formação profissional e criação de emprego, para o ordenamento do território nas zonas de interesse turístico, para o desenvolvimento e otimização de serviços e infra-estruturas de transporte rodoviário,

c) Programas, projetos e ações a desenvolver

No quadro do PDT 2011-2020 a Política Nacional de Turismo, foi desdobrada em 28 programas de atividades que serão executados em três etapas: a primeira etapa contempla 22 programas que correspondem a fase do desenvolvimento do turismo interno a ser implementado no período entre o 2º semestre de 2013 a 2015: na segunda etapa que vai de 2015 a 2018 serão desenvolvidos 4 projetos, inerentes a consolidação do turismo interno e ao início do processo de internacionalização da Marca Angola. Na terceira etapa serão executados 3 projetos que visam a consolidação do processo de regionalização do turismo angolano e sua inserção na rota turística internacional no período compreendido entre 2017 a 2020.

Tabela 5: síntese dos programas de desenvolvimento do turismo a implementar entre 2013 a 2020

<b>PRIMEIRA FASE: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO INTERNO</b>					
1.Desenvolver as estatísticas e estudo do turismo	2.Implementar o quadro legal do sector	3.Atrair investimento e financiamento para o turismo	4.Promover a descentralização do turismo	5.Alinhar ações interministeriais de apoio ao turismo	6.Reforçar competências do Ministério
7.Reforçar competências dos governos provinciais	8.Gerir o cadastro e inventário dos recursos turísticos	9.desenvolver o ordenamento turístico	10. Potenciar a atividade do Infotur	11.Desenvolver as relações internacionais	12.Avaliar a concretização
13.Definir segmentos de turismo interno	14.Implementar os polos e regiões de turismo	15.Promover o turismo interno	16.Melhorar as acessibilidades internas	17.Promover a qualificação profissional	18.Expandir as infraestruturas turísticas
19.Estruturar a oferta turística	20.Definir e promover a imagem das províncias		21.Simplificar o processo entrada/saída de turistas		
29. Projeto Kaza					
<b>SEGUNDA FASE: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL</b>					
22.Definir segmentos de turismo regional	23.Definir e promover a marca Angola	24.Melhorar as acessibilidades externas	25.Promover a certificação do turismo		
<b>TERCEIRA FASE: INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL</b>					
26.Definir segmentos de turismo	27.Definir barómetro de competitividade do turismo angolano	28.Promover o turismo a nível internacional			

Fonte: elaboração própria com base nos dados do PDT 2011-2020, p. 103<sup>37</sup>.

---

ferroviário, marítimo e aéreo, além de integração dos produtos angolanos na oferta gastronómica e asseguramento da política fiscal capaz de incentivar o investimento no turismo, auxiliando desta maneira a implementação da estratégia e desenvolvimento da atividade turística nacional (PDT 2011-2020, p 46).

<sup>37</sup> A descrição detalhada dos projetos consta dos anexos XVIII, XIX e XX.

#### d) Objetivos e metas a atingir

Com a estratégia de desenvolvimento do turismo pretende-se alcançar o aumento, de forma quantitativa e qualitativa, da oferta da infraestrutura básica de turismo, a criação de 1 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos, assim como a especialização e a capacitação dos quadros angolanos do setor até 2020; e estima-se atrair 4,6 milhões de turistas nacionais e internacionais que irão proporcionar uma receita de cerca de 4,7 bilhões de dólares americanos, com vista a contribuir para o aumento significativo do peso do setor no produto interno bruto na ordem de 3,21%. Todavia, por ser um plano de dimensão nacional, o mesmo não especifica a forma como os atores locais irão participar, nem a maneira como serão distribuídos os postos de trabalho, muito menos o modo como se irá preservar os ecossistemas, pelo que urge a necessidade do seu desdobramento em planos regionais e locais, com vista a assegurar a sustentabilidade ambiental, económica, social, cultural, política e espacial.

#### 4.5. Caracterização do turismo em Angola

Angola é um país com grandes potencialidades de recursos naturais e culturais que fazem dele um excelente atrativo turístico. O país oferece uma variedade de recursos turísticos que incluem os segmentos de sol e praia, ao longo da imensa costa de 1650 quilómetros, de natureza e aventura, assim como um rico património e culturas tradicionais. Todavia, devido a várias décadas de guerra que o país viveu logo após a independência, Angola apresenta ainda uma série de lacunas para se assumir como um dos maiores destinos turísticos do continente, devido a vários problemas que incluem a burocratização do processo de obtenção de vistos, os altos preços das viagens aéreas e das permanências em hotéis, assim como com as limitações internas, ligadas à escassez de unidades hoteleiras. Aliados às dificuldades de acesso aos locais turísticos, do acesso aos serviços de energia elétrica e da água potável, da oferta limitada de pacotes turísticos atrativos, assim como da má conservação do património histórico-cultural do país (Exame 2012, ed. nº 32,

Verdugo e Mavela 2011, PDT 2013)<sup>38</sup>. Além disso, o país debate-se ainda com a escassez de outras infra-estruturas e serviços de apoio ao turismo e com uma fraca promoção do país enquanto destino turístico, que se associa à falta da profissionalização dos quadros do sector, uma situação que põe em causa a qualidade e a eficiência dos serviços prestados nos hotéis. Em função disso, de acordo com Verdugo e Mavela (2011) em cada 27 trabalhadores do sector que o país possuía em 2009 apenas 1 tinha a formação profissional do ramo hoteleiro.

Entretanto, não obstante os problemas acima referenciados, com o alcance da paz e estabilidade, o país já deu alguns sinais no desenvolvimento do turismo e em 2010 organizou o Campeonato de Futebol da África das Nações (CAN 2010), por sua vez, os sectores públicos e privados de Angola deram início em 2012 à realização da Bolsa Internacional de Turismo de Angola (BITUR); além disso, em 2013 o país organizou o Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins e tem realizado ainda, nos últimos anos, várias conferências de negócios. Como é óbvio, a organização destes eventos permitiu a construção e reabilitação de uma série de infraestruturas aeroportuárias, rodoviárias e hoteleiras, que aumentaram a capacidade recetiva do país, bem como do aumento de receitas fiscais e da geração de empregos.

a) Alojamento e restauração

Em 2010 Angola contava com 4.486 estabelecimentos turísticos que estavam em funcionamento. Desses estabelecimentos 1.132 faziam parte da área de alojamentos, 136 dos quais eram hotéis e 996 compreendiam as pensões e outros estabelecimentos de alojamento. Os restaurantes e similares eram constituídos por 3.270 estabelecimentos e as agências de viagens e turismo eram 84. No seu conjunto, as unidades de alojamento tinham a capacidade instalada de 807.695 quartos e 1.318.301 camas (Compêndio de Estatísticas 2006-2010). Em 2011 o número de quartos aumentou para

---

<sup>38</sup> Verdugo, D. e Mavela, A. (2011), Mapeamento da Situação do Turismo em Angola, Projeto Trainfortrade/CNUCED, in UNCTAD: *United Nations Conference on Trade And Development (2011)*; PDT-2013: Plano Director de Turismo de Angola, 2011-2020.

909.460, e as camas passaram para 1.465.392 (Resumo do Boletim de Estatísticas do Minhotur, 2012)<sup>39</sup>. Os novos investimentos feitos nos últimos anos no setor permitiram o aumento considerável de novas infraestruturas turísticas, como se pode observar na tabela que se segue:

Tabela 6: número de hotéis e outros meios de alojamento 2006-2013

Anos	Tipo de Alojamento						Total (hotéis e Pensões e outros meios de alojamento)	
	Hotéis	Quartos	Camas	Pensões e Outros Meios de Alojamento	Quartos	Camas	Quartos	Camas
2006	50	2.699	7.242	366	21.177	38.345		
2007	77	6.326	12.652	504	22.325	44.650		
2008	83	108.235	197.211	540	134.540	189.864		
2009	87	140.706	201.221	714	161.436	208.851		
2010	136	368.946	606.243	996	438.749	712.058		
2011	IND	398.749	659.264	IND	510.711	806.128		
2012	161	Nr. <sup>40</sup>	Nr.	1.094	Nr.	Nr.		
2013	178	9.353	12.569	1.145	11.489	15.658	20.842	20.842

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas 2006-2010; do Resumo do Boletim de Estatísticas do Minhotur, 2012; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edições 2013 e 2014, p.58-61.

Da tabela 6 observa-se um crescimento considerável dos hotéis (178 em 2013) que aliado às 1.145 pensões e outros meios de alojamento, no seu conjunto proporcionam 20.842 quartos e 20.842 camas.

Tabela 7: total geral de alojamentos, quartos e camas 2006-2013

Anos	Unidades de Alojamento <sup>41</sup>		
	Unidades de Alojamento <sup>41</sup>	Quartos	Camas
2006	416	23.876	45.587
2007	581	28.651	57.302
2008	621	242.765	387.075
2009	801	302.142	410.072
2010	1.129	807.695	1.318.301
2011	IND	909.460	1.465.392
2012	1.255	Nr.	Nr.
2013	1.323	20.842	28.227

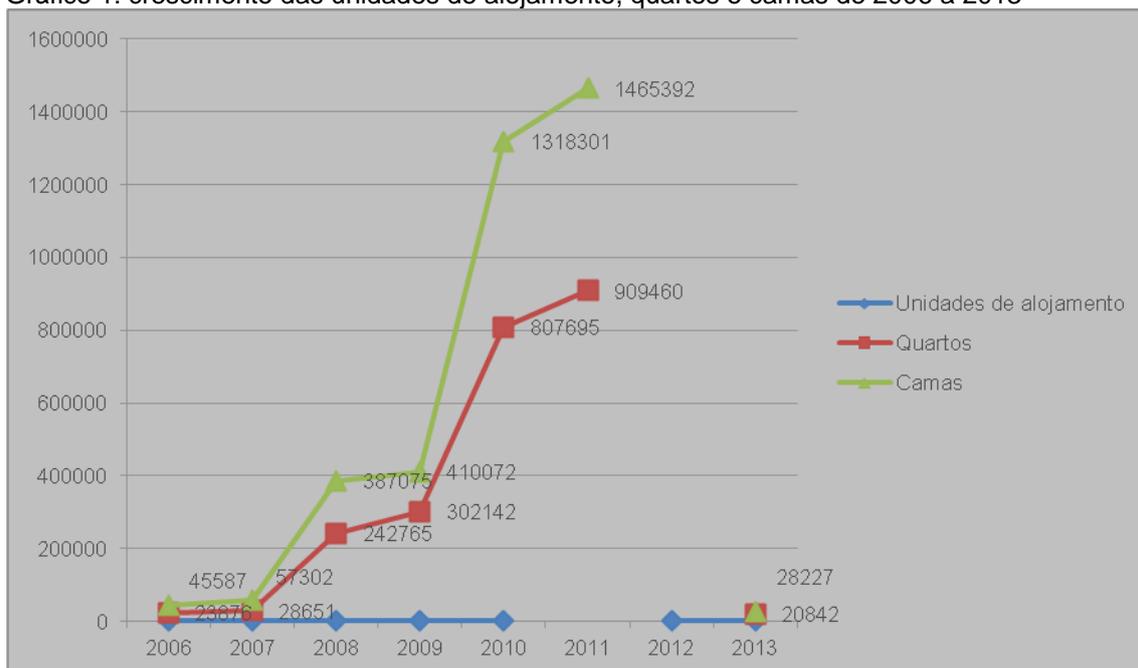
Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas 2006-2010 p.36; do Resumo do Boletim de Estatísticas do Minhotur, 2012; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edições 2013, p. 58 e 2014, p.61.

<sup>39</sup> Minhotur: Ministério da Hotelaria e Turismo.

<sup>40</sup> Não referenciado.

<sup>41</sup> Inclui o número de hotéis pensões e outros meios de alojamento.

Gráfico 1: crescimento das unidades de alojamento, quartos e camas de 2006 a 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas 2006-2010 p.36; do Resumo do Boletim de Estatísticas do Minhotur, 2012; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edição s 2013, p. 58 e edição 2014, p. 61

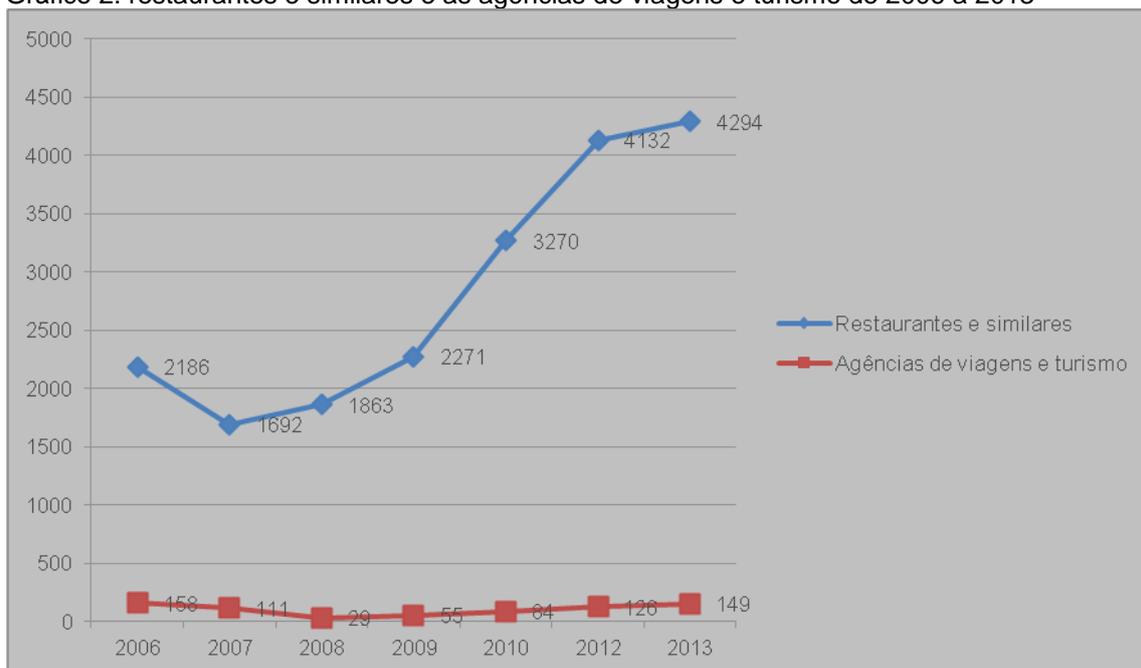
Na tabela 7 e no gráfico 1 estão representadas todas as unidades de alojamento do país do período entre 2006 a 2013 e nela se pode constatar um crescimento considerável das unidades de alojamentos em 2013 mas, pelo contrário, observa-se o decréscimo do número de quartos e camas em relação aos anos anteriores, ou seja: se em 2006 existiam 416 unidades de alojamento que comportavam 23.876 quartos e 45.587 camas, em 2010 existiam 1.129 unidades com 807.695 quartos e 1.318.301 camas em 2013 existiam 1.323 que comportavam apenas 20.842 quartos e 20.842 camas, fenómeno que não conseguimos explicar.

Tabela 8: número total de restaurantes, similares e agências de viagens e turismo de 2006 a 2013

Anos	Restaurantes e Similares	Agências de Viagens e Turismo
2006	2.186	158
2007	1.692	111
2008	1.863	29
2009	2.271	55
2010	3.270	84
2012	4.132	126
2013	4.294	149

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas 2006-2010; do Resumo do Boletim de Estatísticas do Minhotur, 2012; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edições 2013 e 2014.

Gráfico 2: restaurantes e similares e as agências de viagens e turismo de 2006 a 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas 2006-2010; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edições 2013 e 2014.

Na tabela 8 e do gráfico 2, verifica-se um crescimento considerável dos restaurantes e similares na ordem dos 4.294, assim como das agências de viagens que totalizam 149 no período entre 2006 a 2013. Porém, constata-se também um ligeiro decréscimo dos restaurantes e similares durante os anos de 2007 e 2008, bem como das agências de viagens e turismo entre 2008 a 2009.

Tabela 9: repartição da rede hoteleira e similar em funcionamento por província em 2009.

Províncias	Hotéis	Pensões	Aldeamentos Turísticos	Apart. Hotéis	Complexos Turísticos	Albergues	Hospedarias	Estalagens	Restaurantes e Similares	AVT	Total
Bengo	1	6	2	0	7	1	6	0	34	0	57
Benguela	16	56	0	4	1	0	63	4	700	0	844
Bié	3	30	0	0	3	0	0	0	20	4	60
Cabinda	5	22	1	1	4	0	3	1	50	0	87
Cuanza Norte	1	10	0	0	0	0	0	0	49	0	60
Cuanza Sul	16	45	1	0	0	0	0	0	66	0	128
Quando Cubango	0	4	1	0	0	0	4	0	115	0	124
Cunene	1	31	0	0	0	0	7	0	126	0	165
Huambo	6	31	1	1	0	0	8	0	23	0	70
Huíla	7	14	14	0	0	0	61	0	527	12	635
Luanda	60	203	25	3	0	27	157	0	1.036	50	1.561
Lunda Norte	1	12	0	0	0	0	0	0	75	7	95
Lunda Sul	0	11	0	0	0	0	2	0	35	0	48
Malanje	6	6	0	0	0	0	0	0	48	0	60
Moxico	3	15	0	0	0	0	2	0	59	0	79
Namibe	1	16	2	1	0	0	0	16	134	5	175
Uíge	3	8	0	0	0	0	18	0	154	0	183
Zaire	6	13	0	1	1	0	9	0	19	6	55
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>533</b>	<b>47</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>28</b>	<b>340</b>	<b>21</b>	<b>3270</b>	<b>84</b>	<b>4.486</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas, 2006-2010.

Na tabela 9, verifica-se uma grande concentração das unidades turísticas nas províncias do litoral com destaque para a província de Luanda que apresenta maior oferta de alojamento e de restaurantes e similares com 1.561 unidades, seguida pelas províncias de Benguela com 844 unidades, e da Huíla com 635 unidades, respetivamente; a Lunda Sul é a província que apresenta o menor número de infraestruturas turísticas com 48 unidades. Deste modo, observa-se que tanto em termos de alojamento como da restauração no cômputo geral as províncias do litoral apresentam maior oferta.

Tabela 10: repartição da rede hoteleira e similar em funcionamento por província em 2012.

Províncias	Hotéis	Apart. Hotéis	Albergues	Pensões	Aldeamentos Turísticos	Complexos Turísticos	Pousadas	Hospedarias	Motéis	Estalagens	Restaurantes e Similares	A.V. Turismo	Total
Bengo	1	0	0	0	3	0	0	2	0	0	52	0	<b>58</b>
Benguela	18	4	0	68	0	2	4	69	0	0	980	0	<b>1.145</b>
Bié	2	0	0	22	0	0	0	16	0	0	22	0	<b>61</b>
Cabinda	6	3	0	26	3	6	0	2	0	0	221	0	<b>267</b>
Cunene	2	0	0	30	0	0	0	6	0	0	129	0	<b>167</b>
Huambo	6	3	0	36	0	3	0	0	0	0	69	5	<b>122</b>
Huíla	8	0	0	15	14	2	0	69	0	0	615	16	<b>739</b>
C. Norte	1	0	0	14	0	0	0	0	0	0	44	0	<b>59</b>
Cuanza Sul	15	0	0	25	0	1	1	37	0	0	148	0	<b>227</b>
C. Cubango	0	0	0	9	1	0	0	5	0	0	68	0	<b>83</b>
Luanda	77	6	40	150	37	0	0	203	1	1	1.348	94	<b>1.958</b>
Lunda Norte	1	0	0	12	0	0	0	0	0	0	14	4	<b>31</b>
Lunda Sul	0	0	0	12	0	2	1	0	0	0	40	0	<b>55</b>
Malanje	6	0	0	17	0	0	0	0	0	0	54	0	<b>77</b>
Moxico	4	0	0	17	0	0	0	4	0	0	79	2	<b>106</b>
Namibe	2	1	0	16	3	0	0	16	0	0	141	5	<b>184</b>
Uíge	4	0	0	9	0	0	0	19	0	0	89	0	<b>121</b>
Zaire	8	1	0	24	0	1	0	0	0	0	19	0	<b>53</b>
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>15</b>	<b>40</b>	<b>502</b>	<b>61</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>448</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4.132</b>	<b>126</b>	<b>5.513</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edição 2013, p. 58-59.

Tal como na tabela 9 na 10 observa-se, de igual modo, que a maioria das unidades turísticas está concentrada na província de Luanda desta vez com 1.958 unidades, o que representa um aumento considerável de mais 397 unidades turísticas; a província de Benguela continua a ocupar a segunda posição, agora com 1.145 unidades, registando um aumento significativo de mais 261 unidades turísticas. A infraestrutura da província da Huíla cresceu de 635 para 739 unidades turísticas. A Lunda Sul, que em 2009 ocupava a última posição viu as suas infraestruturas turísticas a crescerem de 48 unidades para 55 unidades, ao passo que as infraestruturas da Lunda Norte caíram de 95 para 31 unidades, sendo desta vez a província com menor número de infraestruturas turísticas. Em termos globais, as províncias do litoral continuam ainda a concentrar a maior parte das infraestruturas do país.

Tabela 11: repartição da rede hoteleira e similar em funcionamento, por província, em 2013.

Províncias	Hotéis	Apart. Hotéis	Albergues	Pensões	Aldeamentos Turísticos	Complexos Turísticos	Pousadas	Hospedarias	Motéis	Estalagens	Restaurants e Similares	A.V. Turismo	Total
Bengo	1	0	0	0	3	0	N. r.	2	0	0	52	0	58
Benguela	21	6	0	67	0	2	N. r.	77	0	0	1.120	0	1.293
Bié	1	0	0	21	0	1	N. r.	16	0	0	18	0	57
Cabinda	6	3	0	26	3	2	N. r.	4	0	0	210	0	254
Cunene	2	0	0	32	0	0	N. r.	7	0	0	141	0	182
Huambo	9	3	0	37	0	3	N. r.	18	0	0	50	5	125
Huíla	9	0	0	15	14	2	N. r.	69	0	0	615	16	740
Cuanza Norte	1	0	0	17	0	0	N. r.	0	0	0	43	0	61
Cuanza Sul	17	0	0	28	0	3	N. r.	40	0	0	120	2	210
C. Cubango	0	0	0	5	2	0	N. r.	5	0	0	72	0	84
Luanda	81	7	40	150	37	0	N. r.	203	1	1	1.348	94	1.962
Lunda Norte	0	0	0	16	0	0	N. r.	0	0	0	68	25	109
Lunda Sul	1	0	0	12	0	2	N. r.	1	0	0	40	0	56
Malanje	6	0	0	18	0	0	N. r.	0	0	0	72	0	96
Moxico	5	0	0	15	0	0	N. r.	7	0	0	38	2	67
Namibe	3	1	0	16	3	0	N. r.	17	0	0	166	5	211
Uíge	4	0	0	13	0	0	N. r.	26	0	0	102	0	145
Zaire	11	1	0	24	0	1	N. r.	0	0	0	19	0	56
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>21</b>	<b>40</b>	<b>512</b>	<b>62</b>	<b>16</b>	<b>N. r.</b>	<b>492</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4.294</b>	<b>149</b>	<b>5.766</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edição 2014, p. 58.

Na tabela 11, constata-se também uma maior concentração das infra-estruturas turísticas nas províncias do litoral do país sobressaindo Luanda com 1.962 unidades turísticas, seguindo-se Benguela com 1.293 unidades. A província da Huíla, continua na terceira posição, desta vez com 740 unidades turísticas, aumentando apenas uma infraestrutura em relação ao ano de 2012 em que detinha 739 unidades. Destaca-se também um crescimento significativo das infra-estruturas da província da Lunda Norte que subiu de 31 para 109 unidades turísticas, assim como a província do Bié cujas unidades turísticas reduziram de 61 para 57 unidades. A Lunda Sul e o Zaire desta vez são as províncias com menor número de infra-estruturas turísticas com 56 unidades cada.

Tabela 12: classificação da rede hoteleira por província entre 2009 a 2013

Províncias	Categorias															
	5 Estrelas			4 Estrelas			3 Estrelas			2 Estrelas			1 Estrela			Total 2013
	2009	2012	2013	2009	2012	2013	2009	2012	2013	2009	2012	2013	2009	2012	2013	
Bengo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	
Benguela	0	0	0	2	2	2	4	7	7	5	8	6	5	1	6	21
Bié	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	2	0	1
Cabinda	0	0	0	0	0	0	2	1	3	2	1	1	1	4	2	6
C. Norte	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Cuanza Sul	0	0	0	0	0	0	5	5	8	6	5	3	5	5	6	17
C. Cubango	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cunene	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	0	0	0	2
Huambo	0	0	0	0	0	1	2	2	2	4	4	4	0	0	2	9
Huíla	0	0	0	1	1	2	1	1	2	4	4	2	1	2	3	9
Luanda	2	3	3	5	5	7	21	26	24	16	22	24	16	21	23	81
L. Norte	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lunda Sul	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
Malanje	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	2	3	3	3	2	6
Moxico	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	4	1	0	0	3	5
Namibe	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1	0	3
Uíge	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	2	2	2	4
Zaire	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	2	2	4	4	7	11
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>40</b>	<b>46</b>	<b>53</b>	<b>44</b>	<b>57</b>	<b>52</b>	<b>40</b>	<b>45</b>	<b>56</b>	<b>178</b>

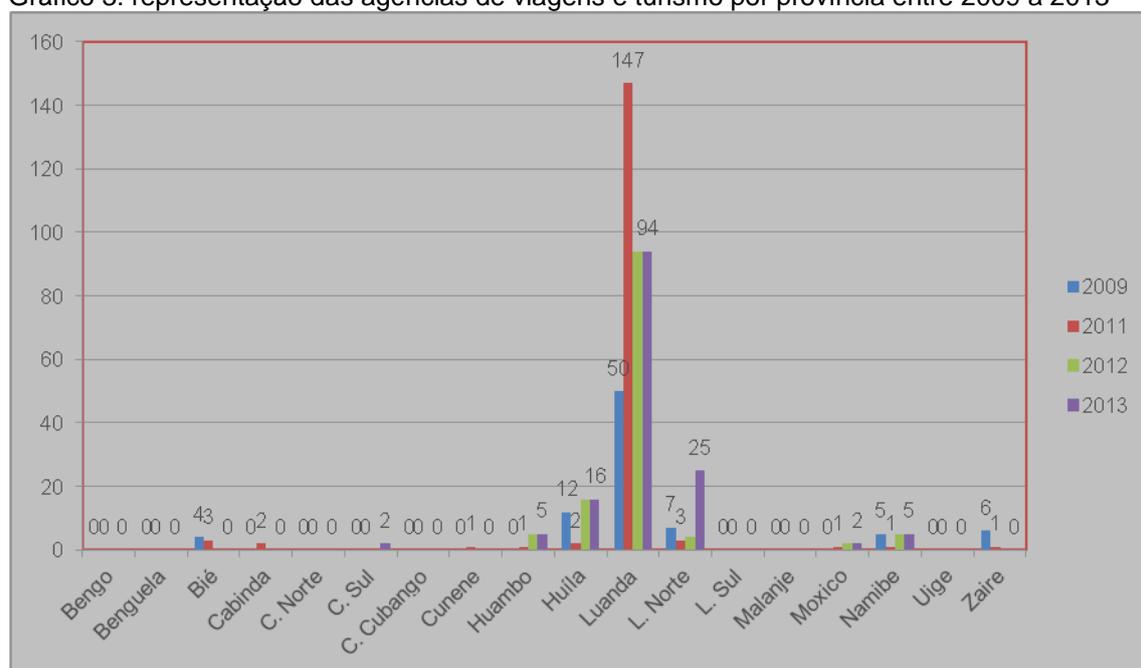
Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas, 2006-2010, p.48 e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edições 2013 e 2014, p. 60.

Em termos de classificação da rede hoteleira da tabela 12 constata-se que o país possuía em 2009 apenas dois hotéis de 5 estrelas na província de Luanda. As províncias de Benguela, Huíla, Luanda, Uíge e Zaire são as únicas que possuíam hotéis de 4 estrelas. Numa visão geral as outras províncias possuíam uma série de hotéis distribuídos nas categorias de três, duas e uma estrela, exceto as províncias do Cuando Cubango e da Lunda Sul que não possuíam nenhum hotel. Verifica-se também a localização do maior número de hotéis nas províncias do litoral com Luanda a concentrar quase a metade do total da rede hoteleira do país com 60 unidades, seguindo-se Benguela e Cuanza Sul com 16 hotéis cada. No ano de 2012, observa-se ainda que Luanda continuava a ser a província do país com hotéis de 5 estrelas, desta vez com 3 unidades. O quadro das províncias com hotéis de 4 estrelas mantém-se inalterado com Luanda a liderar com 5 hotéis, seguindo-se Benguela com 2 hotéis, ao passo que a Huíla, o Uíge e Zaire continuavam a possuir 1 hotel cada. Verifica-se ainda o surgimento de uma unidade hoteleira de 1 estrela na província da Lunda Sul e o desaparecimento do hotel de 1 estrela que em 2009 existia na Lunda Norte, que desta vez, juntamente com o Cuando Cubango aparecem sem nenhum hotel. Em termos gerais, verifica-se um crescimento infraestrutural que passou de 136 para 161 hotéis,

maioritariamente localizados no litoral, sendo Luanda desta vez com 77 hotéis, Benguela com 18, e Cuanza Sul com 15 hotéis, respetivamente.

Finalmente constata-se que em 2013, a categoria de hotéis de 5 estrelas mantinha-se inalterada com Luanda o monopolizar as 3 unidades hoteleiras do país. Ao passo que a categoria de 4 estrelas registou um crescimento de 10 para 14 hotéis, fruto do surgimento de mais duas unidades em Luanda que desta vez passou a contar com 7 hotéis, bem como de um hotel na Huíla que passou a rivalizar com Benguela nesta categoria com duas unidades cada. Além do Huambo que também passou a ter uma unidade. A Lunda Norte e o Cuando Cubango continuavam a ser as províncias do país que não possuíam nenhum hotel. De uma forma geral houve um crescimento de 161 para 178 hotéis, ainda com três províncias o litoral a concentrar um número de unidades, acima da metade da capacidade de oferta do país, tendo aumentado em Luanda de 77 para 81 hotéis, em Benguela de 18 para 21 hotéis e no Cuanza Sul de 15 para 17 hotéis.

Gráfico 3: representação das agências de viagens e turismo por província entre 2009 a 2013



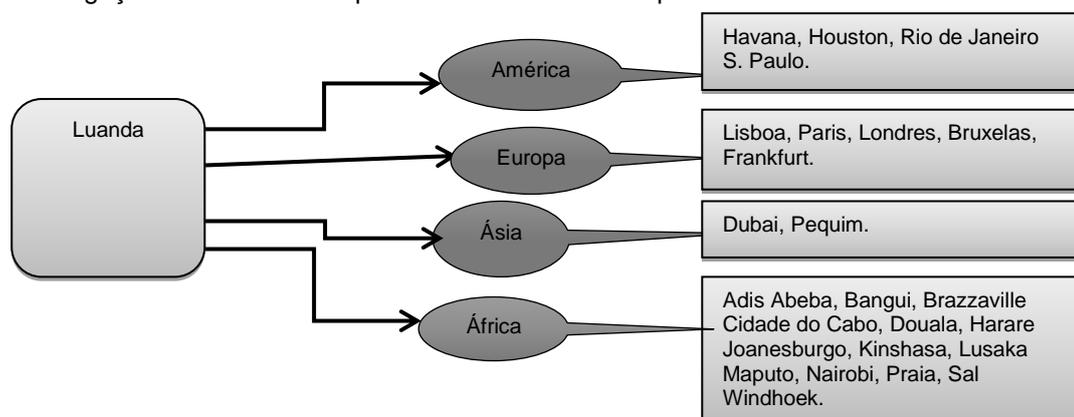
Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas, 2006-2010, p.48; dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edições 2013 e 2014, p. 60; e do PDT 2011-2020, p.34.

No gráfico 3 verifica-se uma maior concentração das agências de viagens e turismo em Luanda, seguindo-se a Lunda Norte e a Huíla, havendo um número inferior em outras províncias. Além disso, observa-se também que algumas províncias não possuem nenhuma agência de viagens e turismo.

### 4.5.1. Mobilidade Turística

O turismo, enquanto for considerado um fenómeno que implica a deslocação de pessoas das suas residências para outras áreas, requer a existência de uma rede de infraestruturas de transporte adequadas, e conseqüentemente, do uso de transporte. Assim, com as melhorias registadas na rede de infraestruturas de transporte e de alojamento em Angola nos últimos anos, a mobilidade turística interna e internacional tem aumentado consideravelmente. Em função disso, através da rede nacional de estradas, muitos turistas nacionais e estrangeiros têm afluído frequentemente para alguns destinos turísticos, com particular realce para a peregrinação anual ao Santuário da Nossa Senhora da Muxima. Por via aérea, a companhia pública de transportes aéreos de Angola (TAAG) realiza voos diretos para 16 das 18 províncias angolanas com a exceção do Bengo e Cuanza Norte devido à sua proximidade com Luanda. A mobilidade turística internacional realiza-se através de 4 aeroportos internacionais (Luanda, Cabinda, Catumbela e Lubango), onde operam diversas companhias internacionais. A partir de Luanda, a TAAG faz ligações aéreas diretas para 3 países do continente americano, 5 países da Europa, e para 2 países da Ásia. Dentro do continente, Luanda tem ligações aéreas diretas para 14 cidades africanas, conforme se pode constatar na figura indicada abaixo:

Figura 1: ligações aéreas da companhia TAAG de Luanda para o resto do mundo



Fonte: elaboração própria com base nos dados do PDT, 2011-2020, p.33.

Escalam ainda Angola várias companhias internacionais, com destaque para a *Air Emirates*, a *Royal Air Maroc*, a *South Africa Airlines*, a *Namíbia Airlines*, a Lufthansa, a Ibéria, a *British Airlines*, a KLM, a *Etiópia Airlines*, a LAM, a TAP e a *Air France*. A mobilidade turística tem sido facilitada pelas agências de viagens e turismo, maioritariamente localizadas em Luanda (Cf. Gráfico 3). O país tem sido ainda escalado por cruzeiros internacionais, preferencialmente no porto do Lobito.<sup>42</sup>

Tabela 13: chegadas nas unidades de alojamento no período entre 2006 a 2013

Anos	Chegadas			
	Angolanos residentes	Angolanos não residentes	Estrangeiros	Total
2006	53.428	15.118	67.836	136.382
2007	94.176	34.633	87.499	216.308
2008	124.034	73.514	111.543	309.091
2009	332.209	193.884	260.656	786.749
2010	397.128	194.028	271.045	862.201
2011	IND	IND	IND	IND <sup>43</sup>
2012	413.440	111.900	456.630	981.970
2013	496.127	131.282	525.123	1.152.532

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas, 2006-2010, p. 33; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edição 2013 p. 40 e, edição 2014, p 44.

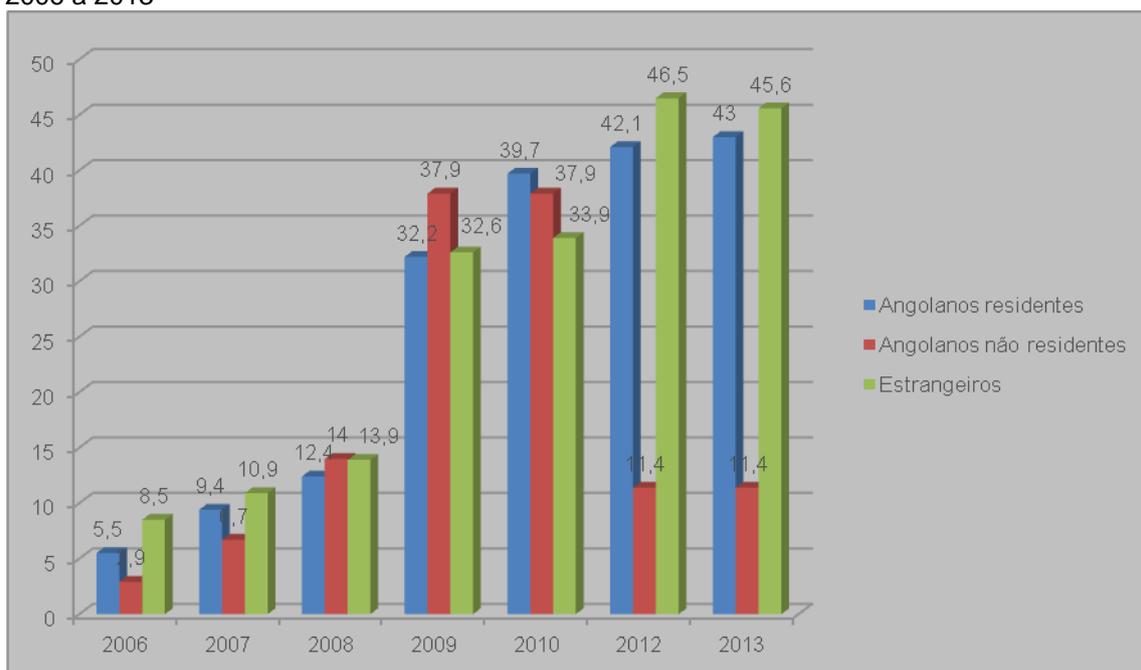
De acordo com os dados constantes da tabela 13, de 2006 a 2013 verifica-se uma evolução na chegada de turistas aos hotéis e em outros estabelecimentos complementares de alojamento, que passou de 136.382 em 2006 para 1.152.532 em 2013.

---

<sup>42</sup> O Distrito de Benguela, com o porto do Lobito absolutamente operacional, as atrações locais e o cuidado e ordem dominantes na localidade, têm permitido a presença de navios de cruzeiro que visitam a costa oriental e ocidental Africana. Os passageiros são convidados a visitar as atrações locais e, nalguns casos, os navios chegam a pernoitar no porto, ultrapassando as 24 horas de presença no Lobito.

<sup>43</sup>Dados indisponíveis.

Gráfico 4: percentagem das chegadas de turistas nas unidades de alojamento por tipologia de 2006 a 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas, 2006-2010, p. 33; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edição 2013 p. 40 e, edição 2014, p 45.

No gráfico 4 observa-se uma certa evolução nas percentagens de chegada dos turistas que passou de 5,5% em 2006 para 45% de chegadas de angolanos residentes nas unidades de alojamento em 2013; de 2,9% de angolanos não residentes para 11,4% no mesmo período; além de 8,5% de estrangeiros em 2006 para 45,6% em 2013.

Tabela 14: chegadas de turistas por regiões entre 1999 a 2013

Anos	Regiões						
	África	América	Ásia	Austrália	Europa	Médio Oriente	T. Geral
1999	7.887	6.081	N/D	N/D	29.116	N/D	43.084
2000	8.400	7.600	N/D	N/D	30.800	N/D	46.800
2001	14.800	9.200	N/D	N/D	38.200	N/D	62.200
2002	16.723	15.044	N/D	N/D	52.169	N/D	83.936
2003	30.915	14.770	N/D	N/D	55.190	N/D	100.875
2004	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
2005	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
2006	19.178	20.847	16.548	747	63.459	647	121.426
2007	33.419	38.113	31.297	1.272	89.351	1.098	194.730
2008	38.059	59.358	63.752	1.391	129.838	1.860	294.258
2009	48.127	76.321	75.929	1.415	161.169	2.823	365.784
2010	76.668	82.835	87.856	2.638	170.381	4.541	424.919
2011	147.903	58.233	100.423	1.175	170.488	2.946	481.168
2012	174.841	67.639	103.533	1226	176.887	4.017	528.133
2013	222.830	74.216	113.465	2.064	231.266	6.192	650.033

Fonte: elaboração própria como base nos dados do Resumo do Boletim de Estatísticas do Minhotur, 2012 p. 1; da AIP<sup>44</sup>, p. 2; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edição 2013 p. 13 e, edição 2014, p 16.

Na tabela 14 verifica-se um crescimento no número de chegadas de turistas estrangeiros a Angola, sendo a Europa o principal mercado emissor que, de 29.116 turistas em 1999 passou para 231.266 turistas em 2013. Seguida pela África com 7.887 turistas em 1999 e 222.830 turistas em 2013. Em termos gerais, verifica-se que chegaram a Angola 650.033 turistas em 2013.

Tabela 15: percentagem das chegadas de turistas por regiões do mundo de 2006 a 2013

Regiões	% Chegadas							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
África	16	17	13	13,2	18,0	30,7	33,1	34,3
América	18	19	20	20,9	19,5	12,1	12,8	11,4
Ásia	14	16	22	20,8	20,7	20,9	19,6	17,5
Austrália	0	1	0	0,4	0,6	0,2	0,2	0,3
Europa	52	46	44	44,1	40,1	35,4	33,5	35,6
Médio Oriente	0	1	1	0,8	1,1	0,6	0,8	1,0
<b>Total Geral</b>	<b>100</b>							

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas, 2006-2010, p.8; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2013, p. 14 e 2014, p. 17.

Em termos de percentagem, da tabela 15 verifica-se que a maior parte dos turistas estrangeiros que visitaram Angola durante o período entre 2006-2010 foram oriundos da Europa que lidera o mercado emissor com 52% das chegadas de turistas em 2006, 46% em 2007, 44%, 44,1% em 2009, 40,1% em 2010, 35,4% em 2011, 33,5% em 2012 e 35,6% em 2013. Por sua vez,

<sup>44</sup> Embaixada da República de Angola em Portugal, *Indústria Hoteleira*, apud, AIP (Associação Industrial Portuguesa) in <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id=turismo>, consultado aos 24 de Junho de 2014.

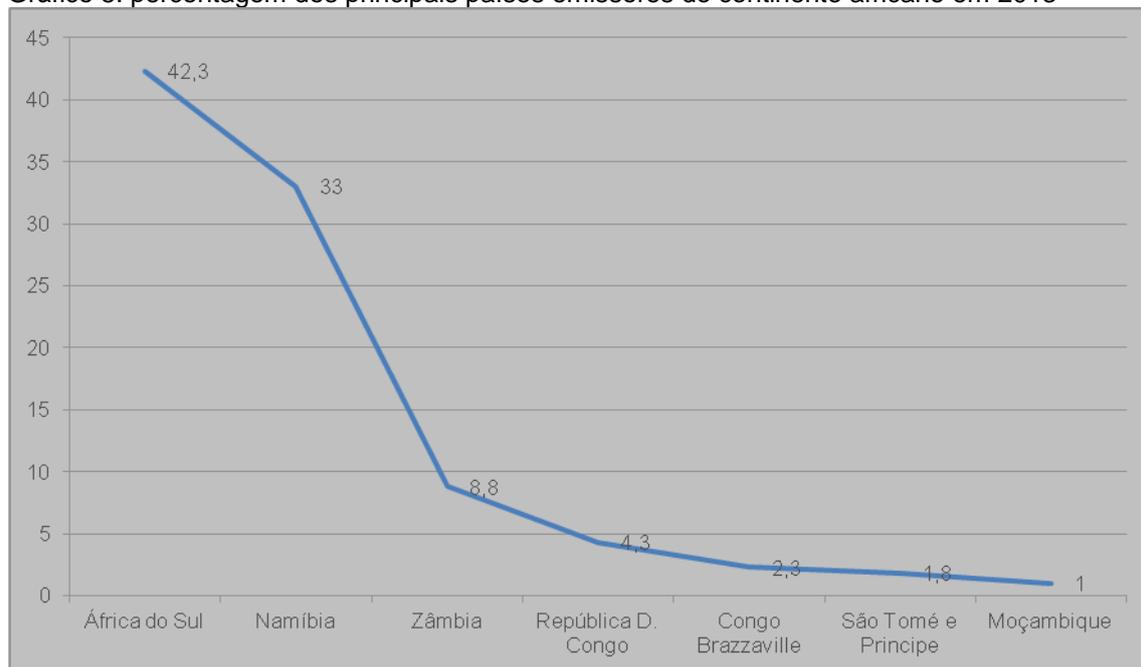
observa-se também que a Austrália é o menor mercado que emite turistas para Angola.

Tabela 16: principais países emissores do continente africano de 2006 a 2013

Países	Chegadas por ano							Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	
África do Sul	9.648	13.328	15.476	25.803	29.217	82.021	94.177	269.670
Moçambique	830	6.227	1.400	1.550	3.089	1.720	2.311	17.127
São Tomé e Príncipe	889	1.735	3.043	2.696	3.837	2.529	4.034	18.763
Nigéria	902	1.254	2.205	2.038	2.996	2.337	1.600	13.332
Cabo Verde	497	1.145	2.049	1.085	821	1.070	1.294	7.961
República D. Congo	694	1.058	1.108	890	446	6.958	9.528	20.682
Congo Brazzaville	588	945	954	728	568	660	5.185	9.628
Namíbia	700	887	1.174	1.225	3.506	54.219	73.614	135.325
Zâmbia	434	516	752	601	1.313	10.976	19.575	34.167
Mali	130	561	514	532	1.839	736	551	4.863
Zimbabwe	355	537	573	598	1.317	1.404	970	5.754
<b>Total Geral</b>	<b>15.667</b>	<b>28.193</b>	<b>29.248</b>	<b>37.746</b>	<b>48.949</b>	<b>164.630</b>	<b>212.839</b>	<b>537.272</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas, 2006-2010 p. 16; dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2013, p. 28-29 e 2014, p. 32-34.

Gráfico 5: percentagem dos principais países emissores do continente africano em 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2014, p. 24.

Da tabela 16 e do gráfico 5, observa-se que a África do Sul lidera a lista dos países africanos que emitem o turismo para Angola com 94.177 turistas em 2013 que corresponde a 42,3%, seguida pela Namíbia com 73.614 turistas,

correspondente a 33%, a terceira posição é ocupada pela Zâmbia com 19.575 turistas o que equivale a 8,8%.

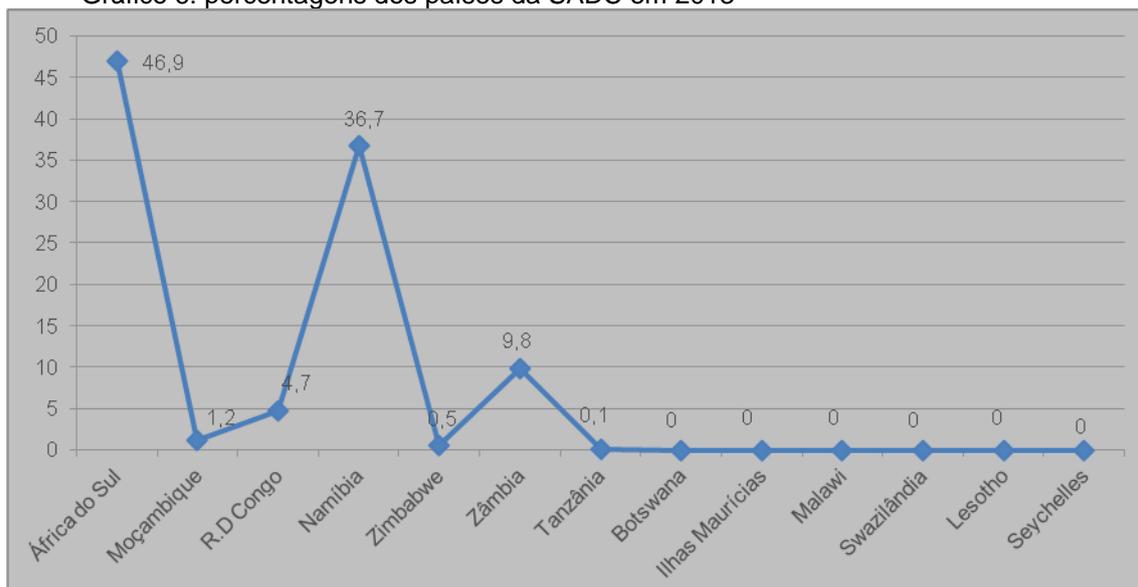
Tabela 17: fluxo de turistas provenientes dos países da SADC de 2006 a 2013

Países	Chegadas por ano							Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	
África do Sul	9.648	13.328	15.476	25.803	29.217	82.021	94.177	269.670
Moçambique	830	6.227	1.400	1.550	3.089	1.720	2.311	17.127
República D. Congo	694	1.058	1.108	890	446	6.958	9.528	20.682
Namíbia	700	887	1.174	1.225	3.506	54.219	73.614	135.325
Zimbabwe	355	537	573	598	1.317	1.404	970	5.754
Zâmbia	434	516	752	601	1.313	10.976	19.575	34.167
Tanzânia	101	182	191	140	120	380	212	1.326
Botswana	125	138	469	130	88	179	100	1.229
Ilhas Maurícias	74	89	83	104	43	214	20	627
Malawi	45	38	129	98	96	92	52	550
Swazilândia	45	23	120	61	41	58	17	365
Lesotho	70	13	67	19	20	27	17	233
Seychelles	3	1	1	9	7	17	0	38
<b>Total</b>	<b>13.124</b>	<b>23.037</b>	<b>21.543</b>	<b>31.228</b>	<b>39.303</b>	<b>158.265</b>	<b>200.593</b>	<b>487.093</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas, 2006-2010, p.11; dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2013, p. 16 e 2014, p. 19.

Pela observação que se pode fazer da tabela 17, constata-se que o fluxo dos turistas provenientes dos países da região da SADC de 2006 a 2013, com exceção da África do Sul cuja liderança se manteve constante, houve várias oscilações com a Namíbia a despontar a partir de 2012, assumindo-se assim como segundo mercado emissor de turismo para Angola destronando, desta feita, Moçambique, que perde ainda no igual período para a Zâmbia que passou a ser o terceiro maior mercado da SADC que emite o turismo para Angola.

Gráfico 6: percentagens dos países da SADC em 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2014, p. 20.

No gráfico 6, nota-se que a África do Sul lidera o mercado emissor do turismo da SADC para Angola com 46,9%, seguida pela Namíbia com 36,7% enquanto a Zâmbia se situa na terceira posição com 9,8%.

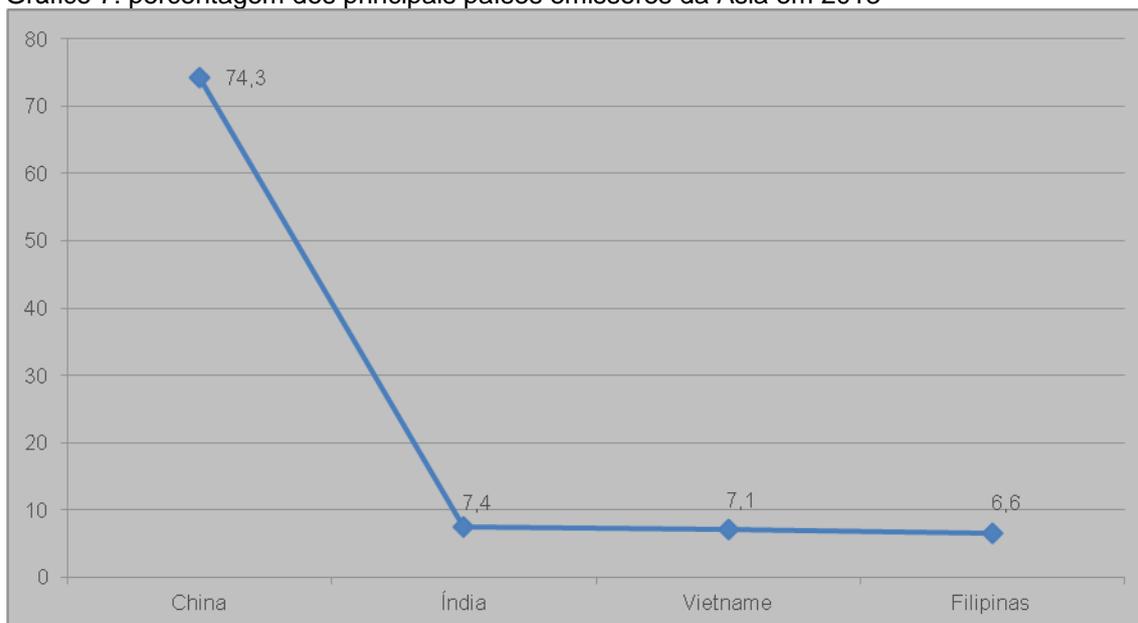
Tabela 18: principais países emissores do continente asiático de 2006 a 2013

Países	Chegadas por ano							Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	
China	9.352	18.500	43.035	51.900	60.577	69.334	84.300	336.998
Filipinas	2.143	3.488	7.043	6.096	8.414	8.553	7.516	43.253
Índia	1.852	3.768	5.262	9.517	8.831	9.231	8.438	46.899
Coreia do Sul	1.296	1.722	1.953	821	504	175	157	6.628
Vietname	545	1.270	2.657	2.062	4.351	9.739	8.164	28.788
Indonésia	229	580	977	1.536	1.336	1.155	1.400	7.213
Japão	380	537	580	759	904	856	633	4.649
Malásia	165	409	598	844	836	737	536	4.125
Paquistão	138	360	573	814	628	696	682	3.891
<b>Total Geral</b>	<b>16.100</b>	<b>30.634</b>	<b>62.678</b>	<b>74.349</b>	<b>86.381</b>	<b>100.476</b>	<b>111.826</b>	<b>482.444</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p. 18; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2013, p. 31-32 e 2014, p. 38-39.

Na tabela 18 verifica-se que a China é o maior mercado emissor de turismo da Ásia para Angola, com um total de 84.300 turistas em 2013, o que corresponde a 74,3% como se pode observar do gráfico 7. A segunda posição é ocupada pela Índia com 8.438 turistas em 2013; O Vietname ocupa a terceira posição com 8.164 turistas no mesmo período.

Gráfico 7: percentagem dos principais países emissores da Ásia em 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2014, p. 26.

Conforme se pode observar do gráfico 7, em 2013 a China lidera o mercado asiático na emissão de turismo para Angola com 74,3%, seguida pela Índia com 7,4% e pelo Vietname na terceira posição com 7,1% das chegadas de turistas para Angola provenientes do continente asiático.

Tabela 19: principais países emissores do continente Americano de 2006 a 2013

Países	Chegadas por ano							Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	
Brasil	10.589	21.749	35.231	46.866	45.848	29.336	43.615	233.234
EUA	6.967	10.593	14.319	15.140	20.313	18.233	17.424	102.989
Canadá	1.250	1.976	2.978	2.583	3.024	2.434	1.917	16.162
Cuba	570	1.256	2.754	5.045	4.113	4.563	5.351	23.652
Argentina	258	538	598	1.492	1.849	1.870	823	7.428
Colômbia	277	385	548	665	779	621	521	3.796
Venezuela	207	337	708	886	680	797	725	4.340
Perú	103	132	223	595	353	437	403	2.246
Trinidade e Tobago	123	308	436	556	497	514	000	2.434
Guiana	0	3	30	531	818	1.175	2.128	4.685
<b>Total Geral</b>	<b>20.344</b>	<b>37.277</b>	<b>57.825</b>	<b>74.359</b>	<b>78.274</b>	<b>59.980</b>	<b>72.907</b>	<b>400.966</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p. 17; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2013 p. 30-31 e 2014, p. 36-38.

Na tabela 19, constata-se que o Brasil é o maior mercado emissor de turismo para Angola com 43.615 turistas em 2013, seguido pelos Estados Unidos com 17.424 turistas; Cuba, que começou a suplantá-lo em 2009 e em 2013 ocupa a terceira posição com 5.351 turistas.

Gráfico 8: percentagem dos principais países emissores da América em 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2014, p. 25.

O gráfico 8, representa as percentagens do continente americano e observa-se que o Brasil se posiciona como maior mercado emissor de turismo para Angola com 58,8%, seguido pelos Estados Unidos da América com 23,5%.

Tabela 20: principais países emissores do continente Europeu de 2006 a 2013

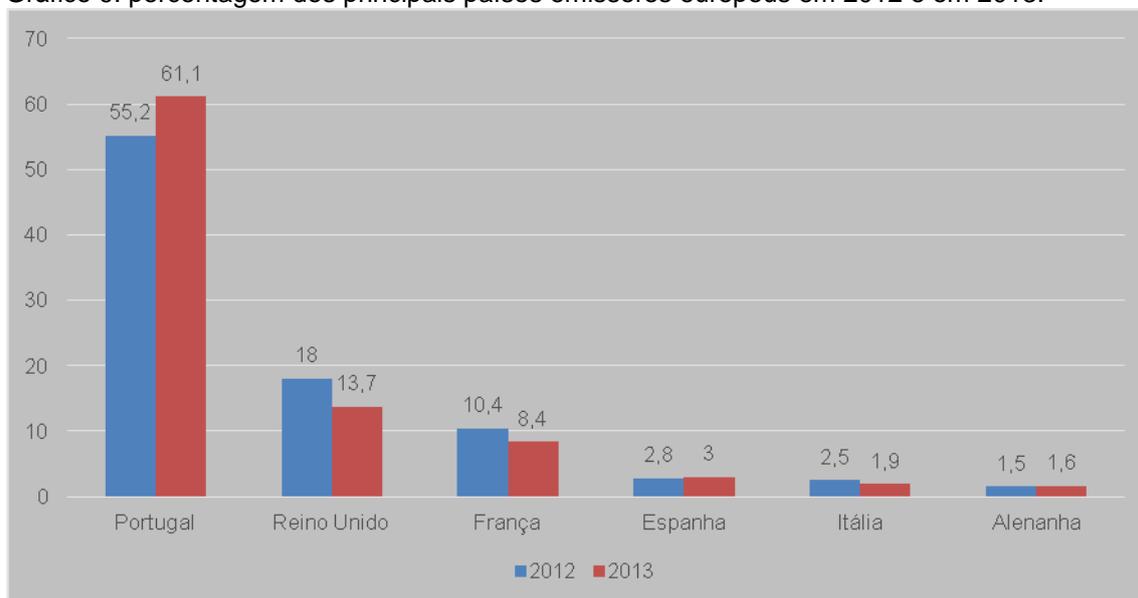
Países	Chegadas por ano							Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	
Portugal	26.364	37.905	53.658	86.330	100.645	92.204	141.351	538.457
França	10.397	13.305	26.649	21.760	18.243	17.297	19.491	127.142
Reino Unido	10.737	15.440	20.425	15.865	18.766	30.036	31.748	143.017
Itália	1.747	2.308	3.324	4.259	3.854	4.137	4.409	24.038
Espanha	1.605	2.044	2.593	5.007	4.052	4.657	7.054	27.012
Alemanha	1.161	1.790	2.551	3.361	2.334	2.486	3.864	17.547
Rússia	1.634	2.241	2.477	2.694	1.484	1.849	1.589	13.968
Noruega	1.907	2.272	2.282	2.269	1.728	1.953	1.593	14.004
Holanda	1.142	1.762	2.180	2.910	2.098	2.219	1.766	14.077
Polónia	592	877	1.772	1.395	1.949	2.033	1.953	10.571
Bélgica	1.016	1.469	1.654	1.650	1.472	1.258	1.281	9.800
Ucrânia	705	938	1.500	1.994	1.670	2.264	1.445	10.516
Croácia	456	686	1.103	1.119	947	1.237	1.104	6.652
Roménia	553	804	786	814	1.934	1.154	1.250	7.295
Dinamarca	380	528	720	1.332	957	1.150	1.309	6.376
Moldávia	0	41	51	681	1.381	1.101	1.019	4.274
<b>Total Geral</b>	<b>60.396</b>	<b>84.410</b>	<b>123.725</b>	<b>153.440</b>	<b>163.514</b>	<b>167.035</b>	<b>222.226</b>	<b>974.746</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.19; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2013 p. 23 e 2014, p. 39-41.

Na tabela 20 verifica-se que os três principais países emissores do turismo para Angola são Portugal, Reino Unido e França, sendo Portugal o líder desde 2006; o Reino Unido que, na maioria das vezes se posiciona em segundo lugar, tinha sido ultrapassado pela França nos anos 2008 e 2009; no

ano 2013 Portugal emitiu 141.351 turistas para Angola, o Reino Unido 31.748 turistas e a França emitiu 19.491 turistas para Angola.

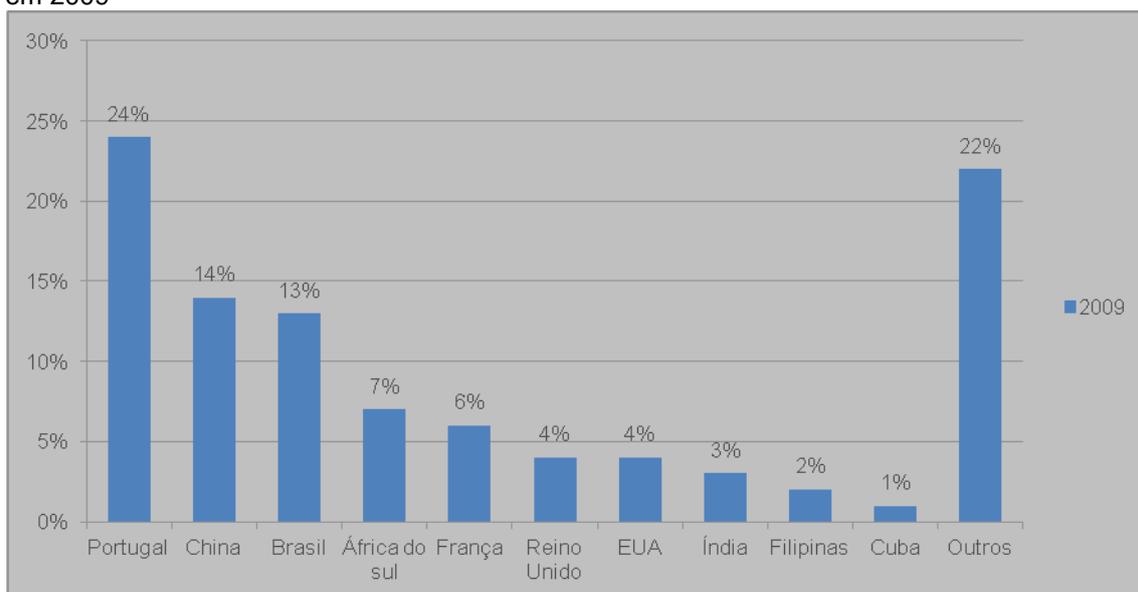
Gráfico 9: percentagem dos principais países emissores europeus em 2012 e em 2013.



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2013 p. 23 e 2014, p. 27.

De acordo com o gráfico 9, que apresenta os dados dos principais países europeus que emitem o turismo para Angola, constata-se que Portugal se posiciona na primeira posição com 55,2 % em 2012 e com 61 % da emissão de turistas para Angola em 2013, seguido pelo Reino Unido com 18,0%, em 2012 e 13,7% em 2013, a França está na terceira posição com e 10, 4% em 2012 e 8,8% em 2013. Assim, verifica-se um crescimento para Portugal e um decréscimo para o Reino Unido e para a França respetivamente.

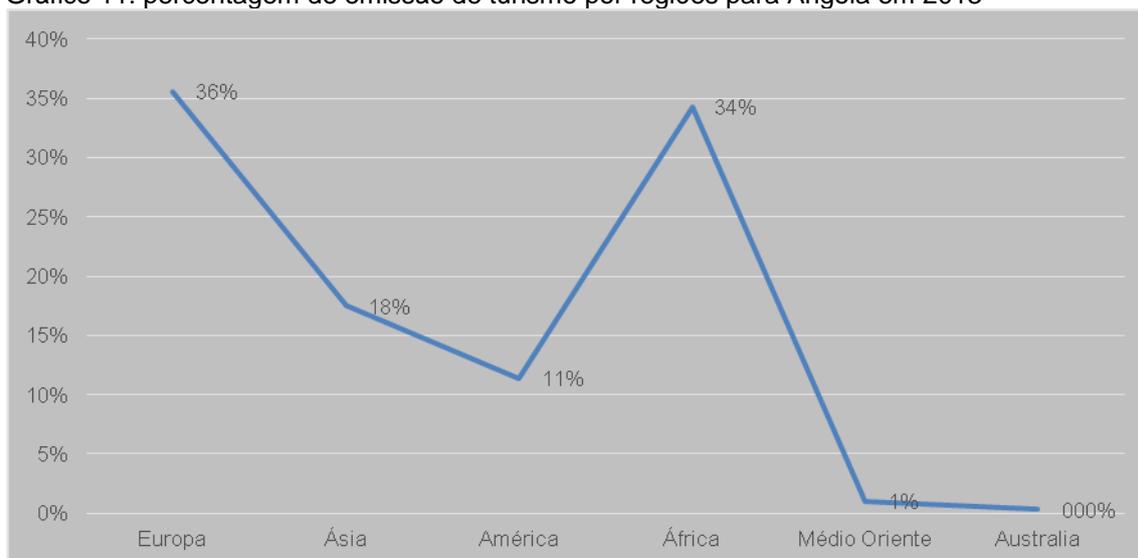
Gráfico 10: percentagem e lista global dos principais países emissores de turismo para Angola em 2009



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Plano Diretor do Turismo 2011-2020, p.30.

O gráfico 10 apresenta a percentagem global dos principais países emissores de turismo para Angola em 2009, em que Portugal se destaca como líder com 24% de chegadas, seguindo pela China com 14% e pelo Brasil com 13% na segunda e terceira posição respetivamente; na quarta posição aparece um país do continente africano e da região da SADC a África do Sul com 7%.

Gráfico 11: percentagem de emissão de turismo por regiões para Angola em 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2014, p. 16.

Em termos globais, no gráfico 11 verifica-se que a Europa é o maior mercado emissor de turismo para Angola, com 35,6 % de chegadas em 2013, seguida pela África com 34% e pela Ásia com 17,5% nas segunda e terceira posições respetivamente. Esta tendência justifica-se pelo fato de haver três grandes mercados emissores europeus (Portugal, Reino Unido e França), três mercados de realce na África Austral (África do Sul, Namíbia e Zâmbia) além de três países de destaque na Ásia (China, Vietname e Índia) (Cf. Gráficos 6, 7 e 9). Importa referir que a maior parte das viagens de turista para Angola no período que vai de 2006 a 2013 foram motivadas por férias, negócios, serviço e de trânsito como se pode constatar da tabela 21.

Tabela 21: motivos das viagens de turistas para Angola de 2006 a 2013

Anos	Motivos das viagens				
	Turismo de Férias	Turismo de Negócios	Turismo de Serviço	Turismo de Trânsito	Total Geral
2006	34.121	23.510	63.743	52	121.426
2007	54.235	28.190	111.935	370	194.730
2008	90.685	58.809	132.686	12.078	294.258
2009	154.296	76.128	135.130	230	365.784
2010	126.145	112.027	186.344	403	424.919
2011	52.567	235.516	191.751	1.334	481.168
2012	84.151	239.209	203.635	1.138	528.133
2013	131.327	263.863	253.930	913	650.033
<b>Total</b>	<b>727.527</b>	<b>1.037.252</b>	<b>1.279.154</b>	<b>16.518</b>	<b>3.060.451</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Resumo do Boletim de Estatísticas do Minhotur, 2012, p. 1; do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p. 2; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2013 p. 27 e 2014, p. 30.

Na tabela 21, observa-se que maior número de turistas que chegaram à Angola no período entre 2006 e 2013, pertencem ao segmento do turismo de serviço na ordem dos 1.279.154 turistas no total, seguindo-se o turismo de negócios, com 1.037.252 turistas no mesmo período. Deste modo pode-se dizer que o mercado Angolano foi atrativo em termos de turismo de serviço e de negócio. Uma ação que pode explicar-se pelo clima de paz que se instalou no país desde 2002, aliado ao processo de reconstrução nacional que neste período atraiu muitos trabalhadores expatriados, sobretudo chineses e portugueses.

Gráfico 12: percentagem dos principais motivos de viagens para Angola entre 2006-2010 e em 2013.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p. 21; e do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2014, p. 30.

O gráfico 12, representa a percentagem dos principais motivos das chegadas de turistas para Angola entre 2006-10 e em 2013. Como se pode constata, no período que vai de 2006 a 2010 destacou-se o turismo de serviço com 45% de chegadas, tendo sido superado em 2013 pelo turismo de negócio com 40,6%; verifica-se ainda uma diminuição no fluxo do turismo de férias que, de 2006 a 2010, ocupava a segunda posição com 32,8% de chegadas e que em 2013 caiu para a terceira posição com 20,2 %, tendo sido superado pelo turismo de serviços com 39,1% na segunda posição.

#### 4.5.2. A contribuição do turismo para o desenvolvimento económico

Neste ponto analisamos o impacto do turismo sobre a balança de pagamentos em Angola, no período entre 1999 a 2013, como se pode constatar das tabelas e dos gráficos apresentados abaixo.

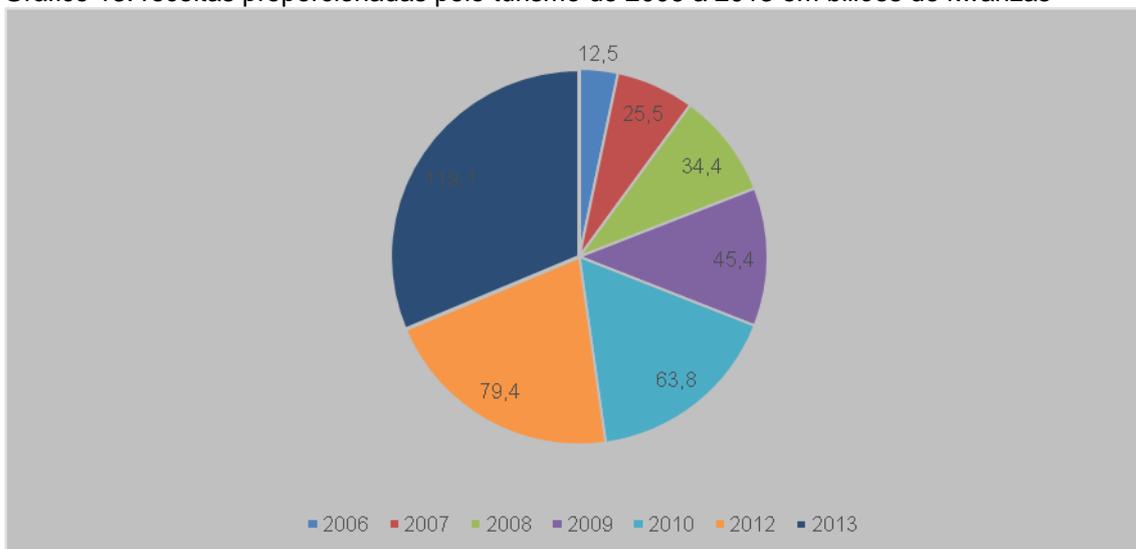
Tabela 22: contribuição do turismo em milhões de kwanzas (AKZ) no período entre 1999-2003

Ano	1999	2000	2001	2002	2003
Valor	9.714	180.200	562.500	437.910	518.845

Fonte: elaboração própria com base nos dados da AIP, p.4.<sup>45</sup>

Da tabela 22 verifica-se que os valores proporcionados pelo turismo cresceram de 9 milhões e 714 mil kwanzas de 1999 para 518 milhões em 2003. Entretanto, verifica-se que o crescimento atingiu o valor máximo em 2001, tendo depois conhecido uma queda em 2002 e um ligeiro crescimento em 2003.

Gráfico 13: receitas proporcionadas pelo turismo de 2006 a 2013 em biliões de kwanzas



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.39; e dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013, p. 43 e edição 2014, p. 47.

Do gráfico 13 verifica-se que as receitas proporcionadas pelo turismo no período em destaque cresceram de 12,5 biliões em 2006 para 119,1 biliões de kwanzas em 2013 que correspondiam na época a 1,191 milhões de dólares

<sup>45</sup>AIP, *apud*, Embaixada da República de Angola, *in* <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id=turismo>, consultado em 24 de Julho de 2014.

americanos. Além disso, o fenómeno social do turismo proporcionou, nos últimos anos, um contributo para o crescimento da economia angolana com as receitas obtidas através do pagamento dos impostos; a título de exemplo, em 2009, as receitas dos impostos pagos pelos hotéis, restaurantes e pelas agências de viagens cifraram-se em “500 milhões de dólares” (Verdugo e Mavela 2011 p. 5). Todavia, esta contribuição é ainda considerada efémera a julgar pelas enormes potencialidades turísticas que o país oferece, pois de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2012 o turismo representava apenas 0,7 % do PIB angolano (Vida Imobiliária, Edição nº 3, 2010).

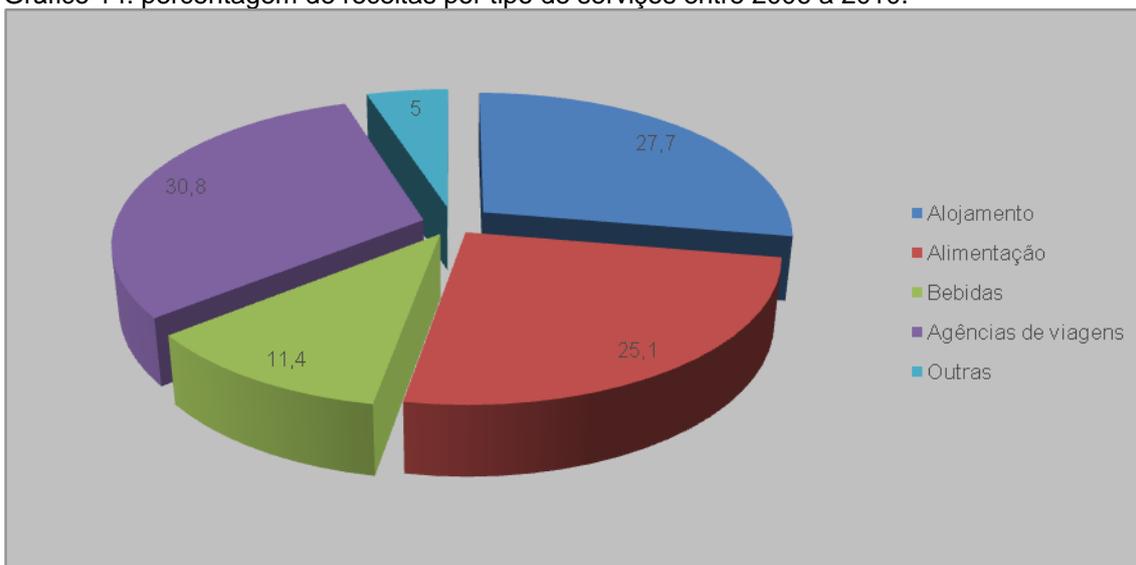
Tabela 23: fluxo de receitas em kwanzas por tipo de estabelecimentos hoteleiros e similares 2006-2010

Tipo de Receitas	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Alojamento	5.663.672.199	7.938.942.685	8.596.163.441	10.593.973.822	17.596.101.353,39	50.288.853.500
Alimentação	2.470.115.527	6.165.691.211	6.693.631.581	14.525.019	15.873.537.772,34	45.728.401.110
Bebidas	1.113.837	2.523.253.553	2.706.389.477	6.342.795.212	8.110.904.090,28	20.797.179.802
A V.T.	2.842.529.445	8.469.771.803	15.194.938.982	13.035.979.313	16.395.162.184	55.934.381.727
Outras	584.841.396	471.024.304	1.281.638.249	927.007.700	5.874.752.889,34	9.139.264.538
Total Geral	12.573.996.037	25.568.683.556	34.472.761.730	45.425.181.066	63.850.458.289,39	181.891.080

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p. 39.

Da tabela 23 contata-se os que serviços das Agências de viagens e turismo são aos que mais arrecadaram receitas no período compreendido entre 2006 a 2010, somando 55.934.381.727 kwanzas na primeira posição; na segunda posição vêm os serviços de alojamento com um total de 50.288.853.500 kwanzas. Os serviços de alimentação também se destacaram com a captação de 45.728.401.110 kwanzas, situando-se assim na terceira posição.

Gráfico 14: percentagem de receitas por tipo de serviços entre 2006 a 2010.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.40.

No gráfico 14, constata-se que a maior parte das receitas foram arrecadadas pelas agências de viagens e turismo na ordem dos 30,8%, na seguindo-se os serviços de alojamento e de alimentação com 27,7% e 25,1% na segunda e terceira posições, respetivamente.

Tabela 24: proveniência das receitas por unidades de 2012 em AKZ

Tipos de Unidades	Tipo de Receitas UM: AKZ				Total
	Alojamento	Alimentação	Bebidas	Outras	
Hotéis	11.968.465.945	6.335.806.522	1.372.112.795	789.734.825	20.466.120.087
Pensões e outras unidades de alojamento	7.550.796.376	3.973.036.953	1.032.719.299	70.491.774	12.627.044.402
Restaurantes e Similares	0	13.792.608.918	11.282.617.325	1.374.584.276	26.449.810.519
Agências de V. e Turismo	0	0	0	19.866.981.200	19.866.981.200
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19.519.262.321</b>	<b>24.101.452.393</b>	<b>13.687.449.419</b>	<b>22.101.792.075</b>	<b>79.409.956.208</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013, p 43.

Ao contrário dos anos anteriores, em 2012 os serviços de restauração e similar são os que mais arrecadaram receitas no valor de 26.449.810.519 Kwanzas, como se pode verificar da tabela 24; seguindo-se depois os hotéis com um total de 20.466.120.087 Kwanzas, as agências de viagens que lideravam anteriormente estão agora colocadas na terceira posição com 19.866.981.200 Kwanzas arrecadados.

Tabela 25: proveniência das receitas por unidades de 2013 em AKZ

Tipos de Unidades	Tipo de Receitas UM: AKZ				Total
	Alojamento	Alimentação	Bebidas	Outras	
Hotéis	14.806.793.541	6.347.434.493	1.698.390.996	3.283.438.478	26.136.057.508
Pensões e outras unidades de alojamento	16.786.727.592	2.832.056.007	1.628.222.962	148.894.432	21.395.900.993
Restaurantes e Similares	0	33.533.189.502	13.671.221.488	313.196.977	47.517.607.967
Agências de V. e Turismo	0	0	0	24.057.403.566	24.057.403.566
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>31.593.521.133</b>	<b>42.712.680.002</b>	<b>16.997.835.446</b>	<b>27.802.933.453</b>	<b>119.106.970.034</b>

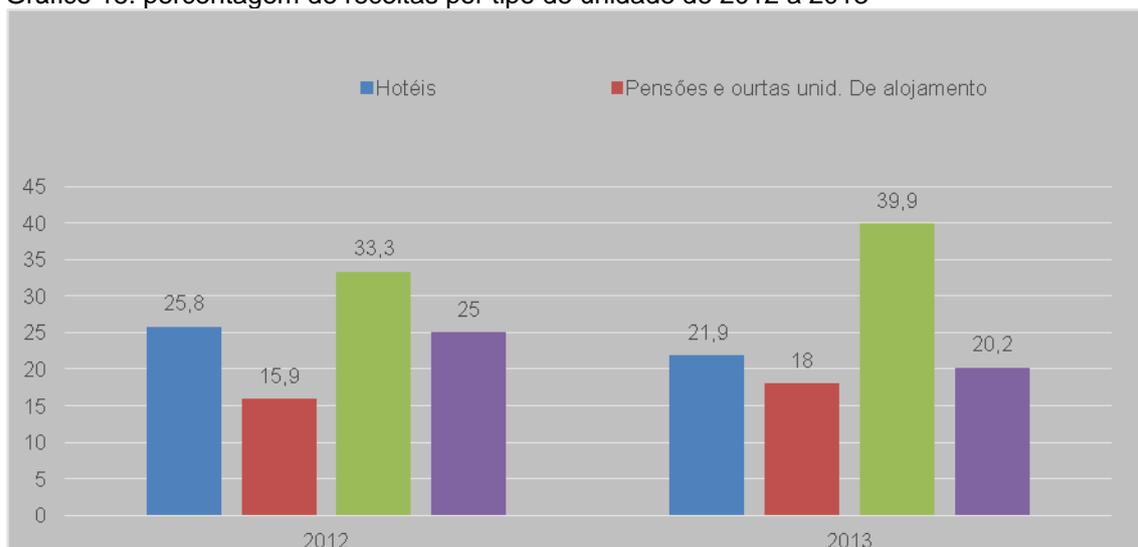
Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2014, p. 47.

Na tabela 25, observa-se que as receitas proporcionadas pelo setor do turismo cresceram para 119.106.970.034 kwanzas em 2013, representando quase o dobro de 2012, ano em que foram arrecadados 79.409.956.208.<sup>46</sup> Por sua vez, verifica-se igualmente que maiores partes das receitas arrecadam em 2013 são provenientes dos restaurantes e similares com um total de 47.517.607.967 kwanzas; os hotéis arrecadaram um total de 26.136.057.508 kwanzas e as Agências de viagens e turismo desta vez aumentaram o seu volume de negócio ao faturarem 24.057.403.566 kwanzas, aproximadamente cinco bilhões a mais em relação ao ano anterior (2012).

---

<sup>46</sup> A realização do campeonato do mundo de hóquei em patins, a feira de Luanda bem como a consolidação da estabilidade macroeconómica do país que na época propiciava a atração do investimento estrangeiro, foram os fatores que contribuíram para o aumento das receitas do turismo no período em 2013 (Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, 2014, p. 50).

Gráfico 15: percentagem de receitas por tipo de unidade de 2012 a 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013, p 43 e edição 2014, p. 48.

O gráfico 15 ilustra a tradução em percentagem dos dados das tabelas 24 e 25 e nota-se a liderança dos serviços de restaurantes e similares na arrecadação das receitas no período compreendido entre 2012 a 2013, com 33,3% e 39,9% do valor total das receitas arrecadadas, seguindo-se os hotéis com 25,8 em 2012 e 21,9% em 2013 na segunda posição.

Tabela 26: fluxo das receitas nas unidades por províncias de 2006 a 2010

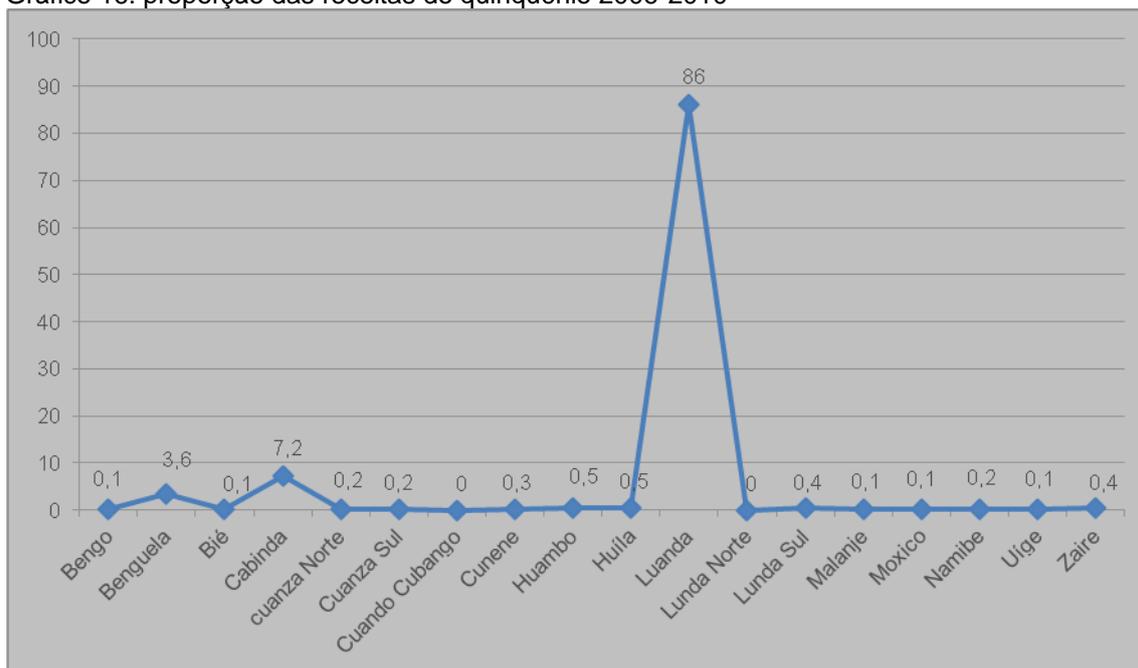
Províncias	Anos					Total AKZ
	2006	2007	2008	2009	2010	
Bengo	2.271.500	24.320.000	56.144.730	20.587.514	10.858.675	114.182.419
Benguela	777.905.016	2.039.935.736	992.352.578	1.420.424.427	1.321.269.636,47	6.551.887.393
Bié	N/D <sup>47</sup>	53.094.195	5.787.263	59.594.195	90.153.000	208.628.653
Cabinda	38.907.919	363.415.076	856.530.860	10.398.250.320	1.437.747.532	13.094.851.707
C. Cubango	4.209.536	7.005.380	8.225.725	2.865.500	47.350.224	69.656.365
C. Norte	12.741.440	1.494.333	23.366.000	184.808.152	153.028.000	375.437.925
C. Sul	1.781.682,50	18.587.869	86.531.113	104.894.253	201.764.470	413.559.388
Cunene	N/D	51.100.180	361.568.155	69.047.687	52.969.263	534.685.285
Huambo	76.035.646	84.852.982	203.591.070	252.241.023	325.931.223	942.651.944
Huíla	N/D	N/D	146.210.732	358.124.022	367.177.523	871.512.277
Luanda	11.584.570.659	22.863.509.555	31.860.385.047	31.853.351.047	58.463.476.457,99	156.625.293.126
L. Norte	N/D	4.259.192	4.848.616	21.748.168	26.753.331	57.609.307
Lunda Sul	N/D	6.744.750	N/D	3.194.877	630.283.000	640.222.627
Malanje	11.536.464	9.274.505	26.563.662	89.996.058	62.719.720	200.090.409
Moxico	N/D	N/D	N/D	128.453.259	85.802.650	214.255.909
Namibe	24.462.923	16.377.483	192.792.017	134.063.001	43.415.850	411.111.274
Uíge	N/D	1.063.382	9.432.317	19.402.903	103.104.612	133.003.214
Zaire	N/D	23.648.938	N/D	304.134.300	426.653.121,93	754.436.360
<b>Total Geral</b>	12.534.422.786	25.568.683.556	34.834.329.885	45.425.181.066	63.850.458.289,39	182.213.075.582

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p. 41.

Conforme os dados da tabela 26, a divisão do fluxo de receitas por província no período entre 2006 a 2010 mostra a realização do maior volume de negócios na província de Luanda com um total de 156.625.293.126 de kwanzas, nas posições imediatas seguem Cabinda com 13.094.851.707 de kwanzas e Benguela com 6.551.887.393 kwanzas. A província da Huíla posicionou-se em quinto lugar com um volume de negócios que se fixou em 871.512.277 de kwanzas.

<sup>47</sup> N/D = Não disponível

Gráfico 16: proporção das receitas do quinquénio 2006-2010



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.42.

Para uma melhor visualização dos dados da tabela 28, o gráfico 16 mostra a proporção das receitas do quinquénio 2006-2010 em que a província de Luanda aparece com 86% do total das receitas arrecadadas, seguida pelas províncias de Cabinda e Benguela com 7,2% e 3,6%, respetivamente; a província da Huíla arrecadou 0,5% do total das receitas.

#### 4.5.3. Contribuição do turismo para a criação de postos de emprego

Como se abordou anteriormente, na sociedade contemporânea o turismo é um dos sectores que tem proporcionado mais postos de trabalho a nível mundial. Neste sentido, em Angola, no período entre 2006-2010 o turismo empregou 138,867 mil cidadãos nos hotéis e outras unidades de alojamentos, nos restaurantes e similares, bem como nas agências de viagens e turismo, como se pode constatar da tabela 27 e do gráfico 17.

Tabela 27: distribuição de empregos por tipo de unidades de 2006 a 2010

Tipos de unidades	Anos					Crescimento %				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
Hotéis	19.874	20.524	19.657	31.067	31.903	1	3	-5	58	2
Pensões e outros Estabelecimentos de alojamento	10.480	12.928	26.585	39.343	40.691	-22	23	105	47	3
Restaurantes e Similares	34.057	35.732	48.555	54.313	55.927	135	6	35	11	3
Agências de V. e Turismo	2.601	2.955	7.929	9.918	10.346	15	13	168	25	4
<b>Total Geral</b>	<b>67.012</b>	<b>72.149</b>	<b>102.726</b>	<b>134.641</b>	<b>138.867</b>	<b>35</b>	<b>8</b>	<b>142</b>	<b>31</b>	<b>3</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.44.

Em termos de oferta de postos de trabalho no período entre 2006 a 2010 da tabela 27 verifica-se a existência de um total de 67.012 empregados em 2006, 72.149 empregados em 2007, 134.641 empregados em 2009 e 138.867 empregados em 2010.<sup>48</sup>

Tabela 28: Crescimento do emprego por tipo de unidades no biénio 2011- 2013

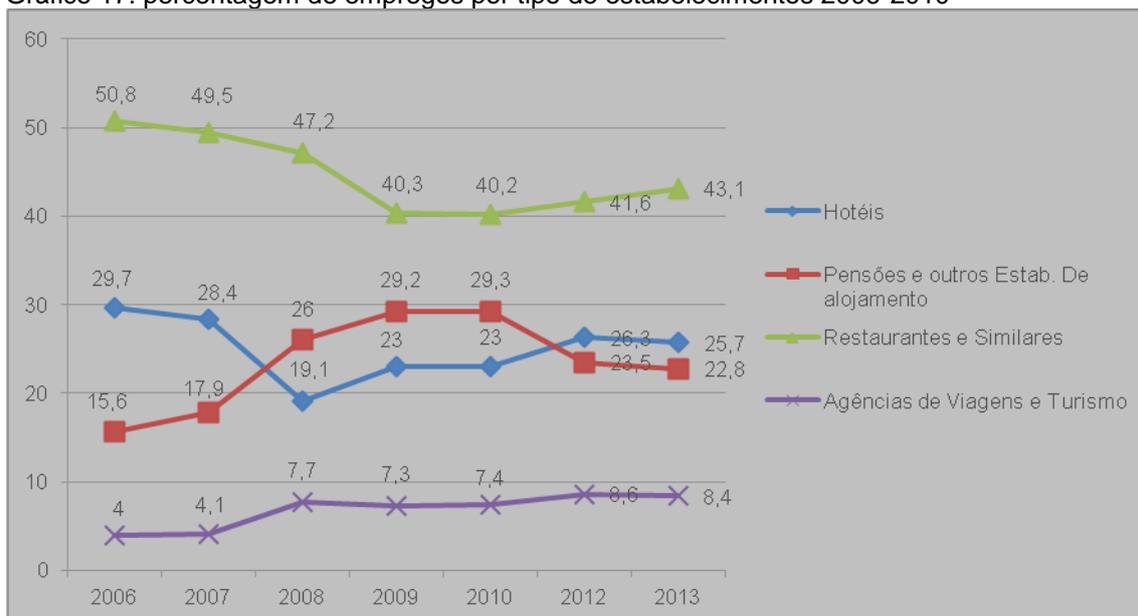
Tipos de unidades	Anos			Crescimento %	
	2011	2012	2013	2012	2013
Hotéis	36.192	41.545	44.517	14,8	7,2
Pensões e outros Estabelecimentos de alojamento	35.892	37.155	39.624	3,5	6,6
Restaurantes e Similares	61.292	65.719	74.844	7,2	13,9
Agências de V. e Turismo	12.188	13.535	14.493	11,1	7,1
<b>Total Geral</b>	<b>145.564</b>	<b>157.954</b>	<b>173.478</b>	<b>8,5</b>	<b>9,8</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013, p. 52 e edição 2014, p.53.

Na tabela 28 observa-se o crescimento do emprego que em termos gerais passou de 145.564 empregados em 2011 para 173.478 empregados em 2013; os serviços de restaurantes e similares são os que mais contribuíram para o crescimento de emprego que viu a sua massa trabalhadora a crescer 61.292 trabalhadores em 2011 para 74.844 trabalhadores em 2013, registando um crescimento na ordem de 13,9%.

<sup>48</sup> Com estes empregos, as operadoras do turismo gastaram no período entre 2006 a 2010 um montante de 28.860.034.919,2 bilhões de kwanzas equivalentes a 304. 737.837,61 milhões de dólares americanos com os pagamentos de salários e outras remunerações (Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.42).

Gráfico 17: percentagem de empregos por tipo de estabelecimentos 2006-2010



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.44; e dos dados dos Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013, p. 52 e edição 2014, p. 53.

Em termos de percentagem relativa a dotação de postos de trabalho, no período entre 2006 a 2010, do gráfico 17 observa-se que os serviços de restaurantes e similares são os que mais absorvem maior força de trabalho com 50,8 em 2006, 49,5% em 2007, 47,2% em 2008, 40,3% em 2009, 40,2% em 2010, 41,6% em 2012 e 43,1% em 2013. Destacam-se também os hotéis com 29% em 2006, 28,4% em 2007, 26,3% em 2012, 25,7% em 2013 e as pensões e outros meios complementares de alojamento com 26% em 2008, com 29,2% e 29,3% empregados em 2009 e 2010 respetivamente.

Tabela 29: repartição da força de trabalho por unidades 2006-2008

Tipo de Unidades	2006			2007			2008		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Hotéis	11.941	7.933	19.874	11.884	8.640	20.524	11.794		
Pensões e outros Estabelecimentos de alojamento	5.560	4.920	10.480	6.732	6.206	12.938	13.537	13.048	26.5851
Restaurantes e Similares	17.156	16.491	34.057	18.357	17.375	35.732	26.802	21.753	48.555
Agências de V. e Turismo	1.574	1.027	2.601	1.754	1.201	2.955	5.450	2.479	7.929
<b>Total</b>	<b>36.641</b>	<b>30.371</b>	<b>67.012</b>	<b>38.727</b>	<b>33.422</b>	<b>72.149</b>	<b>57.583</b>	<b>45.143</b>	<b>102.726</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.45.

Na tabela 29, verifica-se que maior parte da força de trabalho empedada no sector do turismo tanto em 2006 assim como em 2007 e 2008 é do sexo masculino e a maioria trabalha nos restaurantes e similares.

Tabela 30: repartição da força de trabalho por unidades 2009-2010

Tipo de Unidades	2009			2010		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Hotéis	17.963	13.104	31.067	18.481	13.422	31.903
Pensões e outros Estabelecimentos de alojamento	20.768	18.575	39.343	21.476	19.215	40.691
Restaurantes e Similares	30.991	23.322	54.313	31.947	23.980	55.927
Agências de V. e Turismo	5.170	4.748	9.918	5.389	4.957	10.346
<b>Total</b>	<b>74.892</b>	<b>59.749</b>	<b>134.641</b>	<b>77.293</b>	<b>61.574</b>	<b>138.867</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.45.

Tal como se observou da tabela 29, também os dados da tabela 30 revelam uma forte presença da classe masculina no sector do turismo no período entre 2009 a 2010. Além disso, constata-se que os serviços de restaurantes e similares continuam ainda a empregar maior força de trabalho, tanto masculino como feminino.

Tabela 31: repartição da força de trabalho por unidades em 2012 e os respetivos salários

Tipo de Unidades	Trabalhadores		Total	Salários (AKZ)
	Homens	Mulheres		
Hotéis	22.906	18.639	41.545	6.475.396.082
Pensões e outros Estabelecimentos de alojamento	17.732	19.423	37.155	2.711.994.753
Restaurantes e Similares	38.304	27.415	65.719	5.014.219.522
Agências de V. e Turismo	7.924	5.611	13.535	1.908.724.336
<b>Total</b>	<b>86.866</b>	<b>71.088</b>	<b>157.954</b>	<b>16.110.334.693</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013, p. 51.

Na tabela 31, que representa a repartição da força de trabalho por unidades em 2012 e os respetivos salários, verifica-se igualmente um elevado índice de trabalhadores do sexo masculino nos serviços de restaurantes e similares. Porém, os hotéis apesar de possuírem um número inferior de funcionários, são os serviços que gastaram maior valor com o pagamento dos salários.

Tabela 32: repartição da força de trabalho por unidades em 2013 e os respetivos salários

Tipo de Unidades	Trabalhadores		Total	Salários (AKZ)
	Homens	Mulheres		
Hotéis	24.481	20.036	44.517	11.093.173.362
Pensões e outros Estabelecimentos de alojamento	19.174	20.450	39.624	4.848.705.104
Restaurantes e Similares	42.188	32.656	74.844	7.992.573.613
Agências de V. e Turismo	8.469	6.024	14.493	1.713.569.397
<b>Total</b>	<b>94.312</b>	<b>79.166</b>	<b>173.478</b>	<b>25.648.021.476</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2014, p. 52.

Na tabela 32, os homens continuam a ser a maior força de trabalho no sector do turismo, mas desta vez os hotéis são os serviços que empregam o maior número dos funcionários do sector, e também continuam a ser os serviços que mais gastaram com o pagamento dos salários.

Tabela 33: distribuição dos empregos por província entre 2006-2011

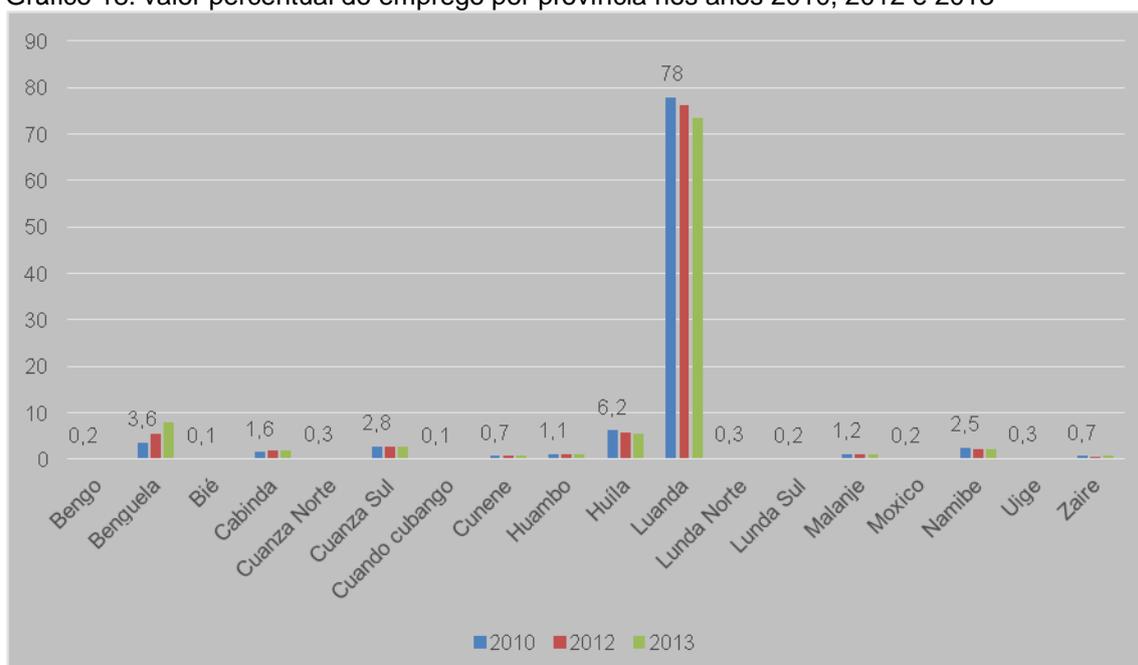
Províncias	Anos					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Bengo	367	460	230	712	316	384
Benguela	5.018	5.594	2.281	4.333	4.931	8.498
Bié	N/D	150	156	372	203	498
Cabinda	274	518	1.115	2.014	2.175	2.819
Cuando Cubango	65	90	90	103	118	166
Cuanza Norte	114	252	262	575	430	498
Cuanza Sul	493	1.039	2.406	3.863	3.937	4.330
Cunene	41	681	213	692	956	1.346
Huambo	596	582	245	1.472	1.482	1.767
Huíla	N/D	1.900	344	8.427	8.663	9.221
Luanda	58.492	58.353	87.776	104.319	108.308	120.274
Lunda Norte	N/D	222	398	419	475	512
Lunda Sul	N/D	189	83	154	275	329
Malanje	479	452	602	2.640	1.699	1.745
Moxico	147	95	N/D	271	294	361
Namibe	516	1.001	6.317	3.302	3.473	3.621
Uíge	N/D	107	208	370	463	579
Zaire	N/D	464	N/D	603	668	1006
<b>Total Geral</b>	<b>66.602</b>	<b>72.149</b>	<b>102.726</b>	<b>134.641</b>	<b>138.867</b>	<b>157.954</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.46; e do Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013, p. 52-53.<sup>49</sup>

<sup>49</sup> ND/ Não disponível

Na tabela 33 constata-se que a maioria dos funcionários do sector do turismo estão concentrados na província de Luanda com 58.492 empregados em 2006, 58.353 empregados em 2007, 87.776 empregados em 2008, 104.319 empregados em 2009, 108.308 empregados em 2010 e 120.274 empregados em 2011. Verifica-se também, que durante o período em análise (2006-2011) a ocupação da segunda posição variou entre as províncias de Benguela, Namibe, Huíla e Cuanza Sul. Nesta lógica de troca de lugares, a província de Benguela ocupou a segunda posição com 5.018 funcionários em 2006, e em 2007 com 5.594 funcionários. Em 2008 a segunda posição foi ocupada pela província do Namibe com 6.317 trabalhadores e nos anos de 2009, 2010 e 2011 foi ocupada pela província da Huíla com 8.427, 8.663 e 9.221 empregados respetivamente.

Gráfico 18: valor percentual do emprego por província nos anos 2010, 2012 e 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.46; Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013, p. 53; Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2014, p. 55.

Do gráfico 18, verifica-se que no período entre 2010 a 2013 maior parte dos empregados do sector do turismo em Angola estão concentrados na província de Luanda, atingindo o pico máximo em 2010 com 78%, dos empregos de todo país, tendo conhecido uma ligeira queda em 2012 para 76,1% e em 2013 para 73,6%. A província da Huíla aparece na segunda

posição em 2010 com 6,2%, com e 5,8 em 2012, tendo sido ultrapassada pela província de Benguela em 2013 com 8,1%<sup>50</sup>. Estes dados, denotam a existência de fortes assimetrias em termos de distribuição dos postos de trabalho dos empregados do setor do turismo em Angola. Um fator que se justifica pela concentração dos empreendimentos turísticos na província de Luanda, em detrimento das outras províncias com grandes potencialidades turísticas, como é o caso da Huíla e Benguela.

Em síntese, ao descentralizar-se as políticas públicas de turismo, e se houver uma melhoria nas condições de infraestrutura e logísticas ligados ao porto do Lobito na província de Benguela, assim como a exploração das potencialidades inerentes ao património natural, histórico-cultural e climatérico da província da Huíla, aliados à sua localização no eixo transfronteiriço poder-se-á atrair mais navios de cruzeiro internacionais e mais turistas da região da SADC, sobretudo da Namíbia e da África do Sul, países com tradições turísticas e com elevada capacidade de compra para os produtos turísticos locais.

---

<sup>50</sup> Cf. Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p.46; Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013, p. 53; Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2014, p. 55.

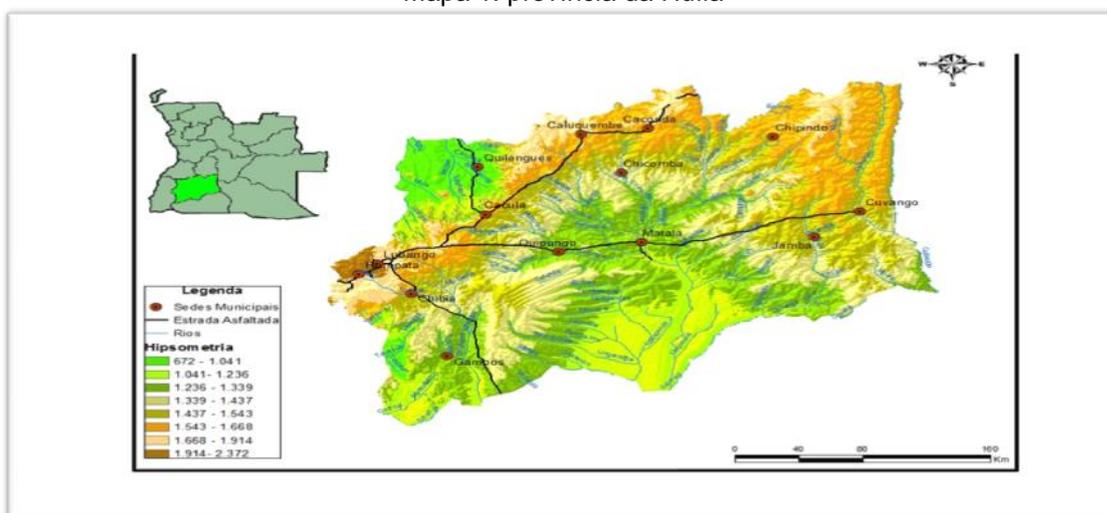
# 5

## O ESPAÇO ECONÓMICO E CULTURAL E O TURISMO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### 5.1. Caraterização geográfica

Com uma área geográfica de 79 022 km<sup>2</sup>, definida pelo Decreto nº 339/70 de 25 de Julho, a província da Huíla compreende o espaço situado entre os meridianos 13º e 17º de latitude sul e situa-se no sudoeste de Angola, fazendo fronteira a Oeste com a província do Namibe, a Norte com as províncias de Benguela e do Huambo, a Leste com as províncias do Bié e do Cuando Cubango e a Sul com a província do Cunene.<sup>51</sup>

Mapa 1: província da Huíla



Fonte: Nhulilivali 2014<sup>52</sup>

<sup>51</sup> Decreto 339/70, pp. 942-943.

<sup>52</sup> Nhulilivali, N. (2014), História da Organização Administrativa do Sul de Angola: o caso do distrito da Huíla, p. 139.

O território da província da Huíla integra-se no vasto conjunto de superfícies planálticas do interior angolano com altitudes que variam entre os 1000 a 2300 metros. Destaca-se a mais elevada aplanção de Angola que se eleva entre 1900 a 2300 metros de altitude no planalto do Bimbe, no município da Humpata (PPDH 2013, p.5). A região central, o norte e o planalto da Humpata possuem um clima tropical de altitude e a região sul e sudeste possui um clima semi-árido e verifica-se a existência da estação das chuvas que vai de Outubro a Abril com precipitações que variam entre 600mm e os 1200mm e com temperaturas médias que variam ente 19°C e 21°C; nos restantes meses do ano verifica-se a estação seca, ou do cacimbo, caracterizada por acentuadas amplitudes térmicas diárias, pela ausência de pluviosidade, por uma humidade relativa do ar muito baixa e com temperaturas médias que oscilam entre os 15,5°C e 19°C.

O território da província da Huíla está dividido em 14 municípios, 45 comunas com 1998 lugares habitados por 2.354.398 cidadãos, maioritariamente pertencentes aos grupos etnolinguísticos Nyaneka, Humbi, Umbundo, Nganguela, Herero e Sans; além de outros grupos com menor representatividade. Com um agregado familiar médio composto na zona rural por aproximadamente 7 indivíduos não assalariados que se dedicam a atividades económicas de micro-unidades produtivas familiares dos setores da agricultura e pecuária; a estrutura familiar e social da atual população da Huíla encontra-se afetada por consequências de fenómenos decorrentes dos efeitos da guerra que contribuíram para uma migração interna. Tal como em toda Angola, existem na Huíla as autoridades tradicionais lideradas pelo *Ohamba* ou Soba (Rei), que serve de elo de ligação entre as comunidades “*indígenas*” e o Estado.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> Proposta de Programa de Desenvolvimento da Huíla 2013 p. 5-6 (PPDH).

Tabela 34: distribuição da população da Huíla por municípios

N/º	Município	Superfície (Km)	População Total	%
1	Lubango	3.140	731.575	31,1
2	Cacula	3.311	128.411	5,5
3	Chibia	5.160	181.431	7,7
4	Caconda	4.710	159.908	6,8
5	Caluquembe	3.074	169.420	7,2
6	Quiengues	4.460	68.682	2,9
7	Cuvango	9.671	75.805	3,2
8	Quipungo	7.630	146.914	6,2
9	Matala	9.060	243.938	10,4
10	Chicomba	4.200	127.273	5,4
11	Jamba	11.102	100.910	4,3
12	Chipindo	3.862	61.385	2,6
13	Gambos	8.150	75.988	3,2
14	Humpata	1.261	82.758	3,5
	Total Geral	78.79	2.354.398	100

Fonte: elaboração própria com base em dados do governo provincial da Huíla, *apud* INE, RGPB 2014<sup>54</sup>.

Na tabela 34 verifica-se uma maior concentração da população no município do Lubango (capital da província) com 731.575 habitantes que correspondem a 31,1% do total da população da província, seguindo-se o município da Matala com 243.938 habitantes que equivale a 10,4% do total da população da província, por sua vez, o município do Chipindo é o menos povoado com 61.385 habitantes que correspondem a 2,6 % do total da população da Huíla.

Tabela 35: distribuição da população da Huíla por área de residência e por género

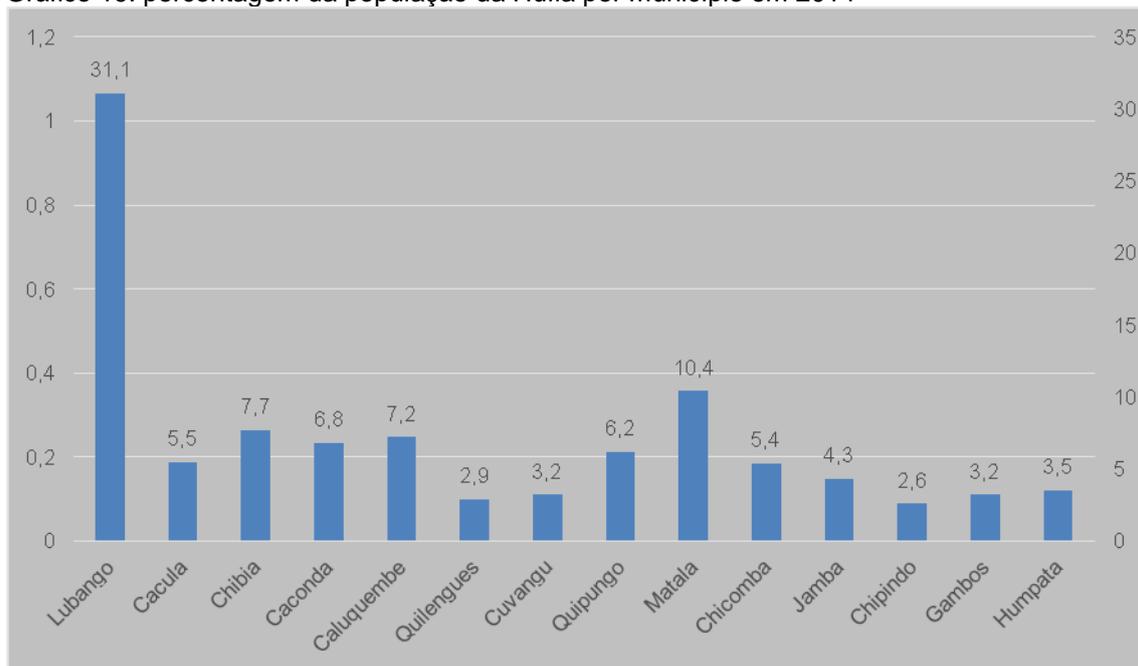
N/º	Urbana	Suburbana	Total	Homens	Mulheres
1	781.380	1.573.018	2.354.398	1.117.342	1.237.056

Fonte: elaboração própria com base em dados do governo provincial da Huíla, *apud* INE, RGPB 2014.

Da tabela 35, constata-se que a maioria da população da Huíla 1.573.018 habitantes vivem em zonas suburbanas sendo maioritariamente do sexo feminino com 1.237.056 indivíduos.

<sup>54</sup> Os dados da população são os resultados preliminares do Censo 2014 e foram fornecidos pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo provincial da Huíla.

Gráfico 19: percentagem da população da Huíla por município em 2014



Fonte: elaboração própria com base em dados do Governo Provincial da Huíla, *apud* INE, RGPH 2014.

No gráfico 19 pode-se observar a maior concentração da população da província da Huíla no município do Lubango na ordem 31,1%, o município da Matala com 10,4% ocupa a segunda posição e o município do Chipindo é o que concentra menor número da população da província com 2,6 %.

## 5.2. Património natural, histórico e cultural

A província da Huíla possui um rico património natural, histórico e cultural, constituído por paisagens naturais, cascatas, monumentos e sítios históricos, bem como por recursos naturais, que a tornam em um potencial turístico da região sul de Angola. Das belezas naturais que integram o património natural da Huíla destacam-se a Serra da Leba, onde está construída uma estrada em forma de serpente que liga o Lubango à província do Namibe; a Fenda da Tundavala, que se localiza no município do Lubango e que foi classificada em 2014 como uma das 7 maravilhas naturais de Angola, do alto do morro tem-se a visão total das fendas e de parte da província; a Fenda do Alto Bimbi; o Miradouro da Boca da Humpata, localizado na saída do Lubango em direção ao Namibe; o Parque Nacional do Bicuar com uma área de 7.900 Km<sup>2</sup>, estabelecido, inicialmente em 1938 como reserva de caça e elevado à

categoria de parque nacional em 1964, possui uma flora e fauna bastante diversificadas, em que o búfalo negro constitui uma das espécies mais abundantes; a Reserva Florestal do Guelengue e Dongo, com uma área de 1.200Km<sup>2</sup>, limitada pelos rios Chicusse, Chissanda, Cusso, Cussava e Cunene, em que predomina a vegetação de tipo miombo e savana; a Cascata da Huíla que fica situada na comuna da Huíla; a Cascata da Hunguéria; as Grutas e o Lago Ondimba; a Lagoa do Tchivinguiro e a Lagoa do Quipungo, as Quedas da Leba, as Montanhas de Tchivila, da Ngola e de Cacoco e o Nhala de Tchinganji (Guia do Turista de Angola, 2013/14, Departamento Provincial do Turismo, 2011).

O património histórico-cultural da Huíla inclui o Antigo Palácio do Governo que foi construído em 1887; a Igreja da Missão da Huíla, construída em 1880, a Antiga Câmara Municipal, construída entre 1900 a 1915; a Antiga Estação dos Caminhos-de-ferro de Moçâmedes, construída entre 1905 a 1923; o Jardim da Praça 1º de Maio situado no centro da cidade do Lubango; a Capela da Nossa Senhora do Monte, construída no Lubango em 1919; O Monumento ao Cristo Rei, construído entre 1945 a 1950, de onde se pode contemplar a vista panorâmica da cidade do Lubango; a Fortaleza de Caconda, construída em 1682; os Barracões, um local histórico onde está situada a igreja e o cemitério onde estão enterrados os colonos madeirenses que fundaram a cidade no período entre 1884-1885; a Estação Zootécnica da Humpata; o Complexo Turístico da Nossa Sra. do Monte; o Museu Regional da Huíla, que conserva em leque de objetos etnográficos dos povos do sul de Angola; a Aldeia Turística Pululukua, os Fortes do Chipindo e da Huíla, a Fortaleza de Kangalongue, a Igreja Sé Catedral, o Sítio Arqueológico de Santo António, e a Residência do Sr. Hamilton construída em 1895, a Loja de Venda de Artigos Artesanais e o Pátio de Exposição da Cultura (Guia do Turista de Angola 2013/14, Departamento Provincial do Turismo, 2011). O Departamento do Património Cultural da Direção Provincial da Cultura da Huíla apresentou ainda uma lista do património natural e histórico inventariado por município em 2014 (Cf. anexos VIII, IX, X, XI, XII e XIII).

Fazem ainda parte do património histórico-cultural da província da Huíla, o artesanato, a gastronomia, a música, a dança, o canto, a coreografia e uma série de grupos de dança tradicional e contemporânea.

Tabela 36: principais canções danças e instrumentos musicais tradicionais da Huíla

N/º	Danças e canções	Instrumentos
1	Umbanda	Ocisumba/Ocihumba
2	Etopola	Onetelete
3	Ndundu	Embulumbumba
4	Onyena ocisungo/cinyano	Ongoma/ Batuque (Principal)
5	Embulunganga	Epwita
6	Ovinjomba	
7	Onkili	
8	Ochilumbonde	
9	Ovitienga	
10	Ocitata/Ocinthita	
11	Chiwanga Wanga	

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Departamento da Ação Cultural da Huíla, 2011, 2015.

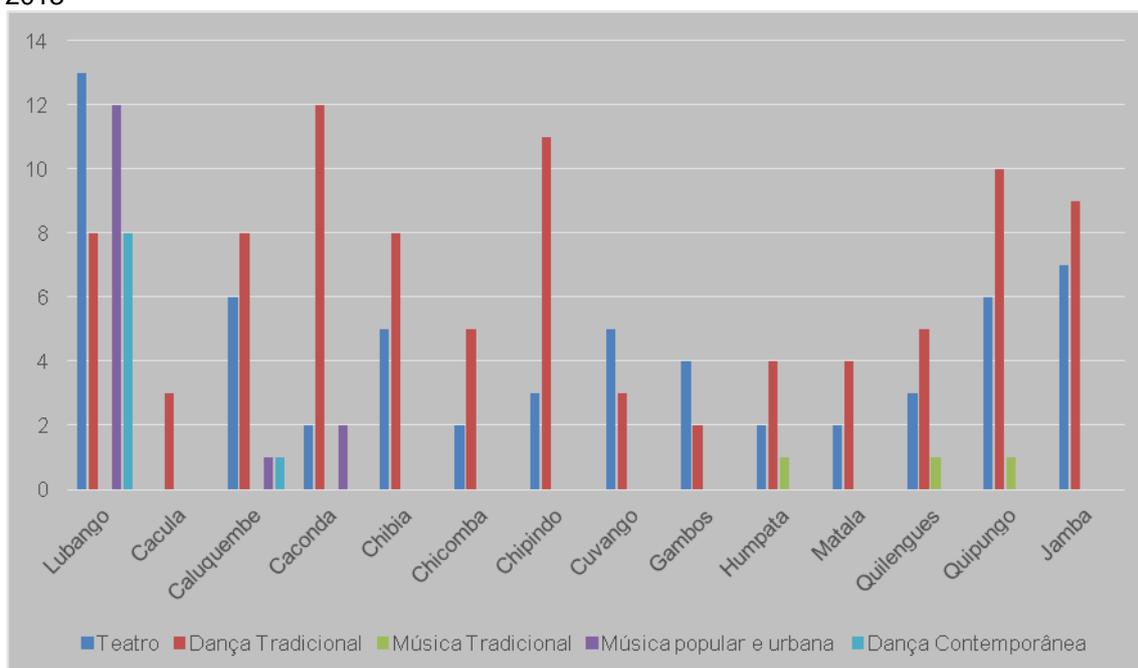
Tabela 37: Grupos de teatro, dança, música tradicional, popular e contemporânea da Huíla em 2013

Município	Teatro	Dança tradicional	Música tradicional	Música popular e urbana	Dança contemporânea
Lubango	13	08	-	12	08
Cacula	-	03	-	-	-
Caluquembe	06	08	-	01	01
Caconda	02	12	-	02	-
Chibia	05	08	-	-	-
Chicomba	02	05	-	-	-
Chipindo	03	11	-	-	-
Cuvango	05	03	-	-	-
Gambos	04	02	-	-	-
Humpata	02	04	01	-	-
Matala	02	04	-	-	-
Quilengues	03	05	01	-	-
Quipungo	06	10	01	-	-
Jamba	07	09	-	-	-

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Departamento da Ação Cultural da Huíla, 2013.

Na tabela 37 observa-se uma maior concentração dos grupos de teatro, de dança tradicional, de dança contemporânea e de dança popular e urbana na cidade do Lubango, possivelmente por ser a capital da província em que as oportunidades são maiores em relação aos outros municípios da província.

Gráfico 20: grupos de teatro, dança e de música tradicionais, popular e contemporânea por município em 2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Departamento da Ação Cultural da Huíla, 2011, 2015.

No gráfico 20 constata-se que a maior parte dos grupos, com a exceção da música tradicional, estão concentrados na cidade do Lubango e no município de Caluquembe. O Lubango, como já se referiu anteriormente, possivelmente por ser a capital da província, oferece maiores oportunidades para as atividades de diversão e animação cultural.

### 5.3. Caracterização socio-económica

No domínio sócio- económico, a província da Huíla possui um importante parque industrial, um setor agropecuário promissor, assim como os serviços de transportes e telecomunicações, de energia, águas e saneamento básico, da administração pública emprego e segurança social, da educação, da saúde, do comércio turismo e hotelaria, urbanismo e ambiente e de justiça. Com a exceção da cervejeira N'gola, da Coca-cola e as fábricas de água mineral, a maior parte das infra-estruturas do parque industrial da Huíla encontram-se praticamente inoperantes, e a agricultura que se pratica atualmente é

fundamentalmente a familiar de subsistência.<sup>55</sup> No domínio das infra-estruturas rodoviárias, a Huíla é atravessada pela estrada nacional 105 (EN 105) que faz a ligação entre Angola e as Repúblicas da Namíbia e África do Sul a sul, e a norte conecta a Huíla com as províncias de Benguela, Cuanza Sul e Luanda. A Huíla tem ainda ligações por estradas Nacionais com as províncias do Huambo, Namibe, Cunene, Cuando Cubango, e é sede do Caminho de Ferro de Moçâmedes que liga o litoral sul de Angola com a cidade de Menongue no sudeste de Angola onde se localiza o projeto turístico transfronteiriço Okavango-Zambeze que integra vários países da SADC (Angola, Namíbia, Botswana, Zimbabwe, Zâmbia e África do Sul).

A província da Huíla possui também o aeroporto da Mukanka na cidade do Lubango onde se efetuam as ligações aéreas regulares com os principais centros urbanos do país e uma ligação inter-regional com Windhoek (capital da Namíbia); além de pistas de terra batida nos municípios da Jamba, Caconda, Caluquembe e uma pista asfaltada no município da Matala que assegura a aterragem de aviões de médio e grande porte.

---

<sup>55</sup> O setor industrial e agropecuário da província da Huíla tinha registado grandes avanços nos anos 60 do século XX. A atividade agrícola era fomentada pelos serviços distritais em 23 centros de fomento agrário, que estavam agrupados em 4 regiões agrícolas: 1ª. região agrícola de Sá da Bandeira (com o centro de fomento agrário em Sá da Bandeira, Capunda Cavilongo, Chibia, Hoque e Humpata); 2ª. região agrícola de Caluquembe (com o centro de fomento agrário em Caluquembe, Chicomba, Cusse, Gunge, Negola, Quera e Quilengues); 3ª. região agrícola da Matala (com centro de fomento agrário na Matala, Chiquequera, Cuvelai, Micosse e Vila Paiva Couceiro) e; 4ª. região agrícola da Matala (com centro de fomento agrário em Vila Artur de Paiva, Anhara-Rioco, Bambi, Chipindo, Dongo e Galangue). O setor industrial era representado pela indústria ligeira de transformação de diversos produtos e a indústria pesada de extração de minérios de ferro de Cassinga que compreendiam a mina da Jamba ou Cassinga-Norte, localizada na área do posto sede do Concelho dos Nganguelas, e a mina do Tchamutete ou Cassinga-Sul, que estava localizada na área do posto de Cassinga, igualmente do concelho dos Nganguelas (VILA NOVA, 1968, pp. 33-42).

Tabela 38: Transportes de passageiros licenciados e movimento de passageiros na Huíla 2007-20015

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Transportes Rodoviários regulares de Passageiros	05	27	48	28	33	24	21	22	21
Táxis até 15 lugares	863	1.127	1.056	988	864	744	793	1.028	748
Nº de passageiros em transporte rodoviário interprovincial	422.071	352.745	562.284	723.756	837.037	469.224	801.448	613.889	87.176
Nº de passageiros em transporte ferroviário	119.696	151.381	96.058	21.865	0	-	74.635	104.768	56.121
Passageiros embarcados (aeroporto do Lubango)	100.239	110.661	71.852	80.376	87.637	79.802	86.416	66.423	12.607
Passageiros desembarcados (aeroporto do Lubango)	105.396	103.035	72.211	77.830	80.316	78.279	85.685	67.116	12.495
Movimento de passageiros em trânsito (aeroporto do Lubango)	23.043	29.651	12.105	26.203	46.806	38.622	33.765	30.655	5.480

Fonte: elaboração própria com base nos dados do PPDDH 2012, p.115 e da Direção Provincial dos Transportes e Telecomunicações 2015.<sup>56</sup>

Na tabela 38, observa-se que no ano de 2009 houve um crescimento do número dos transportes rodoviários regulares e de táxis e a partir de 2010 começou a se verificar um decréscimo até 2015, com exceção ao aumento dos transportes ocasionais de táxis verificado no ano de 2014. O decréscimo no aumento dos transportes, possivelmente está associado à proibição da entrada de viaturas usadas em Angola. Por sua vez verifica-se um crescimento do número de passageiros em transportes rodoviários interprovincial e um decréscimo no número de passageiros embarcados e desembarcados no aeroporto do Lubango, possivelmente devido a perda do poder de compra da moeda nacional, e da subida de preços que se verificaram nos bilhetes de passagem, que por sua vez terá levado a falência de diversas companhias de

<sup>56</sup> Os dados de 2015 são apenas referentes ao 1º Trimestre;

aviação doméstica e a conseqüente monopolização das rotas domésticas pela TAAG <sup>57</sup>.

Tabela 39: Indicadores sobre os serviços da Angola Telecom na província da Huíla

Designação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Capacidade instalada	0	14.500	18.100	18.220	27.278	27.196	27.196	28.102	-
Capacidade contratada	0	5.068	6.027	6.434	6.703	6.723	6.723	6.482	6.482

Fonte: elaboração própria com base nos dados do PPDDH 2012, p.115 e da Direção Provincial dos Transportes e Telecomunicações 2015.

Na tabela 39 verifica-se um ligeiro crescimento da capacidade instalada da Angola Telecom e uma certa estabilidade em termos da capacidade contratada que conheceu apenas um ligeiro crescimento nos anos 2010, 2011 e 2013. Porém, se tivermos em conta o número da população total da província que é de 2. 354.398 habitantes, pode-se dizer que há um grande défice em termos da capacidade instalada, embora da leitura que se faz da tabela a capacidade instalada seja ainda maior em relação aos indivíduos que recorrem os serviços da Angola Telecom, possivelmente pelo fato de a maioria da população ter preferência pelos serviços de telefonia móvel da Unitel e da Movicel.

Quanto aos serviços da administração pública, trabalho e segurança social, estes são tutelados por uma Direção provincial que coordena, executa e fiscaliza as políticas públicas e os programas do governo central, sobre a administração pública, trabalho e segurança social na província. Contudo, o governo provincial, não dispõe ainda de dados estatísticos sobre o número de desempregados existente na Huíla, mas a partir de 2007 já nos apresenta os dados sobre os cidadãos empregados no sector público e privado da província.

---

<sup>57</sup> Anteriormente faziam também ligações internas as companhias Sal, Gemini, Lam e Diexin, para além da TAAG e da Sonair que continua ainda a operar para algumas capitais provinciais, incluindo o Lubango com dois voos semanais.

Tabela 40: população empregada no sector público administrativo da Huíla

Sector empregador	Anos							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Educação	16.763	18.537	20.136	22.597	22.586	21.594	22.893	22.227
Saúde	3.547	4.238	4.450	4.574	4.068	3.828	4.094	4.039
Governo provincial	2.495	2.669	2.716	2.660	2.702	2.717	2.774	2.709
Agricultura	1.098	2.089	1.959	1.942	556	549	531	427
Justiça	267	352	372	404	396	499	500	488
Outros	1.945	2.008	2.073	1.810	1.951	1.757	1.778	1.862
<b>Total</b>	<b>25.659</b>	<b>27.565</b>	<b>28.751</b>	<b>39.119</b>	<b>32.256</b>	<b>30.944</b>	<b>32.570</b>	<b>31.752</b>

Fonte: elaboração própria com base no PPDDH 2012, p. 86 e da Direção Provincial da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social da Huíla 2015.

Na tabela 40 verifica-se que o setor da educação é o maior empregador público, seguido pelo setor da saúde, e nota-se também que, de 2007 a 2014 os trabalhadores dos dois setores conheceram um ligeiro crescimento.

Tabela 41: população empregada no sector empresarial (público, privado e outros) da Huíla

Sector	Anos							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Empresarial público	3.468	3.468	3.468	3.468	3.474	3.474	3.503	31.752
Empresarial privado	29.226	30.906	32.916	37.358	38.499	39.656	40.447	48.485
Outros <sup>58</sup>	285	328	259	259	259	259	259	69.613
<b>Total</b>	<b>32.979</b>	<b>34.702</b>	<b>36.643</b>	<b>41.085</b>	<b>42.232</b>	<b>43.389</b>	<b>44.209</b>	<b>149.850</b>

Fonte: elaboração própria com base no PPDDH, p. 87 86 e da Direção Provincial da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social da Huíla 2015.

Na tabela 41 pode-se constatar que a maior parte da população da Huíla se dedica aos negócios no setor informal, verificando-se também uma superação do setor público pelo setor empresarial, o que já é um sinal positivo, restando apenas saber se o setor privado proporciona a estes funcionários um salário condigno.

No domínio da educação, a província da Huíla possui atualmente uma rede escolar constituída por cerca de 1.300 escolas do I, II, III níveis, 4 (quatro) Institutos de Ensino Médio, 4 (quatro) Centros de Formação Profissional bem como a Universidade Mandume ya Ndemufayo composta pelas Faculdades de Economia, de Direito e de Medicina e pelo Instituto Superior Politécnico; Além de dispor ainda de 1 (um) Instituto Superior de Ciências da Educação, e mais 6 (seis) Institutos Superiores Privados (1-Instituto Superior Politécnico Independente; 2- Instituto Superior de Teologia (ISTEL); 3- Instituto Superior

<sup>58</sup> De acordo com a chefe do Departamento de Estatísticas da Direção Provincial da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social da Huíla fazem parte desta categoria os vendedores dos mercados informais.

Politécnico Vida; 4-Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo (único que ministra o curso de hotelaria e turismo na província); 5-Instituto Superior Politécnico Tundavala; 6- Instituto Superior Politécnico Pangeia)<sup>59</sup> (GPH, 2007, pp. 10-13).<sup>60</sup>

Os serviços de saúde da província da Huíla estão repartidos por 254 unidades, das quais 207 postos de saúde, 38 centros de saúde, 4 hospitais municipais, 4 hospitais provinciais e 1 hospital regional. Os postos de saúde se fazem presentes em todos os municípios da província correspondendo a (81%) do total das unidades sanitárias da província. Assim, temos na província da Huíla as seguintes unidades sanitárias principais: Hospital Municipal de Caluquembe, Hospital Municipal de Caconda, Hospital Municipal do Cuvango, Hospital Municipal de Quilengues, Hospital Municipal de Capelongo, Hospital Maternidade Camarada Irene no Lubango, Hospital Pediatria do Lubango, Hospital Sanatório do Lubango, Hospital Psiquiatria do Lubango e Hospital Central Dr. António Agostinho Neto do Lubango. No total as unidades sanitárias da província da Huíla possuem 1.298 camas, concentradas na sua maioria nos hospitais do município do Lubango, na ordem dos 71,6%. O município da Matala detém 7,9% do total das camas dos hospitais da província e os demais municípios possuem um número muito inferior. Os enfermeiros representam 44% do total dos funcionários da saúde na província (PPDH 2012, pp 17-18).

Relativamente aos serviços de produção e distribuição de energia e águas, com o alcance da paz e estabilidade o governo provincial da Huíla tem levado a cabo um conjunto de ações que nos últimos anos contribuíram para a normalização do funcionamento desses serviços em toda extensão da província como se pode constatar das tabelas abaixo.

Tabela 42: indicadores de crescimento do sector das águas na Huíla

Indicador	Período								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de sistemas de captação de água	73	97	86	55	88	15	62	53	32
Nº de consumidores de água potável	21.835	34.993	34.660	37.407	77.340	11.000	48.920	45.237	36.169

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Direção provincial das águas da Huíla 2015.

<sup>59</sup> No domínio da educação e ainda no período colonial, o Lubango, capital da província da Huíla, foi uma das primeiras cidades do interior a possuir um Liceu (o Liceu Nacional Diogo Cão) e dois estabelecimentos de formação técnico-profissional, - a Escola Comercial e Industrial Artur de Paiva e o Instituto Agrícola do Tchivinguuro.

<sup>60</sup> Fonte: Governo da Província da Huíla (GPH, 2007).

Na tabela 42, verifica-se um decréscimo número dos sistemas de captação da água, assim como no número dos consumidores da água potável possivelmente por causa da falta de recursos financeiros, que resultam da difícil situação económica que o país esta a atravessar. Por sua vez os dados revelam um grande défice na medida em que de um universo de 2.354.398 de habitantes apenas 36. 169 cidadãos têm acesso a água potável.

Tabela 43: indicadores de crescimento do sector de energia da Huíla

Indicador	Período				
	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de licenciamento de energia	197	233	234	50	40
Potência de grupos geradores (MW)	632	5	35	30	30
Nº de geradores em funcionamento	5665	32	67	67	72
Nº de consumidores de energia	175.706	136.314	278.990	326.937	326.937
Consumo mês em (MW)	196	2.920,95	5.974,4	7.005,75	8.505,75
Nº de licenciamento de energia	197	233	234	50	40
Potência de grupos geradores (MW)	632	5	35	30	30

Fonte: elaboração própria com base no PDDH (2013-2017, p. 108).

Na tabela 43, um ligeiro crescimento no número dos consumidores de energia elétrica, mas mesmo assim os serviços estão quem de satisfazer as necessidades da província, se tivermos em conta que do universo de 2.354.398 de habitantes que a província possuía em 2015 apenas 326.937 tinham acesso a energia elétrica em 2011, apesar de desconhecermos os dados da população total da Huíla em 2011.

Para mudar o quadro do sector de energia e águas da província o governo prevê a reabilitação e expansão das redes municipais de distribuição de energia e de águas dos 14 municípios que compõem a província que inclui a reabilitação de 2 mini-hídricas. Bem como a elaboração de estudos para o fornecimento de água à cidade do Lubango a partir da barragem da Matala, a elaboração de projetos de estudos sobre as barragens situadas nas localidades de Jamba ya Mina e Jamba ya Oma, assim como de construção de pontos de água potável no meio rural e um sistema de produção e distribuição de energia para as novas urbanizações da Eyawa, do Mutundo e do Nambambe. Além da construção do sistema de produção e distribuição de energia para a centralidade da Palanca (PDPH 2013-2017).

### 5.3.1. Plano de Políticas de Desenvolvimento da Huíla 2013-2017

As políticas públicas de desenvolvimento da Huíla estão definidas no Plano de Desenvolvimento Província da Huíla 2013-2017 como um instrumento orientador das principais ações a desenvolver na província, no quadro do plano de desenvolvimento nacional. A sua visão estratégica contempla 9 programas que se subdividem em 33 subprogramas que contemplam 96 ações que se estruturam em 858 projetos, orçados em 856.530.108.443 Kz, para serem implementados no período entre 2013 a 2017 cujo objetivo fundamental é a transformação da província da Huíla em um dos celeiros das reservas alimentares do país e em centro de produção mineira e de desenvolvimento da atividade turística. Devendo-se, para o efeito, promover a produção de cereais, de produtos pecuários, a exploração mineira do ouro, do ferro e do granito. Além do desenvolvimento de uma plataforma logística de desenvolvimento integrado entre as províncias do sul de Angola (PDPH 2013-2017).

O turismo figura do programa número 2 que visa o desenvolvimento e diversificação da base económica e com ele se pretende transformar a Huíla como um centro de referência turística de Angola “afirmando-se como polo de atração de pessoas, bens e serviços” devendo-se, para o efeito, apostar-se na melhoria das infra-estruturas básicas, na qualificação dos recursos humanos e na promoção e divulgação do património local. Em função disso, no período entre 2013 a 2017 perspectiva-se a construção de uma **escola técnica de hotelaria e turismo**, a elaboração do plano marketing turístico, a criação de rede local turística, a concessão de fazendas para turismo rural, a construção de um campo para golfe, a criação do portal turístico da Huíla, bem como a criação de 2.470 postos de trabalho (PPDDH, p.126).

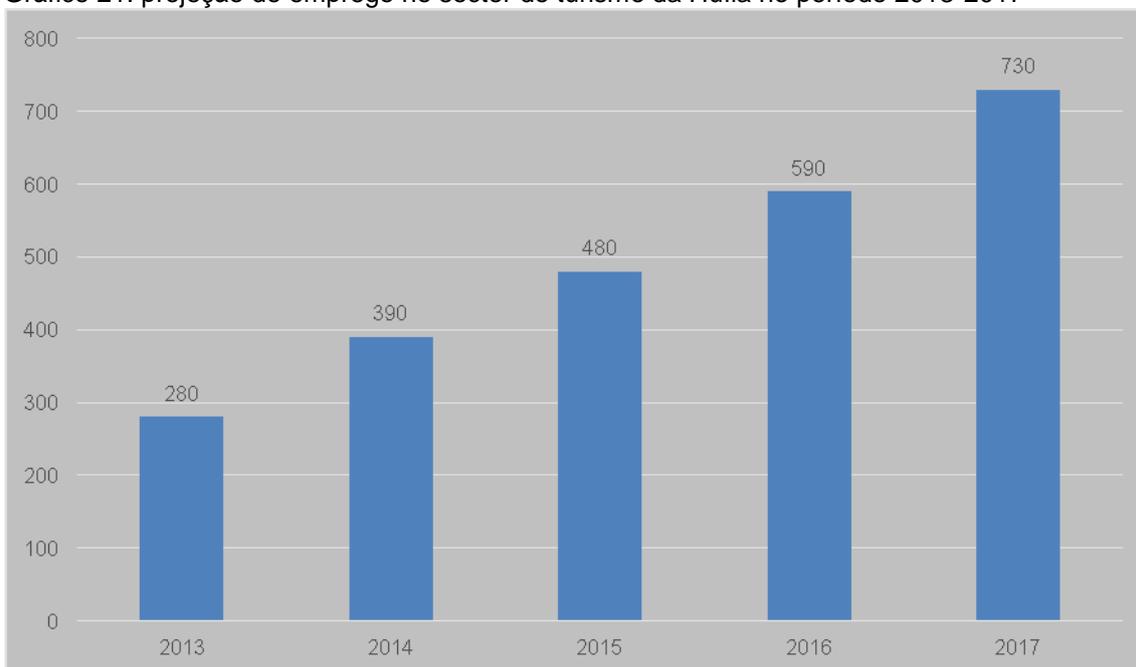
Tabela 44: projeção do emprego no sector do turismo da Huíla no período 2013-2017

Sector	Período					
	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Hotelaria, Restauração e Turismo	280	390	480	590	730	<b>2.470</b>

Fonte: elaboração própria com base no PDDH 2013-2017, p. 97.

Da tabela 44, pode-se constatar a tendência de crescimento de emprego no setor do turismo da Huíla no período entre 2013 a 2017, em termos de projeção.

Gráfico 21: projeção do emprego no sector do turismo da Huíla no período 2013-2017



Fonte: elaboração própria com base no PDDH 2013-2017, p. 97.

O gráfico 21, ilustra o crescimento da projeção do emprego no setor do turismo da província da Huíla no período compreendido entre 2013 a 2017. Uma tendência positiva, na medida em que poderá contribuir para minimizar o fenómeno do desemprego, e, por conseguinte, irá melhorar o nível de vida dos cidadãos beneficiados.

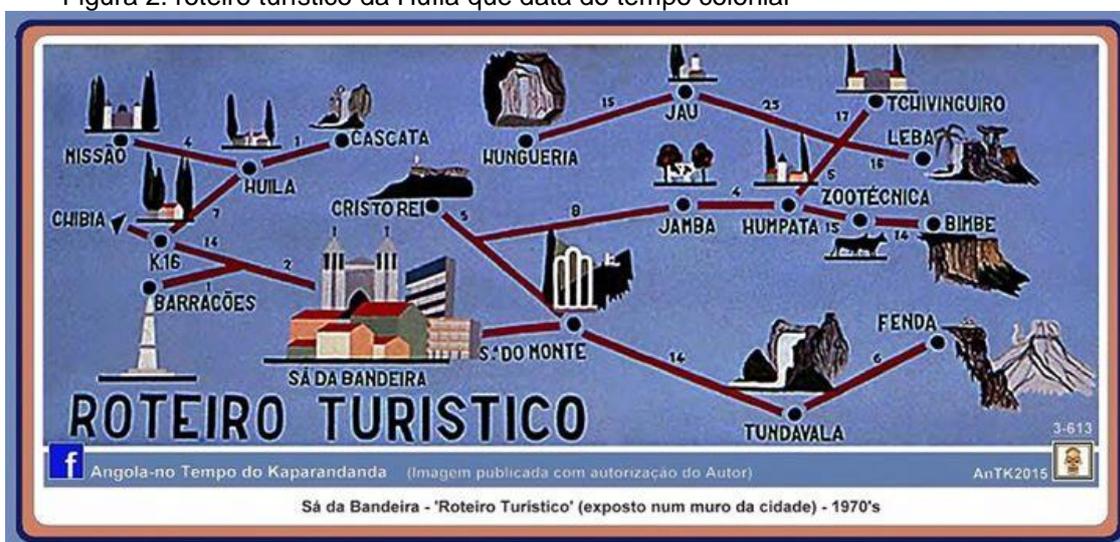
#### 5.4. Caracterização do turismo na Huíla

A Província da Huíla e a cidade do Lubango apresentam enormes potencialidades em termos de património histórico-natural, e cultural que podem ser transformados em produtos turísticos. Neste sentido os atores públicos e privados do turismo têm promovido alguns eventos em datas festivas que têm atraído muitos turistas nacionais e estrangeiros, sobretudo na cidade do Lubango, com as comemorações do dia 19 de Janeiro data em que os colonos madeirenses fundaram a colónia Sá da Bandeira em 1885 no local

conhecido atualmente por Barracões; Além das Festas da cidade que se realizam durante todo o mês de agosto em que se destacam a peregrinação à Capelinha da Nossa Senhora do Monte, padroeira da cidade no dia 15 de agosto, trata-se de um evento religioso e cultural. As festividades contemplam ainda todos os anos a realização do leilão de gado e das provas de moto e de automobilismo que se realizam no último dia do mês de Agosto.

*Apreciadores apontam a Huíla como a mais bela região de Angola, contendo as mais encantadoras paisagens de Angola como a Serra da Leba, a Fenda da Tundavala, ou a Nossa Senhora do Monte*<sup>61</sup>.

Figura 2: roteiro turístico da Huíla que data do tempo colonial



Fonte: <https://www.facebook.com/AngolaNoTempoDoKaparandanda/?fref=photo>, acesso 05/12/15.

A figura 2 que representa o roteiro turístico da Huíla que data da época colonial, onde se pode observar a Fenda da Tundavala, a Serra da Leba, a Cascata da Huíla, a Estação Zootécnica da Humpata, as Fendas do Alto Bimbe, as Missões do Tchivinguiro, da Humpata, da Huíla, da Chibia e da Quihita, os Barracões, a Fazenda Jamba, as Cascatas da Hungueria, o Monumento ao Cristo Rei, a Sé Catedral do Lubango (ex Sá da Bandeira) e o Complexo da Nossa Senhora do Monte. Atualmente, como já se fez referência anteriormente, fazem ainda parte do Roteiro Turístico da Huíla, entre outros

<sup>61</sup>[http://www.welcometoangola.co.ao/?it=province\\_more&co=247&tp=25](http://www.welcometoangola.co.ao/?it=province_more&co=247&tp=25), pagina visitada ao 19 de julho de 2014.

atrativos, as Grutas e o Lago Ondimba, a Lagoa do Tchivinguiro, a Lagoa do Quipungo, o Parque Nacional do Bicuar, a Reserva Florestal do Guelengue e Dongo, a Fortaleza de Caconda, o Forte do Chipindo, o Forte da Huíla, a Fortaleza de Kangalongue, o Sítio Arqueológico de Santo António, e a Aldeia Turística Pululukua.

Todavia, a julgar por essa enorme diversidade paisagístico-natural e arquitetónica, apenas cerca de 20 sítios turísticos são frequentados por turistas. Pelo fato de não existirem ainda Planos Diretores locais que contemplem ações de promoção, rentabilização dos locais turísticos, e de oferta de pacotes turísticos atrativos. Porém, Segundo Silvestre (2014) alguns atores do setor privado já apresentaram ao Departamento Provincial de Hotelaria e Turismo uma série de propostas que estão sendo estudadas por especialistas.

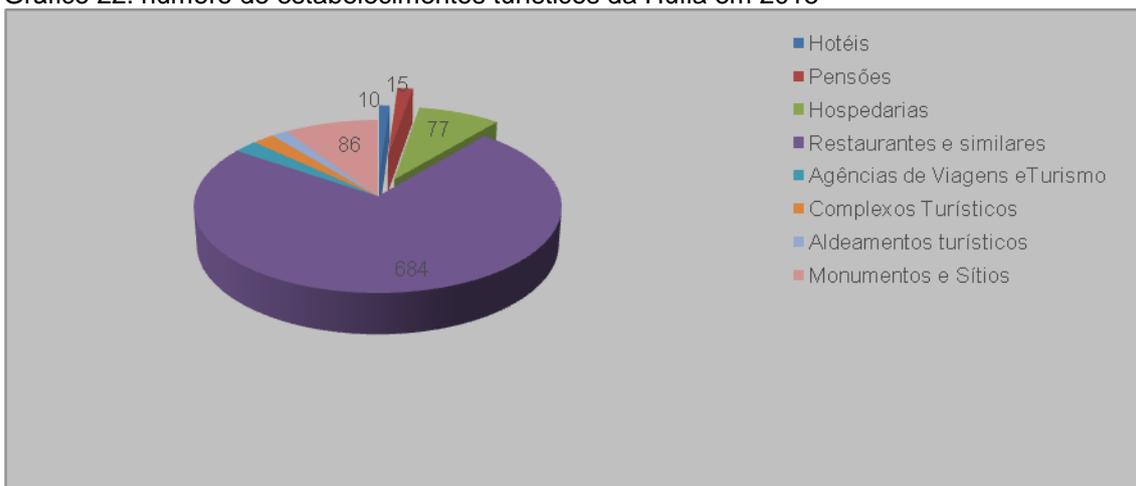
Tabela 45: indicador de crescimento das unidades turísticas na Huíla 2007-2015.

Indicador	Período					
	2009	2010	2012	2013	2014	2015
Hotéis	7		8	9		10
Pensões	14		15	15		15
Hospedarias	61		69	69		77
Restaurantes e similares	527		615	740		684
Agências de viagens	12		16	16		22
Complexos Turísticos	0		2	2		20
Apart. hotéis	0		0	0		0
Aldeamentos turísticos	14		14	14		15
Monumentos e sítios	-		-	-		86

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatísticas, 2006-2010, Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla 2015.

Na tabela 4,5 verifica-se um ligeiro crescimento nos setores hoteleiro, das hospedarias e das agências de viagens na Huíla; assim como um crescimento considerável dos serviços de restaurantes e similares no período entre 2012 a 2013 e uma forte queda em 2015, possivelmente por causa da crise económica que está a afetar o país, e a província da Huíla em particular.

Gráfico 22: número de estabelecimentos turísticos da Huíla em 2015



Fonte: elaboração própria com os dados do Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla de 2015.

Do gráfico 22 verifica-se a existência de um grande número de restaurantes e similares na província da Huíla (684 unidades em 2015); porém, em termos de comparação com o ano de 2013 (Cf. Tabela 45), nota-se que houve uma grande diminuição no número de restaurantes e similares da província da Huíla, possivelmente por falta de recursos financeiros que derivam da situação económica atual do país, que se caracteriza por uma crise financeira com origem na queda do preço do petróleo e na falta da diversificação da produção nacional.

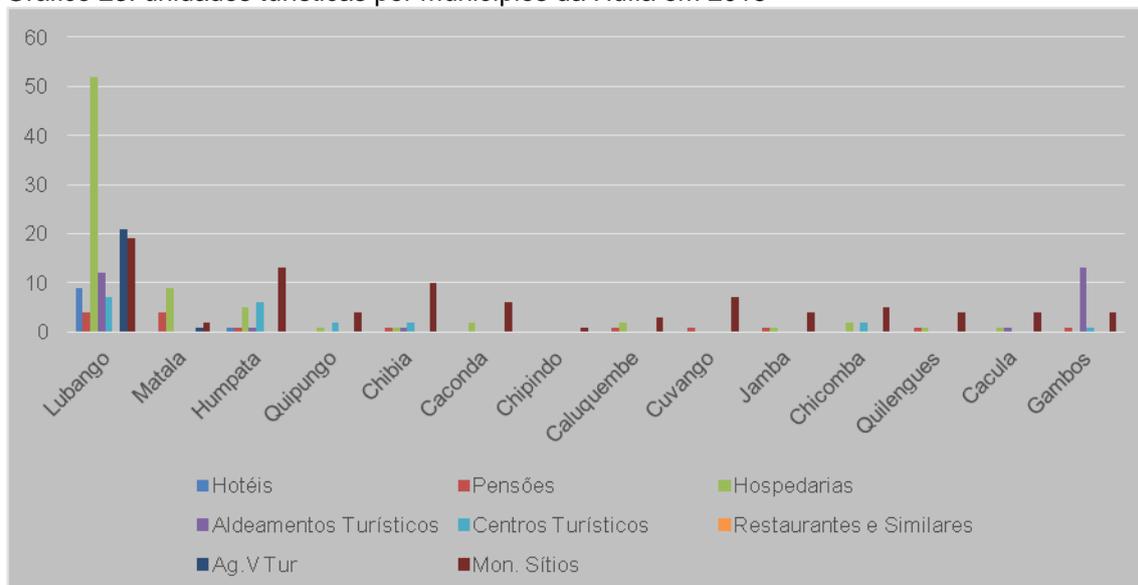
Tabela 46: unidade turísticas por municípios da Huíla em 2015

Município	Hotéis	Pensões	Hospedarias	Aldeamentos Turísticos	Centros Turísticos	Restaurantes similares	Agências de Viagens e Turismo	Monumentos e sítios
Lubango	9	4	52	12	7	563	21	19
Matala	-	4	9	-	-	47	1	2
Humpata	1	1	5	1	6	14	-	13
Quipungo	-	-	1	-	2	16	-	4
Chibia	-	1	1	1	2	14	-	10
Caconda	-	-	2	-	-	9	-	6
Chipindo	-	-	-	-	-	1	-	1
Caluquembe	-	1	2	-	-	2	-	3
Cuvango	-	1	-	-	-	4	-	7
Jamba	-	1	1	-	-	2	-	4
Chicomba	-	-	2	-	2	3	-	5
Quilengues	-	1	1	-	-	5	-	4
Cacula	-	-	1	-	-	3	-	4
Gambos	-	1	-	1	1	3	-	4
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>77</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>684</b>	<b>22</b>	<b>86</b>

Fonte: elaboração própria com base em Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla 2015

Na tabela 46 verifica-se que, do total das unidades hoteleiras da província da Huíla (10) 9 delas estão concentradas no município do Lubango, havendo apenas uma unidade no município da Humpata; o município do Lubango concentra igualmente maior número das hospedarias, dos aldeamentos turísticos, dos restaurantes e similares, assim como das agências de viagens, possivelmente por albergar a capital da província em que a concentração do maior número da população [(731.575 habitantes, Cf. tabela 34) ] e dos principais serviços sociais básicos, oferece a maior possibilidade de negócios. O município da Humpata, possivelmente pela sua proximidade com a cidade do Lubango e por possuir um clima temperado, modificado pela altitude (1900 a 2300 metros)<sup>62</sup> Alberga também um número considerável de infraestruturas turísticas da província da Huíla.

Gráfico 23: unidades turísticas por municípios da Huíla em 2015



Fonte: elaboração própria com base em Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla 2015

O gráfico 23, ilustra melhor as unidades turísticas da província da Huíla, constantes da tabela 46, e que sobressai o município do Lubango, seguido pelo município da Humpata.

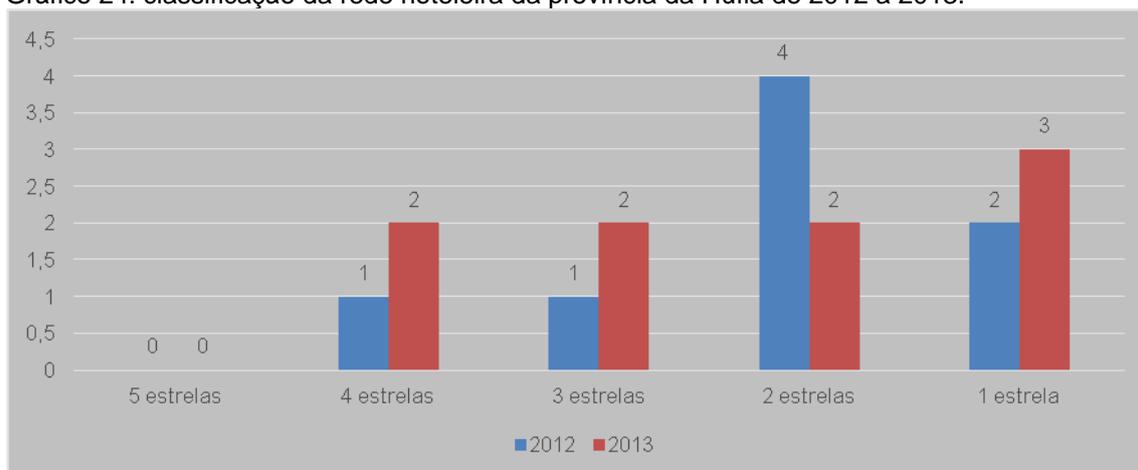
Tabela 47: classificação da rede hoteleira da província da Huíla de 2012 a 2013.

Anos	Categorias					Total
	5 Estrelas	4 Estrelas	3 Estrelas	2 Estrelas	1 Estrela	
2012	0	1	1	4	2	8
2013	0	2	2	2	3	9

Fonte: elaboração própria com base em compêndio, p. 49. Boletins Estatísticos do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola 2013, 2014.

<sup>62</sup> (PPDH 2013, p.5).

Gráfico 24: classificação da rede hoteleira da província da Huíla de 2012 a 2013.



Fonte: elaboração própria com base em Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla 2015.

Na tabela 47 e no gráfico 24 nota-se a ausência de hotéis de 5 estrelas na província da Huíla e uma presença significativa de hotéis de 2 estrelas.

#### 5.4.1. Contribuição do turismo para o desenvolvimento económico

Relativamente a contribuição do turismo para a criação de empregos e para a balança de pagamentos, por falta de dados apresentamos apenas algumas informações do período compreendido entre 2006 a 2014.

Tabela 48: força de trabalho empregue no sector do turismo na província da Huíla 2006-2014.

Anos	Empregados
2006	N/D
2007	1.900
2008	344
2009	8.427
2010	8.663
<b>2011</b>	9.221
2012	315
2013	544
2014	726

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p. 46; Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, 2013, p. 53 e Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla, 2013,2014, 2015<sup>63</sup>.

Na tabela 48 verifica-se uma forte presença de empregados no setor do turismo nos anos 2007, 2009, 2010 e 2011, e uma forte queda nos anos 2008, 2012 e 2013. Um fenómeno que não conseguimos explicar, pois os primeiros

<sup>63</sup> Os Dados de 2012, 2013 e 2014 foram cedidos pelo Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla e são apenas referentes aos estabelecimentos turísticos do município do Lubango, por sua vez, os dados de 2013 são apenas referentes ao 1º trimestre;

dados foram obtidos das estruturas centrais<sup>64</sup> e junto das estruturas locais do turismo na província da Huíla não conseguimos obter os documentos originais para a sua confirmação.

Tabela 49: receitas arrecadadas no sector do turismo da Huíla entre 2012-2013

Ano	Alojamento	Alimentação	Bebidas	Impostos
2012	2.187.989.860.00	43.332.184.00	13.697.801.00	24.528.031.00
2013	204.693.682.00	41.040.942.00	11.099.454.00	22.155.236.00
<b>Total Geral</b>	<b>2.392.683.542.00</b>	<b>84.373.126.00</b>	<b>24.797.255.00</b>	<b>46.683.267.00</b>

Fonte: elaboração própria com base em dados do Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla 2013.

Na tabela 49, verifica-se que maior parte das receitas obtidas do setor do turismo entre 2012 a 2013 foram proporcionadas pelos serviços de alojamento. Os impostos também proporcionaram ao Estado uma quantia significativa de capital financeiro.

Em suma, podemos afirmar que a província da Huíla possui enormes potencialidades em termos de património natural (clima tropical de altitude, grutas, fendas, cascatas, lagos, parque e reserva naturais), histórico e cultural (monumentos e sítios, embalas e fortalezas, dança, música, artesanato, coreografia do gado, olaria, cestaria, cosméticos, e gastronomia), que se forem aproveitados, valorizados e promovidos, e se resolverem os problemas ligados à descentralização do poder e ao sistema produtivo local, (agricultura, indústria, comércio e serviços), poderá atrair muitos investimentos capazes de proporcionar novas tecnologias e o desenvolvimento humano, e tornar a província da Huíla em um centro de desenvolvimento do turismo natural e cultural e de atração para a prática do turismo transfronteiriço da região da SADC.

---

<sup>64</sup> Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010, p. 46 e Boletim Estatístico, 2013, p.53.



# 6

## PROBLEMÁTICA

Com a conquista da paz em 2002, o executivo angolano tem feito esforços no sentido de projetar o desenvolvimento do país, sendo elaborada uma Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo, chamada “Angola 2025” a partir da qual se elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, onde estão definidas as políticas sectoriais e prioridades para o desenvolvimento territorial, incluindo o turismo. Entretanto, em função da revisão da literatura e da caracterização do contexto sociocultural de Angola, pode-se afirmar que a questão do desenvolvimento neste país encontra-se ligada à problemática da cultura hegemónica e do centralismo que caracterizam a governação das sociedades africanas contemporâneas (Setlles 1996, Iwara 2005)<sup>65</sup>.

Segundo Etounga-Manguelle (2001), o modelo de desenvolvimento em África está ainda associado à crença na cultura ancestral, associada à repetição do passado e menos preocupada com a percepção da dinâmica do futuro e, por conseguinte, sem nenhum planeamento, previsão, construção de cenários ou

---

65 Porém, Setlles (1996) e Iwara (2005) associam o subdesenvolvimento de África a adaptação mal sucedida do modo cultural hegemónico de desenvolvimento herdado dos sistemas ocidentais introduzidos pelas potências coloniais que educaram e ensinaram o africano sobre a superioridade e hegemonia da cultura ocidental. Assim de acordo com Setlles (1996) a África antes da colonização não era economicamente isolada do resto do mundo, segundo este autor, os Estados Africanos já se tinham envolvidos no comércio internacional desde os tempos dos faraós do Antigo Egipto e a África Ocidental especificamente havia desenvolvido sistemas de negociação internacional extensas durante as eras do Gana, Mali e Songai. Estes enormes impérios baseavam-se fortemente na tributação do comércio exterior para financiar as despesas do governo. A riqueza destas nações era dependente em grande parte do comércio de ouro e também sobre a cobrança dos impostos aduaneiros provenientes das expedições estrangeiras e dos encargos associados aos escritórios administrativos. Contrariando estes autores Etounga-Manguelle (2001) afirma que o totalitarismo já estava inscrito nas bases da cultura africana, permeando as famílias, as aldeias, as escolas, as igrejas e todo modo de vida do africano.

nenhuma política para afetar o curso dos acontecimentos, além de ser caracterizado ainda, pelo peso da força da religião sobre o destino coletivo e individual. Nesta ótica, Etounga-Manguelle (2001) argumenta que por influência desse modelo cultural, por exemplo, se um rei ou presidente escapa de um ataque, mesmo que seja simulado, toda a população tem a propensão de deduzir que ele tem um poder sobrenatural, ou seja, é invencível. Para este autor, a propensão de igualar todo o poder com a autoridade divina não se restringe só aos líderes, mas afeta todos os cidadãos, na medida em que todo o africano se tiver poder, provavelmente vai-se tornar arrogante, intolerante, dedicado ao culto da mediocridade, negando os tecnocratas e afastando qualquer oposição que possa aparecer. E deste modo, o africano não aceitará mudanças na posição social, o que fará com que o dominante e dominado permaneçam eternamente nos lugares atribuídos, razão pela qual a promoção social é muitas vezes impossível. No plano económico, os estados criam dificuldades na promoção do setor privado, devido à inveja que domina todas as relações interpessoais, que tem como finalidade o impedimento da obtenção do que a elite possui e, por conseguinte, a alteração no funcionamento social do Estado. Deste modo, em África, deve nascer-se com poder, pois caso contrário não se tem direito ao exercício do poder, exceto se for através de um golpe de Estado, pois só assim o corpo social inteiro aceita a servidão imposta pelo homem forte do momento (Etounga-Manguelle 2001).

Atendendo ao facto de a África possuir grande diversidade cultural, torna-se difícil promover o desenvolvimento apoiando-se na cultura hegemónica, no centralismo das políticas públicas e no etnocentrismo que não leva em consideração a existência de enormes subculturas que constituem o todo da cultura africana. Na medida em que, segundo Bollinger e Hoffstede (1987) a cultura hegemónica produz uma sociedade estática e politicamente centralizada, com distâncias hierárquicas substanciais, e concentra a riqueza nas mãos de uma elite, inibindo desta forma a alteração nas mentalidades das gerações e a possibilidade de criação da tecnologia e de uma riqueza nacional, afastando a possibilidade de uma visão de um futuro melhor para todos. Devido ao forte controle exercido através da confiabilidade exercida no presente e menos preocupada com o amanhã, gerando desta forma incertezas que caracterizam as sociedades africanas. Segundo Etounga-Manguelle (2001), se

tiver que se aceitar que uma das características da cultura africana pré-colonial é a subordinação do indivíduo à comunidade, pode-se rejeitar a cultura do individualismo autoritário. Contudo é necessário encontrar-se os mecanismos que sejam capazes de restaurar simultaneamente o grau de autonomia ao indivíduo para se afirmar como um ator político, económico e social, e a sociabilidade que caracteriza a essência da cultura africana, a fim de se preservar a coesão social em África.

Neste sentido, Etounga-Manguelle (2001) propõe uma revolução cultural pacífica no setor da educação, na política, na economia e na vida social. Para o efeito, o setor da educação deve desempenhar a liderança na preservação da cultura africana mantendo os valores humanistas de solidariedade, de classificação de idades e *status* social, de interação social, de amor ao próximo, seja qual for a cor da pele, bem como a defesa do ambiente. Destruindo, desta forma, o processo de oposição ao futuro e criando premissas para que os povos de África determinem o seu próprio destino através da participação no processo político. Isto implica a modificação do conteúdo escolar, acentuando não só a ciência, mas especialmente as mudanças necessárias da sociedade africana, através da manifestação do pensamento crítico, da afirmação de sub-unidades regionais e continentais, assim como na aposta em métodos de trabalho intelectual e, em geral, as qualidades que engendram o progresso, imaginação, criatividade, profissionalismo, competência, sentido de responsabilidade e dever e o amor pelo trabalho bem feito. Do ponto de vista económico, a escola deve passar a moldar o empresário como um novo empreendedor e criador de empregos, e não apenas oferecer graduações. Deste modo, a partir do momento em que a criança ingressa no ensino primário, deve ser despertada sobre a gestão do tempo, não só em termos de produção, mas especialmente em termos de manutenção de infra-estrutura e equipamentos. Deve tentar-se criar uma convicção de que o conhecimento tecnológico é certamente mais importante do que cursos sobre o papel do sistema de partido único na integração nacional e na infalibilidade do “Pai da Nação”. Etounga-Manguelle (2001) refere que a mudança deve abranger a emancipação da mulher como indicador do progresso político e social da África.

Em suma, os sistemas de educação africana devem ser reformulados com o objetivo de estender o pluralismo já existente na diversidade dos seus povos para a arena política, e cultivar, deste modo, a tolerância, enfatizando o mérito, e criar uma nova cidadania que dá espaço ao surgimento de um novo tipo de indivíduo que seja valorizado como um ator social capaz de se adaptar ao seu ambiente institucional e as exigências que o progresso coloca em sua comunidade e substituindo o nacionalismo pela integração regional, a fim de revolucionar a cultura económica do continente e criar uma auto- confiança e um compromisso gerador de um progresso que beneficie a todos. Deste modo, é possível destruir a cultura hegemónica, o centralismo e a exclusão social, na medida em que a integração regional irá facilitar o diálogo intercultural e, por conseguinte, a construção de uma cultura africana, mais participativa e partilhada pelas diversas sub-culturas do continente.

Em relação a Angola, é evidente a manifestação de uma cultura hegemónica que produz um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento centralizadas a partir de Luanda, que em muitos casos não levam em consideração as especificidades socioculturais das diferentes regiões do país. Nesta ordem de ideias, embora o país esteja já a implementar uma política nacional de desenvolvimento territorial (2013-2017), que produziu já alguns progressos em termos de crescimento económico, verificado sobretudo no domínio da reabilitação das infra-estruturas, existem ainda no país muitos desequilíbrios sociais, assim como os problemas de exclusão social e de assimetrias regionais. Segundo Pestana (2015) o crescimento económico que se verificou nos últimos anos em Angola “não se tem feito acompanhar do respetivo desenvolvimento social”. Para este cientista social, o país perdeu uma década, em termos de comparação entre os indicadores de desenvolvimento económico com os do índice de desenvolvimento humano e argumenta que na década de 1970 Angola registou uma estagnação resultante da guerra civil que se seguiu logo após a independência ao passo que, na década 80 se perdeu pelo fato de o Estado angolano ter optado por um modelo de desenvolvimento económico centralizado. Na década de 90 o país perdeu ainda mais “pelo facto de um grupo se ter apoderado da riqueza e a ter tornado exclusiva desse grupo”, fazendo com que maior parte da população viva ainda em condições de pobreza e sem acesso adequado aos serviços sociais

básicos (Banco Mundial 2015). Em função disso, o Banco Mundial sustenta que Angola tem sérios desafios de desenvolvimento por enfrentar “que incluem a redução da dependência do petróleo e a diversificação da economia, a reconstrução das suas infraestruturas” bem como a necessidade de melhorar a capacidade institucional, a “governança”, o sistema de gestão das finanças públicas, os “indicadores de desenvolvimento humano e as condições de vida da população”.

Na perspetiva de Pestana (2015), o país vive esta situação pelo facto de a independência política se ter feito “pela metade” e pelo facto de se ter abandonado a descolonização “social e psicológica” de Angola. Este autor constata que a emancipação psicológica foi “recuperada a favor do novo poder, criando novas sujeições e recuperando instrumentos que a própria potência colonial utilizava” repondo “um desenvolvimento separado, entre o espaço de cidadania – agora não a *civitas* colonial, mas uma *civitas* nacional restrita- e o daquele que não tem direitos, que está excluído da *civitas* nacional”. Esta questão evidencia a manifestação da cultura hegemónica que se constituiu em Angola, detida por uma burguesia nacional minoritária que “usa a sua liderança política, moral e intelectual para impor a sua visão do mundo como algo abrangente e universal, moldando dessa maneira os interesses e as necessidades dos grupos subordinados. Neste sentido o poder hegemónico tem fortes ligações empresariais e o domínio dos media que o permite consolidar a sua hegemonia. Isto, aliado ao facto de o país ser fortemente centralizado ao nível dos sistemas político, administrativo e financeiro (Orre s/d) faz com que as políticas de desenvolvimento sejam definidas de cima para baixo, excluindo-se dessa maneira os atores locais.

Todavia, verifica-se que a Política Nacional de Desenvolvimento (2013-2017) define as ações e estratégias prioritárias do desenvolvimento da Angola, e a Política Nacional de Turismo (1997) que prioriza a valorização do património histórico e arquitetónico, os recursos naturais, visando a criação de novas fontes de captação de divisas para o país a fim de atenuar o défice cambial e subsidiar as importações; Além de incluir a criação de novos postos de emprego, o envolvimento das comunidades locais e a institucionalização de fundos que visam promover o desenvolvimento do turismo, a formação dos recursos humanos e consequentemente a promoção de zonas rurais do

interior; privilegiando a ação do sector privado e a reabilitação e modernização das infraestruturas turísticas, hoteleiras e similares, bem como o saneamento básico e o desenvolvimento dos setores da saúde e da rede viária. Para posteriormente se desenvolver o turismo regional e internacional de alta qualidade e projetar no mundo uma imagem prestigiosa de Angola. São já alguns instrumentos legislativos com intenções de impulsionar o desenvolvimento local, porém devido a sua centralização e falta de Planos Regionais e locais de desenvolvimento, bem como da falta da descentralização do Plano Diretor 2011-2020, e da falta das autarquias locais, tem sido difícil, fazer com que as diretrizes da Política Nacional de desenvolvimento contribuam, de facto, para uma promoção e inclusão social, colocando em risco a preservação do património cultural, artístico, histórico e paisagístico natural do país, devido a exclusão das comunidades locais na tomada das decisões.

Segundo Orre (s/d), Angola deve ser “possivelmente o país africano mais centralizado” ao nível dos sistemas administrativo, político e financeiro. Na medida em que o Ministério das Finanças efetua a recolha da receita fiscal do país que é depositada na Conta Única do Tesouro (CUT) através das Repartições municipais, fazendo com que o investimento público seja dirigido a partir da capital do país e, por conseguinte, como constata Rocha (2010) “verifica-se uma certa concentração em Luanda das despesas públicas correntes e do investimento público” acentuando-se cada vez mais as assimetrias regionais. Para reverter esta situação no período entre 2007-2008 foi implementado o processo de desconcentração administrativa, atribuindo a 68 municípios, o estatuto de unidade orçamental com a dotação de uma verba de cinco milhões de dólares americanos (Orre 2009, Santos 2012a). Porém, desconhecem-se os benefícios do desenvolvimento local, proporcionados por essa desconcentração, na medida em que os seus resultados nunca foram tornados público, e não se sabe se o programa mereceu uma avaliação. Contudo, esse programa foi abandonado e surgiu o atual, designado Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP) sob a gestão da Casa Civil do Presidente da República (Santos 2012b). Foi verificado um retrocesso do processo de descentralização da gestão financeira do país, limitando-se novamente a participação das populações locais na definição das políticas públicas para o desenvolvimento

das suas localidades, excluindo desta forma a consideração das necessidades prioritárias dos moradores no processo de tomada de decisão (Bramwell e Yuksel 2005). Impondo-se por vezes a vontade das autoridades centrais (Church 2004, Tosun 1998, Ioanides 1995) o que em muitos casos resulta em fracassos, em “resistência ou rejeição por parte da comunidade local” (Beni 2003).

De fato a história de desenvolvimento local e do turismo mostrou evidências em que a exclusão das populações locais na tomada das decisões sobre o planeamento e desenvolvimento turístico local, resultou na degradação do ambiente natural dos destinos turísticos, na vulgarização do património histórico e cultural local por parte dos turistas, e como consequência provocou repulsa e atos de xenofobia por partes das comunidades visitadas. Em função, dos problemas resultantes da imposição, pelas autoridades centrais de modelos de desenvolvimento baseado no turismo às comunidades, a maior parte dos pesquisadores dos aspetos sociológicos do turismo são consensuais de que o planeamento do turismo sustentável como política do Estado deve envolver a participação das comunidades residentes nos locais turísticos, para permitir que elas se sintam como atores do processo, dando a possibilidade de manifestarem as suas ideias, sobre o futuro da localidade, visando contribuir para a preservação da identidade cultural, ambiental e para a promoção económica e social da comunidade.

Relativamente, às políticas públicas de turismo em Angola, verifica-se a sua centralização que se traduz na falta de planos diretores provinciais, municipais e locais de turismo, uma situação que limita a participação dos atores locais na tomada das decisões e na promoção e desenvolvimento desta atividade. Além de haver uma excessiva burocratização na concessão de vistos para os turistas, bem como a falta da profissionalização do setor e uma “fraca promoção do país como destino turístico” (Verdugo e Mavela 2011). Uma situação que faz com que o desenvolvimento do turismo em Angola se encontre ainda numa fase embrionária e “com poucas oportunidades nas províncias e particularmente nos municípios do interior” (Verdugo e Mavela 2011). Fazendo com que haja um desenvolvimento territorial desequilibrado caracterizado por inúmeras assimetrias regionais, onde se verifica uma concentração dos investimentos no litoral das províncias de Luanda e Benguela

em detrimento das outras. Gorando as expectativas de desenvolvimento territorial que se criaram no país.

A desproporção em termos de desenvolvimento territorial do turismo pode ser ainda constatada no âmbito do Plano Diretor 2011-2020 que conforme se abordou anteriormente defende o desenvolvimento do turismo por polos com privilégio para as províncias de Luanda e Malanje na região norte, ficando o resto do país sem figurar nas prioridades do executivo; podendo deduzir-se que a província do Cuando Cubango no extremo sudeste de Angola figura apenas como prioridade, devido á integração do país nas políticas de turismo da SADC através do projeto “KAZA-FCTA” que inclui Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. Deste modo, observa-se também que com o desenvolvimento turístico centrado em polos, Angola leva a cabo um modelo funcionalista - *top down* - que parte de cima para baixo e que se preocupa mais com a vertente económica do turismo e com a promoção da imagem de Angola no contexto internacional, através da sua massificação em detrimento do modelo territorialista que deveria desenvolver o turismo a partir das capacidades endógenas do território, além de não especificar a maneira sobre o envolvimento das comunidades locais e do sector privado.

Segundo Orre (s/d) com o modelo de governação centralizada em Angola, torna-se difícil satisfazer as necessidades e assegurar-se com eficiência os serviços públicos a milhões de cidadãos. O autor defende a efetivação das autarquias como um elemento fundamental que irá satisfazer as aspirações para a institucionalização de uma governação descentralizada no país, capaz de garantir uma autonomia na tomada das decisões do poder local. Pois, deste modo será possível reverter a situação elaborando planos locais de desenvolvimento do turismo que irão envolver as comunidades locais e que sejam capazes de combater a pobreza e exclusão social e promover o desenvolvimento sustentável das suas localidades, na medida em que são as comunidades que conhecem melhor os seus problemas, os seus interesses e as suas aspirações futuras. Sendo assim, em conjunto com os agentes públicos, privados, sociólogos e outros especialistas de planeamento, são capazes de transformar as potencialidades da comunidade em projetos de desenvolvimento local sustentável.

Em relação à província da Huíla, a julgar pelo fato de essa região possuir uma diversidade de recursos paisagístico-naturais e culturais, apenas cerca de 20 sítios turísticos são frequentados por turistas e além disso, os atores públicos do turismo na Huíla não possuem ainda um plano específico para a rentabilização dos locais turísticos, mas as autoridades públicas têm vindo a sensibilizar os atores do sector privado no sentido de tomarem iniciativas de aproveitarem e explorarem os sítios turísticos, e que muitos deles já apresentaram propostas que estão sendo estudadas por especialistas do Departamento Provincial de Hotelaria e Turismo (Silvestre 2014).<sup>66</sup>

Verifica-se ainda pouca promoção do desenvolvimento turismo, a degradação ambiental e das vias de acesso e da falta de segurança em alguns destinos turísticos. E apesar de a Política Nacional do Turismo defender um desenvolvimento harmonioso e sustentável da atividade turística nacional, logrando sempre que os seus benefícios contribuam no desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais através da integração urbano-rural; com vista a atenuação dos desequilíbrios e assimetrias regionais, mediante a criação de postos de emprego e da redistribuição da renda (Diário da República, nº 29, 1ª Série p. 305). Na prática regista-se a exclusão das comunidades locais na definição e na condução do processo de desenvolvimento por não existirem ainda os planos diretores locais. O que faz com que haja uma tendência de ocupação dos principais destinos turísticos e das terras por empresários e fazendeiros de Luanda em detrimento das comunidades locais. Situações que na década de 1990, provocaram conflitos de terra na região dos Gambos, entre os pastores tradicionais e os grandes fazendeiros, espalhados por todo o país, agravando desta forma o já vulnerável, nível de vida das comunidades locais. Tal fato deveu-se como é óbvio, a presença no país de um modelo de desenvolvimento de estilo *top down* que apregoa uma cultura hegemónica elitista de Luanda.

A falta de planos locais dificulta ainda mais o desenvolvimento do turismo cultural na Huíla que consta numa das diretrizes do PDT 2011-2020. Neste sentido, tal como se abordou no contexto africano, tendo em conta a

---

66 João Silvestre, Chefe do Departamento da Hotelaria e Turismo da Huila em entrevista a angop; disponível em [portalangop.ao](http://portalangop.ao), pagina visitada ao 19 de julho de 2014.

existência em Angola e em particular em Huíla de um mosaico cultural bastante diversificado e heterogéneo impõe-se a necessidade de se quebrar a cultura hegemónica, e o centralismo das políticas públicas de desenvolvimento local e do turismo com vista a redução dos desequilíbrios regionais e a promoção do desenvolvimento local sustentável. Devendo-se para o efeito o setor da educação liderar uma revolução mental que conduza a emancipação cultural, política económica e social. Na medida em que só deste modo, é possível fazer convergir as diferentes sub-culturas de Angola para a construção de uma cultura nacional identitária e inclusiva, capaz de impulsionar o desenvolvimento de Angola. Nos próximos capítulos, procuraremos com base na análise de conteúdo e estrutural das entrevistas construir um modelo de políticas públicas de desenvolvimento, mais propiciadoras do desenvolvimento local e nacional sustentável, do ponto de vista social, cultural, económico, político e espacial.

# 7

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 7.1. O turismo como fator de desenvolvimento

No quadro da sociologia do desenvolvimento, o turismo é atualmente considerado como um fenómeno que contribui para o desenvolvimento local sustentável, revelando-se como alavanca de desenvolvimento económico e das transformações sociais em muitos países. Verificando-se em alguns países a única forma para a saída do subdesenvolvimento ou para recuperar dos problemas provocados por outras atividades que na outrora proporcionavam o desenvolvimento de uma localidade e que na atualidade encontram-se decadentes (Muñoz 1996).

Entretanto, tem-se verificado que muitos governos se preocupam somente com os benefícios económicos em detrimento dos efeitos sociais e ambientais, em função disso, como já se abordou no capítulo III, no plano científico, a sociologia do desenvolvimento foi inicialmente influenciada pela ideia do progresso, como um dos princípios básico dos enciclopedistas franceses do século XVIII e do positivismo do século XIX. Assim, a teoria sociológica via o desenvolvimento como progresso económico que se verificava nos Estados Unidos e na Europa ocidental resultante da industrialização e que deveria ser imitado pelos países subdesenvolvidos. Neste sentido, o desenvolvimento era considerado também como sinónimo da modernização e era idealizado e aplicado de forma universal, julgando-se os países subdesenvolvidos em função dos padrões dos países desenvolvidos (Dieckenson *et al* 1983, Harrison 1988, Schmidt 1989, Almeida e Abranja 2009, Martins 2002). Assim, durante décadas a sociologia do desenvolvimento vem

analisando as questões da mudança social, do atraso, do desenvolvimento e planeamento social, das reformas, das crises, do imperialismo e da alienação (Schneider e Freitas 2013), do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, da modernização e da dependência (Telfer 2014, Schuurman 1993, Todaro 1997, Hettne 1995), visando a compreensão e explicação dos efeitos que o processo da industrialização estava a provocar no contexto das relações económicas, sociais e políticas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A partir da década de 70 surgiram novos questionamentos como é o caso da definição do próprio conceito de desenvolvimento e sobre quem se estava a beneficiar realmente com este processo e o que é que estava a acontecer com os fenómenos da pobreza, do desemprego e com as desigualdades sociais (Seers 1969). Em função destes questionamentos a sociologia do desenvolvimento procurou analisar a maneira como o progresso económico estava a proporcionar os benefícios aos países desenvolvidos e em desenvolvimento em termos, de qualidade de vida, do bem-estar social das populações assim como, da redução das desigualdades sociais (Schneider e Freitas 2013) e das assimetrias entre o Terceiro e o Mundo desenvolvido. Entretanto, a análise sociológica mostrou que progresso económico dos países desenvolvidos não impulsionava o desenvolvimento económico dos países menos desenvolvidos, mas pelo contrário acentuava a dependência económica destes países aos países desenvolvidos. Uma questão que fez com que a crença na pura imitação da industrialização dos países desenvolvidos fosse questionada como ideia de progresso, evolução e crescimento, e como já vinha sofrendo com as consequências da crise económica e financeira mundial dos anos 1930 esta ideia entrou em colapso nos anos 70 (Almeida e Abranja 2009, Brohman 1996b). Em função disso, negou-se a teoria que defendia o modelo único de bem-estar social da sociedade ocidental que deveria ser alcançado por todas as outras sociedades em forma de desenvolvimento e do progresso linear. Deixando desta forma de ser aplicada para todas as comunidades e sociedades atuais (So 1990, Galli 1992, Mehmet 1995, Said 1978). Assistindo-se a emergência de uma nova análise social que considera a existência de várias civilizações com diferentes valores culturais e cosmovisões. “ (...) Onde a dominação é uma relação mais bem frequente que a solidariedade, e onde

muitas vezes essa relação é fonte de opressão e miséria” (Almeida e Abranja 2009). Em função disso, Diegues (1992, p. 23), defendeu

*“(...) a necessidade de se pensar em vários tipos de sociedades sustentáveis, encorados em modos particulares, históricos e culturais de relações com vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si. Esse novo paradigma a ser desenvolvido baseia-se, antes de tudo, no reconhecimento da existência de uma grande diversidade ecológica, biológica e cultural entre os povos que nem a homogeneização sociocultural imposta pelo mercado capitalista mundial, nem os processos de implantação do socialismo real conseguiram destruir. Talvez a implosão recente de grandes impérios e o ressurgimento das identidades étnico-culturais sejam os primeiros sintomas da necessidade urgente de se procurar novos paradigmas de sociedades sustentáveis”*

A nova conjuntura provocou novas análises e no quadro das Nações Unidas, em 1978 a UNESCO, aconselhou os estados a buscarem soluções de desenvolvimento a nível do contexto local em função das suas próprias dinâmicas territoriais e que abandonassem ideia global que consistia na imitação dos países industrializados (Almeida 2006). Como alternativa da “insustentabilidade ou inadequação” (Schmidt, 1995), do modelo tradicional de desenvolvimento de estilo euro-americano até então difundido. E com isso a sociologia procurou também, novas explicações sobre o fenómeno do desenvolvimento tendo redefinido o seu quadro analítico e colocou no centro de análise o conceito de desenvolvimento sustentável centrado no território, entendido como desenvolvimento territorialista endógeno que assegura a autonomia do processo de desenvolvimento local e que passa a ser definido em função das especificidades locais, das estruturas de governança e da capacidade das elites e atores sociais locais (Tapia 2005), que procura promover as regiões menos desenvolvidas ou localidades com base nas particularidades dos territórios, suas culturas, seus sistemas de valores, seus recursos e o seu capital humano e social (Eisenstadt 1990, Klisberg 1999, Attali 2001). Em função disso, foram promovidas as teorias indígenas de desenvolvimento e a forma como elas incorporam as condições locais e sistemas de conhecimento (Chipeta 1981, Schafer 1989). E houve um apelo

para uma maior participação local no processo de desenvolvimento (Alamgir 1988, Bock 1989, Haq 1989) ligado aos conceitos de empoderamento e controlo local sobre a tomada de decisões (Brohman 1996b).

Relativamente ao turismo, este fenómeno económico e social é atualmente considerado como um meio importante para se alcançar o desenvolvimento sustentável de muitas localidades na medida em que ajuda a desenvolver as áreas de destino, com base nos benefícios que proporciona em termos económicos, sociais, culturais ambientais e políticos. Obviamente por ter a capacidade de promover a mobilidade internacional de pessoas e de recursos financeiros. Em função disso, acredita-se que o turismo mundial pode contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional que pode ajudar a eliminar o fosso económico cada vez maior entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e garantir a aceleração constante de desenvolvimento económico e social e do progresso, em particular nos países em desenvolvimento (WTO 1980). Neste sentido, o turismo é visto pela WTO não apenas como um catalisador do desenvolvimento, mas também de mudança político-económica nos países do Terceiro Mundo. Ou seja, o turismo internacional é visto como um meio de alcançar tanto o desenvolvimento económico e o progresso económico e social e a redistribuição da riqueza e do poder que é, sem dúvida, necessária para se alcançar esse desenvolvimento (Sharpley 2014).

Todavia, é reconhecido também que o turismo possui um potencial capaz de contribuir para o desenvolvimento dos países industrializados, sobretudo para minimizar os problemas socioeconómicos das populações rurais periféricas desses países, assim como, na resolução dos problemas das áreas urbanas, onde as indústrias tradicionais entraram em declínio (Cavaco 1995a, Sharpley 2011, Brumaru e Talos 2011). Proporcionando bens e serviços capazes de fomentar a diversificação da economia através da integração entre o rural e o urbano. Nesta senda, segundo Brumaru e Talos (2011) o turismo é visto atualmente, como uma oportunidade para o desenvolvimento para diferentes áreas que carecem de outros recursos económicos como é o caso do Laos, Etiópia e das Maldivas por exemplo. Em algumas localidades destes países o turismo pode ser visto como a única solução para a sobrevivência da população local através da hospitalidade e da promoção da arte tradicional e

do artesanato. De acordo com Sharpley (2004) nas Maldivas o turismo emprega 57% da população local, da qual 26% é empregada diretamente e 27% de forma indireta. Na Gâmbia, país que carece de qualquer riqueza natural ou mineral, mas com lindas praias, o turismo representa 11% do PIB e fornece diretamente cerca de 10 mil postos de trabalho (Thomson et al 1995, Sharpley 2009a).

Em termos globais, o turismo internacional representa atualmente, uma importante fonte de divisa que contribuem para a balança de pagamento nacional, tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento (Opperman e Cohen 1997). Na mesma linha de pensamento Schubert *et al* (2011) acrescenta dizendo que o turismo internacional tem um efeito positivo sobre o crescimento económico de longo prazo, e esta tem sido apontada como sendo a razão principal para qual os governos apoiam o seu desenvolvimento. Conforme Rodrigues (2000) em alguns países, as receitas internacionais em divisas proporcionadas pelo turismo superam a contribuição dada pelo petróleo. Em função disso, muitos países utilizam o turismo como ferramenta para a promoção do desenvolvimento regional e local assim como para a diversificação da economia (Greenwood 1977).

### 7.1.1. A contribuição do turismo para o desenvolvimento local sustentável

No contexto local, o turismo é considerado, pelos atores públicos, pesquisadores e cientistas sociais, como um meio para alcançar o desenvolvimento nos territórios de destinação, por causa dos benefícios económicos, sociais e culturais que proporciona, bem como, pelo poder de consciencializar as comunidades e os turistas sobre a importância da valorização, proteção e conservação do espaço físico natural do destino turístico. Nesta lógica de pensamento, em termos gerais, o turismo é hoje, considerado como uma alternativa para a promoção do desenvolvimento local sustentável. Entretanto, afigura-se necessário antes, a clarificação do que se entende por desenvolvimento local. Na perspectiva de Zapata (1998) o desenvolvimento local apresenta-se como um processo de intervenção social

que oferece um modelo desenvolvimento sustentável alternativo ao processo da globalização, visando proporcionar, o emprego, a inclusão social, a cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população a nível do contexto local. Na perspectiva de Buarque (1999) o desenvolvimento local é “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população”. Para este autor as pequenas unidades territoriais podem incluir cortes territoriais que vão desde a comunidade à escala municipal, e em alguns casos pode abarcar “microrregiões de porte reduzido”<sup>67</sup>. Segundo Coriolano (2012) o desenvolvimento local é um processo que valoriza os aspetos ambientais e histórico-culturais locais, através da participação de um conjunto de atores sociais da comunidade de destino que se estruturam e se mobilizam em função das potencialidades locais. De acordo com Sachs (1993) o desenvolvimento local sustentável pressupõe a existência de instituições públicas e privadas, ONGs, associações, sociedade civil, agentes do planeamento e recursos financeiros, bem como a capacidade local de gestão e inovação, de tecnologias e instâncias de governança. Nesta ótica, Buarque (1999) argumenta que o desenvolvimento local sustentável aumenta as oportunidades sociais, possibilita a competitividade “da economia local”, auxiliando o aumento da riqueza e do rendimento das comunidades do destino, além de garantir, simultaneamente a conservação dos recursos naturais. Contudo, conforme Buarque e Bezerra (1994), na definição das políticas de desenvolvimento local os atores de desenvolvimento devem ter em conta as dinâmicas globais, na medida em que o desenvolvimento local se processa dentro de um processo amplo em que interage a economia regional, nacional e global que oferece oportunidades e ameaças para o contexto local.

No que diz respeito ao desenvolvimento do turismo este pode impulsionar o desenvolvimento local se ocupar uma posição de destaque e estratégica no quadro das políticas sociais de desenvolvimento (Piller, *et al* 2004). Entretanto,

---

<sup>67</sup> De acordo com Buarque (1999) o desenvolvimento municipal corresponde a um caso específico de desenvolvimento local, com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município, geralmente mais amplo que a comunidade e menos abrangente que o macrorregional ou supramunicipal, ou seja, uma aglomeração de municípios ou partes de municípios constituindo uma região homogênea.

as agências especializadas das Nações Unidas e vários cientistas sociais chegaram a conclusão de que os seus benefícios só podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável se o próprio turismo se desenvolver também de forma sustentável. Nesta ordem de ideias, parafraseando a OMT, Oliveira e Manso (2010, p.239) sustentam que “o desenvolvimento do turismo sustentável é propiciador do desenvolvimento sustentável”. Para Piller, *et al* (2004) qualquer modelo turístico que queira contribuir para o desenvolvimento local sustentável<sup>68</sup> tem de garantir, primeiro, a sua própria sustentabilidade, a fim de responder “às demandas dos territórios e seus habitantes”. Em outras palavras, o turismo sustentável além de promover um crescimento económico sustentável a médio e longo prazo, que provoca impactos diretos e imediatos sobre as economias do destino, salvaguarda também os aspetos socioculturais e o meio ambiente envolvente ao destino turístico (Piller, *et al* 2004). Por conseguinte, o turismo sustentável além de proporcionar o ócio e lazer aos turistas por sua vez, maximiza também os benefícios positivos para as comunidades de destino e para a sociedade em geral, nos domínios económico, sociocultural ambiental e político.

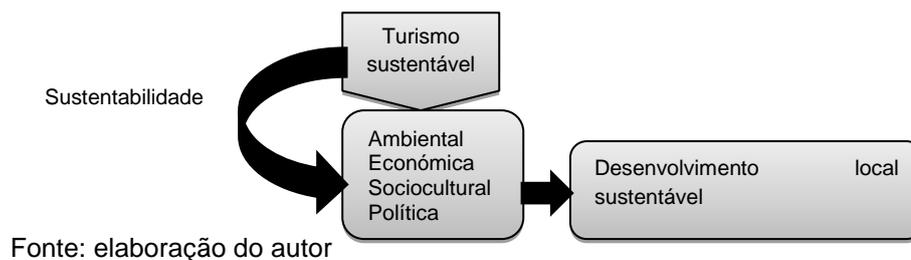
Entretanto, os benefícios do turismo só serão alcançados de maneira sustentável, se houver uma coordenação das ações de planeamento entre os atores públicos e privados e as comunidades locais. Neste sentido, é consensual que a interação dos atores locais no contexto espacial em que se produz a atividade turística possibilita a obtenção e distribuição dos benefícios económicos, socioculturais e ambientais, para a comunidade do destino turístico. Porém, para que o turismo contribua de forma eficaz, para o desenvolvimento local sustentável é necessário que os atores sociais envolvidos adotem políticas, estratégias e ações que façam com que a prática local do turismo seja adequada aos objetivos do desenvolvimento sustentável, ou seja, em conformidade com a sustentabilidade económica, sociocultural

---

<sup>68</sup> O desenvolvimento local sustentável é o “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações” (Buarque 1994). Esta demanda mudanças em três componentes constituintes do estilo de desenvolvimento: padrão de consumo da sociedade, base tecnológica dominante no processo produtivo e estrutura de distribuição de rendas, cada um com a sua lógica e autonomia (mas também com relações de intercâmbio e mútua influencia) ” (Buarque 1999).

ambiental e política. Que só se alcança através de um planeamento estratégico em que participam um conjunto de atores mobilizados em torno de um objetivo comum, e que se materializa através de um modelo de desenvolvimento local descentralizado (Amaro 1991, Buarque 1999, Shneider 2004, Silva *et al* 2013) como se irá abordar mais adiante.

Figura 3: contribuição do turismo para o desenvolvimento local sustentável



### 7.1.2. Contribuição no plano económico

Na perspetiva da teoria social de interpretação económica o desenvolvimento é entendido como crescimento económico que considera apenas a produção e consumo material que se medem por exemplo através do produto nacional e da renda per-capita, ignorando outras variáveis como a equidade social e a distribuição dos resultados do crescimento económico (Rostow 1967, Diegues 1992, Tadaró 1994). No quadro de teoria sociológica como já se fez referência anteriormente o desenvolvimento económico aparece como crescimento, progresso económico e evolução económica e social que tinha sido apresentado conforme Rattner (1997 p. 21) “durante mais de um quarto de século como meta e valor supremos das sociedades ocidentais e orientais, desenvolvidas e subdesenvolvidas”. Numa altura em que se tinha criado um otimismo sobre a possibilidade de se promover o desenvolvimento nas nações recém-independentes e em outras áreas consideradas economicamente atrasada, tendo se chegando a acreditar que o crescimento económico resolveria todos os problemas da pobreza, através da cooperação e da transferência de capital e da técnica, a imagem do que havia acontecido com o plano Marshall na Europa (Dickenson *et al* 1983). Entretanto, logo descobriu-se que o crescimento não era suficiente para medir o desenvolvimento local, na medida em que outros elementos importantes tinham

sido omissos da análise, como a equidade na distribuição da renda, fatores institucionais e políticos e ou a necessidade de mudanças nas estruturas económicas atrasadas (...). Em função disso, no plano sociológico Rattner (1997) e Beck (1998) observaram que o crescimento económico não proporcionava fundamentalmente a “equidade e justiça social”, mas pelo contrário estava a provocar desequilíbrios sociais e assimetrias regionais, e com isso houve a necessidade de incluir outras variáveis na abordagem sociológica do desenvolvimento, que abrangessem as suas várias dimensões. Nesta ordem dos acontecimentos, e no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Sen (2001) apresentou subsídios valiosos à “ideia de desenvolvimento” ao propor os princípios analíticos que foram fundamentais para a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Schneider e Freitas 2013) <sup>69</sup>. Que incorporou a expectativa da vida, educação e renda necessários para um padrão de vida decente (PNUD 1990). Assim, na perspectiva de Sen (2001) pode se falar de desenvolvimento quando, perante um conjunto de oportunidades, os indivíduos possuem a liberdade e capacidade de escolha para atingirem os fins que perseguem. Para Coriolano (2003) há desenvolvimento local sustentável quando todos os membros da sociedade se beneficiam da riqueza proporcionada e que a sua qualidade de vida seja elevada em consonância com os princípios dos direitos humanos. Na perspectiva de Knutsson (2009) o desenvolvimento local deve proporcionar os direitos humanos, a boa governação, a democracia, a participação da sociedade civil e as estratégias de redução da pobreza.

No que diz respeito ao turismo, no âmbito da teoria social da interpretação socioeconómica o turismo é visto como uma ferramenta que proporciona o crescimento económico, e como uma alternativa para o desenvolvimento económico das localidades acolhedoras na medida em que, o mesmo representa uma importante fonte de receitas em divisas que contribuem para a balança de pagamento local. Além de contribuir para a criação de novos postos de emprego, incorporando, sobretudo, no setor económico local, as camadas sociais mais desfavorecidas, incluindo os pobres e as comunidades indígenas

---

<sup>69</sup> Sen foi o principal colaborador do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (Viegas 2006).

residentes nos locais turísticos. Que passam a ter oportunidades de criarem pequenas empresas, como por exemplo as associações de guias indígenas de turismo, devendo, no entanto, para o efeito serem instruídos em aprender a falar as línguas dos turistas que frequentam o destino (Wall 1995, Dias 2003, Piller, *et al* 2004). Nesta linha de pensamento McCarthy (1994) considera que o turismo como um fenómeno económico-social que gera capital, postos de trabalho e rendimento para as empresas contribui economicamente para o desenvolvimento local sustentável quando oferece oportunidade para os atores locais. Na medida em que, o incentivo aos empresários locais a investirem no turismo permite uma boa gestão dos recursos locais (Almeida e Abranja 2009).

Isso possibilita o aumento das receitas fiscais dos municípios localizados nos polos de desenvolvimento turístico e além disso as comunidades locais se beneficiam com o surgimento de novas infraestruturas ou com a melhoria dos serviços já existentes, tais como estradas e vias de acesso, saneamento básico, água potável, eletricidade, pavimentação, telecomunicações e transportes, ou mesmo com o aumento da oferta dos serviços de lazer, segurança, saúde, educação e assistência social (Peake 1988, Brown 1992, Honey 1999). Melhorando desta maneira, a imagem do destino e a qualidade de vida das populações, ai residentes, e, por conseguinte, promove-se o desenvolvimento local. Piller, *et al* (2004) vê nisso a razão principal de se propagar a ideia de “desenvolvimento local baseado no turismo” sobretudo, devido ao crescimento económico e a recuperação de muitos territórios, que resulta da prática dessa atividade.

Na perspectiva de Schubert *et al* (2011) o turismo sustentável estimula ainda a concorrência e competitividade local, e incentiva o desenvolvimento de outros setores económicos, assim como a técnica e o desenvolvimento do capital humano. Em defesa dessa ideia, Noronha (1979) e Clarke (1981) argumentam que o turismo contribui para o desenvolvimento económico local sustentável, quando estabelece um vínculo com os setores produtivos locais como a agricultura, a cultura e arte, aos quais (...) acrescenta-se as pescas, indústrias e construção. Com certeza, desta forma os produtores locais podem fornecer os produtos agrícolas, culturais e artísticos ao sistema turístico local, criando desta forma, no destino, um produto turístico ligado ao sistema produtivo local. Nesta lógica de pensamento, ainda conforme Noronha (1979) e

Clarke (1981), quando as políticas de desenvolvimento do turismo estabelecem relações com os sistemas produtivos locais das comunidades menos desenvolvidas, através da compra dos produtos locais, para abastecer os hotéis e restaurantes, ou quando incluem o artesanato, a música, dança e coreografia local, há uma grande possibilidade de potenciar os produtores locais. Ao consumir os artigos produzidos na economia local, o turismo proporciona rendimentos adicionais e fortalece o sistema produtivo local. E, por conseguinte, empodera a economia local que, por sua vez, fará com que se produzam mudanças qualitativas no modo de vida da população local (Hashimoto 2014).

Em suma, as receitas fiscais do turismo podem ser usadas pelo governo para beneficiar a população em geral, em termos de programas sociais, ou ainda a favor dos pobres (Hashimoto 2014). Contribuindo assim, para o bem-estar da comunidade que na perspectiva da sociologia do desenvolvimento constitui um meio de “referência” para o desenvolvimento local sustentável (Schneider e Freitas 2013).

### 7.1.3. Contribuição no domínio sociocultural

No quadro da teoria social de interpretação sociocultural de desenvolvimento considera-se que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento sociocultural sustentável das comunidades de acolhimento, mediante valorização dos saberes endógenos locais e do património histórico-cultural, de modo a impulsionar a manutenção da cultura popular e das tradições, como por exemplo o património histórico-cultural edificado, os costumes locais, as manifestações artísticas, como o teatro, o artesanato, o folclore, a música e a dança (Stanley 1988, Honey e Rome 2000, Ratz 2002, Dias 2003, Oliveira e Manso 2010, Hashimoto 2014). Devendo para o efeito, inclui-los no pacote turístico do destino, através da criação de pequenas empresas e associações de artistas e de especialistas em conhecimentos endógenos locais. Para tal sugere-se a criação de lojas dos produtos locais em hotéis (Almeida e Abranja 2009). Promovendo desta forma uma interação cultural entre a comunidade local e os visitantes, mediante a venda e consumo, coordenada e organizada, dos produtos culturais locais.

Na perspetiva de Muhanna (2006) a inclusão dos atores locais na prática do turismo oferece oportunidades reais para a revitalização das culturas e tradições, contribuindo desta maneira para a afirmação da estrutura social e cultural da comunidade acolhedora. De igual modo, a valorização e promoção das manifestações culturais tem um grande potencial de criar empregos para os desfavorecidos, e, por conseguinte, reduz a pobreza, e estimula o desenvolvimento regional (Muhanna 2006), fazendo emergir, no seio das populações residentes nos destinos turísticos, uma forma de consciência social voltada para a valorização da cultura e arte tradicionais, e que incentiva economicamente a conservação dos recursos culturais. Devendo-se também promover nas instituições de ensino pesquisas sobre a “história e cultura local” (...). Ajudando desta maneira, a proteger e a valorizar as tradições, os costumes e as heranças, que, em casos contrários desapareceriam com a modernização da comunidade (Muhanna 2006). Nesta ordem de ideias, de acordo com Hashimoto (2014), a preservação e conservação da cultura local além de incentivar o desenvolvimento económico local, é fundamental para o fortalecimento das identidades sociais e culturais dessas comunidades. Desta forma promove-se simultaneamente a sustentabilidade económica e sociocultural do destino na medida em que, são os próprios recursos culturais e sociais endógenos da comunidade, que se constituem em locomotiva do processo de desenvolvimento local. Gerador de novos empregos e de renda para os habitantes locais que irão assegurar o seu bem-estar social. Ao criar novas oportunidades de emprego na área de acolhimento o turismo ajuda a comunidade a reter os seus membros que de outra forma migrariam para locais distantes (Noronha 1977, de Kadt 1979, Cohen 1983b).

No entanto, o desenvolvimento do turismo só é capaz de contribuir para a valorização da cultura local, quando não se desenvolve como um agente de mercantilização. Assim, quando a cultura “indígena” e as tradições são valorizadas e protegidas como “*comodities*” importantes do turismo de negócios, o próprio turismo insta as populações locais para manter os seus valores locais, tradições e património. Desta forma, o desenvolvimento do turismo pode criar mais oportunidades para os artesãos e artistas “indígenas” no sentido de preservarem as formas de arte tradicionais. O turismo pode também facilitar a proteção do património e tradições locais, Hashimoto (2014),

com base na reabilitação e conservação da arquitetura local autêntica de estilo tradicional para a atração de turistas (Ratz 2002). Em função disto, pode-se então dizer que a valorização da cultura local e a sua inclusão no desenvolvimento do turismo pode contribuir para o intercâmbio cultural e para o fomento da paz e das relações entre povos e culturas. Estabelecendo-se desta maneira, uma relação entre o local e o global que abre a comunidade ou a sociedade local para o mundo, que ao mesmo tempo consome o produto local. Promovendo desta forma a imagem do destino a nível internacional o que poderá proporcionar cada vez mais recursos que irão impulsionar o desenvolvimento local sustentável. Entretanto, apesar disso, Stanley (1988) constata que o intercâmbio cultural em muitos destinos é obstaculizado por certos estereótipos que os turistas trazem na mente a respeito da cultura local, e que estes estereótipos são muitas vezes reforçados pela manipulação de exposições culturais. Em função disso, para este autor o intercâmbio cultural, entre turistas e a comunidade de destino, só é possível com o desenvolvimento do turismo em pequena escala e se for bem gerido. Em defesa do mesmo argumento Hashimoto (2014) sustenta que com o desenvolvimento do turismo em pequena escala em que as pessoas locais estão ativamente envolvidas, o intercâmbio cultural direto pode ser obtido através do uso de guias locais.

#### 7.1.4. Contribuição no domínio ambiental

No contexto sociológico, a abordagem sobre a relação entre a sociedade e o meio ambiente foi iniciada nos anos 1970 com a emergência da sociologia ambiental que se identificou, inicialmente, com a concepção realista de Caton e Dunlap (1978) e com a corrente construtivista de Hanningan (1995), Macnaghtern e Urry (1998) e Irwin (2001) (Guivant 2002). Na perspectiva dos realistas, “os seres humanos eram considerados como parte dos ecossistemas que influenciam suas ações assim como a sociedade”. Já os construtivistas propõem entender como as pessoas atribuem significado aos seus mundos. O que passa a ser socialmente considerado como um problema ambiental não implica meramente uma leitura imparcial e neutra de um fenómeno real ou uma referência a fatos objetivos sobre a natureza, mas se trata de demandas construídas socialmente (Guivant 2002, p. 73).

Schanaiberg (1975 *apud* Butell 1992) em sua teoria social sobre o ambiente sustentou que as sociedades industriais avançadas se expandiram à custa da exploração ambiental que provocou uma série de problemas ecológicos e estes por sua vez ocasionaram restrições à expansão económica futura. Que de acordo com Catton e Dunlap (1978 *apud* Buttel 1992, p. 80) se deve a finitude do mundo e dos “limites potenciais físicos e biológicos que reprimem o crescimento económico, o progresso social e outros fenómenos da sociedade”. Em função disso, para garantir o desenvolvimento sustentável que salvguarde a interação entre o homem e o meio ambiente é necessário conservar os ecossistemas e os recursos naturais. Ou seja, os atores do desenvolvimento local devem se preocupar com a “manutenção dos processos ecológicos fundamentais dos quais depende a sobrevivência humana” (Diegues 1992).<sup>70</sup>

Concretamente ao turismo sustentável, este, assegura o equilíbrio entre a atividade humana e os recursos ambientais, através do incentivo à proteção do meio ambiente (flora e fauna locais), estimulando a valorização dos recursos naturais dos quais, em parte, depende o desenvolvimento do turismo (Oliveira e Manso 2010). A fim de conservar a imagem e a atratividade do destino, e de melhorar a qualidade de vida das comunidades residentes no local turístico. Em outras palavras, pode se dizer que o desenvolvimento do turismo sustentável contribui para o bem-estar das populações residentes nos destinos turísticos, mediante a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Na ótica de Buarque (1995) com esta ação redefine-se os processos de interação entre “as dinâmicas económicas, a estrutura social e os ecossistemas, reestruturando, portanto, o próprio modelo de desenvolvimento”, que se traduz numa sociedade caracterizada pela “equidade social” e pela proteção do meio ambiente.

Em síntese, o desenvolvimento local sustentável verifica-se numa localidade quando o turismo sustentável incentiva uma série de ações de

---

<sup>70</sup> “Estudos têm demonstrado que as populações tradicionais de coletores, pescadores e etnias indígenas são grandes responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual dependem para a sua sobrevivência. Esses habitantes, pelo seu sistema de produção material e imaterial, dependem da preservação dos ambientes em que vivem e desenvolveram sistemas engenhosos de manejo dos recursos naturais. Daí a necessidade de serem mantidas essas populações, incentivando o uso moderado dos recursos naturais e apoiando-as em sua busca de melhorias da qualidade de vida (escolas, educação, etc.)” (Diegues 1992).

formação socio ambiental, e de marketing que promovem na sociedade e nas comunidades de destino turístico uma consciência ecológica voltada para a valorização e proteção da biodiversidade e dos ecossistemas.

#### 7.1.5. Contribuição no plano político

No quadro da teoria sociológica reconhece-se que o fator importante, para se alcançar o desenvolvimento no plano político é a criação de condições e oportunidades inerentes à “transferência de responsabilidades<sup>71</sup> executivas e decisórias” do poder público nacional para os poderes municipais e locais, a fim de permitir que as suas estruturas institucionais em parceria com os atores sociais locais, assumam a responsabilidade sobre a condução do processo de desenvolvimento local com base nos recursos endógenos do território (Buarque 1999). Nesta lógica de pensamento Bandeira (1999) sustenta que as instâncias políticas devem romper com as formas tradicionais de governação<sup>72</sup> e comprometerem-se com a necessidade de incluir a sociedade civil na tomada de decisões da “esfera da administração pública”. Dando possibilidade e liberdade às comunidades locais escolherem o seu próprio desenvolvimento, devendo para o efeito remover os obstáculos que limitam ou “condicionam” a possibilidade e a liberdade de escolha (Schneider e Freitas 2013). Desta forma os cidadãos irão se sentir como parte integrante da vida política e social do seu município ou da sua comunidade e irão participar com todo entusiasmo, sentindo-se como dono do projeto e beneficiários do almejado desenvolvimento, e isto de acordo com Buarque (1995), contribui positivamente para a “sustentação política das políticas” de desenvolvimento local, garantido desta forma, que as decisões tomadas sejam efetivas e continuas. Além disso, a inclusão dos diferentes atores no processo de desenvolvimento local

---

<sup>71</sup> A transferência do poder central para às autoridades locais é sustentada pelo princípio da subsidiariedade segundo o qual, tudo que puder ser feito por uma entidade espacialmente menor, como um município ou instâncias locais, não deve ser feito por um organismo maior como o governo central ou provincial (Franco Montoro, 1995). Os princípios da subsidiariedade consideram ainda, que a sociedade local também deve assumir uma função central na decisão e gestão num processo de descentralização do Estado para a comunidade.

<sup>72</sup> “A existência de um compromisso político efetivo para a consolidação das práticas participativas é, também, fundamental para que sejam superados os entraves oriundos das formas tradicionais de atuação do sector público, marcadas pelo formalismo, pela burocracia e pelas decisões tomadas de cima para baixo” (Bandeira 1999).

contribui, para a sua afirmação e bem-estar social, para a realização humana e para a socialização<sup>73</sup> (Buarque 1995). Em outras palavras podemos dizer que a participação dos atores que influencia o sistema de desenvolvimento local, assegura a (I) eficiência e a sustentabilidade do próprio desenvolvimento local; (II) garante a boa governança e o desenvolvimento participativo; (III) permite a acumulação do capital social; fortalece a competitividade sistémica de uma região ou localidade; e (V) consolida as identidades regionais (UNDP *Guidebook apud* Bandeira 1999, p.10-11).

Deste modo, no âmbito da teoria social de interpretação política reconhece-se também, que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, dando benefícios políticos ao poder público e aos atores sociais locais, quando as próprias autoridades do município, da localidade e da comunidade em parceria com os atores locais, decidem de forma independente sobre os programas e projetos de desenvolvimento local prioritários, incluindo os do turismo, e sobre os mecanismos e ações para a sua execução, a julgar pelo facto de serem eles, mesmos, que conhecem melhor as potencialidades, as fraquezas e as ameaças do seu território. Uma ação que possibilita mobilizar, localmente, os meios necessários para a realização dos projetos de desenvolvimento, definidos como prioritários. Concorrendo desta forma conforme Bandeira (1999 p. 10) “(...) para a construção de uma sociedade mais dinâmica, mais justa e mais democrática”.

Com este empoderamento, e, atendendo à dinâmica social e produtiva do território os poderes municipais e locais a nível do país terão a possibilidade de elaborar as suas próprias políticas públicas de desenvolvimento do turismo, através da coordenação de iniciativas, de caráter local, com o objetivo de reduzir ou mesmo eliminar as assimetrias regionais e locais, esforçando-se sobre a tentativa de criar riqueza para às comunidades locais. A fim de

---

<sup>73</sup> O turismo é atualmente, considerado como um meio de socialização no interior de um grupo social ou entre diferentes grupos. Entende-se por grupo social as famílias, uma coletividade de trabalho ou um círculo de amigos. Nos tempos atuais constata-se uma falta de comunicação, mesmo dentro de um grupo social. Nestas circunstâncias, o turismo, como uma forma de passar o tempo de lazer se torna uma ponte de comunicação com o propósito de construir relações entre os membros do grupo através da comunicação em um ambiente agradável (Brumaru e Talos 2011, tradução livre do autor).

favorecer o desenvolvimento sustentável do território nacional “como um todo” (Oliveira e Manso 2010, Piller *et al* 2004). Cujas políticas devem ser concretizadas em planos estratégicos de desenvolvimento geral e de turismo locais, normalmente elaborados com base no modelo territorialista de desenvolvimento endógeno em que os diversos atores sociais<sup>74</sup>, como empresas, associações, sociedade civil, ONGs, e representantes das comunidades indígenas participam dos debates, do planeamento, da implementação e da avaliação das políticas e dos planos de desenvolvimento local (Silva 1991, Buarque, 1995). Para Sachs (1993) isto contribui para a construção da cidadania e garante a incorporação plena dos indivíduos no processo de desenvolvimento local sustentável.

#### 7.1.6. O sociólogo como agente do desenvolvimento local

O sociólogo é atualmente considerado como um intérprete da cultura, ou seja, um especialista que abandonou a convicção de controlar a totalidade social, convertendo-se em um consultor que realiza pesquisas para servir a sociedade civil e sociedade política, com múltiplos e variados pontos de vista, aplicando a sua atividade o paradigma pós-moderno de interdisciplinaridade e o paradigma do pragmatismo destinadas a resolver os problemas sociais (Costa 2012)<sup>75</sup>. De facto, se durante muito tempo o positivismo apregoou a

---

<sup>74</sup> Atores sociais são grupos e segmentos sociais diferenciados na sociedade (*organizações, associações, lobbies e grupos de pressão política*) que constituem conjuntos relativamente homogêneos segundo a sua posição na vida económica, socioeconómica e sociocultural, e que por sua prática coletiva, constroem identidades e espaços de influência dos seus interesses e suas visões do mundo (Buarque, 1995).

<sup>75</sup> A teorização sociológica em matéria de planeamento foi iniciada pela Escola de Chicago durante as primeiras décadas do século XX, que realizou formalmente os primeiros estudos sobre a cidade, emergindo desta forma a sociologia urbana, com o propósito de solucionar os problemas urbanos e regionais da época. Entretanto, na literatura constata-se que o maior volume da produção académica sobre o planeamento regional e urbano é proveniente dos economistas, e geógrafos. Alguns estudos mostraram que inicialmente os sociólogos prestavam pouco atenção às questões relativas ao planeamento e resistiam à prática desta atividade (Baeyens (1977). Todavia, a abordagem dos economistas e geógrafos sobre o planeamento da cidade visava os impactos económicos, com os estudos da área urbana e com os processos da construção do espaço urbano, ou seja, com o processo da urbanização. No entanto, a cidade enquanto espaço social que congrega um conjunto de seres humanos, cujas ações, produzem problemas sociais e ambientais, com o tempo, o seu planeamento exigiu uma diversidade de análises, e os sociólogos viram-se envolvidos na abordagem de questões sociais e ambientais decorrentes do planeamento urbano. Nesta lógica da ação, Boskoff publicou em 1962 na cidade de Nova York, uma obra intitulada “*The sociology of urban*

superioridade de conhecimento científico em relação às outras formas de conhecimento, pelo contrário, a concepção pragmatista propõe o uso do conhecimento científico para a transformação da sociedade. Nesta ótica, pragmatistas como Dewey e Mead, argumentam que a teoria social deve contribuir para a transformação do mundo em um espaço social próspero e de maior interesse (Beart e da Silva 2014). Para tal Burowoy (2004) apela por uma “sociologia pública” que coloca o saber técnico ao serviço da sociedade no sentido de promover uma interação entre o setor público e a sociedade cível, a fim de dar solução aos problemas sociais. “(...) fornecendo, em última análise, diálogo e educação mútua” em que cada uma das partes leva em consideração os problemas do outro em busca de uma lógica de consenso. Conforme Guerra (2005) uma sociologia que integra o “espaço público, colocando os sociólogos do planeamento como mediadores da construção da ação coletiva em contextos de grande complexidade e contradição de relações sociais”. Nesta senda, a sociologia tem dado o seu contributo para a transformação social, no plano da administração pública, nas autarquias locais, nas empresas e nas organizações; entretanto, neste estudo será analisado o papel do sociólogo nas autarquias locais, onde este profissional tem desempenhado um papel importante no processo de desenvolvimento local sustentável, no quadro da sociologia de intervenção social que procura aplicar a teoria da sociologia do desenvolvimento ao contexto socio espacial no decurso do processo do planeamento de projetos de desenvolvimento local e do turismo. O sociólogo

---

*regions*”, na qual dedicou um capítulo inteiro ao planeamento sob o título: “*Creative Planning: An urban sociology*”. Contudo, as maiores contribuições da sociologia no campo do planeamento foram dadas, durante o VII Congresso Mundial de Sociologia realizado em Varna no ano de 1970 sobre “*Contemporary and future societies: Prediction and social planning*”, com a apresentação do artigo de J. Galtung sob o título “*Perspectives on development: Past, presente and future*” bem como, apresentação do artigo do professor Tenbruck intitulado “*Limits of planning*” (Baeyens, 1977). A partir deste evento, a sociologia passou a ter um maior protagonismo na análise dos problemas sociais, cada vez mais crescentes, que provinham da não inclusão das questões sociais no planeamento urbano daquela época. Nesta ordem dos acontecimentos iniciou-se assim nos anos 1970 uma nova abordagem que rejeitou as metodologias dos anos sessenta, e deu início “a fase de redireccionamento” (Vasconcelos, 2001), que permitiram a definição de novos procedimentos e metodologias emergindo desta forma um planeamento social no âmbito da sociologia, direcionado para a preparação, experimentação e construção de modelos de sociedade alternativos, de acordo com diferentes sistemas de valores, metas e objetivos. Bem como, para a estruturação e organização sequencial do planeamento da sociedade em nível local, regional e nacional. A partir desse ponto de vista não só a sociologia urbana, rural e regional, mas também sociologia política passaram a inspirar a orientação do planeamento social (Baeyens, 1977).

aplicado trabalha em estreita ligação com os planeadores de desenvolvimento local e contribui com habilidades visando a regeneração urbana e rural e ambiental (Costa 2012). Em função disso, os sociólogos têm sido solicitados pelas autoridades governamentais, no sentido de analisarem os efeitos económicos, sociais, ambientais (Marta 2004) e culturais que os projetos de desenvolvimento local estão a provocar no seio das sociedades, comunidades ou localidades de destino; e para sugerirem modelos e projetos de desenvolvimento que atendam às dinâmicas socioculturais e produtivas de cada localidade. Neste sentido, conforme Marta (2004 p. 41),

*“É frequente os Centros de Estudos de Ciências Sociais, onde trabalham sociólogos, serem chamados a apresentar propostas de projectos de investigação e de intervenção, sujeitas a concursos públicos, para a resolução de determinado problema e para a elaboração de Planos de Acção que definam os eixos de intervenção”.*

De facto, os sociólogos estão cada vez mais envolvidos, atualmente, em projetos de desenvolvimento local, trabalhando como consultores nas autarquias locais, facilitando a construção de redes de atores locais de desenvolvimento, que integram as entidades público-privadas e a sociedade civil. Assim, na perspetiva de Friedman (1973) os sociólogos e planeadores sociais devem desenvolver técnicas e estruturas organizacionais que permitem a participação dos atores sociais locais nas decisões sobre o desenvolvimento local e que a participação signifique negociação que implica a redistribuição do poder.

Em função disso, o sociólogo<sup>76</sup> é atualmente considerado como um facilitador do processo proporcionando aos agentes de desenvolvimento local o conhecimento técnico (Silva 1987) e científico, bem como, um leque de metodologias de planeamento de grandes exigências como a pesquisa-ação, a análise estratégica, a prospetiva e a construção de cenários (Guerra 2010, Perestrelo, 1999) que devem ser combinadas com a “capacidade cultural de

---

<sup>76</sup> O sociólogo de desenvolvimento local precisa de uma especialização técnica complementar em outras ciências sociais como por exemplo a História, a Geografia ou a Economia (Silva 1987, Costa 2012), a Antropologia, a Psicologia Social e a Estatística (Fórum estudante, cidades das profissões, Porto Digital).

pensar de forma endógena” Sachs (2001) sobre os possíveis cenários futuros da localidade.

Do ponto de vista teórico<sup>77</sup> o sociólogo aplicado faz o diagnóstico dos recursos socioculturais e económicos do local de destino, e com base neles faz previsões e constrói teorias sobre os cenários futuros sobre a localidade (Guerra 2010) que irão apoiar técnica e metodologicamente o planeamento participativo entre os atores públicos, empresários e sociedade civil sobre a definição do modelo de desenvolvimento local.

No decurso do processo de planeamento, o sociólogo do desenvolvimento local descodifica os conceitos relativos aos problemas sociais, as bases da elaboração das políticas sociais promovendo debates e reflexões sobre a implementação de programas e projetos sociais em contexto local (Marta 2004), que do ponto de vista sociológico só fazem sentido quando emerge da ação coletiva (Guerra 2005). E como do conjunto de atores sociais que participam do processo, normalmente, emergem ideias e objetivos diferentes, o sociólogo apela à negociação com vista a clarificação de conflitos e à emergência de consensos (Guerra 2010), facilitando a exercitação das habilidades e energias dos atores locais para que possam gerar grupos criativos inerentes à elaboração de projetos de desenvolvimento locais consensuais (Costa 2012). Nesta lógica da ação Marta (2004 p. 39) argumenta que,

*“A sociologia da intervenção tem dado um importante contributo no sentido de se ir para além da corrente positivista da sociologia mais próxima do terreno, tendo em vista novas articulações entre a teoria e a acção, entre a investigação e a intervenção.”*

---

<sup>77</sup> Ainda do ponto de vista teórico, os sociólogos da intervenção social e divulgam as suas investigações científicas sobre o planeamento em forma de artigos científicos, bem como através da realização de congressos e seminários contribuindo desta maneira, para a formação dos atores da intervenção pública e dos cidadãos em geral (Marta 2004).

De fato, através da combinação entre a teoria e a prática, o sociólogo do desenvolvimento local, estimula a criação de uma rede de agentes de planeamento local, integrada por atores públicos, por empresas privadas e pela sociedade civil, que procuram identificar e discutir sobre as potencialidades, as oportunidades e as ameaças presentes na localidade com a finalidade de construir consensos e elaborar políticas, planos e projetos de desenvolvimento baseados nas dinâmicas socioculturais e produtivas da localidade. Para facilitar o processo, o sociólogo do planeamento na ótica de Guerra (2010 p.88) deve estar

*“(...) capacitado para uma efetiva participação nos processos de desenvolvimento económico-social, nomeadamente através da participação na análise das dinâmicas sociais numa perspetiva de entendimento do jogo estratégico dos actores, promovendo a reflexão sobre os recursos e os constrangimentos em função da elaboração de projectos de acção”.*

Na perspetiva de Costa (2012) o sociólogo facilita a definição de diretrizes do planeamento baseado nos recursos primários naturais e culturais do território através de uma lógica do consenso que constrói de baixo para cima, envolvendo decisores públicos e privados. E argumenta que só pode haver um plano de desenvolvimento, tecnicamente bem escrito, se houver um esforço compartilhado associado à orientação contínua do sociólogo aplicado, um especialista em análises económicas e geográficas de destinos.

Da mesma forma, em relação ao turismo, o sociólogo aplicado é considerado por muitos autores, como por exemplo Cooper (2006) e Costa (2012) como um mediador, ou seja, um verdadeiro intermediário entre o conhecimento do mercado, do turismo e das atividades inovadoras das empresas que desenvolvem negócios coletivos com entidades locais. O sociólogo é um facilitador da parceria, de colaboração em apoio a gestão do destino, e na falta da intervenção deste profissional são apontadas muitas dificuldades na criação de destinos ou sistemas turísticos (Costa 2012). Assim o sociólogo do turismo é considerado por muitos autores (Costa 2005, 2008, Biork e Virtanen 2005 *apud* Costa 2012) como um médico filósofo, reconhecido como um habilidoso analista socioeconómico dos recursos a

serem melhorados e dos impactos do turismo na comunidade local, e, portanto, como um facilitador de boas práticas que geram parcerias colaborativas para atrair visitantes e fazê-los gastar seu dinheiro no destino. Ou seja, um especialista que se dedica à solução de problemas, e que pode então ensinar aos outros como se tornar um filósofo praticante que trabalha em instituições públicas ou em sociedades e o turismo (Costa 2012).

Assim, em termos práticos, os sociólogos potenciam os trabalhadores do turismo com conhecimentos sobre a hospitalidade e orientam os agentes locais a conceberem projetos de desenvolvimento em rede (Dredge 2006a), bem como, facilitam a colaboração entre as instituições públicas, empresas locais e a sociedade civil na elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo, participativo que visa a construção de consenso sobre a integração dos recursos locais em um produto turístico que abarque por exemplo as estruturas de alojamento, de transportes, de gastronomia, da cultura, da arte, da arqueologia e de marketing (Costa 2012). Neste sentido, durante o processo de planeamento, o sociólogo facilitador, auxilia os atores de desenvolvimento a integrar os recursos locais no planeamento territorial participativo, induzindo os agentes locais a avaliarem os custos e benefícios, devendo para o efeito estar aberto a ajudar a resolver os problemas práticos colocados pelos atores sociais que participam do processo, comportando-se como um facilitador do processo, e não como alguém que esteja acima deles (Costa e Martinotti 2003), mas sim alguém que procura ajudar os atores sociais a decidir de forma consciente, facilitando a racionalidade comunicativa entre as partes envolvidas, deste modo conforme Costa (2012, p.1.) *“the sociologist as a facilitator of local tourism development”*.<sup>78</sup>

E para facilitar processo, os sociólogos do turismo e desenvolvimento local são treinados em educação e formação prática e em uma macro teoria sobre os métodos práticos que fazem deles, excelentes profissionais que influenciam as políticas das instituições e empresas locais. Neste sentido, em função da sua tecnocracia, os sociólogos produzem teorias explicativas (Marta 2004, Costa 2012), através de métodos de estudos de caso, de observação participativa, comparativos e quantitativos que podem ser utilizados pelos

---

<sup>78</sup> O sociólogo é um facilitador do desenvolvimento local (tradução do autor).

atores do desenvolvimento do turismo. Por exemplo a teoria do conflito, o estruturalismo e o funcionalismo e a territorialista de desenvolvimento endógeno. Que guiam o planeamento territorial, incluindo os aspetos socioculturais e a sustentabilidade (Costa 2012). Em outras palavras, o sociólogo facilitador, contemporaneamente aparece como um académico com conhecimento formal codificado em livros e artigos (Marta 2004, Costa 2012) que ele escreveu sobre o desenvolvimento turístico local, e como um parceiro que conhece os problemas reais dos empresários, dos trabalhadores e dos administradores públicos, e que quer ajudá-los de uma forma amigável com o seu conhecimento em fóruns de planeamento estratégico (Costa 2012).

Em suma, o sociólogo facilitador do desenvolvimento do turismo sabe como fazer com que os atores da economia, do turismo, da arte, moda e gastronomia se encontrem, dialoguem e comecem a trabalhar em um projeto estratégico participativo de desenvolvimento local. E por isso, de acordo com Hartmann e Sonnad (2007, *apud* Costa 2012), “*A sociologist he/she is a “craftsman” of the local development*”<sup>79</sup> que conhece as técnicas do planeamento participativo de baixo para cima, além de dominar os regulamentos do turismo ao nível do contexto nacional, regional e internacional. O sociólogo do planeamento deve ainda supervisionar a aplicação de técnicas de pesquisa para a coleta de dados estatísticos sobre o turismo a nível local e sua análise, visando a construção do conhecimento quantitativo e qualitativo sobre a localidade (Marta 2004).

## 7.2. A participação dos atores locais

No quadro da sociologia do desenvolvimento do turismo, torna-se importante, cada vez valorizar a relação entre a comunidade local e o poder público, no que diz respeito ao planeamento e desenvolvimento do turismo. Nesta ótica, de acordo com Murpy (1985) as comunidades podem ter alguma influência sobre o desenvolvimento do turismo e enfatizou a necessidade de se desenvolver o turismo visando a satisfação das necessidades locais. Assim, a

---

<sup>79</sup> Como sociólogo aplicado ele/ ela é um homem artesão do desenvolvimento local. (tradução do autor).

partir da publicação de Murpy (1985), tem havido uma proliferação de estudos que partilham a proposição básica de que o envolvimento dos residentes na tomada de decisões é a chave para o desenvolvimento do turismo sustentável (Jamal e Getz 1995) e garante a construção de um planeamento mais equitativo do desenvolvimento do turismo (Brent Ritchie 1993), promove a cooperação entre as diferentes agências governamentais, o público e os sectores privados (Timothy 1998), assegura a eficiência do planeamento e a democratização das ações governativas (Bandeira 1999, Amaro 1991) e permite superar a resistência ao turismo por parte de alguns segmentos da comunidade (Brent Ritchie 1993) gerando desta forma a aceitação e a legitimação do turismo como política de desenvolvimento local.<sup>80</sup> Apelando para um “compromisso” entre todos os intervenientes do processo e especialmente para os destinatários (Guerra 2010) do processo de desenvolvimento, atendendo que a participação real significa negociação, o que implica uma certa redistribuição de poder (Friedmann, 1973a) e dos benefícios do turismo.

A participação dos diferentes atores sociais na tomada de decisões e das políticas de desenvolvimento do turismo é considerada ainda pelas agências das Nações Unidas como um mecanismo eficaz para o combate a corrupção que, geralmente se verifica entre os atores públicos e privados (Bandeira 1999). Além disso, a participação dos atores locais ajuda a minimizar os impactos negativos do desenvolvimento do turismo (Fiorino 1990, Keogh 1990). A julgar pelo fato de que a cooperação entre grupos envolvidos, como ONGs, atores da indústria e do governo é fundamental para a sobrevivência dos recursos turísticos e para alcançar os objetivos do turismo sustentável. Murphy (1985), que de acordo com Byrd, Bosley e Dronberg (2009) se atinge através da inclusão das partes interessadas no seu planeamento e gestão,

---

<sup>80</sup> “A falta de participação da comunidade muitos é apontada, na literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área do fomento do desenvolvimento, como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos. Como consequência dessa falta de envolvimento da comunidade, muitos programas e projetos governamentais concebidos e implantados de cima para baixo não sobrevivem às administrações responsáveis pelo seu lançamento. Acabam por ser substituídos por outros igualmente efêmeros, num ciclo patético que envolve grande desperdício de recursos e só contribui para aumentar o descrédito em relação a eficácia das ações do setor público” (Bandeira, 1999, p.11-12).

permitindo desta forma que as comunidades locais usufruam dos benefícios do desenvolvimento do turismo (Timothy 1999). Da mesma forma Adilson (1996), França (1998), Bramwell e Lane (2000) acreditam que a participação ativa dos cidadãos na tomada das decisões pode beneficiar as comunidades locais. Assim para França (1998) a participação ajuda a envolver a população local na identificação de problemas, na tomada das decisões e sua implementação, contribuindo desta forma para o desenvolvimento sustentável. Slocum e Thomas-Slayter (1995) acrescentam que as pessoas precisam participar durante o processo de tomada de decisões, por causa dos seus interesses pessoais e da sociedade em que vivem. Além disso, o desenvolvimento do turismo tem impactos positivos e negativos, e por essa razão as comunidades residentes nos locais de destino devem ter a oportunidade de se envolver, no sentido de poderem maximizar os benefícios e minimizar os custos para a comunidades (Inskeep 1991, Woodley 1999) através de um melhor planeamento da atividade (Burns 1999). Nesta logica de pensamento Timothy (1999) afirma que a participação da população local no planeamento do turismo ajuda a protege-las dos impactos negativos e a diversificar os benefícios do desenvolvimento do turismo. Schaardenburg (1996) sustenta que a participação dos atores locais no planeamento do turismo local é necessária, na medida em que as mudanças no progresso do turismo não só afetam as questões económicas, mas também influencia os residentes na área de destino e por essa razão eles devem participar na tomada das decisões, na elaboração dos planos e na sua execução, a fim de controlar as mudanças que afetam as suas vidas.

Em função disso, a participação pode fazer com que a implementação das políticas de desenvolvimento do turismo seja mais eficaz, uma vez que as comunidades locais são capazes de gerar ideias para o planeamento e desenvolvimento do turismo. Aumentando as oportunidades para que o governo encontre ferramenta para um melhor planeamento e desenvolvimento do turismo (Darier *et al* 1999). No entanto Arnstein (1969) sustenta que o processo de participação pública precisa de ser planeado de forma sistemática, a fim de atingir as suas metas e objetivos. E os cidadãos precisam ser educados antes do seu envolvimento, ou seja, precisam de compreender os seus direitos e os propósitos da sua participação; pois sem essa formação, os

objetivos de participação não podem ser alcançados. Neste sentido conforme Haywood (1988) um dos principais objetivos da participação pública é a satisfação das necessidades e aspirações das partes interessadas em benefício da sociedade e da indústria do turismo. Mas para se conseguir é necessário o desenvolvimento humano que se deve traduzir na educação e no treinamento das partes envolvidas no sentido de desempenharem o seu papel no processo.

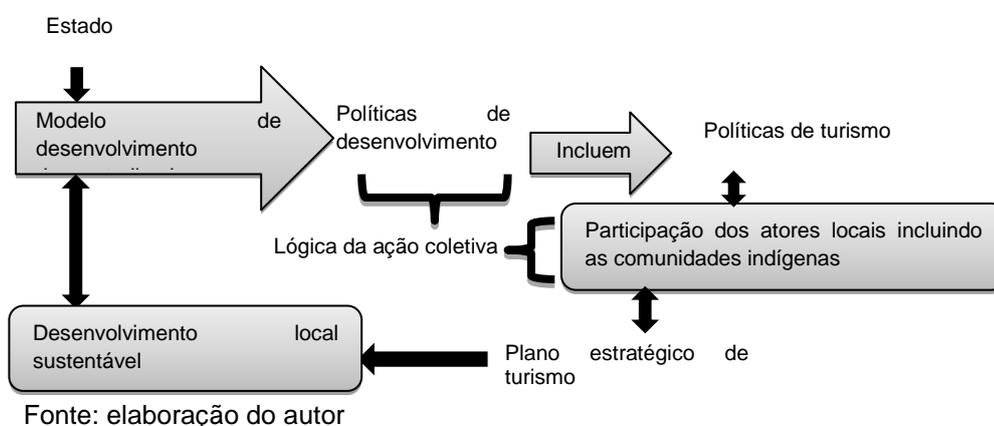
Em suma, a participação ajuda a comunidade a entender o seu papel no processo de desenvolvimento local, oferecendo o potencial para as populações exercitarem as suas habilidades e conhecimentos e indiretamente melhora a qualidade do processo de tomada das decisões. Além de contribuir para a melhoria das relações entre as partes envolvidas com a tomada de consciências das comunidades sobre as suas responsabilidades e dos atores públicos locais. Ajudando na promoção do desenvolvimento, no combate a pobreza e exclusão social de uma localidade a julgar pelo fato de que são elas que conhecem melhor os seus problemas, os seus interesses e as suas aspirações futuras. Devendo para o efeito, em conjunto, com os agentes públicos, privados, sociólogos e outros especialistas em matéria de planeamento, encontrarem os mecanismos necessários para a transformação das potencialidades da comunidade em projetos de desenvolvimento local sustentável.

### 7.3. O papel do Estado

Para que o turismo contribua para o desenvolvimento local sustentável, o Estado tem um papel importante na definição de um modelo de desenvolvimento que deve assegurar a adoção de políticas de descentralização da administração do poder local e do planeamento do turismo. Para permitir que, localmente, os atores sociais participem livremente, com vista a construir uma lógica da ação coletiva e inclusiva na condução do processo de desenvolvimento, e materializa-la através de um planeamento estratégico local impregnado de projetos, estratégias e ações capazes de transformar o turismo em uma “oportunidade” real para o “desenvolvimento sustentável dos territórios” e de seus habitantes (Piller, *et al* 2004).

Neste sentido, podemos dizer que o governo deve proporcionar oportunidades para que as comunidades beneficiárias do desenvolvimento, sejam envolvidas nos processos de tomada de decisões, inerentes ao desenvolvimento das suas localidades. Para tal, cabe também às instituições públicas do Estado, promover e facilitar o surgimento de associações das comunidades indígenas locais, de animação cultural, empresarias e de artes e ofícios. Que irão facilitar a colaboração entre os setores público e privado na elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do turismo local sustentável.

Figura 4: o papel do Estado na contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável



### 7.3.1. Modelo de desenvolvimento descentralizado

No quadro da descentralização das políticas da administração, o Estado deve assegurar a regionalização e a localização dos modelos de desenvolvimento que devem englobar um conjunto de políticas setoriais, incluindo as políticas de desenvolvimento do turismo. Em conformidade como o modelo de desenvolvimento territorialista endógeno que permite a mobilização das dinâmicas sociais e produtivas locais para a materialização dos projetos de desenvolvimento local que emergem da ação coletiva e da construção de consenso. Nesta senda, é consensual que a descentralização do poder de administração local é o garante do desenvolvimento territorialista do turismo sustentável na medida em que facilita a sociedade civil participar livremente da discussão e definição das políticas de desenvolvimento local e do turismo.

Com o processo da descentralização do poder público a escala municipal e comunitária, criam-se as condições de proximidade entre os decisores

públicos e as inquietações e carências da população e da comunidade, o que possibilita uma interação direta entre os atores públicos e a sociedade civil. Além de constituir uma “democratização do Estado” e do planejamento do turismo local, uma ação que fortalece o poder local e aumenta as “oportunidades do cidadão na escolha das suas alternativas e na decisão sobre o seu destino (Buarque 1999). Deste modo, o modelo de desenvolvimento descentralizado<sup>81</sup> permite a definição das ações de desenvolvimento a partir do local, facilita a participação dos diferentes atores locais e das “comunidades indígenas”, proporciona uma maior autonomia na tomada de decisões, aumenta a solidariedade e marca a diferença (Amaro 1991). Que consiste, sobretudo, na mobilização das capacidades endógenas das populações locais, dos municípios e “suas instâncias administrativas e energias sociais” estimulando desta forma o processo de desenvolvimento territorialista endógeno (Buarque (1999).

No que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, o modelo descentralizado permite que as comunidades e os municípios elaborem os seus planos estratégicos de desenvolvimento do turismo que envolvem a participação de todos os atores locais interessados. E que devem ser elaborados em função das potencialidades e das dinâmicas socioculturais de cada localidade. Além de considerar as dinâmicas que ocorrem no contexto global que podem influenciar positiva ou negativamente o desenvolvimento da atividade, na medida em que o desenvolvimento do turismo local deve ser definido também em função das oportunidades que a região, a nação e a comunidade internacional oferece, e ter em consideração as possíveis ameaças que este pode gerar. Essas premissas devem ser materializadas em um Plano Estratégico de desenvolvimento do turismo local, no âmbito do qual os poderes públicos locais devem desenhar estratégias de fomento a criação de infraestruturas básicas, e de formação dos recursos humanos que irão assegurar o desenvolvimento da atividade no contexto local (Piller, *et al* 2004)

---

<sup>81</sup> A descentralização é aqui entendida como transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala (Buarque, 1999).

Em síntese, a elaboração das políticas nacionais de turismo e do seu planeamento a partir do contexto local, envolvendo os seus residentes, ou seja, a partir daquilo que os cientistas sociais em língua inglesa denominam por “*policies developed from bottom up*”, é uma atitude essencial e indispensável para a promoção de um desenvolvimento sustentável do turismo. Na medida em que as comunidades se encontram melhor posicionadas para compreender a interação do turismo com as necessidades e ambientes locais, o que lhes permite propor ideias sobre a forma como o turismo local pode ser administrado. Apoiando-se nas técnicas e estruturas organizacionais de participação nos processos de tomada de decisões, que lhes são fornecidas pelos sociólogos e planeadores sociais.

### 7.3.2. O planeamento estratégico do turismo

Do ponto de vista socio histórico o planeamento do turismo surge para resolver os problemas provocados pela prática do turismo de massa que teve início na Europa logo depois da Segunda Guerra Mundial e que se caracterizava pela deslocação de um número elevado de pessoas para os mesmos locais de destino. E que provocavam uma série de consequências sociais, culturais e ambientais no seio das comunidades desses destinos. Nesta ótica Gunn (1994) e Ioannides (1995) observam que a estreita interdependência entre o turismo e o ambiente natural requer um planeamento e uma gestão cuidadosa da indústria do turismo. De facto, o turismo é uma atividade muito complexa e se o seu desenvolvimento for mal planeado pode produzir efeitos negativos sobre o ambiente natural, económico e sociocultural da localidade de destino. Assim, para minimizar os efeitos provocados pela massificação do fenómeno, com vista a promover o desenvolvimento sustentável da atividade, os estados começaram a aplicar a técnica de planeamento ao turismo (Hall 2008) no sentido de desenvolvê-lo de modo ordenado, possível, com o objetivo de tentar minimizar os seus impactos negativos e maximizar os benefícios económicos, sociais e culturais para as localidades receptoras.

Nesta lógica da ação, beneficiando-se da experiência acumulada na época em que se tornou a primeira economia planificada a nível central no

mundo ocidental, conforme (Beni 2003) a França foi o país que elaborou o Primeiro Plano Quinquenal de Equipamento Turístico, correspondente ao quinquênio 1948 a 1952. A experiência da França foi seguida pela Espanha que apresentou o seu Anteprojeto do Plano Nacional de Turismo em 1952 e na segunda metade dos anos 1960 e no começo dos anos 1970 o planeamento do turismo, por parte Estado, chegou a outros países da Europa que praticavam esta atividade, e expandiu-se também para os países da América Latina, África do Norte e Médio Oriente (Beni 2003). Tomando-se assim, a consciência por parte dos governos de muitos países de que os impactos negativos e os benefícios proporcionados pela prática desta atividade só podem ser geridos se a mesma for ordenada. Deste modo, compreende-se que foi a reação aos efeitos indesejados provocados pelos turistas nos locais visitados que o planeamento do turismo se tornou prática comum, por parte dos governos, que passaram a planearem a promoção do turismo para assegurar o seu desenvolvimento sustentável, no contexto nacional, regional e local.

Entretanto, o planeamento estatal do turismo consolidou-se através das diretrizes emanadas da Conferencia das Nações Unidas sobre as Viagens Internacionais e o Turismo que decorreu em 1963 na cidade de Roma, que recomendou a necessidade da prática de um planeamento estatal do turismo virado para o desenvolvimento e proteção do património natural, arquitetónico e histórico-cultural (Bhatia 2002). A realização desta conferência foi um marco importante para o desenvolvimento sustentável do turismo na medida em que, produziu recomendações que consolidaram o seu planeamento nos países desenvolvidos e impulsionou o início dessa prática nos países em desenvolvimento com o auxílio das agências especializadas das Nações Unidas (Bhatia 2002). Assim, a partir dessa época, planejar a atividade turística passou a ser visto como uma ação fundamental na promoção de um turismo comprometido com a satisfação das necessidades dos turistas sem colocar em perigo as potencialidades da localidade visitada.

Contudo, ainda, no decurso dos anos 1960 o planeamento que vigorava na época, começou a ser criticado por vários autores que o caracterizaram como uma metodologia tradicional de cunho normativo e sectorial muito rígida, com a qual o Estado ignorava a participação de outros atores no processo. Foi nesta lógica de pensamento que, conforme Guerra (2008) o planeamento

tradicional de carácter sectorial deu origem ao planeamento integrado, económico e social e mais tarde às metodologias de planeamento estratégico e de gestão estratégica que foram substituídas, recentemente, pelo Planeamento Estratégico proposto por Matus (1996a) como um mecanismo que pode contribuir para o desenvolvimento local do turismo sustentável, na medida em que, oferece a oportunidade da participação de diferentes atores sociais, que por vezes perseguem objetivos e interesses distintos, em manifestarem os seus pontos de vistas, sobre as vivências e aspirações sobre o planeamento do desenvolvimento que se pretende na comunidade ou localidade em que vivem. Fazendo com que as entidades públicas locais percebam os outros atores que intervêm no processo e tenham em consideração os seus pontos de vista. Desta forma o planeamento estratégico deve ser entendido de acordo com Guerra (2008 p.110-111) como um processo por meio do qual “uma determinada sociedade, através dos vários atores e órgãos competentes, procura controlar e modificar deliberadamente o seu futuro coletivo mediante o uso de certas técnicas de ação social”. Para Moura (2013) o planeamento estratégico deve ser considerado como “(...) a principal ferramenta do dirigente moderno”. No campo turístico o planeamento estratégico e a intervenção do Estado no processo de desenvolvimento visam a prevenção dos efeitos indesejados do desenvolvimento do turismo a nível local (Hall 2000). Neste sentido conforme Piller *et al* (2004) o planeamento estratégico deve ser considerado como um processo criativo capaz de identificar e realizar as ações mais importantes, levando em conta os pontos fortes e débeis, e os desafios e oportunidades futuras do território, devendo para o efeito emergir do consenso que visa a criação de um produto local do turismo e dos mecanismos da sua promoção e comercialização, que resulta de uma visão global que vai além da “simples promoção”.

Por isso, no processo de planeamento estratégico deve se evitar que a participação seja apenas uma mera consulta, para que os resultados obtidos não sejam (Piller *et al* 2004) influenciados pelos atores mais influentes, na medida em que o sucesso do processo depende do envolvimento (Hashim 1986) de todos os interessados, incluindo às comunidades locais, que devem ser consideradas como beneficiários e simultaneamente atores do processo de desenvolvimento; que deve resultar da construção de consenso voltado para a

consideração e valorização da lógica do empreendedorismo e das diferentes capacidades de distintos grupos de empresários e atores sociais que mobilizam o capital cultural, económico e político local, com vista a satisfação dos interesses comunitários através da inclusão social e da valorização das iniciativas locais. Em outras palavras, a participação deve ser vista como um processo que conecta diferentes atores, orientados por uma governança e ação estratégica visando a construção de consenso Mouzelis (1995). Na ótica de Tosun e Timothy (2003) a participação dos atores locais é fundamental para a melhoria da qualidade dos planos de desenvolvimento do turismo. Assim, durante o processo de planeamento, os atores envolvidos devem definir um conjunto de objetivos de desenvolvimento do turismo a médio e longo prazo. Além de estabelecer as ações que irão permitir a materialização das metas definidas, levando em consideração as dinâmicas do contexto interno e externo que poderão influenciar positiva ou negativamente na sua materialização.

Em função disso, autores como Piller, *et al* (2004) aconselham que o planeamento estratégico do desenvolvimento do turismo deve ser integrado no conjunto das políticas gerais de desenvolvimento territorial caracterizado por uma lógica da ação coletiva que deve integrar os atores públicos, empresas privadas, comunidades locais e “indígenas”, associações e ONGs presentes na localidade. Devendo começar por fazer um diagnóstico sobre os aspetos socioeconómicos do território, assim como sobre os valores culturais da população local e as possíveis ameaças do contexto externo. Procurando-se conhecer as pré-condições socio territoriais e os fatores de risco que irão orientar o desenvolvimento turístico local. O diagnóstico deve ser feito com base em diálogo e discussões entre os diferentes atores que participam do processo e deve ser estabelecido desde o princípio como premissa que visa a formação de consenso e o estabelecimento de acordos sobre as diretrizes do planeamento (Costa 2012, Litchfield 1996). No entanto, Wells (1982) observa que, por vezes, a participação ativa no planeamento do turismo gera conflito entre as comunidades locais e outras partes interessadas, incluindo o governo, devido as diferenças na perceção sobre o desenvolvimento do turismo. Por essa razão é no decurso desta fase que se afigura necessário a intervenção do sociólogo aplicado com o objetivo de clarificar determinadas ideias e conceitos no início do processo para não as encontrar não resolvidas quando o debate

estiver já na reta final, evitando-se assim certos defeitos ou custos consequentes como por exemplo, vetos, desacordos e retiradas (Costa 2012). Neste sentido, o sociólogo orienta os atores envolvidos, no sentido de aproveitar as oportunidades que o território oferece, e indica-lhes os caminhos capazes de neutralizar as ameaças que se apresentam no ambiente externo, através da utilização dos pontos fortes do território e a superarem as debilidades internas Piller, *et al* (2004). Ou seja, no fórum introdutório o sociólogo facilitador incentiva os moradores a olharem para os recursos locais e eventuais projetos para a valorização do património material e imaterial (Costa 2012).

Como se sabe, durante muito tempo os projetos de desenvolvimento do turismo foram sempre elaborados com base no modelo *top-down*; em fóruns públicos iniciais os moradores não são capazes de avaliar uma estratégia, que consiste em tantos números e tantas ideias por limitações culturais ou poucas experiências em discussões (Tosun 2002). O próprio fato de que o projeto estratégico envolve pessoas que não se conheciam antes do fórum público por exemplo, donos da segunda e terceira casas que vivem no local a tempo parcial, juntamente com os operadores turísticos de entrada ou de diretores criativos de museus locais ou associações ambientais locais é um bom começo para reconhecer um limite à participação. Mas a copresença física e o diálogo entre portadores de diferentes visões e interesses são já uma melhoria nas relações interpessoais e isso cria um capital social favorável à cidade hospitaleira (Costa 2008). Nesta ordem dos acontecimentos, a fim de situar os atores locais no parâmetro do novo modelo de desenvolvimento, durante o fórum público inicial, o perito facilitador pode por exemplo procura explicar aos atores locais sobre a diferença que existem entre o modelo *top-down* e *bottom-up* e fazer com que os mesmos reflitam sobre as suas vantagens e desvantagens.

Como nem todos os turistas são adequados para o destino, o sociólogo facilitador deve orientar os procedimentos seletivos sobre o tipo de turismo a desenvolver e selecionar a tipologia de turistas. Prescindir por exemplo do turismo em massa e optar por convidar os turistas de alto valor do setor terciário é uma escolha estratégica em sintonia com as mudanças gerais do capitalismo contemporâneo. Se o objetivo é o turismo cultural por exemplo, o

sociólogo facilitador irá demonstrar que os recursos do património imaterial e material são altamente apreciados pela nova classe média internacional (Costa 2008, Valencia e Crouch 2008).

Após este trabalho realizado a partir de baixo para cima, o nível de concordância entre os diferentes atores sociais envolvidos é formalizado num documento denominado Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Local (PEDTL). Que normalmente, deve ser escrito de forma solta, em linhas gerais, porque ele delinea uma política de gestão da área de destino com base nos seus recursos do património material e imaterial (Gdfrey e Clarke 2002). Em outras palavras é escrito de tal maneira que se possa reconhecer o maior número possível de agentes locais envolvidos na sua elaboração. No entanto, o PEDTL é obrigatório em alguns pontos na medida em que para que haja a convergência das ideias dos atores participantes ele define limites precisos dentro dos quais as parcerias colaborativas são convidadas a se mover, como por exemplo a sua sustentabilidade.

Em suma, o plano estratégico de desenvolvimento do turismo deve conter estratégias que incentivam o desenvolvimento da infraestrutura básica da localidade de destino, as políticas de formação, da proteção do meio ambiente e o produto turístico local que deve incluir o património cultural edificado e o património cultural imaterial, além da gastronomia local, do artesanato. Com vista a proporcionar benefícios económicos, sociais culturais, políticos, e ambientais às populações locais e a construção de identidades locais.

# 8

## METODOLOGIAS E FORMAS DE APLICAÇÃO

Partindo da problemática inerente ao desenvolvimento sustentável, com esta investigação inventariou-se o quadro legislativo das políticas públicas do turismo em Angola e o enquadramento sociológico da Política Nacional e do Plano Diretor do turismo em Angola. Tendo-se analisado a forma como as mesmas podem contribuir para a promoção do desenvolvimento local sustentável, esta ação contribuiu para a ampliação do conhecimento sobre a importância do fenómeno social do turismo. Neste sentido, os dados recolhidos através das entrevistas revelaram o posicionamento dos atores locais sobre os problemas que obstaculizam a prática do turismo em Angola e na Huíla em particular, assim como a sua visão sobre as estratégias que devem ser adotadas no quadro das políticas públicas de turismo, para a promoção do desenvolvimento local sustentável. Salvaguardou-se a fidelidade das informações recolhidas mediante a gravação autorizada que assegura a sua posterior confirmação. O retorno aos atores entrevistados e a inclusão de novos atores revelou-se ser uma boa prática para a confirmação da análise sobre a informação recolhida e para a consolidação das conclusões.

Este estudo enquadra-se numa metodologia de investigação qualitativa<sup>82</sup>, centrada num estudo de caso concreto, a província da Huíla. Durante o trabalho de campo foi possível, ao nível do contexto nacional, manter

---

<sup>82</sup> “A investigação qualitativa surgiu como alternativa ao paradigma positivista e à investigação quantitativa, os quais se mostraram ineficazes para a análise e estudo da subjetividade ao comportamento e à atividade das pessoas e das organizações. A investigação qualitativa centra-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou os valores. Não existe uma preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização dos resultados, e não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos, como acontece com a investigação quantitativa” este tipo de investigação é indutivo e descritivo, na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, em vez de recolher dados para comprovar modelos, teorias ou verificar hipóteses como nos estudos quantitativos” (Sousa e Baptista 2011, p. 56).

contacto com o Ministro da Hotelaria e Turismo, Sr. Pedro Mutindi, com o Secretário-geral do Ministério da Hotelaria e Turismo, Dr. Varo Kaputo, bem como com responsáveis de diversas associações e agências de viagens e turismo de Angola. No contexto local (Huíla), mantivemos contactos com o Gabinete de Estudos e Planeamento, com a Direção de Energia e Águas, com a Direção do Emprego e Segurança Social, com o Departamento da Hotelaria e Turismo, com o Departamento do Ação Cultural, com o Departamento do Património e com o Departamento dos Transportes, assim como com diversas associações, com empresários e ONGs locais. Destes encontros resultou a coleta de documentos cuja análise permitiu fazer a revisão da literatura da qual resultou a elaboração do modelo de análise e a matriz concetual que facilitou a construção de uma grelha de questões (Cf. apêndice I), que serviu de base à entrevista semi-estruturada<sup>83</sup>, como técnica de recolha de dados utilizada como suporte estratégico da organização da nossa investigação.

### 8.1. A opção de estudo de caso na província da Huíla

Como estratégia de delimitação geográfica da nossa pesquisa, optamos por escolher a província da Huíla, por ser um território com características socio-espaciais específicas, entendidas no plano dos documentos oficiais angolanos como uma região com enormes potencialidades em termos de património natural e histórico-cultural. Este motivo fez-nos pensar que o aproveitamento racional dos recursos endógenos locais pode permitir a captação de visitantes com capacidade financeira que pode beneficiar as comunidades que residem nos destinos turísticos a fim de contribuir para o desenvolvimento local sustentável. A nossa familiarização com o território foi também uma das razões relevantes para a nossa escolha. De facto, o espaço sociogeográfico que serve de objeto da nossa investigação possui enormes potencialidades para exercer um papel central na diversificação da economia de Angola e, neste sentido, o

---

<sup>83</sup> A entrevista semi-estruturada possui um guião “com um conjunto de tópicos ou perguntas a abordar na entrevista. Também dá a liberdade ao entrevistado, embora não o deixe fugir muito do tema. O guião pode ser memorizado ou não memorizado. Tem maior vantagem de falar dos assuntos que se quer falar com maior liberdade e rigidez para o entrevistado (Sousa e Baptista, 2011, p.80).

turismo poderá desempenhar um papel importante para alavancar o desenvolvimento local sustentável através da inclusão dos recursos culturais da Huíla como a dança, a música, o artesanato, a coreografia do gado, a olaria, a cestaria, a gastronomia, o património histórico edificado (os monumentos e sítios, as embalas, etc.) e o património natural (fendas, grutas e cataratas), e pelo fato de a província se localizar numa zona estratégica servida pela estrada nacional 105 que faz a ligação entre Angola, Namíbia e África do Sul, que são os dois maiores países africanos que emitem o turismo para Angola (Cf. tabela 17 e gráfico 6), o que lhe confere uma mais-valia interessante para a captação de recursos e investimentos que possam contribuir para a inserção de Angola no contexto do turismo regional da SADC. Todavia, a visível limitação da capacidade financeira e empreendedora endógena local para impulsionar o processo, aliada a uma praticamente inexistente investigação científica de natureza sociológica sobre o turismo que possa contribuir para o apoio à tomada de decisões sobre a definição e estruturação das políticas públicas locais e regionais de desenvolvimento baseadas no turismo, tem sido um dos motivos que justificam a letargia do desenvolvimento local na Huíla em particular, e de forma geral no país inteiro. Assim, partindo destes pressupostos, tentamos desenvolver uma perspetiva que não se limite apenas ao domínio académico, mas que possa também, num olhar aplicado, prestar algum contributo para que a província da Huíla venha efetivamente a conhecer socialmente um processo de desenvolvimento local sustentável baseado no turismo.

Neste sentido, o desenvolvimento da província da Huíla deve ser promovido através de uma lógica da ação coletiva, que implica a procura dum olhar sociológico e crítico sobre o envolvimento das comunidades e demais atores regionais e locais nas políticas públicas, em particular ao nível das iniciativas que procuram inovar o setor produtivo local através da exploração das suas potencialidades e recursos endógenos locais, incluindo o turismo nos seus diversos segmentos, aumentando e diversificando as ações locais, através de parcerias público-privadas, tornando-as mais consistentes, visando a criação de uma rede de atores locais capazes de exercer maior influência nos centros que definem as políticas de desenvolvimento local e do turismo. Deste modo, mesmo atendendo ao quadro das teorias do desenvolvimento local,

observam-se ainda que estas estão em fase de construção, por causa das suas características multidisciplinares que as situam entre a sociologia e a economia (Marques 2000) e a maioria dos estudiosos (Murpy 1985, Jamal e Getz 1995, Brent Ritchie 1993, Timothy 1998, Bandeira 1999, Amaro 1991), concordam que, para se promover o desenvolvimento local sustentável é necessário envolver a participação dos atores locais. No quadro da sociologia do desenvolvimento do turismo, valoriza-se cada vez mais a relação entre a comunidade local e o poder público, no que diz respeito a elaboração de planos de desenvolvimento do turismo. Segundo Murpy (1985) as comunidades podem ter alguma influência sobre o desenvolvimento do turismo com vista à satisfação das necessidades locais. O envolvimento dos residentes na tomada de decisões é a chave para o desenvolvimento do turismo sustentável (Jamal e Getz 1995) e garante a construção de um planeamento mais equitativo do desenvolvimento do turismo (Brent Ritchie 1993); a própria cooperação entre as diferentes agências governamentais, o público e os sectores privados (Timothy 1998), assegura a eficiência do planeamento e a democratização das ações governativas (Bandeira 1999, Amaro 1991) e permite superar a resistência ao turismo por parte de alguns segmentos da comunidade (Brent Ritchie 1993) gerando, desta forma, a aceitação e a legitimação do turismo como política de desenvolvimento local. Neste processo esperamos que este trabalho se constitua como um instrumento sociológico que sirva de apoio metodológico para a tomada de decisões sobre as políticas de desenvolvimento local e do turismo em Angola, e na Huíla em particular.

## 8.2. Recolha de informação e seleção dos atores entrevistados

Esta investigação teve início com encontros preliminares com entidades públicas e privadas ligadas ao setor do turismo, que permitiram a realização da inventariação das políticas públicas de turismo em Angola, e suscitaram o questionamento de até que ponto o quadro legislativo das políticas públicas do turismo em Angola se constitui como fator de desenvolvimento social local (?). Com base nessa indagação fizemos a revisão da literatura que permitiu a construção de uma matriz conceptual a partir da qual elaborámos a grelha de

entrevistas semi-estruturada (Cf. anexos I, II e III) que aplicámos a um conjunto de atores que intervêm na execução das políticas públicas do turismo e do desenvolvimento local em Angola, e em particular na província da Huíla, constituídos por entidades públicas e privadas, por empresários, ONGs e pela sociedade civil (Cf. Quadro 6). Estes foram selecionados com base nas informações fornecidas pelo Ministério da Hotelaria e Turismo, assim como com base nos dados recolhidos junto do Governo Provincial, da Direção Provincial da Cultura e do Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla.

A seleção dos atores obedeceu inicialmente ao critério de amostragem orientada por acessibilidade. Depois da aplicação das entrevistas através de gravações consentidas pelos atores, procedeu-se a sua transcrição literal que resultou num documento a partir do qual se fez a análise de conteúdo de natureza temático-categorial que permitiu chegar à categorização e a inferência de grelhas da síntese das ideias chave (Cf. anexos V, VI e VII)<sup>84</sup>.

A partir dos resultados da análise de conteúdo elaborámos uma lista das variáveis do sistema interno (Huíla) e do sistema externo (envolvente nacional Angola) que podem influenciar o desenvolvimento do turismo sustentável na Huíla. Tomando como pano de fundo os pressupostos da análise prospetiva da escola francesa de Michel Godet, as variáveis foram organizadas em função de vários temas que codificamos e, posteriormente, foram submetidas a um tratamento quantitativo<sup>85</sup>, através da *software* MICMAC<sup>86</sup> (Cf. quadro 1), que procedeu à análise estrutural sobre o seu nível de influência e dependência e o grau de importância, além de serem submetidas ainda ao *software* MACTOR<sup>87</sup> que analisou os objetivos estratégicos dos atores, a sua hierarquização,

---

<sup>84</sup> “A codificação é o processo pelo qual os dados em bruto são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (Holsti 1969, *apud* Bardin 2014, p. 129).

<sup>85</sup> “A natureza dos dados sendo qualitativa não significa que estes não possam ser sujeitos a um tratamento quantitativo”. (Silvestre *et al.* 2012, p. 147).

<sup>86</sup> MICMAC – “O método Micmac (**Multiplicação matricial aplicada a uma classificação**) foi desenvolvido em 1971 por Michel Godet. A análise estrutural é um instrumento de estruturação de uma reflexão coletiva que faz parte da herança dos trabalhos de análise de sistemas” (cf. <http://pt.lapropective.fr/metodos-da-prospectiva/software---versao-nuvm/16-micmac.html>).

<sup>87</sup> MACTOR – “O método MACTOR, desenvolvido em 1989-1990 por François Bourse e Michel Godet, com aplicações aos problemas de Prospectiva do transporte aéreo (...). O **método de análise dos jogos de atores**, MACTOR, visa a avaliar as relações de força entre atores e a estudar suas convergências e divergências, em face de certo número de temas em disputa e os objetivos associados. A partir desta análise, o objetivo da utilização do método MACTOR é fornecer a um ator uma ajuda à decisão para o estabelecimento de sua política de alianças e de conflitos.” (cf. <http://pt.lapropective.fr/metodos-da-prospectiva/software/152-mactor.html>).

dependências entre si, a relação de forças existentes, a implicação e compromisso estratégico dos atores face aos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável na Huíla (cf. diferentes esquemas e quadros 1MAO, 2MAO, 3MAO)<sup>88</sup>, o grau de mobilização e convergência dos atores face aos objetivos, bem como os potenciais interesses e conflitos entre os atores e da determinação dos meios de ação e procedemos a sua descrição ( Cf. quadros 8, 9,10, 11,12). Neste sentido, ao nível do sistema interno (Huíla) criámos cinco grupos de variáveis que, sob o ponto de vista sociológico, nos parecem estrategicamente influenciar o processo de desenvolvimento, nomeadamente:

- (I) variáveis do desvio entre a administração local e sistema económico local,
- (II) variáveis do investimento local,
- (III) variáveis do planeamento do turismo na Huíla,
- (IV) variáveis do desenvolvimento sustentável na Huíla e
- (V) variáveis dos problemas sociais na Huíla.

Por sua vez, ao nível do sistema externo (envolvente nacional – Angola), criamos quatro grupos de variáveis que são:

- (I) variáveis do desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional,
- (II) variáveis das relações financeiras e de investimento,
- (III) variáveis do planeamento, organização e logística do turismo a nível nacional,
- (IV) variáveis dos problemas sociais nacionais (Cf. Quadro 1).

Finalmente, tendo em conta a problemática, os objetivos definidos com base na metodologia aplicada, determinámos o perfil e tipologias resultantes da contribuição do Quadro de Políticas Públicas para o nível de promoção do desenvolvimento social local em Angola, e na Huíla em particular, no contexto do turismo.

---

<sup>88</sup> MAO: matriz ator-objetivo.

### 8.3. Limitações do Estudo

O objeto do nosso estudo, por se situar num campo multidisciplinar que abarca a Sociologia do turismo, a sociologia da cultura, a sociologia das políticas públicas e a sociologia do desenvolvimento sustentável, tal como qualquer outra investigação, apresenta limitações que decorrem da construção epistemológica, da metodologia qualitativa, da perícia do investigador e dos objetivos e interesses estratégicos dos atores entrevistados. Nesta lógica, a validade dos resultados da nossa pesquisa delimita-se ao caso estudado, não tendo interesse em provocar efeitos de generalização, na medida em que o escopo da nossa abordagem qualitativa se centrou apenas na compreensão do problema através da análise dos posicionamentos dos atores entrevistados (Sousa e Baptista 2011, Bardin 2014, Quivy *et al* 2008).



# 9

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 9.1. Caracterização da amostra

Os resultados aqui apresentados foram obtidos através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas à 15 atores-chave que fazem parte dos setores público-privados e ONGs, 11 dos quais fazem parte do contexto da província da Huíla e 4 de âmbito nacional, que foram selecionados depois das informações colhidas dos encontros preliminares mantidos ao nível do Ministério da Hotelaria e Turismo e de alguns Departamentos do governo da província da Huíla (Cf. cap. Metodologia), e visou colher informações sobre a forma como o turismo pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável em Angola, e na província da Huíla em particular. As entrevistas sobre Angola não são tão representativas, mas serviram de indicativo para comparar com as informações obtidas sobre a Huíla. Para uma melhor compreensão, e em função da análise de conteúdo que realizámos, fizemos a redução dos dados a categorias e subcategorias. Neste sentido, apresentamos no ponto 9.2.1. os resultados da análise de conteúdo deste estudo, obedecendo a uma estrutura que resultou dessa mesma categorização, primeiro sobre Angola e depois sobre a Huíla.

Discutindo as questões centrais resultantes das entrevistas, reproduzimos os extratos mais significativos que reforçam os quadros que apresentamos posteriormente.

## 9.2. Análise de Conteúdo

### 9.2.1. Conhecimento do Plano Diretor de Turismo de Angola 2011-2020

A maioria dos atores entrevistados, oito no total, dois deles pertencentes ao setor público e os restantes ao empresariado, ao associativismo e às ONGs, afirmaram que não conhecem o Plano Diretor do Turismo em Angola; apenas três entrevistados, dos quais dois pertencentes ao setor ao setor público disseram que conheceram o documento através da Direção do Comércio e Hotelaria da Huíla, e o terceiro ator entrevistados que pertence ao Associativismo empresarial, respondeu que tomou conhecimento do documento por intermédio do Ministério da Hotelaria e Turismo. Os atores que tomaram contacto com o Plano Diretor do Turismo de Angola 2011-2020, afirmam que o mesmo contempla os seguintes tópicos fundamentais:

- a formação turística e hotelaria;

- a maximização do turismo cultural, de aventura e de massa;

- a sustentabilidade, a parceria público-privada;

- a classificação das infraestruturas turísticas e a valorização de reservas naturais e de monumentos e sítios.

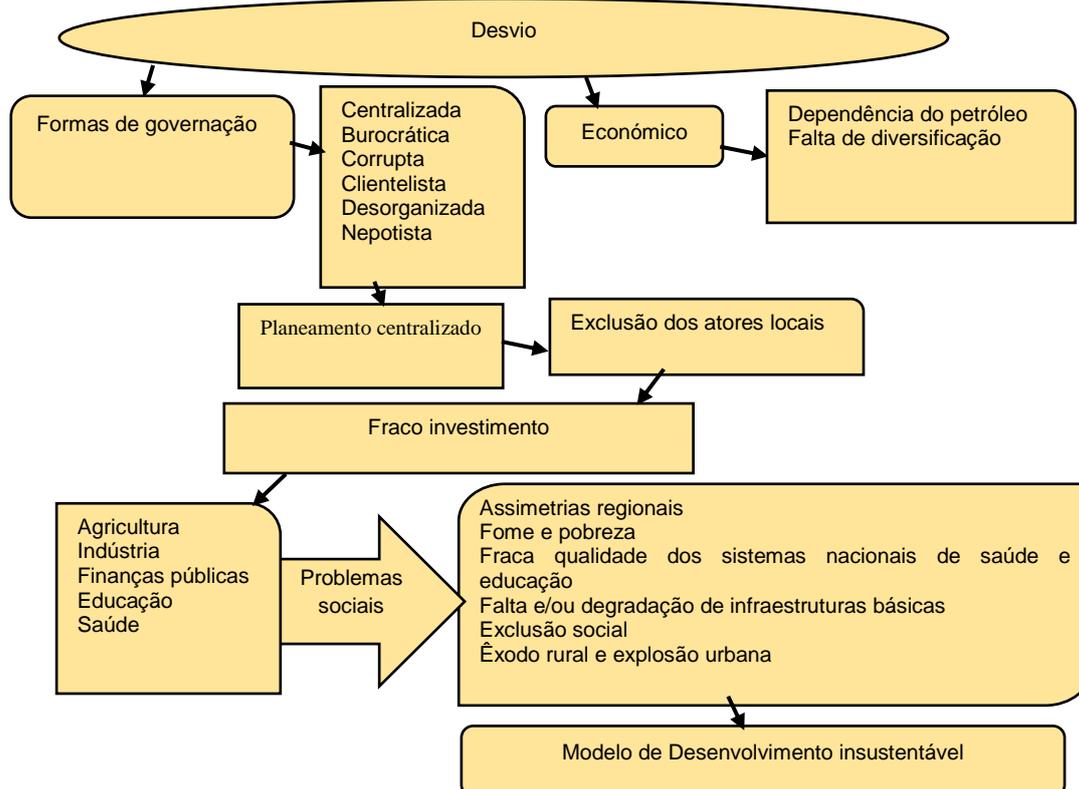
### 9.2.2. Sociografia dos problemas de desenvolvimento em Angola

Neste capítulo podemos destacar os problemas que afetam Angola e os projetos de desenvolvimento realizados nos últimos anos pelos atores entrevistados. A maioria dos entrevistados respondeu em estilo de linguagem popular, típico da região de Luanda. Angola é um país com enormes recursos naturais e humanos que, se forem bem geridos, através da definição e implementação de políticas públicas que incentivem o seu aproveitamento racional, podem alavancar o seu desenvolvimento social, económico e cultural de forma sustentável. No entanto, de acordo com os atores entrevistados, para que se dêem passos firmes rumo ao desenvolvimento sustentável, o país precisa resolver uma série de problemas que resultam da existência de redes de clientelismo e nepotismo, da corrupção acentuada no sistema de administração central, a falta de patriotismo, do elevado índice de analfabetismo, da existência de um sistema de ensino deficiente, e da falta de

investimento no ensino técnico profissional, da dependência económica do petróleo e da falta de diversificação económica, do fraco desenvolvimento humano, do desemprego e da exclusão social, assim como da debilidade do sistema de saneamento básico, do fraco desenvolvimento dos setores da agricultura e indústria, da fuga ao fisco, da carência de infraestruturas e da desorganização do sector da administração pública; do desconhecimento e do incumprimento das leis; carência de infraestruturas básicas e pouca valorização da cultura e dos hábitos locais.

As respostas apresentadas sob esta sub-categoria sociografia dos problemas de desenvolvimento em Angola, (Cf. anexo V), permitem aferir que os problemas de desenvolvimento sustentável em Angola resultam de um desvio<sup>89</sup> nas formas de governação e de gestão económica, e que pode ser explicado através do esquema que se segue:

Figura 5: sociografia dos problemas de desenvolvimento em Angola



Fonte: elaboração própria a partir da análise do conteúdo das entrevistas

<sup>89</sup> “Desvio é um termo utilizado, nas ciências sociais americanas, para designar os comportamentos que se afastam da norma”. Journet, 2011, Sociologia História- Ideias – Correntes, tradução Maria da Conceição Nobre, Papelmunde, SMG, Lda., p. 82 “Modos de ação que não estão conformes com as normas ou valores defendidos pela maioria dos membros de um grupo ou sociedade” Giddens (2009), Sociologia 7ª Edição, Coord. José Manuel Sobral, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, (p.689).

Da figura 5 pode-se inferir que é o desvio nas formas de governação e de gestão da economia que define o modelo de desenvolvimento em Angola e que este, por sua vez, influencia todo sistema social. O seu carácter centralizador pressupõe a exclusão dos atores locais no planeamento das ações de desenvolvimento, implicando um fraco investimento nos setores produtivos, financeiros e sociais, dando origem a uma série de problemas sociais que se vivem em Angola, o que demonstra a insustentabilidade deste modelo de desenvolvimento. Para uma melhor ilustração o anexo VII apresenta um quadro detalhado que contem a síntese das respostas dos atores entrevistados sobre os problemas de desenvolvimento sustentável em Angola, com base no qual o nosso esquema foi construído.

Como se pode observar, são enormes os problemas apresentados pelos atores entrevistados que, conforme o esquema anterior, derivam de dois fatores fundamentais, que são o desvio nas formas de governação e as formas de gestão económica respetivamente, que por sua vez dão origem a outros problemas; sobre esse assunto, o E3 argumenta que,

*“(...) O assunto do dia-a-dia em Angola é a corrupção; a "curru", a corrupção tomou o setor de muitos sítios em Angola, está muito alta, a corrupção quando se põe, a corrupção num país estraga todos setores não há melhoria de nenhum setor, porque tudo por nada trabalhamos por dinheiro. (...), outro fator a desorganização, porque há muita desorganização, devemos ser organizados (...).”*

Sobre o fator desorganização, o E4 constata a ausência de transparência nos concursos públicos e a falta de continuidade de projetos de desenvolvimento que têm sido executados, bem como a ausência de fiscalização das ações de ordenamento dos espaços urbanos; neste sentido, o entrevistado apresenta o exemplo das construções anárquicas que estão a surgir ao lado das centralidades que estão a ser construídas pelo governo. Para o E1, coloca-se também o problema da amizade política que caracteriza o setor da administração pública *“(...) as amizades políticas têm estragado vários setores do nosso país, quer dizer que devemos mudar de atitude, (...).”* No que toca ao desvio económico o E2 sustenta que *“(...) o nosso Estado apegou-se*

*muito na exploração do petróleo e esqueceu-se dos outros setores que são também de desenvolvimento do país”.*

Relativamente aos projetos de desenvolvimento, importa referir que apesar de haver muitos *handicaps* ocasionados pelos problemas evocados, os atores entrevistados afirmaram que nos últimos anos desenvolveram alguns microprojectos filantrópicos, ao nível da formação profissional<sup>90</sup> e da sensibilização sobre o combate ao alcoolismo, às drogas e a prostituição; além disso, realizaram-se também uma série de ações de promoção e marketing sobre a imagem de Angola, a nível internacional e ações de consultoria às operadoras turísticas a nível nacional.

### 9.2.3. Áreas que necessitam de intervenção em Angola

Em função dos problemas identificados, e tendo em conta a situação ideal que se deseja para o país, os atores entrevistados sustentam que para se alavancar o desenvolvimento sustentável em Angola é necessário um maior investimento nos sectores da educação básica, da alfabetização e no ensino técnico profissional. Como confirma em o E1,

*“(...) a educação é fundamental porque se nós não educarmos bem hoje, amanhã teremos uma sociedade danificada sem há..., sem hábitos, sem costumes (...). Então eu acho que precisamos formar mais a população, o nível de formação tem que elevar nué? Nós temos um nível elevado de analfabetismo, se calhar quando esse número baixar teremos uma população maior formada com mais capacidade de lutar e de ir atrás buscar dos seus direitos nué? Ou então a formação é fundamental para que o povo possa estar melhor preparado para atender e aplicar as políticas que estão criadas para o seu benefício”.*

Ainda sobre a necessidade de intervenção no setor da educação, o E2 sustenta que,

---

<sup>90</sup> Destaca-se a doação de bens de primeira necessidade ao lar beiral de Luanda e a formação de 1000 guias intérpretes nacionais e locais em línguas nacionais e estrangeiras, que têm guiado os turistas estrangeiros que chegam ao país.

*“No setor da educação, em todos sectores que se abordou aqui, só há um setor mãe de tudo isso, é o setor formação. Não existe um desenvolvimento turístico, industrial, agricultura, medicina sem a formação. A formação que é a educação está em primeiro lugar, enquanto nós não prestar atenção na educação, nem a corrupção, nem outro setor sempre vai continuar na mesma, setor número um mesmo é a educação.”*

Além da educação, os atores entrevistados defendem a necessidade de se diversificar a economia nacional com maior realce para a revitalização dos setores da agricultura e da indústria, como se observa nos argumentos do E1, *“(...) vou refugiar-me um bocadinho nas palavras do Ex-presidente da República de Angola Dr. António Agostinho Neto que dizia "a agricultura é a base e a indústria é o fator decisivo".* Na perspetiva do E3,

*“(...) não vamos também esquecer que a agricultura é um setor mãe do desenvolvimento socioeconómico político dum país, economia só cresce quando há agricultura, esqueçamos a agricultura, vamos dar valor na agricultura, vamos criar indústrias, os nossos agricultores em Angola trabalham muito, mas quando chega a hora da recolha, não conseguem ter uma venda melhor, porque não temos indústrias de transformação. N'tão vamos trabalhar com nossos empresários, investidores também para que devem também criar mesmo indústrias para a transformação de massa de tomate, de sumo e de vários produtos. Então aí nós não, não teremos problemas de crise, que a crise só afetou em Angola porque nós temos o petróleo como a potencia do nosso país.”*

No âmbito da diversificação da economia nacional, o turismo deve ser considerado como um elemento fundamental para o desenvolvimento económico e social das comunidades receptoras. Os atores defendem a promoção e o desenvolvimento do setor da cultura, a melhoria dos serviços de justiça, bem como o desenvolvimento de ações de fiscalização do setor económico, da banca, das finanças e da administração pública. Conforme se pode constatar no pensamento do E3,

*“E vamos controlar também vários ministérios que entram as receitas do Estado, para nós ter um equilíbrio financeiro do país, vou citar também temos a Alfandega que é uma das receitas muito alta do país, temos o*

*Ministério da Justiça, e temos ah, ah posso dizer a indústria de diamante, temos muitos setores, temos o próprio turismo, (...) e vamos trabalhar todos em conjunto e veremos que Angola nunca terá mais problemas de crise financeira, não só confiar num setor (...)*”.

Em suma de acordo com os atores entrevistados os investimentos a serem feitos nos setores social e produtivo devem incentivar a promoção do emprego e segurança social. Neste sentido, de acordo com o E 1,

*“Temos que aumentar o número de emprego na sociedade, éh, criando empresas, éh, criando novos serviços para que a comunidade também possa trabalhar. Uma sociedade não pode ter maior número de desempregados, tem que ter muito mais pessoas a trabalhar, pagando os impostos para que amanhã quando atingir a idade da reforma poder também receber de forma condigna aquilo que ele produziu durante 30 anos ou 35 ou 40 anos (...)*”.

#### 9.2.4. A contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável em Angola

Indagados sobre o papel que o turismo pode desempenhar no sentido de promover o desenvolvimento social sustentável em Angola, os atores entrevistados reconheceram em primeiro lugar que o país possui numerosos recursos turísticos no domínio do património natural e cultural, que se forem bem aproveitados podem impulsionar a sustentabilidade económica e sociocultural do país, através da criação de empregos diretos e indiretos e da participação na balança comercial do país. Nesta linha de pensamento o E4 argumenta que o turismo *“(...) é considerado como um dos motores de desenvolvimento de qualquer país, na medida em que, pode ser um impulsionador da criação de empregos e da entrada de divisas*”. Já o E1 acrescenta dizendo que o turismo pode contribuir para a diversificação da economia angolana e, por conseguinte, para o *“crescimento económico e social das populações*”; assim como, pode ser também utilizado como fator de unidade dos angolanos. Desde que as políticas públicas que sejam feitas para o seu desenvolvimento, sejam capazes de proteger a cultura e o cidadão angolano.

## 9.2.5. Obstáculos ao desenvolvimento do turismo em Angola

De acordo com os atores entrevistados, o turismo em Angola enfrenta uma série de obstáculos que impedem o seu normal desenvolvimento, que vão desde a falta de infraestruturas e operadoras turísticas em algumas províncias do país aos preços elevado praticados no sector e na venda dos bilhetes de avião além da falta de uma linha de *lowcost* para os voos regionais e internos, como confirma o E1,

*“(...) em termos de debilidades dizer que a falta de infraestruturas é o elemento fundamental para que o turismo também não possa crescer a nível nacional, para além da falta de infraestruturas tem uma situação dos preços, os preços aplicados nos hotéis, restaurantes, residenciais, hospedaria também é um elemento, fundamental para que o turismo não cresça (...)”.*

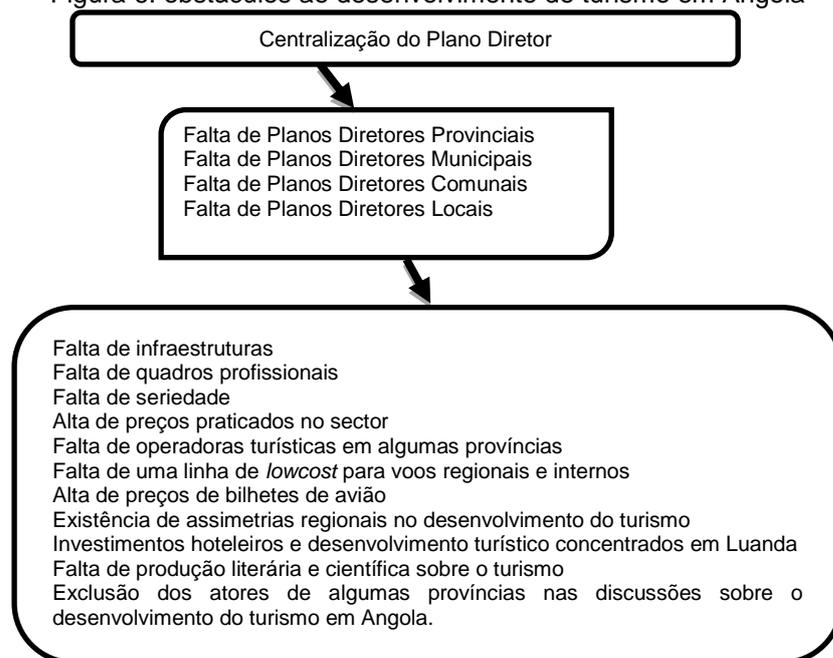
Sobre essa questão, o E2 sustenta que os preços aplicados no setor são muito altos e, na sua ótica, *“a hotelaria angolana é a mais cara do mundo, a partir do bilhete do avião, alojamento e alimentação”* O setor do turismo debate-se com a falta de quadros profissionais e com a existência de assimetrias regionais no processo do seu desenvolvimento, que se baseia na concentração dos investimentos hoteleiros e apoio turístico em Luanda. Verifica-se também a exclusão dos atores de algumas províncias nas discussões sobre o desenvolvimento do fenómeno social do turismo em Angola que têm ocorrido na capital do país; conforme sustenta o E4,

*“(...) epá não há formação, éh tudo acontece em Luanda, nas províncias está tudo esquecido. Portanto isso é, assim não é sustentável. Eu neste momento devo dizer que a, de Benguela ainda de vez enquanto vão surgindo, mas do Lubango, do Cunene, do Namibe, do Cuando Cubango, não tem surgido empresário nenhum nas reuniões que a gente tem tido. E eu tenho ido porque vou constantemente em Luanda, sou convocado, eu tou dentro dum grupo pa criar uma associação; epá e, e fico triste quando se fala do turismo só a nível de Luanda. (...), os outros empresários acabam por não ter a não voz ativa! Epá, e eu não represento a classe toda! Eu não sou uma cabeça, não decido tudo, nem, nem opina tudo! Há outras sensibilidades que eu não tenho, que eu gostava que os meus colegas*

*pudessem também participassem e darem as suas contribuições! Eles acabam de nem saber dos eventos. Portanto esse é o grande, enquanto a gente não se organizar não estarmos todos a falar a mesma linguagem, defendermos a classe, pode haver Plano Diretor, pode haver não sei quantos, nós não nos vamos é conseguir desenvolver”.*

Na perspetiva do E1, isto acontece devido ao facto de o atual Plano Diretor Nacional do turismo ser bastante centralizado, e carecer de uma estratégia sobre o planeamento local, comunal, municipal e provincial. Para se ter uma visão geral das respostas dos atores entrevistados sintetizamos no esquema que se segue os desafios que o setor público-privado terá que superar para fazer com que o turismo seja um elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento social sustentável em Angola.

Figura 6: obstáculos ao desenvolvimento do turismo em Angola



Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

Da figura acima, conclui-se que as políticas públicas do turismo em Angola, por carecerem de planos Diretores locais obedecem ao modelo “*top down*” em que as decisões são tomadas do topo para a base, e nestes moldes pode-se dizer que o planeamento da atividade no país, carece de sustentabilidade do ponto de vista político, social, económico e ambiental, na medida em que exclui a possibilidade das comunidades locais decidirem sobre o seu próprio desenvolvimento através do turismo. Em suma, as respostas dos

atores entrevistados dão-nos a ideia de que o desenvolvimento do turismo em Angola carece também de uma sustentabilidade socio espacial, na medida em que, o seu ordenamento não cobre ainda a dimensão regional e local.

#### 9.2.6. Sugestões para a melhoria de políticas públicas de turismo em Angola

Atendendo aos obstáculos, que têm contribuído negativamente para a prática do turismo sustentável em Angola, como um dos pressupostos fundamentais para alavancar o desenvolvimento do turismo sustentável neste país, os atores entrevistados sugerem às entidades competentes, no sentido de adotarem um modelo de desenvolvimento consubstanciados na elaboração de políticas e planeamento de desenvolvimento do turismo que partam da base para o topo, ou seja da dimensão socio espacial local, passando pela dimensão comunal, municipal, provincial até atingir a escala nacional. Um dos entrevistados vai mais longe e sugere que o atual Plano Diretor deve ser dotado de um carácter estratégico nacional que parte do levantamento do local até atingir a dimensão nacional e não pelo contrário, nesta lógica de pensamento o E1 argumenta: *“Nós temos primeiro que ir lá fazer levantamentos locais, depois fazer levantamentos mu, primeiro temos que fazer levantamentos comunais, municipais, dos municípios pa fazer levantamentos provinciais e as províncias é que trazem para nacionais”*.

Conforme a opinião da maioria dos entrevistados desta investigação, de um modo geral, o novo modelo de desenvolvimento sustentável do turismo, cujas estratégias devem ser elaboradas do espaço local para a dimensão nacional, deve priorizar as ações de cadastramento das potencialidades turísticas a nível local, regional e nacional; de elaboração de políticas de valorização e proteção do património natural e histórico-cultural; de criação de Escolas de Hotelaria e Turismo em todas as províncias; de criação de emprego e geração de renda; de inclusão do património histórico e cultural<sup>91</sup> das comunidades locais no desenvolvimento do turismo; de construção de

---

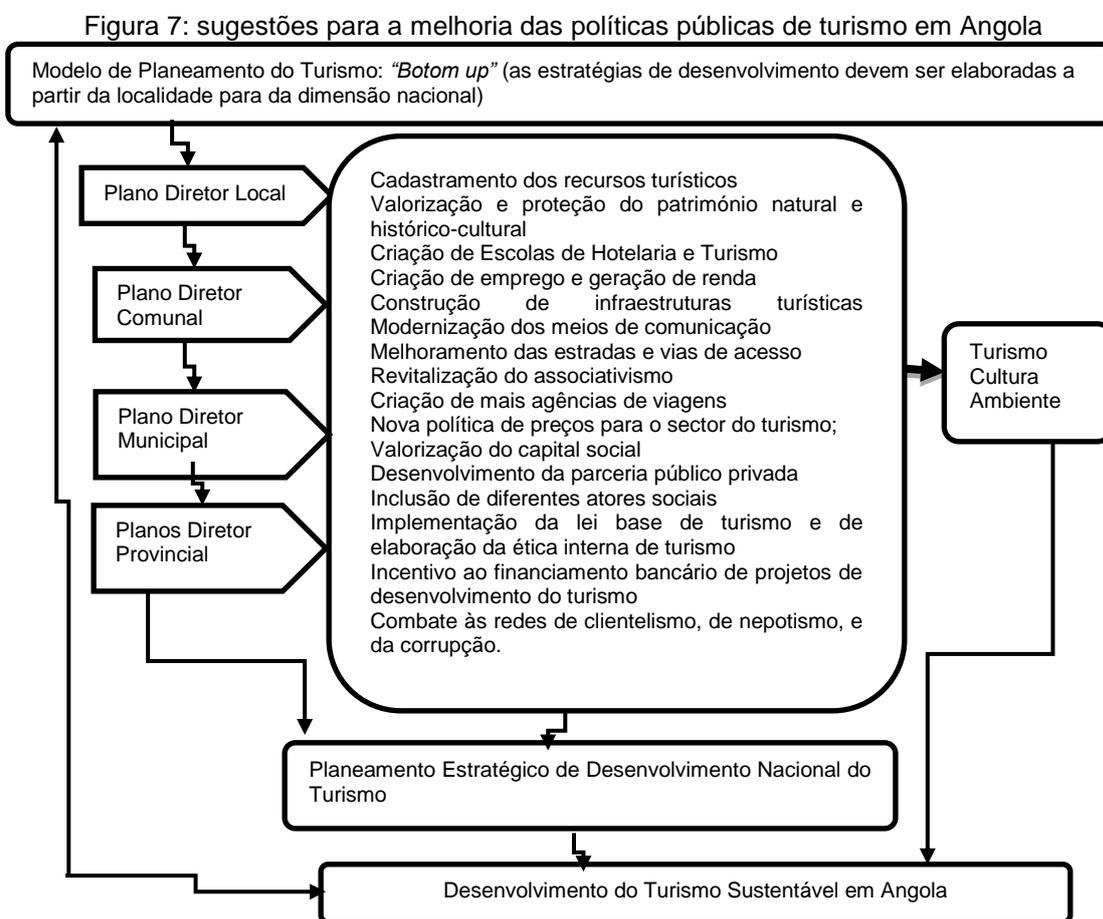
<sup>91</sup> De acordo com o E1. O desenvolvimento do turismo deve incluir nos seus planos ações de valorização dos hábitos e costumes das populações que vivem nos locais de destino turístico.

infraestruturas turísticas em todas as províncias; de modernização dos meios de comunicação; de melhoramento das estradas e vias de acesso; de revitalização do associativismo ligado ao sector do turismo; de criação de mais agências de viagens a nível nacional; de definição de uma nova política de preços para o sector do turismo; de valorização do capital social a nível nacional e local; de desenvolvimento da parceria público privada; de inclusão dos atores das províncias nos debates sobre as políticas e programas de desenvolvimento do turismo a nível nacional; de implementação da lei base de turismo e de elaboração da ética interna de turismo; de incentivo ao financiamento bancário de projetos de desenvolvimento do turismo; e de combate às redes de clientelismo e de nepotismo, assim como da corrupção.

Para a execução da estratégia de desenvolvimento do turismo ora proposta e assegurar a sua sustentabilidade social económica e ambiental os atores entrevistados propõem a realização de um trabalho integrado entre o Ministério da Hotelaria e Turismo, da Cultura e do Ambiente e educar os cidadãos sobre o valor e a importância, a propósito deste assunto o E1 afirma:

*“Então nós éh precisamos sim é trabalhar, envolver o Ministério do Turismo com o Ministério do Ambiente, assim como com o Ministério da cultura, quando os três ministérios tiverem nesse caso a trabalhar de forma integrada, juntas éh as coisas poderão ser mais sustentáveis porque cada um vai respeitar os passos dos outros. Nué, porque a sustente, sustentabilidade também vem a partir do respeito que nós temos com a com as coisas, com as coisas. Nós temos os, os recursos turísticos ai existente, se nós educar as pessoas de como é que devemos utilizar para que o futuro que vier também possa te, ver assim tamos a utilizar a sustentabilidade”.*

Finalizamos, a abordagem deste ponto com a esquematização das sugestões sobre a melhoria das políticas públicas de desenvolvimento do turismo sustentável em Angola, apresentadas pelos entrevistados na figura que se segue:



Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo das entrevistas

### 9.2.7. Sociografia dos problemas de desenvolvimento na Huíla

A província da Huíla possui enormes recursos ligados ao património histórico-natural, em que se destaca o património arquitetónico e cultural e as paisagens naturais. A província possui ainda uma diversidade de recursos endógenos no domínio do capital humano, da cultura agrícola e pastoril, e da gastronomia. Contudo, apesar de haver essa diversidade de recursos, regista-se uma letargia no processo de desenvolvimento local sustentável da região. Assim, na perspetiva dos atores sociais entrevistados na Huíla, os problemas que dificultam o desenvolvimento sustentável da região estão relacionados com o fraco desenvolvimento humano, com os problemas ligados ao sistema

produtivo local, que é caracterizado pela prática de uma agricultura de subsistência, e que se depara com a decadência da indústria local, que se assiste nos últimos anos por falta de investimentos em novas tecnologias e de financiamento de projetos ligados ao setor.

Deste modo, de acordo com o E5 a agricultura praticada na Huíla é ainda de subsistência e além disso, os camponeses debatem-se com os problemas de escoamento dos seus produtos do campo para os mercados das cidades devido ao mau estado das vias de acesso. Relativamente à indústria local está a viver um período de decadência generalizada, como constata o E5,

*“a indústria que temos aqui se compararmos aos anos 95 até 98, 2000 puf., eh pensamos que baixamos, baixamos, a chamada zona industrial é mais comercial que industrial, nue eh as indústrias moageiras desapareceram devido a importação, eh, tiv., tivemos a fábrica da triunfo, tivemos a fábrica de SAPLAS, tivemos a própria a fábrica de vinhos, mas hoje só temos noutra zona a N’Gola e a Coca-cola, eh a indústria ainda é dependente.*

Por sua vez, o E11, sustenta que muitas fábricas da Huíla estão encerradas, e algumas das que se matem ativas funcionam a base de geradores e de cisternas de água, devido a ineficiência dos sistemas locais de distribuição de água e energia elétrica. De facto, o parque industrial da Huíla até então considerado como o 4º maior de Angola, depois de Luanda, Huambo e Benguela, vive atualmente um período decadente. Durante a nossa pesquisa de campo podemos constatar que a Triunfo (antiga fábrica de massa alimentar e de biscoitos), atualmente, está convertida em armazém de biscoitos e de outros produtos importados principalmente da Argentina e do Médio Oriente. Da mesma forma, a SIRAL (Sociedade Industrial de Refrigerantes de Angola Limitada) passou também a desempenhar o papel de armazém.

Outro problema que embaraça o desenvolvimento sustentável na Huíla tem a ver com a pouca eficácia das políticas socioeconómicas de desenvolvimento ligadas ao domínio das infraestruturas e ao saneamento básico, da educação e cultura, do emprego e segurança social e do associativismo. Assim, de acordo com os atores entrevistados o setor socioeconómico da Huíla enfrenta problemas relacionados com a fraca qualidade de ensino, e com a falta de profissionalização de alguns setores

públicos, incluindo o turismo e a cultura. Sobre a fraca qualidade de ensino o E9 afirma que a sociedade angolana não se deve contentar apenas com as infraestruturas escolares. Na sua ótica é preciso definir o perfil do homem que se pretende para o futuro de Angola e de Huíla e analisar profundamente se o tipo de homem que está sendo formado corresponde ao perfil desejado. Além disso, verifica-se também a questão da exclusão social que concorre para a existência de assimetrias locais de desenvolvimento. Uma situação que tem provocado o êxodo rural e a explosão urbana, como confirma o E5,

*“Um grande problemas os camponeses vêm-se ameaçados, (...) a força jovem que devia auxiliar eh optou no chamado êxodo rural, o fenómeno Luanda, sai do kimbo, sai da aldeia diretamente para Luanda, lá vai remediando a vida até conseguir uma motorizada e os velhos que ficam ai já não têm força suficiente, então a agricultura piora a sua subsistência. (...) estamos a observar o êxodo rural ne, apesar do conflito armado ter ter, ter terminado há 13, anos mas o êxodo rural continua, a explosão urbana é é gritante e temos aqui um problema sério, há mais gente na cidade que no campo, e o campo é que devia fornecer a cidade é que devia alimentar a cidade”.*

O E1 observa também uma fuga maciça de jovens do campo para a cidade *“Muitos jovens foram para Luanda onde só, ptanto vivem num submundo desconhecido (...)”*. Na mesma senda, o E10 afirma que *“no caso de Huíla (...) há problema demográfica, aqui nasce muita gente, e muita gente foge de aldeia (...)”* Provocando uma série de problemas sociais na cidade do Lubango e em algumas sedes municipais como é o caso da Matala, por exemplo, que acolhe atualmente 10,4% do total da população geral da província. A aglomeração de muitas pessoas está a causar a destruição o meio ambiente nestas cidades, onde se observa também a saturação dos sistemas de abastecimento de água potável e de eletricidade, cuja capacidade instalada já não consegue satisfazer a demanda. A degradação das vias de acesso, do património natural e cultural e a tendência do desaparecimento das associações culturais e artísticas é um outro problema também a ter em conta. Em alguns municípios da província da Huíla verificam-se a ocorrência constante da estiagem, e alguns focos de conflito de terras, situações estas

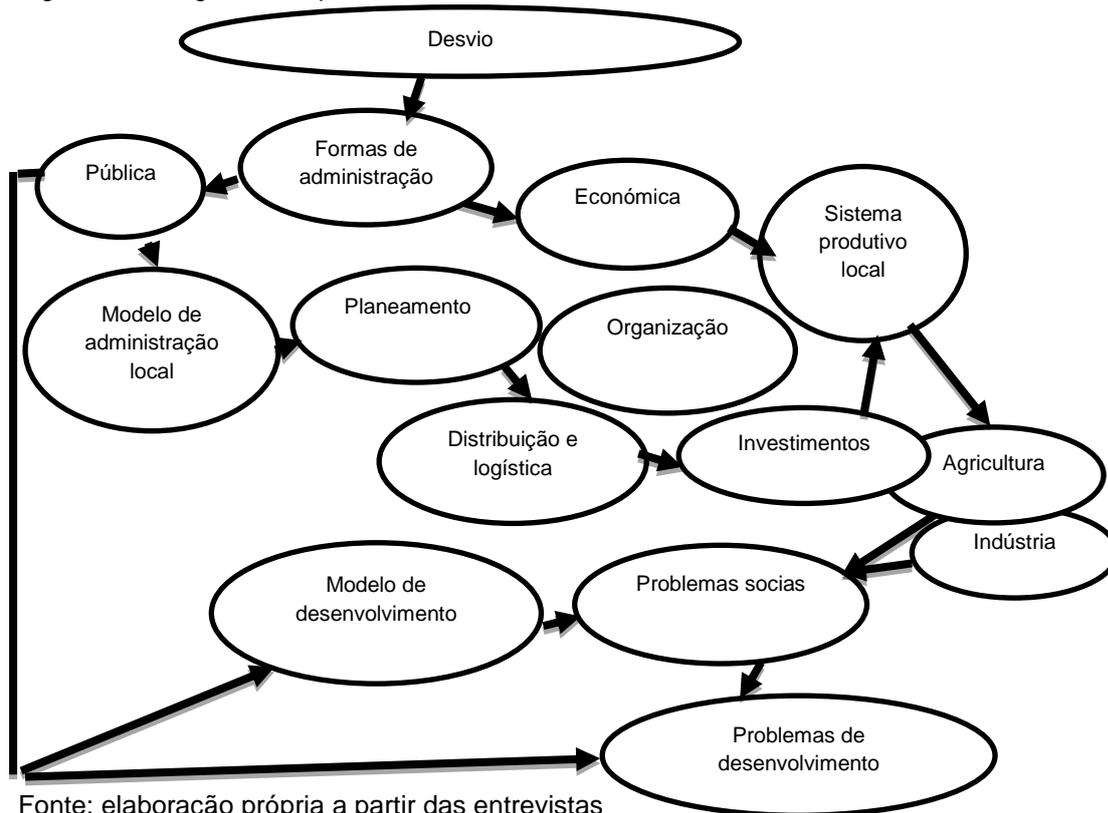
que têm dificultado o *modus vivendi* das comunidades “indígenas”, que depende de fatores naturais (E7, E10).

No quadro das políticas da administração local, o modelo de governação local possui um cariz centralizador, que de um modo geral, implementa decisões tomadas a partir de Luanda excluindo desta forma a participação dos atores públicos e privados das decisões políticas e das ações de planeamento do desenvolvimento da sua região ou localidade. Sobre esta atitude governativa, os atores entrevistados foram unânimes em contestar o modelo “*top down*” (de cima para baixo), que implementa no contexto huilano um conjunto de diretrizes definidas centralmente, conforme argumenta o E1,

*“(…) é necessário empoderar as pessoas locais para que sejam elas fatores do próprio desenvolvimento e não buscar um modelo que tenha por dinâmicas, orientação do topo e as parte da base só, só cumprem o que vem do topo. (...) é preciso ter em conta que quando se concebe um plano no gabinete pra se implementar no terreno isto em qualquer parte do mundo nunca dá certo. É preciso ter em conta os conhecimentos endógenos, aquilo que o inglês chama de sistemas de conhecimento endógeno, “indigen knowledge systems”. Se se tivesse em conta isso, realmente poder-se ia evitar a aplicação de medidas que vêm do topo para o terreno e poder-se-ia assim ter-se o desenvolvimento sustentável, porque as comunidades reconhecendo que muito dos seus sistemas estão a ser incorporados no modo de desenvolvimento local elas próprias engajar-se-iam com grande entusiasmo porque saberiam que os seus valores culturais incluindo a sua língua, estão dentro do processo de desenvolvimento. Então eh se nós partirmos dali e podermos fazer alguma coisa nessa altura teremos desenvolvimento sustentável porque ele parte da própria comunidade; o desenvolvimentalista não vem trazer coisas novas, apenas traz metodologias e incorpora-as na dinâmica local, ou seja na perspectiva de Sócrates faz uma maiêutica, um parto local de que as próprias comunidades começam a se assenhorar, a se responsabilizar, elas são protagonistas e o desenvolvimentalista fica de lado como pastor a tentar a ajudar a gerir o desencadear dessas iniciativas. Eu sou entusiasta deste processo porque outros, em África e em Angola não funciona? Estive em varias partes (...) Quénia, Tanzânia, Uganda e visitei comunidades destas que partem do que é local incorporam-no com os desenvolvimentos, regionais e globais, há muitas dessas iniciativas que têm mais condições de funcionar do que coisas trazidas do topo e impactam pro o terreno”.*

Outros problemas estão associados a expansão urbana que esta a provocar a expropriação de terras das comunidades locais, trazendo consequências sociocultural, sobretudo com a destruição dos cemitérios e queimada das ossadas. (E1), uma situação que não faz parte da cultura local. De acordo com as respostas dos atores entrevistados elaboramos um esquema detalhado sobre os problemas que influenciam negativamente o desenvolvimento sustentável da Huíla.

Figura 8: sociografia dos problemas de desenvolvimento na Huíla



### 9.2.7.1. Condições de vida das populações

Calculada em mais de 2.354.398 milhões de habitantes (Dado provisórios do Censo 2014), e representando diferentes grupos etnolinguísticos e estratos sociais, a população da província da Huíla apresenta ainda características heterogêneas do ponto de vista de desenvolvimento económico-social e cultural que difere muito a medida que se avança do campo para a cidade. Neste sentido, a população da Huíla é caracterizada por uma franja urbana e por outra que vive no meio rural. Em função dessa segmentação os atores entrevistados consideram que as populações do meio rural vivem em

condições de subsistência e de miséria, ao passo que as populações dos centros urbanos levam uma vida razoável e boa. Para confirmar o E3, sustenta que,

*“(...) a qualidade de vida da província da Huila nós podemos analisa-la em duas vertentes, em duas vertentes: podemos dizer que é razoável ah num de, numa determinada camada da população como é o caso da população urbana, mas podemos dizer que em alguns casos nas áreas rurais eh esta ainda é de subsistência”.*

Na mesma linha de pensamento o E1 afirma que, *“A maior parte do extrato social, considerado suburbano, eh sobrevive na margem da subsistência, (...) como a precipitação previamente que é baixa (...) uma boa parte da comunidade da Huíla vive uma vida miserável”.* Por sua vez o E7 defende a mesma ideia afirmando que,

*“Bom, si, falando das condições de vida da, das comunidades da província da Huíla, eu classificaria talvez em duas classes (...) as comunidades rurais tendo em conta oh, a situação que nós todos conhecemos ainda vivem pela sobrevivência nué, porque carecem de meios, vias de acesso e em certa medida dependem ainda dos fatores naturais. Agora nos meios urbanos já têm uma vida boa, independentemente de quem está, os negócios são mais facilitados embora com muito sacrificio, mas é uma vida razoável”.*

Já o entrevistado nº 10 conclui dizendo que,

*“(...) a vida na cidade e no campo, não é absolutamente, não é a mesma coisa, infelizmente. No campo é mais subsistência (...) o campo, campo, está ainda infelizmente no nível da sociedade primitiva, muitas ca, casos muita gente depende dos caprichos de natureza, e outros caprichos que aparece, pobre camponês é incapaz.”*

### 9.2.7.2. Áreas que necessitam de intervenção

Com vista a dar solução ao problema de desenvolvimento sustentável na província da Huíla, os atores entrevistados apontaram um conjunto de medidas que vão desde a captação de investimentos para impulsionar o sistema produtivo local (agropecuário e industrial), bem como, para o desenvolvimento da infraestrutura local, das finanças, da banca, dos sistemas de fornecimento de água, de eletricidade e do saneamento básico locais. Ainda de acordo com os entrevistados, a Huíla só poderá promover um desenvolvimento sustentável se apostar na educação e na formação profissional de qualidade, na melhoria do sistema de saúde pública, de justiça e de assistência social. Deve ainda no quadro das autarquias locais, descentralizar o setor administrativo local a fim de permitir a elaboração de estratégias locais de desenvolvimento sustentável, capazes de incrementar o setor produtivo local, o comércio e o turismo através da valorização do património natural e cultural, e de incentivar o associativismo e a promoção do emprego.

### 9.2.7.3. Perceção do desenvolvimento sustentável

Sobre a forma como percecionam o desenvolvimento sustentável, os atores entrevistados para este estudo apresentam diferentes pontos de vista, mas não divergentes, sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, o desenvolvimento sustentável de acordo com o E1 é aquele que,

*“(...) tem em conta os sistemas de conhecimento endógeno da região e incorpora-os em projetos de desenvolvimento local”; “(...) é aquele que evita a aplicação de medidas que vêm do topo para o terreno”; é “aquele que parte das comunidades e elas participam com entusiasmo”; é “aquele que incorpora as metodologias globais nas dinâmicas locais”.*

Para o E3 o desenvolvimento sustentável é *“(...) aquele em que as ações que são levadas a cabo respondem às necessidades das pessoas que estão a trabalhar no presente, mas também salvaguardam as futuras gerações”*. Em suma, o desenvolvimento sustentável é aquele que na ótica do E9 corresponde a *“(...) administração racional dos recursos de um determinado país ou lugar*

*que valha para a geração atual e que também venha a sustentar a geração vindoura”.*

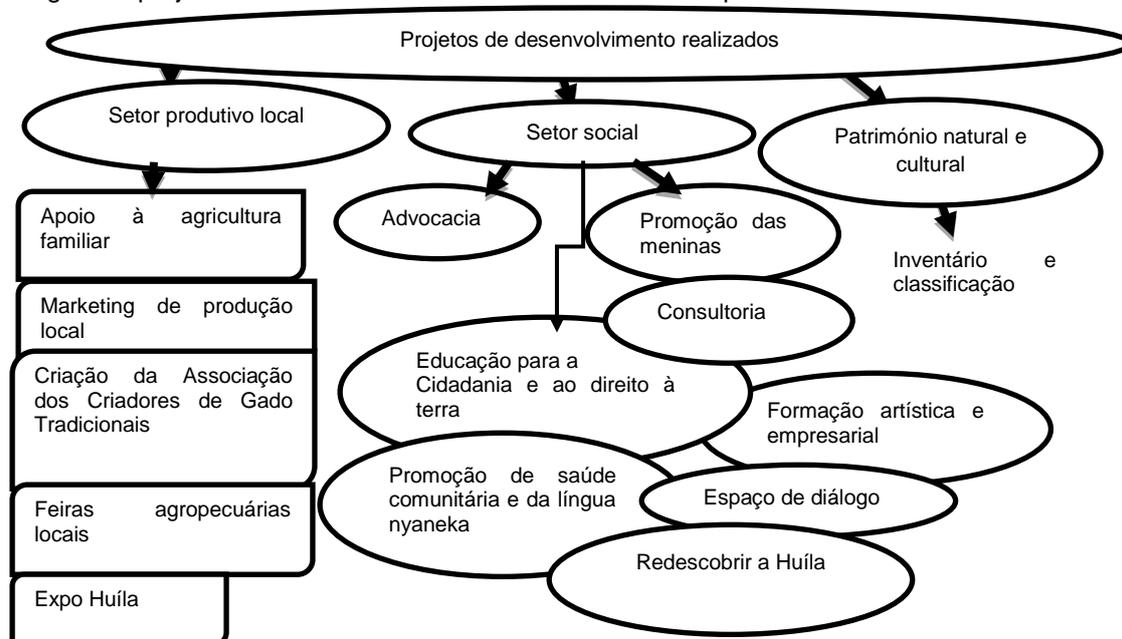
#### 9.2.7.4. Projetos de desenvolvimento realizados

Como se abordou anteriormente, são muitos os fatores que obstaculizam o desenvolvimento sustentável na província da Huíla. Todavia, a julgar pela diversidade dos fatores constrangedores, os atores entrevistados sustentaram que durante os últimos anos as empresas e organismos públicos e ONGs que representam executaram uma série de projetos de desenvolvimento local no meio rural, com o apoio do governo local e de algumas organizações internacionais. Os projetos visaram sobretudo o apoio ao processo produtivo das famílias rurais e consistiu na distribuição de sementes agrícolas e no incentivo aos beneficiários no sentido de diversificarem a produção agrícola e produzirem não só para o consumo, mas também para o comércio afim de poderem obterem rendimentos financeiros para o sustento familiar. Foram ainda realizados no meio rural alguns trabalhos de advocacia, de educação para a cidadania e para a defesa do direito à terra, com o objetivo de fazer com que as comunidades “indígenas” tenham consciência sobre os seus deveres e direitos através do conhecimento das leis do Estado angolano. Os atores sociais entrevistados levaram também a cabo, ações de promoção das meninas rurais, ensinando-lhes a arte de corte e costura, assim como foram desenvolvidos alguns projetos de promoção à saúde comunitária, e incorporou-se a língua *Nyaneka* no sistema de comunicação nacional e criou-se ainda a associação dos pastores tradicionais.

Ao nível dos contextos socio-espaciais urbanos e suburbanos da província, os atores entrevistados através da parceria público-privado desenvolveram ações de formação artística e empresarial, de marketing de produção local, de consultoria em hotelaria e turismo, assim como, ações de inventariação e classificação do património histórico e cultural. Foi ainda criado um espaço de diálogo entre os atores privado-comunidades locais e administrações municipais e o “Projeto Redescobrir a Huíla”. Além disso, anualmente promove-se uma série de eventos e feiras agropecuárias locais,

com particular realce da “Expo-Huíla” que se realiza no Complexo Turístico da Nossa Senhora do Monte na cidade do Lubango, durante todo mês de Agosto.

Figura 9: projetos de desenvolvimento realizados na Huíla pelos atores entrevistados.



Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

### 9.2.8. A contribuição do turismo para o desenvolvimento local sustentável

Foram sintetizadas as opiniões dos entrevistados sobre os principais recursos turísticos da província e a forma como eles encaram a possível contribuição do turismo para a promoção do desenvolvimento sustentável na Huíla. Assim, na ótica dos entrevistados os recursos turísticos da Huíla são constituídos pelo património natural e histórico-cultural. Do património natural, destacaram a Fenda da Tundavala<sup>92</sup>, a Serra da Leba, as Cascatas da Hanguéria, as Grutas de Ondimba, as Cascatas da Huíla, a Cordilheira da Lufinda e a Serra da Chivila, e do património cultural enumeraram vários edifícios históricos, nomeadamente a Capelinha da Nossa Senhora do Monte, a

<sup>92</sup> A Fenda da Tundavala (cujo nome original é *Otandavala*) foi classificada em 2014 como uma das sete maravilhas de Angola; no entanto, apesar da facilidade de acesso que se faz por uma estrada calçada de granito, a *Otandavala* carece de infraestruturas de apoio turístico.

Missão de Caconda, a Missão de Kuvangu, a Embala<sup>93</sup> dos Gambos, a Embala do Jau, a Embala do Chitembo da Huíla, a Embala do Quipungo, a Embala do Ngalangue, e a Embala do Nholi em Caluquembe; assim como o Monumento ao Cristo Rei e o Monumento e o Cemitério dos Barracões.

Ainda do ponto de vista histórico-cultural, conforme os entrevistados, a Huíla possui uma diversidade cultural heterogénea caracterizada, ainda, por uma certa autenticidade em muitos aspetos, e que pode oferecer vários atrativos ao desenvolvimento do turismo em termos de artesanato, gastronomia, olaria, coreografia, canto e dança tradicionais. Sendo assim, os atores entrevistados sustentam que o turismo pode se constituir realmente como uma grande alavanca para o crescimento económico da província, na medida em que poderá impulsionar o desenvolvimento dos setores da agricultura, das finanças, do ambiente, da segurança e dos transportes locais. Sobre este assunto o E10, argumenta que o turismo: *“Sem dúvida pode influenciar em todas as áreas por exemplo a economia, sim (...) camponês produz, pode vender, camponês fez artesanato, pode vender”*. Na ótica dos entrevistados o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável, mediante a criação de novos empregos para jovens e adultos e da geração da renda para a balança de pagamento local. Desta forma poderá valorizar-se os recursos humanos e naturais das localidades e ajudar a minimizar o problema do êxodo rural e da explosão urbana que se verifica na região.

O desenvolvimento do turismo sustentável irá interagir a população local com os turistas contribuindo deste modo segundo o E5 para, *“unir povos e culturas e atrair investimentos para a província”*. O E10 exemplifica dizendo que com essa interação sociocultural no caso do *camponês*, *este “pode ter comunicação com estrangeiros ou mesmo com os angolanos de outra província, este vai se enriquecer e pode acontecer uma convergência das culturas, claro”*. Neste sentido, os entrevistados concordam que um maior investimento em infraestruturas turísticas e de apoio, nos destinos turísticos

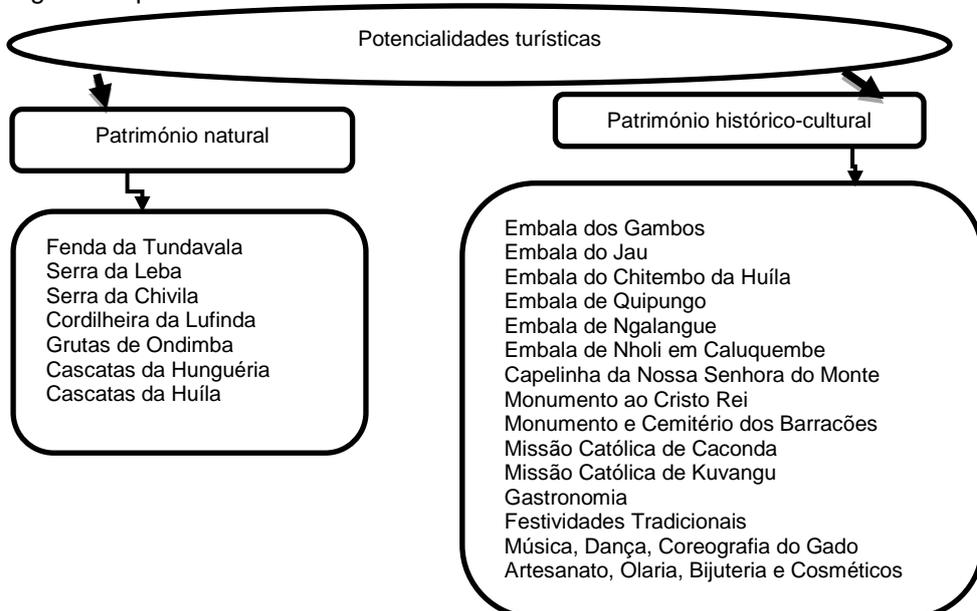
---

<sup>93</sup> Embala, capital dos antigos estados tradicionais africanos da era pré-colonial onde se situava o palácio real.

bem como, o intercâmbio cultural entre os turistas e visitados assegurara uma boa convivência social e conserva a atratividade do destino turístico.

Contudo, apesar de haver uma grande diversidade de recursos histórico-culturais e paisagísticos, essenciais para a promoção do desenvolvimento local sustentável através do turismo, muitos dos recursos turísticos da Huíla, ainda não estão sendo explorados. Todavia, os atores entrevistados são de opinião que os recursos culturais e as belezas naturais da província da Huíla são fatores importantes para promover o desenvolvimento local sustentável através da promoção do turismo, e que se forem bem explorados podem fazer do turismo na ótica do E11, “o segundo petróleo do país”.

Figura 10: potencialidades turísticas da Huíla



Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

### 9.2.9. Obstáculos ao desenvolvimento do turismo na Huíla

A prática do fenómeno social do turismo a nível da província da Huíla vem ganhando importância nos últimos anos estimulando o interesse de alguns empresários no fomento da atividade. No entanto, o turismo na Huíla não consegue se posicionar ainda como fator de desenvolvimento económico, social e cultural sustentável local, porque enfrenta uma série de obstáculos. Segundo os atores sociais entrevistados os fatores que constroem o desenvolvimento do turismo na Huíla têm a ver em primeira instância com a centralização do Plano Diretor do Turismo de Angola 2011-2020, aliada à

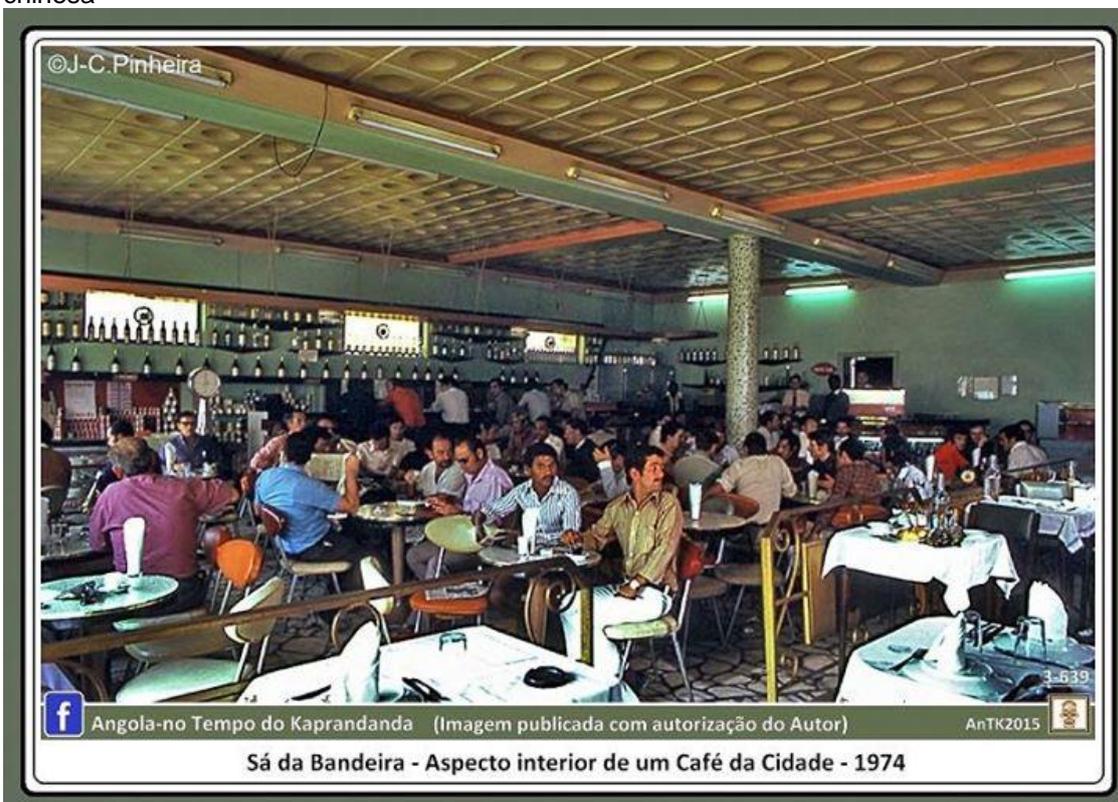
ausência das autarquias locais, duas situações que concorrem para a inexistência de Planos Diretores Regionais e Locais. A centralização do PDT evidencia a inexistência de um debate inclusivo, e, por conseguinte, a existência da exclusão dos atores locais nas políticas de desenvolvimento e planeamento do turismo local. A exclusão dos atores locais, e a imposição de modelos definidos a partir de Luanda concorrem para a ausência de políticas e legislação sobre a rentabilização dos destinos turísticos locais, e para a falta de definição de uma política de preços para o setor, que na ótica dos entrevistados afiguram-se muito altos. Na ótica do E6 isto acontece porque,

*“Aqui o nosso turismo está muito, muito apagado mesmo, porque o executivo também não puxa. Os empresários locais não têm sido ouvidos, os empresários locais éh estão apagados, tão desmotivados, é preciso que haja uma auscultação a nível do sul de Angola para que se comecem a motivar, porque o problema é o, a motivação, a gente as vezes quer fazer uma coisa, imaginemos agora muito especificamente que eu queira desenvolver um, um pacote turístico, queira desenvolver um programa para, para, para uma ta, para um atividade, uma potencialidade turística. A Tundavala que ganhou as sete maravilhas. O que é que eu vou fazer na Tundavala? Eu não tenho uma casa de banho, eu não tenho um, um, um, não há um Plano Diretor da província. Portanto, Eu acho que as autoridades locais, e nós empresários, ligados ao sector deveremos falar a mesma linguagem, porque o objetivo é só um, não é só querermos levantar galardões quando há eventos, quando há um levantamento estatístico, porque as pessoas cada um está a puxar a brasa à sua sardinha. E acho que essa é uma das obrigações do governo”.*

Em segunda instância, o desenvolvimento do turismo na Huíla é ineficaz pelo fraco investimento no setor da hotelaria e turismo, bem como em infraestruturas de apoio. E, por essa razão observa-se um *deficit* na oferta da infraestrutur hoteleira, sobretudo nós municípios, assim como a degradação do património histórico-cultural e natural da província e das estradas e vias de acesso aos destinos turísticos. Sobre esse assunto o E4 constata que com a falta de investimentos no setor muitos dos antigos restaurantes, *snack* bares e cervejarias do centro da cidade do Lubango foram transformadas em lojas chinesas e árabes e/ou em farmácias, o mesmo se passa com as antigas

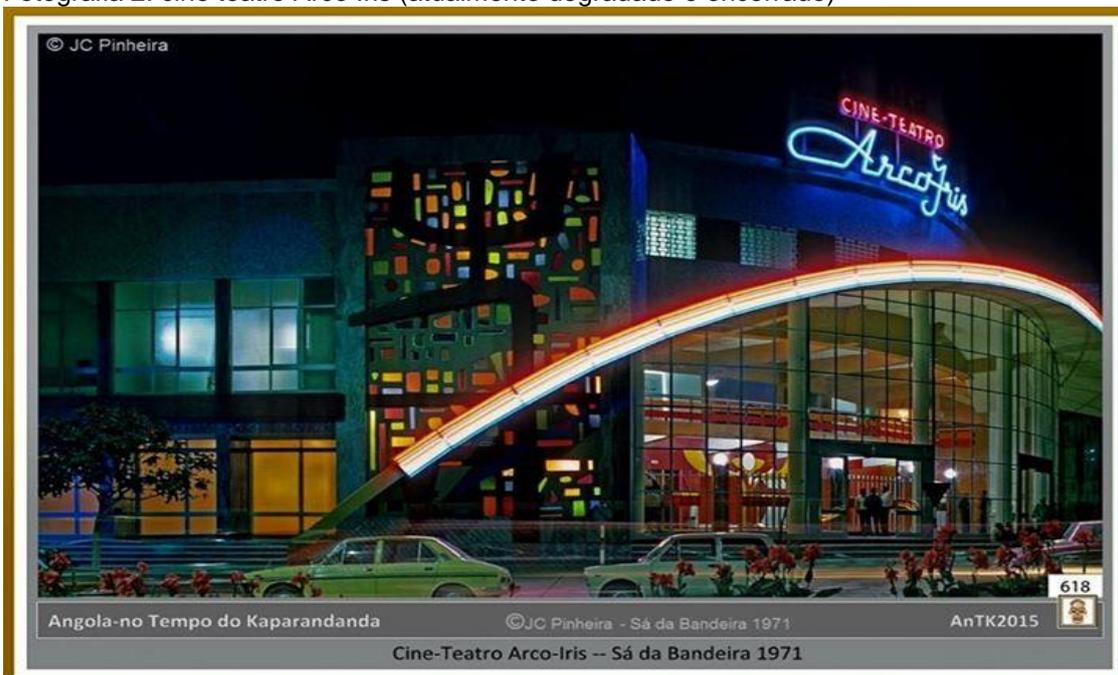
discotecas; as antigas casas de cinema (Cine Odéon e o Cine teatro Arco-íris) acabaram por encerrar a sua atividade.

Fotografia 1: antigo café da cidade ou (Restaurante Tirol) transformado atualmente em loja chinesa



Fonte: <https://www.facebook.com/AngolaNoTempoDoKaparandanda/?fref=photo>, acesso, 06/12/15.

Fotografia 2: cine teatro Arco Iris (atualmente degradado e encerrado)



Fonte: <https://www.facebook.com/AngolaNoTempoDoKaparandanda/?fref=photo>, acesso, 06/12/15.

Em terceira instância, a prática da atividade turística na Huíla debate-se com a falta de quadros profissionais e de guias turísticos. De acordo com o E6 esta situação deve-se sobretudo ao destino que foi dado à antiga Escola de Hotelaria e Turismo da Huíla. *“Nós não temos Escola de Hotelaria no Lubango, tivemos, foi privatizada (...) epá não há formação”*. Lamentando o mesmo facto o E11 afirma que *“Foi encerrada a Escola de Hotelaria e a formação apropriada deixou de existir.”*

Na perspetiva dos entrevistados a inexistência de planos diretores locais, o fraco investimento e a falta da profissionalização do setor do turismo concorrem para o surgimento de outros problemas. Uma situação que faz com que até mesmo os destinos turísticos reabilitados recentemente pelo executivo não tenham políticas de gestão que garantam o retorno dos capitais investido, como observa o E4,

*“(...) até hoje tendo sido gasto muitos dinheiros para a reparação e recuperação dos, dos monumentos e sítios, até hoje não há uma política capaz de eh indicar como fazer rentabilizar o, esses monumentos, portanto, as pessoas entram, saem, as vezes até estragam, não há miguem a tomar conta, não há miguem a fazer uma cobrança, não há ninguém. Praticamente faz-se as obras e ficam abandonadas, as pessoas vão, entram, saem, e não há, não há, tanto é preciso que haja eh, não sei se a outorquia<sup>94</sup>, se a outorquia poderá ser a solução, mas eu acho que as administrações municipais que gastam dinheiro nesses na recuperação desses monumentos, eh, poderiam da mesma forma como gastam pensar como recuperar esses dinheiros, portanto, esses, porque isso é orçamentado e tem que, tem que dar receitas”.*

Apesar, de não haver uma política de rentabilização dos destinos turísticos, o desenvolvimento do turismo na Huíla é ainda dificultado pela prática de preços elevados nos serviços hoteleiros, na restauração e nas agências de viagens da Huila e em Angola de modo geral. Com esta situação, conforme o E11, *“há poucas alternativas para o turista de fraca capacidade financeira”, e assim muito turistas preferem escolher outros destinos como a Namíbia e o Dubai por exemplo (E10)*. Em função disso, há mesmo quem diga

---

<sup>94</sup> O entrevistado quis dizer autarquias.

que as despesas no setor hoteleiro da Huíla são umas das mais caras do continente, como afirma o E7 “os preços são muito caríssimos, isso faz com que realmente reduza aquela afluência dos turistas à própria província da Huíla, diz-se mesmo que a nível da África, a Huíla é um dos (...), onde que os hotéis são mais caros”. Já o E11 constata: “Os turistas que mais nos visitam são da vizinha Namíbia e África do Sul e contestam quase sempre os preços que são cobrados”.

Mencionou-se também que na província da Huíla está sendo desenvolvido um turismo desligados à história dos destinos e da cultura local por falta de produção historiográfica. Em função disso alguns destinos turísticos continuam ainda a usarem nomes atribuídos erroneamente pela colonização portuguesa, como é o caso da Fenda de *Ontandavala* que o português denominou de forma deturpada por *Tundavala*<sup>95</sup>, nome que se usa ainda na atualidade.

Verificou-se uma inexistente inclusão dos valores culturais locais nos projetos de desenvolvimento do turismo, assim como a prática de um turismo que desvirtua o património histórico e cultural local, sobretudo a vulgarização da imagem da mulher mumuila nas ruas da cidade do Lubango. Ou seja, devido aos problemas sociais vividos no meio rural, muitas meninas “*indígenas*” com idades compreendidas entre 13-19 anos deslocam-se do campo para passarem o dia inteiro nas ruas da cidade do Lubango, onde são fotografadas pelos turistas e pelos munícipes interessados em troca de valores monetários ínfimos, como observa o E5,

---

<sup>95</sup> A deturpação dos nomes foi devida à dificuldade de articulação dos fonemas das línguas locais, pelos portugueses que colonizaram a província da Huíla. Na ótica dos entrevistados o conceito *Tundavala* não faz nenhum sentido, porque carece de significação tanto na língua portuguesa como na língua local (o *nyaneka*). Pelo que faz sentido repor o nome original, *Ontandavala* na língua *nyaneka* significa um espaço espraído, e neste caso uma montanha que tem uma espécie de base espraída e extensa. (E1). Outros nomes deturpados de locais de interesse turístico que também foram evocados são: (1) a chamada *Eywa* (local onde está sendo construída uma nova cidade) cujo nome verdadeiro é *Eivantala*; (2) *Viriabundo* cujo nome nativo é “*Ombila yo Mbundu*” que significa “chuva de nevoeiro”, nome de uma comuna do município dos Gambos, onde está localizada a grande Mulembeira do Sul de Angola, por baixo da qual descansou o General português António Júlio Pereira de Eça, indo de Moçambique, onde derrotou o rei Ngungunhana, a fim de submeter o rei Mandume ya Ndemufayo do Cuanhama, até então independente no Sul de Angola em pleno 1915.

*“(...) sim éh aí temos problemas específicos, já temos estado a debater o caso da, da mulher mumuila; a mulher mumuila representa um património, éh representa um património, mas quando vemos no centro da nossa cidade as mumuilas a serem fotografadas em troca de duzentos, trezentos kwanzas, isto põem em perigo aquilo que é o património da própria mulher mumuila., porque aquilo é um património cultural. (...). Éh são jovens né adolescentes, estão aí na casa dos 15 anos aos 19 anos, e passam toda a maior parte do tempo aqui a tirar fotografia com o corpo a descoberto, prontos né. É cultura, mas nós não sabemos o que estará por detrás das intensões daqueles que andam ali a pedir que sejam fotografadas. (...) isto põem em perigo (...) porque isto pode aliciar, pode indiciar outros hábitos, outras tendências. (...)”.*

Sobre o mesmo assunto, o E1 indagou: *“quem diz que o corpo de uma menina vale cem kwanzas depois de uma fotografia? E chama atenção que é preciso ter em conta de que,*

*“(...) muitos que dizem que fazem turismo vêm sim pra poderem aproveitam-se da parte mais chamariz que é eh os peitos nus das mocinhas, aproveitam tirar fotografias não porque lhes parecem engraçado, mas querem satisfazer de forma a, a afrodisíaca nue ah de certa maneira uma parte da sua afetividade mal orientada para poder de facto sentir-se bem, mas a custa ou prejudicando diríamos assim as meninas”.*

Tratando-se de uma questão sociocultural sensível, verificou-se *in loco* na cidade do Lubango para se constatar este fenómeno social e aproveitamos tirar algumas fotografias com as meninas não apenas para confirmar a observação dos nossos entrevistados, mas também trazer informações do trabalho de campo, criando uma autenticidade da cultura da província da Huíla. Entretanto, constatamos que as meninas pedem 100 kwanzas, equivalente a 0,69 euros por cada uma delas que participa da fotografia; no caso da fotografia número 3 constantes da página seguinte, pagamos 400 kwanzas no total, que corresponde a 2.78 euros<sup>96</sup>.

---

<sup>96</sup> Equivalência feita por conversor da internet no câmbio do dia 22 de novembro de 2015; tendo em conta que a fotografia foi tirada no mês de maio, e o kwanza vem conhecendo uma desvalorização constante, pode ser que naquela altura o câmbio era diferente, e também pode ser que atualmente, o preço deve ter sido aumentado em função da depreciação do kwanza.

Fotografia 3: imagens das meninas mumuilas com o autor em um dos jardins da cidade do Lubango



Fonte: Foto de Gersilia Panguleni, Maio de 2015.

Em suma, os atores entrevistados concluíram que existe no país, e na Huíla em particular, uma falta de capacidade cultural voltada para a prática do turismo interno, resultante da ausência de uma consciência sobre a importância económica e social desta atividade por parte do cidadão nacional.

#### 9.2.10. Sugestões para a melhoria de políticas públicas de turismo na Huíla

Com base na situação real em que se encontra o desenvolvimento do turismo na Huíla, e tendo em conta aos problemas identificados e aos objetivos da Política Nacional do Turismo de Angola (1997) os atores entrevistados são de opinião que o governo angolano deve considerar o turismo como um sector estratégico no quadro das prioridades de crescimento e da diversificação da economia nacional tendo em conta que muitos países, incluindo africanos têm

o turismo como fonte de rendimentos para o desenvolvimento local sustentável. No entanto, para que isso seja possível, de acordo com o E10,

*“é preciso quebrar aquela mentalidade que muita gente tem incluindo chefes de que turismo é uma área ah não primordial, é secundária, não vala pena prestar muita atenção. Por, por isso eu acho que é preciso quebrar esta mentalidade que turismo é uma área secundária, não tem muito futuro, ao contrário tem futuro”.*

Nesta ordem de ideias, para que o turismo se constitua num setor estratégico que contribua para o desenvolvimento sustentável, os entrevistados sugeriram um conjunto de normas e ações, que devem ser definidas pelo executivo no sentido de facilitar uma boa implementação, no contexto local, das diretrizes emanadas do Plano Diretor 2011-2020. Assim, de forma geral os atores sugeriram: a definição de um novo modelo de desenvolvimento local do turismo; de um planeamento estratégico turismo; de uma nova política de investimentos e infraestruturas; bem como a criação de uma legislação turística de preços e de rentabilização dos destinos turísticos e a aposta na formação profissional;

Na fundamentação dessas medidas os atores entrevistados argumentam que a solução dos problemas que enfermam o desenvolvimento do turismo na Huíla passa em primeiro lugar pela aposta na educação e sobretudo na formação profissional. Porque de acordo com o E11 *“é certo que aumentou o número de hotéis, mas continuam as dificuldades em mão de obra qualificada”.* Para tentar solucionar o problema da formação profissional sugeriu-se que enquanto não se reabrir a Escola de Hotelaria e turismo na Huíla, seria bom que o governo concedesse bolsas aos jovens locais para serem formados em Luanda ou no exterior do país.

Por outro lado, os atores entrevistados afirmaram que o fator chave para impulsionar a prática sustentável do turismo passa necessariamente pela definição de um novo modelo de desenvolvimento local que leve em consideração a descentralização administrativa e a regionalização dos planos de desenvolvimento do turismo, com iniciativas que devem partir da localidade. Nesta ótica, conforme o E1 *“Qualquer plano de desenvolvimento em Angola já não deve mais começar do topo para baixo”.* Em defesa desse argumento o E6

sustenta que *“é necessário fazer a pirâmide de baixo e não de cima”*. Nesta lógica de pensamento os entrevistados defendem a criação de planos estratégicos de desenvolvimento local, municipal e provincial do turismo na Huíla. Sobre este propósito o E3 afirma o seguinte: *“Devíamos ter um plano a nível da província que pelo menos pudesse fazer o levantamento do que é que existe o que é que pode ser feito e ajudaria a mapear os principais atores que podiam contribuir pra a implementação deste, deste plano”*.

Na ótica dos atores entrevistados o plano de desenvolvimento do turismo da província da Huíla, irá definir estratégias que permitem a coordenação do governo com as empresas, associações, organizações não-governamentais e com as instituições religiosas locais envolvidas na promoção do turismo. Entretanto defendem que o plano deve ser flexível, portanto, suscetível a adaptações. Para os entrevistados o plano provincial deve contemplar estratégias de médio prazo e o plano municipal ações de curto prazo já que estes materializam o Plano Nacional que é de longo prazo. Na perspetiva do E6 *“esse seria um passo muito importante para nós desenvolvermos o turismo regional”*, na medida em que iria facilitar a organização do planeamento do turismo da província, e o cadastramento das suas potencialidades, que teria em conta as especificidades e a disponibilidade dos recursos de cada localidade. (E7). Nesta logica de pensamento o E1 sustenta que é preciso,

*“(...) encorajar-se ao nível local, que sejam os locais com orientação de quem responde pelo país a levantarem os seus próprios planos nas mais diversas áreas, na educação, na cultura, na saúde, em fim, hum, e o turismo não fica de fora. Então é necessário que haja gente de idoneidade reconhecida que conhecem, o terreno, palmilham a província e a região para que ajudem a fazer um levantamento disto com ajuda das próprias comunidades, das suas lideranças e que configurem aquilo que vai ser um plano, que trazendo rendas para a nível local, ajude a canalizar as receitas também a nível local, ajudem a gerir uma boa parte delas a nível local, ajuda a desenvolver as comunidades a nível local, ajude em aumentar a renda das pessoas ao nível local. Em fim e só assim que de facto temos o país desenvolvido, isto, vai trazer inclusive, aquela sadia competição que nós conhecemos nos Estados Unidos e noutras cidades. Tu vás a Namíbia por exemplo, Oshiwarongo, em fim, não vai ter inveja nem de Tsumeb, nem de Otavi nem de Okahandja, porque é uma, uma cidade autossustentada.*

*Mas quando ouvir dizer que em Okahandja tão a fazer uma coisa bonita, eles também vão pensar, se eles ao nível do turismo fizeram isso, nós aqui temos aquele local, também vamos fazer. Essa competição do desenvolvimento local sabendo que o próprio local vai se apropriar do nome e dos recursos é sadia. Enquanto se imaginar em coisas a partir de Luanda, nunca, de facto, isso nunca vai ajudar a desenvolver o nível local, para haver desenvolvimento certo não. Então é necessário que haja, ess, que todos os planos sejam regionais, os grandes planos de desenvolvimento sustentável, incluindo o turismo, porque só os locais conhecem as suas potencialidades e eles têm de se apropriar do produto final para não haver alienação no desenvolvimento e não se desinteressar (...)*”.

Para os atores entrevistados, os planos regionais e locais de desenvolvimento do turismo iriam facilitar a coordenação das iniciativas locais sobre as questões de investimento e financiamento, bem como, maior envolvimento e interação dos atores locais na implementação dos projetos de desenvolvimento. Nesta senda, no âmbito dos planos de desenvolvimento local do turismo deve-se em primeiro lugar valorizar o capital social local, no sentido de fazer com que seja esse mesmo capital social o “*fator principal da condição do processo de desenvolvimento*” (E5). E para o efeito as operadoras de turismo devem optar pelo recrutamento da mão-de-obra local para os serviços turísticos e de apoio. Porque desta forma se estará a potencial as comunidades locais com novos empregos que irão gerar receitas para a balança de pagamentos local, contribuindo desta maneira para o bem-estar e para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Devendo também potencia-los com novos conhecimentos técnicos, através da promoção de ações de formação profissional. Na ótica dos entrevistados, a valorização dos recursos humanos locais através da sua inserção no desenvolvimento do turismo pode ajudar a minimizar o problema do êxodo rural e da explosão urbana que se verifica na região, como sustenta o E1,

*“(...) o grande turismo, o turismo intermédio ou médio e o pequeno turismo. Todas essas espécies de turismo devem ser revitalizadas e revalorizadas, para ajudar (...) a criar o fluxo em fim, da autoestima dos recursos humanos (...) e porque desenvolvendo o turismo local você até evita que haja esse grande fluxo de jovens que estão a vender a sua força, a sua mão-de-obra pra Luanda. E nisso*

*you can help in fact to avoid the loss of human capital and to develop the local area so that people stay in the field and do not go to the city. You help to improve the local area, the Mukunda<sup>97</sup> local area, giving materials that are cheaper there can be electricity, the exposure of our dome to the sky, in relation to our surface on earth is very high from the sun, we can use the sun to illuminate our kimbos even at night our villages should all have light, light without any problem. (...)*

No quadro dos planos de desenvolvimento local deve-se assegurar um conjunto de pressupostos que permitam o estabelecimento de parcerias com empresas nacionais e estrangeiras (E6, E3) a fim de se obter novos conhecimentos e experiências globais positivas para inseri-los nas dinâmicas do desenvolvimento do turismo na província da Huíla, como defende o E3,

*(...) também acho que deveríamos aproveitar as instituições por exemplo as Sul-africanas que já estão bastante avançadas nessa, componente (...) pra estabelecer ne, alguns acordos, algumas parcerias de maneira a treinar o pessoal daqui da província da Huíla pra serem futuros agentes eh turísticos. Porque as vezes também essa falta de experiência pode motivar a o não desenvolvimento eh suficiente deste ramo”.*

Na perspectiva dos E8, a rúbrica de protocolos entre estados, entre províncias e entre regiões traz sempre mais-valia tanto no domínio financeiro como também no domínio da formação. O financiamento vai contribuir para a construção de infraestruturas turísticas, de estradas e para a melhoria das vias de acesso.

Como marca da região, tendo em conta aos principais atrativos que a Huíla oferece, no quadro das políticas públicas e dos planos de desenvolvimento do turismo na província, os atores entrevistados sugerem que sejam definidos três segmentos principais: (1) o turismo cultural; (2) o turismo de aventura; e (3) o turismo religioso.

---

<sup>97</sup> *Eumbo* significa casa na língua ovambo; *Mukunda* divisão administrativa dos antigos estados africanos tradicionais do sul de Angola (do Ciclo do Mataman e do Ovampo) equivalente ao município na atual divisão administrativa de Angola.

### 9.2.10.1. Turismo cultural

O desenvolvimento do turismo cultural deve salvaguardar a valorização do património histórico edificado através da proteção, restauração e conservação dos edifícios históricos e dos monumentos e sítios. Nesta ótica sugere-se a classificação e a restauração de todos edifícios históricos da província, a reabilitação das casas de cinemas da província, sobretudo o cine Odéon e o Cine Teatro Arco Iris, a restauração das casas noturnas e centros culturais abandonados, bem como o restabelecimento dos bares, *snack*-bares, restaurantes e cervejarias da cidade do Lubango, que atualmente estão ao serviço de atividades desviadas da sua função social.

Além disso, torna-se também necessário, inserir no desenvolvimento do turismo os hábitos e costumes locais, sobretudo as festividades e as danças tradicionais. Como por exemplo as festas do *Efiko* e da *Etanda* (festas de puberdade feminina e masculina respetivamente), da *Ondjelwa* (procissão do boi), as danças *Onkhili*, a *Chiwangawanga*, a *Kambangula*, a *Tundanda*, a *Nhenha*<sup>98</sup>, e a *Otchintchita* (coreografia do gado), bem como, a comercialização dos objetos da arte, da olaria, das bijutérias, dos cosméticos<sup>99</sup> e da gastronomia local. De acordo com os entrevistados, estes produtos culturais poderiam muito bem contribuir para a criação da marca turística local, e que seria um grande atrativo turístico bastante diversificado. Por outro lado, a inserção desses produtos e valores culturais locais iria assegurar uma sustentabilidade sociocultural do turismo local na medida em que conforme a posição defendida pelos entrevistados, isto permitiria a contratação de diferentes profissionais locais para a prática dessas atividades e para confeccionarem os objetos da arte local. Uma situação que lhes permitiria obter rendimentos para o sustento familiar. Além disso, devem também envidar-se esforços no sentido de se fazer com que seja praticado na Huíla um turismo ligado à cultura e à história dos destinos turísticos. Para o efeito, os

---

<sup>98</sup> *Efiko*: festas de puberdade feminina; *Etanda*: festas de puberdade e masculina; *Ondjelwa*: festa de procissão do boi; *Onkhili*, *Kambangula*: , *Tundanda*: dança da região leste da província, a *Nhenha*: dança da região leste da província, *Otchintchita*: coreografia do boi

<sup>99</sup> Cosméticos, óleo mupeque a evidência empírica que o óleo mupeque aplicado no couro cabeludo ne, ajuda imenso a reter o couro cabeludo e o cabelo não cai atoa. As senhoras a nível de Luanda gostam imenso desse óleo mupeque, por exemplo.

entrevistados defendem que os historiadores e antropólogos realizem pesquisas sobre a memória coletiva dos sistemas de conhecimentos endógenos locais para redescobrir a história e cultura dos destinos turísticos. Por exemplo *“a história das nossas embalas e das nossas regedorias”* (...) (E5). Porque só desta forma se poderá repor por exemplo os nomes originais dos destinos turísticos que estão atualmente deturpados. O objetivo é permitir que no futuro, os turistas para além de consumirem os atrativos já existentes, possam também partilhar a história e a cultura dos locais de acolhimento. Neste sentido, os entrevistados sugeriram que depois da pesquisa, a história local, as festividades tradicionais, as danças locais e a coreografia do gado devem estar escritas em livros e gravadas em discos audiovisuais para a sua posterior venda aos turistas no sentido de se arrecadar receitas que irão servir para a construção de escolas e hospitais nas comunidades de destino turístico (E1). Sobre esse assunto, o E7 argumenta que a história dos destinos turísticos e da cultura local irá interessar e motivar os turistas a visitarem cada vez mais esses sítios.

### 9.10.2. Turismo de aventura

Sobre este produto turístico, os atores entrevistados sugeriram a realização do turismo de aventura com parapentes, através da escalada de montanhas e do sistema de transporte aéreo entre montanhas. Sugeriu-se também a criação de um produto turístico abrangendo outras províncias, por exemplo *“no caso da Huíla e Namibe”* como argumenta o E11 *“o turista pode comprar um pacote em que venha a incluir os locais turísticos da Huíla, a Leba, o Yona<sup>100</sup>, o deserto, as várias grutas e as águas profundas do Namibe para a pesca desportiva”*.

### 9.2.10.3. Turismo religioso

Para além das peregrinações que se fazem atualmente à Capelinha da Nossa Senhora do Monte e outros Santuários religiosos, os atores

---

<sup>100</sup> Yona: parque nacional situado na província do Namibe.

entrevistados sugerem a promoção e realização de peregrinações e retiros para novos locais de interesse religioso da província como, por exemplo, para a Missão de Caconda (classificada como património histórico), para a Missão da Huíla (primeira Missão católica no sul de Angola), e ao Monumento de Cristo Rei (um dos símbolos da cidade do Lubango).

Os atores entrevistados sugerem que as políticas de desenvolvimento e planeamento de turismo devem incentivar a ligação entre estes três segmentos do turismo (cultural de aventura e religioso) com os setores da agropecuária, da cultura, do ambiente, dos transportes e de segurança. No que diz respeito ao setor agropecuário sugeriram a introdução de novas tecnologias, o que deve ser paralelamente acompanhado pelo financiamento da produção industrial, nesta ótica o E10 afirma que,

*“para isso é preciso comprar técnica, introduzir tratores (...) elaborar produtos da agricultura e se for possível também abrir outras fábricas ah de mina, minérias, etc. ap, ah resolver problema de energia. Então fazer barragem que vai dar energia e vai dar água para irrigar”.*

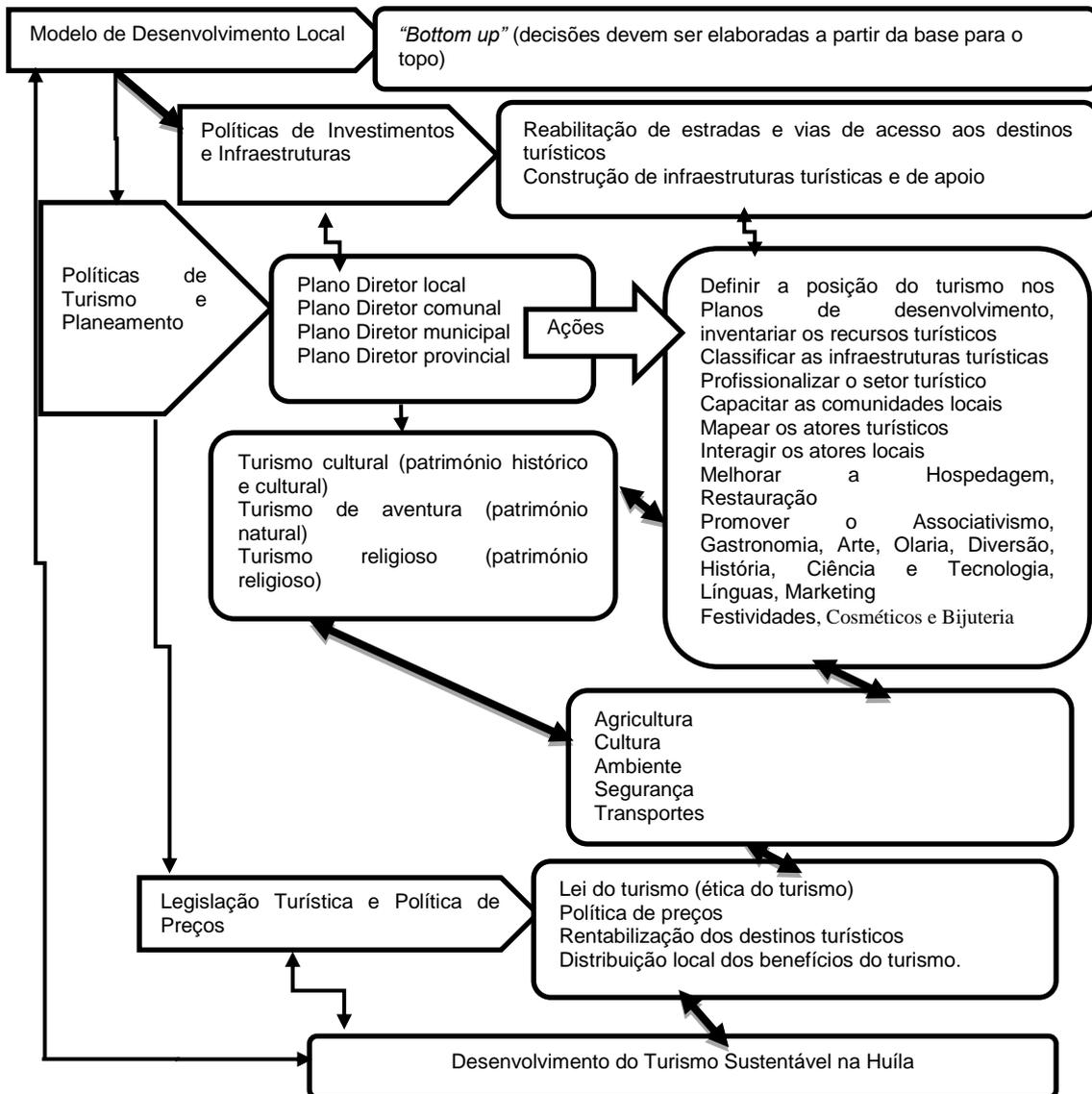
Tendo em conta que os setores da agricultura e da indústria são os que mais precisam de mão-de-obra, os entrevistados defendem a ideia de que a aposta no setor agrícola e industrial por poderá contribuir para a diminuição do desemprego no meio rural e com isso se iria também atenuar o problema do êxodo rural e da explosão urbana, contribuindo desta forma para impulsionar o desenvolvimento local sustentável. Entretanto, para que o turismo de desenvolva e incentive o desenvolvimento local sustentável, de acordo com os atores entrevistados, o governo precisa desburocratizar o processo de licenciamento das empresas agrícolas e outras unidades a integrar no desenvolvimento do turismo. E tendo em conta que o investimento no setor do turismo é de difícil retorno a curto prazo, na ótica o E11 *“deveriam os bancos comerciais praticar taxas de juros mais acessíveis e com prazos mais dilatados”*. Uma questão que de acordo com os entrevistados deveria ser equacionada no âmbito da lei do turismo, que além disso deve levar em consideração a normalização do sistema de preços aplicados no setor para fazer com que sejam mais atraentes.

No que diz respeito a vulgarização da mulher mumuila sugeriu-se a construção de pequenos centros de desenvolvimento do turismo comunitário,

onde se poderiam concentrar as meninas mumuilas que praticam o turismo fotográfico na cidade do Lubango. Nestes centros, além de tirarem fotografias de forma ordeira e coordenada, elas poderiam também aprender a ler e a escrever, como argumenta o E1, *“ajudam a concentrar essas meninas num (...) sítio localizado nué. Elas tiram fotografias, mas estão ali a aprender a ler e a escrever, estão ali a aprender a desenvolver-se. Isso sim, seria um turismo bem, bem orientado”*.

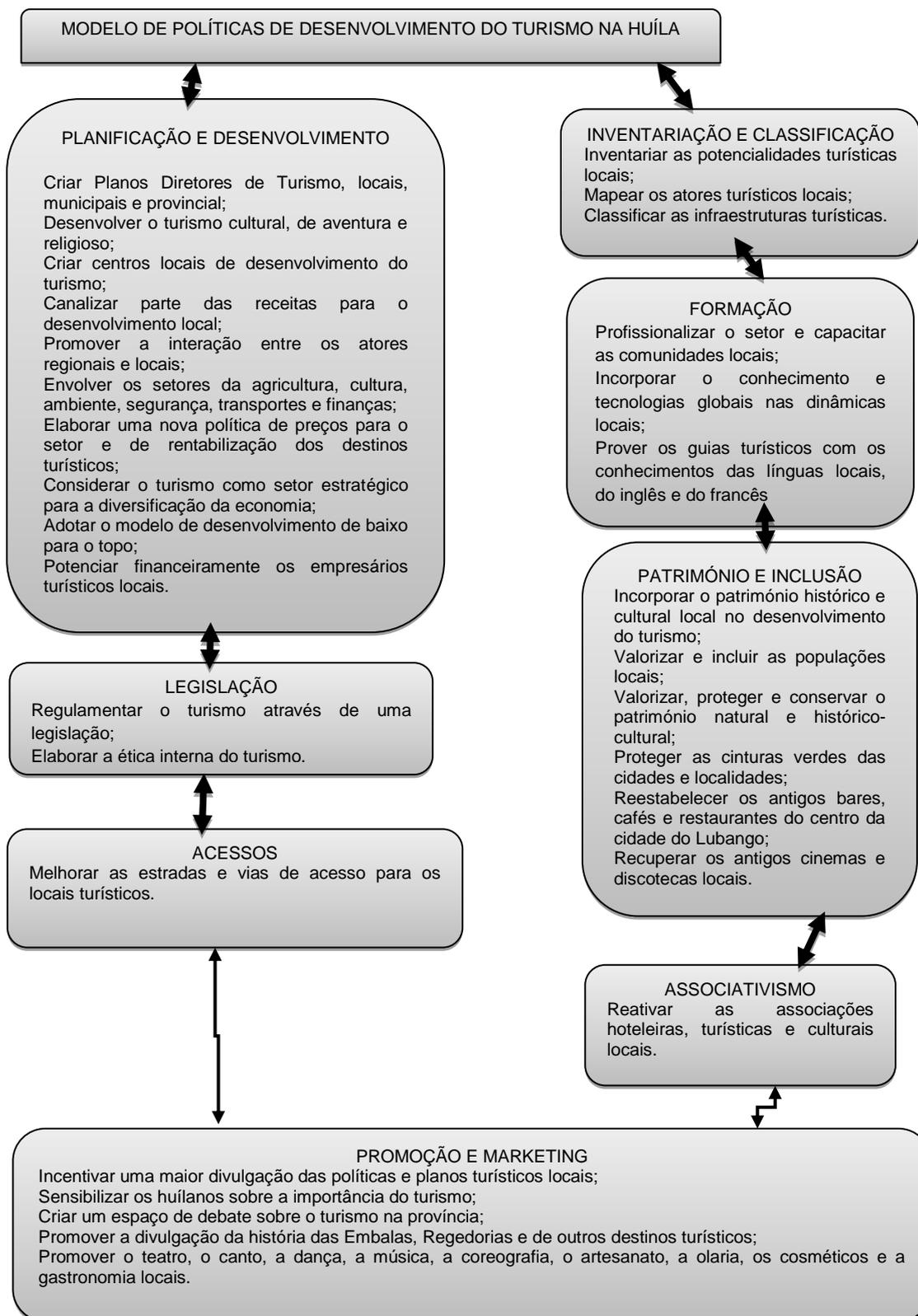
Na perspetiva dos entrevistados as autoridades locais deveriam também fazer com que o turismo fosse um elemento de unificação das diferentes culturas dos turistas com a cultura local, a fim de garantir uma boa convivência social entre os turistas e a comunidade visitada e assegurar a atratividade do destino turístico. Finalmente, para permitir que os turistas estrangeiros e nacionais de outras regiões do país tomem conhecimento desses atrativos turísticos, é necessário um *marketing* nos meios de comunicação social, sobretudo na radio, na televisão e nos jornais nacionais e locais.

Figura 11: sugestões para a melhoria de políticas públicas de desenvolvimento do turismo na Huíla



Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas.

Figura 12: Síntese das sugestões para a melhoria das políticas de desenvolvimento do turismo na Huíla



Fonte: elaboração do autor a partir análise de conteúdo das entrevistas.

## 9.3. Análise estrutural

### 9.3.1. Apresentação das variáveis

A partir da síntese dos resultados da análise de conteúdo (Cf. anexo VII), elaboramos uma lista das variáveis do sistema interno (Huíla) e do sistema externo (envolvente nacional Angola), que podem influenciar o desenvolvimento do turismo sustentável na Huíla. As variáveis estão organizadas em função de vários temas que codificamos e apresentamos nos quadros nº 1 e 2.

Quadro 1: variáveis do sistema interno e externo

<b>VARIAVEIS DO SISTEMA INTERNO (HUILA)</b>		
<b>Nº var</b>	<b>Código</b>	<b>Variáveis</b>
1	DFA_local	Modelo de administração local
2	DE_sp_local	Sistema produtivo local
3	IRF_fe_local	Formas de financiamento dos empresários locais
4	IA_a_pratic	Tipo de Agricultura praticada
5	IIN_of_infraes	Nível de oferta das infraestruturas básicas e turísticas
6	IIN_ei_local	Estado da indústria local
7	IN_águaelect	Funcionamento dos sistemas de fornecimento de água potável e de eletricidade
8	IIN_ss_basico	Sistema de saneamento básico
9	IIN_esviaces	Estado de estradas e vias de acesso locais
10	IIN_retelepos	Nível de cobertura local das redes de telecomunicações e postal
11	PDL_tra_apro	Rede de transportes público, de turistas de carga e de aprovisionamento
12	PO_profuturis	Nível de Profissionalização do sector do turismo
13	PO_seguturis	Segurança nos destinos turísticos
14	PO_rentaturis	Políticas de gestão e rentabilização das zonas turísticas
15	PO_pdt_locais	Planos diretores locais de turismo
16	PO_vp_hicult	Inclusão dos valores do património histórico e cultural locais no desenvolvimento do turismo
17	DDS_me_plan	Metodologia utilizada para a definição de políticas e elaboração de planos de desenvolvimento local
18	DDS_in_actor	Interação entre os atores de desenvolvimento local
19	PS_desempreg	Desemprego
20	PS_exc_locais	Exclusão das comunidades locais
21	PS_con_terras	Conflito de terras
22	PS_de_fanatur	Dependência de fatores naturais para a sobrevivência da população rural
<b>VARIAVEIS DO SISTEMA EXTERNO (ENVOLVENTE/ANGOLA)</b>		
<b>Nº var</b>	<b>Código</b>	<b>Variáveis</b>
23	DFG_corrup	Corrupção acentuada
24	DFG_buroess	Burocracia excessiva
25	DFG_npctien	Nepotismo e clientelismo
26	DFG_desorg	Desorganização
27	DFG_adcentr	Administração centralizada
28	DE_de_petro	Dependência do petróleo
29	IRF_fat_banc	Formas de atendimento nos bancos comerciais
30	IRF_jurosbanc	Taxas de juro aplicadas pelos bancos comerciais
31	IRF_critfinanc	Critérios de acesso ao financiamento
32	IAG_tratagric	Tratamento dado à Agricultura
33	IAG_tec_aplic	Tecnologias aplicadas
34	IInf_tratindustr	Tratamento dado à indústria nacional
35	IInf_assiregion	Assimetrias regionais em investimentos
36	PL_dl-atpum	Rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga
37	PO_fex_PDT	Formas de execução do Plano Diretor do Turismo 2011-2020
38	PO_preços	Preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país
39	PO_cumpr-lei	Cumprimento da Política nacional de turismo e da lei do património histórico, cultural e natural
40	PO_crit_vistos	Critérios de concessão de vistos para turistas
41	DDS_modelo	Modelo de desenvolvimento aplicado
42	DE_qu_ensino	Qualidade do sistema nacional de ensino e aposta na formação técnica e profissional
43	DS_qu_spublic	Qualidade do sistema nacional de saúde pública
44	PS_exc_social	Exclusão social
45	PS_exd_rural	Êxodo rural e explosão urbana

Fonte : elaboração própria

Como se pode ver, do quadro 1, ao nível do sistema interno (Huíla), criámos cinco grupo de variáveis, nomeadamente: as variáveis do desvio entre a administração local e sistema económico local, as do investimento local, do planeamento do turismo na Huíla, do desenvolvimento sustentável na Huíla e variáveis dos problemas sociais na Huíla. Ao nível do sistema externo (envolvente nacional – Angola), criámos quatro grupos de variáveis que são: variáveis do desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional, das relações financeiras e de investimento, do planeamento, organização e logística do turismo a nível nacional, e variáveis dos problemas sociais nacionais (para uma melhor visualização veja também o quadro 2).

Posteriormente, os códigos das variáveis foram usados no *software* MICMAC, que determinou o nível de influência e dependência e o seu grau de importância como se pode constatar no quadro 2.

Quadro 2: Variáveis da Matriz de Influências e Dependências Diretas do Sistema

Nº var.	Código	Nome da variável	Y Influência	X Depend.	Grau de import.
<b>SISTEMA INTERNO (HUILA)</b>					
<b>VARIÁVEIS DO DESVIO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E SISTEMA ECONÓMICO LOCAL</b>					
1	DFA_local	Modelo de administração local	156	261	70%
2	DE_sp_local	Sistema produtivo local	428	407	100%
<b>VARIÁVEIS DO INVESTIMENTO LOCAL</b>					
3	IRF_fe_local	Formas de financiamento dos empresários locais	125	73	90%
4	IA_a_pratic	Tipo de Agricultura praticada	104	386	95%
5	IIN_of_infraes	Nível de oferta das infraestruturas básicas e turísticas	167	282	100%
6	IIN_ei_local	Estado da indústria local	282	313	75%
7	IN_águaelect	Funcionamento dos sistemas de fornecimento de água potável e de eletricidade	135	334	80%
8	IIN_ss_basico	Sistema de saneamento básico	292	459	90%
9	IIN_esviasces	Estado de estradas e vias de acesso locais	125	219	90%
10	IIN_retelepos	Nível de cobertura local das redes de telecomunicações e postal	240	250	80%
<b>VARIÁVEIS DO PLANEAMENTO DO TURISMO EM HUILA</b>					
11	PDL_tra_apro	Rede de transportes público, de turistas de carga e de aprovisionamento	104	104	100%
12	PO_profituris	Nível de Profissionalização do sector do turismo	532	574	100%
13	PO_seguturis	Segurança nos destinos turísticos	188	229	60%
14	PO_rentaturis	Políticas de gestão e rentabilização das zonas turísticas	146	125	100%
15	PO_pdt_locais	Planos diretores locais de turismo	407	250	100%
16	PO_vp_hicult	Valores do património histórico e cultural locais no desenvolvimento do turismo	135	114	100%

Nº var.	Código	Nome da variável	Y Influência	X Depend.	Grau de import.
<b>VARIÁVEIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM HUÍLA</b>					
17	DDS_me_plan	Metodologia utilizada para a definição de políticas e elaboração de planos de desenvolvimento local	156	219	75%
18	DDS_in_actor	Interação entre os atores de desenvolvimento local	219	219	100%
<b>VARIÁVEIS DOS PROBLEMAS SOCIAIS EM HUÍLA</b>					
19	PS_desempreg	Desemprego	114	83	70%
20	PS_exc_locais	Exclusão das comunidades locais	156	229	85%
21	PS_con_terras	Conflito de terras	114	219	100%
22	PS_de_fanatur	Dependência de fatores naturais para a sobrevivência da população rural	177	208	80%
<b>SISTEMA EXTERNO (envolvente nacional – ANGOLA)</b>					
<b>VARIÁVEIS DO DESVIO ENTRE AS FORMAS DE GOVERNAÇÃO E SISTEMA ECONÓMICO NACIONAL</b>					
23	DFG_corrup	Corrupção acentuada	62	73	50%
24	DFG_buroess	Burocracia excessiva	417	417	100%
25	DFG_npclien	Nepotismo e clientelismo	637	303	100%
26	DFG_desorg	Desorganização	459	250	90%
27	DFG_adcentr	Administração centralizada	125	177	75%
28	DE_de_petro	Dependência do petróleo	125	135	100%
<b>VARIÁVEIS DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO</b>					
29	IRF_fat_banc	Formas de atendimento nos bancos comerciais	376	261	80%
30	IRF_jurosban	Taxas de juro aplicadas pelos bancos comerciais	52	167	60%
31	IRF_critfinanc	Critérios de acesso ao financiamento	62	114	30%
32	IAG_tratagric	Tratamento dado à Agricultura	73	114	75%
33	IAG_tec_aplic	Tecnologias aplicadas	198	114	85%
34	IInf_tratindustr	Tratamento dado à indústria nacional	334	198	90%
35	IInf_assiregion	Assimetrias regionais em investimentos	167	208	90%
<b>VARIÁVEIS DO PLANEAMENTO, ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DO TURISMO A NÍVEL NACIONAL</b>					
36	PL_dl-atpum	Rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga	501	303	100%
37	PO_fex_PDT	Formas de execução do Plano Diretor do Turismo 2011-2020	73	156	90%
38	PO_preços	Preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país	449	229	100%
39	PO_cumpr-lei	Cumprimento da Política nacional de turismo e da lei do património histórico, cultural e natural	188	271	90%
40	PO_crit_vistos	Critérios de conceção de vistos para turistas	208	135	60%
<b>VARIÁVEIS DOS PROBLEMAS SOCIAIS NACIONAIS</b>					
41	DDS_modelo	Modelo de desenvolvimento aplicado	240	146	90%
42	DE_qu_ensino	Qualidade do sistema nacional de ensino e aposta na formação técnica e profissional	261	282	95%
43	DS_qu_spublic	Qualidade do sistema nacional de saúde pública	156	52	50%

Nº var.	Código	Nome da variável	Y Influência	X Depend.	Grau de import.
44	PS_exc_social	Exclusão social	146	62	50%
45	PS_exd_rural	Êxodo rural e explosão urbana	208	250	80%

Fonte: elaboração própria a partir do output micmac

### 9.3.2. Análise estrutural do grau de importância das variáveis no sistema socioeconómico e político da Huíla

Como se pode observar do quadro nº 2, no domínio das variáveis do desvio entre a administração local e sistema económico local, o sistema produtivo local é 100% importante e o modelo de administração local é 70% importante para alavancar o desenvolvimento do turismo sustentável na Huíla. No que diz respeito às variáveis do investimento local, em termos de importância destacam-se o nível de oferta das infraestruturas básicas e turísticas, na ordem dos 100%, o tipo de agricultura praticada 95%, as formas de financiamento dos empresários locais o sistema de saneamento básico, o estado de estradas e vias de acesso locais o seu grau de importância situa-se na casa dos 90% respetivamente. Por sua vez, o funcionamento dos sistemas de fornecimento de água potável e de eletricidade, o nível de cobertura local das redes de telecomunicações e postal são 80% importantes e o estado da indústria local é 75% importante. No grupo do planeamento do turismo na Huíla encontramos um grande número de variáveis cuja importância se situa na ordem dos 100%, nomeadamente a rede de transportes públicos, de turistas, de carga e de aprovisionamento, o nível de profissionalização do sector do turismo, as políticas de gestão e rentabilização das zonas turísticas, os planos diretores locais de turismo e a inclusão dos valores do património histórico e cultural locais no desenvolvimento do turismo. A segurança nos destinos turísticos é importante em 60%. No grupo das variáveis do desenvolvimento sustentável na Huíla, a interação entre os atores de desenvolvimento local é 100% importante e as metodologias utilizadas para a definição de políticas e elaboração de planos de desenvolvimento local o seu grau de importância situa-se na ordem dos 75%. Por último, uma variação do grau de importância liderada pelos conflitos de terras assume os 100%, seguindo-se a exclusão das comunidades locais com 85%, a dependência de fatores naturais para a

sobrevivência da população rural 80%, e o desemprego 70%, que se situam no grupo das variáveis dos problemas sociais na Huíla.

Sobre o sistema externo (envolvente nacional – Angola) do quadro nº 1, observa-se que as variáveis que influenciam o desenvolvimento do turismo local na Huíla se situam no grupo do desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional, a burocracia excessiva, o nepotismo e clientelismo e a dependência do petróleo são as variáveis mais importantes na ordem dos 100%, seguindo-se por ordem descendente a desorganização 90%, a administração centralizada 75% e corrupção acentuada com 50% em graus de importância. No grupo das variáveis das relações financeiras e de investimento, o tratamento dado à indústria nacional, a assimetrias regionais em investimentos lideram a grau de importância na ordem dos 90%, as tecnologias aplicadas aparecem na segunda posição com 85% de importância, as formas de atendimento nos bancos comerciais na terceira posição com 80% e nas três últimas posições situam-se o tratamento dado à agricultura com 75%, as taxas de juro aplicadas pelos bancos comerciais com 60% e os critérios de acesso ao financiamento com 30% em termos de grau de importância. No grupo das variáveis do planeamento, organização e logística do turismo a nível nacional, destacam-se a rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga, as formas de execução do Plano Diretor do Turismo 2011-2020 e os preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país com o grau de importância a situar-se na ordem dos 100%. O cumprimento da política nacional de turismo e da lei do património histórico, cultural e natural é de 90%, e os critérios de concessão de vistos para turistas 60%, na última posição. Por último, observa-se no grupo das variáveis dos problemas sociais nacionais que a qualidade do sistema nacional de ensino e aposta na formação técnica e profissional é a variável mais importante na ordem dos 95%, seguindo-se o modelo de desenvolvimento aplicado com 90%, o êxodo rural e explosão urbana com 80%, a qualidade do sistema nacional de saúde pública com 50% e a exclusão social com 50% graus de importância.

### 9.3.3. Análise estrutural das influências diretas e indiretas e das dependências das variáveis no sistema socioeconómico e político da Huíla

Do quadro nº2, verifica-se que na dimensão das variáveis do desvio entre a administração local e sistema económico local, o sistema produtivo local é mais influente do que dependente e o modelo de administração local é mais dependente do que influente no sistema de desenvolvimento do turismo sustentável na Huíla. Relativamente às variáveis do investimento local, verifica-se que o sistema de saneamento básico e estado da indústria local são as variáveis mais influentes e, ao mesmo tempo, muito dependentes. Além dessas, são também influentes e muito dependentes, o nível de cobertura local das redes de telecomunicações e postal e o nível de oferta das infraestruturas básicas e turísticas. Observa-se também que o tipo de agricultura praticada, o funcionamento dos sistemas de fornecimento de água potável e de eletricidade são variáveis muito dependentes do que influentes. Na dimensão do planeamento do turismo na Huíla podemos constatar duas variáveis muito influentes e também dependentes que são nomeadamente o nível de profissionalização do sector do turismo e os planos diretores locais de turismo. Por sua vez, observa-se que a rede pública de transportes, de turistas, de carga e de aprovisionamento é a variável menos influente. No grupo das variáveis do desenvolvimento sustentável na Huíla verifica-se que a interação entre os atores de desenvolvimento local é a variável mais influente e ao mesmo tempo dependente. E, finalmente, no seio das variáveis dos problemas sociais na Huíla observam-se duas muito influentes e também muito dependentes, tratando-se da dependência de fatores naturais para a sobrevivência da população rural e da exclusão das comunidades locais.

No que diz respeito ao sistema externo (envolvente nacional – Angola) (Cf. quadro 2), na dimensão das variáveis do desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional, observam-se três variáveis que influenciam muito o desenvolvimento do turismo local na Huíla, mas que, simultaneamente são também muito dependentes, ou seja, por ordem de influência, o nepotismo e clientelismo, a desorganização e a burocracia excessiva. Por sua vez, a corrupção acentuada é menos influente e muito

dependente. No grupo das variáveis das relações financeiras e de investimento, são mais influentes as formas de atendimento nos bancos comerciais e o tratamento dado à indústria nacional, e são menos influentes e muito dependentes as taxas de juro aplicadas pelos bancos comerciais e os critérios de acesso ao financiamento. Na dimensão das variáveis do planeamento, organização e logística do turismo a nível nacional observam-se duas variáveis muito influentes e também dependentes, que são os preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país e a rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga, respetivamente. As formas de execução do Plano Diretor do Turismo 2011-2020 são menos influentes e muito dependentes. Por último, no grupo das variáveis dos problemas sociais nacionais verificam-se três variáveis muito influentes e também dependentes aparecendo, por ordem de influência, em primeiro lugar a qualidade do sistema nacional de ensino e aposta na formação técnica e profissional, seguindo-se o modelo de desenvolvimento aplicado e o êxodo rural e explosão urbana. E menos influente e também menos dependente a exclusão social.

A figura que se segue representa um Plano das Influências/ Dependências Diretas que foram produzidas pelo *software* MICMAC a partir dos dados constantes da Matriz de Influências e Dependências Diretas do Sistema (MIDDS) (Cf. quadro 2 em anexo) por nós elaborada. E sintetiza as relações de influência diretas entre as variáveis que podem influenciar o sistema de desenvolvimento local do turismo na Huíla.



No quadrante 2 são visíveis três **“variáveis de ligação”**, ou seja: **12.** Planeamento do turismo na Huíla que se traduz pelo nível de profissionalização do setor do turismo (PO\_ profituris); **2.** Desvio entre a administração local e sistema económico local do qual resulta o sistema produtivo local (DE\_sp\_local) e **24.** Desvio entre as Formas de Governação e o Sistema Económico Nacional caracterizado pela burocracia excessiva (DFG\_buroess); As variáveis de ligação são muito motrizes e muito dependentes e jogam um papel fundamental no sistema, na medida em que conforme Godet (1998) elas transmitem a influência das variáveis mais motrizes às variáveis dependentes.

No quadrante 3 aparecem duas **“variáveis resultado”** pertencentes à categoria do investimento local, nomeadamente, **8.** Sistema de saneamento básico (IIN\_ss\_basico) e **4.** Tipo de agricultura praticada (IA\_a\_pratic). Trata-se de variáveis pouco motrizes e muito dependentes, ou seja, são variáveis muito condicionadas pela dinâmica do sistema, e que exercem pouca influência sobre ele. No quadrante 4 aparece o maior número de **“variáveis excluídas”**, pouco motrizes e pouco dependentes, cujo papel é pouco relevante ao nível do sistema onde se destacam (I) as variáveis dos problemas sociais nacionais representadas pelo, **41.** Modelo de desenvolvimento aplicado (DDS\_modelo) pela, **43.** Qualidade do sistema nacional de saúde pública (DS\_qu\_spublic) e pela **44.** Exclusão social (PS\_exc\_social). (II) as variáveis dos problemas sociais na Huíla caracterizadas pelo, **19.** Desemprego (PS\_desempreg), pela **20.** Exclusão das comunidades locais (PS\_exc\_locais), pelos **21.** Conflito de terras (PS\_con\_terras) e pela **22.** Dependência de fatores naturais para a sobrevivência da população rural; (PS\_de\_fanatur). (III) variáveis do desenvolvimento sustentável na Huíla representadas pela **17.** Metodologia utilizada para a definição de políticas e elaboração de planos de desenvolvimento local (DDS\_me\_plan) e pela **18.** Interação entre os atores de desenvolvimento local (DDS\_in\_actor). (IV) variáveis do planeamento do turismo na Huíla caracterizadas pela **11.** Rede de transportes público, de turistas de carga e de aprovisionamento (PDL\_tra\_apro), pela **14.** Políticas de gestão e rentabilização das zonas turísticas (PO\_rentaturis) e pelos **16.** Valores do património histórico e cultural locais no desenvolvimento do turismo (PO\_vp\_hicult). (V) variáveis do investimento local caracterizadas pelas, **3.** Formas de financiamento dos empresários locais (IRF\_fe\_local) e pelo **9.**

Estado de estradas e vias de acesso locais (IIN\_esviaces). (VI) variáveis das relações financeiras e de investimento caracterizadas pelas **30**. Taxas de juro aplicadas pelos bancos comerciais (IRF\_juros banc), pelos **31**. Critérios de acesso ao financiamento (IRF\_critfinanc), pelo **32**. Tratamento dado à agricultura (lag\_tratagric), pelas **33**. Tecnologias aplicadas (lag\_tec\_aplic) e pelas **35**. Assimetrias regionais em investimentos (linf\_assiregion). (VII) variáveis do planeamento, organização e logística do turismo a nível nacional representadas pelas **37**. Formas de execução do Plano Diretor do Turismo 2011-2020 (PO\_fex\_PDT) e pelo **40**. Critério de conceção de vistos para turistas (PO\_crit\_vistos). (VIII) variáveis do desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional, caracterizadas pela **23**. Corrupção acentuada (DFG\_corrup), e pela **27**. Administração centralizada (DFG\_adcentr) assim como pela **28**. Dependência do petróleo (DE\_de\_petro).

Muito próximo ao eixo horizontal e numa interseção que abrange todos os quadrantes, aparecem as “**variáveis pelotão**” que são: **15**. Planos diretores locais de turismo, (PO\_pdt\_locais); **29**. Formas de atendimento nos bancos comerciais (IRF\_fat\_banc); **34** Tratamento dado à indústria nacional (linf\_tratindustr); **6**. Estado da indústria local (IIN\_ei\_local); **42**. Qualidade do sistema nacional de ensino e aposta na formação técnica e profissional (DE\_qu\_ensino); **10**. Nível de cobertura local das redes de telecomunicações e postal (IIN\_retelepos); **45**. Êxodo rural e explosão urbana (PS\_exd\_rural); **39**. Cumprimento da política nacional de turismo e da lei do património histórico, cultural e natural (PO\_cumpr-lei); **13**. Segurança nos destinos turísticos (PO\_seguturis); **5**. Nível de oferta das infraestruturas básicas e turísticas (IIN\_of\_infraes); **1**. Modelo de administração local (DFA\_local); **7**. Funcionamento dos sistemas de fornecimento de água potável e de eletricidade (IN\_águaelect). Esse conjunto de variáveis, embora se reconheça que podem desempenhar um nível de influência no sistema de desenvolvimento local, a sua significância encontra-se muito dependente das variáveis motrizes.

De forma geral, a análise da figura revela que o desenvolvimento local sustentável e do turismo na Huíla dependem muito das formas de governação e do sistema económico nacional, bem como do planeamento organização e logística do turismo a nível nacional.

O quadro que se segue apresenta a síntese da localização por quadrante das variáveis da figura número 13, assim como o nível de influência, de dependência e de importância no sistema de desenvolvimento local na Huíla obtidos a partir do *output* MicMAC.

Quadro 3: variáveis do plano de influências e dependências diretas do sistema

Nº da variável	Código	Nome da variável	Y Inf	X Dep	% Imp
<b>1.- Variáveis Motrizes</b>					
25	DFG_npclien	Nepotismo e clientelismo	61	29	100%
36	PL_dl-atpum	Rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga	48	29	100%
26	DFG_desorg	Desorganização	44	24	90%
38	PO_preços	Preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país	43	22	100%
<b>2.- Variáveis de Ligação</b>					
12	PO_profuturis	Nível de profissionalização do sector do turismo	51	55	100%
2	DE_sp_local	Sistema produtivo local	41	39	100%
24	DFG_buroess	Burocracia excessiva	40	40	100%
<b>3.- Variáveis Resultado</b>					
8	IIN_ss_basico	Sistema de saneamento básico	28	44	90%
4	IA_a_pratic	Tipo de agricultura praticada	10	37	95%
<b>4.- Variáveis Excluídas</b>					
41	DDS_modelo	Modelo de desenvolvimento aplicado	23	14	90%
40	PO_crit_vistos	Critérios de conceção de vistos para turistas	20	13	60%
33	lag_tec_aplic	Tecnologias aplicadas	19	11	85%
18	DDS_in_actor	Interação entre os atores de desenvolvimento local	17	21	100%
22	PS_de_fanatur	Dependência de fatores naturais para a sobrevivência da população rural	17	20	80%
35	linf_assiregion	Assimetrias regionais em investimentos	16	20	90%
17	DDS_me_plan	Metodologia utilizada para a definição de políticas e elaboração de planos de desenvolvimento local	15	21	75%
20	PS_exc_locais	Exclusão das comunidades locais	15	22	85%
43	DS_qu_spublic	Qualidade do sistema nacional de saúde pública	15	5	50%
14	PO_rentaturis	Políticas de gestão e rentabilização das zonas turísticas	14	12	100%
44	PS_exc_social	Exclusão social	14	6	50%
16	PO_vp_hicult	Valores do património histórico e cultural locais no desenv. Turismo	13	11	100%
3	IRF_fe_local	Formas de financiamento dos empresários locais	12	7	90%
9	IIN_esviaces	Estado de estradas e vias de acesso locais	12	21	90%
27	DFG_adcentr	Administração centralizada	12	17	75%
28	DE_de_petro	Dependência do petróleo	12	13	100%
19	PS_desempreg	Desemprego	11	8	70%
21	PS_con_terras	Conflito de terras	11	21	100%
11	PDL_tra_apro	Rede de transportes público, de turistas de carga e de aprovisionamento	10	10	100%
32	lag_tratagric	Tratamento dado à agricultura	7	11	75%
37	PO_fex_PDT	Formas de execução do Plano Diretor do Turismo 2011-2020	7	15	90%
23	DFG_corrup	Corrupção acentuada	6	7	50%
31	IRF_critfinanc	Critérios de acesso ao financiamento	6	11	30%
30	IRF_jurosbanc	Taxas de juro aplicadas pelos bancos comerciais	5	16	60%
<b>5.- Variáveis de Pelotão</b>					
15	PO_pdt_locais	Planos diretores locais de turismo	39	24	100%
29	IRF_fat_banc	Formas de atendimento nos bancos comerciais	36	25	80%
34	linf_tratindustr	Tratamento dado à indústria nacional	32	19	90%
6	IIN_ei_local	Estado da indústria local	27	30	75%
42	DE_qu_ensino	Qualidade do sistema nacional de ensino e aposta na formação técnica e profissional	25	27	95%
10	IIN_retelepos	Nível de cobertura local das redes de telecomunicações e postal	23	24	80%
45	PS_exd_rural	Êxodo rural e explosão urbana	20	24	80%
39	PO_cumpr-lei	Cumprimento da política nacional de turismo e da lei do património histórico, cultural e natural	18	26	90%
13	PO_seguturis	Segurança nos destinos turísticos	18	22	60%
5	IIN_of_infraes	Nível de oferta das infraestruturas básicas e turísticas	16	27	100%
1	DFA_local	Modelo de administração local	15	25	70%
7	IN_águaelect	Funcionamento dos sist. Fornecimento de água potável e de eletricidade	13	32	80%
Total			957	957	

Fonte: síntese do painel de peritos e elaboração própria a partir do *output* MicMac.

Quanto ao nível de influências diretas, do quadro número 3 observa-se que o desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional caracterizado pelo nepotismo e clientelismo [(1)-DFG\_npclien] pela desorganização, [(4)-DFG\_desorg] e pela burocracia excessiva [(7)-DFG\_buroess], o planeamento organização e logística do turismo a nível nacional, caracterizado pela rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga [(3)-PL\_dl-atpu) e pelos preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país [(5)-PO\_preços], as relações financeiras e de investimento nacional que se traduz nas formas de atendimento nos bancos comerciais [(9)-IRF\_fat\_banc] e no tratamento dado à indústria nacional [(10)-IInf\_tratindustr], bem como o planeamento do turismo na Huíla que se caracteriza pela profissionalização do turismo [ (2)-PO\_profituris] e pelos planos diretores de turismo locais [(8)-PO\_pdt\_locais]; além do desvio entre a administração local e sistema económico local, que dá lugar ao sistema produtivo local [(6)-DE\_sp\_local] são as dez variáveis mais influentes do sistema. Do conjunto dessas variáveis verifica-se que quatro pertencem as variáveis motrizes e seis pertencem às variáveis de ligação e de pelotão, sendo três para cada grupo, respetivamente (Cf. Quadro 3). Por sua vez as dez variáveis mais dependentes são as: do planeamento do turismo na Huíla que se caracterizam pela profissionalização do turismo [(1)-PO\_profituris]), do desvio entre a administração local e sistema económico local, que se notabiliza pelo sistema produtivo local [(4)-DE\_sp\_local]; do investimento local caracterizado pelo sistema de saneamento básico [(2)-IIN\_ss\_basico]), pelo tipo de agricultura praticada [(5)-IA\_a\_pratic]), pelo estado da indústria local [ (7)-IIN\_ei\_local] e pelo funcionamento dos sistemas de fornecimento de água potável e de eletricidade [ (6)-IN\_ águaelect]; do desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional caracterizado pela burocracia excessiva [(3)-DFG\_buroess] e pelo nepotismo e clientelismo [(8)-DFG\_npclien]; do Planeamento Organização e Logística do Turismo a Nível Nacional, caracterizado pela rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga [(9)-PL\_dl-atpu]; e dos problemas sociais nacionais caracterizados pela qualidade do sistema nacional de ensino e aposta na formação técnica e profissional [(10)-DE\_qu\_ensino] (Cf. Quadro 3).

De forma geral, observa-se que a análise do MICMAC revelou que a maioria destas variáveis são simultaneamente, muito influentes e muito dependentes como se pode constatar no quadro número 4 que se apresenta na página seguinte em que se resume a síntese do posicionamento das variáveis mais influentes e mais dependentes. Por seu turno verifica-se que muitas das variáveis que influenciam o desenvolvimento local e do turismo na Huíla fazem parte do sistema externo. A tendência de haver um elevado número de variáveis simultaneamente mais motrizes e mais dependentes (variáveis de ligação e de pelotão) permite-nos considerar que o desenvolvimento local e do turismo na Huíla apresenta uma certa instabilidade, e em função dessa realidade é muito sensível à alteração na dinâmica de qualquer uma destas variáveis. Neste sentido, a melhoria do desenvolvimento local sustentável e do turismo na Huíla terá que ter em consideração a correção destas variáveis.

Quadro 4: posição das variáveis por influência direta e por dependência direta no sistema

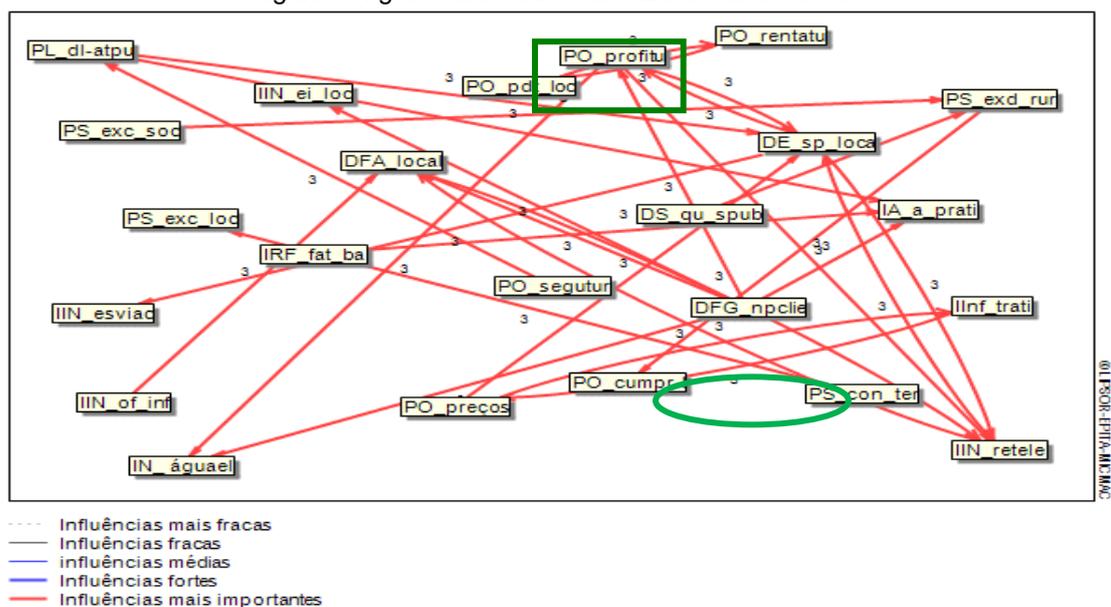
Influência Direta			Dependência Direta		
Posição	Nº VAR.	Variável (Código)	Posição	Nº VAR.	Variável (Código)
1	25	DFG_npclien	1	12	PO_profituris
2	12	PO_profituris	2	8	IIN_ss_basico
3	36	PL_dl-atpum	3	24	DFG_buroess
4	26	DFG_desorg	4	2	DE_sp_local
5	38	PO_preços	5	4	IA_a_pratic
6	2	DE_sp_local	6	7	IN_águaelect
7	24	DFG_buroess	7	6	IIN_ei_local
8	15	PO_pdt_locais	8	25	DFG_npclien
9	29	IRF_fat_banc	9	36	PL_dl-atpum
10	34	IInf_tratindustr	10	42	DE_qu_ensino
11	8	IIN_ss_básico	11	5	IIN_of_infraes
12	6	IIN_ei_local	12	39	PO_cumpr-lei
13	42	DE_qu_ensino	13	29	IRF_fat_banc
14	10	IIN_retelepos	14	1	DFA_local
15	41	DDS_modelo	15	26	DFG_desorg
16	40	PO_crit_vistos	16	15	PO_pdt_locais
17	45	PS_exd_rural	17	10	IIN_retelepos
18	33	IAG_tec_aplic	18	45	PS_exd_rural
19	13	PO_seguturis	19	38	PO_preços
20	39	PO_cumpr-lei	20	13	PO_seguturis
21	18	DDS_in_actor	21	20	PS_exc_locais
22	22	PS_de_fanatur	22	18	DDS_in_actor
23	5	IIN_of_infraes	23	17	DDS_me_plan
24	35	IInf_assiregion	24	9	IIN_esviaces
25	1	DFA_local	25	21	PS_con_terras
26	17	DDS_me_plan	26	22	PS_de_fanatur
27	20	PS_exc_locais	27	35	IInf_assiregion
28	43	DS_qu_spublic	28	34	IInf_tratindustr
29	14	PO_rentaturis	29	27	DFG_adcentr
30	44	PS_exc_social	30	30	IRF_juros banc
31	7	IN_águaelect	31	37	PO_fex_PDT
32	16	PO_vp_hicult	32	41	DDS_modelo
33	3	IRF_fe_local	33	40	PO_crit_vistos
34	9	IIN_esviaces	34	28	DE_de_petro
35	27	DFG_adcentr	35	14	PO_rentaturis
36	28	DE_de_petro	36	33	IAG_tec_aplic
37	19	PS_desempreg	37	16	PO_vp_hicult
38	21	PS_con_terras	38	32	IAG_tratagric
39	4	IA_a_pratic	39	31	IRF_critfinanc
40	11	PDL_tra_apro	40	11	PDL_tra_apro
41	32	IAG_tratagric	41	19	PS_desempreg
42	37	PO_fex_PDT	42	3	IRF_fe_local
43	23	DFG_corrup	43	23	DFG_corrup
44	31	IRF_critfinanc	44	44	PS_exc_social
45	30	IRF_juros banc	45	43	DS_qu_spublic

Fonte: elaboração própria a partir do output MicMac

A figura 14 representa o grafo das influências diretas, determinado a partir da Matriz de Influências e Dependências Direta do Sistema (MIDDS) (Cf. quadro 2) e permite-nos observar as variáveis mais influenciadas e as variáveis mais influentes (estas últimas marcadas com a cor verde). Neste sentido, por exemplo, a variável “desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional nepotismo e clientelismo” (DFG-npclie) influencia fortemente às variáveis “planeamento do turismo na Huíla profissionalização do turismo” (PO\_profitur), “desvio entre a administração local e o sistema económico local” (DFA\_local) “estado da indústria local” (IIN\_ei local), “tipo de

Agricultura praticada” (IA\_a\_prat) e “nível de cobertura local das redes de telecomunicações e postal» ( IIN\_retelepos). Por sua vez verifica-se também que a variável “planeamento do turismo na Huíla profissionalização do turismo (PO\_profitur), poderá impulsionar a elaboração dos planos de desenvolvimento do turismo local (PO\_pdt\_locais), às políticas de gestão e rentabilização das zonas turísticas e por conseguinte ao desenvolvimento do sistema produtivo local (DE\_sp\_local). Impondo neste caso uma série de desafios para se poder projetar o desenvolvimento sustentável local e do turismo na Huíla. (Cf. quadro 4).

Figura 14: grafo das influências diretas do sistema



Fonte: elaboração própria a partir do output MICMAC

Quadro 5: sistematização das variáveis-chave do sistema e as influências mais significativas

Tipo de Desafios	Dimensão-chave	Código	Variáveis mais influentes	
<b>Desafios do Sistema Interno da Huíla</b>	Desvio entre a administração local e sistema económico local	DE_sp_local	Sistema produtivo local	
	Investimento local	IIN_ss_basico	Sistema de saneamento básico	
		IIN_ei_local	Estado da indústria local	
		IIN_retelepos	Nível de cobertura local das redes de telecomunicações e postal	
	Planeamento do turismo na Huíla	PO_profuturis	Nível de Profissionalização do sector do turismo	
		PO_pdt_locais	Planos diretores locais de turismo	
		PO_seguturis	Segurança nos destinos turísticos	
	Desenvolvimento sustentável na Huíla	-----	[sem influência significativa]	
	Problemas sociais na Huíla	-----	[sem influência significativa]	
	<b>Desafios do Sistema Externo (contexto nacional de Angola)</b>	Desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional	DFG_npclien	Nepotismo e clientelismo
DFG_desorg			Desorganização	
DFG_buroes			Burocracia excessiva	
Relações financeiras e de investimento		IRF_fat_banc	Formas de atendimento nos bancos comerciais	
		IInf_tratindust	Tratamento dado à indústria nacional	
		IAG_tec_aplic	Tecnologias aplicadas	
Planeamento, organização e logística do turismo a nível nacional		PL_dl-atpum	Rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga	
		PO_preços	Preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país	
		PO_crit_vistos	CrITÉrios de conceção de vistos para turistas	
		PO_cumpr-lei	Cumprimento da Política nacional de turismo e da lei do património histórico, cultural e natural	
Problemas sociais nacionais		DE_qu_ensino	Qualidade do sistema nacional de ensino e aposta na formação técnica e profissional	
		DDS_modelo	Modelo de desenvolvimento aplicado	
		PS_exd_rural	Éxodo rural e explosão urbana	
<b>Motriz do sistema</b>		(variável motriz)	DFG_npclien	Nepotismo e clientelismo
			PL_dl-atpum	Rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga
	DFG_desorg		Desorganização	
	PO_preços		Preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país	

Fonte: elaboração própria a partir do output MICMAC

No quadro acima verifica-se que, ao nível do sistema interno (Huíla), tendo em conta ao desvio entre a administração local e o sistema económico local, para se projetar o desenvolvimento local e do turismo na província, urge a necessidade de se prestar maior atenção ao sistema produtivo local, à profissionalização do setor do turismo, a elaboração dos planos diretores locais de turismo, a criação dos mecanismos de segurança nos destinos turísticos, bem como maiores investimentos ao nível do sistema de saneamento básico, da indústria e das redes de telecomunicações e postal locais. Além de se levar em consideração ao nível do sistema externo (contexto nacional de Angola) inerente correção do desvio entre as formas de governação e o sistema

económico nacional, das relações financeiras e de investimento, e do planeamento, organização e logística do turismo a nível nacional, para, desta maneira, se poder combater o nepotismo e clientelismo, a desorganização, a burocracia excessiva e melhorar-se as formas de atendimento nos bancos comerciais. Simultaneamente, é necessário, também, optar-se por um novo modelo de desenvolvimento aplicado capaz de melhorar a qualidade do sistema nacional de ensino, apostando na formação técnica e profissional e na indústria nacional, com a aplicação das novas tecnologias. Impõe-se, igualmente, a melhoria da rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga, dos preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país, dos critérios de concessão de vistos para turistas com vista ao cumprimento da política nacional de turismo e da lei do património histórico, cultural e natural de modo a conter o êxodo rural e explosão urbana e a resolver os problemas sociais nacionais.

Quadro 6: síntese das variáveis mais influentes e das mais dependentes do sistema sócio-económico-político da Huíla e as suas influências no desenvolvimento e planeamento sustentável do turismo

Mais influentes			Mais dependentes		
1	DFG_npclien	Nepotismo e clientelismo	1	PO_profituris	Nível de Profissionalização do sector do turismo
2	PO_profituris	Nível de Profissionalização do sector do turismo	2	IIN_ss_basico	Sistema de saneamento básico
3	PL_dl-atpum	Rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga	3	DFG_buroess	Burocracia excessiva
4	DFG_desorg	Desorganização	4	DE_sp_local	Sistema produtivo local
5	PO_preços	Preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país	5	IA_a_pratic	Tipo de Agricultura praticada
6	DE_sp_local	Sistema produtivo local	6	IN_águaelect	Funcionamento dos sist. fornecimento de água potável e de electricidade
7	DFG_buroess	Burocracia excessiva	7	IIN_ei_local	Estado da indústria local
8	PO_pdt_locais	Planos diretores locais de turismo	8	DFG_npclien	Nepotismo e clientelismo
9	IRF_fat_banc	Formas de atendimento nos bancos comerciais	9	PL_dl-atpum	Rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga
10	IInf_tratindustr	Tratamento dado à indústria nacional	10	DE_qu_ensino	Qualidade do sistema nacional de ensino e aposta na formação técnica e profissional

Fonte: elaboração própria a partir do output MICMAC

## 9.4. Estratégia de Atores

Os atores estabelecem relações entre si em torno de uma ação coletiva que se realiza em diversos momentos da elaboração de projetos de intervenção, podendo assumir uma forma de jogo estratégico, entre as organizações, e é caracterizado pela existência de relações de força e pelos conflitos de interesses que guiam os seus comportamentos (Friedberg 1993, Guerra 2006). De acordo com François Eymard-Duvarnay (1999) *apud* Guerra (2006), embora a racionalidade dos atores não seja suficiente para entender a complexidade das interações entre atores, o ponto de partida do jogo estratégico de atores é o reconhecimento da existência da heterogeneidade dos seus projetos e interesses contraditórios. Contudo, os diferentes atores agem de forma racional em varias situações e se consciencializam em maior ou em menor grau em torno de uma estratégia.

### 9.4.1. Caracterização dos atores

Na perspetiva de Godet (1993:63), atores são aqueles que “desempenham um papel importante no sistema por intermédio de variáveis que caracterizam os seus projetos e que os controlam mais ou menos”. Para Friedberg (1993), atores são aqueles que influenciam e/ou são influenciados por variáveis num determinado contexto de ação concreta. Guerra (2006) complementa dizendo que são grupos, organizações ou indivíduos que podem afetar ou serem afetados pela concretização dos objetivos de uma empresa ou de um programa de intervenção e que, para o efeito, possuem informações, recursos e experiência para a formulação de estratégias para a sua implementação.

Assim, partindo destes pressupostos neste estudo e tendo em conta as informações fornecidas pelo Ministério da Hotelaria e Turismo, assim como dos dados recolhidos junto do Governo Provincial, da Direção Provincial da Cultura e do Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla, selecionamos 20 atores principais que podem influenciar e/ou serem influenciados pelo desenvolvimento local do turismo sustentável na Huíla, numa lista que inclui os atores públicos e privados (Cf. Quadro 7). Posteriormente, procedeu-se à

aplicação de uma entrevista semiestruturada aos mesmos que permitiu a obtenção de dados que depois de serem analisados pelo método MACTOR permitiram-nos fazer a análise estratégica de atores, ou seja a informação relativa aos objetivos estratégicos e sua hierarquização, dependências dos atores entre si, meios de ação, potenciais interesses e conflitos entre atores e finalmente analisamos as relações de forças existentes, a implicação dos atores em (1MAO), (2MAO), (3MAO) e o grau de mobilização e convergência dos atores face aos objetivos.

Quadro 7: principais atores do sistema sócio-económico-político da Huíla e as suas influências no desenvolvimento e planeamento sustentável do turismo

Nº. Var	CÓDIGO*	ATOR-CHAVE
1	AHORESIA	Associação dos Hotéis Restaurantes e Similares de Angola
2	AAVOTA	Associação das Agências de Viagens e Turismo de Angola
3	AGUITA	Associação dos Guias Turísticos de Angola
4	DHTH	Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla
5	DPCH	Departamento do Património Cultural da Huíla
6	DACH	Departamento da Ação Cultural da Huíla
7	CTH	Clube de Turismo da Huíla
8	AGUITA-HUI	Associação dos Guias Turísticos de Angola na Huíla
9	SNSM	Santuário da Nossa Senhora do Monte
10	DCS	Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
11	AAC	Associação Construindo Comunidades
12	CDAEPS	Comissão Dinamizadora do Associativismo Empresarial Privado e Similar
13	AAPCIL	Associação Agropecuária Comercial e Industrial do Lubango
14	ADRA-HUÍLA	Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente na Huíla
15	Cidadão	Cidadão
16	Trab_Tur	Trabalhadores do sector do turismo
17	Municípios	Municípios
18	Gov_Reg	Governo Provincial
19	Gov_Nac	Governo Nacional
20	Turistas	Turistas

Nota: \* Código no Software MACTOR. Fonte: elaboração própria a partir do painel de peritos

#### 9.4.2. Desafios e objetivos estratégicos dos atores

Os atores (pessoas, instituições, organizações ou grupos sociais) possuem perspectivas e expectativas diferentes que os motivam a se envolverem em projetos de planeamento ou de intervenção social, e a se mobilizarem face aos diferentes objetivos ou ações propostas (Guerra 2006), em torno de desafios estratégicos. Nesta lógica de pensamento, do quadro 8 apresentamos um conjunto diversificado de potenciais objetivos, resultantes do diagnóstico orientado e da análise estrutural que produziu as variáveis-chave, motrizes e de pelotão, aos quais solicitamos o posicionamento dos atores da nossa investigação, como se irá observar mais adiante nas matrizes das posições.

Quadro 8: desafios e objetivos associados à “lógica de ação estratégica dos atores”

Desafios estratégicos	Nº. var.	Código	Objetivos associados
A – Promoção da Qualidade na Atividade do Turismo na Huíla	1	QualProd	Melhoria da Qualidade do Produto Turístico
	2	CrescProc	Crescimento da procura
	3	FormaTrab	Qualificação dos trabalhadores do sector
	4	CapEmpr	Capacitação Empresarial
B – Melhoria do Processo de Desenvolvimento do Turismo na Huíla	5	DesenvProd	Desenvolvimento de novos produtos turísticos
	6	Reg_Planos	Regionalização e localização dos Planos de Desenvolvimento
	7	CreditoEspec	Linhas de Créditos especiais
	8	Prof_Sect	Profissionalização do setor de serviços
	9	DivEcnLoc	Diversificação da economia local
	10	Val_Local	Valorização dos sistemas de conhecimento endógeno locais
C – Regulação do Processo de Desenvolvimento do Turismo na Huíla	11	Norm_preço	Normalização dos preços aplicados no setor do turismo
	12	Norm_AdPub	Combate aos desvíos e normalização da administração pública

Fonte: elaboração própria a partir do painel de peritos

Conforme se pode constatar no quadro número 8, os objetivos estão divididos em torno de três desafios estratégicos do desenvolvimento local do turismo: ou seja, a promoção da qualidade na atividade do turismo na Huíla, a melhoria do processo de desenvolvimento do turismo na Huíla e a regulação do processo de desenvolvimento do turismo na Huíla.

A matriz das posições simples, representada pelo quadro 9 1MAO<sup>101</sup> relaciona os atores com os objetivos. Da sua leitura verifica-se que a AAVOTA é o ator que assume a totalidade dos objetivos propostos, seguindo-se o CTH com 9 objetivos, o DACH com 8 objetivos a AHORESIA e os cidadãos com 7 objetivos, a AGUITA, a AAC, a AAPCIL e o governo provincial com 6 objetivos. A ADRA-Huíla e o SNSM são os atores que menos aderem aos objetivos propostos. Estes resultados refletem a diferença entre os atores que, por conseguinte, adotam estratégias de valorização dos objetivos de diferentes maneiras. Mais adiante, iremos analisar de forma detalhada a atuação específica da estratégia dos atores a partir da matriz 2MAO relativa às posições favoráveis e de oposição.

<sup>101</sup> A matriz 1MAO (Matriz Atores x Objetivos) foi elaborada no quadro, da investigação e lê-se em linha. Neste sentido, quando aparece o código -1 significa que o ator é desfavorável ao cumprimento do objetivo; quando surge o 1 significa que o ator é favorável ao cumprimento do objetivo na sua estratégia; e quando aparece o 0 significa uma posição neutra, ou seja, o ator não possui esse objetivo.

Quadro 9: Matriz objetivos x atores (posições simples) (1MAO)

1MAO	QualProd	CrescProc	FormaTrab	CapEmpr	DesenvProd	Reg_Planos	CreditoEspec	Prof_Sect	DivecnLoc	Val_Local	Norm_prego	Norm_AdPub	Soma absoluta
AHORESIA	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	7
AAVOTA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
AGUITA	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	6
DHTH	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	3
DPCH	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	5
DACH	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	8
CTH	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	9
AGUITA-HUI	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	5
SNSM	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
DCS	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
AAC	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	6
CDAEPS	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	3
AAPCIL	1	0	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	6
ADRA-HUÍLA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cidadao	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1	1	0	7
Trab_Tur	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	4
Municipos	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	4
Gov_Reg	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	6
Gov_Nac	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3
Turistas	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	4
Quantidade de acordos	10	5	7	8	9	12	8	11	9	6	11	8	
Número de discordâncias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Número de posições	10	5	7	8	9	12	8	11	9	6	11	8	

© LIPSOR-EPITA-MACTOR

Fonte: output MACTOR

O quadro 10 representa a matriz relativa às posições favoráveis e de oposição objetivo/ atores (matriz 2MAO) que indica o modo como cada ator se posiciona face a cada um dos objetivos. Trata-se de uma matriz de posições dos atores perante cada objetivo onde surge valorizada a importância atribuída cada um deles para o cumprimento da sua estratégia de desenvolvimento do turismo local. Para tal, foi usada uma escala de 4 posições, em que o 0 significa que o objetivo é pouco consequente ; o código 1 indica que o objetivo tem consequências sobre os processos do ator e, é indispensável para o bom funcionamento dos processos operacionais, de gestão, etc. o número 2 significa que o objetivo tem consequências sobre os projetos do ator e, é indispensável para a realização de seus projetos ; o 3 significa que o objetivo tem consequências sobre a missão do ator, e é indispensável para o cumprimento de sua missão. Finalmente o 4, indica que o objetivo tem consequências sobre a existência do ator e, é indispensável para a sua perenidade.

Quadro 10: Matriz objetivos x atores (posições favoráveis e de oposição) (2MAO)

2MAO	QualProd	CrescProc	FormaTrab	CapEmpr	DesenvProd	Reg_Planos	CreditoSpec	Prof_Sect	DivEcnLoc	Val_Local	Norm_preço	Norm_AdPub
AHORESIA	2	0	0	0	1	0	3	3	0	1	1	3
AAVOTA	4	3	2	3	3	2	2	3	4	4	3	3
AGUITA	3	0	2	0	2	3	0	0	2	0	0	2
DHTH	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	2
DPCH	0	0	0	2	0	1	0	2	0	0	2	2
DACH	3	0	0	1	1	2	2	3	3	0	3	0
CTH	3	3	0	2	1	4	2	4	3	0	3	0
AGUITA-HUI	0	0	0	3	0	2	0	3	2	0	2	0
SNSM	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	2	0
DCS	2	0	4	0	2	0	0	0	0	0	0	0
AAC	2	0	4	0	3	0	0	0	0	3	2	3
CDAEPS	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
AAPCIL	2	0	0	1	0	2	1	1	0	1	0	0
ADRA-HUILA	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cidadao	0	2	0	4	0	2	0	1	1	1	3	0
Trab_Tur	0	0	0	0	3	3	4	0	2	0	0	0
Municipos	1	0	0	0	0	0	3	0	0	2	3	0
Gov_Reg	4	1	0	0	4	3	3	0	2	0	0	0
Gov_Nac	0	0	4	0	0	0	0	2	0	0	0	4
Turistas	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	4	4

© LIPSOR-EPI/TA-MACTOR

Fonte: output MACTOR

Do quadro número 10 observa-se que a AAVOTA é favorável a realização de todos os objetivos, na proporção de 2 para 4, sendo a qualificação dos trabalhadores do setor, a regionalização e localização dos planos de desenvolvimento, e a concessão de linhas de créditos especiais os objetivos que têm consequências sobre os projetos da AAVOTA e, indispensáveis para a realização de seus projetos. O crescimento da procura, a capacitação empresarial, o desenvolvimento de novos produtos turísticos, a profissionalização do setor de serviços, a normalização dos preços aplicados no setor do turismo e o combate aos desvios e normalização da administração pública são objetivos que têm consequências sobre a sua missão e, por conseguinte, indispensáveis para o cumprimento de sua missão. Por último verifica-se que a melhoria da qualidade do produto turístico, a diversificação da economia local e a valorização dos sistemas de conhecimento endógeno locais são objetivos que têm consequências sobre a existência da AAVOTA e indispensáveis para a sua perenidade. Do mesmo quadro verifica-se também que o CTH, o DACH a AHORESIA, o Cidadão a AGUITA, a AAC, a AAPCIL e o governo provincial, são outros atores favoráveis a realização do maior número de objetivos. A ADRA-Huíla e o SNSM aparecem como sendo os atores

favoráveis a realização do menor número de objetivos. Neste sentido, a qualificação dos trabalhadores do setor aparece como sendo o objetivo que tem consequências sobre a missão da ADRA-Huíla e indispensável para o cumprimento de sua missão; a normalização dos preços aplicados no setor do turismo aparece como o objetivo que tem consequências sobre os projetos do SNSM e, indispensável para a realização de seus projetos, além da profissionalização do setor de serviços, como objetivo que tem consequências sobre a sua existência e, é indispensável para a sua perenidade.

Do quadro 11, que representa a Matriz objetivos x atores (posições ponderadas) (3MAO), constata-se uma grande mobilização da AAVOTA em relação a realização de todos os objetivos, seguindo-se o governo provincial, o DACH, a AGUITA, o CTH, a AHORESIA, os turistas, o Cidadão e os municípios. Verifica-se também que os atores estabelecem uma série de acordos com destaque sobre a melhoria da qualidade do produto turístico (28,7 acordos), a regionalização e localização dos planos de desenvolvimento (28,4 acordos), a normalização dos preços aplicados no setor do turismo (26,5 acordos), a profissionalização do setor de serviços (24,9 acordos), e sobre o combate aos desvios e normalização da administração pública (23,2 acordos).

Quadro 11: Matriz objetivos x atores (posições ponderadas) (3MAO)<sup>102</sup>

3MAO	QualProd	CrescProc	Formatrab	CapEmpr	DesenvProd	Reg_Planos	CreditoSpec	Prof_Sect	DIVEcnLoc	Val_Local	Norm_preço	Norm_AdPub	Mobilização
AHORESIA	2,5	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	3,7	3,7	0,0	1,2	1,2	3,7	17,2
AAVOTA	5,6	4,2	2,8	4,2	4,2	2,8	2,8	4,2	5,6	5,6	4,2	4,2	50,4
AGUITA	4,2	0,0	2,8	0,0	2,8	4,2	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0	2,8	19,7
DHTH	0,0	0,0	0,0	2,7	0,0	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	8,1
DPCH	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	0,8	0,0	1,7	0,0	0,0	1,7	1,7	7,5
DACH	3,4	0,0	0,0	1,1	1,1	2,3	2,3	3,4	3,4	0,0	3,4	0,0	20,4
CTH	2,2	2,2	0,0	1,5	0,7	3,0	1,5	3,0	2,2	0,0	2,2	0,0	18,6
AGUITA-HUI	0,0	0,0	0,0	2,2	0,0	1,5	0,0	2,2	1,5	0,0	1,5	0,0	9,0
SNSM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	1,2	0,0	3,6
DCS	1,5	0,0	3,1	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,1
AAC	1,0	0,0	1,9	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	1,0	1,4	8,2
CDAEPS	0,0	2,7	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	5,4
AAPCIL	2,3	0,0	0,0	1,1	0,0	2,3	1,1	1,1	0,0	1,1	0,0	0,0	9,1
ADRA-HUILA	0,0	0,0	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5
Cidadao	0,0	1,7	0,0	3,4	0,0	1,7	0,0	0,8	0,8	0,8	2,5	0,0	11,8
Trab_Tur	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	2,2	2,9	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	8,8
Municipios	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	2,4	3,6	0,0	10,9
Gov_Reg	4,8	1,2	0,0	0,0	4,8	3,6	3,6	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	20,5
Gov_Nac	0,0	0,0	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	2,7	6,7
Turistas	0,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	4,0	4,0	12,0
Quantidade de acordos	28,7	12,0	19,8	17,9	20,1	28,4	21,6	24,9	21,6	12,7	26,5	23,2	
Número de discordâncias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Grau de mobilização	28,7	12,0	19,8	17,9	20,1	28,4	21,6	24,9	21,6	12,7	26,5	23,2	

© LPSOR-EPITA-MACTOR

Fonte: output MACTOR

<sup>102</sup> Os valores positivos representam o posicionamento favorável dos atores em relação aos objetivos; os valores negativos representam o nível de oposição.

### 9.4.3. Relações de forças existentes entre os atores

Entre os pares de atores podem existir relações de força que se estudam, normalmente através de duas matrizes: a MID (Matriz das Influências Diretas), que descreve as influências diretas entre pares de atores, e a MIDI (Matriz das Influências Diretas e Indiretas), que apresenta as influências diretas e indiretas entre atores. No ponto que se segue vamos analisar a forma como se influenciam os atores do sistema de desenvolvimento local do turismo na Huíla.

### 9.4.4. Influências diretas e indiretas entre os atores

A partir da Matriz de Influências Diretas Atores x Atores (MID), que geralmente se elabora a partir do quadro de estratégia de atores e que descreve as influências diretas entre atores<sup>103</sup> (Cf. quadro 12), analisamos as influências diretas entre os atores, o que permitiu a constatação dos atores mais e menos influentes. Todavia, para se obter um nível de informação mais relevante, o método MACTOR, recomenda que, além da análise das influências diretas, é conveniente também que sejam analisadas as influências indiretas, a partir da construção da MIDI, ou seja, da Matriz de Influências Diretas e Indiretas. Deste modo, os valores contidos nesta matriz indicam-nos a importância das influências diretas e indiretas entre atores, na medida em que, no somatório em linha temos uma visão do grau de influência direta e indireta de cada ator (Ii) e no somatório da coluna temos o grau de dependência direta e indireta de cada ator (Di).

---

<sup>103</sup> O nível de influência é classificado numa escala de 0 a 4, de acordo com o nível de intensidade, em que 0= sem influência direta; 1= influência fraca (na realização de processos); 2= influência razoável ou temporária (na realização de projetos); 3= influência forte (cumprimento da missão do ator); 4= influência muito forte (existência do próprio ator nível do governo local).

Quadro12: matriz das influências diretas (MID)

MID	AHORESIA	AAVOTA	AGUITA	DHHT	DPCH	DACH	CTH	AGUITA-HUI	SNSM	DCS	AAC	CDAEPS	AAPCIL	ADRA-HUILA	Cidadao	Trab_Tur	Municipios	Gov_Reg	Gov_Nac	Turistas
AHORESIA	0	3	3	0	2	4	0	1	0	0	0	2	1	0	0	2	4	1	0	1
AAVOTA	3	0	1	4	3	1	3	3	1	4	2	0	0	0	4	3	3	2	3	2
AGUITA	3	0	0	3	3	0	4	3	0	2	2	0	3	1	1	3	2	3	2	1
DHHT	0	4	3	0	1	1	3	3	1	1	1	1	0	2	2	0	0	0	3	1
DPCH	0	2	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	4	2	0	0	0	0	2
DACH	4	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	3	0	0	1	3	0	0	0
CTH	0	3	4	2	0	0	2	1	0	0	0	2	2	2	0	0	2	0	0	0
AGUITA-HUI	0	3	4	3	0	0	2	0	1	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
SNSM	0	3	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1
DCS	0	3	1	0	0	0	0	2	1	0	2	0	0	0	2	0	2	2	3	1
AAC	0	2	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1
CDAEPS	4	1	1	0	0	0	2	1	0	1	0	0	0	1	3	0	0	0	0	2
AAPCIL	0	3	4	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	2
ADRA-HUILA	0	3	4	3	0	0	2	0	1	3	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Cidadao	0	3	0	1	2	0	1	1	2	2	2	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Trab_Tur	3	3	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Municipios	4	2	2	1	0	4	2	1	0	2	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Gov_Reg	0	3	2	0	0	2	3	0	0	2	2	0	2	3	1	0	0	0	0	0
Gov_Nac	1	1	1	3	0	0	0	0	0	4	3	1	0	1	0	0	0	0	0	1
Turistas	2	2	1	2	2	0	0	0	2	2	3	0	0	1	1	0	0	0	1	0

© UFSOR-EPTA-MACTOR

Fonte: resultados do MACTOR

A matriz que se segue (Cf. quadro 13) representa a matriz MIDI que, além das influências diretas entre atores constantes na MID, representa também as influências que são estabelecidas indiretamente, através de um ator de ligação.

Quadro 13: matriz das influências diretas e indiretas (MIDI)<sup>104</sup>

MIDI	AHORESIA	AAVOTA	AGUITA	DHHT	DPCH	DACH	CTH	AGUITA-HUI	SNSM	DCS	AAC	CDAEPS	AAPCIL	ADRA-HUILA	Cidadao	Trab_Tur	Municipios	Gov_Reg	Gov_Nac	Turistas	∑
AHORESIA	19	15	13	11	9	11	15	12	4	12	10	4	9	7	12	10	12	8	7	9	190
AAVOTA	14	35	22	19	12	12	17	17	9	23	19	6	9	14	17	7	12	11	12	13	265
AGUITA	10	33	25	18	8	10	18	16	7	16	14	5	10	14	12	7	9	10	11	11	239
DHHT	10	22	18	21	11	3	17	17	9	22	14	3	8	10	14	7	9	9	12	12	227
DPCH	5	13	9	12	9	3	9	7	9	14	9	1	3	8	10	3	3	6	7	10	141
DACH	11	16	15	9	4	10	10	11	3	8	6	4	8	5	7	7	12	7	5	8	156
CTH	8	13	15	7	4	15	13	4	12	7	1	6	5	7	8	7	7	7	9	6	154
AGUITA-HUI	6	13	11	12	9	2	13	15	5	11	8	1	6	6	10	6	9	8	11	7	154
SNSM	4	10	7	9	6	1	6	8	7	8	6	0	2	3	8	4	4	4	7	7	104
DCS	8	16	10	13	8	6	12	9	6	18	15	1	4	6	11	4	6	10	9	9	163
AAC	5	10	8	7	5	4	7	7	5	9	9	3	3	5	7	3	5	5	6	7	111
CDAEPS	8	14	11	9	8	5	7	8	8	9	7	2	5	5	8	4	9	6	5	8	144
AAPCIL	11	12	11	13	9	3	12	10	5	11	8	3	4	6	9	8	5	5	9	7	157
ADRA-HUILA	7	14	13	13	8	2	12	15	4	11	8	2	7	7	9	7	9	7	13	8	169
Cidadao	5	18	9	10	9	5	9	10	9	13	12	1	4	8	13	3	6	7	8	10	156
Trab_Tur	8	12	9	7	6	5	8	9	3	7	4	4	5	3	5	7	8	4	5	6	118
Municipios	12	16	14	9	7	13	13	12	4	12	12	4	10	6	9	7	15	10	8	7	185
Gov_Reg	7	17	13	14	6	4	14	13	4	13	10	1	9	6	8	8	11	8	10	8	176
Gov_Nac	5	13	10	8	5	4	8	9	5	11	9	3	6	9	3	5	6	11	8	130	
Turistas	6	17	10	10	10	5	8	11	8	11	12	4	4	8	12	5	7	8	10	12	166
∑	150	294	228	218	147	102	215	214	111	233	190	51	115	131	184	111	148	138	164	161	3305

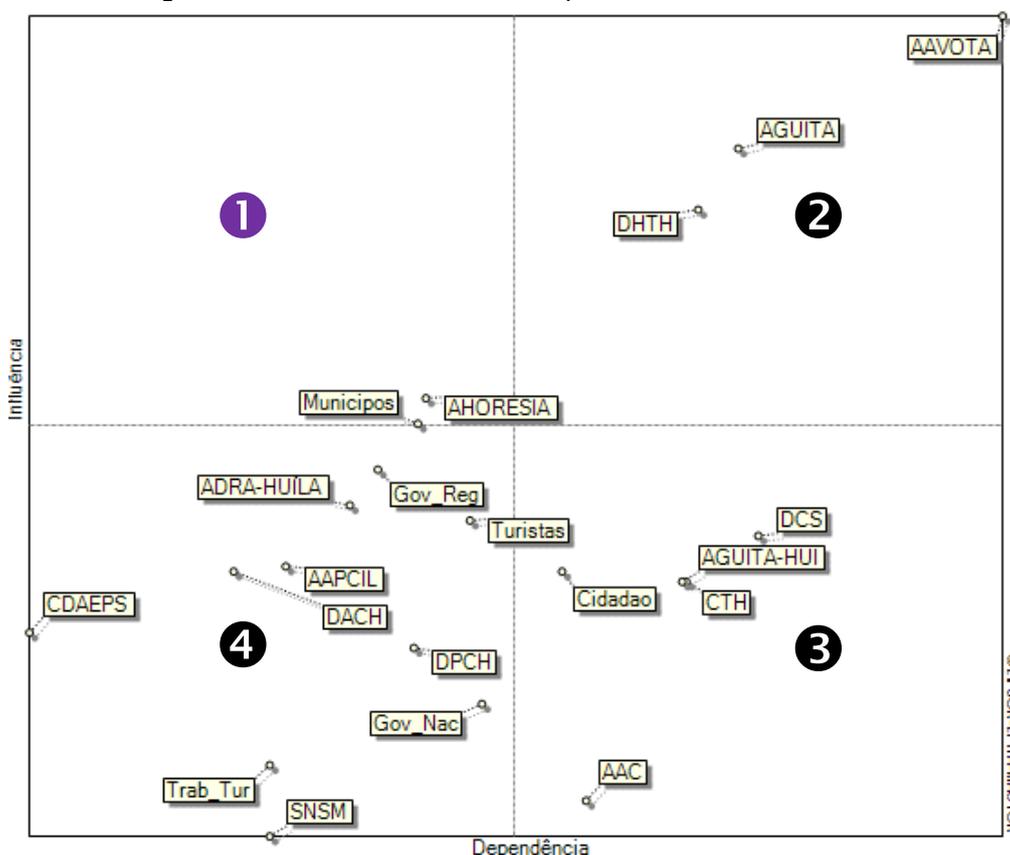
© UFSOR-EPTA-MACTOR

Fonte: output MACTOR

<sup>104</sup> Os valores representam as relações de influência direta e indireta existentes entre atores: assim, quanto maior o algarismo, maior será o nível de influência de um ator sobre outro.

Os resultados constantes do quadro 13 mostram que os atores mais influentes são a AAVOTA, a AGUITA, e o DHTH. Por sua vez, os atores mais dependentes são, por ordem decrescente a AAVOTA, o DCS, a AGUITA, o DHTH, o CTH e AGUITA-Huíla. Para uma melhor visibilidade temos o Plano de Influências e Dependências entre atores<sup>105</sup> (Cf. figura 15), que, nos ilustra a representação gráfica sobre o posicionamento dos atores em função das suas influências e dependências diretas e indiretas líquidas e que permite-nos fazer outras análises.

Figura 15: Plano de influências e dependências entre os atores



Fonte: elaboração própria a partir do output MACTOR

<sup>105</sup> O plano de influência /dependência dos atores é constituído a partir da definição dos pontos médios de motricidade e de dependência, determinados pela média aritmética entre o maior e menor valor de influência dependência. Os atores com motricidade acima do ponto médio de motricidade e abaixo do ponto médio de motricidade (quadrante superior esquerdo) são considerados motrizes, atores com motricidade abaixo do ponto médio de motricidade e dependência acima do ponto médio de dependência (quadrante inferior direito) são considerados atores dependentes. Por sua vez, os atores com alta influência e dependência são considerados de ligação (quadrante superior direito), são aqueles que, ao mesmo tempo, influenciam e são fortemente influenciados pelos atores do sistema. Atores com baixas influências e dependências (quadrante inferior esquerdo) tendem a ser independentes, ou seja, a princípio, não interagem de forma significativa com os outros atores.

Da análise do plano da figura 15 se constata que a AHORESIA e os municípios são os atores mais influentes (quadrante 1), por seu turno constatamos também que a AAVOTA, a AGUITA e o DHTH são atores com elevado grau de influência no sistema, mas são simultaneamente, muito dependentes (quadrante 2 do plano). Como atores muito dependentes e pouco influentes (quadrante 3) temos DCS, AGUITA-HUÍLA, os cidadãos, CTH e AAC. Importa referir que os atores ADRA-HUÍLA, Gov\_Reg, Turistas, AAPCIL, DACH, DPCH, CDAEPS, Gov\_Nac, são os atores mais dependentes e pouco influentes e têm a tendência de tomar as suas decisões a partir dos posicionamentos definidos pelos dois atores mais motrizes, que são nomeadamente os municípios e a AHORESIA e, em menor grau, pelo DCS, pela AGUITA-HUÍLA, pelos cidadãos, pelo CTH e pela AAC. Por último, os Trab\_Tur e SNSM apresentam-se como os atores menos dependentes e menos influentes (ou, seja, atores independentes) no sistema do desenvolvimento local do turismo em análise, e sendo assim, a sua participação no sistema é pouco importante (Cf. quadrante 4).

Em suma, podemos dizer que os atores mais influentes deste sistema são AHORESIA e os municípios, mas, atendendo que estes atores são muito influentes, e simultaneamente dependentes, podemos dizer que não existe nenhum ator-chave que seja suficientemente influente e pouco influenciado pelo sistema.

#### 9.4.5. Relação de forças e posição relativa dos atores

Se um ator possui uma influência alta, uma baixa dependência e uma fraca retroação, a sua relação de forças será mais elevada. Entretanto, um ator pode ter, simultaneamente, uma forte influência, uma dependência também muito forte e uma retroação importante, originando deste modo, uma relação de forças fraca. Por sua vez, um ator que tenha uma influência moderada, mas uma dependência e uma retroação nulas terá uma relação de forças

significativa. Os vetores das relações de força são calculados a partir da MIDI<sup>106</sup>.

Quadro 14: vetor das relações de força MIDI (influências diretas e indiretas)<sup>107</sup>

	$R_i$
AHORESIA	1,23
AAVOTA	1,40
AGUITA	1,40
DHTH	1,35
DPCH	0,83
DACH	1,13
CTH	0,74
AGUITA-HUI	0,75
SNSM	0,60
DCS	0,77
AAC	0,48
CDAEPS	1,35
AAPCIL	1,13
ADRA-HUÍLA	1,17
Cidadao	0,84
Trab_Tur	0,73
Municípios	1,21
Gov_Reg	1,21
Gov_Nac	0,67
Turistas	1,00

© LIPSOR-EMTIA-MACTOR

Fonte: output MACTOR

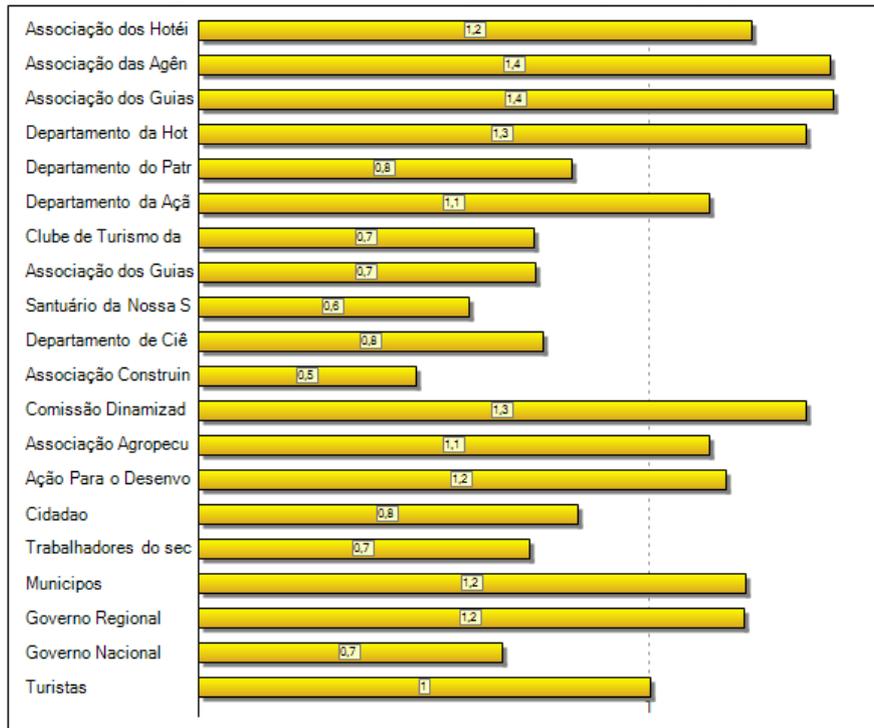
Como se pode observar do quadro 14 e da figura 16, os atores que possuem maior capacidade para influenciar os outros atores são, por ordem decrescente, a AAVOTA, a AGUITA, o DHTH, e a CDAEPS. Entretanto, a AHORESIA, a ADRA-Huíla, os municípios, o governo provincial, a AAPCIL, o DACH e os turistas, por apresentarem fatores de força (valores  $R_i$ ) acima de 1, por um lado, têm a tendência de serem também, atores motrizes no sistema<sup>108</sup>. Por outro lado, a AAC e o SNSM são os atores que possuem um poder reduzido para puderem impor os seus interesses dentro do sistema. Além desses, verifica-se também que os outros atores que têm a tendência de possuir menor capacidade de impor os seus interesses são por sua vez, o Governo Nacional, os trabalhadores, a AGUITA-Huíla, o CTH, o Cidadão, o DCS e o DPCH.

<sup>106</sup> Os fatores de força de cada ator ( $r_i$ ) são determinados a partir da matriz de influência indireta. O fator de força representa a capacidade que cada ator tem de influenciar os outros atores: quanto maior o fator de força, maior é o poder que esse ator tem para impor seus interesses dentro do sistema analisado.

<sup>107</sup>  $R_i$  é a relação de força do ator, tendo em conta as suas influências e dependências diretas e indiretas e sua retroação.

<sup>108</sup> Como já, se fez referência anteriormente, a partir da matriz de influência indireta são determinados os fatores de força de cada ator ( $r_i$ ). O fator de força representa a capacidade que cada ator tem de influenciar os outros: quanto maior o fator de força, maior é o poder que esse ator tem para impor seus interesses dentro do sistema analisado.

Figura 16: Gráfico das relações de força MIDI (Ri)



Fonte: output MACTOR

No quadro número 15 sobre o balanço das distâncias líquidas entre atores do sistema, analisam-se ao balanço líquido das influências dos atores. Assim de acordo com o método MACTOR, a influência de cada ator sobre os demais analisa-se com base no saldo líquido dos efeitos diretos e indiretos que mede, para cada par de atores, o diferencial das influências diretas e indiretas. Neste sentido, cada ator exerce (ou recebe) influências diretas e indiretas de segunda ordem sobre (ou por parte de) cada um dos outros atores, o excedente de influência exercida ou recebida. Assim, quando se trata do balanço positivo (sinal+), o ator i (nas linhas da matriz) exerce mais influências diretas e indiretas no ator j (nas colunas da matriz) do que aqueles que recebe desse ator. Quando se assinala com o (sinal -) verifica-se uma situação oposta que se caracteriza pelo saldo negativo. Posteriormente faz-se o cálculo para cada ator, do diferencial total das influências diretas e indiretas mediante a soma dos saldos líquidos das suas influências sobre os outros atores.

Quadro15: Balanço das distâncias líquidas entre atores do sistema<sup>109</sup>

BLI	AHORESIA	AAVOTA	AGUITA	DHTH	DPCH	DACH	CTH	AGUITA-HUI	SNSM	DCS	AAC	CDAEPS	AAPCIL	ADRA-HUILA	Cidadao	Trab_Tur	Municípios	Gov_Reg	Gov_Nac	Turistas	Soma
AHORESIA		1	3	1	4	0	7	6	0	4	5	-4	-2	0	7	2	0	1	2	3	40
AAVOTA	-1		-11	-3	-1	-4	4	4	-1	7	9	-8	-3	0	-1	-5	-4	-6	-1	-4	-29
AGUITA	-3	11		0	-1	-5	3	5	0	6	6	-6	-1	1	3	-2	-5	-3	1	1	11
DHTH	-1	3	0		-1	-6	2	5	0	9	7	-6	-5	-3	4	0	0	-5	4	2	9
DPCH	-4	1	1	1		-1	2	-2	3	6	4	-7	-6	0	1	-3	-4	0	2	0	-6
DACH	0	4	5	6	1		6	9	2	2	2	-1	5	3	2	2	-1	3	1	3	54
CTH	-7	-4	-3	-2	-2	-6		0	-2	0	0	-6	-6	-7	-2	0	-6	-7	1	-2	-61
AGUITA-HUI	-6	-4	-5	-5	2	-9	0		-3	2	1	-7	-4	-9	0	-3	-3	-5	2	-4	-60
SNSM	0	1	0	0	-3	-2	2	3		2	1	-8	-3	-1	-1	1	0	0	2	-1	-7
DCS	-4	-7	-6	-9	-6	-2	0	-2	-2		6	-8	-7	-5	-2	-3	-6	-3	-2	-2	-70
AAC	-5	-9	-6	-7	-4	-2	0	-1	-1	-6		-4	-5	-3	-5	-1	-7	-5	-3	-5	-79
CDAEPS	4	8	6	6	7	1	6	7	8	8	4		2	3	7	0	5	5	2	4	93
AAPCIL	2	3	1	5	6	-5	6	4	3	7	5	-2		-1	5	3	-5	-4	6	3	42
ADRA-HUILA	0	0	-1	3	0	-3	7	9	1	5	3	-3	1		1	4	3	1	7	0	38
Cidadao	-7	1	-3	-4	-1	-2	2	0	1	2	5	-7	-5	-1		-2	-3	-1	-1	-2	-28
Trab_Tur	-2	5	2	0	3	-2	0	3	-1	3	1	0	-3	-4	2		1	-4	2	1	7
Municípios	0	4	5	0	4	1	6	3	0	6	7	-5	5	-3	3	-1		-1	3	0	37
Gov_Reg	-1	6	3	5	0	-3	7	5	0	3	5	-5	4	-1	1	4	1		4	0	38
Gov_Nac	-2	1	-1	-4	-2	-1	-1	-2	-2	2	3	-2	-6	-7	1	-2	-3	-4		-2	-34
Turistas	-3	4	-1	-2	0	-3	2	4	1	2	5	-4	-3	0	2	-1	0	0	2		5

© LIPSOB-EPTA/MACTOR

Fonte: output MACTOR

Como se pode constatar da matriz do quadro 15 a CDAEPS que (soma = 93), o DACH (54), a AAPCIL (42), a AHORESIA (40), a ADRA-HUÍLA (38), o Gov\_Reg (38) e os Municípios (37) são os atores que exercem mais influências do que as que recebem. Pelo contrario, os demais atores, exercem pouca influência do que a que recebem. Verifica-se também, que todos os atores influenciados pertencem ao sistema interno (Huíla). Para uma melhor visualização apresentamos no quadro 16, a síntese sobre os atores mais influentes e os mais influenciados.

Quadro16: Sistematização das distâncias líquidas entre atores do sistema

Atores que são mais influentes do que influenciados	Atores que são mais influenciados do que influentes
Comissão Dinamizadora do Associativismo Empresarial Privado e Similar (CDAEPS)	Associação Construindo Comunidades (AAC)
Departamento da Ação Cultural da Huíla (DACH)	Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (DCS)
Associação Agropecuária Comercial e Industrial do Lubango (AAPCIL)	Clube de Turismo da Huíla (CTH)
Associação dos Hotéis Restaurantes e Similares de Angola (AHORESIA)	Associação dos Guias Turísticos de Angola na Huíla (AGUITA-HUI)
Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente na Huíla (ADRA-HUÍLA)	
Governo Provincial (Gov_Reg)	
Municípios (Municípios)	

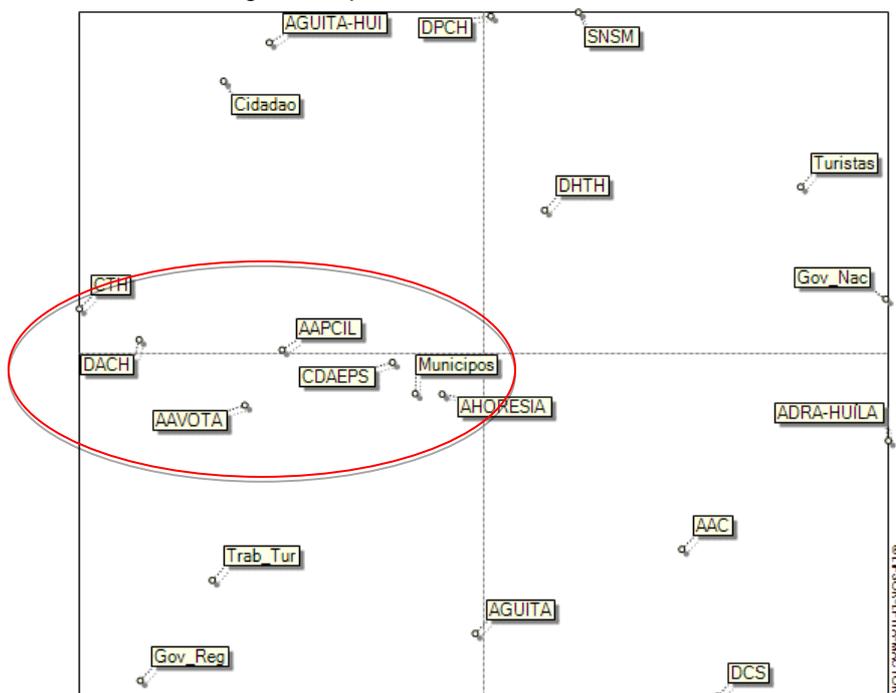
Fonte: elaboração própria a partir do output MACTOR

<sup>109</sup> O sinal (+) ator que exerce mais influência do que recebe; sinal (-) ator que exerce menos influência do que recebe.

Deste modo, pode-se dizer que a dinâmica do sistema de desenvolvimento local do turismo na Huíla é muito influenciada pelo conjunto de atores que influenciam mais o sistema do que são influenciados por este.

O plano das distâncias líquidas entre atores (Cf. figura 17) identifica os atores mais influentes assinalados a vermelho que inclui a AAPCIL, o DACH, a CDAEPS, os Municípios, e a AHORESIA. Muito próximo, posicionam-se também dois atores menos influentes com saldo negativo, ou seja, o CTH e a AAVOTA

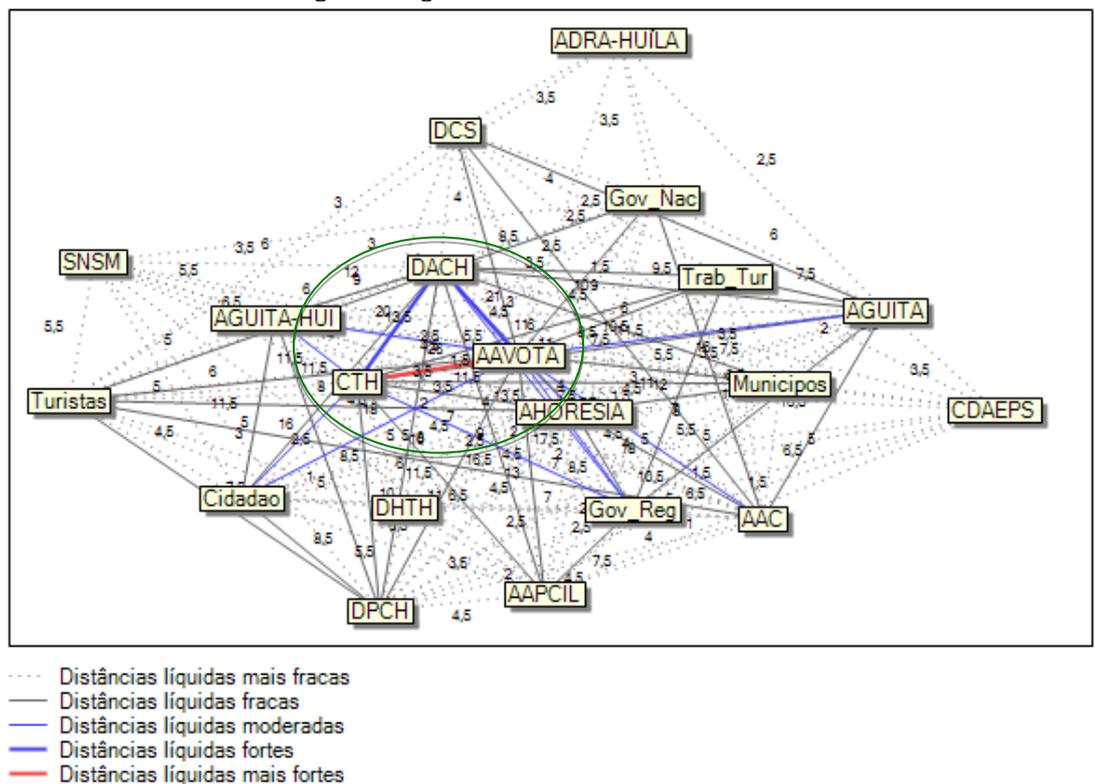
Figura 17: plano das distâncias entre atores



Fonte: output MACTOR

O grafo das distâncias entre atores (Cf. figura 18) assinalado a verde, mostra a posição de destaque assumida pelo CTH que se traduz em uma distância líquida mais forte entre este ator e a AAVOTA, bem como em distância líquida forte entre o CTH e o DACH, e entre este último e a AAVOTA, formando uma espécie de triângulo. Observa-se ainda uma série de distâncias líquidas moderadas entre o CTH e a AGUITA-Huíla e entre esta e a AAVOTA, bem como entre a AAVOTA e AHORESIA.

Figura 18: grafo das distâncias entre atores

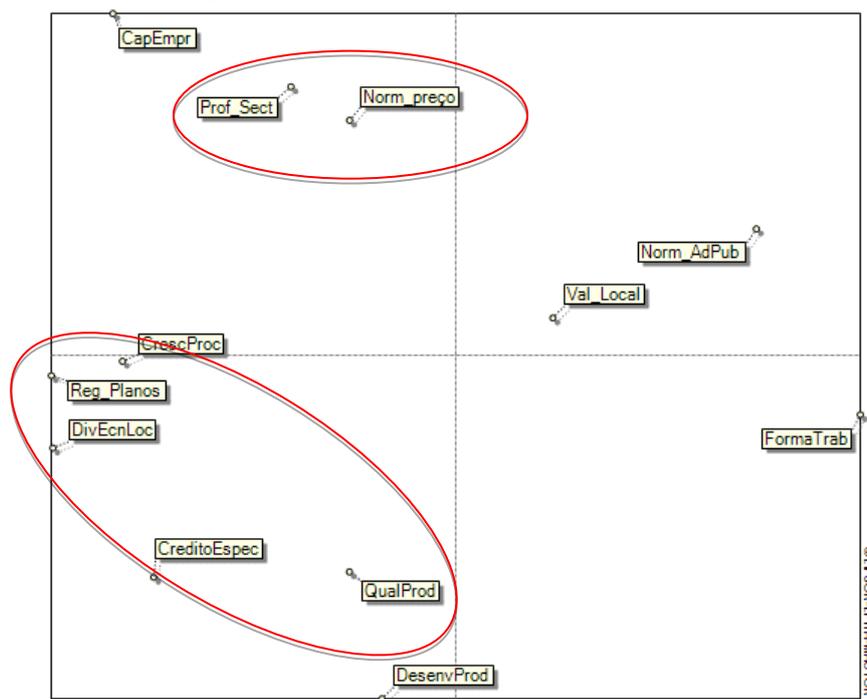


Fonte: output MACTOR

#### 9.4.6. Implicação dos atores no jogo para a concretização dos objetivos

A figura 19 representa o plano de Distancias Líquidas entre os objetivos em que se identifica os objetivos sobre os quais os atores se posicionam da mesma forma, ou seja, numa posição de concordância. Como se pode observar existem dois grupos de objetivos, assinalados a vermelho, sobre os quais os atores convergem significativamente. Assim, no primeiro grupo do quadrante superior esquerdo dos objetivos temos a profissionalização do setor de serviços (Prof\_Sect) (objetivo 8) e normalização dos preços aplicados no setor do turismo (Norm\_preço) (objetivo 11).

Figura19: Plano das distâncias entre objetivos

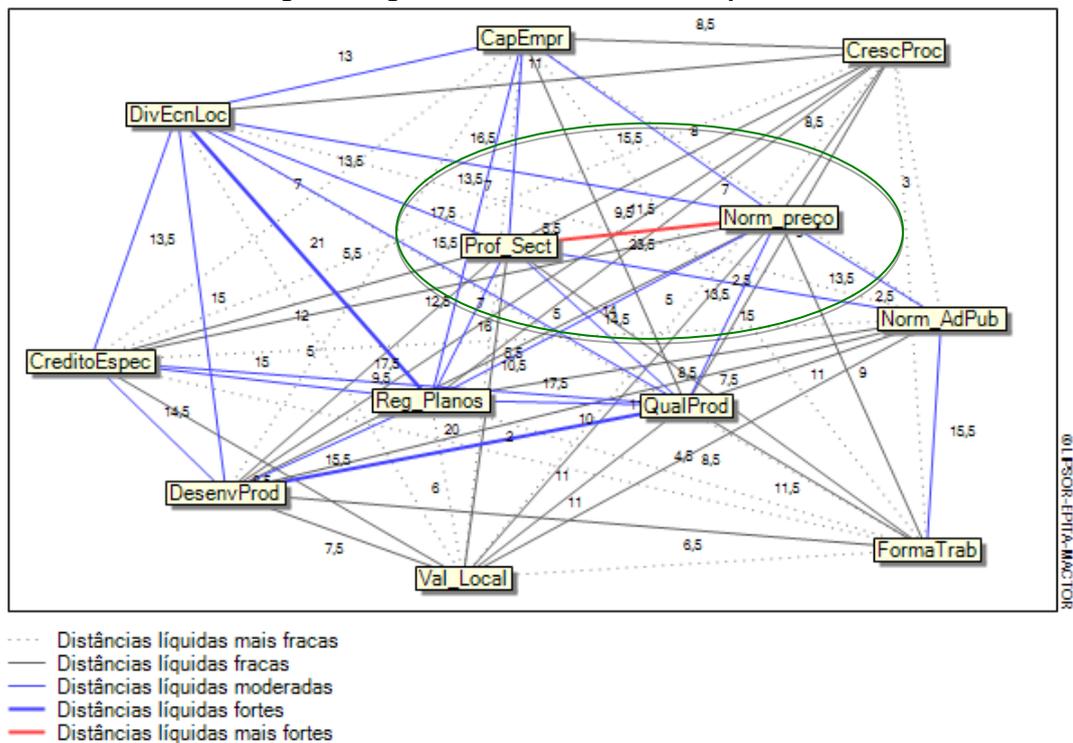


Fonte: output MACTOR

O segundo grupo é constituído por um conjunto de cinco objetivos: crescimento da procura (CrescProc) (objetivo 2); regionalização e localização dos planos de desenvolvimento (Reg\_Planos) (objetivo 6); diversificação da economia local (DivEcnLoc) (objetivo 9); linhas de créditos especiais (CreditoEspec) (objetivo7) e melhoria da qualidade do produto turístico (QualProd) (objetivo 1). Observa-se desta maneira, que existem dois grupos de objetivos sobre os quais existe a possibilidades de haver consensos mobilizadores que eventualmente podem concorrer para uma ação estratégica conjunta. Na medida em que os dois grupos de objetivos incluem maior parte dos objetivos, sete no total (com a exceção de cinco objetivos que são nomeadamente: (1) a capacitação empresarial (CapEmpr); (2) o Combate aos desvios e normalização da administração pública (Norm\_AdPub); (3) a Valorização dos sistemas de conhecimento endógeno local (Val\_Local) (4) a Qualificação dos trabalhadores do sector (FormaTrab) e (5) o Desenvolvimento de novos produtos turísticos. (DesenvProd) e espera-se que haja uma possibilidade de atuação estratégica de todos os atores, encetando parcerias que permitam a projeção do desenvolvimento local do turismo sustentável na Huíla.

A informação da figura 19 é complementada pelo grafo 20, em que se pode observar as distâncias líquidas mais fracas, fracas, moderadas, fortes e mais fortes entre os objetivos. Assim, como se pode observar do grafo 20 destaca-se a distância líquida mais forte entre a profissionalização do setor de serviços (Prof\_Sect) e a normalização dos preços aplicados no setor do turismo (Norm\_preço) que se encontra dentro do círculo assinalado em verde. Além disso salienta-se também as distâncias líquidas fortes entre a diversificação da economia local (DivEcnLoc) e a regionalização e localização dos planos de desenvolvimento (Reg\_Planos), bem como entre o desenvolvimento de novos produtos turísticos e a melhoria da qualidade do produto turístico (QualProd).

Figura 20: grafo das distâncias entre objetivos



Fonte: output MACTOR

#### 9.4.7. Convergência dos atores face aos objetivos

Com o objetivo de descodificação do posicionamento de cada ator face aos objetivos atrás identificados questionou-se os atores sobre a importância que pode assumir para cada um dos objetivos para o desenvolvimento do

turismo local na Huíla.<sup>110</sup> E deste modo foi possível determinar o grau de mobilização em torno dos objetivos, representados na Matriz de Convergência Valorizadas Ponderadas dos atores sobre os objetivos (2CAA)<sup>111</sup> (Cf. quadro 17), que visualiza o grau de concordância assumida por cada par de atores em relação ao conjunto de objetivos estratégicos.

Quadro 17: Matriz de convergências valorizadas ponderadas dos atores sobre os objetivos (2CAA)<sup>112</sup>

2CAA	AHORESIA	AAVOTA	AGUITA	DHTH	DPCH	DACH	CTH	AGUITA-HUI	SNSM	DCS	AAC	CDAEPS	AAPCIL	ADRA-HUILA	Cidadao	Trab_Tur	Municipos	Gov_Reg	Gov_Nac	Turistas
AHORESIA	0,0	18,0	6,5	2,5	6,5	11,0	11,5	4,5	5,0	3,5	10,5	0,0	7,0	0,0	5,0	5,5	8,0	8,5	6,0	8,0
AAVOTA	18,0	0,0	16,0	7,0	11,5	21,0	26,0	13,5	6,0	8,5	18,0	6,5	13,0	2,5	18,0	11,5	11,0	17,5	9,0	11,5
AGUITA	6,5	16,0	0,0	4,5	4,0	9,5	10,5	4,5	0,0	7,5	10,5	3,5	5,0	2,5	4,0	7,5	2,0	11,5	6,0	5,5
DHTH	2,5	7,0	4,5	0,0	5,5	3,5	5,0	4,5	0,0	2,5	1,5	3,5	0,0	5,0	2,5	0,0	2,5	3,0	3,0	3,0
DPCH	6,5	11,5	4,0	5,5	0,0	8,0	10,0	8,5	5,0	0,0	4,5	1,0	4,5	0,0	8,5	2,0	2,5	2,0	5,0	7,5
DACH	11,0	21,0	9,5	3,5	8,0	0,0	20,0	12,0	6,0	4,0	7,0	3,5	9,0	0,0	11,5	10,0	7,5	13,5	2,5	5,5
CTH	11,5	26,0	10,5	5,0	10,0	20,0	0,0	14,0	6,5	4,0	7,0	7,0	11,0	0,0	16,0	11,0	7,5	16,5	3,0	6,0
AGUITA-HUI	4,5	13,5	4,5	4,5	8,5	12,0	14,0	0,0	5,5	0,0	2,0	3,0	6,0	0,0	11,5	4,5	2,5	4,5	2,5	5,0
SNSM	5,0	6,0	0,0	0,0	5,0	6,0	6,5	5,5	0,0	0,0	2,0	0,0	2,5	0,0	5,0	0,0	2,5	0,0	3,0	5,5
DCS	3,5	8,5	7,5	0,0	0,0	4,0	4,0	0,0	0,0	0,0	8,5	0,0	2,0	3,5	0,0	2,5	1,5	6,0	4,0	3,5
AAC	10,5	18,0	10,5	2,5	4,5	7,0	7,0	2,0	2,0	8,5	0,0	0,0	4,0	3,5	4,5	3,0	6,5	7,5	7,5	10,0
CDAEPS	0,0	6,5	3,5	1,5	1,0	3,5	7,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	4,5	3,5	0,0	5,0	0,0	0,0
AAPCIL	7,0	13,0	5,0	3,5	4,5	9,0	11,0	6,0	2,5	2,0	4,0	1,5	0,0	0,0	6,5	5,0	5,0	7,5	1,5	1,0
ADRA-HUILA	0,0	2,5	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	3,0
Cidadao	5,0	18,0	4,0	5,0	8,5	11,5	16,0	11,5	5,0	0,0	4,5	4,5	6,5	0,0	0,0	4,0	4,5	5,5	1,5	4,5
Trab_Tur	5,5	11,5	7,5	2,5	2,0	10,0	11,0	4,5	0,0	2,5	3,0	3,5	5,0	0,0	4,0	0,0	3,5	12,0	0,0	0,0
Municipos	8,0	11,0	2,0	0,0	2,5	7,5	7,5	2,5	2,5	1,5	6,5	0,0	5,0	0,0	4,5	3,5	0,0	5,5	0,0	3,5
Gov_Reg	8,5	17,5	11,5	2,5	2,0	13,5	16,5	4,5	0,0	6,0	6,5	5,0	7,5	0,0	5,5	12,0	5,5	0,0	0,0	0,0
Gov_Nac	6,0	9,0	6,0	3,0	5,0	2,5	3,0	2,5	3,0	4,0	7,5	0,0	1,5	3,5	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0
Turistas	8,0	11,5	5,5	3,0	7,5	5,5	6,0	5,0	5,5	3,5	10,0	0,0	1,0	3,0	4,5	0,0	3,5	0,0	9,0	0,0
Número de convergências	127,5	246,0	121,0	56,0	96,5	165,0	192,5	108,5	54,5	59,0	118,0	40,5	95,5	18,5	120,0	88,0	73,5	124,5	67,0	92,0
Grau de convergência (%)	100,0																			

Fonte: output MACTOR

Os resultados da matriz 2CAA apresentados no quadro 17 e no quadro 18 (que sistematiza a totalidade de convergências de cada ator) indicam que os cinco atores que registam maior número de convergência são por ordem decrescente, a Associação das Agências de Viagens e Turismo de Angola (AAVOTA), o Clube de Turismo da Huíla (CTH), o Departamento da Ação Cultural da Huíla (DACH), a Associação dos Hotéis Restaurantes e Similares de Angola (AHORESIA) e o Governo Provincial (Gov\_Reg).

<sup>110</sup> A pergunta sobre o posicionamento face aos objetivos foi a seguinte: “P 1: pretendendo-se conhecer os objetivos que a sua instituição tem no domínio do desenvolvimento local e do turismo local e a importância que cada um assume para a região, avalie o grau de importância dos seguintes (possíveis) objetivos (considere a escala 0= nada importante; 1=pouco importante; 2= moderadamente importante; 3= muito importante; 4= extremamente importante)”.

<sup>111</sup> Na matriz, os números das células representam a taxa média de convergência. Quanto mais elevado é o número, maior é a convergência. Esta intensidade é mostrada no gráfico das convergências de duas formas: através da intensidade e cor das linhas e dos números fixados junto de cada laço entre pares de atores.

<sup>112</sup> Os valores representam o grau de convergência: quanto maior o nível de intensidade, maior será o número de atores com interesses convergentes.

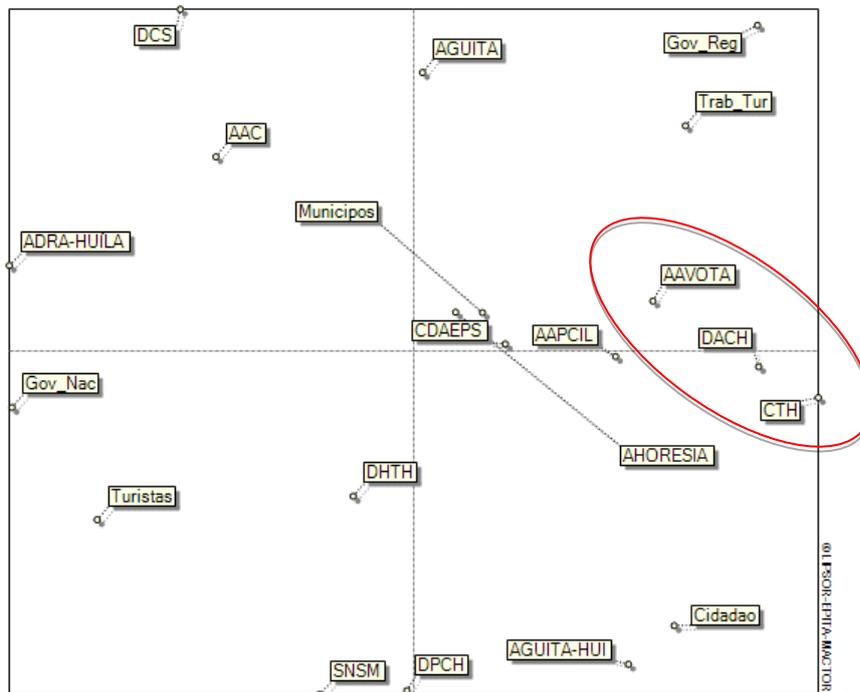
Quadro18: Hierarquia dos atores segundo as convergências face aos objetivos

Posição	Ator	Nº de Convergências
1	Associação das Agências de Viagens e Turismo de Angola (AAVOTA)	246,0
2	Clube de Turismo da Huíla (CTH)	192,5
3	Departamento da Ação Cultural da Huíla (DACH)	165,0
4	Associação dos Hotéis Restaurantes e Similares de Angola (AHORESIA)	127,5
5	Governo Provincial (Gov_Reg)	124,5
6	Associação dos Guias Turísticos de Angola (AGUITA)	121,0
7	Cidadão (Cidadão)	120,0
8	Associação Construindo Comunidades (AAC)	118,0
9	Associação dos Guias Turísticos de Angola na Huíla (AGUITA-HUI)	108,5
10	Departamento do Património Cultural da Huíla (DPCH)	96,5
11	Associação Agropecuária Comercial e Industrial do Lubango (AAPCIL)	95,5
12	Turistas (Turistas)	92,0
13	Trabalhadores do sector do turismo (Trab_Tur)	88,0
14	Municípios (Municípios)	73,5
15	Governo Nacional (Gov_Nac)	67,0
16	Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (DCS)	59,0
17	Departamento da Hotelaria e Turismo da Huíla (DHTH)	56,0
18	Santuário da Nossa Senhora do Monte (SNSM)	54,5
19	Comissão Dinamizadora do Associativismo Empresarial Privado e Similar (CDAEPS)	40,5
20	Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente na Huíla (ADRA-HUÍLA)	18,5

Fonte: elaboração própria a partir do output MACTOR

O plano de convergência de atores representado pela figura 21 e o grafo das convergências entre os atores representado pela figura 22, mostram os posicionamentos relevantes que assumem a AAVOTA, o DACH e o CTH.

Figura 21: plano de convergência entre atores (2CAA)

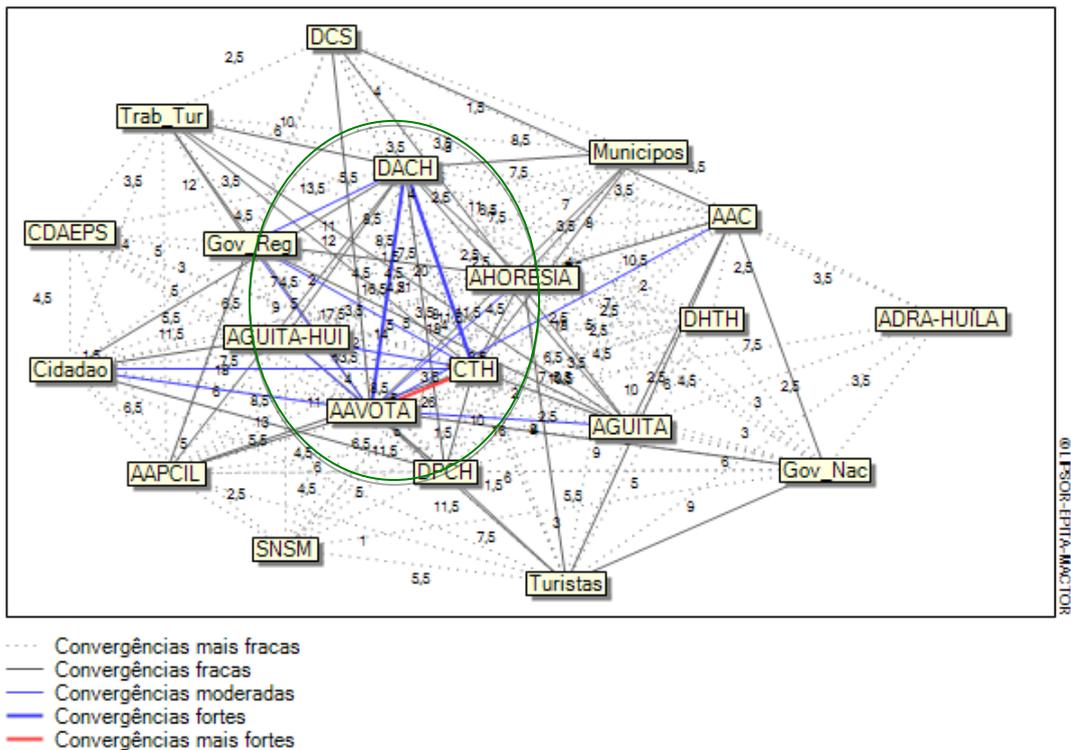


Fonte: output MACTOR

Assim, do grafo representado pela figura 22 pode-se verificar nitidamente os laços convergentes mais fortes, fortes, bem como as convergências moderadas, fracas e as mais fracas. Assim, a convergência mais forte, em

torno dos objetivos, verifica-se entre a AAVOTA e o CTH; destacam-se também as convergências fortes entre o DACH e a AVOOTA e entre o DACH e o CTH. Em função dessas convergências, podemos dizer que se deve ter em conta a ação destes atores para a projeção futura do desenvolvimento local do turismo sustentável na Huíla. Principalmente se houver uma maior descentralização, a definição das políticas de desenvolvimento a partir de baixo para cima e a valorização dos recursos e dos sistemas de conhecimentos endógenos locais. Todavia, verifica-se do gráfico que o CTH possui uma proximidade de interesses significativamente em um nível de convergência moderada com vários outros atores: nomeadamente com a AAC, com o Gov\_Reg, com a AGUITA-HUÍLA e com o Cidadão. Por último, o grafo revela ainda outros pares de atores que apresentam convergências moderadas, bastante assinaláveis, em que a AAVOTA, converge com o Cidadão, com a AGUITA-Huíla, com AHORESIA e com a AGUITA.

Figura 22: grafo de convergência entre atores (2CAA)



Fonte: output MACOTOR

#### 9.4. 8. Síntese dos resultados

Em função do que acabamos de observar, podemos dizer que com o MACTOR foi possível fazer a análise das estratégias dos atores sobre o desenvolvimento do turismo local na Huíla, tendo-nos revelado os objetivos mais importantes para os atores, as relações de força dos atores, bem como os níveis de convergência que potenciam alianças entre os atores. Isto permitiu realizar uma caracterização da dinâmica do “jogo de atores” mais completa do que a aquela que poderíamos fazer sem o recurso a esse *Software*.

Observamos que os atores mais relevantes e decisivos para a projeção do desenvolvimento local do turismo na Huíla, são a Comissão Dinamizadora do Associativismo Empresarial Privado e Similar (CDAEPS), o Departamento da Ação Cultural da Huíla (DACH), a Associação Agropecuária Comercial e Industrial do Lubango (AAPCIL), a Associação dos Hotéis Restaurantes e Similares de Angola (AHORESIA), a Ação Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente na Huíla (ADRA-HUÍLA), o Governo Provincial (Gov\_Reg), e os Municípios (Municípios). Além de haver uma forte convergência de objetivos entre a Associação das Agências de Viagens e Turismo de Angola (AAVOTA), o Clube de Turismo da Huíla (CTH), o Departamento da Ação Cultural da Huíla (DACH), a Associação dos Hotéis Restaurantes e Similares de Angola (AHORESIA) e o Governo Provincial (Gov\_Reg).

Por sua vez, constatamos que os diferentes atores assumem diferentes objetivos em relação ao desenvolvimento local do turismo, sobretudo a nível da hierarquia das suas prioridades. Neste sentido, o desenvolvimento local do turismo na província da Huíla deverá passar, por um lado, pela lógica de ação estratégica dos atores atinente a promoção da qualidade na atividade do turismo, a melhoria do processo de desenvolvimento do turismo, e a regulação do processo de desenvolvimento do turismo. Por outro lado, deve-se qualificar os trabalhadores do sector e profissionalizar-se o setor de serviços, para permitir a regionalização e localização dos planos de desenvolvimento; assim como, capacitar o empresariado local e proporcionar-lhes linhas de créditos especiais, para permitir a melhoria da qualidade do produto turístico, através do desenvolvimento de novos produtos turísticos e da diversificação da economia

local com base na valorização dos sistemas de conhecimento endógeno locais e aumentar o crescimento da procura. Além de se combater os desvios na administração pública e de se normalizar os preços aplicados no setor do turismo.

Constatamos, também, que existe uma interdependência muito forte entre a maior parte dos atores do sistema e que a AAVOTA, a AGUITA, o DHTH, e a CDAEPS aparecem como sendo os atores de que praticamente todos os outros atores se sentem dependentes a fim de cumprirem os seus objetivos. Entretanto, por sua vez, estes atores são também muito dependentes, na medida em que, a sua ação na área do desenvolvimento local do turismo, não faz sentido se não for realizada em parceria e para o governo local (municípios). Mesmo assim, o estudo da relação de forças entre os atores revelou-nos que estes quatro exercem uma ação de ligação no sistema bastante significativa, a julgar pelo fato de serem atores simultaneamente muito dependentes e muito influentes no sistema. De fato, sabemos que estas quatro entidades têm assumido no sistema do desenvolvimento do turismo local, o elo de ligação entre o governo central e as autoridades locais.

O *software* MACTOR permitiu também a análise dos níveis de convergência mais significativas dos atores face aos objetivos, tendo-se evidenciado a existência de pares de atores com as convergências de objetivos mais fortes entre AAVOTA e o CTH, bem como a existência de convergências fortes de objetivos entre o CTH e o DACH e entre o DACH e a AVOOTA. Em termos globais de convergências moderadas, observamos que CTH e a AAVOTA mantêm um nível de convergência significativa com outros atores. Em função disso, podemos tirar ilações de que este sistema de ação concreto constitui realmente um campo potencial de cooperação estratégica entre a totalidade de atores.

Em suma, constatamos que este sistema de ação estratégica é constituído por uma multiplicidade de atores (governamentais e não governamentais), que possuem uma diversidade de objetivos, cuja interação pressupõe a necessidade de uma lógica de ação coletiva que seja capaz de os mobilizar para a negociação e procura de consenso, visando a projeção do desenvolvimento do turismo local sustentável na Huíla. Esta questão é

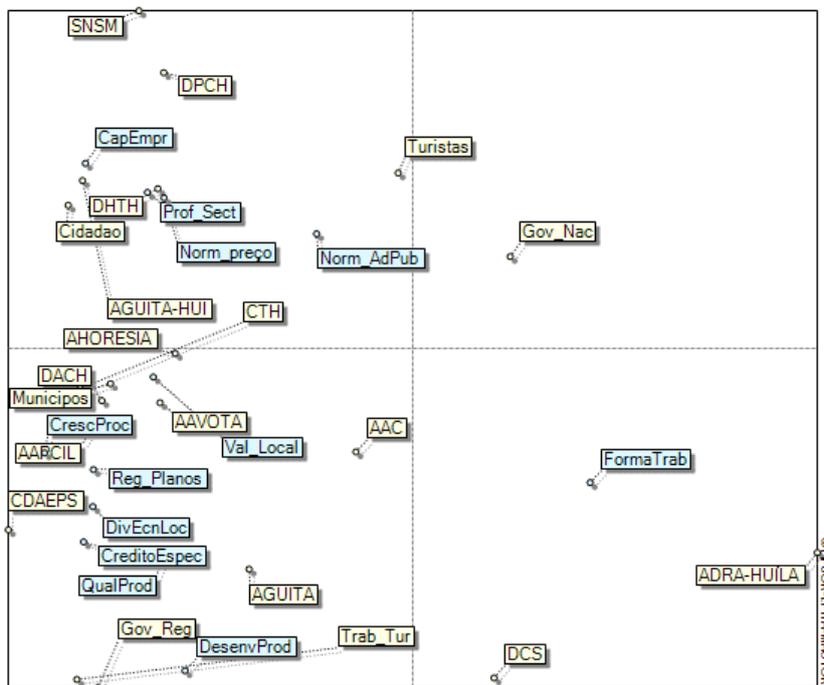
reforçada pelo fato de haver uma grande proximidade de objetivos dos diferentes atores.

Quadro 19: Acordos e mobilização dos atores face aos objetivos gerais (3MAO)

Atores	Nível de Mobilização	Objetivos	Número de concordâncias (acordos)
AAVOTA	50,4	QualProd	28,7
Gov_Reg	20,5	Reg_Planos	28,4
DACH	20,4	Norm_preço	26,5
AGUITA	19,7	Prof_Sect	24,9
CTH	18,6	Norm_AdPub	23,2
AHORESIA	17,2	CreditoEspec	21,6
Turistas	12,0	DivEcnLoc	21,6
Cidadão	11,8	DesenvProd	20,1
Municípios	10,9	FormaTrab	19,8
AAPCİL	9,1	CapEmpr	17,9
AGUITA-HUI	9,0	Val_Local	12,7
Trab_Tur	8,8	CrescProc	12,0
AAC	8,2		
DHTH	8,1		
DPCH	7,5		
Gov_Nac	6,7		
DCS	6,1		
CDAEPS	5,4		
SNSM	3,6		
ADRA-HUÍLA	3,5		

Fonte: output MACTOR

Figura 23: Plano de correspondência atores / objetivos



Fonte: output MACTOR



# 10

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 10.1. Atores entrevistados

Foram efetuadas entrevistas a um conjunto de atores que representaram associações, ONGs e instituições públicas de dimensão nacional e da província da Huíla, que conhecem o país e a região e que participam das várias dinâmicas de desenvolvimento sustentável em Angola. Notou-se existir certa convergência nas respostas apresentadas pelos atores da dimensão nacional com os da dimensão local, o que evidencia que os problemas vividos na Huíla são influenciados pelas dinâmicas do contexto nacional. A maior parte dos entrevistados, apesar de serem figuras públicas que representam entidades nacionais e provinciais, expressaram-se em linguagem popular, fenómeno que talvez se explique pela influência da linguagem geográfica local que caracteriza os estilos de vida dos contextos de Luanda e do Lubango respetivamente.

Alguns entrevistados vacilaram, e mostraram fraco domínio sobre alguns temas, como é o caso da perceção sobre o desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade das políticas de turismo em Angola, uma situação que pode confirmar a falta de formação profissional para os entrevistados que estão ligados diretamente ao setor da hotelaria e turismo, uma questão que os próprios entrevistados evocaram, e isto verificou-se tanto para os de Luanda como para os Lubango. Em função dessa debilidade, para que estes atores sejam capazes de tomarem iniciativas que promovam o desenvolvimento local sustentável com base no turismo, urge a necessidade de capacitá-los com conhecimentos técnicos e profissionais, ligados ao turismo, e às ciências sociais, sobretudo à sociologia do turismo e do desenvolvimento e à antropologia do turismo. Também ficou claro que a maioria dos entrevistados

não conhecem o Plano Diretor do Turismo de Angola e, para aqueles que tiveram contacto com o documento, não o entendem na totalidade.

## 10.2. Problemas de desenvolvimento sustentável em Angola

Os atores entrevistados evocaram muitos problemas que obstaculizam o desenvolvimento sustentável em Angola, e que preferimos agrupar na categoria de "desvio nas formas de governação e de gestão económica". Em função da análise de conteúdo das respostas dos entrevistados, podemos afirmar que as formas de desvio apontadas acima é que determinam o atual modelo de desenvolvimento em Angola, que por sua vez influencia o contexto local da Huíla. Na medida em que, devido ao seu carácter centralizador, este deixa pouca margem aos atores locais para definirem as suas próprias estratégias e ações de desenvolvimento em função dos seus recursos endógenos e das próprias dinâmicas locais. Assim, com o atual modelo de desenvolvimento de base *top down*, assiste-se em Angola a uma espécie de globalização interna das formas de desvio apontadas acima. Como consequência, os entrevistados apontaram vários problemas sociais que assolam o país inteiro que vive dependente da economia do petróleo. Enquanto, de acordo com os atores entrevistados, se presta pouco apoio aos setores da agricultura, as pescas, a indústria e o turismo que poderiam ajudar a diversificar a economia e alavancar o desenvolvimento local sustentável em Angola. De facto, Angola só poderá trilhar os caminhos do desenvolvimento local sustentável se diversificar a sua economia devendo, para o efeito, apostar seriamente no desenvolvimento dos setores agropecuário e da indústria. O setor agropecuário é considerado, pelos autores da teoria da dependência, como sendo o motor da economia dos países menos industrializados. Trata-se de um setor que absorve uma mão-de-obra considerável nos países do Terceiro Mundo e, no caso de Angola, poderia ajudar a diminuir o fenómeno do desemprego e contribuir para o combate ao empobrecimento, devendo para o efeito associar a produção agropecuária com a revitalização do antigo parque industrial de Angola e a introdução de novas indústrias para a transformação dos produtos agropecuários. Importa referir que, no quadro das políticas de desenvolvimento plasmadas na Constituição angolana de 1975 estava definido

que “*A agricultura é a base de desenvolvimento e a indústria é o fator decisivo*”. Sugeriu-se também a fiscalização do setor económico e a desburocratização da banca; com certeza, é necessário fiscalizar o setor económico para permitir que as receitas arrecadas entre para os cofres do Estado por um lado, por outro lado a desburocratização da banca e de todo sistema financeiro do país poderá facilitar o acesso ao capital financeiro para os investidores locais.

Do ponto de vista institucional, é preciso definir um novo modelo de desenvolvimento local sustentável que passa pela descentralização do poder<sup>113</sup> e pela institucionalização das autarquias locais, que possam assegurar um conjunto de estratégias centradas no território, e levar em consideração as dinâmicas socioculturais. As estratégias centradas no território irão permitir que as autoridades locais em Angola apostem numa educação de qualidade e no ensino técnico profissional, para capacitar o capital social local afim de, executar de forma profissional os projetos de desenvolvimento sustentável em Angola.

Atendendo às críticas apresentadas pelos atores entrevistados sobre a forte centralização administrativa do Estado angolano, importa referir que o processo de descentralização do poder e a instituição das autarquias locais em Angola, que irão se encarregar da definição de políticas e estratégias de desenvolvimento local, já foram definidos no âmbito da Lei da Revisão Constitucional nº 23/92 de 16 de Setembro de 1992, mas por causa da guerra que eclodiu após as eleições de 1992 até 2002 a Lei das autarquias locais nunca foi implementada. Com o fim da guerra, a institucionalização das autarquias locais foi introduzida na Constituição de 2010 através do ponto número 1 do artigo 242 que defende a sua implementação de forma gradual, que continua ainda em discussão.

---

<sup>113</sup> Sobre a descentralização do poder em Angola, Orre (s/d), sustenta que um governo descentralizado seria mais responsável, mais eficaz na satisfação dos interesses dos municípios, prestando-lhes melhores serviços.

### 10.3. A contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável em Angola

Se considerarmos a diversidade dos recursos turísticos de que Angola dispõe, podemos concordar, de facto, com os atores entrevistados de que esses recursos se forem aproveitados racionalmente, é possível impulsionar o desenvolvimento do turismo e fazer com que este por sua vez incentive o desenvolvimento das infraestruturas, contribuindo desta forma para o desenvolvimento económico local. Gerando benefícios para a balança de pagamentos local e do país em geral e o bem-estar das comunidades residentes nos locais de destino ao proporcionar-lhes novos postos de trabalho e receitas para o sustento familiar. Contribuindo desta forma para o combate à fome e à pobreza e de um modo geral, para o desenvolvimento local sustentável em Angola. Contudo, os atores entrevistados não detalham a forma como as comunidades locais poderão participar do desenvolvimento do turismo.

Em função disso, é de realçar que o desenvolvimento sustentável em Angola com base no turismo só poderá ser alcançado através da elaboração de um plano estratégico de atividades que define as suas ações a partir da localidade e que envolve todos os atores locais e mobiliza todos os recursos do destino turístico, a fim de assegurar a sustentabilidade ambiental, política, económica e sociocultural da localidade acolhedora.

### 10.4. Obstáculos ao desenvolvimento do turismo em Angola

Da análise sobre as respostas dos atores entrevistados percebe-se que os obstáculos ao desenvolvimento do turismo em Angola devem-se à falta de planos locais, uma situação que inibe a participação dos atores locais. De facto, o turismo só pode contribuir para o desenvolvimento sustentável em Angola se, no quadro do Plano Diretor, for adotada uma estratégia de desenvolvimento que assegure a regionalização e a localização do desenvolvimento do turismo. Desta forma, deverá ter-se em conta os recursos, os atores e os sistemas de conhecimentos endógenos regionais e locais, admitindo assim uma maior inclusão na tomada de decisões sobre o

desenvolvimento das localidades, das regiões e do país em geral. Os conhecimentos endógenos que os atores locais possuem sobre as potencialidades e as dinâmicas produtivas das localidades são essenciais para a tomada de decisões sobre os rumos que irá tomar o desenvolvimento local, regional e nacional com base no turismo, pois são o garante da sustentabilidade do processo de desenvolvimento territorial.

## 10.5. Sugestões para a melhoria das políticas públicas em Angola

Da análise das respostas dos entrevistados constata-se que a melhoria das políticas públicas do turismo dependem da adoção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para Angola que passe a considerar a tomada das decisões a partir da localidade para a dimensão nacional. Contudo, uma das novidades sugeridas tem a ver com o combate aos desvios no sistema de administração pública central e local para permitir uma interação sadia com os atores privados e ONGs. De facto, se consideramos o turismo como um fenómeno social total que tem implicações em várias dimensões, e que para o seu desenvolvimento é necessário uma interação multisectorial, mesmo que o Ministério da Hotelaria e Turismo adote o modelo de desenvolvimento do turismo territorialista endógeno, com estratégias de planeamento da atividade que parte da localidade para a dimensão nacional, não haverá resultados satisfatórios se, por exemplo, não se combater o nepotismo e a corrupção na administração pública; se não houver a desburocratização da banca e de todo sistema financeiro do país (para fazer com que os produtores e investidores locais tenham acesso ao financiamento para os seus projetos, sem excluir alguns), assim como, se não for definida uma política de preços atrativos para o setor do turismo, e se os mecanismos de fiscalização e de avaliação de todas as políticas públicas que, de forma integrada, sustentam o modelo de desenvolvimento sustentável em Angola, não forem eficazes. Neste sentido, é necessário rever as estratégias adotadas no quadro das políticas públicas de desenvolvimento sustentável em Angola no sentido de fazer com que a administração pública do Estado funcione eficientemente como um todo. É necessário que haja incentivos ao investimento nos sistemas produtivos locais, na arte, nas manifestações culturais locais e nos sistemas de conhecimento

endógeno local, inserindo-os no desenvolvimento do turismo local. Em outras palavras, podemos dizer que é necessário criar mecanismos legais que garantam, por exemplo, que o camponês e o artesão produzam para o turismo local e o turista consuma os produtos locais.

## 10.6. Os atores e a problemática de desenvolvimento sustentável na Huíla

No contexto socio-espacial huilano foi entrevistado um conjunto de atores constituído por Chefes de Departamentos públicos, de Associações, ONGs, académicos e consultores, que estão envolvidos diretamente em projetos de desenvolvimento da província. Da análise de conteúdo verifica-se que os atores entrevistados reconhecem os limites dos recursos locais não renováveis e defendem que o desenvolvimento sustentável da Huíla deve ser conduzido de modo a utilizar os recursos disponíveis de forma racional para salvaguardar a sobrevivência das gerações futuras. Contudo, em função do modelo atual de desenvolvimento em Angola (*top down*) é quase impossível a província desenvolver-se nesses moldes, porque não há nenhum mecanismo legal a nível local que permita que os atores locais participem, discutam e encontrem consenso sobre o desenvolvimento sustentável das suas localidades, e avaliem o processo de implementação e os resultados alcançados. Havendo, no quadro da globalização interna que se configura em Angola, uma tendência para se transferir os modos de administração e gestão, baseados nos estilos de vida de Luanda para as outras regiões do país sem o consentimento dos locais. Por exemplo, no decurso da nossa entrevista no Lubango, a maioria dos atores diziam que corria uma informação não oficial sobre a destruição da Floresta adjacente à Escola do 1º Ciclo 27 de Março no Lubango, para se instalar uma filial do supermercado Kero que, a partir de Luanda procura expandir-se por todo o país. Mostravam-se assim descontentes com a destruição da floresta que, para eles era uma das poucas florestas que sobraram do já devastado pulmão verde da cidade do Lubango<sup>114</sup>. Assim, a tomada de decisões a partir

---

<sup>114</sup> Conforme o E4 haviam na cidade do Lubango “97 florestas que datam dos anos 1950 até 61” e atualmente se “existirem 20 florestas é uma sorte e também com uma devastação muito grande de árvores”.

do *top down* e a falta de uma administração local autónoma, tira a oportunidade aos atores locais de escolha sobre o tipo de projetos que acham prioritários, e aqueles que consideram secundários para o desenvolvimento das suas localidades; no caso da província da Huíla seria em primeiro lugar apostar na formação técnico-profissional, no desenvolvimento do setor agropecuário e do turismo e na revitalização do parque industrial local. Assim se poderia minimizar a maioria dos problemas sociais que a Huila enfrenta, priorizando por exemplo, o caso das populações que sobrevivem à custa dos fatores naturais e ir resolvendo gradualmente a questão do acesso à água potável e à energia elétrica, à habitação condigna e à alimentação saudável para todas às comunidades locais. Em segundo lugar, verificar-se-ia que a dinâmica do desenvolvimento dos setores prioritários iria impulsionar o surgimento e desenvolvimento de outros serviços como, por exemplo, o comércio, os transportes e o desenvolvimento da infraestrutura local.

Em síntese, e mediante as informações dadas, verifica-se que o processo de desenvolvimento sustentável na Huíla sofre uma série de influências que derivam da dinâmica de desenvolvimento do contexto nacional, é influenciado pelos desvios que se verificam nas formas de administração pública e económica do sistema nacional, que determina o modelo atual de desenvolvimento em Angola, e que, como se evidenciou nas respostas dos entrevistados, é baseado no estilo "*top down*". Como se sabe, este tipo de modelo desvaloriza o capital social local e os sistemas produtivos locais e define estratégias de desenvolvimento a partir de cima para baixo, tirando desta forma, a possibilidade de as comunidades locais decidirem sobre o seu próprio desenvolvimento; provocando em muitos casos resistências passivas à implementação de estratégias centralmente definidas, por as considerarem como uma imposição, na medida em que muitas vezes não vão de encontro com as aspirações da localidade. Tal fato acontece em função da realidade cultural de Angola que é composta por uma heterogeneidade etnolinguística com culturas e estilos de vida diferentes que não se coadunam com modelos de desenvolvimento que ignoram a cultura e os estilos de vida locais. Nesta ótica, seria ideal que os atores públicos definissem um modelo desenvolvimento centrado nas dinâmicas da localidade.

Contudo, como já se fez referência anteriormente, no quadro da Constituição angolana estão previstos os parâmetros da descentralização do poder em Angola com a institucionalização e implementação gradual das autarquias locais, vistas por muitos analistas e pela sociedade civil em Angola como um meio necessário para a projeção do desenvolvimento local sustentável no país.

### 10.7. A contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável na Huíla

Os atores entrevistados consideram por unanimidade que o turismo pode ser uma das saídas para promover o desenvolvimento local sustentável na Huíla, atendendo as potencialidades de que a província se dispõe. No entanto, reconhece-se que o turismo só poderá contribuir para o desenvolvimento local sustentável se houver uma estratégia de desenvolvimento do turismo centrada no planeamento local do território que envolva as populações locais e suas dinâmicas culturais e produtivas além dos seus sistemas de conhecimentos endógenos. Com vista a solucionar primeiro os problemas que afetam o próprio desenvolvimento do turismo, nomeadamente a questão dos Planos Diretores locais<sup>115</sup>, da política de preços e da rentabilização dos destinos turísticos, da ligação entre a agricultura local e o turismo, bem como a inclusão das manifestações culturais locais (festividades tradicionais, música, dança, artesanato, olaria, gastronomia, cestaria, cosméticos e coreografia do gado) no desenvolvimento do turismo local. Entretanto não se detalhou de forma concreta como se vai incluir esses elementos. Mas sabe-se que com estas ações o turismo irá se expandir por todo território da província e ao incluir a gastronomia local incentiva o desenvolvimento da agricultura e de outros setores produtivos locais evitando desta forma a migração do capital social para outros setores e sobretudo do campo para a cidade. Ao inserir as manifestações culturais locais no desenvolvimento do turismo estará a se

---

<sup>115</sup> O entrevistado E5 afirmou que "por uma questão de acelerar ou de tornar exequível o Plano Nacional Diretor de turismo ao nível das províncias deferia-se fazer outros específicos tendo como base o nacional, que cuja execução é de longo prazo, os provinciais seriam a médio prazo e os municipais a acurto prazo."

valorizar a cultura local e a se proporcionar empregos e rendimentos financeiros às comunidades locais que irão influenciar positivamente o sistema de pagamento local, além de melhorar o sustento das famílias, contribuindo assim, para o bem-estar das comunidades e para o desenvolvimento local sustentável, de forma geral.

## 10.8. Sugestões para a melhoria de políticas públicas de turismo na Huíla

Em função dos problemas identificados e tendo em conta as diretrizes da política nacional do turismo, as medidas sugeridas pelos atores entrevistados enquadram-se perfeitamente nos moldes do paradigma de desenvolvimento territorialista endógeno do turismo muito em voga na atualidade. A sua implementação na província da Huíla iria trazer muitas vantagens sobre o desenvolvimento do turismo local sustentável, fazendo com que os diferentes atores locais participem nas discussões e na elaboração de consensos sobre o desenvolvimento do turismo na província, através da elaboração de planos de desenvolvimento de turismo locais. Isto passaria por definir os produtos turísticos locais em função das potencialidades e das dinâmicas socioculturais de cada localidade; identificar os atores que podem contribuir para a implementação das estratégias de desenvolvimento do turismo local, e avaliar os seus impactos positivos e negativos sobre o desenvolvimento local, para manter o seu ritmo normal ou redefinir os seus objetivos estratégicos ou as estratégias de implementação.



# 11

## CONCLUSÕES

O nosso trabalho teve início com a revisão da literatura sobre a sociologia e políticas públicas de turismo, passando por um olhar sociológico sobre o desenvolvimento sustentável e o turismo, pela caracterização do contexto angolano e da Huíla em particular, o que nos permitiu ampliar o nosso conhecimento sobre a sociologia do turismo e a problemática das políticas públicas e o desenvolvimento local sustentável em Angola. Em função disso, mobilizamo-nos para uma atitude de ação sociológica a fim de tentarmos perceber até que ponto o quadro legislativo das políticas públicas do turismo em Angola se constitui como fator de desenvolvimento social local. Com base nessa indagação definimos um objetivo geral que consistiu na inventariação do quadro legislativo das políticas públicas do turismo em Angola e no enquadramento sociológico da Política Nacional e o Plano Diretor do turismo em Angola, cuja operacionalização implicou o seu desdobramento em 5 objetivos específicos que se circunscreveram:

- (1) na inventariação do quadro legislativo das políticas públicas do turismo em Angola;
- (2) no enquadramento sociológico da Política Nacional e o Plano Diretor do turismo em Angola;
- (3) na identificação dos atores que intervêm na execução das políticas públicas do turismo em Angola e o seu sentido social;
- (4), assim como na identificação dos fatores centrais propiciadores de desenvolvimento social e económico em contexto local (Huíla) e na tentativa de se
- (5) encontrar um paradigma para as políticas de turismo, mais promotoras do desenvolvimento social em Angola.

Relativamente ao enquadramento da Política Nacional de Turismo (1997) e do Plano Diretor do Turismo 2011-2020, apoiando-se na construção teórica de vários sociólogos do turismo como L. Bodio (1899), L. von Wiese (1930), Knebel (1960) que abordaram inicialmente o movimento dos forasteiros na Europa, nos trabalhos de Cohen (1984) que definiu as áreas fundamentais para o estudo sociológico do turismo: (I) o turista; (II) a relação entre os turistas e a comunidade local; (III) a estrutura e o funcionamento do sistema turístico assim como nas pesquisas de Dann e Cohen (1991) que fizeram a analogia sobre a inspiração da investigação da sociologia do turismo no funcionalismo, das teorias de conflito das sociologias neodurkheimianas e nas teorias do conceito weberiano de motivação, além da questão da autenticidade cultural de MacCannell (1973), podemos dizer que, teoricamente enquadram-se na sociologia do turismo e na sociologia do planeamento e do desenvolvimento. Assim, a Política Nacional de Turismo de Angola (1997) ao pretender atrair de forma dinâmica os turistas nacionais e estrangeiros para usufruírem os recursos turísticos existentes no país, enfatiza a questão da mobilidade e da motivação presentes nas concepções iniciais da sociologia de turismo, ao pretender criar novas fontes de captação de receitas para o país e a criação de novos postos de emprego ao pretender reabilitar e modernizar as infraestruturas turísticas, assim como contribuir para a melhoria dos serviços comunitários locais de saneamento básico, de saúde, de redes viárias e outras, realça as questões da sociologia económica do turismo, algo destacado inicialmente por Hunziker e Krapf (1942), por Wall e Ali (1977), por Claverdon (1979), por Varley (1978), por Graw (1982), por Wahnschafft (1982), por Cohen (1982b), por Gerland (1984), por Milman e Pizam (1988), por Coccossis (1996), por Daun e Santos (2009), por Mihalič (2014) e por vários outros cientistas sociais; ao pretender projetar a imagem de Angola no contexto internacional, a Política Nacional de Turismo (1997) enfatiza o “olhar do turista” da sociologia do turismo de John Urry (1990), ao pressupor o envolvimento das comunidades locais e ao realçar o desenvolvimento sustentável do turismo e à melhoria da qualidade de vida da população angolana esta em conformidade com as teorias sociológicas do desenvolvimento local de Noronha (1979) e de Clarke (1981), e ao pretender contribuir para a proteção e preservação e valorização dos recursos socioculturais e tradicionais, situa-se nos parâmetros

da sociologia do desenvolvimento cultural de Stanley (1988), de Ratz (2002) e de Hashimoto (2014), por sua vez o Plano Diretor 2011-2020 ao operacionalizar a Política Nacional de Turismo, priorizando os polos de desenvolvimento do turismo está em conformidade com a sociologia do desenvolvimento funcionalista constatada por Perroux (1977) Myrdal (1968) e Hirschman (1961) nos países desenvolvidos do Norte. Uma sociologia do desenvolvimento que, apesar de gerar um intenso crescimento ao em volta dos polos, provoca também “processos de desenvolvimento desequilibrados, com fortes assimetrias territoriais entre as regiões mais prósperas e as menos desenvolvidas” de acordo com Baltazar e Rego (2011). E é com base neste modelo que o Plano Diretor do Turismo 2011-2020, seguindo o modelo geral das políticas públicas de desenvolvimento local em Angola peca, pois em termos práticos, ao pretender irradiar o desenvolvimento a partir dos polos situados no entorno de Luanda para o resto do país, evidencia a conceção desenvolvimentista das décadas 1950 e 1960 de estilo centro periferia e Norte-sul, uma situação que o coloca ainda aquém das expectativas para a promoção do desenvolvimento social local sustentável em Angola. Isto produz fortes assimetrias em termos de desenvolvimento do turismo, da repartição das infraestruturas, da distribuição dos postos de trabalho dos empregados e dos rendimentos proporcionados pelo setor do turismo que na maioria estão concentrados na província de Luanda, em detrimento das outras províncias que em termos de potencialidades turísticas, em muitos casos superam a província de Luanda, como é o caso da Huíla e Benguela.

Assim, de forma geral, para responder à pergunta principal da nossa pesquisa, até que ponto o quadro legislativo das políticas públicas do turismo em Angola se constitui como fator de desenvolvimento social local (?), podemos dizer que em função da análise do Plano Diretor 2011-2020 e dos atores entrevistados, excetuando o polo de desenvolvimento turístico de Okavango-Zambeze,<sup>116</sup> os restantes polos de desenvolvimento prioritários do turismo estão situados exclusivamente nas províncias da região norte do país (

---

<sup>116</sup> Que se situa na província do Cuando Cubango no extremo sudeste de Angola, cuja integração nas prioridades surge como benefício da integração do país nas políticas de turismo da SADC através do projeto “KAZA-FCTA” que inclui Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Luanda, Bengo e Malanje), evidenciando-se deste modo um modelo funcionalista de *top down*, indutor de uma cultura hegemónica que produz um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento local e do turismo centralizadas, polarizadas e irradiadas de Luanda para o resto do país, sem terem em conta as especificidades socioculturais, patrimoniais e os sistemas de conhecimento endógenos das diferentes regiões de Angola. Além de se preocuparem mais com a vertente económica do turismo e com a promoção da imagem de Angola no contexto internacional, em detrimento de um modelo territorialista de desenvolvimento, que pudesse desenvolver o turismo a partir das capacidades endógenas de vários territórios do país. Isto afeta negativamente a construção de um modelo de cultura nacional participada e inclusiva, ao produzir uma série de desequilíbrios sociais, que se traduzem em problemas de exclusão social e de assimetrias regionais. A falta de planos diretores de desenvolvimento local e do turismo limita a participação dos atores locais na tomada das decisões e na promoção e desenvolvimento local e do turismo.

Com base nas informações colhidas dos encontros preliminares que antecederam a aplicação das entrevistas semi-estruturadas, identificamos os principais atores (Cf. quadro 6) que na perspetiva de Godet (1993) e de Guerra (2006) são pessoas, grupos ou organizações a quem se destinam as ações e/ou cujos interesses são afetados pelos objetivos ou atividades de um projeto, que são influentes e influenciados e que desempenham um papel importante na execução das políticas públicas do turismo e no sistema de desenvolvimento local de Angola e da Huíla em particular, através das variáveis que caracterizam os seus projetos. Com base na análise de conteúdo das informações colhidas das entrevistas o modelo de desenvolvimento de Angola é caracterizado pela existência de desvios nas formas de governação e de gestão da economia que por sua vez influenciam todo sistema social angolano que por sua vez provocam um desvio entre a administração local e sistema económico no contexto local da Huíla. Um comportamento que se afasta a norma de acordo com a sociologia americana (Journet, 2011,) que na perspetiva sociológica de Giddens (2009), manifesta os “modos de ação que não estão conformes com as normas ou valores defendidos pela maioria dos membros de um grupo ou sociedade”. Este comportamento manifesta-se na

sociedade angolana através do **carácter centralizador do atual modelo de desenvolvimento** que tende a globalizar internamente as formas de desvio que se manifestam nas estruturas da administração central, devido à existência de uma crença numa cultura hegemónica e difusionista que vê Luanda como o centro de desenvolvimento e o resto do país como periferia; uma clara manifestação de uma sociologia de desenvolvimento funcionalista que irradia o processo de desenvolvimento do centro para a periferia, subestimando e suplantando os atores locais que se vêm inibidos de poderem tomar iniciativas e elaborar estratégias baseadas nos seus próprios recursos e conhecimentos endógenos e nas próprias dinâmicas locais. Isto justifica, de certo modo, a existência de uma economia estatal baseada na petro-dependência e com poucas iniciativas nos setores agropecuários, das pescas, do turismo, da indústria mineira e transformadora e dos serviços, o que acarreta sérias consequências sociais, culturais e económicas objetivadas no desemprego e pobreza extrema, que grassam pelo país inteiro.

De modo específico, a observação do desvio nas formas de governação e modelos económicos do país, como já se referenciou anteriormente, tem repercussões sobre as formas de administração e no sistema produtivo local na Huíla, através da limitação da participação dos atores públicos e privados das decisões políticas e das ações de planeamento do desenvolvimento regional e local, tendo como consequência a desativação da indústria local, a prática de uma agricultura de subsistência, o fraco desenvolvimento do setor turístico que se caracteriza pela ausência de políticas de legislação sobre a rentabilização dos destinos turísticos locais, e pela falta de definição de uma política de preços, assim como a falta de investimentos em novas tecnologias e financiamento de projetos ligados ao desenvolvimento local. Tudo isto se alia à carência das infraestruturas e à deficiência no saneamento básico, à fraca qualidade de ensino, e à falta de profissionalização de alguns setores públicos, assim como à decadência do associativismo e do setor empresarial local, ao desemprego, e por conseguinte, se traduz na falta de desenvolvimento humano, na dependência de fatores naturais para a sobrevivência das comunidades rurais, na existência da exclusão social e de assimetrias locais de desenvolvimento que têm provocado o êxodo rural e a explosão urbana (Cf. Quadro 1).

Com base no recurso à análise do conteúdo das entrevistas, procurámos identificar os fatores centrais propiciadores de desenvolvimento social e económico em contexto local (Huíla) e encontrar um paradigma para as políticas de turismo mais promotoras do desenvolvimento social em Angola. Assim sendo, concluiu-se que é necessário **solucionar primeiro os problemas que afetam o próprio desenvolvimento do turismo**, nomeadamente a elaboração de um planeamento estratégico inerente à criação de planos diretores locais, a normalização da política de preços e da rentabilização dos destinos turísticos, a interação entre os setores do Turismo, da Cultura e do Ambiente, o envolvimento das comunidades locais através da ligação entre a agricultura local e o turismo, bem como a inclusão das manifestações culturais locais no desenvolvimento do turismo local. Seria prioritário valorizar a cultura local e proporcionar empregos e rendimentos às comunidades locais e influenciar positivamente o sistema de pagamento local, além de melhorar o sustento das famílias, contribuindo assim, para o bem-estar das comunidades e para o desenvolvimento local sustentável, de forma geral (Cf. Figuras 7, 11 e 12). No quadro da sociologia do desenvolvimento do turismo e do desenvolvimento sustentável com estratégias centradas no território, vimos que o envolvimento dos atores locais se constitui em uma chave importante para o desenvolvimento do turismo sustentável (Jamal e Getz, 1995) e local, na medida em que assegura a construção de um planeamento mais equitativo do desenvolvimento do turismo (Brent Ritchie, 1993), que mobiliza a cooperação entre as diferentes agências governamentais, o público e os sectores privados (Timothy, 1998), assegurando desta forma a eficiência do planeamento e a democratização das ações governativas (Bandeira 1999, Amaro, 1991) que superam a resistência ao turismo de alguns segmentos da comunidade (Brent Ritchie, 1993) gerando, desta forma, a aceitação e a legitimação do turismo como política de desenvolvimento local (Murpy 1985).

Com a ajuda do método Micmac<sup>117</sup> desenvolvido em 1971 por Michel Godet procuramos determinar e hierarquizar as variáveis mais influentes e a dependência e o seu grau de importância no sistema de desenvolvimento de

---

<sup>117</sup> (Multiplicação matricial aplicada a uma classificação)

Angola e da Huíla em particular e, neste sentido, a partir do *output* MicMac, concluiu-se que **o sistema de desenvolvimento de Angola e da Huila em particular é influenciado por dez variáveis fundamentais** que são nomeadamente:

- (1) - nepotismo e clientelismo, com a sigla [DFG\_npclien];
- (2) - desorganização, [DFG\_desorg],
- (3) - burocracia excessiva [DFG\_buroess],
- (4) - rede nacional de transportes públicos, turísticos e de carga [PL\_dl-atpu),
- (5) - preços aplicados nos bilhetes de avião, nos hotéis e em outros destinos turísticos do país [PO\_preços],
- (6) - relações financeiras e de investimento nacional que se traduzem nas formas de atendimento nos bancos comerciais [IRF\_fat\_banc],
- (7) - tratamento dado à indústria nacional [IInf\_trati],
- (8) - profissionalização do turismo [ PO\_profituris],
- (9) - planos diretores de turismo locais [PO\_pdt\_locais],
- (10) sistema produtivo local [DE\_sp\_local].

Pertencentes às categorias do desvio entre as formas de governação e sistema económico nacional (DFG), do planeamento organização e logística do turismo a nível nacional, (PL e/ou PO), bem como do planeamento do turismo na Huíla (PO) e do desvio entre a administração local e sistema económico local, (DFA, e/ ou DE). Do conjunto dessas variáveis verifica-se que quatro pertencem as **variáveis motrizes**, três pertencem às **variáveis de ligação** e três pertencem a **variáveis de pelotão** (Cf. Plano 13 e Quadros 3 e 4).

Em função destas variáveis, e de acordo com o painel de peritos, para se projetar o desenvolvimento do turismo na Huíla e, por conseguinte, o desenvolvimento local sustentável em Angola, impõe-se o cumprimento de **três desafios estratégicos** inerentes a **promoção da qualidade na atividade do turismo na Huíla, a melhoria do processo de desenvolvimento do turismo na Huíla e a regulação do processo de desenvolvimento do turismo na Huíla**, aos quais que se associam a materialização de **12 objetivos**, nomeadamente:

- (1) a melhoria da qualidade do produto turístico;
- (2) o crescimento da procura;
- (3) a qualificação dos trabalhadores do sector do turismo;

- (4) a capacitação empresarial;
- (5) o desenvolvimento de novos produtos turísticos;
- (6) a regionalização e localização dos planos de desenvolvimento;
- (7) a disponibilização de linhas de créditos especiais;
- (8) a profissionalização do setor de serviços;
- (9) a diversificação da economia local;
- (10) a Valorização dos sistemas de conhecimento endógeno locais;
- (11) a Normalização dos preços aplicados no setor do turismo; e
- (12) o combate aos desvios e normalização da administração pública (Cf. Quadro 8).

Finalmente, de um modo geral, tendo em conta a problemática, os objetivos de investigação, a metodologia utilizada e as aspirações desenvolvimentistas de Angola, pode-se concluir que as Políticas públicas de turismo em Angola são ainda definidas com base numa sociologia de desenvolvimento funcionalista de modelo *top down*, de cariz cultural hegemónico e bastante centralizador que provoca, de certo modo, a exclusão social e assimetrias de desenvolvimento regional, local e do turismo. E para se alcançar um desenvolvimento sustentável em Angola com base no turismo é necessário elaborar-se uma estratégia de planeamento estratégico descentralizado, que seja capaz de definir as ações de desenvolvimento a partir das dinâmicas socioculturais, dos sistemas de conhecimentos endógenos locais, mediante o envolvimento de todos os atores locais e da mobilização dos recursos produtivos do destino turístico, a fim de assegurar a sustentabilidade ambiental, política, económica, sociocultural e espacial da localidade acolhedora. (Cf. Figuras 7, 11, 12).

Acreditamos assim que a metodologia por nós utilizada se revelou adequada face às limitações do estudo e esperamos que o enquadramento teórico que realizámos não esgote este problema, pelo que está aberto a novas investigações como, por exemplo, para responder às seguintes perguntas:

(1) Como eliminar o modelo de desenvolvimento funcionalista de *top down* de cultura hegemónica que difunde o desenvolvimento de Luanda para a “periferia”, subalternizando a participação e a tomada de iniciativas dos atores locais na definição de estratégias para o desenvolvimento local em Angola?

(2) Como implementar uma estratégia de desenvolvimento local inclusiva em Angola?

(3) Como elaborar um plano estratégico de desenvolvimento local para Angola?



## Bibliografia

- AA.VV. (2011) *Globalização e Desenvolvimento, 1ª Edição*, Coordenação Maria da Saudade Baltazar e Conceição Rego, Caleidoscópio Edição e Artes Gráfica, S.A.
- AA.VV. (2012) *Metodologia para a Investigação Social*, Coordenação Hugo Consciência Silvestre e Joaquim Filipe Araújo, Editora Escolar, Lisboa.
- ALAMGIR, M. (1988) *Poverty Alleviation Through Participatory Development*. Development Journal of SID 2 (3): 97-101.
- ALMEIDA, Érica Maria Costa de Amorim. (2006) *Planeamento Turístico-Proposta Metodológica para Municípios Brasileiros de Pequena e Média Dimensão*. Universidade de Aveiro.
- ALMEIDA, Isabel Duarte., e Abranja, Nuno Alexandre. (2009) *Turismo e Sustentabilidade*. Cogitur, Journal of Turism Studies, Revistas ulusofonas. pt: 15-31.
- ALMEIDA, Jalcione. (1995) *Da Ideia do Progresso à Ideia de Desenvolvimento (Rural) sustentável*.
- AMARO, Rogério Roque. (1991) *Lógica de Espacialização da Economia Portuguesa*, in Sociologia- Problemas e Praticas,10: 161-182.
- AMIROU, Rachid. (1995) *Imaginaire Touristique et Sociabilités du Voyage*. Quebec.
- ANDRADE, Norma Beatriz. (2010) *Los Orígenes de la Sociología del Turismo, Sociología del Deporte y sus Vinculaciones con la Sociología Medio ambiental*, Anuario de Estudios en Turismo – Investigación y Extensión Año 10 - vol. 6.
- ANDRONICOU, A., (1979) *Tourism in Cyprus*.
- ARNSTEIN, S. (1969) *A Ladder of Citizen Participation*. Journal of the American Institute of Planners 35 (4): 216-224.
- ATTALI, J. (2001) *El Mito del Desarrollo*. Barcelona, Cairós.
- AZEVEDO, Natália. (2014) *Políticas Culturais, Turismo e Desenvolvimento Local na Área Metropolitana do Porto*, Fragmentos de um Estudo de Caso (1980-2001), Edições Afrontamento, Porto.
- BAERT, Patrick., e da Silva, Filipe Carreira. (2014) *Teoria Social Contemporânea*, Editora Mundos Sociais, Lisboa.
- BANDEIRA, Pedro. (1999) *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional*, Texto Para a Discussão nº 630, Brasília, fevereiro.
- BARDIN, Laurence. (2014) *Análise de Conteúdo*, Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Edições 70 Lda, Lisboa.
- BAUDRILLARD, J. (1988) *Selected Writings*. Cambridge: Polity Press.
- BECK, Ulrich. (1998) *La Sociedad del Riesgo: Hacia una Nueva Modernidad*. Editora Paidós Ibérica, SA. Barcelona.
- BENI, Mário Carlos. (1998) *Análise Estrutural do Turismo, 2ª Edição*, Editora Senac, S. Paulo.
- BENI, Mário Carlos. (2003) *Globalização do Turismo, Megatendências do setor e a Realidade Brasileira, 3ª Edição*, Editora Aleph, São Paulo.
- BIORK, P., e Virtanen, H. (2005) *What Tourism Project Managers Need to Know about Cooperation Facilitators*. Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism, 5: 212-230.
- BOCK, G. (1989) *Learning From the Poor*. Development and Cooperation, 1: 7-8.
- BODIO, L. (1899) *Sul Movimento dei Foresteri in Italia e Sul Dinero chi vi Spendoro*.
- BOISSEVAIN, J. (1977) *Tourism and Development in Malta*. Development and Change 8 (4): 523-588.
- BOISSEVAIN, J. (1979) *The Impact of Tourism on a Dependent Island Gozo, Malta*. Annals of Tourism Research 6 (1): 76-90.

- BOISSEVAIN, J. e Sarracino- Inglot (1979) *Tourism in Malta*, see de Kadt 1979: 265-84.
- BOORSTIN, D. (1964) *The Image: a Guide to Pseudo- events in America*. Harper and Row, New York.
- BRAMWELL e Lane (2000) *Tourism Collaboration and Partner-ships*. Clivedon-Sydney: Channel View Publications.
- BRENT RITCHIE, J. R. (1993) *Crafting a Destination Visio-putting de Concept of Resident-responsive Touris Minto Practice*. *Tourism Management*, 14 (5): 379-389.
- BRITTON, S. (1981a) *Tourism and Economic Vulnerability in Small Pacific States: the case of Fiji*, monograph 23, Canberra: Development Studies Centre, Australian National University.
- BRITTON, S. (1982) *The Political Economy of Tourism in the Third World*, *Annals of Tourism Research* 9: 331-58.
- BRITTON, S. (1982a) *International Tourism and Multinational Corporations in the Pacific: The case of Fiji*. In M. Taylor and Thrift (eds) *The Geography of Multinationals* (pp.252-274). London: Croom Helm.
- BROHMAN, J. (1996b) *Popular Development Rethinking the Theory and Practice of Development*. Oxford: Blackwell publishers.
- BROUGHAM, J. E e BUTLER, R. W. (1977) *The Social and Cultural Impact of Tourism: a Case Study of Sleat, Isle of Skye*. Sottish Tourist Board, Edinburg.
- BRUNER, E. (1989) *Of Cannibals, Tourist, and Ethnographers*, *Cultural Anthropology* 4 (4): 438-45.
- BUARQUE, Sérgio C. (1999) *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável*, Material para Orientação Técnica e Treinamento de Multiplicadores e Tecnicas em Planejamento Local e Municipal, Brasília, Julho.
- BUARQUE, Sérgio C. e Bezerra, Lucila. (1994) *Projeto de Desenvolvimento Municipal Sustentável - Bases Referenciais*. Projeto Áridas (Mimeo), dezembro.
- BURAWOY, Michael. (2004) *Public Sociologies: A Symposium from Boston Colege*, *Social Problems*, 51: 103-130.
- BURKART, A.J. and Medlik, S. (1981) *Tourism - Past, Present and Future*, (2<sup>nd</sup>) Edition, Butterworth-Heinemann, Oxford.
- BURNS (1999 a) *An Introduction to Tourism and Anthropology*. London: Routledge.
- BURNS (2012) *Sustainable Development: Sociological Perspectives*, Prepared of the International Sociological Association's Encyclopedia, Sociopedia.
- BUTTEL, Frederick H. (1992) *A Sociologia e o Meio Ambiente: Um Caminho Tortuoso Rumo à Ecologia Humana*, in *Perspetivas S. Paulo*, 15: 69-94.
- BYRD, E. T., H. E. BOSLEY, and M. G. DRONBERG (2009) *Comparisons of Stakeholder Perceptions of Tourism Impacts in Rural Eastern North Carolina*. *Tourism Management*, 30 (5): 693-703.
- CALHOUN, C. (1995) *Critical Social Theory: Culture, History and the Challenge of Difference*. Oxford: Blackwell.
- CARDOSO, F. (1979) *The Originality of the Copy: The Economic Commission for Latin América and the idea of development*. In K. Hill (ed.) *Toward a New Strategy for Development* (pp. 53-72). Toronto: Pergamon Press.
- CARRASCAL, J. M. (2003) *Incidencia Del Terrorismo Sobre El Turismo*, in *Diario La Razón*, 12 de Febrero.
- CARROL, C. (1995) *Tourism: Cultural Construction of the Country side*. MA Thesis, Programe in European Leisure Studies, Tilburg University.
- CARVALHO, A. F. (2000) *Políticas Públicas em Turismo no Brasil in Sociedade e Cultura*, vol. 3, 1 e (2): 97-109, Jan/Dez.
- CATTON, Jr. W. R. e Dunlap R. E. (1978) *Environmental Sociology: a New Paradigm?* *The American Sociologist*, vol. 13: 41-49.

- CHIPETA, C. (1981) *Indigenous Economics: A Cultural Approach*. Smithtown, NY: Exposition Press.
- CHUNG, Hyung Kyung. (1994) *People's Spirituality and Tourism*, Contours 6, 7, 8:19-24.
- CLARKE, A. (1981) *Coastal Development in France: Tourism as a Tool for Regional Development*. *Annals Tourism Research* 8 (3): 447-61.
- CLEVERDON, R. (1979) *The Economic and Social Impact of International Tourism in Developing Countries*, Spec. Rep. 6 London: Econ. Intell. Unit.
- COCCOSSIS, H. (1996) *Tourism and Sustainability: Perspectives and Implications in G.K. Priestley, J. A. Edwards and H. COCCOSSIS (eds) Sustainable Tourism? European Experiences*, Oxon: CAB International: 1-21.
- COHEN, E. (1983b) *Insiders and Outsiders: The Dynamics of Development of Bungalow Tourism on the Islands of Southern Thailand*. *Hum. Organ.* 27(2): 227-51.
- COHEN, Erick. (1972) *Toward a Sociology of International Tourism*. *Soc. Res.* 39 (1): 164-82.
- COHEN, Erick. (1979a) *The Impact of Tourism on the Hill Tribes of Northern Thailand*. In *Asien-forum* 10 (1/2): 5-38.
- COHEN, Erick. (1982b) *Marginal Paradises: Bungalow Tourism on the Islands of Southern Thailand*. *Ann Tourism Res.* 9 (2): 189-228.
- COHEN, Erick. (1983c) *Hill Tribe Tourism*. In *Highlanders of Thailand*, ed. W. Bhruksasri, J. Mckinnon. Kuala Lumpur: Oxford Univ. Press.
- COHEN, Erick. (2012) *Globalization, Global Crises and Tourism*. *Tourism Recreation Research* 37 (2): 103 – 111
- COHEN, Erik. (1984) *The sociology of Tourism: Approaches, Issues, and Findings*, Annual Reviews.
- COOPER, C. (2006) *Knowledge Management and Tourism*. *Annals of Tourism Research*, 33: 47-64. doi:10. 1016/J.annals. 2005.04.005.
- COOPER, C., FLETCHER, J., GILBERT, D. and WANHILL, S. (1993) *Tourism: Principles and Practice*, Pitman Publishing, London.
- CORIOLOANO, L. (2003) *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*, FUNECE, Fortaleza.
- COSTA, N. (2005) *I Professionisti Dello Sviluppo Turistico Locale*. Milano: Hoepli.
- COSTA, N. (2008) *La Città Ospitale*. Milano: B. Mondadori.
- COSTA, N. (2012) *The Applied Sociology of Tourism*. The Up Skills of the Facilitator in the Italian Hospitality Industry. *Advances in Applied Sociology*, vol.3. 1: 1-12.
- COSTA, N. e Martinotti, G. (2003) *Sociological Theories of Tourism and Regulation Theory*, in L. M. Hoffman, S. Fainstein e D. R. Judd (eds.) *Cities and Visitors. Regulation People, Markets and City Space*, 53-71. Londra: Blackwell.
- CRANDALL, L. (1987) *The Social Impact of Tourism on Developing Regions and Measurement* in B. J. R. Ritchie and C. R. Goldner (eds) *Travel, Tourism and Hospitality Research*, New York: John Wiley e Sons:413-23.
- CRICK, M. (1996) *Representation of International Tourism in The Social Sciences: Sun, Sex, Sights, Savings, and Servility* in Y. Apostopoulos et (eds) *The Sociology of Tourism*, London: Routledge: 15-50.
- CROSBY, Arturo y Moreda, Adela. (1996) *Elementos Basicos Para Un Turismo Sostenible En Las Areas Naturales*, CEFAT, Madrid.
- CRUZ, R. C. (2000) *Políticas de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto.
- DANN, G. (1977) *Anomie, Ego-enhancement and Tourism*. *Annals of Tourism Research* 4 (4):184-194.
- DANN, G. and E. Cohen (1991) *Sociology and Tourism*, *Annals of Tourism Research*, 18: 155-159.

- DANN, Groham M. S. and Parrinelo, Guli Liebman. (2009) *The sociology of Tourism European Origins and Development*, Esmerald Group Publishing Limited, Howard House Lane, Bingley BD161 WA UK.
- DARIER. E. (1999) *Focault Against Environmental Ethics*. In Discourses of the Environment. Blackwel Publishers, Oxford pp.217-240.
- DE KADT, E. (1979) *Tourism – Passport to Development?* New York: Oxford Univ. Press.
- DECRETO 339/70, pp. 942-943.
- DEWEY e Mead (s/d) in BAERT, P., e da Silva, F. C. (2014) *Teoria Social Contemporânea*, Editora Mundos Sociais, Lisboa.
- Diário da República de Angola, nº 29, 1ª Série de Sexta-feira de 20 de Junho de 1997, p. 304-306.
- DIAS, Reinaldo (2003), *Sociologia do Turismo*, Editora Atlas, S.A. S. Paulo.
- DIAS, Reinaldo. (2003) *Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil*, Atlas, São Paulo.
- DIECKENSON, J., Clarke, C., Gould, W., Prothero, R., Siddle, D., Smith, C., Thomas-Hope, E., and Hodgkiss, A. (1983) *A Geography of the Third World*. New York Methuen.
- DIEGUES, António Carlos S. (1992) *Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis*, da Crítica dos Modelos aos Novos Paradigmas, São Paulo em Perspetiva, 6 (1-2): 22-29, Jan/Junho.
- DREDGE (2006a), *Networks, Conflicts and Collaborative Communities*. Journal of Stainable Tourism (14). 562:581.
- DUFFIELD, B. S. and Long, J. (1981) *Tourism in the Highlands and Islands of Scotland: Rewards and Conflicts*; Annals of Tourism Research, 8, 3: 403-431.
- DURKHEIM, Emille. (1893) *Da Divisão Social do Trabalho*.ed.Presença, Lisboa.
- DYE, T. (1992) *Understanding Public Policy*, (7<sup>th</sup>) Edition, Englewood Cliffs, N.J: Prentice Hall.
- EISENSTADT, S. N. (1990) *Tradicón, Cambio y Modernidad*. Algunas Consideraciones Sobre las Teorías de la Modernización, en Ensayos Sobre el Cambio Social y la Modernización, Madrid, Tecnos.
- ELKAN, W. (1975) *The Relation Between Tourism and Employment in Kenya and Tanzania*. J. Dev. Stud. 11 (2): 123-30.
- ELLIOTT (1997) Elliott, J. (1997) *Tourism and Public Policy*. London: Routledge.
- ESCRIBANO, Gonzalo (2010) *Teorias Del Dessarrollo Economico*, UNED.
- ETOUNGA-MANGUELLE, Daniel (2001) “Does Africa Need a Cultural Adjustment Program?” in “Culture Matters: How Values Shape Human Progress” by Lawrence e Harrison (Author), Samuel P. Huntington ed. Basic Books, N. York.
- EYMARD-DUVERNAY, François. (1999) *Les Compétences des Acteurs dans les Réseaux*, in Collon, Michell, Réseau et Coordination, pp.153-168, Economica, Paris.
- FERREIRA, J.M. C., Peixoto, J., Carvalho, A. S., Raposo, R., Graça, J. C., Marques, R. (2013) *Sociologia*, Escolar Editora, Lisboa.
- FIORINO, D. J. (1990) *Citizen Participation and Environmental Risk: A Survey of Institutional Mechanisms*, Published by: Sage Publications: 226-243.
- FISHER, H. (1988) Fisher, H. (1988) *Development in Sub-Saharan Africa: Barriers and Prospects*. In J. Norwine and A. Gonzalez (eds) *The Third World: States of Mind and Being*: 231-242). Boston, MA: Unwin Hyman.
- FORSTER, J. (1964) *The Sociological Consequences of Tourism*. Int. J. Comp. Social. 5 (2): 217-27.
- FRANCE, L. (1998) *Local Participation in Tourism in the West Indian Islands*. In E. Laws, B. Faulkner and G. Moscardo (eds) *Embracing and Managing*

- Change in Tourism: International Case Studies (pp. 222-234). London: Routledge.
- FRANK, André Gunder. (1991) *For a Sociology of the Body: an Analytical Review*, in M. Featherstone, M. Hepworth and B. Turner (eds) *The Body: Social Process and Cultural Theory*, London: Sage.
- FRIEDBERG, Erhard. (1993) *O Poder e a Regra. Dinâmicas da Ação Organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FRIEDMANN, G. (1973a) *Tratado de Sociologia do trabalho*, vol 1, Sp. Cultrix.
- GALLI, R. (1992) *Winners and Losers in Development and Antidevelopment Theory*, in R. Galli (ed.) *Rethinking the Third World: Contributions Towards a New Conceptualization*, 1-27. New York: Crane Russak.
- GERLAND, B. R. (1984) *New Zealand Host and Guests. A Study on the Social Impact of Tourism*, Palmerston North: Market Researcher Centre, Massey University.
- GIDDENS, Anthony. (2009) *Sociologia 7ª Edição, Tradução*, Alexandra Figueiredo, et al. Coordenação, José Manuel Sobral, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GODET, Michel. (1993) *Manual de Prospetiva Estratégica- Da Antecipação à Acção*, Publicação Dom Quixote, Lisboa.
- GODFREY, K., e Clarke, J. (2002) *Manuale di Marketing Territoriale per il Turismo*.
- GONSALVES, P. (1993) *Divergent Views: Convergent Paths: Towards a Third World Critique of Tourism*, *Contours* 6 (3-4):8-14.
- GOUVEIA, et al (2013) *O Ciclo Mundial de Exportações de Turismo*, in Banco de Portugal, *Boletim Económico*.
- GRABURN (1983) *To Pray, Play and Pay: The Cultural Structure of Japanese Domestic Tourism*. *Cah. Tourisme*, Ser. B 25: 1-89.
- GRABURN, N. H. H. (1976b) *Introduction: Arts of the Fourth World*.
- GRAW, H. P. (1982) *The Economic of International Tourism*, *Annals Tourism Research* 9 (1): 1-125. (Spec. Issue).
- GREENWOD, D. J. (1972) *Tourism as an Agent of Change: A Spanish Basque Case*. *Ethnology* 11 (1): 80-91.
- GREENWOOD, D. J. (1977) *Culture by the Pound: An anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization*. See Smith.
- GUERRA, Isabel Carvalho. (2005) *O Planeamento no Contexto de Uma Sociologia da Acção*. *As Rearticulações Teoria-Prática no Campo da Sociologia e Planeamento*. *Cidades-Comunidades e Territórios* Junho, 10:13-24.
- GUERRA, Isabel Carvalho. (2006), *Participação e Acção Coletiva Interesses, Conflitos e Consensos*, 1ª Edição, Principia Editora, Lda, Estoril.
- GUERRA, Isabel Carvalho. (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo Sentidos e Formas de Uso*, 1ª Edição, Principia Editora, Lda, Cascais.
- GUERRA, Isabel Carvalho. (2010) *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção*, o Planeamento em Ciências Sociais 2ª Edição, Cascais.
- Guia do Turista de Angola (2013/2014) 3ª Edição, Edições de Angola, Limitada, Luanda.
- GUIVANT, Júlia S. (2002) *Contribuições da Sociologia Ambiental para os Debates sobre Desenvolvimento Rural Sustentavel e Participação*, in Congresso Mundial da International Sociological Association, Birbane, Austrália, Julho.
- GUNN, C. A. (1994) *Tourism Planning* (3<sup>rd</sup>) Edition, Washington, DC: Taylor and Francis.
- HALL C. M. (1994 c) *Tourism and Politics: Policy, Power and Place*. Chichester: John Wiley.
- HALL, C. M. (2000) *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*. Harlow: Prentice Hall.
- HALL, C. Michael. (2004) *A Public Policy Perspective*, in *Journal of Sustainable Tourism*, 7 (3-4): 274-289.

- HALL, C.M. e JENKINS, J.M. (1995) *Tourism and Public Policy*, Cengage Learning, United Kingdom.
- HALL, Colin Michael (2001) *Política e Planeamento Turístico: O Imperativo Sustentável*. In: *Planeamento Turístico: Políticas, Processos e Relacionamentos*.
- HALL, Colin Michael e JENKINS, John M. (1995) *Tourism and Public Policy*, Cengage Learning, United Kingdom.
- HALL, Colin Michael. (1994a) *Gender and Economic Interests in Tourism Prostitution: The Nature, Development and Implications of sex Tourism in South-east Asia*. In V. Kinnard and D. Hall (eds) *Tourism: A Gender Analysis*, p. 142-163). Chichester: John Wiley & Sons.
- HALL, Colin Michael. (2002). *Travel Safety, Terrorism and the Media: The Significance of the Issue Attention Cycle*. *Current Issues in Tourism* 5 (5): 458-466. São Paulo: Contexto, 17-36.
- HALL, Colin Michael. (2005) *Tourism: Rethinking the Science of Mobility*. Harlow: Pearson Education.
- HANNINGAN, J. (1995) *Environmental Sociology*. Londres: Routledge.
- HAQ, M. (1989) *People in Development*. *Development Journal of SID* 2 (3): 41-45.
- HARRISON, D. (1988) *The Sociology of Modernisation and Development*. London: Routledge.
- HARRISON, D. (1992a) *International Tourism and the Less Developed Countries: The background*. In D. Harrison (ed.) *Tourism and the Less Developed Countries*, 1-18. Toronto: Belhaven Press.
- HARTMANN, D. J., e Sonnad, S. R. (2007) *The Applied Sociologist as Craftsman*, in S. Desgupta, e R. Driskell (eds.) *Discourse on Applied Sociology*, 165-178. London: Anthem Press.
- HASHIMOTO, Atsuko. (2014) *Tourism and Sociocultural Development Issues*, in Shapley, R. and Telfer, D. J. (2014) *Tourism Development, Concepts and Issues* 2nd Edition, 205-236. Bristol, Buffalo, Toronto.
- HAUKELAND, J. V. (1984) *Sociocultural Impacts of Tourism in Scandinavia*, *Tourism Management*, 5, 3: 207-214.
- HAYWOOD, K.M. (1988) *Responsible and Responsive Tourism Planning in the Community*, *Tourism Management*, 9 (2): 105-118.
- HDDAD, Cláudio. (1980) *Crescimento económico do Brasil 1900-76*, in Nenhau, P. (ed), *Economia Brasileira. Uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro: Campus.
- HENRIQUES, Cláudia. (2003) *Turismo, Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*, Edições Sílabo, Lisboa.
- HETTNE, B. (1995) *Development Theory and the Three Worlds* (2nd edn.), New York: Longman.
- HIRSCHMAN, A. O. (1961) *Estratégia do Desenvolvimento Económico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura;
- HONEY, M. (1999) *Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?* Washington, DC: Island Press.
- HUNZIKER, W. and Krapf, K. (1942) *Grundriss der Allgemeinen Fremdenverkehrslehre*, *Outline of General Tourism Science*. Zurich: Polygraphischer Verlag.
- IGNARRA, L. R. (2001) *Fundamentos do Turismo*, São Paulo: Pioneira.
- INSKEEP, E. (1991) *Tourism Planning: an Integrated and Sustainable Development Approach*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- IOANNIDES, D. (1995) *Strengthening the ties Between Tourism and Economic Geography: A Theoretical Agenda*. *Professional Geographer* 47 (1): 49-60.
- IRWIN, A. (2001) *Sociology and the Environmental*. Londres: Polity Press.
- IWARA, Iwara Ene (2005) *Cultural Hegemony an Africa's Development Process* in *African Journal of Political Science and International Relations* Vol 9 (4): 120-130, April.

- JAMAL, T. B. and GETZ, D. (1995) *Collaboration Theory and Community Tourism Planning*. *Annals of Tourism Research*, 22 (1): 186-204.
- JEFFS, S. and Travis, A. (1989) *Social, Cultural and Linguistic impact of Tourism in and Upon Wales* in J. Bystrzanowski (ed) *Tourism as a Factor Change. National Case Studies*, Vienna: The Vienna Centre: 90-114.
- JONES, D. R. W. (1978) *Prostitution and Tourism*. Presented at PEACESAT Conf. Impact Tourism Dev. Pac. Sess, 4, April 19, 1978. Suva: Univ. South Pac. Ext. Serv. (Mimeo).
- JORDAN, J. W. (1980) *The Summer People and the Natives: Some Effects of Tourism in a Vermont Vacation Village*. *Annals Tourism Researchs*. 7(1): 34-55.
- JOURNET, Nicolas. (2011) *Sociologia História- Ideias – Correntes*, Tradução Maria da Conceição Nobre, Edições Texto e Grafia, Lda., Lisboa.
- KEITUMETSE, Susan O., (2016) *African Cultural Heritage Conservation and Management - Theory and Practice from Southern Africa*, ed. Springer, Switzerland.
- KEOGH, B. (1990) *Public Participation in Community Tourism Planning*. *Annals of Tourism Research*, 17: 449-465.
- KEOGH, B. (1990) *Public Participation in Community Tourism Planning*, *Annals of Tourism Research*, 17: 449-465.
- KLISBERG, B. (1999) *Capital Social y Cultura: Claves Olvidadas del Desarrollo*, CEPAL, 69: 85-102.
- KNEBEL, Hans-Joachim. (1960) *Soziologische Strukturwandlungen in Modern Tourismus*. Stuttgart: Enke, 1960.
- KNEBEL, Hans-Joachim. (1974) *Sociologia del Turismo: Câmbios Estructurales en el Turismo Moderno*. Barcelona: Editorial Hispano-Europe, Biblioteca de Ciências Sociais.
- KNUTSSON, B. (2009) *The Intellectual History of Development Towards a Widening Potential Repertoire*. *Perspectives*, 13, April.
- KRAPF, K. (1961) *Les Pays en Voie de Développement Face au Tourisme: Introduction Méthodologique*. *Revue de Tourisme* 16 (3): 82-89.
- KRIPPENDORF, Jost. (1985) *Perspektiven Einer Neuen Tourismuspolitik* in *Gezeiten* Nr. 5 (Juni).
- KRIPPENDORF, Jost. (1987) *The Holidaymakers: Understanding the Impact of Leisure and Travel*, London: Heinemann.
- KRIPPENDORF, Jost. (1989) *Sociologia do Turismo: Para Uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens*.
- LANFANT, M. F. (1980) *Introdução: Tourism in the Process of Internationalization*. *Int. Soc. Sci. J.* 32 (1): 14-43
- LANFANT, M. F. (1993) *Methodological and Conceptual Issues Raised by the Study of International Tourism: A Test for Sociology*. In *Tourism Research: Critiques and Challenges*, D. Pearce and R. Butler, eds. 70-87. London: Routledge.
- LANFANT, M. F. (2009) *Roots of the Sociology of Tourism in France*, CNRS-URESTI, Paris, France, in Dany e Parrinello, 2009, 95-129.
- LEA, J. (1988) *Tourism and Development in the Third World*. London: Routledge.
- LICKORISH, L. (1991) *Developing Tourism Destinations: Policies and Perspectives*, in Association with Jefferson, A., Bodlender, J. and Jenkins, C. Longman Group, Essex.
- LOWENTHAL, D. (1985) *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACCANNELL, D. (1973) *Staged Authenticity: Arrangements of Social Space in Tourism Settings*. *Annals. J. Social.* 79 (3): 589-603.
- MACCANNELL, D. (1976) *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. New York: Schocken.
- MACNAGHTERN, P. and Urry, J. (1998) *Contested Nature*. London: Sage Publications.

- MARTA, Ferreira. (2004) *A sociologia ao Serviço da Comunidade*. Experiências de Actividade Sociológica no Âmbito das Políticas Sociais. In Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia: 38-45.
- MASON, P. (1990) *Tourism. Environment and Development Perspectives*, Godd minng: World Wide Fund for Nature.
- MCCARTHY, J. (1994) *Are Sweet Dreams Made of This? Tourism in Bali and Eastern Indonesia*. Northcote, Australia: Indonesia Resources and Information Program Inc.
- MCKEAN Ph. (1976b) *Tourism, Culture Change Conservation in Bali*. In Changing Identities in Modern Southeast Asia. ed. D. J. Banks. Pp. 237-48. The Hague: Mouton
- MEHMET, O. (1995) *Westernising the Third World: The Eurocentricity of Economic Development Theories*. London: Routledge.
- MIHALIČ, Tanja. (2002c) *Tourism and Economic Development Issues*. In R. Sharpley and D.J. Telfer (eds) *Tourism and Development: Concepts and Issues*, 81-111. Clevedon: Channel View Publications.
- MIHALIČ, Tanja. (2014) *Tourism and Economic Development Issues*, in Shapley, R. and Telfer, D. J. (2014) *Tourism Development, Concepts and Issues 2nd Edition*, 77-117. Bristol, Buffalo, Toronto.
- MILMAN, A. and Pizam, A. (1988) *Social Impacts of Tourism on Central Florida*, *Annals of Tourism Research*, 15, 2:191-204,
- MOESH, M. (2002) *A Produção do Saber Turístico*, S. Paulo: Contexto.
- MOUZELIS, N. P. (1995) *Restructuring Struturaction Theory*. *Sociological Review*, 37, (4): 613-635.
- MUHANNA, Emaad (2006) *Sustainable Tourism Development and Environmental Management for Developing Countries*, Problems and Perspectives in Management vol. 4, Issue 2, 2006.
- MURPY, P. (1985) *Tourism: A Community Approach*. London Routledge.
- MYRDAL, G. (1968) *Teoria Económica e Regiões Subdesenvolvidas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saga.
- NASH, D. (1989) *Tourism as a Form of Imperialism*, in V. Smith (ed) *Anthropology of Tourism*, Oxford: Blackwell.
- NHULILIVALI, Narciso F. J., (2014), *História da Organização Administrativa do Sul de Angola: O Caso do Distrito da Huíla (1849-1974)*, Tese de Mestrado ISCED, Luanda.
- NORONHA, R. (1977) *Social and Cultural Dimensions of Tourism: A Review of the Literature in English*. Washington DC: World Bank (Dreft).
- NORONHA, R. (1979) *Paradise Reviewed: Tourism in Bali*. See de Kadat 1979, pp. 177-204 Norval, A. J. 1936. *The Tourist Industry: A Natiotzal Atzd International Survey*. London: Pitman.
- NUNES, João Ariscado (1993) *Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana*, in *Revista de Ciências Sociais* nº 37, junho, 33-49.
- O'GRADY R. (1990) *The Challenge of Tourism, Bangkok*: Ecumenical Coalition on Third World Tourism.
- OLIVEIRA, Ermelinda., e Manso, José R. Pires. (2010) *Turismo Sustentável: Utopia ou Realidade?* In *Revista de Estudos Politécnicos*, vol. VIII, 14: 235-253.
- OPPERMAM, M. and C. K. (1997) *Tourism in Developing Countries*. London: International Thomson Business Pres.
- ORRE, ALask. (2009) *Kalandula e os CACS- voz ativa ou prestação de contas?* CMI Working Paper nº 11. Bergen, Chr. Michelsen Institute.
- PATERSON, K. (1993) *Aloha! "Welcome to Paradise"*. *New Internationalist* july (245): 13-15.
- PEARCE, D. (1992) *Towards Sustainable Development Through Environmental Assessment*. CSERGE Working Paper PA: 92-11. Norwich. CSERGE.

- PEARCE, Douglas. (1989) *Tourist Development*, (2<sup>nd</sup>) Edition, Longman Scientific e Technical, Essex. New York: Longman.
- PEDRO, Calderan Beltrão, S. J. PE. (1963) *Sociologia do Desenvolvimento*.
- PERESTRELO, Margarida. (1999) *Prospetiva: Planeamento Estratégico e Avaliação*. In IV Congresso Português de Sociologia.
- PEREZ, L. (1974) *Aspects of Underdevelopment in the West Indies*, Science and Society, 37: 473-80.
- PERROUX, François (1977) *Nota Sobre a Noção de Pólo de Crescimento*. In Schwartzman, Jacques, *Economia Regional: Textos Escolhidos*, Belo Horizonte, CEDEPLAR: 145-155.
- PFORR, Christof. (2005) *Three Lenses of Analysis for the Study of Tourism Public Policy: A Case from Northern Australia*, Current Issues in Tourism, 323-343.
- PILLER, Christian., Ejarque, J., Fernández, A. J., Pedraza, R. L., Gallardo, L. J. (2004) *Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável: Elementos para um Debate*. Revista Eletrónica do Programa Delnet de Apoio ao Desenvolvimento Local, Centro Internacional de Formação da OIT, 24 de Abril- Maio.
- PLETERSKI, Til (2010) *El Impacto del Terrorismo sobre el Turismo*, Los Efectos Causados sobre la Recepción de Visitantes.
- PRENTICE, Richard (2004) *Tourist Motivation and Typologies* in A Companion to Tourism, Edited by Alan A. Lew, Colim. M. Hall and Allan M. Williams, (2004), Blackwell Publishing, Malden, USA, Oxford, UK, Victória, Austrália.
- QUIVY, Raymond., e Campenhoutdt, Luc Van. (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais, 5ª Edição*, Tradução João Minhoto Marques, et al., Gradiva Publicações, Lisboa.
- RAEYMAEKER, JOOST de. *A Descoberta de Angola: Um Guia Alternativo do País mais Fascinante de África*, Oficina do Livro Sociedade Editora, Alfragide.
- RANDBURG, E. E. (1980) *The Effects of Scale in Economic Development: Tourism in Bali*. Annals. Tourism Research. 7 (2): 177-96.
- RATTNER, Henrique. (1977) *Indicadores Sociais e Planificação do Desenvolvimento*, R. Adm. Emp. Rio de Janeiro, 17 (1): 21-27, Jan/fev.
- RATZ, Tamara. (2002) *Residents Perceptions of the Sociocultural Impacts at Lake Balaton, Hungary* in Richards, Greg and Hall, Derek (2002) *Tourism and Sustainable Community Development*, 36-47. London and New York, Routledge.
- REDCLIFT, M. (1973) *The Effects of Socioeconomic Changes in a Spanish Pueblo on Community Cohesion*. SOCIOL. Run. 13(1): 1-14.
- RESOLUÇÃO nº 7/97 de 20 de Junho, *Que Aprova a Política Nacional de Turismo*, In Diário da República de Angola, nº 29, 1ª Série de Sexta-feira de 20 de junho de 1997, p. 304-306.
- REYNOSO y Vale, A. e de Regt, J. P. (1979) *Growing Pains: Planned Tourism Development in Ixtapa- Zihuatanejo*. See de Kadt 1979, 111-34.
- RICHARDS, Greg., and Hall, Derek. (2002) *Tourism and Sustainable Community Development*, Routledg, London and New York, This Edition Published in the Taylor e Francis e-Library.
- RICHTER, L. (1983) *Tourism Polirts and Political Science a Case of not so Benign Neglect*. Annals of Tourism Research 10 (3): 313-335.
- RITZER, G. and LISKA (1997) *McDisneyization and Post Tourism: Complementary Perspectives on Contemporary Tourism in Touring Cultures* ed. C. Rojek and J. Urry. London: Routledge: 96-112
- ROCHA, A. D. (2010) *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – os Factores de Competitividade Territorial*. Luanda, Universidade Católica (UCAN).
- ROCHER, Guy. (2012) *Sociologia Geral. A Organização Social*, 6ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.

- ROSTOW, W. (1967) *The Stages of Economic Growth: A Non- Communist* (2<sup>nd</sup>) Edition, Cambridge: University Press.
- RUCHMANN, D. e Widner G. (2000) *Planejamento Turístico* in Ansarah, M. Turismo: Como Aprender Como Ensinar vol. 2 S. Paulo. Senac.
- SACHS, I. (1993) *Estratégias de Transição para o Século XXI*, São Paulo Brasiliense.
- SACHS, I. (2000) *Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável*: in Stroh, Paula Yone (org), Rio de Janeiro Geramond: 96.
- SACHS, I. (2001) *Repensando o Crescimento Econômico e o Progreso Social: o Papel da Política*, in Abramovay. R. et al. (orgs), Razões e Ficções do Desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp/Edusp.
- SAID, E. (1978) *Orientalism*. New York: Pantheon Books.
- SARMENTO, Eduardo Moraes. (2007) *Uma Perspectiva Socioeconômica sobre a Potencialidade do Turismo na Economia Angolana*.
- SAVELLI, Asterio. (2009) *Tourism in Italian Sociological Thought and Study*, University of Bologna, Bologna, Italy, in Dany e Parrinello, 2009,131-167.
- SCHAARDENBURG, A.V. (1996) *Local Participation in Tourism Development: A Study in Cahuita Costa Rica*.
- SCHANAIBERG, A. (1975) *Social Syntheses of the Societal-Environmental Dialectic: The Role of Distributional Impacts*. Social Science Quarterly, v. 56: 5-20.
- SCHMIDT, Cláudia J. (1995) *Sociedade Natureza e Desenvolvimento Sustentável: uma Abordagem Preliminar*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, março.
- SCHMIDT, H. (1989) *What Makes Development*. Development and Cooperation, 6:19-26.
- SCHUBERT, M. N.; NIEDERLE, P. A.A. (2011) *A Competitividade do Cooperativismo de Pequeno Porte no Sistema Agroindustrial do Leite no Oeste Catarinense*. Revista Ideas, v. 5, (1): 187-215.
- SCHUURMAN, F. (1993) *Introduction: Development Theory in the 1990s*, in F. Schuurman (ed) Beyond the Impasse New Directions in Development Theory, 1-48. London: Zed Books.
- SEERS, D. (1969) The Meaning of Development. International Development Review 11 (4): 22-26.
- SEM, Amartya Kumar. (2001) *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.
- SETLLES, Joshua Dwayne. (1996) *The impacto f Colonialism on African Economic Development*. Univerity of Tennessee Honors Thesis Project.
- SHARPLEY, Richard and TELFER, David J. (2015) *Tourism and Development, Conepts and Issues*, (2<sup>nd</sup>) Edition, Chennel view Publications, UK (Bristol), USA (Buffalo), Canada (Toronto).
- SHARPLEY, Richard. (2014) *Tourism: A Vehicle for Development?* In Sharpley, Richard and Telfer, D. J. (2015) *Tourism Development. Concepts and Issues*, (2<sup>nd</sup>) Edition, Channel, View Publications, Bristol, Buffalo, Toronto.
- SHNEIDER, Sérgio. (2004) *A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas*, in Sociologias, Porto Alegre, ano 6, 11: 88-125, Jan/Jun.
- SHNEIDER, Sérgio., e Freitas, Tanise Dias. (2013) *Qualidade de vida, Diversificação: Referencias Práticas para Análise do Bem-estar no Meio Rural*, in Olhares Sociais vol.2 1: 121-142.
- SILVA, Augusto Santos. (1987) *O Sociólogo como Técnico e Agente de Desenvolvimento*, in Sociologia, 3: 67-71.
- SILVA, Fabiana dos Santos., Costa, Sarany Rodrigues., Carvalho, Conceição de Maria Belforte de. (2013) *Políticas Públicas de Turismo No Brasil: Estratégias para Administração da Atividade no País X SEGET*, Outubro.
- SLOCUM, R. and B. Thomas-Slayter (1995) *Participation, Empowermwnt and Sustainable development*, eds. R. Slocum, L. Wichart. D. Rocheleau and B. Thomas-Slayter, Power, Process and Participation: Tools for change, London.

- SO, A. (1990) *Social Change and Development Modernisation, Dependency, and World-System Theory*. London: Sage Publications.
- SOUSA, Maria José e Baptista, Cristina Sales. (2011) *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*, Segundo Bolonha, 3ª Edição, PACTOR, Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, Lisboa.
- SPODE, Hasso. (2009) *Tourism Research and Theory in German-Speaking Countries*, in Dany e Parrinello, 2009, 65-93.
- STANLEY, N. (1988) *Being Ourselves for You: the Global Display of Cultures*. London: Middlesex University Press.
- STTOT, M. A. (1978) *Tourism in Mykonos: Some Social and Cultural Responses*. *Mediterr. Stud.* 1(2): 72-90.
- SWAIN, M. B. (1977) *Cuna Women and Ethnic Tourism: A Way to Persist and an Avenue to Change*. See Smith 1977c., 71-82.
- TALCOTT, Parsons. (1960) *Structure and Process in Modern Societies*, The Free Press of Glencoe. 344p.
- TAPIA, J. R. B. (2005) *Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a Experiencia dos Pactos Territoriais na Itália*. São Paulo em Perspetiva, São Paulo, V. 19, 1:132-139, Jan/Mar.
- TELFER, D. J. (1996a) *Development Through Economic Linkages: Tourism and Agriculture in Indonesia*. Unpublished Doctoral Dissertation, University of Waterloo, Waterloo.
- TELFER, D. J. (2014) *The Evolution of Development Theory and Tourism*. In SHARPLEY, Richard and TELFER, D. J. (2014) *Tourism Development. Concepts and Issues*, (2<sup>nd</sup>) Edition, Channel, View Publications, Bristol, Buffalo, Toronto: 31-73.
- TELFER, D. J. and Wall, G. (1996) *Linkages Between Tourism and Food Production*, *Annals of Tourism Research* 23(3): 635-653.
- TERRERO, Lúcia Sáenz. (2014) *Social Impacts of Tourism in Brasil*, Edited by Julia Kaumann Global Sustainable Tourism Review (GSTR).
- TIMOTHY, D. J. (1998) *Cooperative Tourism Planning in a Developing Destination*. *Journal of Sustainable Tourism*, 6 (1): 52-68.
- TIMOTHY, D. J. and C. Tosun (2003) *Appropriate Planning for Tourism in Destination Communities: Participation, Incremental Growth and Collaboration*. In *Tourism in destination Communities*, edited by S. Singh, D. J. Timoty, and R. K. Dowling. Cambridge, MA: CABI, pp.181-204.
- TIMOTHY, D.J. (1999) *Cross-Border Partnernship in Tourism Resource managements: International Parks Along the US-Canada Border* *Journal of Sustainable Tourism*, 7: 182-215.
- TODARO, M. (1994) *Economic Development* (5<sup>th</sup>) Edition, New York: Longman.
- TODARO, M. (1997) *Economic Development* (6<sup>th</sup>) Edition, New York: Longman.
- TOSUN, C. (2002) *Host Perceptions of Impacts: A Comparative Tourism Study*. *Annals of Research*, 29: 231-253. doi:10.1016/S0160-7383 (01) 00039-1.
- UNESCO (1976). *The Effects of Tourism on Socio-cultural Values*. *Annals Tourism Research*. 4(2): 78-105.
- URBANOWICZ Ch. F. (1977) *Tourism in Tonga: Troubled Times*. See Smith 1977c., 83-92
- URRY, J. (1990b) *The Tourist Gaze*. London: Sage Publications.
- URRY, J. (1995) *Consuming Places*. London: Routledge.
- VALLENCIA, J., e Crouch, G. I. (2008) *Travel Behavior in Troubled Times: The Role of Consumer Self-confidence*. *Journal of Travel e Tourism Marketing*, 28: 54-65.
- VAN DEN, Abbeele, G. (1980) *Sightseers: The Tourist as Theorist*, *Diacritics*, 10:3-14.
- VARLEY, R. C. G. (1978) *Tourism in Fiji: Some Economic and Social Problems*. *Bangor Occas. Pap. Econ.*, 1. Bangor Univ. Wales.

- VEIGA, José Eli da. (2006) *Desenvolvimento Sustentável: o Desafio do Século XXI*, Rio de Janeiro Garamond.
- VERDUGO, Dominique e Mavela, Amândio (2011), *Mapeamento da Situação do Turismo em Angola*, Projeto Trainfortrade/CNUCED, in UNCTAD: *United Nations Conference .on Trade And Development*.
- VILA NOVA, Celso Hermínio de Carvalho (1968) *Relatório Anual da Delegação Distrital da Huíla*, Lubango, Disponível no Arquivo Nacional de Angola, Códice nº 12215, Cota 40-1-9.
- WAHNSCHAFFT, R. (1982) *Formal and Informal Tourism Sectors: A Case Study of Pattaya, Thailand*. *Annals of Tourism Research*. 9 (3): 429-52.
- WALL, G. (1995) *Change, Impacts and Opportunities: Turning Victims into Victors*. Paper Presented at Tilbury University, the Netherlands.
- WALL, G. and Ali I. M. (1977) *The impact of Tourism in Trinidad and Tobago*. *Annals Tourism Research*. 5: 43-49.
- WANHILL, S. (1997) *Peripheral área Tourism*. *Progress in Tourism and Hospitality Research* (3): 47-70.
- WEBER, Max. (1904) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.
- WEELER, Douglas e Pelissier, René. (2011) *História de Angola*, Tinta-da-china, Lisboa.
- WELLS, H. (2004) *About Romance and Reality: Popular European imagery in post-colonial tourism in Southern África*. In C.M. Hall and H. Tucker (eds) *Tourism and Postcolonialism: Contested Discourses, Identities and representations* (pp.- 76-94). London: Routledge.
- WILSON, D. (1979) *The Early Effects of Tourism on the Seychelles*. See de Kadt 1979, 2005-2036.
- YASUMURA, Katsumi. (1994) *The Sociological Sphere of Tourism*, Workshop on Tourism Studies of the Department of Tourism, Hokkhai Gakuen University of Kitami.
- YOUNG, G. (1973) *Tourism – Blessing or Blight?* Harmondsworth. England: Penguin
- ZAPATA, T. (1998) *Parceria e Articulação Institucional para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*, Projeto Banco do Nordeste/ Programa das Nações Unidas (PNUD), Recife.

## Documentos do Governo de Angola

- Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola edição 2013.
- Boletim Estatístico do Mercado Hoteleiro e Turístico de Angola, edição 2014.
- Compêndio de Estatística do Turismo de Angola 2006-2010.
- Dados da Direção Provincial da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social da Huíla (2015), Lubango.
- Dados da Direção Provincial dos Transportes e Telecomunicações (2015), Lubango.
- Dados da do Departamento da Ação Cultural da Huíla (2011/ 2015), Lubango.
- Dados da do Governo da Província da Huíla (2007), Lubango.
- Dados da do Governo da Província da Huíla, (2014), Lubango.
- Dados do Departamento da Hotelaria e Turismo da Huila (2015), Lubango.
- GOVERNO DE ANGOLA (s/d), Síntese do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, Luanda.
- Plano Diretor de Turismo (2011-2020), (2013), Ministério do Turismo, Luanda.
- Programa de Desenvolvimento da Huíla 2013-2017, Lubango.
- Proposta de Programa de Desenvolvimento da Huíla 2013, Lubango.

**Angola No Tempo Do Kaparandanda** - página de fotos históricas de Angola

url:

<https://www.facebook.com/AngolaNoTempoDoKaparandanda/?fref=photo>,  
acesso 05/12/15.

**Embaixada de Angola**

url:

<http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id-turismo>  
Embaixada da República de Angola em Portugal, *Indústria Hoteleira*, apud,  
AIP (Associação Industrial Portuguesa), consultado aos 24 de Junho de  
2014

**Ministério do Turismo de Angola**

url: <http://www.minhotur.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx> consultado  
aos 24 de Junho de 2014.

PESTANA, Nelson (2015) **Angola tem Crescimento Económico sem  
Desenvolvimento Social**, in Lusa, disponível em url:  
[http://observador.pt/2015/05/09/  
angola-tem-crescimento-economico-sem-  
desenvolvimento-social/](http://observador.pt/2015/05/09/angola-tem-crescimento-economico-sem-desenvolvimento-social/).

PROSPECTIVA, Métodos

url: [http://pt.lapropective.fr/metodos-da-prospectiva/softwares---versao-  
nuven/16-micmac.html](http://pt.lapropective.fr/metodos-da-prospectiva/softwares---versao-nuven/16-micmac.html), consultado aos 3 de Novembro de 2015.

SILVESTRE, João. **O Turismo na Huila**, in Angop; disponível em [portalangop.ao](http://portalangop.ao),  
pagina visitada ao 19 de julho de 2014;

url:[http://www.angop.ao/portal/busca/?q=o+turismo+na+huila&locale=pt\\_pt](http://www.angop.ao/portal/busca/?q=o+turismo+na+huila&locale=pt_pt)  
(pag. visitada a 18 de Julho de 2016)

**Welcome to Angola** - portal de marketing de turismo de Angola

[http://www.welcometoangola.co.ao/?it=province\\_more&co=  
247&tp=25](http://www.welcometoangola.co.ao/?it=province_more&co=247&tp=25), - pagina visitada ao 19 de julho de 2014.



## ANEXO I: GUIÃO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO  
E FORMAÇÃO AVANÇADA  
Programa de Doutoramento em Sociologia

nº: |\_|\_|

### *Inventário e análise sociológica das políticas públicas do turismo em Angola*

#### Inquérito por Entrevista

A presente entrevista faz parte de um estudo sociológico sobre as políticas públicas do turismo no contexto do desenvolvimento sustentável em Angola, realizado no âmbito do 5º curso do Programa de Doutoramento em Sociologia, Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Portugal.

A sua entrevista e as respetivas respostas são absolutamente determinantes para a qualidade da investigação conducente à tese de doutoramento, pelo que solicitamos que responda todas as perguntas de forma sincera, completa e objetiva.

As respostas serão apenas utilizadas para efeitos do presente estudo, sendo garantida a confidencialidade e o anonimato das mesmas.

Para algum esclarecimento poderá contactar-nos do seguinte email: Narciso Félix <narcifel1@gmail.com>

*Muito obrigado pela sua colaboração!*

*Narciso Félix José Nhulilivali  
Doutorando da Universidade de Évora, Portugal*

**Designação da Entidade** (pública, privada, terceiro setor ou ONG):

#### SECÇÃO A – Turismo em Angola

**A1.** - Na sua perspetiva, poderá o Turismo constituir um dos principais “motores” do desenvolvimento regional e local, e de Angola em geral? Especifique a sua resposta.

**A2.** - Conhece o Plano Nacional de Turismo de Angola? Em caso afirmativo, como tomou conhecimento? E, quais são os tópicos do documento que considera mais relevantes, por exemplo, como política pública para o reforço das condições de desenvolvimento turístico em Angola?

**A3.** - Na sua opinião quais considera ser as principais **debilidades** turísticas em Angola? Entre todas as situações enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.

#### SECÇÃO B – Perspetivas Futuras de Desenvolvimento do Turismo em Angola

**B1.** - Considera fundamental a existência de Planos Regionais de Desenvolvimento do Turismo em Angola? E, quais deverão ser as ações e/ou projetos estratégicos que, na sua perspetiva pessoal, as instituições internacionais, nacionais, regionais ou locais (organização ou empresa) estariam dispostas a empreender para o desenvolvimento turístico em Angola?

**B2.** - Que medidas consideraria urgentes para que estes investimentos e modelos de desenvolvimento pudessem englobar um carácter de maior sustentabilidade (ser mais sustentáveis).

**B3.** - Outras sugestões para a melhoria das políticas públicas e atividades de desenvolvimento turístico em Angola.

#### SECÇÃO C – Desenvolvimento de Angola

**C1.** - Na sua opinião, considerando o conhecimento que tem de Angola, quais são na atualidade os principais problemas do país que necessitam de medidas de intervenção? Especifique a sua resposta (*por exemplo, ao nível do desenvolvimento das áreas económico-empresarial, agricultura, indústria, ambiente, turismo, cultura e património, formação e educação, social e/ou serviços de apoio à comunidade, etc.*).

**C2.** - Desenvolve e/ou desenvolveu já a sua instituição (organização ou empresa) alguma atividade ou projeto de desenvolvimento regional/e ou local para melhorar as condições de vida das populações locais? Em caso afirmativo e em termos gerais, qual é o balanço (aspetos positivos e negativos) que faz das atividades de desenvolvimento em que a sua instituição (organização ou empresa) está e ou esteve envolvida?

## ANEXO II: GUIÃO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO  
E FORMAÇÃO AVANÇADA  
Programa de Doutoramento em Sociologia

nº.:

### *Inventário e Análise Sociológica das Políticas Públicas do Turismo em Huíla-Angola*

#### **Inquérito por Entrevista**

A presente entrevista faz parte de um estudo sociológico sobre as políticas públicas do turismo no contexto do desenvolvimento sustentável em Huíla-Angola, realizado no âmbito do 5º curso do Programa de Doutoramento em Sociologia, Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Portugal.

A sua entrevista e as respetivas respostas são absolutamente determinantes para a qualidade da investigação conducente à tese de doutoramento, pelo que solicitamos que responda todas as perguntas de forma sincera, completa e objetiva.

As respostas serão apenas utilizadas para efeitos do presente estudo, sendo garantida a confidencialidade e o anonimato das mesmas.

Para algum esclarecimento poderá contactar-nos do seguinte email: Narciso Félix <narcifel1@gmail.com>

*Muito obrigado pela sua colaboração!*

*Narciso Félix José Nhulilivali  
Doutorando da Universidade de Évora, Portugal*

**Designação da Entidade** (pública, privada, terceiro setor ou ONG):

---\*---

#### **SECÇÃO A – Desenvolvimento da Província da Huíla**

**A1.** - Na sua opinião, considerando o conhecimento que tem da região da Província de Huíla, quais são na atualidade os principais problemas na região que necessitam de medidas de intervenção? Especifique a sua resposta (*por exemplo, ao nível do desenvolvimento das áreas económico-empresarial, agricultura, indústria, ambiente, turismo, cultura e património, formação e educação, social e/ou serviços de apoio à comunidade, etc.*).

**A2.** - Existem problemas divergentes no espaço geográfico da Província da Huíla, em relação às outras regiões ou províncias de Angola? Especifique a sua resposta.

**A3.** - Como classifica as atuais condições de vida das populações da Província da Huíla? (*é muito boa, boa, de subsistência, é má, muito má?*) Especifique a sua resposta.

**A4.** - Alguma vez, sentiu a necessidade de fazer alguma coisa a favor da melhoria das condições de vida das populações da Província da Huíla? Em caso afirmativo, qual ou quais áreas receberiam o seu apoio. (*por exemplo, situação económica, estado da agricultura, desemprego, saúde, educação, etc.*)

**A5.** - Baseado na sua experiência, como define a noção de desenvolvimento regional e local, em geral, e a de desenvolvimento sustentável em particular, no que se refere à província da Huíla?

**A6.** - Desenvolve e/ou desenvolveu já a sua instituição (organização ou empresa) alguma atividade ou projeto de desenvolvimento regional e local? Em caso afirmativo e em termos gerais, qual é o balanço (aspectos positivos e negativos) que faz das atividades de desenvolvimento em que a sua instituição (organização ou empresa) está e ou esteve envolvida?

---\*---

#### **SECÇÃO B – Turismo na Província da Huíla**

**B1.** - Na sua perspetiva, poderá o Turismo constituir um dos principais “motores” do desenvolvimento regional e local, em geral, e particularmente na Província da Huíla? Especifique a sua resposta.

**B2.** - Conhece o Plano Nacional de Turismo de Angola? Em caso afirmativo, como tomou conhecimento? E, quais são os tópicos do documento que considera mais relevantes, por exemplo, como política pública para o reforço das condições de desenvolvimento turístico em Angola e na Província de Huíla?

**B3.** - Na sua opinião, quais considera ser as principais **potencialidades** turísticas da Província da Huíla? Entre todas as potencialidades enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.

**B4.** - E quais considera ser as principais **debilidades** turísticas na Província da Huíla? Entre todas as situações enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.

**A5.** - Na sua opinião quais considera ser as principais **debilidades** turísticas em Angola? Entre todas as situações enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.

---\*---

#### **SECÇÃO C – Perspetivas Futuras de Desenvolvimento Turístico na Província da Huíla**

**C1.** - Considera fundamental a existência de um Plano Regional de Desenvolvimento do Turismo na Província da Huíla? E, quais deverão ser as ações e/ou projetos estratégicos que, na sua perspetiva pessoal, as instituições internacionais, nacionais, regionais ou locais (organização ou empresa) estariam dispostas a empreender para o desenvolvimento turístico na Província da Huíla?

**C2.** - Que medidas consideraria urgentes para que estes investimentos e modelos de desenvolvimento pudessem englobar um carácter de maior sustentabilidade (ser mais sustentáveis).

**C3.** - Outras sugestões para a melhoria das políticas públicas e atividades de desenvolvimento turístico na Província da Huíla.

### ANEXO III: DESCRIÇÃO DO GUIÃO DE ENTREVISTA AOS ATORES-CHAVE DA PROVÍNCIA DE HUILA, ANGOLA

#### Secção A - Desenvolvimento da Província de Huila

Dimensão Analítica	Objetivos	Questão Principal	Questão Secundária
Sociografia dos principais problemas da Província de Huila	- Desafios e prioridades - Especificidade da área de intervenção	<p><b>A1.</b> - Na sua opinião, considerando o conhecimento que tem da região da Província de Huila, quais são na atualidade os principais problemas na região que necessitam de medidas de intervenção?</p> <p><b>A2.</b> - Existem problemas divergentes no espaço geográfico da Província de Huila, em relação às outras regiões ou províncias de Angola?</p> <p><b>A3.</b> - Como classifica as atuais condições de vida das populações da Província de Huila? (<i>é muito boa, boa, é grave ou muito grave?</i>)</p>	<p><b>A1.1-</b> Especifique a sua resposta (<i>por exemplo, ao nível do desenvolvimento das áreas económico-empresarial, agricultura, indústria, ambiente, turismo, cultura e património, formação e educação, social e ou serviços de apoio à comunidade, etc.</i>).</p> <p><b>A2.1-</b> Especifique a sua resposta.</p> <p><b>A3.1-</b> Especifique a sua resposta.</p> <p><b>A3.2-</b> Com base na sua experiência e conhecimento, quais serão as cinco principais necessidades imediatas das populações da Província de Huila?</p>
Perspetivas de Desenvolvimento regional e local sustentável na Província de Huila	- Experiências de práticas	<p><b>A4.</b> - Alguma vez, sentiu a necessidade de fazer alguma coisa a favor da melhoria das condições de vida das populações da Província de Huila?</p> <p><b>A5.</b> - Baseado na sua experiência, como define a noção de desenvolvimento regional e local, em geral, e a de desenvolvimento sustentável, em particular?</p> <p><b>A6.</b> - Desenvolve e ou desenvolveu já a sua instituição (organização ou empresa) alguma atividade ou projeto de desenvolvimento regional e local, em geral, e a de desenvolvimento sustentável, em particular?</p>	<p><b>A4.1-</b> Em caso afirmativo, em qual ou quais áreas influenciaram a sua decisão? (<i>por exemplo, situação económica, estado da agricultura, desemprego, saúde, educação, etc.</i>)</p> <p><b>A5.1-</b> Quais são as principais fraquezas da Província de Huila?</p> <p><b>A5.2-</b> Quais as principais forças?</p> <p><b>A5.3-</b> Quais as principais ameaças?</p> <p><b>A5.4--</b> Quais as principais oportunidades?</p> <p><b>A6.1-</b> Em caso afirmativo e em termos gerais, qual é o balanço (aspectos positivos e negativos) que faz das atividades de desenvolvimento em que a sua instituição (organização ou empresa) está e ou esteve envolvida?</p>

**ANEXO III: DESCRIÇÃO DO GUIÃO DE ENTREVISTA AOS ATORES-CHAVE DA PROVÍNCIA DE HUILA, ANGOLA**

Secção B - Turismo na Província de Huila

Dimensão Analítica	Objetivos	Questão Principal	Questão Secundária
Horizontes do Turismo na Província de Huila	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas públicas de turismo</li> <li>- Problemas E dinâmicas da região</li> </ul>	<p><b>B1.</b> - Na sua perspetiva, poderá o Turismo constituir um dos principais “motores” do desenvolvimento regional e local, em geral, e a de desenvolvimento sustentável, em particular, na Província de Huila?</p> <p><b>B2.</b> - Conhece o Plano Nacional de Turismo de Angola?</p> <p><b>B3.</b> - Na sua opinião, quais considera ser as principais <b>potencialidades</b> (forças e oportunidades) turísticas da Província de Huila?</p> <p><b>B4.</b> - E quais considera ser as principais <b>debilidades</b> (fraquezas e ameaças) turísticas na Província de Huila?</p>	<p><b>B1.1-</b> Especifique a sua resposta.</p> <p><b>B2.1-</b> Em caso afirmativo, como tomou conhecimento?</p> <p><b>B2.2-</b> E, quais são os tópicos do documento que considera mais relevantes, por exemplo, como política pública para o reforço das condições de desenvolvimento turístico em Angola e na Província de Huila?</p> <p><b>B3.1-</b> Entre todas as potencialidades enumeradas, indique 3 (fraquezas e ameaças) que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.</p> <p><b>B4.1-</b> Entre todas as situações enumeradas, indique 3 (fraquezas e ameaças) que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.</p>
Desenvolvimento e Turismo na Província de Huila	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prioridades de desenvolvimento turístico</li> <li>- Experiências práticas</li> </ul>	<p><b>B5.</b> - Existem problemas específicos de desenvolvimento turístico no espaço geográfico da Província de Huila, em relação às outras regiões ou províncias de Angola?</p> <p><b>B6.</b> - Desenvolve e ou desenvolveu já a sua instituição (organização ou empresa) alguma atividade ou projeto de desenvolvimento turístico?</p>	<p><b>B5.1-</b> Especifique a sua resposta.</p> <p><b>B6.1-</b> Em caso afirmativo, e em termos gerais, qual é o balanço (aspetos positivos e negativos) que faz das atividades de desenvolvimento turístico em que a sua instituição (organização ou empresa) está e ou esteve envolvida?</p>

**ANEXO III: DESCRIÇÃO DO GUIÃO DE ENTREVISTA AOS ATORES-CHAVE DA PROVÍNCIA DE HUILA, ANGOLA**

Secção C - Perspetivas Futuras de Desenvolvimento Turístico na Província de Huila

Dimensão Analítica	Objetivos	Questão Principal	Questão Secundária
Tendências das políticas públicas do Turismo na Província de Huila	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expectativas de mudança</li> <li>- Novas políticas públicas de turismo</li> <li>- Futuro do turismo</li> </ul>	<p><b>C1.</b> - Quais são as suas expectativas no que se refere ao futuro do Turismo na Província de Huila?</p> <p><b>C2.</b> - Na sua opinião, o que deve ser feito para maximizar as potencialidades do turismo a desenvolver na Província de Huila?</p> <p><b>C3.</b> - E, o que deve ser feito para minimizar as debilidades do turismo a desenvolver na Província de Huila?</p> <p><b>C4.</b> - Quais serão as políticas públicas que julga ser necessário implementar para apoiar o desenvolvimento turístico na Província de Huila?</p> <p><b>C5.</b> - Considera fundamental a existência de um Plano Regional de Desenvolvimento do Turismo na Província de Huila?</p> <p><b>C6.</b> - Outras sugestões para a melhoria das políticas públicas e atividades de desenvolvimento turístico na Província de Huila.</p>	<p><b>C4.1-</b> Quais os atores-chave e as parcerias que julga ser necessário desenvolver para apoiar o turismo a desenvolver na Província de Huila?</p> <p><b>C4.2-</b> Quais os apoios que considera fundamentais no desenvolvimento das as políticas públicas de turismo na província?</p> <p><b>C5.1-</b> E, quais deverão ser as ações e ou projetos estratégicos que, na sua perspetiva pessoal, as instituições nacionais, regionais, locais ou internacionais (organização ou empresa) estariam dispostas a empreender para o desenvolvimento turístico na Província de Huila?</p>

## ANEXO IV a): QUESTÕES E DIMENSÕES DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO (HUÍLA).

Dimensões	
<b>Sociografia do desenvolvimento na província da Huíla</b>	<b>Nível de vida das populações</b>
<b>1.- Sociografia do desenvolvimento sustentável</b>	<b>1.- Condições de vida</b>
<b>a) Sociografia dos principais problemas de desenvolvimento</b>	<b>a) Classificação e necessidade de melhoria</b>
<p><b>Q1.</b> - Na sua opinião, considerando o conhecimento que tem da região da província da Huíla, quais são na atualidade os principais problemas na região que necessitam de medidas de intervenção?</p> <p><b>Q2.</b> - Quais são as áreas que necessitam de intervenção (por exemplo, ao nível do desenvolvimento das áreas económico-empresarial, agricultura, indústria, ambiente, turismo, cultura e património, formação e educação, social e ou serviços de apoio à comunidade, e/ou outras).</p> <p><b>Q3.</b> - Existem problemas divergentes no espaço geográfico da província da Huíla, em relação às outras regiões ou províncias de Angola? Especifique a sua resposta.</p>	<p><b>Q8.</b> - Como classifica as atuais condições de vida das populações da província da Huíla? (é muito boa, boa, de subsistência, é má, muito má?) Especifique a sua resposta.</p> <p><b>Q9.</b> - Alguma vez, sentiu a necessidade de fazer alguma coisa a favor da melhoria das condições de vida das populações da província da Huíla? Em caso afirmativo, qual ou quais áreas receberiam o seu apoio. (por exemplo, situação económica, estado da agricultura, desemprego, saúde, educação, etc.)</p>
<b>b) Perceção sobre o desenvolvimento sustentável</b>	<b>b) Projetos de desenvolvimento sustentável realizados</b>
<p><b>Q4.</b> - Baseado na sua experiência, como define a noção de desenvolvimento regional e local, em geral, e a de desenvolvimento sustentável em particular, no que se refere à província da Huíla?</p>	<p><b>Q10.</b> - Desenvolve e/ou desenvolveu já a sua instituição (organização ou empresa) alguma atividade ou projeto de desenvolvimento regional e local? Em caso afirmativo e em termos gerais, qual é o balanço (aspectos positivos e negativos) que faz das atividades de desenvolvimento em que a sua instituição (organização ou empresa) está e ou esteve envolvida?</p>
<b>2. Sociografia do turismo como alavanca do desenvolvimento sustentável</b>	<b>2.) Obstáculos ao desenvolvimento do turismo</b>
<b>a) Forças e oportunidades</b>	<b>a) Fraquezas, ameaças e divergências</b>
<p><b>Q5.</b> - Na sua perspectiva, poderá o turismo constituir um dos principais “motores” do desenvolvimento regional e local, em geral, e particularmente na província da Huíla? Especifique a sua resposta.</p> <p><b>Q6.</b> - Na sua opinião, quais considera ser as principais <b>potencialidades</b> turísticas da província da Huíla? Entre todas as potencialidades enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.</p>	<p><b>Q11.</b> - Quais considera ser as principais <b>debilidades</b> turísticas na província da Huíla? Entre todas as debilidades enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.</p> <p><b>Q12.</b> - Existem problemas específicos de desenvolvimento turístico no espaço geográfico da província da Huíla, em relação às outras regiões ou províncias de Angola? Especifique a sua resposta.</p>
<b>b) Políticas públicas de desenvolvimento do turismo</b>	<b>b) Necessidade de um modelo de desenvolvimento do turismo</b>
<p><b>Q7.</b> - Conhece o Plano Diretor de Turismo de Angola? Em caso afirmativo, como tomou conhecimento? E quais são os tópicos do Plano Diretor de Turismo que considera mais relevantes, por exemplo, como política pública para o reforço das condições de desenvolvimento turístico em Angola?</p>	<p><b>Q13.</b> - Considera fundamental a existência de Planos Regionais e locais de desenvolvimento do turismo na província da Huíla? E quais deverão ser as ações e ou projetos estratégicos desses Planos que, na sua perspectiva pessoal, as instituições internacionais, nacionais, regionais ou locais (organização ou empresa) estariam dispostas a empreender para o desenvolvimento turístico na província de Huíla?</p> <p><b>Q14.</b> - Que medidas consideraria urgentes para que as ações, projetos e modelos de desenvolvimento dos Planos regionais e locais de turismo pudessem ser mais sustentáveis.</p> <p><b>Q15.</b> - Outras sugestões para a melhoria das políticas públicas e atividades de desenvolvimento turístico na província da Huíla</p>

**ANEXO IV: b) QUESTÕES E DIMENSÕES DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO (ANGOLA).**

Dimensões	
<b>Sociografia do desenvolvimento sustentável em Angola</b>	<b>Lógicas de ação</b>
<b>1.- Sociografia dos problemas de desenvolvimento sustentável</b>	<b>1.- Áreas de intervenção</b>
<p><b>Q1.</b> - Na sua opinião, considerando o conhecimento que tem de Angola, quais são na atualidade os principais problemas do país que necessitam de medidas de intervenção?</p>	<p><b>Q5.</b> - Quais são as áreas que necessitam de intervenção em Angola (por exemplo, ao nível do desenvolvimento das áreas económico-empresarial, agricultura, indústria, ambiente, turismo, cultura e património, formação e educação, social e/ou serviços de apoio à comunidade, e/ou outros).</p> <p><b>Q6.</b> - Desenvolve e/ou desenvolveu já a sua instituição (organização ou empresa) alguma atividade ou projeto de desenvolvimento regional/e ou local para melhorar as condições de vida das populações locais? Em caso afirmativo e em termos gerais, qual é o balanço (aspectos positivos e negativos) que faz das atividades de desenvolvimento em que a sua instituição (organização ou empresa) está e ou esteve envolvida?</p>
<b>2.- Sociografia do turismo como fator de desenvolvimento sustentável</b>	<b>2.- Obstáculos ao desenvolvimento do turismo</b>
<b>a). Forças e oportunidades</b>	<b>a) Fraquezas e ameaças</b>
<p><b>Q2.</b> - Na sua perspetiva, poderá o turismo constituir um dos principais “motores” do desenvolvimento regional e local, e de Angola em geral? Especifique a sua resposta.</p>	<p><b>Q7.</b> - Na sua opinião quais considera ser as principais <b>debilidades</b> turísticas em Angola?</p> <p><b>Q8.</b> -Entre todas as debilidades enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.</p>
<b>b) Políticas públicas de desenvolvimento do turismo</b>	<b>b) Necessidade de um novo modelo de políticas públicas de turismo</b>
<p><b>Q3.</b> - Conhece o Plano Diretor de Turismo de Angola? Em caso afirmativo, como tomou conhecimento?</p> <p><b>Q4.</b> - Quais são os tópicos do Plano Diretor que considera mais relevantes, por exemplo, como política pública para o reforço das condições de desenvolvimento turístico em Angola?</p>	<p><b>Q9.</b> - Considera fundamental a existência de Planos Regionais e locais de Desenvolvimento do Turismo em Angola? E quais deverão ser as ações e/ou projetos estratégicos dos Planos Regionais e locais que, na sua perspetiva pessoal, as instituições internacionais, nacionais, regionais ou locais (organização ou empresa) estariam dispostas a empreender para o desenvolvimento turístico em Angola?</p> <p><b>Q10.</b> -Que medidas consideraria urgentes para que as ações e modelos de desenvolvimento dos Planos diretores regionais e locais de turismo pudessem ser mais sustentáveis?</p> <p><b>Q11.</b> - Outras sugestões para a melhoria das políticas públicas e atividades de desenvolvimento turístico em Angola.</p>

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**

DIMENSÃO A: Sociografia do desenvolvimento sustentável em Angola

CATEGORIA: Sociografia dos problemas de desenvolvimento sustentável em Angola

SUB-CATEGORIA: Sociografia do turismo como fator de desenvolvimento sustentável em Angola

## UNIDADES DE REGISTO

<b>QUESTÃO 1</b>	<b>Na sua opinião, considerando o conhecimento que tem de Angola, quais são na atualidade os principais problemas do país que necessitam de medidas de intervenção?</b>
<b>E1</b>	Falta de valorização da cultura e dos hábitos locais; Falta de patriotismo, desconhecimento das leis, analfabetismo, falta de infraestruturas de ensino a todos os níveis. Falta de leis que protegem o ambiente; incumprimento das leis, problemas na educação e formação básica, desenvolvimento humano, falta de emprego, falta de diversificação da economia, falta de envolvimento das comunidades locais nos projetos de desenvolvimento do turismo;
<b>E2</b>	De saneamento básico, o incumprimento da lei, a falta de cultura de turismo ao angolano, a não aplicação do programa do turismo rural integrado.
<b>E3</b>	1. Amizade política (apadrinhamento); incumprimento da lei; corrupção; fraca qualidade de ensino superior; diversificação da economia, valorização de agricultura, industrialização, investimentos, controlar (fiscalizar) os ministérios que arrecadam as receitas do Estado (Finanças, Alfandegas, Justiça e indústria diamantífera), fiscalização, banca (financiamento de projetos agrícolas, prestar atenção a educação como sector fundamental para o desenvolvimento a todos os níveis,
<b>E4</b>	Económicos, sociais, patrimoniais e de organização.

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**

## UNIDADES DE REGISTO

<b>QUESTÃO 2</b>	<b>Na sua perspetiva, poderá o turismo constituir um dos principais “motores” do desenvolvimento regional e local, e de Angola em geral? Especifique a sua resposta.</b>
<b>E1</b>	Acredito que sim: possui um património natural rico; entrou no plano nacional de desenvolvimento; se o país criar um plano estratégico para o desenvolvimento do turismo que parta do nível comunal para o municipal, do municipal para o provincial e do provincial para o nacional (modelo “ <i>bottom up</i> ”). 2. Se o Estado criar organismos públicos de gestão de turismo em nível comunal, municipal e provincial, para acompanharem a implementação do Plano Estratégico Nacional;
<b>E2</b>	Sim, porque pode criar empregos diretos e indiretos e participar da balança comercial do país;
<b>E3</b>	Resposta descontextualizada.
<b>E4</b>	É preciso intervir em todas as áreas (económico-empresarial, agricultura, indústria, ambiente, turismo, cultura e património, formação e educação social, e serviços de apoio à comunidade), porque o país está num caos.

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**

## UNIDADES DE REGISTO

<b>QUESTÃO 3</b>	<b>Conhece o Plano Diretor de Turismo de Angola? Em caso afirmativo, como tomou conhecimento?</b>
<b>E1</b>	Sim, através do Minhotour
<b>E2</b>	Sim através do Minhotour
<b>E3</b>	Não -----
<b>E4</b>	Não -----

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**

## UNIDADES DE REGISTO

<b>QUESTÃO 4</b>	<b>Quais são os tópicos do Plano Diretor que considera mais relevantes, por exemplo, como política pública para o reforço das condições de desenvolvimento turístico em Angola?</b>
<b>E1</b>	Implementação do turismo interno
<b>E2</b>	Os polos de desenvolvimento do turismo
<b>E3</b>	-----
<b>E4</b>	-----

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**  
**UNIDADES DE REGISTO**

<b>QUESTÃO 5</b>	<b>Quais são as áreas que necessitam de intervenção em Angola (por exemplo, ao nível do desenvolvimento das áreas económico-empresarial, agricultura, indústria, ambiente, turismo, cultura e património, formação e educação, social e/ou serviços de apoio à comunidade, e/ou outros).</b>
<b>E1</b>	1. Cultura e Cidadania; 2. Justiça, 3. Alfabetização e Educação social e comunitária para o turismo; 4. Infraestruturas de ensino a todos os níveis; 5. Formação especializada para o turismo; 6. Cultura e turismo. 7. Domínio das línguas locais; 8. Ambiente; 9. Emprego e segurança social; 9. Diversificação da economia; 9. Aposta no capital social local.
<b>E2</b>	1. Saneamento básico; 2. Justiça e ordem pública;
<b>E3</b>	1. Administração pública (organização); 2. Educação básica e superior; 3. Agricultura; 4. Indústria; 5. Fiscalização do Sector económico; 6. Diversificação da economia; 7. Investimentos; 8. Banca e financiamentos.
<b>E4</b>	1.É preciso intervir em todas as áreas porque o país está num caos de ingerência total.

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**  
**UNIDADES DE REGISTO**

<b>QUESTÃO 6</b>	<b>Desenvolve e/ou desenvolveu já a sua instituição (organização ou empresa) alguma atividade ou projeto de desenvolvimento regional/e ou local para melhorar as condições de vida das populações locais? Em caso afirmativo e em termos gerais, qual é o balanço (aspetos positivos e negativos) que faz das atividades de desenvolvimento em que a sua instituição (organização ou empresa) está e ou esteve envolvida?</b>
<b>E1</b>	Sim: <b>1. Positivos:</b> Doação de bens ao Lar da terceira idade de Luanda, participação em várias feiras internacionais, promoção da imagem do país a nível internacional. <b>2. Negativos:</b> não escrever nada sobre o turismo em Angola o que contribui para a carência da bibliografia da área do turismo no país,
<b>E2</b>	Sim: <b>1. Positivos:</b> formação (no domínio das línguas estrangeiras e nacionais) de 1000 guias intérpretes nacionais e locais; criação de empregos para jovens com mérito da AGUITA, nos bancos, nas agências de viagens e nos hotéis; remuneração diária de 30 mil kwanzas aos guias turísticos que recebem os cruzeiros sensibilização dos jovens para as campanhas de solidariedade contra o alcoolismo, droga, prostituição, limpeza das cidades, doação de sangue e para a luta contra o paludismo, poliomielite e outras doenças. <b>2. Negativos:</b> não disse nada;
<b>E3</b>	Sim: <b>1. Positivos:</b> inspeção de hotéis <b>2. Negativos:</b> Resposta descontextualizada (não disse nada sobre o assunto em causa).
<b>E4</b>	Sim: <b>1. Positivos:</b> auscultação de todos os operadores do turismo em Angola; <b>2. Negativos:</b> Não se registam ainda aspetos negativos por se tratar de uma entidade recém-criada.

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**  
**UNIDADES DE REGISTO**

<b>QUESTÃO 7</b>	<b>Na sua opinião quais considera ser as principais debilidades turísticas em Angola?</b>
<b>E1</b>	A falta de infraestruturas, alta de preços praticada nos hotéis, restaurantes e hospedarias, falta de operadoras em algumas províncias e a falta de uma linha de "lowcost" para voos regionais e internos.
<b>E2</b>	Preços altos.
<b>E3</b>	A falta de quadros profissionais no sector, a desorganização, a falta de confiança no angolano, a falta de seriedade e a falta de colocação de quadros nos sectores em que estão formados (má colocação de quadros).
<b>E4</b>	1. Concentração da formação na área do turismo em Luanda, específica; 2. Investimentos hoteleiros e desenvolvimento do turismo concentrados a nível de Luanda; 3. falta de organização; 4. Exclusão dos empresários e outros atores da maioria das províncias nas discussões sobre o desenvolvimento do turismo em Angola.

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**  
**UNIDADES DE REGISTO**

<b>QUESTÃO 8</b>	<b>Entre todas as debilidades enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.</b>
<b>E1</b>	1. A falta de infraestruturas; 2. A falta de operadoras em algumas províncias; 3. A alta de preços praticados nas unidades hoteleiras e similares.
<b>E2</b>	1. A hotelaria angolana é a mais cara do mundo; 2. Alta de preços de bilhete de avião; 3. Alojamento e alimentação muito caros.
<b>E3</b>	1. A falta de quadros profissionais no sector; 2. a desorganização, 3. A má colocação de quadros.
<b>E4</b>	1. Formação; 2. Fraqueza no associativismo; 3. não funcionamento dos guias turísticos no Lubango. 1. Concentração dos investimentos e das instituições de formação do turismo em Luanda; 2. A desorganização; 3. A Falta de inclusão de todos atores de turismo a escala

	nacional nas discussões sobre o desenvolvimento do turismo em Angola.
--	---

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**  
**UNIDADES DE REGISTO**

<b>QUESTÃO 9</b>	<b>Considera fundamental a existência de Planos Regionais e locais de Desenvolvimento do Turismo em Angola? E quais deverão ser as ações e/ou projetos estratégicos dos Planos Regionais e locais que, na sua perspetiva pessoal, as instituições internacionais, nacionais, regionais ou locais (organização ou empresa) estariam dispostas a empreender para o desenvolvimento turístico em Angola?</b>
<b>E1</b>	Considero fundamental: <b>Ações:</b> 1. Implementação do modelo de desenvolvimento turístico de baixo para cima; 2. criação de empregos e geração de renda para os profissionais e comunidades locais; 3. incluir os hábitos e costumes da população local nos planos de desenvolvimento turístico local; 4. dar formação específica para os quadros do sector e capacitar as comunidades locais, 5. Construir infraestruturas turísticas em todas as províncias; 6. imitar as dinâmicas globais de desenvolvimento turístico; 7. criar uma política de localização de polos de massificação do turismo interno; 8 desenvolver os meios e as vias de comunicação; e 9. Potencializar a logística da área do turismo.
<b>E2</b>	Resposta descontextualizada (não disse nada sobre a pergunta em causa). <b>Ações:</b> não disse nada.
<b>E3</b>	Resposta descontextualizada (não disse nada sobre a pergunta em causa). <b>Ações:</b> não disse nada.
<b>E4</b>	Esse era um passo muito importante. <b>Ações:</b> 1. Organização em associações; 2. Cadastramento das potencialidades turísticas locais e regionais; 3. Auscultação aos atores turísticos locais; 4 desenvolvimento de parcerias e solicitação de financiamentos.

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**  
**UNIDADES DE REGISTO**

<b>QUESTÃO 10</b>	<b>Que medidas consideraria urgentes para que as ações e modelos de desenvolvimento dos Planos diretores regionais e locais de turismo pudessem ser mais sustentáveis?</b>
<b>E1</b>	1. Plano Estratégico feito com base no modelo de desenvolvimento de tipo "bottom up" (de baixo para cima) (Planos comunais municipais provinciais e nacional); 2. Criação de empregos e geração de renda para os profissionais e comunidades locais; 3. Introdução dos hábitos e costumes dos povos de Angola no desenvolvimento do turismo local); 4. Formação profissional dos funcionários do sector; 5. Imitar as dinâmicas no bom sentido, globais do sector; 6. Criar regiões pilotos de desenvolvimento do turismo interno; 7 desenvolver as infraestruturas do sector; 8. Desenvolver a comunicação e a logística.
<b>E2</b>	Dar maior autonomia ao sector privado em vez do Estado intervir diretamente.
<b>E3</b>	Organizar os polos turísticos, dar formação específica aos quadros do sector, construir mais infraestruturas turísticas e criar mais agências de viagens.
<b>E4</b>	1. Implementar o modelo de desenvolvimento de baixo para cima; 2. Criar escolas de hotelaria e turismo em todas as províncias; 3. Envolver os empresários de todas as províncias ligados ao ramo, na discussão das políticas do sector.

**ANEXO V: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**  
**UNIDADES DE REGISTO**

<b>QUESTÃO 11</b>	<b>Outras sugestões para a melhoria das políticas públicas e atividades de desenvolvimento turístico em Angola.</b>
<b>E1</b>	1. Existência da lei base do turismo, criação de políticas de ética do turismo (código de turismo interno); 2. desenvolver o patriotismo, cidadania e respeito pelo endógeno e inseri-lo no contexto global; 3. O Estado com a colaboração dos atores sociais deve elaborar políticas públicas de turismo que protejam a cultura e o cidadão e o respeito das leis.
<b>E2</b>	1. Quebra de preços; 2. valorização de quadros nacionais, a partir do salário e cargos de direção.
<b>E3</b>	1. Combater as influencias politicas, o abuso do poder e o apadrinhamento no sector empresarial angolano; 2. mudança de atitude, não misturar (confundir) a amizade politica com políticas públicas do Estado.
<b>E4</b>	Maior rigor e transparência na implementação do Plano Diretor.

**ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA**

DIMENSÃO A: Sociografia do desenvolvimento na província da Huíla

CATEGORIA: Sociografia do desenvolvimento sustentável na província da Huíla

SUB-CATEGORIA: Sociografia do turismo como alavanca do desenvolvimento sustentável na província da Huíla

## UNIDADES DE REGISTO

QUESTAO 1	Na sua opinião, considerando o conhecimento que tem da região da província da Huíla, quais são na atualidade os principais problemas na região que necessitam de medidas de intervenção?
E1	1. Problemas de desenvolvimento humano e de crescimento económico; 2. Problemas na industrialização) 3. Problemas nos serviços sociais e falta de oportunidades no acesso à educação para as comunidades do sudoeste da província (Assimetrias locais no acesso ao ensino). 4. Falta de uma instituição bancária para o apoio aos pastores tradicionais. 5. Emigração de jovens para Luanda; 6. Conflito de terras.
E2	1. Debilidades no desenvolvimento económico e social (fraco investimento nacional e estrangeiro, falta de condições nos locais turísticos). 2. Problemas ambientais (destruição do pulmão verde da cidade, perspectiva-se destruir a floresta da escola 27 de março para erguer no local o mercado KERO de empresários de Luanda)
E3	1. Fraco desenvolvimento económico e social (debilidades nos sistemas de fornecimento de água e eletricidade, no saneamento básico, nos sectores da educação e saúde, no acesso ao emprego, aos problemas de investimento, ao relançamento da industria e ao apoio à agricultura familiar); 2. Falta de habitação; 3. Problemas de género; 4-Questões ambientais;
E4	1. Problema de desenvolvimento económico; 2. Falta de legislação que regulamente o turismo; 3. Falta de financiamento e empréstimos aos empresários do turismo. 4. Degradação das vias de acesso para alguns destinos turísticos.
E5	2. Problemas de desenvolvimento económico (agricultura de subsistência, e desaparecimento de algumas industrias básicas devido a importação; 2. Fuga dos recursos humanos do mio rural para Luanda; 3.Problemas ambientais (degradação do parque do Bicuar); 3. Falta de legislação turística que proteja o património; 4. Decadência das associações culturais e desaparecimento do teatro; 5- falta de financiamentos; 6. má conservação de alguns monumentos e sítios; 6. Falta de acesso à formação e educação social (assimetrias locais no acesso à formação e educação).
E6	1. Problemas económicos e sociais (do empresariado, da agricultura, indústria, turismo, formação e educação social, e dos serviços de apoio a comunidade. 2. Danificação do ambiente (abate indiscriminado de árvores) 3. Problema ao nível da cultura e do património (estruturas e valores patrimoniais abandonados). 4. Problemas de saneamento básico; 5. Falta de auscultação aos empresários.
E7	1. Problemas de infraestruturas turísticas; 2 falta de formação de guias turísticos. 3. Falta de inventariação, conhecimento e preservação de áreas turísticas; 4. Falta da divulgação da história dos locais turísticos aos turistas.
E8	1. Falta de impulsionar a industrialização para a transformação dos produtos agrícolas da região; 2. Falta de infraestruturas para a realização de atividades culturais e artísticas da região; 2. Falta de formação artística.
E9	1. Problema das vias de acesso; 2. Falta de classificação e valorização dos lugares turísticos; 3. Falta da valorização da cultura local; 4. Demolição do património histórico do Lubango; 5. Fraca qualidade de ensino a todos os níveis;
E10	1. Problemas económicos; 2. Fuga dos recursos humanos do campo para a cidade; 3. Problemas de falta de emprego.
E11	1. Problema da seca em algumas zonas; 3. Falta de meios técnicos de apoio à agricultura (sistemas de regadio, pequenas barragens, motobombas); 2. Degradação das estradas secundárias e terciárias, dificultando o escoamento de produtos. 3.credito bancário insuficiente com taxas de juro insuportáveis; 3. Debilidades nos sistemas de fornecimento de energia e águas; 4. Falta de seguro agrícola; 5. Algumas fábricas estão encerradas; 6. Há dificuldades nas áreas de formação, da cultura, do património e do ambiente.

**ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA**

## UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 2	Quais são as áreas que necessitam de intervenção (por exemplo, ao nível do desenvolvimento das áreas económico-empresarial, agricultura, indústria, ambiente, turismo, cultura e património, formação e educação, social e ou serviços de apoio à comunidade, e/ou outras).
E1	1. Económica (indústria, agricultura e pecuária familiares, infraestruturas e banca) 2. Área social (educação e legislação).
E2	1. Económica (investimentos nacionais e estrangeiros, agropecuária, indústria mineira e transformadora, comercio e turismo; 2 Social (educação e saúde); 3. Património (natural e cultural).
E3	1. Económica (Energia e águas, saneamento básico, investimentos, indústria, agricultura familiar,); 2. Social (saúde, educação, emprego e relações de género). 3 Património

	(ambiental (natural) e habitação (cultural));
E4	1. Económica (agricultura, pecuária, indústria, comércio, infraestruturas e Banca). 2. Social (legislação)
E5	1. Económica (empresariado, agricultura e indústria) 2. Social (educação, emprego, emigração interna, legislação, associativismo) 3. Património (ambiental (natural) e cultural)
E6	1. Económica (empresariado, agricultura, indústria, turismo) 2. Social (educação, Assistência social); 3. Património (ambiental (natural) e cultural).
E7	1. Económica (infraestruturas.) 2. Social (Educação) 3 Património (natural e histórico);
E8	1. Económica (agricultura, pecuária, indústria e infraestruturas) 2. Social (Educação 3. Património (cultural).
E9	1. Económica (infraestruturas (vias de acesso); 2. Social (Educação (formação qualificada do capital humano); 3 Património (natural e cultural).
E10	1. Económica (agricultura, indústria e banca); 2. Social (emigração interna e emprego).
E11	1. Económica (agricultura, pecuária, indústria, turismo, águas e energia, tecnologias agrícolas, vias de acesso, banca); 2. Social (Educação (formação), emprego e emigração interna; 3. Património (ambiental (natural) e cultural).

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 3	<b>Existem problemas divergentes no espaço geográfico da província da Huíla, em relação às outras regiões ou províncias de Angola? Especifique a sua resposta.</b>
E1	Sim, devido as diferentes dinâmicas socioculturais específicas dos diferentes grupos etnolinguísticos da província: por exemplo os Umbundos que são agricultores sedentários – são facilmente influenciados pela globalização; enquanto as populações pastoris seminómades da província estão à margem do desenvolvimento (ou seja sim porque existem assimetrias regionais e locais no acesso as oportunidades, na mobilidade social e no exercício de cidadania, conflito de terras entre as comunidades pastoris e a burguesia rural).
E2	Não, porque as políticas que são aplicadas em outras províncias podem ser aplicadas também na Huíla.
E3	Sim, porque cada província tem a sua especificidade. O Lubango tem problemas de infraestruturas e de rede viária no meio da cidade e Benguela por exemplo não tem esta dificuldade.
E4	Sim, disputa ente a Huíla e o Namibe pela administração (a quem pertence a Leba) da Leba
E5	Sim, temos, temos problemas que: 1 derivam da multiculturalidade étnica e linguística da província; 2. Da divisão administrativa e situação geográfica de alguns municípios (há municípios que geográfica e culturalmente deveriam pertencer ao Huambo ou Benguela por facilidades de comunicação).
E6	Sim, devido a imposição de políticas de cima para baixo a partir de Luanda (por exemplo perspectiva-se a destruição de um dos pulmões verdes da cidade do Lubango por empresários da elite de Luanda sem auscultação nem aceitação local). 2. Transferência de responsabilidades ao governo local sem transferir recursos financeiros também.
E7	Não, porque Angola é um país uno e indivisível e tem políticas do topo que orientam o desenvolvimento e as províncias seguem-nas.
E8	Tem alguma distorção derivada da multiculturalidade e diversidade etnolinguística, mas não impede a convivência desses grupos devido a filosofia de tornar o país uno e indivisível.
E9	Altas divergências não, mas existe a divergência entre a Huíla e o Namibe sobre a administração da Leba.
E10	Existem divergências grandes: 1. Angola é um país artificial criado com régua no Congresso de Berlim que dividiu os grupos étnicos (há etnias que parte ficou em Angola, outra no Congo, Zâmbia e Namíbia); 2. Dinâmicas culturais diferentes.
E11	Não são notadas divergências no espaço geográfico da Huíla em relação a outras províncias.

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA CATEGORIAS

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 4	<b>Baseado na sua experiência, como define a noção de desenvolvimento regional e local, em geral, e a de desenvolvimento sustentável em particular, no que se refere à província da Huíla?</b>
E1	1. <b>Desenvolvimento regional:</b> tem em conta os saberes da região; 2. <b>Desenvolvimento local:</b> tem em conta os saberes locais (o conhecimento endógeno dos solos, das épocas, da cultura, e da interação com o meio que as comunidades têm; 3. <b>Desenvolvimento sustentável:</b> tem em conta o conhecimento endógeno “ <i>indigen knowledge sistem</i> ” e evita a aplicação de medida que vêm do topo para o terreno; é aquele que incorpora os sistemas das comunidades (incluindo a língua) fazendo com que elas participam do desenvolvimento com grande entusiasmo; deve partir da comunidade,

	o desenvolvimentista não vem trazer coisas novas, incorpora as metodologias globais na dinâmica local.
E2	1.Desenvolvimento regional: não disse nada; 2. Desenvolvimento local: não disse nada; 3. Desenvolvimento sustentável: deve criar novas infraestruturas sem destruir o ambiente (por exemplo construir o supermercado Kero no Lubango sem destruir o pulmão verde da cidade).
E3	1.Desenvolvimento regional: não disse nada; 2. Desenvolvimento local: quando localmente criam-se condições básicas necessárias para prover os serviços para melhorar a qualidade de vida das famílias; 3. Desenvolvimento sustentável: as ações que são levadas a cabo respondem as necessidades das pessoas que estão a trabalhar neste momento, mas também salvaguardam as futuras gerações.
E4	1.Desenvolvimento regional: resposta descontextualizada (não contém nada sobre o assunto); 2. Desenvolvimento local: resposta descontextualizada não contém nada sobre o assunto); 3. Desenvolvimento sustentável: resposta descontextualizada (não contém nada sobre o assunto).
E5	1. Desenvolvimento regional: aquele que abrange uma grande região por exemplo (norte, centro sul); 2. Desenvolvimento local: aquele que se realiza nos municípios da Huíla; 3. Desenvolvimento sustentável: aquele que tem planos de longo prazo.
E6	Resposta descontextualizada cujo conteúdo não tem nada a ver coma questão.
E7	1. Desenvolvimento regional: aquele que abrange uma grande região; 2. Desenvolvimento local: a resposta não contém nada sobre o assunto; 3. Desenvolvimento sustentável: a resposta não contém nada sobre o assunto.
E8	1. Desenvolvimento regional: a resposta não contém nada sobre o assunto; 2. Desenvolvimento regional: a resposta não contém nada sobre o assunto; 3. Desenvolvimento sustentável: aquele que proporciona o ensino e a formação à todas as localidades da Huíla.
E9	1. Desenvolvimento regional: não disse nada 2. Desenvolvimento local: não disse nada; 3. Desenvolvimento sustentável: administração racional dos recursos de um determinado país ou lugar que valha para a geração atual e que também venha sustentar a geração vindoura;
E10	A resposta está descontextualizada (não contém nada sobre o assunto em causa).
E11	A resposta está descontextualizada (não contém nada sobre o assunto em causa).

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 5	<b>Na sua perspetiva, poderá o turismo constituir um dos principais “motores” do desenvolvimento regional e local, em geral, e particularmente na província da Huíla? Especifique a sua resposta.</b>
E1	Sem dúvidas (...) existem potencialidades, desde que o governo envolva as comunidades locais criando centro turísticos comunitários, pequenos centros turísticos para arrecadar dinheiro para as comunidades.
E2	Pode muito bem (...) existem condições de alojamento, potencialidades turísticas; se se criar condições para atrair investimentos nacionais e estrangeiros a província irá tentar contrabalançar a balança de pagamentos.
E3	Sim eu acho (...) a Huíla tem potencialidades; (...) para a geração de recursos.
E4	Eu acho que sim (...) a Huíla já foi potência turística no tempo colonial por possuir infraestruturas hoteleiras, rodoviária e aeroportuárias na época; razão pela qual a Huíla vai continuar, uma potência a nível nacional.
E5	É o turismo a indústria do futuro e a Huíla é turística por excelência. (...). Nós estamos a ver o turismo realmente como a grande alavanca do desenvolvimento da Huíla, porque vai empregar jovens e adultos, vai interagir a população, vai unir povos, vai unir culturas, vai atrair investimentos, e vai atrair turistas de outras províncias e do mundo inteiro.
E6	É um dos motores de desenvolvimento na medida em que pode ser um impulsionador da criação de empregos, e vai abranger uma série de áreas.
E7	Sim sem sombra de dúvidas, porque a Huíla e a região em geral têm diversidades de património natural e cultural cuja valorização poderá proporcionar receitas para o país e para a região.
E8	É evidente que sim, (...) a Huíla possui um conjunto de lugares de interesse turístico e histórico; no entanto é preciso trata-los bem para proporcionarem receitas para a região e para o país.
E9	Sem dúvida (...) a Huíla tem património natural e cultural diversificado, no entanto é preciso valorizá-los.
E10	Sim (...) a Huíla tem privilégio para praticar o turismo de natureza, o campismo, o turismo rural, no entanto é preciso promover a imagem da Huíla para atrair turistas nacionais e estrangeiros sobretudo europeus.
E11	A Huíla tem tudo, para contribuir para que o turismo seja o segundo petróleo do país.

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 6	<b>Na sua opinião, quais considera ser as principais potencialidades turísticas da</b>
-----------	--

	<b>provincia da Huíla? Entre todas as potencialidades enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.</b>
E1	Ontandavala (Tundavala), Os Barracões, as Embalas dos Gambos, do Jau, do Chitembo da Huíla, de Quipungo e de Ngalangue; área montanhosa de Chipindo, Cascatas da Missão do Kuvangu, a Grande Mulemba de Ombila yo Mbundu(Viriambundu), a Montanha da Mamas na Quihita, as artes, o canto e a dança, e as festividades tradicionais, (Ondjelwa, Efiko, otchintchita): <b>as três principais:</b> não especificou;
E2	Cultura (turismo cultural) agropecuária (turismo rural), turismo de aventura (Serra da Leba e Tundavala) e turismo religioso (Festas da Nossa Senhora do Monte e Peregrinação à Capelinha). <b>As três principais:</b> não especificou
E3	Sítios e Monumentos (Fenda da Tundavala, Cascata da Huíla e Miradouro da Serra da Leba). <b>As três principais:</b> não especificou
E4	Monumentos e sítios (Monumento ao Cristo Rei), Natureza (Tundavala, Serra da Leba), Hospitalidade, <b>as três principais:</b> 1. Monumentos e sítios; 2. Natureza; 3. Hospitalidade.
E5	Serra da Chivila em Quilengues, Embala de Nhonhi em Caluquembe, Missões de Cola, de Caconda, do Kuvangu e de Tchivinguiro, Barragem das Gangelas e a cordilheira da Lufinda na Chibia, a Fazenda Jamba, a Estação Zootécnica e as Grutas de Ondimba na Humpata. <b>As três principais:</b> 1. Grutas de Ondimba na Humpata; 2. Cordilheira da Lufinda na Chibia; 3. Serra da Chivila em Quilengues.
E6	Turismo rural, Serra da Leba (turismo paisagístico, de fotografia ou de natureza), Tundavala (turismo de aventura ou de natureza) Comunidade Himba (turismo cultural). <b>As três principais:</b> Serra da Leba (turismo paisagístico, de fotografia ou de natureza), Tundavala (turismo de aventura ou de natureza) Comunidade Himba (Turismo cultural).
E7	Cultura, paisagens naturais (Fenda Tundavala, Cascatas da Huíla, Cascatas da Hunguéria, Fendas do Bimbi, Serra da Leba, Cascatas do Cassoque, Cristo Rei, turismo religioso (missões da Huíla, de Caconda e do Kuvangu. <b>As três principais:</b> não especificou.
E8	Fenda da Tundavala, Cascatas da Hunguéria, Grutas de Ondimba, Serra da Leba, <b>as três principais:</b> 1. Fenda da Tundavala; 2. Grutas de Ondimba; 3. Cascatas da Hunguéria.
E9	Cristo Rei, Tundavala, Serra da Leba, Capelinha da Nossa Senhora do Monte, os Barracões. <b>As três principais:</b> 1. Tundavala; 2. Cristo Rei; 3. Capelinha da Nossa Senhora do Monte/Barracões.
E10	Turismo de natureza; Campismo; <b>as três principais:</b> não especificou
E11	Fenda da Tundavala, Cascatas da Hunguéria, Cristo Rei, Cemitério dos Barracões e Capelinha da Nossa Senhora do Monte. <b>As três principais:</b> 1. Fenda da Tundavala; 2. Cemitério dos Barracões; 3. Cristo Rei.

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

<b>QUESTÃO 7</b>	<b>Conhece o Plano Diretor de Turismo de Angola? Em caso afirmativo, como tomou conhecimento? E quais são os tópicos do Plano Diretor de Turismo que considera mais relevantes, por exemplo, como política pública para o reforço das condições de desenvolvimento turístico em Angola?</b>
E1	Não conhece
E2	Sim, tomou conhecimento através do Minhotour, e da através da Direção de Comércio Turismo e Hotelaria da Huíla. <b>Tópicos:</b> Formação turística e hoteleira, maximização do turismo cultural, turismo de aventura, turismo de massa e sustentabilidade.
E3	Não conhece (nunca ouviu falar).
E4	Sim, através da Direção de Comércio Turismo e Hotelaria da Huíla. <b>Tópicos:</b> Não fez referência a nenhum tópico.
E5	Sim, através da Direção de Comércio Turismo e Hotelaria da Huíla <b>Tópicos:</b> parceria público-privada; classificação das infraestruturas turísticas; valorização dos lugares, monumentos e sítios e reservas naturais.
E6	Não conhece
E7	Não conhece
E8	Não conhece
E9	Não conhece
E10	Não conhece
E11	Não conhece

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

<b>QUESTÃO 8</b>	<b>Como classifica as atuais condições de vida das populações da província da Huíla? (é muito boa, boa, de subsistência, é má, muito má, miserável?) Especifique a sua resposta</b>
E1	São de subsistência para a população suburbana e miseráveis para uma boa parte da população rural do oeste da Huíla (na linha da cordilheira de Quilengues até Curoca) devido a estiagem que afeta esta região.

E2	São más, maior parte da população vive no meio rural e vive dificuldades, pois a sua sobrevivência depende dos fatores naturais (chuvas).
E3	São razoáveis para a população urbana e de subsistência para a população rural, pois estes não têm acesso à água potável, à eletricidade e outros indicadores que definem a boa qualidade de vida.
E4	São boas (...) a nossa população está bem (...).
E5	São de subsistência devido ao êxodo rural, a explosão urbana e a dependência das condições naturais (chuvas) para a sobrevivência no meio rural.
E6	São de subsistência e muito más (...) aos olhos de todos.
E7	São boas no meio urbano e de subsistência no meio rural onde não há vias de acesso e as populações dependem ainda dos fatores naturais (chuvas) e a estiagem tem complicado a vida das comunidades pastoris do sul de Angola.
E8	São de sobrevivência, sobretudo no meio rural onde as populações produzem apenas para a sua própria sobrevivência.
E9	São boas para uma pequena franja da população (Empregados e altos funcionários da província) e de subsistência para a maioria da população huílana.
E10	São boas em parte na cidade e de subsistência no meio rural, em alguns casos o meio rural da Huíla está ainda infelizmente no nível da sociedade primitiva (...) muita gente depende dos caprichos da natureza
E11	São boas em parte na cidade, de subsistência para grande parte da população rural, e muito más nas zonas em que as populações dependem dos fatores naturais para sobreviverem (zonas de secas, caso dos Gambos).

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 9	<b>Alguma vez, sentiu a necessidade de fazer alguma coisa a favor da melhoria das condições de vida das populações da província da Huíla? Em caso afirmativo, qual ou quais áreas receberiam o seu apoio. (por exemplo, situação económica, estado da agricultura, desemprego, saúde, educação, etc.)</b>
E1	Fizemos várias iniciativas: Associativismo, defesa do direito a terra, educação, saúde, promoção das meninas, cidadania e agricultura.
E2	Sim: área de desemprego e assistência comunitária.
E3	Sim: área da Educação para a cidadania e cívica, desenvolvimento local no meio rural e agricultura familiar.
E4	Sim: área empresarial, formação e Incentivo ao financiamento de projetos.
E5	Já tivemos iniciativas (...) área empresarial, formação ética e moral, turismo rural, agricultura, saúde pública, saneamento básico
E6	Sim: situação económica, agricultura, desemprego, saúde e educação.
E7	Sim: área da cultura e património.
E8	Sim: Formação artística e comércio.
E9	Sim: educação, turismo, cultura e património
E10	Sim: agricultura, indústria, educação técnica para as comunidades.
E11	Sim: formação especializada, comércio, eventos, turismo, captação de investimentos, Marketing da produção nacional, artesanato e artes plásticas e feiras regionais.

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 10	<b>Desenvolve e/ou desenvolveu já a sua instituição (organização ou empresa) alguma atividade ou projeto de desenvolvimento regional e local? Em caso afirmativo e em termos gerais, qual é o balanço (aspectos positivos e negativos) que faz das atividades de desenvolvimento em que a sua instituição (organização ou empresa) está e ou esteve envolvida?</b>
E1	Sim: <b>1. Aspectos positivos:</b> incorporação da língua Nhaneka no sistema de comunicação social de Angola; apoio à agricultura e pecuária familiar; ajuda na criação da associação dos pastores tradicionais; defesa das terras dos pastores tradicionais. <b>2. Aspectos negativos:</b> a não consideração da ideia da incorporação das línguas das comunidades minoritárias no sistema de comunicação institucional; a não consideração da ideia da criação de um Banco para apoiar os criadores de gado tradicionais; encerramento dos projetos comunitários de corte e costura e da promoção de saúde por falta de financiamentos.
E2	Sim: <b>1. Aspectos positivos:</b> consultoria turístico-hoteleira em seis (6) províncias; <b>2. Aspectos negativos:</b> não disse nada.
E3	Sim: <b>1. Aspectos positivos:</b> Apoio ao processo produtivo (agricultura familiar); Educação para a cidadania; criação de espaços de diálogos entre as comunidades e as administrações municipais e outros atores; ações de advocacia nas comunidades rurais. <b>2. Aspectos negativos:</b> dependência da continuidade das ações aos financiamentos externos; abandono de projetos por falta de financiamentos; dificuldade na gestão dos recursos humanos.
E4	Não.
E5	Sim: <b>1. Aspectos positivos:</b> projeto redescobrir a Huíla (inventário do potencial turístico);

	promoção da imagem turística da Huíla; 2. <b>Aspetos negativos:</b> não disse nada.
E6	Não
E7	Sim: <b>1. Aspetos positivos:</b> inventariação e classificação do património histórico-cultural da Huíla; <b>2. Aspetos negativos:</b> dificuldades de ordem material e técnica;
E8	Sim: <b>1. Aspetos positivos:</b> formação artística e promoção de eventos culturais; <b>2. Aspetos negativos:</b> falta de financiamento de projetos;
E9	Sim: <b>1. Aspetos positivos:</b> valorização e promoção da área histórica do Santuário da Nossa Senhora do Monte; Educação e formação básica e secundária; <b>2. Aspetos negativos:</b> não disse nada;
E10	Sim: <b>1. Aspetos positivos:</b> formação ao nível do ensino superior; <b>2. Aspetos negativos:</b> falta de alguma qualidade no serviço prestado;
E11	Sim: <b>1. Aspetos positivos:</b> organização anual da Expo Huíla (maior bolsa de negócios do Sul de Angola); promoção da imagem da Huíla; <b>2. Aspetos negativos:</b> (exiguidade do espaço da Expo Huíla).

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 11	<b>Quais considera ser as principais debilidades turísticas na província da Huíla? Entre todas as debilidades enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.</b>
E1	A não descentralização (centralização "top down") do Plano Diretor do Turismo; Falta de debate inclusivo sobre o turismo; Prática de turismo sexual infantil em algumas fazendas; falta da inclusão dos valores culturais locais (a língua e os ritos) (falta da valorização da cultura nacional e local); prática de turismo desligado à história e cultura nacional e local. Falta de leis e sistema policial que defende a fragilidade das meninas. <b>As três principais:</b> não disse nada.
E2	As pessoas que não acreditam no turismo: <b>as três principais:</b> não disse nada
E3	Fragilidade institucional, fraco investimento público e privado no sector; a Não continuidade dos projetos e programas de desenvolvimento do turismo/e ou falta de divulgação. <b>As três principais:</b> não especificou
E4	Falta de reparação dos parques e monumentos e sítios; degradação das estradas e vias de acesso aos locais turísticos, falta de uma política sobre a forma de como rentabilizar os locais turísticos (ninguém toma conta dos sítios, as pessoas entram e saem, ninguém faz cobrança); fazem-se obras em alguns destinos turísticos, depois ficam abandonadas e não se recuperam os dinheiros investidos; falta de autarquias locais. <b>As três principais:</b> não especificou
E5	<b>As três principais:</b> ver o registo magnético
E6	A falta de formação profissional no sector; falta de vias de acesso para alguns destinos turísticos; muita burocracia no acesso aos programas de financiamento ao turismo; a desorganização das associações do sector e o deficit de guias turísticos. <b>As três principais:</b> 1. desorganização das associações turísticas; 2. Falta de vias de acesso para alguns destinos turísticos; 3. Muita burocracia no acesso aos programas de financiamento ao turismo.
E7	Falta de infraestruturas hoteleiras; a alta dos preços praticados nos hotéis; falta de mão-de-obra especializada (falta de formação especializada); deficit de guias turísticos; degradação dos locais turísticos pelos turistas. <b>As três principais:</b> 1. Falta de formação de guias turísticos; 2. Falta da ampliação da rede hoteleira. 3. Alta de preços praticados nos hotéis.
E8	Preços altos praticados nos hotéis; degradação das infraestruturas rodoviárias e vias de acesso aos locais turísticos; <b>as três principais:</b> não especificou.
E9	A não classificação dos locais turísticos da Huíla; a falta de consciência da importância do turismo; a falta de uma política e legislação que proteja os lugares turísticos da Huíla; <b>as três principais:</b> não especificou
E10	Preços altos praticados nos hotéis, falta de vias de acesso para alguns destinos turísticos; falta de valorização do turismo como fonte de rendimento, <b>as três principais:</b> 1. Preços altos praticados nos hotéis; 2. falta de vias de acesso para alguns destinos turísticos; 3. falta de valorização do turismo como fonte de rendimento.
E11	Deficiente aproveitamento das zonas turísticas; degradação de estradas e vias de acesso a alguns destinos turísticos (por exemplo (Cascatas da Hunguéria), dificuldades na aquisição de vistos para os turistas, deficiência nos serviços das agencias de turismo (falta de pacotes atraentes); preços elevados nas unidades hoteleiras. <b>As três principais:</b> não especificou

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 12	<b>Existem problemas específicos de desenvolvimento turístico no espaço geográfico da província da Huíla, em relação às outras regiões ou províncias de Angola? Especifique a sua resposta.</b>
E1	Mal conhece as outras províncias de Angola para além da Huíla e Luanda.
E2	Sim: regista-se uma letargia na Huíla em relação por exemplo à Benguela que está a

	despontar e o Quando Cubango que está a criar condições.
E3	Sim: porque cada província tem a sua especificidade, a Huíla por exemplo há mais dinamismo e existem infraestruturas hoteleiras que algumas províncias do país não possuem.
E4	Sim: Falta de um sistema unificado para o desenvolvimento do turismo no país. (...) O plano nacional de turismo passou pelas províncias, pelos municípios esses é que trabalharam, é que juntaram (...) o plano nacional é fruto desse trabalho básico que foi feito. (resposta contraditória).
E5	Sim: vulgarização da mulher mumuila através da tiragem de fotografias na rua à custa de 200, 300 Kwanzas; redução da promoção de atividades turísticas na Huíla em relação aos tempos idos.
E6	Sim: em Benguela e em Luanda o turismo está mais desenvolvido, porque há maior circulação de pessoas com poder de compra. Na Huíla o turismo está um pouco apagado, porque o executivo não ausculta os empresários locais. Também há falta de infraestruturas básicas de apoio ao turismo nos locais de destino
E7	Não tem visão global das outras províncias.
E8	Não conhece a situação turística de outras províncias.
E9	Resposta descontextualizada
E10	Sim: porque existe dinâmicas socioculturais diferentes entre regiões e províncias de Angola (por exemplo os habitantes do Dundo são menos hospitaleiros para com os turistas em relação aos do Huambo e da Huíla).
E11	Não existem problemas visíveis entre a Huíla e outras províncias.

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 13	<b>Considera fundamental a existência de Planos regionais e locais de desenvolvimento do turismo na província da Huíla? E quais deverão ser as ações e ou projetos estratégicos destes Planos que, na sua perspetiva pessoal, as instituições internacionais, nacionais, regionais ou locais (organização ou empresa) estariam dispostas a empreender para o desenvolvimento turístico na província da Huíla?</b>
E1	Qualquer plano de desenvolvimento em Angola não deve mais começar do topo para baixo (...) que sejam os locais com orientação de quem responde pelo país a levantarem os seus próprios planos. <b>Ações estratégicas:</b> levantamento das potencialidades do destino mediante o conhecimento das comunidades locais; inserção do património histórico, cultural e artístico local no desenvolvimento turístico para a geração de renda local; canalização das receitas para o desenvolvimento local. Introduzir o modelo de desenvolvimento da base para o topo.
E2	Claro (...) devemos ter um plano. <b>Ações estratégicas:</b> aposta na formação específica para o turismo e hotelaria; dar a conhecer aos mercados emissores as potencialidades regionais e locais; criar incentivos para investimentos de empresários locais e internacionais, nas potencialidades turísticas locais.
E3	Sim (...) <b>ações estratégicas:</b> definir as prioridades de desenvolvimento do turismo; cooperar com a África do Sul, para a busca de experiências para o treinamento dos futuros agentes turísticos da Huíla.
E4	<b>Sim tem que ser feito primeiro na base depois ser unificado</b> como plano nacional de turismo. <b>Ações estratégicas:</b> prática do turismo náutico, criação do sistema de transporte aéreo entre montanhas.
E5	(...) devíamos fazer outros específicos tendo como base o Nacional devíamos tirar extratos do nacional. <b>Ações estratégicas:</b> inserir o património cultural no desenvolvimento do turismo local; construção de infraestruturas turísticas e de apoio ao turismo; interação entre os atores do turismo com as instituições de ensino e com as igrejas, promoção do turismo religioso através de peregrinações, desenvolvimento do turismo cultural e massificação do turismo.
E6	Esse era um passo importante para desenvolvermos o turismo regional (...). <b>Ações estratégicas:</b> cadastrar com dados concretos as potencialidades turísticas da Huíla; desenvolver projetos conjuntos e pedir financiamentos, melhorar as vias de acesso aos locais turísticos, criação das associações, auscultar os empresários do sector.
E7	(...) Deve haver um plano regional (...). <b>Ações estratégicas:</b> preservação, conservação, proteção e valorização do património histórico-cultural e natural.
E8	(...) julgo fundamental a existência de um plano regional (...). <b>Ações estratégicas:</b> rubrica de protocolos entre estados, províncias e regiões; formação do homem, fomento ao turismo cultural, Classificação e divulgação ampla dos lugares de interesse turístico-histórico e cultural; identificação de lugares de interesse religioso para fazerem parte de um plano de turismo religioso, promoção de festividades tradicionais (festas de puberdade, do "Ondjelua" e outras e danças típicas da região (por exemplo a Chiwangawanga, a Onkili, a Kambangula, a Tundanda e a Nhenha). Valorização turística para os usos hábitos e costumes do povo (das indumentárias aos hábitos alimentares).
E9	É fundamental (...). <b>Ações estratégicas:</b> coordenação entre o governo, ONGs e instituições religiosas; consciencialização, e classificação dos lugares turísticos.
E10	(...) é preciso um plano (...). <b>Ações estratégicas:</b> flexibilidade das ações do plano, construção de infraestruturas hoteleiras e de apoio ao turismo nos destinos turísticos, mas sem alterar o ambiente natural dos destinos (Tundavala, Serra da Leba), organizar

	um trabalho conseqüente.
E11	É de facto fundamental (...). <b>Ações estratégicas:</b> regulamentação do funcionamento dos parques (Bicuar), realização de safaris, desenvolvimento do ecoturismo, proteção e medidas de segurança nos locais turísticos; levantamento das potencialidades de todos os municípios da Huíla, divulgação das potencialidades, incentivo por parte do Estado, Definir prioridades e requisitos para a exploração das zonas turísticas locais; aplicação de tecnologias e conhecimentos em certas áreas de prestação de serviços, facilidades no licenciamento de unidades a integrar no turismo. Coordenar com os bancos comerciais no sentido de praticarem taxas de juros mais acessíveis e com prazos mais dilatados.

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 14	<b>Que medidas consideraria urgentes para que as ações, projetos e modelos de desenvolvimento dos Planos regionais e locais de turismo pudessem ser mais sustentáveis.</b>
E1	Treinar o recurso local; incorporar o património cultural local (dança, canto, coreografia do gado, artesanato, olaria, festividades tradicionais, bijuteria, cosméticos, gastronomia, etc.) no desenvolvimento do turismo; recrutar pessoas locais; auscultar as comunidades locais e capacitá-las no que já têm; canalizar parte das receitas para o desenvolvimento local (pagamento de salários), resgatar a memória coletiva sobre os destinos turísticos.
E2	Formação para o turismo.
E3	Autonomia financeira, transferência de conhecimentos para os recursos humanos locais, troca de experiências entre localidade.
E4	Envolver vários atores sectoriais (agricultura, ambiente, segurança, transportes, finanças) nesses planos de desenvolvimento do turismo.
E5	Elaborar uma legislação para regulamentar o turismo, disciplinar os agentes culturais e turísticos sobre a superação financeira a curto prazo; banir os oportunismos, proteger o turismo através da direção do comércio hotelaria e turismo e da polícia económica.
E6	Fazer a pirâmide de baixo para cima.
E7	Formação especializada na área do turismo, construção de infraestruturas, criação e melhoria das vias de acesso para os destinos turísticos, rever os preços aplicados nas unidades hoteleiras e similares, reabilitação e conservação do património histórico e cultural para que seja útil para a presente e futuras gerações.
E8	Formação do homem, conservação das infraestruturas.
E9	Divulgação do plano regional e local de turismo, sensibilizar os huilanos para a tomada de consciência sobre o valor do turismo.
E10	Criação de centros locais para o desenvolvimento do turismo (por exemplo na Tundavala, Na Leba e no deserto do Namibe).
E11	Resposta descontextualizada.

## ANEXO VI: SOCIOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

### UNIDADES DE REGISTO

QUESTÃO 16	<b>Outras sugestões para a melhoria das políticas públicas e atividades de desenvolvimento turístico na província da Huíla</b>
E1	Revalorização do homem local, os seus conhecimentos e a sua história ligada à memória coletiva, e tirar a endocolonização; revitalizar e revalorizar o grande turismo, o turismo intermédio ou médio e o pequeno turismo. Introduzir o modelo de desenvolvimento da base para o topo. Criação de um sistema bancário de apoio aos pastores tradicionais. Construção de centros turísticos comunitários;
E2	Funcionamento das associações hoteleiras e turísticas, criação de espaço de debate sobre o turismo na província.
E3	Ter um plano só para o turismo e divulga-lo, levantamento das potencialidades e mapeamento dos principais atores do sector.
E4	Divulgação das políticas de turismo, criação de um organismo para a recuperação do dinheiro gasto na reabilitação de alguns destinos turísticos, proteção das florestas da cidade do Lubango, restabelecimento dos restaurantes do centro da cidade que foram transformadas em farmácias e em lojas chinesas. Cumprimento dos horários em função das categorias de cada estabelecimento do ramo de hotelaria e turismo. Restabelecimento das discotecas e cinemas tradicionais da cidade.
E5	Reativação do museu da Huíla, as casas de cinema, o centro cultural muxima, e outros lugares que estão abandonados para entreter a juventude. Envolver a juventude nas atividades culturais (teatro, dança, música e promover as histórias das embalas, e regedorias bem como a sua divulgação.
E6	Transparência e rigor na implementação do plano diretor.
E7	Criação de legislação para a normalização da prática da atividade turística; elaboração da ética de turismo, formação das comunidades locais para o turismo, capacitação dos guias turísticos em línguas nacionais e estrangeiras (sobretudo o inglês e o francês).
E8	Fazer um estudo sobre os preços aplicados nas unidades hoteleiras e encontrar

	mecanismos para fazer com que sejam atraentes; criação de infraestruturas rodoviárias para os destinos turísticos, e criação de infraestruturas de lazeres nesses locais.
<b>E9</b>	Criação de um plano regional de desenvolvimento do turismo, abordagem sobre a importância do turismo.
<b>E10</b>	Despertar a consciência dos chefes e da população de que o turismo pode influenciar o desenvolvimento de todas as áreas, economia, comunicação e convergência de culturas por exemplo.
<b>E11</b>	Deve o governo considerar o sector do turismo como estratégico dentro das prioridades de crescimento e diversificação da economia; potenciar financeiramente aos investidores locais para evitar este espaço de negócio seja dominado na totalidade por investidores estrangeiros.

## ANEXO VII: SÍNTESE DAS IDEIAS-CHAVE DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Subcategoria: Sociografia do Desenvolvimento Sustentável na Província da Huíla

Representações do desenvolvimento		
1. Sociografia do desenvolvimento		
a) Sociografia do desenvolvimento sustentável		
Sociografia dos principais problemas de desenvolvimento (Q1,3);	Áreas que necessitam de intervenção (Q2)	Condições de vida das populações (Q8)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraco desenvolvimento humano;</li> <li>• Agricultura de subsistência</li> <li>• Desaparecimento da indústria local;</li> <li>• Exclusão social;</li> <li>• Existência de assimetrias locais;</li> <li>• Falta de financiamento de projetos;</li> <li>• Êxodo rural e explosão urbana;</li> <li>• Conflito de terras em algumas localidades;</li> <li>• Falta de investimentos;</li> <li>• Destruição do meio ambiente;</li> <li>• Debilidade no abastecimento de água potável e eletricidade;</li> <li>• Saneamento básico deficiente;</li> <li>• Desemprego;</li> <li>• Degradação das vias de acesso;</li> <li>• Falta de proteção do património natural e cultural;</li> <li>• Associativismo decadente;</li> <li>• Pouca interação entre os atores públicos e privados;</li> <li>• Falta de profissionalização dos sectores turismo e da cultura;</li> <li>• Falta de produção historiográfica dos locais turísticos;</li> <li>• Fraca qualidade de ensino;</li> <li>• Estiagem em alguns municípios;</li> <li>• Existência de dinâmicas socioculturais diferentes;</li> <li>• Litígio entre a Huíla e o Namibe pela administração da Leba;</li> <li>• Imposição de modelos de desenvolvimento a partir de Luanda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agropecuária;</li> <li>• Indústria;</li> <li>• Infraestruturas;</li> <li>• Finanças e Banca;</li> <li>• Investimentos;</li> <li>• Educação e formação profissional;</li> <li>• Saúde;</li> <li>• Justiça (legislação);</li> <li>• Comércio e Turismo;</li> <li>• Património natural e cultural;</li> <li>• Energia e águas;</li> <li>• Saneamento básico;</li> <li>• Emprego;</li> <li>• Associativismo;</li> <li>• Assistência social;</li> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Subsistência;</li> <li>• Boas;</li> <li>• Muito más;</li> <li>• Miseráveis.</li> </ul>

## ANEXO VII: SÍNTESE DAS IDEIAS-CHAVE DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Subcategoria: Sociografia do Desenvolvimento Sustentável na Província da Huíla

Representações do desenvolvimento	
1. Sociografia do desenvolvimento	
a) Sociografia do desenvolvimento sustentável	
Perceção sobre o desenvolvimento sustentável (Q4)	Projetos de desenvolvimento realizados (Q9,10)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquele que tem em conta os saberes locais e da região;</li> <li>• Aquele que incorpora os sistemas de conhecimento endógeno;</li> <li>• Aquele que evita a aplicação de medidas que vêm do topo para o terreno;</li> <li>• Aquele que parte das comunidades e elas participam com entusiasmo;</li> <li>• Aquele que incorpora as metodologias globais nas dinâmicas locais;</li> <li>• Aquele em que as ações que são levadas a cabo respondem às necessidades das pessoas que estão a trabalhar no presente, mas também</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defesa do direito à terra;</li> <li>• Promoção das meninas;</li> <li>• Educação para a cidadania;</li> <li>• Educação cívica;</li> <li>• Apoio à agricultura familiar;</li> <li>• Promoção à saúde comunitária;</li> <li>• Formação artística e empresarial;</li> <li>• Realização de eventos e feiras agropecuárias;</li> <li>• Realização anual da Expo-Huíla;</li> <li>• Marketing de produção nacional.</li> <li>• Incorporação da língua <i>Nhaneka</i> no sistema de comunicação nacional;</li> <li>• Criação da associação dos</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>salvaguardam as futuras gerações;</li> <li>• Aqueles que tem planos de longo prazo;</li> <li>• Aquele que abrange todas as localidades de uma região ou província;</li> <li>• Administração racional dos recursos de um determinado país ou lugar que valha para a geração atual e que também venha a sustentar a geração vindoura;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>pastores tradicionais;</li> <li>• Consultoria em hotelaria e turismo;</li> <li>• Criação de espaço de diálogo entre os atores privados, comunidades locais e administrações municipais;</li> <li>• Ações de advocacia nas comunidades;</li> <li>• Projeto redescobrir a Huíla;</li> <li>• Inventariação e classificação do património histórico e cultural;</li> </ul>
---	---

## ANEXO VII: SÍNTESE DAS IDEIAS-CHAVE DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

### Subcategoria Sociografia do Turismo na Província da Huíla

Representações do desenvolvimento	
1. Sociografia do turismo como fator de desenvolvimento	
a) Sociografia do desenvolvimento do turismo sustentável	
Sociografia do turismo como fator de desenvolvimento local e regional (Q5)	Principais potencialidades turísticas (Q6)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Huíla tem potencialidades para fazer do turismo o segundo petróleo de Angola;</li> <li>• Desde que se criem condições para atrair investimentos;</li> <li>• Desde que o governo envolva as comunidades locais;</li> <li>• Desde que haja centros turísticos comunitários e que as receitas beneficiem os habitantes locais;</li> <li>• Porque pode contribuir para a geração de empregos para as populações locais;</li> <li>• Contribui para a geração de receitas locais e para a balança de pagamentos.</li> <li>• Porque unifica povos e culturas diferentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fenda da Tundavala;</li> <li>• Cristo Rei;</li> <li>• Serra da Leba;</li> <li>• Barracões;</li> <li>• Cascatas da Hunguéria;</li> <li>• Grutas de Ondimba;</li> <li>• Capelinha da Nossa Senhora do Monte;</li> <li>• Cascatas da Huíla;</li> <li>• Missão de Caconda;</li> <li>• Missão de Kuvangu;</li> <li>• Embalas;</li> <li>• Cordilheira da Lufinda;</li> <li>• Serra da Chivila;</li> </ul>

## ANEXO VII: SÍNTESE DAS IDEIAS-CHAVE DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

### Subcategoria Sociografia do Turismo na Província da Huíla

Representações do desenvolvimento	
1. Sociografia do turismo como fator de desenvolvimento	
a) Sociografia do desenvolvimento do turismo sustentável	
Conhecimento do Plano Diretor de Turismo de Angola 2011-2020 e forma como se tomou conhecimento (Q7).	Tópicos do Plano Diretor de Angola 2011-2020 (Q7)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um ator conheceu através do Ministério da Hotelaria e Turismo</li> <li>• Dois atores conheceram através da Direção do Comércio e Hotelaria da Huíla;</li> <li>• Oito atores não o conhecem Falta da profissionalização do sector;</li> <li>• Alta de preços praticados no sector;</li> <li>• Deficit de guias turísticos;</li> <li>• Oferta hoteleira insuficiente;</li> <li>• Fraco aproveitamento das zonas turísticas;</li> <li>• Dificuldades na aquisição de vistos para turistas;</li> <li>• Falta de pacotes turísticos atraentes;</li> <li>• Falta de planos diretores de turismo provincial, municipais e locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação turística e hotelaria;</li> <li>• Maximização do turismo cultural, de aventura e de massa;</li> <li>• Sustentabilidade;</li> <li>• Parceria público-privada;</li> <li>• Classificação das infraestruturas turísticas;</li> <li>• Valorização dos lugares, de reservas naturais e de monumentos e sítios</li> </ul>

## ANEXO VII: SÍNTESE DAS IDEIAS-CHAVE DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

### Subcategoria Sociografia do Turismo na Província da Huíla

Representações do desenvolvimento	
1. Sociografia do turismo como fator de desenvolvimento	
a) Sociografia do desenvolvimento do turismo sustentável	
Obstáculos ao desenvolvimento do turismo (Q11,12)	Proposta do modelo de políticas de desenvolvimento do turismo sustentável (Q 13, 14, 15)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centralização do Plano Diretor;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de planos diretores de</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de debate inclusivo;</li> <li>• Pouca inclusão dos valores culturais locais no desenvolvimento do turismo;</li> <li>• Falta de consciência da importância do turismo;</li> <li>• Fraco investimento no sector;</li> <li>• Falta de conservação e reparação do património histórico-cultural e natural;</li> <li>• Degradação das estradas e vias de acesso aos locais turísticos;</li> <li>• Falta legislação de proteção e de políticas de rentabilização dos destinos turísticos;</li> <li>• Falta das autarquias locais;</li> <li>• Falta da profissionalização do sector;</li> <li>• Alta de preços praticados no sector;</li> <li>• Deficit de guias turísticos;</li> <li>• Oferta hoteleira insuficiente;</li> <li>• Fraco aproveitamento das zonas turísticas;</li> <li>• Dificuldades na aquisição de vistos para turistas;</li> <li>• Falta de pacotes turísticos atraentes;</li> </ul> <p>Falta de planos diretores de turismo provincial, municipais e locais.</p>	<p>turismo, provincial, municipais e locais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventariação das potencialidades turísticas locais;</li> <li>• Desenvolvimento do turismo cultural, de aventura e religioso;</li> <li>• Classificar as infraestruturas turísticas;</li> <li>• Profissionalizar o sector e capacitar as comunidades locais;</li> <li>• Incorporar o património histórico e cultural local;</li> <li>• Valorizar e incluir o capital social local;</li> <li>• Canalizar parte das receitas para o desenvolvimento local;</li> <li>• Incorporar o conhecimento e tecnologias globais nas dinâmicas locais;</li> <li>• Promover a interação entre os atores regionais e locais;</li> <li>• Envolver os sectores da agricultura, ambiente, segurança, transportes e finanças;</li> <li>• Regulamentar através de uma legislação a prática do turismo;</li> <li>• Elaborar uma ética interna do turismo;</li> <li>• Elaborar uma nova política de preços para o sector e de rentabilização dos destinos turísticos;</li> <li>• Melhorar as vias de acesso para os locais turísticos;</li> <li>• Valorizar, proteger e conservar o património natural, e histórico-cultural;</li> <li>• Incentivar uma maior divulgação das políticas e planos turísticos locais;</li> <li>• Sensibilizar os huílanos sobre a importância do turismo;</li> <li>• Criar centros locais de desenvolvimento do turismo;</li> <li>• Reativação das associações hoteleiras, turísticas e culturais locais;</li> <li>• Criação de um espaço de debate sobre o turismo na província;</li> <li>• Mapeamento dos atores turísticos locais;</li> <li>• Proteção das florestas locais;</li> <li>• Restabelecimento dos restaurantes do centro da cidade do Lubango;</li> <li>• Recuperação dos cinemas e discotecas locais;</li> <li>• Promover o teatro, o canto, a dança, música, a coreografia, o artesanato, a olaria e a gastronomia locais;</li> <li>• Promover a divulgação da História das Embalas, Regedorias e de outros destinos turísticos;</li> <li>• Prover os guias turísticos com os conhecimentos das línguas locais e do inglês e francês;</li> <li>• Criar infraestruturas de lazer nos destinos turísticos;</li> <li>• Considerar o turismo como setor estratégico para a diversificação da economia;</li> <li>• Potenciar financeiramente os empresários turísticos locais;</li> <li>• Organizar administrativamente o sector;</li> <li>• Adotar o modelo de desenvolvimento de baixo para o topo.</li> </ul>
--	---

## ANEXO VII: SÍNTESE DAS IDEIAS-CHAVE DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

### Subcategoria: Sociografia do Desenvolvimento Sustentável em Angola

Representações do desenvolvimento		
1. Sociografia do desenvolvimento em Angola		
a) Sociografia do desenvolvimento sustentável		
Sociografia dos problemas de desenvolvimento (Q1)	Áreas que necessitam de intervenção (Q5)	Projetos de desenvolvimento realizados (Q6)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de redes de clientelismo e de nepotismo;</li> <li>Pouca valorização da cultura e dos hábitos locais;</li> <li>Falta de patriotismo;</li> <li>Desconhecimento e incumprimento das leis;</li> <li>Elevado índice de analfabetismo;</li> <li>Sistema de educação e ensino deficientes;</li> <li>Dependência económica do petróleo;</li> <li>Fraco desenvolvimento humano;</li> <li>Desemprego;</li> <li>Exclusão social das comunidades locais;</li> <li>Saneamento básico deficiente;</li> <li>Falta de cultura de turismo;</li> <li>Corrupção</li> <li>Fraco desenvolvimento agrícola e industrial;</li> <li>Fuga ao Fisco</li> <li>Pouca aposta no ensino técnico profissional;</li> <li>Carência de infraestruturas</li> <li>Desorganização do sector público;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação básica e alfabetização;</li> <li>Cultura e turismo;</li> <li>Cidadania;</li> <li>Justiça;</li> <li>Ensino técnico profissional;</li> <li>Fiscalização;</li> <li>Economia;</li> <li>Investimentos;</li> <li>Saneamento básico;</li> <li>Emprego e segurança social;</li> <li>Capital social local;</li> <li>Agricultura e indústria;</li> <li>Banca e finanças;</li> <li>Administração pública;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Filantropia;</li> <li>Promoção da imagem de Angola em eventos internacionais;</li> <li>Formação de 1000 guias e intérpretes nacionais;</li> <li>Realização de campanhas contra o alcoolismo, drogas e prostituição;</li> <li>Promoção de campanhas de limpeza às cidades;</li> <li>Realização de Inspeção aos hotéis;</li> <li>Auscultação dos atores turísticos a nível nacional.</li> </ul>

## ANEXO VII: SÍNTESE DAS IDEIAS-CHAVE DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

### Síntese das Ideias- Chave da Subcategoria Sociografia do Turismo em Angola

Representações do desenvolvimento		
1. Sociografia do turismo como fator de desenvolvimento		
a) Sociografia do desenvolvimento do turismo sustentável		
Sociografia do turismo como fator de desenvolvimento local regional e nacional (Q 2)	Conhecimento do Plano Diretor e forma como tomou conhecimento (Q 3)	Tópicos do Plano Diretor mais relevantes (Q4)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Angola possui um património natural rico;</li> <li>O turismo faz parte do Plano Nacional de desenvolvimento;</li> <li>Desde que se crie um Plano Estratégico e estruturas de turismo que partam do nível Comunal ao nível Nacional;</li> <li>Pode criar novos postos de emprego e contribuir para a balança comercial do país;</li> <li>Desde que se implemente um modelo de desenvolvimento que parta de baixo para cima;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dois atores o conheceram através do MINHOTOUR;</li> <li>Dois não o conhecem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação do turismo interno;</li> <li>Criação de polos de desenvolvimento do turismo.</li> </ul>

## ANEXO VII: SÍNTESE DAS IDEIAS-CHAVE DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

### Subcategoria Sociografia do Turismo em Angola

Representações do desenvolvimento	
1. Sociografia do turismo como fator de desenvolvimento	
a) Sociografia do desenvolvimento do turismo sustentável	
Obstáculos ao desenvolvimento do turismo (Q7 e 8)	Proposta do modelo de políticas de desenvolvimento do turismo sustentável (Q 9, 10, 11)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de infraestruturas;</li> <li>• Falta de quadros profissionais;</li> <li>• Falta de seriedade;</li> <li>• Alta de preços praticados no sector;</li> <li>• Falta de operadoras turísticas em algumas províncias;</li> <li>• Falta de uma linha de <i>lowcost</i> para voos regionais e internos;</li> <li>• Alta de preços de bilhetes de avião;</li> <li>• Existência de assimetrias regionais no desenvolvimento do turismo;</li> <li>• Investimentos hoteleiros e desenvolvimento turístico concentrados em Luanda;</li> <li>• Falta de produção literária e científica sobre o turismo;</li> <li>• Exclusão dos atores de algumas províncias nas discussões sobre o desenvolvimento do turismo em Angola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de políticas e programas de desenvolvimento a partir de baixo para cima;</li> <li>• Cadastramento das potencialidades turísticas a nível local, regional e nacional;</li> <li>• Elaboração de políticas de valorização e proteção do património natural e histórico-cultural;</li> <li>• Criação de Escolas de Hotelaria e turismo em todas as províncias;</li> <li>• Criação de emprego e geração de renda;</li> <li>• Inclusão do património histórico e cultural das comunidades locais;</li> <li>• Construção de infraestruturas turísticas em todas as províncias;</li> <li>• Modernização dos meios de comunicação;</li> <li>• Melhoramento das estradas e vias de acesso;</li> <li>• Revitalização do associativismo ligado ao sector;</li> <li>• Criação de mais agências de viagens;</li> <li>• Valorização do endógeno e inseri-lo no contexto global;</li> <li>• Definição de uma nova política de preços para o sector;</li> <li>• Valorização do capital social a nível nacional e local;</li> <li>• Desenvolvimento da parceria público privada;</li> <li>• Incluir os atores das províncias nos debates sobre as políticas e programas de turismo;</li> <li>• Implementação da lei base de turismo e elaboração da ética interna de turismo;</li> <li>• Incentivo ao financiamento bancário de projetos;</li> <li>• Combate às redes de clientelismo e de nepotismo;</li> </ul>

### ANEXO VIII: MONUMENTOS DE ARQUITETURA CIVIL DA HUÍLA INVENTARIADOS

N/º	Denominação	Data da Fundação	Município
1	Escola Mandume (ex. Liceu Diogo Cão)	1922	Lubango
2	Antiga Moagem Hidráulica (atual Hotel Casper Lodge)		Lubango
3	Eugénio Miranda (atual judiciária Militar no Bairro Ferrovia)	1927	Lubango
4	Colégio Paula Fransinety	1936 a 1937	Lubango
5	Direção Regional das Alfândegas	1900 a 1905	Lubango
6	Antiga Rádio Club (atual MINARS)	1929 a 1950	Lubango
7	Dona Palmira F. Ventura		Lubango
8	Monumento aos Heróis de Libertação Nacional (ex. Av. Américo Tomás)		Lubango
9	Governo Provincial da Huíla		Lubango
10	Comité Provincial do MPLA		Lubango
11	Direção Provincial de Saúde		Lubango
12	Escola 27 de Março (ex. Escola Industrial e Comerciar Artur de Paiva)		Lubango
13	Casa de Pedra		Lubango
14	Grande Hotel da Huíla		Lubango
15	Palácio do Governo		Lubango
16	Banco Nacional de Angola		Lubango
17	Edifício Barradas		Lubango
18	Cine Teatro Arco Iris		Lubango
19	Instituto de Geodesia Cartografia e Direção Provincial da Cultura		Lubango
20	Instituto Nacional de Estradas (INEA)		Lubango
21	Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED)		Lubango
22	Hospital da Maternidade		Lubango
23	Mercado Municipal do Lubango		Lubango
24	Edifício da Rádio Huíla		Lubango
25	Colégio Nuno Alvares (atual Escola de Superação)		Lubango
26	Cine Odéon		Lubango
27	Antigo Edifício dos Correios		Lubango
28	Escola nº 61 (junto ao Hospital Central)		Lubango
29	Escola nº 63 no Bairro da Mapunda		Lubango
30	Edifício da Estação Nova dos Caminhos de Ferro de Moçâmedes (CFM)		Lubango
31	Edifício do Infantário (Junto a 5ª região Militar)		Lubango
32	Edifício do Sporting		Lubango
33	Edifício da Administração Municipal do Lubango		Lubango
34	Escola 1º de Dezembro (ex. Marquês de Sá da Bandeira)		Lubango
35	Edifício da livraria Lello		Lubango
36	Feira de Exposição (Porte e Pavilhão na Sra. Do Monte)		Lubango
37	Fábrica de Cerveja N'Gola		Lubango
38	Mercado da Lage		Lubango
39	Edifício do Hospital Pediátrico		Lubango
40	Edifício do Hospital central		Lubango
41	Casa Arquiteto Ludovice (Bairro João de Almeida)		Lubango
42	Escola nº 200 no Bairro da Lalula		Lubango
43	Edifício do Instituto de Reintegração Sócio- política dos ex Militares		Lubango
44	Edifício da Direção Provincial do comércio Hotelaria e Turismo		Lubango
45	Edifício do Comando Provincial da Polícia Nacional		Lubango
46	Instituto Médio Agrário do Tch. (ex. Escola de Regentes Agrícola Dr. Francisco Machado)	1938	Humpata
47	Edifício da Antiga Residência do Alto Comissário Norton de Matos		Humpata
48	Edifício da escola nº 71 na Comuna da Palanca		Humpata
49	Edifício do Ramal da Antiga Estação Lubango/Chiange		Chibia
50	Edifício da Administração Municipal da Chibia		Chibia
51	Edifício da administração Comunal do Jau		Chibia
52	Edifício da Estação Ferroviária do Quipungo do CFM		Quipungo
53	Edifício da Administração Municipal de Quilengues		Quilengues
54	Edifício do Antigo Palácio de Quilengues	1932	Quilengues
55	Edifício da Administração Municipal de Caluquembe		Caluquembe
56	Edifício da Escola Técnica da IESA		Caluquembe
57	Edifício da Cadeia Colonial de Caluquembe		Caluquembe
58	Edifício da Administração Municipal de Caconda		Caconda
59	Edifício da Primeira Estação Ferroviária da Matala do CFM		Matala

Fonte: elaboração própria com base nos Dados da Direção Provincial da Cultura 2014.

## ANEXO IX: MONUMENTOS DA ARQUITETURA RELIGIOSA E FUNERÁRIA DA HUÍLA INVENTARIADOS

N/O	Denominação	Data da Fundação	Município
1	Capela da Nossa Senhora do Monte	1901	Lubango
2	Edifício da Igreja Se Catedral	1939	Lubango
3	Edifício da Capela do Santo António	1919	Lubango
4	Paróquia de São João da Mapunda	1925	Lubango
5	Igreja da Nossa Senhora de Fátima do Bairro da Lalula		Lubango
6	Paróquia da Lage		Lubango
7	Missão Católica do Lubango		Lubango
8	Igreja da Nossa Senhora de Assunção (Imaculada Conceição)		Lubango
9	Missão Católica de Munhino	1898	Lubango
10	Antigo Cemitério do Lubango		Lubango
11	Cemitério dos Madeirenses dos Barracões		Lubango
12	Missão Católica do Tchivinguiro	1892	Humpata
13	Paróquia da Humpata	1881	Humpata
14	Igreja da Palanca		Humpata
15	Cemitério dos Bóeres da Humpata	1874	Humpata
16	Igreja da Quihita	1894	Chibia
17	Missão Católica do Jau		Chibia
18	Paróquia de São Pedro da Chibia	1891	Chibia
19	Cemitério do Jau	1889	Chibia
20	Cemitério da Chibia	1885	Chibia
21	Cemitério de Ekamba	1953	Cacula
22	Missão Católica do Sendi		Quipungo
23	Cemitério do Quipungo		Quipungo
24	Paróquia Santa Ana	1870	Quilengues
25	Missão Católica de Lucondo (Nossa Senhora dos Remédios)	1939	Quilengues
26	Missão de Cola	1952	Caluquembe
27	Igreja Evangélica de Caluquembe	1947	Caluquembe
28	Cemitério do Hospital da Missão Evangélica de Caluquembe	1897	Caluquembe
29	Paróquia de Caconda	1925	Caconda
30	Cemitério de Caconda		Caconda
31	Cemitério do Waba		Caconda
32	Paróquia da Nossa Senhora de Fátima do Cuvango	1900	Cuvango
33	Cemitério do Humbe		Gambos
34	Cemitério Municipal da Matala		Matala
35	Paróquia da Nossa Senhora do Rosário	1959	Jamba
36	Paróquia Santa Bárbara		Jamba
37	Missão Católica de Chicomba		Chicomba
38	Missão do Bunjei		Chipindo
39	Cemitério de Chipindo		Chipindo

Fonte: elaboração própria com base nos Dados da Direção Provincial da Cultura 2014.

## ANEXO X: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA HUÍLA INVENTARIADOS

N/o	Denominação	Data da descoberta	Município
1	Sítio Arqueológico de Santo António		Lubango
2	Sítio Arqueológico de Tchivinguiro		Humpata
3	Sítio Arqueológico da Hunguéria		Humpata
4	Cavernas da Lufinda		Chibia
5	Minas do Cuvango		Cuvango
6	Minas do Dongo		Jamba
7	Minas de Cassinga		Jamba
8	Minas de Chipindo		Chipindo

Fonte: elaboração própria com base nos Dados da Direção Provincial da Cultura 2014.

## ANEXO XI: PATRIMÓNIO NATURAL DA HUÍLA INVENTARIADOS

N/o	Denominação	Data da Consignação	Município
1	Cascata da Huíla		Lubango
2	Serra da Leba		Humpata
3	Fenda do Alto Bimbi		Humpata
4	Cascatas da Estação Zootécnica da Humpata		Humpata
5	Quedas da Hunguéria		Chibia
6	Cascata de Esselecele		Caluquembe
7	Águas térmicas Kavava Katokota		Caluquembe
8	Parque Nacional do Bikuar		Matala
9	Águas Térmicas do Tchivembe		Jamba

Fonte: elaboração própria com base nos Dados da Direção Provincial da Cultura 2014.

**ANEXO XII: MONUMENTOS DA ARQUITETURA MILITAR DA HUÍLA INVENTARIADOS**

N/º	Denominação	Data da Fundação	Município
1	Forte do Lubango (atual Sede do Comando da 5ª Região Militar)		Lubango
2	Forte da Huíla	1845	Lubango
3	Furnas do Tchivinguiro		Humpata
4	Grutas de Ondimba (Ramos) do Tchivinguiro		Humpata
5	Muralha do Éleu		Chibia
6	Muralhas de Kangalongue I e II no Jau		Chibia
7	Muralhas da Lufinda		Chibia
8	Grutas de Kangalonue no Jau		Chibia
9	Forte de Quipungo	1903	Quipungo
10	Muralha do Quipungo		Quipungo
11	Forte de Quilengues	1593	Quilengues
12	Forte de Negola		Caluquembe
13	Fortaleza de Caconda	1682	Caconda
14	Grutas de Caconda		Caconda
15	Fortaleza Princesa Amélia	1884	Cuvango
16	Forte da Ambuela		Cuvango
17	Forte dos Gambos		Gambos
18	Forte da Chibemba		Gambos
19	Forte do Dongo	1886	Jamba
20	Muralhas de Osse		Jamba
21	Gruta do Dongo		Jamba
22	Forte de Chicomba		Chicomba
23	Forte do Chipindo		Chipindo
24	Grutas do Chipindo		Chipindo

Fonte: Elaboração própria com base nos Dados da Direção Provincial da Cultura 2014.

**ANEXO XIII: SÍTIOS E ZONAS HISTÓRICAS DA HUÍLA INVENTARIADOS**

N/º	Denominação	Data da Fundação	Município
1	Sítio Histórico Praça dos Touros		Lubango
2	Sítio Histórico Parque da Nossa Senhora do Monte e Capela		Lubango
3	Zona Histórica da Comuna da Huíla (ex. Alba Nova)	1627	Lubango
4	Núcleo inicial do Município da Humpata		Humpata
5	Árvore Sagrada		Chibia
6	Núcleo inicial do Município da Chibia		Chibia
7	Sítio Histórico Viti - Vivali		Cacula
8	Sítio Histórico de Mambanda		Cacula
9	Sítio Histórico da Tchiquaquela		Cacula
10	Sítio Histórico de Kapiango		Cacula
11	Sítio Histórico de Quilengues		Quilengues
12	Sítio Histórico de Tchindioko		Quilengues
13	Sítio Histórico de Largo Agostinho Neto		Quilengues
14	Sítio Histórico de Tchilunda		Caluquembe
15	Núcleo inicial do Município de Caluquembe		Caluquembe
16	Núcleo inicial do Município de Caconda		Caconda
17	Núcleo inicial do Município de Cuvango		Cuvango
18	Monte Sagrado Tengotengo na Chibemba		Gambos
19	Monte Histórico de Mucope		Matala
20	Núcleo inicial do Município da Matala		Matala
21	Núcleo inicial do Município da Jamba		Jamba
22	Zona Histórica da Cassinga		Jamba

Fonte: elaboração própria com base nos Dados da Direção Provincial da Cultura 2014.

**ANEXO XIV: LISTA DA REDE HOTELEIRA DA HUÍLA EM FUNCIONAMENTO EM 2015**

Nº	Designação	Localização	Capacidade		Classificação
			Quartos	Camas	
01	Hotel Serra da Chela	Lubango	176	212	4 Estrelas
02	Hotel Chik - Chik	Lubango	117	174	4 Estrelas
03	Hotel Novo Hotel	Lubango	72	105	3 Estrelas
04	Grande Hotel da Huíla	Lubango	65	109	2 Estrelas
05	Hotel Lubango	Lubango	61	74	2 Estrelas
06	Hotel Amigo	Lubango	39	59	2 Estrelas
07	Hotel Palanca Negra	Lubango	38	59	2 Estrelas
08	Hotel Vip	Lubango	34	52	2 Estrelas
09	Hotel Mirangolo	Lubango	22	35	1 Estrela
10	Hotel Kanimbo	Lubango	18	18	1 Estrela
<b>TOTAL</b>			<b>642</b>	<b>897</b>	

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Departamento de Hotelaria e Turismo (2015).

**ANEXO XV: LISTA DE ALDEAMENTOS TURÍSTICOS EM FUNCIONAMENTO NA HUÍLA EM 2015.**

Nº	Designação	Localização	Capacidade	
			Quartos	Camas
01	Aldeamento Turístico Waholama	Lubango	30	37
02	Aldeamento Turístico Wenda Ketay	Lubango	95	95
03	Aldeamento Turístico TAAG	Lubango	11	16
04	Aldeamento Turístico Meholy	Lubango	10	11
05	Aldeamento Turístico SOS Tropical	Lubango	23	25
06	Aldeamento Turístico Ewmba Lyeto	Lubango	24	28
07	Aldeamento Turístico Horácio	Lubango	08	08
08	Aldeamento Turístico Viwa	Gambos	19	19
09	Aldeamento Turístico C.A.D.G.	Lubango	08	08
10	Aldeamento Turístico Vanjul	Lubango	30	40
11	Aldeamento Turístico Top Chela	Humpata	38	48
12	Aldeamento Turístico Obama	Chibia	08	08
13	Aldeamento Turístico Pululukua	Lubango	62	62
14	Aldeamento Turístico O. Yombembua	Lubango	15	21
15	Aldeamento Turístico Himbas	Lubango/Huíla	16	22
<b>TOTAL</b>			<b>381</b>	<b>426</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Departamento de Hotelaria e Turismo (2015).

**ANEXO XVI: LISTA DE PENSÕES EM FUNCIONAMENTO NA HUÍLA EM 2015**

Nº	Designação	Localização	Capacidade	
			Quartos	Camas
01	Pensão Jasil	Lubango	16	26
02	Pensão Diocema	Lubango	10	12
03	Pensão Mira- Serra	Lubango	12	17
04	Pensão Muamberg	Lubango	08	08
05	Pensão Continental	Matala	29	48
06	Pensão Bicuar	Matala	10	15
07	Pensão Somal	Matala	12	14
08	Pensão Vanjul	Matala	25	50
09	Pensão Dias e Filhos	Chibia	17	23
10	Pensão Belo Sol	Humpata	08	08
11	Pensão Chibemba	Gambos	10	12
12	Pensão Nova Sandula	Caluquembe	15	19
13	Pensão Manongo	Jamba	10	10
14	Pensão Barcelense	Quilengues	12	18
15	Pensão Francamy	Kuvango	12	16
<b>TOTAL</b>				

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Departamento de Hotelaria e Turismo (2015).

**ANEXO XVII: LISTA DE HOSPEDARIAS EM FUNCIONAMENTO NA HUÍLA EM 2015**

Nº	Designação	Localização	Capacidade	
			Quartos	Camas
01	Hospedaria Ivonelar	Lubango	33	53
02	Hospedaria Casper Lodge	Lubango	50	56
03	Hospedaria Bela Flor	Lubango	19	55

04	Hospedaria Seisiso	Lubango	06	06
05	Hospedaria Beco de Lage	Lubango	08	08
06	Hospedaria Brinca- Brincando	Lubango	08	08
07	Hospedaria Tyikoto	Lubango	06	08
08	Hospedaria Caluva	Lubango	05	05
09	Hospedaria Tropicana	Lubango	05	05
10	Hospedaria Mulemba	Lubango	04	07
11	Hospedaria Kiese	Lubango	06	06
12	Hospedaria Dumas	Lubango	09	09
13	Hospedaria Chilombo	Lubango	06	06
14	Hospedaria Tejofina	Lubango	08	08
15	Hospedaria Horizonte	Lubango	05	05
16	Hospedaria Flony	Lubango	05	05
17	Hospedaria Beco II	Lubango	06	08
18	Hospedaria Jovifer Lda	Lubango	21	26
19	Hospedaria 501	Lubango	03	03
20	Hospedaria Maquituna	Lubango	05	05
21	Hospedaria Yoleny	Lubango	06	08
22	Hospedaria Promodes	Lubango	05	05
23	Hospedaria Hidromina	Lubango	05	05
24	Hospedaria L.M.	Lubango	05	08
25	Hospedaria D'Ouro	Lubango	08	08
26	Hospedaria Beco de Mapunda	Lubango	05	05
27	Hospedaria A.M.J.C. e Filhos	Lubango	06	06
28	Hospedaria os Chalés	Lubango	13	18
29	Hospedaria Focus	Lubango	05	05
30	Hospedaria Rucas	Lubango	06	06
31	Hospedaria Bem-Vindo	Lubango	06	06
32	Hospedaria Freitas	Lubango	12	12
33	Hospedaria AG.MS	Lubango	19	19
34	Hospedaria Kiame	Lubango	16	18
35	Hospedaria Casa Ema	Lubango	06	07
36	Hospedaria Kivuvu	Lubango	07	07
37	Hospedaria Catbel	Lubango	04	05
38	Hospedaria Hermilau	Lubango	08	08
39	Hospedaria Sistec-Residencial	Lubango	12	12
40	Hospedaria Sidónia	Lubango	05	05
41	Hospedaria Companhia	Lubango	07	08
42	Hospedaria Katukaliyendje	Lubango	05	05
43	Hospedaria Katchicuaso	Lubango	08	12
44	Hospedaria Wandy	Lubango	05	07
45	Hospedaria Panzo e Filhos	Lubango	14	15
46	Hospedaria Jojoma	Lubango	03	05
47	Hospedaria Classing	Lubango	08	08
48	Hospedaria Ida	Lubango	12	21
49	Hospedaria Tchiweca	Lubango	07	10
50	Hospedaria Nice	Lubango	08	12
51	Hospedaria F.K.M. e Filhos Lda.	Quilengues	08	10
52	Hospedaria Contacto	Matala	06	07
53	Hospedaria ENE	Matala	08	08
54	Hospedaria Donvala	Matala	06	09
55	Hospedaria Florida	Matala	04	04
56	Hospedaria Bom Desejo	Matala	05	06
57	Hospedaria Girassol	Matala	05	07
58	Hospedaria Amigo dão Sol	Matala	08	09
59	Hospedaria Beiraminho	Matala	05	07
60	Hospedaria Josui	Matala	06	08
61	Hospedaria Mulembe	Chicomba	05	07
62	Hospedaria Lazer	Chicomba	09	12
63	Hospedaria Dack	Jamba	05	05
64	Hospedaria Leba	Humpata	05	05
65	Hospedaria Flor de Liz	Humpata	09	09
66	Hospedaria Arlped	Humpata	06	06
67	Hospedaria do Sossego	Humpata	05	06
68	Hospedaria Central	Caconda	10	12
69	Hospedaria os Hazes	Caconda	06	06
70	Hospedaria Wanjolele	Chibia	06	07
71	Hospedaria Funchal	Caluquembe	21	21
72	Hospedaria João Isaias	Caluquembe	10	13
73	Hospedaria Refel	Cacula	07	10
74	Hospedaria José Ferreira Gomes	Quipungo	10	14
	<b>TOTAL</b>		<b>629</b>	<b>776</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Departamento de Hotelaria e Turismo (2015).

### ANEXO XVIII: DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE ANGOLA (1ª FASE (2013-2015)).

1. Desenvolver as estatísticas e estudo do turismo	Este programa integra as ações relativas à realização e disseminação de estudos e pesquisas sobre o turismo e a compilação e sistematização dos conceitos, dados, fontes de informação, indicadores, processo de recolha, tratamento e disponibilização, fiáveis e rigorosos, tanto pelos Organismos Públicos como privados, a nível central e provincial.
2. Implementar o quadro legal do sector	Este programa integra as ações relativas ao esclarecimento, discussão, criação das condições funcionais e logísticas, para a implementação do Pacote Legislativo do Sector, junto dos Operadores do Sector. Incluem-se neste programa as ações de alinhamento com os demais sectores em termos jurídico-legais.
3. Atrair investimento e financiamento para o turismo	Este programa integra as ações de fomento e mobilização da iniciativa privada na implementação da política Nacional do Turismo, promovendo a captação e o estímulo aos investimentos nacionais e internacionais, a coordenação de ações de prospeção e de divulgação das oportunidades de investimentos no País. Incluem-se neste programa a criação do Fundo de Fomento Turístico, bem como, ações de captação de linhas de financiamento e crédito, instrumentos voltados para o financiamento ao turista e às empresas do turismo, promovendo parcerias junto às instituições financeiras e estudando/sugerindo melhorias nas condições dos financiamentos, de modo a torna-los mais acessíveis.
4. Promover a descentralização do turismo	Este programa integra as ações relativas à criação das condições funcionais e logísticas para a implementação do processo de reforço das competências dos governos provinciais. Incluem-se neste programa as ações de alinhamento com o ministério da administração do território, governos provinciais, administrações municipais, comunas, polos e regiões de turismo, e o desenvolvimento de planos diretores provinciais.
5. Alinhar ações interministeriais de apoio ao turismo	Este programa integra as ações relativas à dinamização de ações de esclarecimento e alinhamento, preparação de sessões de trabalho, definição de prioridades e coordenação de eventos, entre os diversos Departamentos Ministeriais, nos temas que impactam no <i>cluster</i> do turismo.
6. Reforçar competências do Ministério	Este programa integra as ações de formação e capacitação dos diretores nacionais, chefes de departamento e técnicos do ministério da hotelaria e turismo. Incluem-se neste programa as ações de rejuvenescimento dos quadros do ministério.
7. Reforçar competências dos governos provinciais	Este programa integra ações de formação e capacitação dos diretores provinciais, chefes de departamento e técnicos dos governos provinciais. Incluem-se neste programa as ações de reforço e rejuvenescimento dos quadros dos governos provinciais.
8. Gerir o cadastro e inventário dos recursos turísticos	Este programa integra ações de avaliação de regras, descentralização e consolidação do processo de cadastro e inventário dos recursos turísticos de forma continuada. Incluem-se neste programa as ações de implementação do conceito CENTUR – a criação de uma central de informação turística a nível nacional.
9. Desenvolver o ordenamento turístico	Este programa integra ações relativas ao mapeamento, cadastro e organização turística. Incluem-se neste programa a seleção e implementação do <i>software</i> de informação geografia para as 18 províncias e a integração como o CENTUR.
10. Potenciar a atividade do INFOTUR	Este programa integra ações relativas à reorganização e dinamização da catividade do INOTUR, enquanto Instituto especializado na Promoção e Divulgação do Turismo a nível nacional e Internacional. Incluem-se neste programa as ações de representação em férias e eventos em representação do país.
11. Desenvolver as relações internacionais	Este programa integra ações relacionadas à representação institucional nos diversos foros internacionais, tais como a OMT, PNUMA, RETOSA e a SADC, bem como a identificação das interfaces entre os projetos que promovam a integração regional.
12. Avaliar a concretização e ajustar o PDT	Este programa integra ações de monitorização e análise do grau de concretização do Plano Diretor do Turismo, avaliação do cumprimento das metas e plano plurianuais, bem como, recomendações de ajuste ou correções. Incluem-se neste programa a avaliação detalhada de cada programa e respetivos projetos que o compõem.
13. Definir segmentos do turismo interno	Este programa integra ações de identificação e caracterização das necessidades e aspirações dos Turistas Internos (Turista Nacional residente, Turista Nacional não residente, estrangeiros residentes). Incluem-se neste programa as ações de inquérito e levantamentos de mercado efetuados ao nível das províncias.
14. Implementar os polos e regiões de turismo	Este programa integra ações relativas à implementação no terreno dos polos de Desenvolvimento Turístico definidos e a sua coordenação com os governos provinciais. Incluem-se neste programa as ações que visam a criação de Regiões de Turismo, dos Centros Provinciais do Turismo.
15. Promover o turismo interno	Este programa integra ações de propaganda, publicidade e participação em

	eventos que divulgam e agregam valor a imagem do destino turístico nacional, possibilitando o incremento do fluxo turístico local, o aumento das receitas dos operadores, a criação de emprego e a obtenção de receitas para o Estado (impostos).
16. Melhorar as acessibilidades internas	Este programa integra ações e avalia o grau de capilaridade e da qualidade da infra-estrutura de acesso e de seus impactos para a competitividade e interiorização do turismo. Essa avaliação resulta do mapeamento dos principais eixos turísticos rodoviários, bem como da infra-estrutura relacionada à acessibilidade marítima, terrestre, aérea e fluvial, propondo ações de melhoria de infraestruturas e dos equipamentos de apoio.
17. Promover a qualificação profissional	Este programa integra ações relativas à qualificação dos diversos tipos de profissionais que integram a cadeia produtiva do Turismo, bem como de ações voltadas à sensibilização da população local quanto à importância de sua participação para o sucesso e o desenvolvimento sustentável do turismo. Incluem-se neste programa as ações de criação de escolas de formação profissional e pelo menos de uma escola Superior de Hotelaria.
18. Expandir as infraestruturas turísticas	Este programa integra ações de identificação das necessidades de infraestruturas turísticas, do património histórico e cultural com potencial turístico, de realização de obras para facilitar o acesso, conforto e segurança, sinalização turística e a implantação de centros de informações turísticas e de apoio à comercialização do artesanato local.
19. Estruturar a oferta turística	Este programa integra ações relativas à identificação dos produtos associados ao turismo artesanal, industrial, comercial e de serviços, como forma de ampliação e diversificação da oferta. Propõe meios de alavancar as oportunidades e superar os desafios para incorporar esses produtos e adequá-los ao mercado e ao processo de comercialização do turismo.
20. Definir e promover a imagem das províncias	Este programa integra ações de organização do turismo e de estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região. Tais elementos caracterizam os principais segmentos da oferta turística trabalhados pelo programa: Turismo Cultural, Turismo religioso, Turismo rural, ecoturismo, Turismo de aventura, turismo desportivo, Turismo Náutico, Turismo cinegético, Turismo de pesca, Turismo de negócios e eventos, turismo de sol e praia, nesse processo, insere-se transversalmente, o turismo social, como uma forma inclusiva de conduzir à prática do turismo de todas as camadas sociais e à melhor distribuição de benefícios.
21. Simplificar o processo entrada/saída de turistas	Este programa integra ações relativas à simplificação do acesso a Angola de turistas internacionais por via aérea, fluvial, ferroviária ou terrestre. Incluem-se neste programa as ações de adoção do "UniVisa" ou outras medidas de cariz regional e internacional, tal como acordos bilaterais, no sentido de facilitar o acesso de estrangeiros ao país.
29. Projeto Kaza	Este programa integra as ações de suporte ao Plano de Desenvolvimento Integrado do projeto Kaza, na componente Angola e no seu alinhamento com os Estados Parceiros, permitindo um desenvolvimento articulado da região e das comunidades locais.

Fonte: elaboração própria com base no PDT 2011-2020. pp. 104-107.

## ANEXO XIX DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE ANGOLA (2ª FASE /2015-2018)

Programas	Descrição
22. Definir segmentos de turismo regional	Este programa integra ações de identificação e caracterização das necessidades e aspirações dos turistas oriundos da SADC e mercados com afinidades culturais (Turistas vizinhos, ou com forte relação histórica e cultural a Angola). Incluem-se neste programa as ações de inquérito e levantamentos de mercado efetuados ao nível dos operadores regionais emissores e a potenciação das linhas aéreas (incluindo o <i>Low Cost</i> ).
23. Definir e promover a marca Angola	Este programa integra ações de definição da marca Angola, definição da proposta de valor em articulação com a marca destino Angola, consistência da arquitetura de marcas e do conteúdo da comunicação, definição de linhas de orientação para a comunicação (o que promover, meios, investimento, modelo de execução, difusão do novo sistema de identidade junto dos vários mercados, agentes e operadores regionais).
24. Melhorar as acessibilidades externas	Este programa integra ações e avalia o grau de capilaridade e da qualidade da infra-estrutura de acesso e de seus impactos para a competitividade e internacionalização do Turismo. Incluem-se neste programa as ações de integração modal, a ações que visam aumentar a frequência e reduzir o preço dos voos internacionais através do apoio ao desenvolvimento de ligações aéreas aos principais mercados internacionais.
25. Promover a certificação no Turismo	Este programa integra ações de definição de padrões de qualidade dos produtos e serviços turísticos, junto do mercado de consumidores nas suas decisões de compra, estimulando a adoção de boas práticas. Incluem-se neste programa as ações e criação de certificações e carteiras profissionais no sector.

Fonte: elaboração própria com base no PDT 2011-2020. p.108.

**ANEXO XX: DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE ANGOLA (3ª FASE/ 2017-2020)**

Programas	Descrição
26 Definir Segmentos de Turismo Internacional	Este programa integra as ações de identificação e caracterização das necessidades e aspirações dos turistas oriundos dos principais mercados emissores a nível internacional. Incluem-se neste programa as ações de inquérito e levantamentos de mercado efetuados ao nível dos operadores internacionais emissores e a potenciação das linhas aéreas e da integração de ofertas regionais.
27. Definir barómetro de competitividade do turismo angolano	Este programa integra as ações de avaliação da oferta turística e da sua cadeia integrada, em nível nacional e internacional. A competitividade é entendida como um fator intrínseco à atividade e sensível ao espectro dinâmico do mercado para sua renovação e aprimoramento. Nesse sentido, deve-se dar continuidade e ampliar os projetos de sucesso (medidos em indicadores e resultados objetivos) com o objetivo de construir conhecimento e potenciar resultados efetivos para o desenvolvimento do turismo.
28. Promover o turismo a nível internacional	Este programa integra as ações de definição da Marca Angola, definição da proposta de valor em articulação com a marca Destino Angola, consistência da arquitetura de marcas e do conteúdo da comunicação, definição de linhas de orientação para a comunicação (o que promover, meios, investimento, modelo de execução, difusão do novo sistema de identidade junto dos vários mercados, agentes e operadores internacionais).

Fonte: elaboração própria com base no PDT 2011-2020. p.109.